



II Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente

GT 2 : TRABALHO RURAL

SESSÃO 1

GÊNERO E PLURIATIVIDADE NO ASSENTAMENTO GLEBA XV DE NOVEMBRO

Olivia Alves de Almeida¹, UNESP; Patrícia Alves Ramiro², UNESP
olivia_vicky@hotmail.com; patriciaramiro@rosana.unesp.br
GT2 – Trabalho Rural

INTRODUÇÃO

Os assentamentos de reforma agrária aparecem como parte importante do novo cenário rural brasileiro. Unidos pelo desejo comum do direito à terra, ao conquistarem seus lotes, os, agora, assentados rurais, necessitam tecer novas formas de trabalho e sociabilidade. Da autonomia conquistada, ou mesmo reconquistada para alguns, graças à ausência da figura do patrão, precisam, nesse novo contexto, garantir sua reprodução econômica através do trabalho da família.

Sendo assim, a discussão sobre a geração de renda nesses espaços é de extrema importância, bem como considerar a renda não apenas no sentido de “fonte de dinheiro”, mas como possibilidade de manter o homem no meio rural e de (re)construção do seu modo de vida, (re)criando identidades e relações sociais. Devemos lembrar que os assentamentos rurais são espaços complexos que, conforme Farias (2008), devem ser compreendidos a partir de suas subjetividades diferenciadas e dos diversos projetos de vida que, neste espaço-tempo, se cruzam e se conflitam.

Deste modo, temos que a geração de renda é indispensável para a manutenção e reprodução social das pessoas no campo. As atividades não agrícolas surgem, portanto, como uma possibilidade de complementar os rendimentos provenientes das atividades agropecuárias, muitas vezes insuficientes. O ponto principal do trabalho³ realizado foi a identificação e análise das alternativas não agrícolas de geração de renda adotadas pelos

¹ Bacharel em Turismo pela UNESP / Bolsista IC FAPESP (2012).

² Professora Assistente Doutora da UNESP. Coordenadora do Laboratório de Estudos sobre Assentamentos Rurais e co-lider do grupo de Pesquisa CNPq, *Gênero, Memória e Identidade*.

³ O presente artigo é derivado da pesquisa científica “*Estratégias não-agrícolas de geração de renda nos assentamentos rurais de Rosana-SP*”, aprovada e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP (Processo Nº 2011/20477-0) realizada por Olívia Alves de Almeida. Pesquisa inserida em projeto mais amplo, *Estratégias rurais não agrícolas em assentamentos rurais na região de fronteira entre MS e SP*, financiado pelo CNPq, coordenado por Patrícia Alves Ramiro.

assentados rurais do assentamento Gleba XV de Novembro, localizado no município de Rosana/SP. Damos destaque à adoção das alternativas não agrícolas compreendidas como forma de garantia de manutenção destes espaços como local de moradia e trabalho. Sendo assim, no contexto da pluriatividade privilegiamos aquelas que são praticadas no espaço rural do assentamento, mais precisamente dentro dos lotes. Neste artigo, traremos também com maior ênfase da participação da mulher nestas atividades.

Para tal, adotamos como metodologia de pesquisa, além da pesquisa bibliográfica, a pesquisa de campo. Para isso foram utilizadas técnicas quantitativas - representadas pelo questionário, com o intuito de identificar o perfil sociocultural das famílias - e qualitativas - representadas pela realização de entrevistas baseadas em técnicas da história oral. Neste contexto da questão de terras na região do Pontal do Paranapanema, temos a Gleba XV de Novembro como grande destaque no que se refere aos assentamentos rurais, principalmente por ser este o primeiro assentamento da reforma agrária na região.

O movimento social que resultaria no assentamento Gleba XV de Novembro iniciou-se em 1983, quando se uniram pequenos arrendatários, posseiros, ribeirinhos e desempregados da Destilaria Alcídia e das hidroelétricas da região para dar início à luta pela terra.

Neste mesmo ano foram ocupadas as fazendas Rosanela e Tucano, no município vizinho, Euclides da Cunha Paulista⁴, no dia 15 de novembro, marco para os participantes. Já no dia 23, as famílias foram expulsas dessas terras, e formaram os acampamentos XV e XVI de novembro, às margens da rodovia SP-613. Apenas em março de 1984 uma área foi desapropriada, assentando 446 famílias dos acampamentos XV e XVI de novembro, pelo então chamado “Projeto de valorização do Pontal gleba XV de Novembro”.

Em 1986, a Companhia Energética do Estado de São Paulo (CESP) realizou o Reassentamento Rosana, como medida de ressarcimento dos impactos das barragens, mas na realidade se preocupando em equilibrar o conflito no assentamento gleba XV de Novembro, devido ao fato de a área desapropriada não ter sido suficiente para as famílias que lutavam naquele contexto (BORGES, 2010).

Mostra-se importante a proposta de trabalhar a história oral no contexto do assentamento Gleba XV de Novembro para que, além das informações sobre as alternativas não agrícolas de geração de renda, se conheça a história e a situação atual das

⁴ Naquela época tanto Rosana quanto Euclides da Cunha Paulista faziam parte da comarca de Teodoro Sampaio.

peessoas envolvidas, até mesmo como uma forma de recuperar as memórias, visto que “além da questão identitária, a recuperação da memória leva ao conhecimento do patrimônio e este, à sua valorização por parte dos próprios habitantes do local” (BARRETTO, 2000, p. 47). Além da valorização do patrimônio, detectamos a valorização simbólica do papel feminino, especialmente em relação à sua participação nas atividades não agrícolas de geração de renda e em outros contextos do âmbito público, antes permeado em maior parte pelos homens.

A PLURIATIVIDADE E O DESEJO DE PERMANECER NA TERRA

No Brasil, apenas no final da década de 50 e início da década de 60, é que começam a se configurar as políticas fundiárias, como uma resposta às pressões dos movimentos sociais no campo. “É nessa época que o termo “assentamento” começa a ser utilizado, justamente quando a população do meio rural estava sendo praticamente expulsa em larga escala para os centros urbanos” (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 12).

Segundo Marques e Santos (2009), com este processo de êxodo rural surgiram diversos problemas, pois nas cidades não havia infraestrutura básica para atender a todos, fazendo com que os moradores vindos do campo se submetessem a uma qualidade de vida muito inferior. Posteriormente, portanto, buscando o retorno ao campo.

Para organizar a implantação dos assentamentos, o Estado viu, em 2002, a necessidade de padronizar e de ajustar os conceitos para definição de quem são os beneficiários do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Deste modo, para chegar à definição de assentado, parte-se do conceito de assentamento, definido pela Portaria MDA nº 80, de 24/04/2002. Segundo a definição estatal, o assentamento é entendido como uma:

Unidade Territorial obtida pelo programa de Reforma Agrária do Governo Federal, ou em parceria com Estados ou Municípios, por desapropriação; arrecadação de terras públicas; aquisição direta; doação; reversão do patrimônio público, ou por financiamento de créditos fundiários, para receber em suas várias etapas, indivíduos selecionados pelos programas de acesso à terra (BRASIL, 2012).

Mesmo havendo grande diversidade nas formas originárias que um assentamento pode apresentar, para fins de políticas públicas, o assentado aparece como:

O candidato inscrito que, após ter sido entrevistado, foi selecionado para ingresso ao Programa de Reforma Agrária, lhe sendo concedido o direito de uso de terra identificada, incorporada ou em processo de incorporação ao Programa (BRASIL, 2012).

Ainda que tenhamos definições estabelecidas, sabemos que o perfil dos assentados não é homogêneo, e que as escolhas e anseios das famílias muitas vezes se diferenciam, inclusive dentro de um mesmo projeto de assentamento, demonstrando que “não se trata de uma contextura social de fácil entendimento, visto que no processo de constituição dos assentamentos estão presentes diversos atores e projetos de vida, bem como os projetos dos mediadores e do próprio Estado” (FARIAS, 2008, p. 151).

Dentro deste cenário de heterogeneidade característico dos assentamentos rurais, temos a questão da renda como aspecto primordial da discussão, pois a conquista da terra não garante às pessoas uma renda que lhes propicie viver no campo de acordo com suas necessidades e direitos (cf. MANCUSO; RAMIRO, 2010). Nas palavras de Bergamasco e Norder (1996):

Após a conquista da terra, inicia-se uma nova luta, agora pela consolidação da posse da terra, pela obtenção de condições econômicas e sociais mais favoráveis ao estabelecimento destes trabalhadores rurais enquanto produtores agrícolas (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 10).

Atualmente, torna-se perceptível a dificuldade dos assentados em se manter no campo e sobreviver apenas com a renda proveniente da produção agrícola. Surge, portanto, a discussão acerca das estratégias não agrícolas de geração de renda, estratégias essas que geralmente estão pautadas na permanência da agricultura inclusive como base para as outras atividades⁵, mas que permeiam o aparecimento de um novo rural, com características diferenciadas e novas alternativas de produção e manutenção deste espaço.

Segundo José Graziano da Silva (1999), o espaço rural contemporâneo não mais se caracteriza somente como agrário, visto que as atividades não agrícolas estão cada vez mais presentes no campo, interferindo na dinâmica deste espaço e na vida dos que nele habitam. Para o autor:

As rendas das atividades agropecuárias estão entre as menores remunerações que se pagavam no país em 1990, [...], portanto, a possibilidade da

⁵ É o caso do processamento de matéria prima agrícola – produção de queijos e outros derivados de leite, doces e compotas de fruta, entre outros.

pluriatividade com ocupações não-agrícolas era fundamental para elevar e também estabilizar as rendas das pessoas residentes no meio rural em todo o país (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p. 19).

Entendemos a pluriatividade como a combinação de ocupações agrícolas e não agrícolas. Ou seja, se uma família deixar de lado a agricultura e passar a ocupar-se apenas em atividades não agrícolas, deixaria de situar-se no grupo dos pluriativos (SCHNEIDER ; 2004; 2009; 2011). Deste modo, a pluriatividade pode ser entendida como:

[...] um fenômeno heterogêneo e diversificado que está ligado, de um lado, às estratégias sociais e produtivas que vierem a ser adotadas pela família e por seus membros e, de outro, dependerá das características do contexto em que estiverem inseridas (SCHNEIDER et. al., 2006, p. 139).

Segundo Carneiro (2000), houve, no âmbito governamental brasileiro, uma proposta para um “Novo Mundo Rural⁶”, que se referia ao desenvolvimento rural com ênfase na agricultura familiar. Porém, a proposta estava embasada na adequação dos agricultores familiares ao mercado, necessitando assim que se profissionalizassem para tal. Assim, os agricultores seriam forçados a se adequar aos padrões do mercado, gerando o seguinte problema:

[...] uma política pública pautada na profissionalização pensada nesses termos estaria, sem dúvida, excluindo todos os demais agricultores que, por motivos variados, não alcançassem o padrão de competitividade exigido, o que, em termos de Brasil, representa um enorme contingente da população rural (CARNEIRO, 2000, p. 122).

Em contraponto a esta proposta, o governo sugeriu a medida estratégica denominada desenvolvimento local integrado. De acordo com Carneiro (2000) esta política de caráter inovador passou a pensar na integração das oportunidades de trabalho, considerando as rendas não agrícolas como possibilidade de fortalecer a agricultura familiar: “atividades econômicas industriais, de turismo, artesanato, lazer, preservação ambiental, entre outras, serão estimuladas objetivando ampliar as oportunidades de renda” (CARNEIRO, 2000, p. 122).

Porém, é fácil observar que na prática não se tem dado a devida atenção a estas oportunidades de complemento de renda. Na maior parte dos questionários e entrevistas

⁶ Proposta contida no documento “Avança Brasil – mais 4 anos de desenvolvimento para todos” da campanha à Presidência de Fernando Henrique Cardoso.

(ou em conversas informais sem a presença do gravador), a população pesquisada demonstrou grande insatisfação com a assistência prestada neste sentido (e em outros). Embora reconheçam a presença de diversas capacitações, os cursos oferecidos com o intuito de promover o conhecimento sobre o processamento de matérias prima produzidas no local, muitas vezes são inviáveis de investimentos dentro das possibilidades financeiras dos assentados rurais para comercialização. Desta maneira, acabam servindo para melhorias a nível do autoconsumo das famílias.

Apesar disso, não devemos pensar que a reforma agrária tornou-se inviável. Segundo Graziano da Silva (2001), ainda que haja insuficiência das atividades agrícolas para geração de renda, surgiram novas alternativas para garantir a manutenção das pessoas no campo. Deste modo: “[...] é possível, e cada vez mais necessária, uma reforma agrária que crie novas formas de inserção produtiva para as famílias rurais, seja nas “novas atividades agrícolas”, seja nas ORNAs⁷.” (GRAZIANO DA SILVA, 2001, p. 44-45).

É imprescindível enfatizar que, ao definir as alternativas não agrícolas de geração de renda como foco de estudo, optamos por considerar as alternativas criadas dentro do ambiente rural dos assentamentos, dando menor ênfase ao recebimento de aposentadorias e outros benefícios, e qualquer trabalho realizado fora do espaço territorial dos assentamentos, geralmente presentes na prestação de pequenos serviços realizados na área urbana⁸. Assim, buscamos descobrir e analisar experiências de atividades não agrícolas que fossem desde a formação de pequenos grupos para beneficiamento de matérias-primas locais via agroindústrias, a comercialização de produtos artesanais, a venda de produção caseira de doces, pães, queijos e similares, dentre outras atividades desenvolvidas com intuito de gerar renda.

Com este enfoque, pudemos identificar estas alternativas (re)criadas no cotidiano do meio rural pelos assentados como uma possibilidade de garantir sua permanência no campo e a (re)definição de identidades sociais, que em grande parte foram enfraquecidas após terem sido expropriados do campo e terem vivenciado o modo de vida urbano em situação de pobreza (RAMIRO, 2008; FARIAS, 2008; entre outros).

⁷ Ocupações rurais não agrícolas.

⁸ Casos assim são bastante frequentes e foram, por exemplo, muito bem pesquisados pela antropóloga Maria José Carneiro (1998).

Ramiro (2008) observa em sua tese de doutorado que a opção de permanecer nos assentamentos rurais é, atualmente, resultado mais de uma desvalorização da cidade que de uma efetiva valorização do campo. Com essa afirmação, a autora mostra que, embora os assentados considerem que a vida no campo é, ainda hoje, difícil, pensar na vida que se levava na cidade traz lembranças de uma situação de mais dificuldades e privações. Assim, nas histórias de vida das famílias assentadas, embora ainda falte renda suficiente para atendimento das necessidades atuais do meio rural, a vida no assentamento é, em geral, melhor do que antes.

A permanência no campo exige dos assentados, em diversos casos, não apenas o desejo de viver no meio rural e conseguir aproveitar seus benefícios (muitas vezes comparando com os diversos problemas vividos nas cidades), mas o desenvolvimento de formas de geração de renda que viabilizem sua permanência já que a agricultura, sozinha, não tem sido suficiente em diversos casos.

Deste modo, a partir da compreensão das formas materiais e ideais que compõem o cotidiano da multiplicidade de atores e heterogeneidade de projetos de vida que caracterizam a categoria, ainda recente, de assentados rurais, buscamos detectar e compreender algumas das estratégias não agrícolas de geração de renda adotadas em alguns lotes do assentamento rural Gleba XV de Novembro.

ALTERNATIVAS NA GLEBA XV DE NOVOEMBRO

Foram identificadas, com o apoio dos técnicos agrários de campo da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), 18 (dezoito) famílias que desenvolvem atividades não agrícolas de geração de renda, sendo que, destas, 10 (dez) estão articuladas através de associações formais de mulheres.

Destacam-se as atividades relacionadas à produção e venda de pães e similares (biscoitos doces e salgados); comércios, como bares e mercearias e prestação de serviços, como borracharia e salão de beleza.

Importante ressaltar que a opção por uma ou outras das alternativas apresenta forte relação com a questão de gênero, quando são produtos alimentares que são comercializados, e também são determinadas pela posição geográfica do lote de quem a pratica. Ou seja, no caso de comércio e/ou prestação de serviços estes apareceram como

uma oportunidade para aqueles que possuem seus lotes à beira da estrada. O assentamento encontra-se na rodovia que segue em direção à fronteira do Estado de São Paulo com o Mato Grosso do Sul e o Paraná, ampliando assim, a possível clientela para além do espaço social da Gleba XV de Novembro.

Observamos também a relevância de ações solidárias para produção e comercialização de alguns produtos. Tais práticas demonstram agregar valor material e simbólico à vida dos assentados e a descoberta de novas opções de geração de renda não agrícola.

Doravante, a pesquisa proporcionou o levantamento e análise não só das alternativas não agrícolas em si, mas da questão do surgimento destas atividades dentre as famílias pesquisadas. Pudemos, portanto, observar que a maioria das famílias passou a adotar estas estratégias como forma de complementar a renda proveniente da agricultura. Isso caracteriza-se, conforme Schneider (2004; 2009; 2011), como pluriatividade, já que são executadas atividades agrícolas e não agrícolas. Entretanto, há casos em que a família optou por ter apenas a outra atividade, desistindo do trabalho agrícola.

Como exemplo de família pluriativa, temos a família de Vanda e Valdir. Ele possui uma oficina de solda no lote e ela participa de uma associação, mas continuam desenvolvendo a agricultura e principalmente a pecuária. Segundo seu depoimento, a oficina aparece como complementar e importante para a continuidade da pecuária. Grande parte do lucro de Valdir com a oficina é investido na produção leiteira do lote.



Figura 1⁹: Atividade não agrícola desenvolvida por Valdir no setor 1 - oficina de solda.

⁹ Todas as fotos presentes no trabalho foram tiradas pelas pesquisadoras durante a pesquisa de campo.

Houve casos também em que a família praticamente abandonou a agricultura e passou a ocupar-se somente com a atividade não agrícola, sendo estes casos mais comuns entre pessoas idosas, que já não possuem a força e saúde necessárias para o trabalho na terra.

Neste caso, dentre as famílias que não mais fariam parte do grupo dos pluriativos, por terem deixado a atividade agrícola, temos Seu Geraldo e sua esposa, moradores do setor 1. Atualmente, a principal atividade do lote consiste num bar e mercearia.



Figura 2: Bar e Mercearia de Seu Geraldo no setor 1.

Quanto às ações solidárias temos o exemplo da Organização das Mulheres Unidas do Setor II (OMUS II), que reúne um grupo de mulheres que veem a cooperação como forma de beneficiar a todos. Isso aparece nos depoimentos de Maria José, sobre o início da organização, e de Nice, sobre os benefícios de trabalhar em grupo:

Bom, esse negócio, a história da OMUS ali foi uma luta, a gente tava lutando por, por uma vida melhor, por uma vida mais justa, é... começou logo no início quando nós chegamos aqui, era, a gente num tinha um centro de saúde aqui [...] então a gente tinha que se deslocar daqui, com criança pequena às vezes né, pra pegar o leite, pra consultar, pra tomar vacina [...] aí começou a luta, por coisa melhor pra nós porque era uma barbaridade né, ninguém tinha direito a nada [...] (Maria José, assentada da Gleba XV, 64 anos, casada, 2012).

Eu acho assim quando você passa... você tem sua necessidade, cê sozinha pra conseguir alguma coisa é difícil, mas quando junta né, aí... é mais fácil pra conquistar então eu acho assim, a vantagem de ser associado e participar é a união, lutar pra pra conquistar alguma coisa, hoje a pessoa sozinha pra conquistar alguma coisa é muito difícil (Nice, assentada da Gleba XV, 52 anos, casada, 2012).

Em entrevista cedida em 2006 à orientadora da pesquisa, Prof^a. Dr^a. Patrícia Alves Ramiro, D. Nice (assentada da Gleba XV, 52 anos, casada), precursora da associação e hoje presidente da OMUS II, contou um pouco sobre o início da associação:

Nice: O grupo surgiu porque no início a gente tinha muita necessidade e precisava organizar, se unir, pra conquistar as coisas... foi aí que surgiu o grupo da OMUS.

[...]

Nice: É... no começo tinha muita dificuldade aí saía chamando as companheiras pra ir pra luta.

Patrícia: Que dificuldades eram essas?

N: Água, saúde... era as maiores dificuldades no começo.

P: Quantas mulheres conseguiu juntar? Onde foi essa primeira reunião?

N: 37, debaixo de um pé de manga.

[...]

P: 37 mulheres? Aí o que você falou pra elas? Tenta lembrar o que você falava...

N: No início era mais da água, a gente tava com pobrema de água, aí a gente ia, corria atrás dos prefeito pra pode ter a água.

[...]

N: Conseguimo... conseguimos a água, conseguimos o posto de saúde que não funcionava. Então na época o prefeito falava assim que ia centralizar, e nós fizemo uma guerra que era aqui na Santa Marina, que era metade da greba, aí foi pohnado o posto de saúde aqui... aí... depois tivemo a luta pela... o barracão... o barracão não...pela escola, pelo muro da escola que... tava quase igual agora... aí conseguimos. Depois chegou a assistência social que queria trabaiá com a gente daí a gente começou a pensar mais alto, aí veio a ideia de forma a OMUS, a organização das muié.

Segundo D. Nice, as primeiras movimentações ocorreram em 1985, com a luta pela água, mas apenas em 1987, com a chegada da assistência social é que começou a se pensar numa associação mais organizada. A associação foi registrada em 1990, mas apenas em 2000 obtiveram o CNPJ.

No meio deste processo, a OMUS II conseguiu um lote para a associação, onde atualmente desenvolvem a atividade não agrícola detectada. Maria José, que também participa da luta e da associação desde o início, contou um pouco sobre o processo para conseguir este lote:

[...] descobrimos que o lote tava desocupado, o dono do lote era um membro do MST, tava aí pelo mundo afora aí né, a família também tava pra lá com ele, tá abandonado o lote, aí Nice falou pra nós “mulheres, o lote tá desocupado lá, vamo ocupar”, vamo, aí fomo umas quatro ou foi cinco e fomo lá, quando o camarada soube da notícia lá onde ele estava ele baixou aqui, chegou aqui falou “ai mas cês num...” não, nós invadimos porque, segundo o que nós sabemos cê tava querendo vender pra outras pessoas né, que não tinha o direito de de ficar aqui na terra então nós como já moramo aqui, já lutamo pra ter então nós vamo ficar com esse lote. Ah, aí num vai num vai, vai lá e vem cá, veio ITESP, veio...

num me lembro se veio polícia, mas acho que não, veio só ITESP, combinemos ali né, mas num ficou de mão beijada, aquilo nós pagamo por ele, num sei quanto né, parece que um mil e quinhentos cruzeiro na época parece que era, [...] num me lembro, eu sei que nós pagamos o valor do um mil e quinhentos reais ou cruzeiro num sei, pra benfeitoria [...] ah e tamo lá até hoje, num sei o que vai dar daqui pra frente (Maria José, assentada da Gleba XV, 64 anos, casada, 2012).

O foco da produção não agrícola da OMUS II hoje é a panificação, destinada à comercialização junto à CONAB e à Prefeitura Municipal de Rosana através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Governo Federal. Mas o foco, de modo geral, ainda é a produção agrícola, tanto individual (vendem em conjunto para ter maior representatividade) quanto coletiva, já que estão dando início a uma horta no lote da associação.

O grupo também proporciona facilidades para o acesso a diversos cursos, tanto voltados para agricultura e pecuária quanto para atividades não agrícolas, como confeitaria, compotas e conservas, derivados de leite, sabão, entre outros. Estes cursos são oferecidos principalmente pela Fundação ITESP, mas também por outras instituições como o SEBRAE, por exemplo.



Figura 3: Mulheres da OMUS II com seus produtos não agrícolas – pães doces e salgados.

Outra associação encontrada na Gleba XV foi a *Associação União Feminina Querer é Poder*, que reúne mulheres do setor 1. Segundo a presidente atual, Vanda, a Associação surgiu em 2009.

A principal atividade realizada por esta associação é uma Cavalcada que ocorre anualmente e atrai comitivas de toda a região. Porém, esta não se caracteriza como

alternativa não agrícola de geração de renda, pois não visa o lucro. Ainda assim é importante destacá-la como uma forma de agregar valor simbólico à vida dos assentados, pois mantém uma tradição da comunidade rural, além da valorização da mulher, conforme aparece no depoimento de Vanda:

Porque teve a primeira cavalgada das MULHER, do Pontal, que foi organizada pelas MULHER, e foi também assim, que a cavalgada foi através do meu cunhado, do Valdecir, que chegou ne mim, porque sabia que eu fazia parte da Associação e começo: “Cês tem que mexê com o turismo, né? Cês tem um grupo de mulher aí e a coisa mais interessante é isso, mulher, porque a mulher ela é danada, né? O povo respeita muito e num sei o quê” (Vanda, assentada da Gleba XV, 35 anos, casada, 2012).

Além da valorização da mulher, pudemos identificar na fala de Vanda, a importância da organização da Cavalgada como algo que venha a valorizar o assentamento e os assentados de modo geral:

Então, essa cavalgada nossa, é a quarta cavalgada, a primeira nos iniciemo no aniversario da Gleba né... E aí agora nós tamo tentano agita o pessoal, tanto aqui da Gleba XV como o pessoal do Porto Maria. O porquê de fazer essa cavalgada lá: é por causa que lá tem a paisagem do Rio, é um centro, fazê que nem ôtro, bem turístico mesmo, e nós aqui em cima por tê a Associação, as mulher organizada, que já, que já vai ser a quarta, então resolvemo se ajunta com o pessoal lá de baixo, para que nós possa fazer uma coisa bonita e que o pessoal enxergue melhor os assentado. Porque dentro do assentamento existe muita coisa boa, que dá pra fazê muita coisa, fazê que nem ôtra, o turismo, é... dia de campo, porque tem um lote aí, fazê que nem ôtra, tem muita coisa, a mostrar pro pessoal, e acho que daí também o assentado se sente mais valorizado (Vanda, assentada da Gleba XV, 35 anos, casada, 2012).

Assim, foi a participação nesta associação que uniu cinco mulheres (Vanda, Cristina, Cida, Maria Josefa e Daniela) num grupo específico que passou, posteriormente, a desenvolver uma atividade não agrícola de geração de renda: a produção de bolachas para comercialização. Vanda nos contou um pouco do início do grupo e de como elas se organizam para a produção:

Aí foi aonde eu tirei do curso do derivado de mandioca que a gente teve, aí foi onde nós começo a fazê os biscoitinho de polvilho azedo, comecemo aqui na minha cozinha né, num espaço pequeno, as mulher se trombava, muitas vez, fazê que nem ôtra, tinha que sai lá pra fora algumas pra outras fica aqui dentro, né? E aí comecemo num grupinho maior, só que daí, todas ficaro assim, porque, na verdade fica uma coisa esquisita, por mais que eu tô cedeno a cozinha, aí as menina vêm, fazê que nem ôtra, porque não é um ambiente próprio pra isso, assim como elas pensa que eu tô incomodada, eu também sinto que elas fica incomodada. Porque é ruim, porque nós é uma Associação, mas fazê que nem

ôtra, nós não tem o NOSSO lugar, né? E... aí acabou que desse grupinho, fazê que nem ôtra, fomo tentano, tentano, e até aí paro de fazê os biscoito em grupo, aí só fico a Cristina fazendo, mas por conta dela mesmo, esse de sal. Aí foi a Angela, conversano com o Itesp, e o Itesp foi deu outro curso pra gente que foi das bolachinha. Aí nos fizemo o curso de bolachinha, aí eu falei assim: “Esse nós num vai dá moleza, nem que tenha que fica duas pessoa, mas que vai, vai!”. E assim nós fizêmo, começemo com oito mulher e hoje nós tá em cinco mulher, aí todas quarta-feira nós faz o biscoitinho de polvilho azedo e faz as bolachinha também que nós aprendeu fazê. Aí dia de quarta-feira nós faz os biscoito, dia de quinta-feira é a venda, né? Do próprio assentamento (Vanda, assentada da Gleba XV, 35 anos, casada, 2012).



Figura 4: Mulheres da Associação União Feminina Querer é Poder produzindo biscoitos.

Tanto no sentido da união do grupo quanto dos cursos, podemos relacionar a situação das associações encontrada na Gleba XV de Novembro com as considerações de Menegat (2009), que estudou assentamentos no Mato Grosso do Sul e também pôde observar que:

[...] o que motiva as mulheres para uma nova organização de grupo, com trabalhos coletivos [...], são as dificuldades econômicas que cada uma vivencia no lote. São, inicialmente, as dificuldades que vivenciam que as têm impulsionado a buscarem, novamente, alternativas outras para a superação. Nesse sentido, a formação de grupos coletivos, numa maneira ideal para a soma dos esforços, e que envolvem parcerias com instituições diversas, dentre elas o SEBRAE, as Secretarias das prefeituras e as Universidades (MENEGAT, 2009, p. 226).

Por outro lado, temos o destaque das iniciativas individuais (ou familiares, mas não em associações), principalmente no que se refere ao comércio e prestação de serviços. Foram identificadas 8 (oito) famílias que possuem comércio ou prestam serviços em seus lotes, sendo que 5 (cinco) delas têm lotes localizados às margens da rodovia SP-613. Considerando apenas estes últimos, podemos afirmar que todos possuem bares, com intuito principal de venda de bebidas, salgados e outros produtos industrializados. Alguns dos depoimentos demonstraram que os bares não têm oferecido um complemento de renda significativo, como observamos na primeira fala, de Santana, e também na segunda fala, de Maria Arlete:

[...] a renda tava muito pouca, aí eu abri o barzinho pra pode da uma melhorada, e deu, no começo deu, agora não, tá fraco né, que agora tem muito bar aberto, então fracasso, e a turma foi quase tudo embora, os jovem mesmo foi tudo embora trabalhar pra fora, aí fracasso, mas foi muito bom quando abriu (Santana, assentada da Gleba XV, 60 anos, casada, 2012).

[...] eu achava que aqui ia ser um ponto bom pra gente tirar uma boa renda daqui pra ajudar em casa, mas infelizmente até agora já tô com um ano, com ele aberto aí e... e num gira assim não... a coisa... o que eu investi acho que leva muitos ano pra mim tirá (Maria Arlete, assentada da Gleba XV, 49 anos, casada, 2012).

Em alguns destes locais também são oferecidas refeições. No caso de Maria do Carmo, moradora do setor 1, o preparo de refeições é por encomenda, e não há estrutura para as refeições no local. Já Anastácia possui um restaurante, Restaurante Cordeiro, e diariamente oferece refeições (prato feito, marmitex e *self-service*).



Figura 5: Restaurante Cordeiro, localizado na rodovia SP-613, administrado por Anastácia.

Ainda no lote de Anastácia existem mais dois estabelecimentos: um bar, gerenciado por seu filho Evandro e uma borracharia, gerenciada por seu filho Giovani. Segundo ela, cada um é responsável por seu estabelecimento, ficando com o lucro gerado por ele.

Anastácia nos contou também que pretende, em breve, construir uma pousada, pois o público principal do restaurante são caminhoneiros que muitas vezes já ficam parados num espaço próximo ao restaurante.

Quanto à prestação de serviços, foi identificada também no setor 1, na parte interna do assentamento uma oficina de solda, localizada no lote de Valdir, marido de Vanda (presidente da Associação Feminina Querer é Poder).

Na Gleba XV, além dos produtos e serviços já conhecidos, pudemos identificar novas opções de geração de renda, como um salão de cabeleireiro no setor 3. Além do benefício para a família, com a geração de renda, vemos a atividade como benéfica para a própria comunidade, que pode ter acesso aos serviços e produtos oferecidos por Cláudia.



Figura 6: Nova opção de renda não agrícola - Salão da cabeleireira Cláudia no setor 3.

Tanto nas iniciativas coletivas (associações) quanto nas ações individuais e familiares para geração de renda não agrícola, temos como destaque a participação das mulheres. O gênero enquanto categoria de análise historiográfica é recente, e busca compreensões teóricas acerca de questões que surgem principalmente nas práticas que permeiam alguns movimentos sociais, sobretudo o feminista, que traz a tona debates sobre posturas que muitas vezes são colocadas como “naturais”, mas que denotam discriminação e práticas de dominação e submissão (TEDESCHI, 2009).

Especialmente no campo, a questão de gênero pode ser avaliada como reprodução de uma prática cultural, ou seja, uma representação, onde homens e mulheres desempenham seus papéis sociais. De acordo com Tedeschi (2009):

As identidades e papéis sociais no mundo camponês, e também em outros espaços, ocorrem em um contexto de relações de poder, de negociações culturais entre os vários atores sociais com expectativas e identidades diferentes, reproduzindo práticas culturais baseadas em princípios de desigualdade de gênero (TEDESCHI, 2009, p. 165)

No entanto, podemos observar que o aumento da participação feminina em setores antes dominados pelo homem tem se mostrado crescente. Especialmente no meio rural, vemos que esta participação vem como uma grande conquista:

[...] as conquistas das mulheres do campo foram além de questões relativas à terra, ao salário e à produção, uma vez que em suas discussões incorporaram a categoria gênero, que passou a compor suas discussões e que propiciou novos elementos de percepção e de questionamentos em relação aos espaços produtivos, sociais, culturais e simbólicos existentes entre homens e mulheres (MENEGAT, 2009, p. 225)

Na Gleba XV de Novembro, a participação das mulheres em associações abre portas para a participação da mulher na esfera pública, pois é ela que se relaciona diretamente com os técnicos agrícolas, é ela que faz as negociações de venda dos produtos, e também se articula para conquista de direitos sociais como o direito à saúde e a educação junto à esfera pública. Além disso, tanto nas associações, quanto nas produções individuais, muitas conquistam certa independência financeira, mesmo que alguns maridos achem “uma mixaria”. Mas é válido observar que os esforços têm sido feitos, muitas vezes agrupados, e ganham força para que a mulher do campo conquiste seu espaço em diversos âmbitos e de diversas formas. Concordamos com Menegat quando afirma que:

As mulheres assentadas buscam, na prática cotidiana, de avanços e recuos, de abrir, fechar e reabrir portas, as condições para se construírem enquanto mulheres e mulheres assentadas e, assim, transformar relações, especialmente aquelas entre homens e mulheres. Questionam papéis na relação com os homens e com elas mesmas, transformando o que parece impossível, em possível (MENEGAT, 2009, p. 229)

Assim sendo, podemos observar que praticamente todas as atividades não agrícolas detectadas são práticas que agregam valor material e/ou simbólico à vida dos assentados.

Em alguns casos prevalece a parte financeira, em outros, de fato, temos atividades que além do benefício econômico, proporcionam a manutenção ou retomada de práticas simbólicas, de um saber-fazer tipicamente rural, promovendo a (re)definição de identidades sociais, muitas vezes perdidas após a expropriação do campo e situação de pobreza vivida na cidade conforme observado por Ramiro (2008), Farias (2008), entre outros.

Portanto, faz-se relevante a observação e discussão das alternativas não agrícolas de geração de renda, não apenas sob o aspecto financeiro, mas como possibilidade para abertura de novas portas e descoberta de caminhos a serem percorridos, especialmente para as mulheres que cada vez mais lutam pela igualdade de gênero em diversos segmentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pensar a pesquisa de modo geral, ainda que o número de famílias detectadas tenha sido bastante reduzido do ponto de vista quantitativo, podemos destacar a importância da renda não agrícola para as famílias assentadas que a praticam. Mostram-se, na prática cotidiana, as características deste novo rural brasileiro, no qual a agricultura se mantém como atividade principal, muitas vezes servindo de base para o desenvolvimento de atividades não agrícolas dentro dos lotes.

As diversas formas que encontramos de inserção de atividades não agrícolas nas realidades de famílias da Gleba XV de Novembro demonstraram que, para muitos (se não todos os entrevistados), essa foi uma necessidade. Necessidade de buscar uma atividade que não exigisse tanto esforço físico quanto a agricultura, de possibilitar que a mulher tivesse sua própria renda e não mais “dependesse do marido pra tudo”, de promover mudanças, como o exemplo das associações que têm lutado em diversos sentidos.

Assim, destacamos as atividades não agrícolas enquanto alternativa complementar à renda proveniente da agricultura, mostrando-se até, em alguns casos, indispensável para o sustento da família, ou até mesmo sendo a principal atividade realizada no lote.

Estas atividades apresentaram também vantagens que vão além do aspecto econômico, passando a trazer também benefícios socioculturais, uma vez que, em muitos casos, proporciona relações de cooperação, fortalecendo a união entre os assentados e recuperando valores muitas vezes trazidos desde a época do acampamento.

Também colabora enfaticamente no que se refere à valorização simbólica do papel feminino. Com essas atividades algumas mulheres alcançaram independência financeira, passaram a se destacar em setores antes dominados pelos homens e mostraram sua capacidade em diversos sentidos, lutando por suas demandas e alcançando seus objetivos.

Além disso, observamos que, principalmente no caso das associações, há um fortalecimento da luta por melhorias na situação geral dos assentamentos rurais. Muitas vezes as reuniões com objetivo de fazer os produtos não agrícolas trazem à tona discussões que vão além da vontade de ter uma renda melhor para a família, mas pensam o que poderia ser feito para uma melhora no assentamento, na qualidade de vida dos moradores, entre outros.

Confirma-se, portanto, a pluriatividade como uma das possibilidades encontradas pelas famílias para manterem-se no campo, e essas alternativas cotidianas como indutoras da (re)definição de identidades sociais para os agora assentados rurais. Identidades que se fortalecem por meio da luta pela terra, da qual muitos assentados participaram juntos, pelas lembranças que se tem do passado e projeções de futuro, que incluem o desejo de permanência dos filhos no lote, entre outros.

Porém, apesar dos benefícios identificados, observamos que as estratégias não agrícolas ainda não são amplamente utilizadas no assentamento Gleba XV de Novembro. Sabemos que não são poucas as dificuldades encontradas para o desenvolvimento destas e de outras atividades. Muitas vezes, empecilhos burocráticos, de tempo, de distância, das exigências sanitárias e da qualidade dos produtos, entre diversos outros, atrapalham ou até mesmo barram quem decide fazer algo diferenciado para tentar melhorar a situação presente.

Assim, devemos ressaltar que para o desenvolvimento de um espaço e de uma comunidade, não basta vontade e esforços de mão única, são necessárias ações conjuntas, planejamento que abarque todos os envolvidos e uma visão holística da realidade e das possibilidades. Para isso governo, instituições e assentados precisam unir forças num mesmo sentido, visando proporcionar melhorias e benefícios, que possam ir além da comunidade rural, atingindo o município de modo geral.

Fica, portanto, cada vez mais evidente que a população do meio rural, e no caso específico dos assentamentos rurais, tem desenvolvido estratégias para manter seu modo de

vida, buscando soluções para problemas antigos e novos, criando e recriando identidades, descobrindo e cunhando uma nova realidade.

Se forem considerados todos os fatores e feito um planejamento mais abrangente, será possível trabalhar junto aos assentamentos rurais para que se tornem espaços de justiça social, de desenvolvimento econômico e de valorização cultural.

Poderíamos assim pensar na questão da multifuncionalidade dos assentamentos rurais, pois mesmo que não sejam completamente pautados em atividades agrícolas, poderiam colaborar para a conservação dos recursos naturais, do patrimônio natural e cultural e para oferta de alimentos com qualidade.

Temos, portanto, com a presente pesquisa, as considerações iniciais sobre as alternativas não agrícolas de geração de renda no assentamento rural Gleba XV de Novembro. Esperamos assim que este seja um estímulo não apenas para o desenvolvimento de outras pesquisas, mas para a idealização de projetos e ações, governamentais ou não, que possam beneficiar as comunidades rurais, valorizando suas histórias e modos de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRETTO, Margarita. **Turismo e legado cultural**: as possibilidades do planejamento. Campinas, SP: Papirus, 2000.
- BERGAMASCO, Sônia; NORDER, Luis A. Cabello. **O que são assentamentos rurais?** São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BORGES, Maria Celma. **O desejo do roçado**: práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema – SP. São Paulo: Annablume, 2010.
- BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4504.htm>. Acesso em: 06 set. 2012.
- CARNEIRO, Maria José. Políticas de desenvolvimento e o “novo rural”. In: CAMPANHOLA, Clayton. GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**: políticas públicas. Jaguariúna, SP: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000. p. 117-149.
- CARNEIRO, M. J.; MALUF R. S. (Org.). **Para além da produção**: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.
- FARIAS, Marisa Lomba de. O cotidiano dos assentamentos de reforma agrária: entre o vivido e o concebido. In: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta (Org.). **Reforma agrária e desenvolvimento**: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: MDA; São Paulo: Uniara, 2008. p. 151-170.
- GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. 2 ed. rev. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1999.

- GRAZIANO DA SILVA, José. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos avançados**, 2001, vol.15, n.43, pp. 37-50. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a05.pdf>>. Acesso em: 04 ago 2012.
- MANCUSO, M. I. R., RAMIRO, Patrícia Alves. De volta ao campo: estratégias para se viver a pobreza. **REDD - Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, v.2, 2010. p.1-21.
- MARQUES, Luana Moreira; SANTOS, Rosselvelt José. O Turismo como alternativa de desenvolvimento sócio-econômico em áreas de assentamentos de reforma agrária: um estudo do Assentamento Rio das Pedras, Uberlândia-MG. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 148-166. 2009.
- MELO, H. P. de; DI SABBATO, A. Mulheres rurais – invisíveis e mal remuneradas. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília, 2006.
- MENEGAT, Alzira Salete. Mulheres assentadas abrem novas portas. Quais as portas? In: MENEGAT, Alzira Salete; TEDESCHI, Losandro Antonio; FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. (Org.). **Educação, relações de gênero e movimentos sociais: um diálogo necessário**. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2009.
- RAMIRO, Patrícia Alves. **Assentamentos Rurais: o campo das sociabilidades em transformação**. O caso dos assentados do Nova Pontal. Tese de Doutorado defendida pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia na Universidade Federal de São Carlos, em março de 2008.
- SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- _____. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- _____. **A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação**. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/396.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2011.
- SCHNEIDER, Sérgio et al. A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. In: SCHNEIDER, Sergio (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 137-165.
- TEDESCHI, Losandro Antonio. O uso da categoria gênero na história das mulheres camponesas: Uma ferramenta necessária. In: MENEGAT, Alzira Salete; TEDESCHI, Losandro Antonio; FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. (Org.). **Educação, relações de gênero e movimentos sociais: um diálogo necessário**. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2009.

MOBILIDADE DE JOVENS RURAIS: SUBJETIVIDADES DO TRABALHO NA PECUÁRIA LEITEIRA¹

William Fernandes Bernardo²
José Norberto Muniz³
GT2 – Trabalho Rural

Resumo

A pesquisa foi realizada em 2009 nos municípios mineiros de Guiricema e Ubá para investigar as estratégias de reprodução familiar e as oportunidades de trabalho no campo. Foram entrevistados 32 produtores de leite e 49 de seus filhos (homens e mulheres), sendo 11 que trabalham com atividades agrícolas e 38 que trabalham com atividades não-agrícolas. Um dos resultados da pesquisa se refere aos sentidos atribuídos pelos filhos ao trabalho agrícola e ao trabalho não-agrícola. Quatro categorias qualitativas justificam a preferência do trabalho não-agrícola da cidade em detrimento do trabalho na agropecuária, que são: 1) salário maior e certo (37% das citações); 2) tipo de serviço (jornada menor, serviço mais leve e limpo) (35%); 3) oportunidade (de crescer na carreira, maior número de postos de trabalho) (16%), e 4) segurança (carteira assinada, plano de saúde, férias) (12%). O adjetivo “certo” que qualifica salário significa, neste caso, que a renda da cidade seria imune às incertezas típicas da atividade agrícola, que oscila em função do clima e do mercado, principalmente. Com relação ao trabalho na pecuária de leite observou-se uma representação negativa no imaginário dos jovens, ligado às longas jornadas de trabalho inerentes à pecuária de leite “de sol a sol”, “de domingo a domingo”, além de ser considerado “pesado” e “sujo”. Estes atributos auxiliam a compreender a mobilidade, especialmente de jovens, do campo para as cidades, do trabalho na pecuária leiteira para o trabalho urbano.

Abstract

The research was conducted in 2009 in the municipalities of Guiricema and Uba, at Minas Gerais State had investigated family reproduction strategies and job opportunities in rural areas. It had been interviewed 32 milk producers and 49 youth, sons of dairy farmers. That youth group, 11 of them works in agriculture and 38 work in non-agriculture activities. One of the results of the research refers to the meanings attributed by youth to the labor in agriculture and non-agriculture. Four qualitative categories justify the preference of non-agricultural labor in the city at the expense of labor in agriculture, which are: 1) higher and invulnerable salary (37% of citations), 2) better type of work (shorter journey, lighter and cleaner labor) (35%), 3) open opportunities (to grow in their career, the largest number of occupations possibilities) (16%), and 4) secure job (formal contract, health insurance,

¹ Este artigo, parte da dissertação de mestrado defendida no Departamento de Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa, contou com o apoio financeiro da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa.

² Analista da Embrapa Gado de Leite. Engº agrônomo e licenciado em Ciências Sociais. M.S. em Extensão Rural. E-mail: williamfb2006@yahoo.com.br.

³ Professor aposentado da Universidade Federal de Viçosa. Sociólogo, Post-Doctor. E-mail: nmuniz@ufv.br.

vacation) (12%). The adjective "invulnerable salary" means, in this case, that the income in the city is immune to the uncertainties typical of agricultural activity, which fluctuates depending on the weather and the market mainly. The dairy cattle work showed a negative representation to the young people, linked to long work journey, inherent in dairy farming which lasts "from sunrise to sunset," "Sunday to Sunday", besides being "heavy" and "dirty". These attributes help to understand the mobility, especially youth, from the countryside to cities, work in dairy farming to urban work.

Curriculum vitae resumido: Engenheiro agrônomo pela Universidade Federal de Viçosa (1990), mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa (2009) e faz graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2013). Trabalhou em propriedades rurais no ES e GO (1990 e 1991), foi extensionista na Emater-DF (1992), produtor rural (1995 a 1997) e extensionista na Emater-MG (1997 a 2002). É empregado da Embrapa Gado de Leite desde junho de 2002 na área de Transferência de Tecnologia.

Introdução

O Brasil rural passa por mudanças significativas nas últimas décadas, notadamente em relação à mobilidade de pessoas e à mudança de perfis econômicos regionais. Se por um lado há o incremento de pessoas nesses espaços pela abertura de novas áreas agrícolas e como resultado dos movimentos sociais no campo, em muitas áreas tradicionais de agricultura verifica-se o esvaziamento populacional, conforme mostram os dados desta pesquisa. Em meio a tantas mudanças, estudos indicam que parcela substancial de famílias moradoras de áreas rurais do país está se deslocando para áreas urbanas ou optando por somar à renda agrícola uma ou mais fontes de renda não-agrícolas. Esse duplo ingresso de rendimento – agrícola e não-agrícola – nas famílias que residem no meio rural e lidam com agricultura é o que se denomina pluriatividade.

Ao contrário do que se supunha, essas rendas externas à propriedade rural parecem não impulsionar os moradores rurais para as cidades, mas, ao contrário, os empregos não-agrícolas podem estar viabilizando a permanência de moradores nessas regiões (Silva, 1997; Schneider, 2003). Além disso, a diversificação de fontes de renda permite melhorar o nível sócio-econômico da unidade familiar e reduzir a vulnerabilidade em comparação a uma família essencialmente agrícola.

Dessa maneira, pouco a pouco o meio rural deixa de ser reconhecido apenas como um local exclusivamente voltado ao setor agrícola e passa a ser percebido como um espaço

capaz de oferecer novas perspectivas de trabalho e renda também nos setores de indústria e serviços, segmentos considerados como tipicamente urbanos (Abramovay, 2003).

Os problemas da pesquisa

A pecuária na Zona da Mata Mineira envolve 97.043 pessoas (dados de 2006), o que inclui pecuária de leite e corte e criação de outros animais (IBGE, 2013a). Esse montante significa que, naquele ano, 32,7% do total de pessoas ocupadas na agropecuária na região trabalhavam com pecuária, atividade que é essencialmente voltada ao leite nessa região. Do total, 64% (62.081 pessoas) são ligadas a estabelecimentos familiares e 36% a patronais.

Considerando a tradição da atividade leiteira na Zona da Mata Mineira uma pergunta orienta este trabalho em termos de mudanças no trabalho e na mobilidade espacial de jovens rurais: as transformações socioeconômicas locais estariam induzindo estratégias de reprodução social direcionadas à continuidade ou ao abandono da residência rural e do trabalho com pecuária leiteira? Quais elementos explicativos orientam as estratégias pessoais e familiares?

Como reprodução socioeconômica familiar, Carneiro e Maluf (2003) consideram as “fontes geradoras de renda para os membros das famílias rurais, as condições de permanência no campo, as práticas de sociabilidade, as condições de instalação dos jovens e as questões relativas à sucessão do chefe da unidade produtiva” (p.22). Brumer (1993) argumenta que o agricultor brasileiro, em termos de estratégia familiar, busca garantir espaço de trabalho para seus herdeiros, dentro ou fora de sua propriedade, sob contingências técnicas e econômicas (p.205).

As mudanças que ocorrem no mercado de trabalho em nível de família ficam mais compreensivas se forem comparados dois tipos de municípios com diferentes dinâmicas econômicas: “dinâmicos” e “estagnados” – representados por Ubá e Guiricema, respectivamente (Figueiredo & Diniz, 2000). Esta estratégia metodológica tinha a premissa de que o município dinâmico teria maior poder de atração de moradores e trabalhadores que o estagnado. Ou seja, a mobilidade de moradores rurais estaria diretamente relacionada à dinâmica socioeconômica local. Para isto a pesquisa voltou-se a compreender as estratégias produtivas, econômicas e sociais adotadas pelas famílias de produtores de leite dos dois municípios.

Metodologia

Foram adotados os seguintes passos, em termos gerais: i) a escolha da mesorregião e dos municípios a serem investigados; ii) levantamento e comparação de dados históricos e estatísticos de Guiricema e Ubá; iii) entrevista a extensionistas agropecuários da Emater-MG⁴, como *experts* a respeito do ambiente rural; iii) entrevista a 32 produtores de leite e 49 de seus filhos (11 FA e 38 FNA⁵ – sendo homens e mulheres); iv) análise dos dados; v) redação do trabalho.

O delineamento utilizado foi do tipo *survey*. A coleta de dados foi feita por questionários com questões abertas e fechadas aplicadas a produtores de leite e seus filhos – homens e mulheres. Para melhor atingir os objetivos propostos, foram realizadas três tipos de comparação: 1) entre pessoas procedentes de Ubá e de Guiricema; 2) entre pessoas procedentes de propriedades de leite localizadas “perto” e de “longe” das cidades-sede municipais⁶, e 3) entre FA e FNA. A primeira e a segunda comparação se referem à suposta diferença de oportunidade de trabalho não-agrícola à disposição das famílias rurais em função da proximidade de locais com maior ou menor oferta de trabalho. A terceira comparação tem por objetivo ressaltar determinadas características e apresentar diferenças entre os dois grupos de filhos de produtores de leite: FA e FNA.

Na aplicação dos questionários foram preenchidos os campos das questões abertas e fechadas e ainda anotados os comentários *ipsis litteris* dos participantes da pesquisa. Esse procedimento agregou qualidade às respostas dos entrevistados. Os aspectos relacionados a gênero ocorreram por comparação de dados dos questionários e depoimentos de filhos e filhas.

Para a composição das amostras da pesquisa – grupos de produtores de leite e grupos de filhos de produtores de leite – foram associadas duas técnicas: o uso de informantes privilegiados ou *experts* (os técnicos da Emater-MG) e a amostragem pela técnica de ‘bola de neve’. Uma vez presente nas comunidades indicadas pelos *experts* e entrevistado um produtor que possuía filho ou filha que trabalhava em atividade não-

⁴ Emater-MG é a sigla da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais. Extensionista é o profissional que presta orientações técnicas relacionadas à produção agropecuária. Geralmente é técnico em agropecuária, zootecnista, agrônomo ou médico-veterinário.

⁵ FA significa, aqui, os filhos que trabalham com atividades agrícolas e FNA, os filhos que trabalham com atividades não-agrícolas.

⁶ Para esta pesquisa, “perto” da cidade-sede representa quatro quilômetros ou menos em Guiricema e um quilômetro ou menos em Ubá. “Longe” da cidade-sede significa 11 quilômetros ou mais em Guiricema e 13 quilômetros ou mais em Ubá.

agrícola (o que poderia indicar uma família pluriativa) o pesquisador indagava ao produtor se ele conhecia outro produtor de leite que também tinha filhos com as mesmas características. Ou seja, a técnica de amostragem ‘bola de neve’ vale-se do conhecimento recíproco para criar uma corrente de informantes até que se possa formar uma amostra da pesquisa. O processo termina (ou o tamanho das amostras é demarcado) quando os conteúdos das respostas são sistematicamente repetidos, ou seja, quando se esgotam as explicações mais importantes para a compreensão do fenômeno estudado.

Finalmente a análise dos dados foi feita utilizando o recurso do programa estatístico SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*, versão *SPSS 15.0 for Windows Evaluation Version*).

Referenciais conceituais

O termo pluriatividade surgiu a partir do emprego dos termos *part-time farming*, na vertente inglesa, e *pluriactivité*, da corrente francesa (Schneider, 2003). Até meados da década de 1980 os dois termos eram empregados como sinônimos e, a partir de então, seguiram trajetórias teóricas diferenciadas na literatura internacional. Enquanto o oposto de *part-time farming* (agricultura em tempo parcial) seria o *full-time farming* (agricultura em tempo integral), o oposto de *pluriactivité* (combinação de ocupações funcionais agrícolas e não-agrícolas por um ou mais membros de uma família) seria a *monoactivité* (a renda familiar proveniente de uma única atividade econômica). O termo em inglês refere-se ao estudo da utilização do tempo de trabalho na propriedade agrícola enquanto a *pluriactivité* refere-se ao estudo das atividades desempenhadas pelos integrantes da família.

Pluriatividade, para Carneiro (2006), é a combinação de ocupações agrícolas e não-agrícolas por membros de uma mesma família diante de um contexto econômico e sociocultural favorável a novos ingressos no mercado de trabalho. Nesse sentido, os membros da família agrícola teriam mais oportunidades de trabalho quando inseridos em um local diversificado e dinâmico (Carneiro, 2006; Schneider, 2003).

No contexto teórico, a mudança de perspectiva em relação a novas ocupações dos membros das famílias agrícolas está vinculada, segundo Marsden (apud Schneider, 2003, p.113), a uma “reestruturação produtiva” decorrente de transformações que ocorreram no meio rural. A emergência de novas ocupações no meio rural também pode ser vista como uma “especialização flexível”, capaz de explicar uma “nova forma produtiva que articula,

de um lado, um significativo desenvolvimento tecnológico e, de outro, uma desconcentração produtiva baseada em empresas médias e pequenas, ‘artesanais’” (Antunes, 2005, p.25). Com base no estudo da “Terceira Itália”, o autor ressalta que esse novo conceito de trabalho não atua na produção em massa, característico do modelo fordista, mas se articula com o mercado local e regional. Ainda para Antunes (2005), essa flexibilidade afasta a alienação do trabalho mecanizado e fortalece sua base criativa.

Outro modelo importante a considerar neste estudo é o toyotismo, uma vez que pode auxiliar a interpretar as mudanças na organização do trabalho que ocorrem no meio rural, denominado “novo rural” por Campanhola & Silva (2000). Para Antunes (2005), ao contrário do modelo fordista que produz em série, no toyotismo a produção é determinada pelo consumo, sob os preceitos de estoque mínimo, melhor qualidade, melhor uso do tempo e horizontalização dos insumos. Com relação ao trabalho, o modelo Toyota exige maior qualificação profissional para operar diversas máquinas simultaneamente, combinando ‘várias tarefas simples’ na direção da “desespecialização dos profissionais para transformá-los não em operários parcelares, mas em plurioperadores, em profissionais polivalentes, em trabalhadores multifuncionais” (Coriat, 1994, p.53).

Carneiro (2006) compreende as mudanças de estratégias nas famílias como decorrentes de um contexto econômico e sociocultural novo, o que imprime um “novo modo de funcionamento das famílias agrícolas” decorrentes do “esgotamento do modelo de produção produtivista” (p. 176). Para a autora seria preciso conhecer as formas de reprodução social das famílias e como elas estão “socializando parte ou a totalidade dos rendimentos individuais; ou, ao contrário, quando essa unidade é quebrada e os rendimentos passam a ser apropriados individualmente” (CARNEIRO, 2006, p.179). Ainda para a autora, os projetos e os interesses sendo individuais e não coletivos e familiares, os indivíduos surgem como protagonistas de mudanças sociais direcionadas a uma nova dinâmica social.

Desta forma, as rotinas, os instrumentos, as relações humanas e as atitudes formariam o que Berger & Luckmann (2009) chama de ‘linguagem’, que posiciona as pessoas na sociedade e “enche esta vida de objetos dotados de significação” (p. 39). É com essa nova perspectiva que Carneiro (2006) propõe investigar as mudanças sociais no espaço rural que se afasta da visão estritamente econômica e produtivista da unidade

familiar agrícola e busca os significados dos comportamentos das pessoas da família em função das transformações socioeconômicas.

Esta breve descrição conceitual permite uma observação mais acurada das dinâmicas socioeconômicas e os significados de transformações sociais que ocorrem no meio rural.

Resultados e discussão

➤ Características de Ubá e Guiricema

Pela Tabela 1 verifica-se que em Guiricema o setor de serviços predomina no PIB municipal (55,6%), seguido pelo agropecuário (31,0%) e pelo industrial (13,4%). Com relação ao Município de Ubá apesar de predominar, também, o setor de serviços na formação total do PIB (66,7%), o setor agropecuário representa apenas 1,6% do PIB total desse município, ainda que possua valor nominal similar ao de Guiricema. Em Ubá a contribuição da indústria na formação do PIB municipal é muito significativa (31,7%), evidenciando a característica de um polo industrial, especialmente o moveleiro.

Tabela 1. Produto Interno Bruto. Guiricema e Ubá. 2006.

Setor	Guiricema		Ubá	
	PIB (em mil reais/ano)	%	PIB (em mil reais/ano)	%
Agropecuário	12.988	31,0	10.973	1,6
Indústria	5.575	13,4	218.288	31,7
Serviços	23.285	55,6	458.649	66,7
Total	41.848	100,0	687.910	100,0

Fonte: Adaptado IBGE (2013b).

Apesar de Ubá possuir maior PIB que Guiricema – o que significa maior volume de recursos nas mãos daquela Prefeitura – observou-se que há carência de investimentos em infraestrutura nas zonas rurais dos dois municípios, conforme relatos de extensionistas, produtores e filhos de produtores de leite.

➤ Dinâmicas populacionais rurais

O pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários pode apresentar ou não laços de parentesco com o produtor rural. Verifica-se na Tabela 2 que esses dois grupos se reduzem no período de 1996 a 2006. No conjunto, identifica-se a tendência das pessoas em

abandonarem a residência rural, confirmando o despovoamento caracterizado na descrição anterior, o que pode expressar, também, a redução na oferta de mão-de-obra no setor.

Tabela 2. Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários por laço de parentesco com o produtor. 1996 e 2006.

Laço de parentesco com o produtor	Guiricema				Ubá			
	Pessoal ocupado em estabelec. agropecuários (Pessoas)		Pessoal ocupado em estabelec. agropecuários (Percentual)		Pessoal ocupado em estabelec. agropecuários (Pessoas)		Pessoal ocupado em estabelec. agropecuários (Percentual)	
	1996	2006	1996	2006	1996	2006	1996	2006
Presente	3758	2435	67,6	87,0	2281	1344	62,9	76,9
Ausente	1803	364	32,4	13,0	1344	404	37,1	23,1
TOTAL	5561	2799	100,0	100,0	3625	1748	100,0	100,0

Fonte: Adaptado IBGE (2013a).

Com relação a esta dinâmica populacional associada ao trabalho nos estabelecimentos, há dois aspectos a ressaltar. Primeiro a redução significativa de pessoas *sem* laço de parentesco com o produtor, considerando que este grupo é aquele que mais fornece mão-de-obra para o setor agropecuário. Esta especificidade se manifesta nos questionários dos produtores para os quais a mão-de-obra contratada provém da vizinhança e a falta destes braços se agrava pela saída de famílias de não-proprietários do meio rural. Para contornar estas transformações sociais, é necessário operar mudanças nos referenciais técnicos utilizados neste setor, como a utilização de tecnologias poupadoras de trabalho. O segundo aspecto, não menos importante, é a redução de pessoas *com* laço de parentesco com o produtor, uma vez que também reduz a mão-de-obra (no caso familiar) disponível para a atividade leiteira e ainda acarreta problemas de sucessão nas propriedades rurais.

➤ Produtores e a continuidade da atividade agropecuária

A comparação em termos da distância da propriedade em relação à sede municipal mostra que a disposição de diminuir ou parar a produção é maior entre os produtores residentes “longe” da cidade-sede (35%), em relação àqueles residentes “perto” (8%).

Tabela 3. Tendências sobre a atividade leiteira por localidade de residência.

Disposição do produtor	Guiricema		Ubá		Total		“Perto”		“Longe”		Total	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Aumentar a produção	10	59	6	40	16	50	6	50	10	50	16	50
Manter a produção	4	23	4	27	8	25	5	42	3	15	8	25
Diminuir a produção	0	0	4	27	4	12,5	0	0	4	20	4	12,5
Parar de produzir leite	3	18	1	6	4	12,5	1	8	3	15	4	12,5
Total	17	100	15	100	32	100	12	100	20	100	32	100

Fonte: Dados da pesquisa.

A decisão de reduzir ou parar a produção de leite, na opinião dos produtores dos dois municípios, estava associada à mão de obra escassa e de alto custo (onze citações), baixo preço do leite (quatro citações), falta de recursos financeiros para investimentos (duas citações), idade do produtor (duas citações) e tamanho reduzido da propriedade (uma citação).

Recorrendo aos comentários de produtores que pretendem parar com a atividade leiteira, é possível qualificar as informações da Tabela 3. O primeiro (tem 51 anos) disse: “Meu filho saiu... tá sujeito mais tarde até parar (de produzir leite)... a gente vai cansando... mão-de-obra tá muito difícil, não tá tendo gente pra trabalhar.” O segundo e o terceiro produtores (com 63 e 55 anos de idade): “Não tá dando resultado. Leite a cinquenta centavos! Tá todo mundo acabando com o gado... nem pode dar ração.” “Não tô satisfeito. Um homem tem coragem de pedir trinta reais por dia [para trabalhar como diarista]! Sessenta litros de leite para pagar um dia de um homem! Temos que ficar arrebitando de trabalhar sozinho. As coisas da roça não têm valor.” O quarto produtor (de 64 anos) também atribuiu à baixa rentabilidade da atividade (em função do alto valor do adubo e da ração para vacas) e à falta de mão-de-obra como motivos para encerrar a atividade leiteira.

➤ Ocorrência e características da pluriatividade

Considerando as 32 famílias participantes da pesquisa, 25 (78%) não contam com o ingresso de rendas não-agrícolas geradas pelos filhos e pais. Nesses casos, as rendas não contribuem, nem eventualmente, para as despesas da família dos produtores de leite, destinando-se exclusivamente a esses parentes (ou a seus familiares descendentes). Por este motivo essas 25 famílias não são pluriativas. Apenas sete famílias (22%) contam com a participação financeira não-agrícola de parentes, de forma contínua ou eventual.

Segundo o conceito e os limites teóricos de pluriatividade adotados nesse estudo, há apenas uma única família pluriativa no universo da pesquisa. O marido instalou um

pequeno laticínio na propriedade onde fabrica iogurtes (o filho, técnico em laticínios trabalha nessa pequena indústria e a filha estuda nutrição e tem planos para trabalhar também ali) para a venda na cidade-sede municipal e a esposa é funcionária da Prefeitura. Ao contrário das outras, essa família se insere nas novas dinâmicas do meio rural por meio de arranjos não-transitórios, mas mecanismos duradouros e integrados nas estratégias de reprodução social familiar. As contribuições das rendas não-agrícolas do produtor e da esposa não são provisórias como em outros casos, mas estáveis. Além disso, estão sob o controle da família, o que garante segurança na continuidade do ingresso das rendas e autonomia na gestão destes recursos não-agrícolas, incluindo a decisão em investir na agricultura. A família possui rendas diversificadas e contínuas, o que garante menor vulnerabilidade econômica, aspecto relevante na pluriatividade.

Ressalta-se que a família pluriativa localiza-se em Guiricema, município essencialmente agrícola, e não em Ubá, local privilegiado no contexto socioeconômico da Zona da Mata Mineira. A pluriatividade desta família surgiu como uma reação criativa e empreendedora dentro de um cenário pouco previsível. Desse modo, o trabalho e o projeto coletivo dessa família destoam das demais. A pluriatividade, nesse caso, aponta para “uma mudança da forma de realizar e de organizar o trabalho na unidade familiar agrícola” (CARNEIRO, 2006, p.170).

A origem da renda não-agrícola da única família pluriativa da pesquisa não é proveniente dos filhos, mas dos pais. A ausência de família pluriativa com renda proveniente de filhos sugere a existência de uma lógica voltada a uma ‘nova’ estrutura familiar agrícola fundada na individualidade dos projetos dos FNA que os afasta de projetos agropecuários.

➤ A falta de mão de obra nas propriedades e as implicações na sucessão da unidade produtiva

A execução dos trabalhos agrícolas é de responsabilidade dos que ficaram nas propriedades. A tendência é a permanência dos proprietários e de alguns filhos que não migram para as cidades. Essa tendência pode ser ilustrada com o depoimento de um dos entrevistados:



Figura 1. Uso de roçadeira costal mecanizada (foto do autor).

“a maioria do pessoal [da comunidade “longe”] de Crindiúbas, tá trabalhando em São Geraldo [município vizinho a Guiricema], nas fábricas de móveis... Tem muitas casas vazias [na comunidade]... quem fica é o proprietário, ninguém tem empregado. Tão usando muita roçadeira [costal motorizada] de três anos pra cá... hoje tem muito na região. Um homem [operando uma roçadeira] faz por três ou quatro.” “Hoje só fica [no meio rural] quem é proprietário. Mesmo assim, a maioria mora na cidade e vem trabalhar na roça.”

O uso de tecnologias, como o caso da roçadeira, passa a ser vital como recurso para superar a carência de mão de obra. Apesar do registro atual sobre a tendência migratória nas atividades agropecuárias, esse movimento iniciou-se, como relata um dos entrevistados, a partir da década de 1970.

“A zona rural esvaziou muito por causa da lei trabalhista da década de 1970 e 1980. O empregado ganhava na justiça e ganhava uma parte da propriedade. Então eles pararam de colocar empregado morando nas propriedades. Outros saíram pra estudar os filhos. O meu sogro saiu da comunidade Santana pra minha mulher estudar.” “O êxodo rural vai limpando a zona rural. Tá todo mundo indo embora. A cidade tem trabalho limpo. Há trinta anos atrás tinha vizinho pra todo lado. Hoje tá virando tudo pasto.” “A lei trabalhista arreventou a zona rural. Foi todo mundo embora. É um dinheiro sujo [do trabalhador que ganha a causa]. [...] Assinar carteira era caro. Todo mundo ficou com medo de contratar. Quem levava o patrão na justiça ia pra Volta Redonda [morar].” “O pessoal foi tudo embora. Hoje deve ter umas trezentas pessoas [aqui em Dom Silvério]. Anos atrás tinha umas seiscentas pessoas.” “Tuiutinga só tem velho, aqueles que já aposentaram.”

Segundo esse relato, a vigência da lei trabalhista implicou em várias consequências, envolvendo proprietários e trabalhadores rurais. Analisando este cenário hoje (*a posteriori*) parece ter havido inadequação da legislação trabalhista para o caso rural, seja em forma, seja nos meios de sua aplicação. O processo de modernização e urbanização mostra sua perplexidade naqueles que permanecem. O discurso, com ares de revolta, põe a culpa na lei trabalhista, embora muitos fatores estejam envolvidos com as transformações sócio-econômicas recentes pelas quais passa o país.

Registra-se, nas palavras do produtor, o tipo de trabalho “limpo” da cidade (em oposição ao “sujo” da agricultura) e a saída do meio rural com motivos de escolarização,

um requisito de valor nas estratégias de reprodução familiar que se tratará adiante. “Sujo”, pelo entendimento do entrevistado, é também o dinheiro que o empregado ganha na justiça do ex-patrão. O ciclo de desemprego rural se fecha quando o proprietário deixa de contratar.

➤ Escolarização como estratégia de reprodução social

Dentre diversos aspectos sobre as estratégias de reprodução social das famílias investigadas destaca-se uma lógica familiar de incentivo à maior escolarização. Os FNA procedentes de propriedades “longe” da cidade-sede são impulsionados a alcançar maior escolaridade segundo uma estratégia formulada e estimulada na família como alternativa ao ‘isolamento’, à precariedade de infraestrutura e às escassas oportunidades de trabalho destes locais distantes. Apesar de FNA de “perto” e de “longe” possuírem a mesma idade, aqueles de “longe” saem da casa dos pais mais cedo, fixam residência em locais mais distantes da propriedade dos pais (na cidade-sede ou em ‘outra cidade’) e alcançam maior escolaridade.

Pelos dados deste item conclui-se que a ‘desvantagem’ entre produtores de origem “longe” da cidade-sede, em relação àqueles procedentes de “perto”, parece ter se invertido em uma vantagem na geração seguinte – de seus filhos – em função das estratégias familiares utilizadas. Outra constatação do estudo é que os FA apresentam escolaridade maior que os pais, o que deve facilitar o uso de tecnologias agropecuárias mais complexas.

A segunda inferência se dá pela evidência de maior escolaridade dos FNA em comparação aos FA. Estes dados sugerem que o trabalho não-agrícola (geralmente localizado nas cidades) exige maior escolarização. Se por um lado este quesito é fator que facilita a obtenção de trabalho não-agrícola pelos FNA, de forma inversa, a baixa escolarização dos FA limita as possibilidades de mudanças na carreira pelo exercício de ofício não-agrícola e a chance de alcançar maior renda (não-agrícola).

Apesar de a escolaridade não ter promovido a maior renda no grupo estudado, a educação permitiu maior acesso a postos de trabalho. O contrário também é verdadeiro: “Pra gente que não estudou, é difícil [oportunidade de trabalho no município]. Tudo depende do segundo grau que não tenho. Trabalhei sempre na roça com leite”. Escolaridade, aqui, é sinônimo de chances de mobilidade. A escola assume, aqui, uma função libertadora, conforme defende Amartya Sen (2010).

➤ Gênero e trabalho agrícola

Entre os familiares dos produtores de leite que trabalhavam com agropecuária na propriedade, a maior renda média mensal era dos filhos (R\$ 574,29), seguida pela do genro ou nora (R\$ 235,83) e da filha (R\$ 171,83). A esposa do produtor não tinha remuneração pecuniária explícita pelo seu trabalho. A baixa remuneração da filha (em relação à renda dos filhos) e a falta de remuneração da mãe dão sinais de contribuir para o fato da baixa presença de filhas no trabalho agrícola no grupo investigado.

Quando o produtor se manifestou em relação à sucessão de sua atividade agropecuária, a continuidade esteve a cargo de 65% para os filhos e 16% para as filhas (e o genro). Pelas respostas pode-se perceber que o trabalho agropecuário, mesmo que seja a administração da propriedade (como o caso dos filhos que moram na cidade), é visto pelos produtores como papel masculino. No caso das filhas, as respostas são “minha filha e meu genro”. Para os filhos são simplesmente “meu filho” e não “meu filho e minha nora”. A inclusão do genro no projeto do produtor ressalta, mais uma vez, a importância da figura masculina na condução de um projeto agropecuário, um aspecto cultural marcante nos discursos dos produtores, filhos e filhas.

Em relação à escolaridade, as filhas foram superiores às suas mães. A maior escolaridade das filhas com relação às suas mães sugere contribuir para criar novas expectativas nestas filhas com relação ao trabalho e ao estilo de vida, o que se manifesta, de certa forma, nos seus depoimentos: “A cidade dá melhores condições de trabalho, salário, oportunidade de crescimento profissional. É o salário mesmo que atrai o jovem rural.” “A mulher é mais difícil ficar na roça”, “trabalhar na roça é cansativo e pesado”. Os números que expressam a pequena participação de moças nas atividades agrícolas permitem, por meio destes relatos, inferir sobre o afastamento das moças do trabalho agrícola nas propriedades investigadas.

➤ Sentidos atribuídos pelos filhos ao trabalho agrícola e ao trabalho não-agrícola

Quatro categorias qualitativas justificam a preferência do trabalho não-agrícola da cidade em detrimento do trabalho na agropecuária, que são: 1) salário maior e certo (37% das citações); 2) tipo de serviço (jornada menor, serviço mais leve e limpo) (35%); 3) oportunidade (de crescer na carreira, maior número de postos de trabalho) (16%), e 4)

segurança (carteira assinada, plano de saúde, férias) (12%). O adjetivo “certo” que qualifica salário significa, neste caso, que a renda da cidade seria imune às incertezas típicas da atividade agrícola, que oscila em função do clima e do mercado, principalmente. Em termos de pluriatividade, significa que a renda não-agrícola mensal constitui-se em importante atrativo ao trabalhador no sentido de manter a estabilidade da economia familiar. A regularidade da renda indica ser um dos componentes importantes que impulsiona o jovem rural para o trabalho nas cidades.

O tipo de serviço típico da agricultura ou da pecuária de leite seria, segundo os filhos, um elemento que estaria contribuindo para afastar os jovens do trabalho agrícola e, conseqüentemente, da residência rural. Este tipo de serviço estaria ligado às longas jornadas de trabalho inerentes à pecuária de leite “de sol a sol”, “de domingo a domingo”, além de ser considerado “pesado” e “sujo”.

➤ Inserção dos jovens no mercado de trabalho na visão dos extensionistas

Nas famílias rurais do município há, segundo os extensionistas, um componente cultural que estimula a saída do jovem do trabalho na propriedade:

Ele [o pai] dá uns 50 reais para [o filho] vir na rua no final de semana. Dá a ele uma moto, dá a ele uma roupa..., dinheiro mesmo ele não tem. Chega aqui [na cidade], como diz o outro, chega aqui, no dia 4 ou no dia 5 a fábrica dá a ele 400 ou 500 reais, isso [lá na propriedade do pai] ele não tem. Isso é um fator que acaba fazendo ele ir embora [do meio rural].

A falta de retribuição pelo trabalho agrícola do jovem rural parece ser inerente à fase biológica juvenil em que não ele(a) não é mais criança e ainda não é adulto. Desta maneira, não teria motivo para receber salário mensal, uma vez que ainda reside com os pais, os quais custeiam todas as suas despesas. Para o jovem filho (rapaz), a carência destes recursos mensais associado à ausência de espaço físico próprio na propriedade inviabilizaria seu projeto pessoal ligado à agropecuária dentro dos limites do patrimônio dos pais. Para a filha (moça) teria o agravante do não-reconhecimento do trabalho feminino ligado à produção agropecuária, especialmente quando se trata da gestão da propriedade. Para a moça haveria um fator ainda mais forte de expulsão da propriedade, quando comparado ao rapaz.

Conclusões

O Brasil passa por um período intenso e frutífero de modernização e ingresso nos melhores e maiores mercados do mundo. Este fato importante para a história do país também conta com mudanças internas, como o que ocorre no mercado de trabalho rural. O estudo das dinâmicas sociais e econômicas de famílias agrícolas e de cidades do interior pode iluminar o que ocorre em boa parte do território nacional. A pluriatividade como unidade de análise, por exemplo, auxilia a enxergar não apenas transformações em nível de município, mas também as subjetividades que impulsionam famílias a tomarem suas decisões.

Este trabalho mostra que a multiplicidade de rendas em uma família pode surgir mesmo em um local “estagnado”, como Guiricema, conforme estudos de Figueiredo & Diniz (2000). A emergência de projetos pessoais em detrimento daqueles familiares também reforça a presença e força da chamada “modernidade” no campo. As famílias tradicionais e seu característico familismo estão cedendo espaço para o individualismo contemporâneo no campo.

Em função deste cenário global e envolvente, a agricultura manual de outrora sofre a pressão de uma revolução que impõe o uso de máquinas, ainda que adaptadas a pequenas produções. Não havendo mão de obra suficiente, o caminho único é aquele que poupa trabalho. Mais do que dar conta realizar um determinado serviço, tecnologias e novos processos são demandados para dar conta de demandas que tornam o serviço mais leve, mais rápido e que tornam a receita mais segura possível. O modelo é o do emprego assalariado da cidade. Por estas ausências e outras, como a estrutura física precária de escolas, estrada, etc. do meio rural – os jovens rurais estão deixando o trabalho no campo.

O que este trabalho traz de importante são as representações sobre o trabalho na agricultura. Buscou qualificar alguns dos motivos pelos quais os jovens estão abandonando o projeto de trabalho na agricultura e residência no campo.

Bibliografia

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 149 p.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?**: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2005. 200 p.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 30 ed. Petrópolis: Vozes, 2009. 248 p.

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de. (Org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 35-51.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. da. **O novo rural brasileiro**: políticas públicas. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, v. 4, 2000. 176 p.

CARNEIRO, M. J. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: SCHNEIDER, S. (Org.) **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006. p.165-185.

CARNEIRO, M. J.; MALUF R. S. Introdução. In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Org.). **Para além da produção**: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. p. 17-27.

CORIAT, B. **Pensar pelo avesso**. Tradução: Emerson S. da Silva. Rio de Janeiro: Revan/UFRJ, 1994. 209 p.

FIGUEIREDO, A. T. L.; DINIZ, C. C. Distribuição regional da indústria mineira. **Nova Economia**, v. 10, n. 2, 2000, p. 39-69

IBGE. **Banco de Dados Agregados**. IBGE, Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 02 mai. 2013a.

IBGE. **Cidades**. IBGE, Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 2 mai. 2013b.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 254 p.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo, SP: Companhia das Letras. 2010, 409 p.

SILVA, J. G. da. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v.7, n.1, 1997. p. 43-81.

POLITENICA, TRABALHO ASSOCIADO E AUTOGESTÃO: PESQUISA EMPÍRICA EM UMA COOPERATIVA POPULAR NO ESTADO DO RS

CHIARIELLO, Caio Luis. UFSCAR; EID, Farid. UFPA
mudomundo@hotmail.com; farid@ufpa.br
FAPESP
GT2 - Trabalho rural

1. Sobre o conceito de politecnia

Dentro da análise das etapas dos processos de trabalho que se desenvolveram no interior do modo de produção capitalista, da cooperação simples à automação, verifica-se uma tendência de alienação do trabalho humano com intenção de afastar o trabalhador do domínio sobre a totalidade dos conhecimentos da atividade de trabalho. Ao mesmo tempo, o capitalismo busca retirar a centralidade do trabalho humano do processo produtivo, desvalorizando-o e simplificando seu conteúdo, esvaziando assim sua razão de ser. Como resultado, observa-se o barateamento do trabalho fragmentado e simples, levando à sobrevalorização do capital em relação ao trabalho, quando o componente técnico se coloca como dinamismo de agregação de valor à produção, tendo como emblema o modelo de produção e de trabalho taylorista-fordista. A introdução da automação microeletrônica a partir da década de 1970 trouxe consigo a necessidade de utilizar a capacidade intelectual humana para manusear um instrumental sofisticado e de alto valor. Uma nova configuração do perfil do trabalhador, não fragmentado e sim polivalente, foi requisitada pelas organizações, abrindo uma nova perspectiva da atividade de trabalho, enriquecido, amplo, aparentemente revestido de elementos emancipatórios. Mas o modelo da polivalência, ainda que aspire uma relação mais próxima entre o homem e seu trabalho em um ambiente intenso em tecnologia, mantém o trabalhador apartado da condução do processo de trabalho e do direcionamento da produção, assemelhando-se ao modelo taylorista-fordista, apartado de uma formação politécnica

A politecnia, em sua etimologia, remete à aplicação de múltiplas técnicas, fundadas não apenas no empirismo, mas também na constituição científica. Segundo Saviani (1989, p.17) “a noção de politecnia diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes

modalidades de trabalho. Politecnia, nesse sentido, se baseia em determinados princípios, determinados fundamentos, e a formação politécnica deve garantir o domínio desses princípios, desses fundamentos”. Os princípios a que o autor se refere são os da unidade entre as diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho humano, fundindo os elementos técnicos e científicos, o trabalho manual e o intelectual. Ainda segundo o autor, o conceito de politecnia “[...] postula que o processo de trabalho desenvolva, numa unidade indissolúvel, os aspectos manuais e intelectuais. Um pressuposto dessa concepção é de que não existe trabalho manual puro, e nem trabalho intelectual puro. [...] A separação dessas funções é um produto histórico-social, separação esta que não é absoluta, é relativa. Essas formas se separam por um processo formal, abstrato, em que os elementos predominantemente intelectuais se sistematizam como tarefa de determinado grupo da sociedade. Temos então o que conhecemos por trabalhadores manuais, por profissões manuais (Saviani, 1989, p.15).”

A politecnia caminha na crítica da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, resultado de um processo histórico fundado na separação entre instrução profissional dirigida para a classe trabalhadora e instrução geral e científica direcionada para os pertencentes à classe capitalista, propondo, desde a primeira formação, a divisão de classes, fomentada por pedagogias distintas (Machado, 1991).

A formação politécnica propõe a junção dos elementos científicos e técnicos do trabalho mediante uma pedagogia e uma práxis em que estes elementos não sejam estranhados dos trabalhadores, mas sim por eles assimilados. Esta formação em múltiplas técnicas seria, em Marx, o 'fermento' da transformação social: “Na concepção de Marx, o ensino politécnico, de preparação multifacética do homem, seria o único capaz de dar conta do movimento dialético de continuidade-ruptura, pois não somente seria articulado com a tendência histórica de desenvolvimento da sociedade, como a fortaleceria. [...] contribuiria para aumentar a produção, fortalecer o desenvolvimento das forças produtivas, e intensificar a contradição principal do capitalismo (entre socialização crescente da produção e mecanismos privados de apropriação). Por outro lado, contribuiria para fortalecer o próprio trabalhador, desenvolvendo suas energias físicas e mentais, abrindo-lhe os horizontes da imaginação e habilitando-o a assumir o comando da transformação social.” (Machado, 1991, pp.126-127).

Saviani (1989) enfatiza que a adoção da politecnia como pilar da formação do trabalho associado, autogestionário, recupera a tradição socialista da unidade do trabalho, demarcando uma visão educativa distinta em relação àquela correspondente à concepção burguesa dominante. Mas, segundo o autor, para efetivação do 'choque da politecnia', para sua aplicação, deve-se ter em conta que “a união entre trabalho intelectual e trabalho manual só poderá se realizar sobre a base da superação da apropriação privada dos meios de produção, colocando todo o processo produtivo a serviço da coletividade, no conjunto da sociedade.” (SAVIANI, 1989, p.15). Portanto, a própria autogestão sugere que, pela coletivização dos meios de produção, todo conhecimento relativo tanto ao planejamento quanto à execução das atividades seja compartilhada entre o corpo de trabalhadores politécnicos, combinando múltiplas técnicas, que tenham sua utilização definida por eles próprios, de maneira a reafirmar sua autodeterminação. Silva (2004, p.5) coloca luz sobre o papel da autogestão para com a ruptura da alienação do trabalho ao ressaltar que “A superação da divisão do trabalho intelectual e manual - burocracia fabril - base da sustentação da sociedade dividida em classes e da estrutura opressiva, deverá ser obra da vontade coletiva dos trabalhadores envolvidos numa luta em direção aos sistemas autogestionários de produção, luta política que deve ser orientada por um projeto de construção de uma sociabilidade humana não intermediada pelo capital.”.

Podemos inferir que a politecnia, para além de uma formulação teórica, adquire status de potencializador da transformação social, conduzida pela crítica à alienação do trabalhador em relação ao processo capitalista de produção, em relação ao produto de seu trabalho e alienação para com os próprios homens, um processo histórico desencadeado pelo modo de produção capitalista (Marx, 2006). Historicamente, a politecnia, enquanto conceito crítico em relação à divisão técnica do trabalho, postulando a formação omnilateral do trabalhador, esteve presente no debate histórico do socialismo utópico e científico, como um instrumento para superação da exploração do homem pelo homem, se apresentando como um dos vetores da autogestão, uma vez que a omnilateralidade do trabalhador, sua completude em termos de aptidão para gerir e executar o processo de trabalho, habilita-o para gerir todo o processo produtivo, em conjunto com os demais trabalhadores associados. No uso do conceito de politecnia, na prática da organização do trabalho em empreendimentos que se propõem à autogestão, surge o questionamento se é possível dotar os trabalhadores associados de um instrumental teórico-

científico que, somado ao saber-fazer da sua experiência empírica, permita acionar o processo de trabalho diferentemente da forma com que este é acionado sob a heterogestão.

Nas cooperativas populares oriundas de movimentos sociais no Brasil, a propriedade coletiva dos meios de produção se coloca como premissa para o trabalho associado. Estas cooperativas, em sua maioria, mantém laços estreitos com os movimentos sociais, atuando como empreendimentos econômicos coletivos mas, também como empreendimentos que pretendem apresentar-se como uma resistência à lógica observada nas empresas de capital, resistência portanto ao capitalismo enquanto sistema hegemônico. Porém, estas cooperativas estão imersas na dinâmica do modo de produção capitalista e dialogam com as estruturas deste modo de produção, produzindo para o mercado tradicional, mas valendo-se de uma lógica interna que rejeite seus ditames na totalidade. Em suma, são cooperativas autogestionárias que buscam atingir um patamar de eficiência econômica sem, no entanto, macular o aspecto social e coletivo que a inspira.

Ao realizarmos uma investigação empírica em uma cooperativa popular, a Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita - Coopan, no Estado do Rio Grande do Sul, região Sul do Brasil, ligada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST - podemos analisar traços em sua organização do trabalho que nos permitam inferir sobre as possibilidades da autogestão em seu interior, sobre as possibilidades de aplicação da politecnia no processo de trabalho e na realização das atividades produtivas, bem como na formação para o trabalho de seus quadros.

Pesquisa empírica na Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita – Coopan, Rio Grande do Sul.

O estudo de caso na Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita – Coopan, foi realizado em maio de 2011. Adotou-se como estratégia de pesquisa a observação participante junto ao empreendimento, a análise documental da cooperativa para coleta de dados e aplicação de entrevistas com cooperados-chave da base e da direção, como pode ser visualizado no quadro abaixo:

Código	Cooperativa	Entrevistado	Atuação
CPN1	Coopan	Direção	Produção de Arroz
CPN2	Coopan	Direção	Administrativo
CPN3	Coopan	Direção	Produção de Suíno
CPN4	Coopan	Coordenação	Produção de Arroz
CPN5	Coopan	Sócio	Liberado
CPN6	Coopan	Sócio	Produção de Suíno/Ciranda

Esquema 1: Síntese dos trabalhadores associados entrevistados na Cooppan

A Cooppan localiza-se no Assentamento Capela, no município de Nova Santa Rita-RS. A área total do assentamento abrange 2170 hectares e a área em que está instalada a Cooppan abrange 627 hectares. A ocupação da área remonta ao ano de 1994, quando um grupo pertencente ao MST, acampados nas proximidades do assentamento, tiveram acesso à área destinada para a reforma agrária. A fundação da cooperativa ocorreu em 1995, um ano depois da constituição do assentamento. A utilização da terra e dos meios de produção da Cooppan se dá de forma coletiva, sendo toda sua área destinada à alocação dos setores de produção, agrovila e administração. A cooperativa dista 45 km da capital do estado, Porto Alegre, e 15 km de Nova Santa Rita. Em 2011, integram a Cooppan 30 famílias num total de 59 associados, envolvendo indiretamente 95 pessoas. As principais linhas de produção agroindustrial são na área dos suínos, arroz orgânico e leite. Também há produção de mel, peixe, aipim, feijão e horta para consumo das famílias associadas. A organização político-administrativa da cooperativa, representando as instâncias de deliberação dentro da Cooppan a partir da Assembleia Geral composta pelos sócios, pode ser sumariamente visualizada no organograma abaixo:

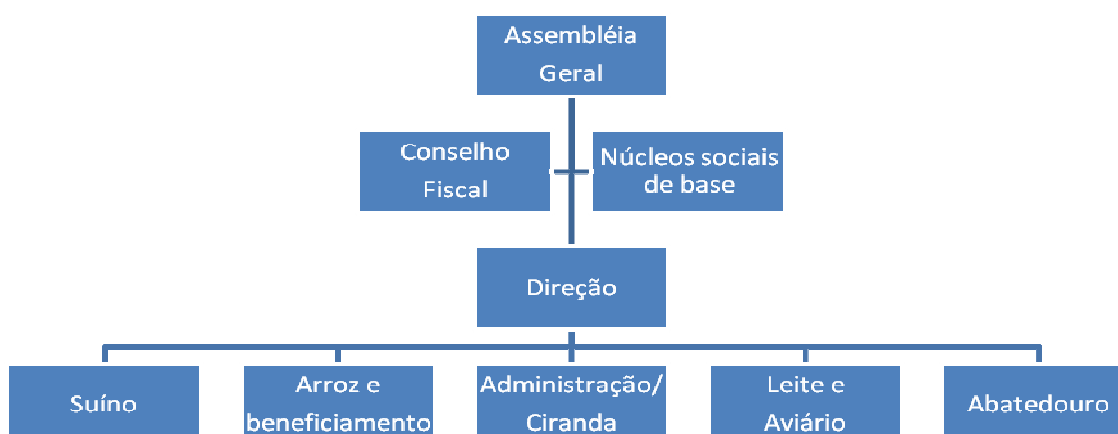


Figura 1 - Organograma da Cooppan em 2011

2.1. Trajetória da organização do trabalho associado na Cooppan

Inicialmente, a organização do trabalho na COOPAN era orientada à produção de gêneros para o auto-consumo e comercialização de pequeno excedente oriundo de um aviário e da produção de hortaliças na região da grande Porto Alegre. Paulatinamente a cooperativa passou a realizar atividades agroindustriais a partir da produção para auto-consumo, mas com uma orientação comercial, se especializando na produção e beneficiamento de arroz e na produção e abate de suínos. A migração de atividades primárias para atividades agroindustriais exigiu uma postura diferenciada de seus trabalhadores associados, mobilizando toda a capacidade de trabalho disponível para a produção.

A organização do trabalho também se tornou um elemento fundamental para a produção em escala comercial. Nesse sentido, a participação e engajamento dos cooperados tem sido fundamental e, embora haja a compreensão de que a cooperação segue no sentido de equalizar as diferenças, uma vez que todos trabalhadores associados são beneficiados ou prejudicados por cada ação individual, ainda persiste certa discrepância entre os níveis de produtividade desejados e os níveis apresentados. Tal discrepância é encarada com normalidade, pois mesmo em um ambiente de cooperação há diferenças no desempenho individual, e o controle sobre o trabalho não se faz com a rigidez de uma empresa do capital: “[na cooperativa] todo mundo é dono, é empregado, é sócio, todo mundo se sente responsável por aquilo que está

produzindo ... a cooperativa é uma empresa, mas é uma empresa social, que não discrimina quem sabe fazer menos e quem sabe fazer mais” (CPN1).

Uma estratégia para melhor utilização da capacidade de trabalho na Coopan é o planejamento na perspectiva dos investimentos e da organização da produção no longo prazo. A partir do planejamento, os setores de produção organizam internamente o processo de trabalho. As tarefas do dia-a-dia são decididas no interior dos setores, que se reúnem uma vez por mês ou a qualquer momento para deliberar sobre as atividades rotineiras da produção. As decisões técnicas sobre o processo de trabalho são definidas no âmbito dos setores, onde os participantes opinam e deliberam, levando em conta as colocações dos demais setores, desde que sejam construtivas. Os coordenadores têm atuação singular na organização da produção e a direção vez ou outra necessita intervir em caso de problemas para a realização das atividades de trabalho para a produção, promovendo reuniões para equacionar as questões problemáticas, de modo a fomentar e mesmo facilitar uma maior participação dos trabalhadores na configuração das atividades de trabalho: “como nós temos um planejamento estratégico para um período longo, as linhas estão definidas, então fica fácil de o pessoal intervir na questão do trabalho e até planejar o próprio ano agrícola ... de 85 a 90% dos sócios tem condições de contribuir no planejamento de suas tarefas, nas decisões sobre o que tem que fazer”. (CPN1).

O processo de mobilização da participação é um processo longo, de conscientização e construção coletiva da autogestão. Na percepção de um sócio entrevistado, mesmo em um ambiente de cooperação “você nunca tem uma autonomia total, você tem que ter claro os marcos que você tem para a autogestão, nós temos a autogestão somente sobre a cooperativa, a gente não tem autonomia sobre o mercado, sobre o Estado... esse, para mim, é o processo mais importante de se entender, e daí nascem muitos problemas” (CPN5). Nesta fala percebe-se a compreensão da autogestão como uma totalidade a ser construída, em que os problemas também tem de ser solucionados coletivamente. Pode haver ajuda técnica externa, assessoria, contribuindo com a cooperativa, desde que não se coloque uma posição de aceite incondicional de suas proposições, ainda que haja excelência técnica. Toda a ação de transformação com participação externa é bem vinda, mas deve ser parte da iniciativa construída coletivamente pelos cooperados, coerente com a história do empreendimento.

A alternância de funções e a dinâmica entre gestão e execução

Os setores de produção são onde as atividades de trabalho ocorrem e onde o processo de trabalho se desenvolve. Na Coopan, a alocação dos trabalhadores nos setores leva em conta a formação técnica, competência e afinidade com a atividade. As atividades de trabalho são realizadas em dois períodos ao longo do dia, sendo que a maioria dos trabalhadores opera em postos de trabalho distintos ao longo da jornada de trabalho. A cooperativa possui um sócio responsável pela coordenação de mão de obra entre os setores, respondendo às necessidades da produção diariamente, remanejando trabalhadores para suprirem setores deficitários. Esta configuração praticamente diária de alguns setores permite que haja certa dinâmica entre os postos de trabalho, com menor rigidez quanto aos quadros alocados. Tal prática, ainda que derivada da necessidade da produção, contribui para a instituição de um rodízio de trabalhadores no interior dos setores e entre os setores.

Na Assembléia Geral do coletivo dos trabalhadores associados ocorre a alocação de cada um, em certas funções adotando como critérios o reconhecimento de sua capacidade técnica, liderança e desempenho comprovado em determinadas atividades. Os setores têm autonomia para solicitar mão de obra adicional ou disponibilizar mão de obra ociosa momentaneamente para outros setores, contribuindo também para que os trabalhadores tenham maior conhecimento acerca do funcionamento dos setores, aumentando sua participação.

O rodízio funciona em todos os setores, tanto intra como inter setores, embora seja problemático o rodízio inter-setorial, em virtude da possível queda de rendimento do trabalho. Mesmo assim, o rodízio é realizado com adesão da maioria dos trabalhadores da cooperativa. Na colocação de um dos sócios entrevistados “Todo o pessoal da cooperativa pode-se dizer que sabe fazer todas as atividades da cooperativa...é um jeito que achamos para envolver todos com todas as atividades... direcionamos as pessoas com preferência em algum trabalho... colocando um com experiência junto com outros com menos experiência no setor” (CPN3). Ainda segundo o entrevistado, 90% dos sócios têm uma participação ativa nos debates para formulação das atividades e do processo de trabalho, debatendo também questões referentes à qualidade e produtividade.

O rodízio no interior dos setores e entre os setores respeita um critério de manutenção de alguns trabalhadores no setor e na atividade durante um certo período, enquanto outros

trabalhadores se alternam no setor, fazendo com que uma atividade tenha sempre algum trabalhador que domina determinado saber-fazer, podendo transmiti-lo aos demais, quando então pode também participar do rodízio. Este critério é baseado na busca pela manutenção da produtividade dos setores, pois o excesso de rotatividade ou mesmo um rodízio que negligencie a composição técnica dos postos de trabalho podem comprometer a produtividade, vindo a ser contraproducente. Assim, busca-se uma harmonização entre o rodízio, permitindo um maior conhecimento dos sócios sobre as atividades de trabalho na cooperativa e sobre a produção como um todo: “a pessoa se acostuma com aquela atividade e quando tem de fazer outra, ela perde um tempo para assimilar, dentro do próprio setor tem problemas de adaptação.. nada é fixo, pode ser feito de várias formas.... O rodízio por um lado é interessante, pois as pessoas sempre tem algo para fazer, para gerar renda, colaborar, embelezar, o sócio nunca está parado, mas pode acontecer de cair a produtividade” (CPN1).

Uma percepção recorrente nos entrevistados diz respeito à menor incidência do rodízio com o aprimoramento das atividades e com o incremento tecnológico. As atividades com menos dotação de tecnologia apresentam maior abertura para ocorrência do rodízio, enquanto as atividades mais automatizadas, como o beneficiamento do arroz e o abate de suínos, apresentam maior rigidez na configuração dos postos de trabalho. Uma justificativa elencada pelos entrevistados diz respeito ao alto valor do maquinário instalado e ao temor de queda na produtividade, resultando na preferência pela especialização para o manejo dos equipamentos, além do que, os setores citados são estratégicos nas atividades comerciais da cooperativa. Dessa forma, uma fração da mão de obra adquire certa especialização para manuseio de equipamentos mais sofisticados, criando uma estratificação na mão de obra direcionada para algumas atividades-chave. Logo, “quanto mais especializado mais difícil de trocar, tem pessoas que não giram no setor” (CPN4), o que leva a cooperativa ao desafio de um melhor preparo dos trabalhadores para lidar com equipamentos mais avançados, através da capacitação técnica, permitindo que as atividades possam ser desempenhadas por um número cada vez maior de sócios-trabalhadores.

Pela estrutura organizacional da cooperativa, o rodízio intra-setorial e inter-setorial na Coopan promove o acúmulo de conhecimento sobre as diversas atividades de trabalho e amplia o saber-fazer entre os trabalhadores associados. Entretanto, o rodízio de funções, se restrito aos setores de produção, permite a atuação dos trabalhadores em diversas atividades de execução,

as quais são fundadas no trabalho manual, sem que haja um aprofundamento no conhecimento acerca da gestão da produção do setor e da cooperativa como um todo.

A participação dos sócios da coordenação nos setores de produção, no setor de administração e como membro da direção da cooperativa pode resultar em um contato maior com ferramentas de gestão, que são fundamentais para o empreendimento, especialmente nas atividades de produção comercial, em que o planejamento e controle da produção são requisitos para inserção da produção no mercado. Ocorre que a cooperativa encontra sérias dificuldades em efetivar a alocação de trabalhadores no setor de administração, o qual contava em meados de 2011, com 3 trabalhadores, sendo um menor de 18 anos, mas já cooperado. Segundo um sócio entrevistado, membro da direção e alocado no setor administrativo, poucos sócios se propõem a participar espontaneamente do setor de administração, pois este atua na área contábil, fiscal, de compra e venda e controle da produção e do trabalho: “[os sócios] acham muito complicado, e a maioria do nosso pessoal não tem muita escolaridade... já fizemos muitas tentativas... fizemos uma reunião com os jovens para tentar estimular o trabalho na administração... só uma pessoa assumiu”(CPN2). Na cooperativa não se observa dinâmica de trabalhadores entre os setores de execução e gestão, e o setor de administração fica sobrecarregado de tarefas, além do que, as atividades administrativas acarretam uma sobrecarga psicológica, estressante, em especial depois que o setor passou a centralizar as atividades de compra de insumos e venda de produtos, antes realizadas por cada setor individualmente.

Embora os setores de administração e de produção sejam distintos, na prática deve haver comunicação e sintonia entre estes. Os centros de produção devem estar a par das rotinas administrativas e normativas para a gestão do setor. Deve haver controle da produção, processamento, estoque, suprimento, logística em cada setor. A direção cobra permanentemente controle da gestão dos setores, para maior eficiência da produção. Em 2011, a cooperativa possui entre seus quadros 3 trabalhadores liberados para atividades políticas junto ao MST, e estes quadros geralmente são familiarizados com a gestão do empreendimento, representando um déficit de capacidade de trabalho para a gestão da cooperativa, juntamente com outros 7 jovens que estão realizando seus estudos e que poderiam auxiliar nas atividades administrativas.

Diante da pouca disponibilização espontânea de sócios para as atividades administrativas e para os cargos de coordenação, a cooperativa, em sua Assembléia Geral, acaba por avaliar coletivamente as competências e qualificações de alguns cooperados para as atividades de gestão e o coletivo mobiliza estes sócios para assumirem estas atividades. De acordo com um sócio entrevistado, “tem gente que se disponibiliza, que gosta de fazer, mas tem gente que não quer assumir nenhuma responsabilidade. Ele faz sua atividade, mas não quer assumir a responsabilidade de uma coordenação...a cada dois anos se faz a eleição da direção, coordenação e do conselho fiscal, e nas discussões se combina os trabalhadores e os coordenadores de cada setor” (CPN6).

Na Coopan, os cargos de coordenação e de direção, embora apresentem responsabilidades funcionais administrativas e representativas, não representam uma imposição hierárquica aos demais sócios alocados nos setores de produção e ao coletivo de trabalhadores. Todos os sócios que atuam na esfera de gestão (presidência e direção) são alocados em setores de produção, ou seja, atuam na gestão do empreendimento, mas são parte de um coletivo de trabalho associado. Nesse sentido, a cooperativa procura não criar a dicotomia entre gestão e execução: “quem esta na direção, na gestão, é um trabalhador como outro, está na lavoura, e no meio tempo faz as reuniões, então nós não criamos essa divisão, hoje todos sabem que tem compromisso e responsabilidade, sem assumir diferenças” (CPN5). Embora haja o elemento simbólico de se estar vinculado à direção, isso não é valorizado, todos os cargos de direção, inclusive o de presidente, é um cargo de representatividade apenas externo e a direção se constitui em um grupo de trabalhadores da cooperativa assumindo algumas responsabilidades adicionais.

As atividades de trabalho e a formação para o trabalho associado

Na Coopan, a jornada de trabalho compreende uma média de 10 horas diárias de atividade em todos os setores. Mas ao longo do ano, devido à especificidades das estações, no inverno a jornada é limitada em 08 ou 09 horas, em virtude de os dias serem mais curtos, enquanto que no verão, se trabalha em turnos que podem chegar a 12 e mesmo a 14 horas diárias.

É praticamente um consenso entre os sócios entrevistados que a jornada de trabalho é extensa, e as atividades de trabalho são consideradas ‘puxadas’. Todas as atividades possuem uma

carga de trabalho intensa, com atividades com maior incidência de carga física e outras com maior incidência de carga psíquica. Na constituição dos investimentos produtivos da cooperativa é levada em conta a redução da penosidade do trabalho, em que a tecnologia, direcionada pra atenuar as cargas de trabalho, tem uma função primordial: “A tecnologia, nos últimos anos a cooperativa teve fôlego para investir, então vem diminuindo o esforço físico, mas ainda assim é pesado, não tem hora pra nada” (CPN6). Esta percepção de que o incremento tecnológico pode contribuir para a elevação da produção com redução das cargas de trabalho colocam o instrumental técnico submetido às demandas dos trabalhadores, que se apropriam da tecnologia, embora estejam vinculados à dinâmica do mercado. Observa-se, assim, a preocupação em liberar os trabalhadores de possíveis sobrecargas de trabalho, sendo que há esforço da cooperativa para que todos utilizarem equipamentos de segurança de acordo com as normas sanitárias e de segurança vigentes, algo bem recebido pelos trabalhadores.

Um dos principais atenuantes para a extensão da jornada de trabalho na cooperativa e sua intensidade é a remuneração percebida pelos sócios. Nas palavras de cooperados “o trabalho que fazemos, da pra dizer que se trabalha bastante, mas compensa... se a pessoa trabalhasse o mês inteiro e não recebesse nada, não tem estímulo” (CPN3); “eu acho que a gente ganha bem, em vista de outras cooperativas...trabalha-se bastante aqui mas a remuneração nossa é boa... o trabalho nosso não é tão sofrido, agora você tem meios que amenizam o trabalho” (CPN2). A remuneração dos sócios na cooperativa é feita sob forma de adiantamento de sobras e o trabalho é remunerado sob o sistema de horas individuais trabalhadas. O modelo de remuneração por hora é avaliado como sendo o mais coerente para o momento. A hora trabalhada, em 2011, estava estipulada no valor de R\$ 4,00, proporcionando uma renda monetária de aproximadamente R\$ 1000,00 para cada sócio. Se for considerado que em muitos núcleos familiares o casal é cooperado, e em alguns há filhos maiores de 16 anos já sócios, é possível que haja uma renda familiar de aproximadamente R\$ 3000,00, a que se soma a isenção de custo com moradia, água e subsídio de cerca de 30% em todas as compras de gêneros alimentícios junto à cooperativa. Em média, observa-se uma variação de 10 a 15% nos ganhos dos cooperados em função das horas trabalhadas individualmente. No tocante à remuneração de acordo com a função exercida, a cooperativa disponibiliza um bônus de 5% no valor total das sobras adiantadas para atividades de coordenação e direção (por assumirem responsabilidades) e os sócios liberados para os estudos e para atividades políticas recebem o valor da média das sobras dos demais cooperados.

A cooperativa apresenta assalariamento apenas nas atividades de comercialização de produtos na Loja da Reforma Agrária mantida no Mercado Municipal de Porto Alegre. Nas atividades de produção e comercialização da cooperativa não há trabalho assalariado formal e sim a contratação de diaristas para atividades excepcionais que demandam mão de obra excedente aos quadros da cooperativa, quando contratam trabalhadores de outros assentamentos ou de cidades próximas. Há uma concordância entre todos os entrevistados de que a cooperativa está no seu limite de utilização de mão de obra interna, sendo que existe uma mobilização para que todos os membros das famílias dos cooperados se associem à cooperativa, para adicionar sócios-trabalhadores e evitar que familiares de sócios trabalhem como empregados de outrem. Apesar desta mobilização, todos são cientes de que a contratação de força de trabalho assalariada em breve se colocará como uma necessidade para a continuidade e expansão das atividades da cooperativa.

O controle da produtividade e das horas de trabalho efetuadas pelos cooperados é exercido pelos coordenadores dos setores, que tem a prerrogativa de organizar o processo de trabalho após debate com os trabalhadores de cada setor e apreciação das necessidades da produção. Como se trata de uma cooperativa de trabalhadores associados sob autogestão na produção, o coordenador não possui uma autoridade que emana de seu cargo, sendo mais um trabalhador com responsabilidades adicionais de melhor distribuir as tarefas e controlar a produção e as horas trabalhadas, e não exercer uma postura hierárquica que subjugu os demais cooperados.

Na Coopan, a introdução da agroindústria trouxe consigo o incremento tecnológico, a necessidade de melhoria da qualidade dos produtos e cumprimento das normas legais vigentes para a produção comercial. Também trouxe a necessidade de adequação de seu quadro de trabalhadores às novas tecnologias, sendo mister a qualificação pessoal e aquisição de competências pontuais para o manuseio dos meios de produção mais sofisticados.

Como já fora observado, os cooperados tem a clareza de que a utilização de tecnologia vai de encontro com a redução das cargas de trabalho e atenuação da penosidade nas atividades laborais, o que torna a recepção das novas tecnologias positivas para o coletivo. A cooperativa estimula que a formação para o trabalho seja uma constante, liberando quadros para realização de cursos técnicos, tecnólogos e superiores voltados para as atividades de produção e gestão do empreendimento. Nas palavras de um sócio entrevistado, “A formação técnica

tem que ter permanentemente, pois a tecnologia vai mudando e a gente tem que se adaptar... a gente não pode parar com a formação técnica... a gente vai readaptar o setor de abate de suíno, não vai ser mais o que está aí, e já estamos pensando no que fazer, colocar o pessoal para fazer cursos, a formação técnica não pode parar nunca.” (CPN6).

Na Coopan, os setores com frequência apresentam sócios voluntários para realizar cursos técnicos. Os sócios são liberados de acordo com a possibilidade de cada setor e da cooperativa como um todo para frequentarem uma gama diversa de cursos, geralmente disponibilizados por movimentos sociais em parceria com instituições públicas de ensino, sob o método da pedagogia da alternância, que representa o processo de ensino-aprendizagem que acontece em espaços diferenciados e alternados (Caldart, 2007). Os jovens também são estimulados a darem sequência em seus estudos, combinando-os com o trabalho na cooperativa. A Coopan procura mesclar a formação técnica com a formação empírica, valorizando a conhecimento tácito adquirido diretamente no processo de trabalho da mesma forma como valoriza o conhecimento teórico adquirido. Todas as previsões de investimento produtivo na Coopan levam em consideração o estágio de capacitação de seus quadros para execução das atividades de produção, ressaltando a importância da qualificação técnica para expansão econômica do empreendimento. No entanto, o aprofundamento dos conhecimentos técnicos em determinada atividade ou a utilização exclusiva de determinado equipamento ou tecnologia pode acarretar uma especialização funcional e retenção de um saber específico nas mãos de um pequeno grupo de cooperados. Daí a importância do rodízio intra e inter-setorial, permitindo que os cooperados acessem conhecimentos empíricos diversos, referentes aos diferentes setores de produção. Porém, a cooperativa ainda encontra dificuldades em combinar os conhecimentos e competências para a execução das atividades de trabalho com as competências requeridas para as atividades de gestão, apresentando um déficit na formação para atividades ligadas à administração da produção, coordenação dos setores e direção do empreendimento.

Na percepção dos sócios entrevistados, o nível de qualificação dos trabalhadores na cooperativa é satisfatório, sendo que ao longo da trajetória da Coopan presenciou-se uma grande evolução profissional e pessoal. A diversificação das atividades permitiu que os trabalhadores tivessem uma formação para o trabalho não apenas empírica, mas também teórica, compreendendo a relevância da complementaridade entre a formação prática e o arcabouço teórico-científico acerca do trabalho.

Considerações finais

Este texto pretende trazer contribuições ao aprofundamento da investigação teórica e empírica acerca do conceito de politecnia e suas possibilidades frente a novas formas de organização do trabalho e da produção, em especial a autogestão aplicada em empreendimentos associativos dos trabalhadores, sejam empresas recuperadas ou cooperativas populares. O que se busca com a discussão em torno do conceito de politecnia é recuperar a proposta de apropriação da totalidade dos conteúdos do trabalho pelos trabalhadores, na perspectiva de construção de uma nova identidade, autonomia e emancipação de classe.

No estudo de caso apresentado, buscou-se investigar as especificidades da organização do trabalho em uma cooperativa popular pertencente a um dos maiores movimentos sociais do planeta, que busca produzir de forma economicamente eficiente, e aplicando a autogestão na produção e condução do processo de trabalho. Daí, enfatizarmos a análise do rodízio de cargos tanto nas atividades de produção quanto nas atividades de gestão; a participação nos cargos de coordenação e direção; a possibilidade de os trabalhadores associados adquirirem a formação técnica e as competências necessárias para realizarem com primor atividades de execução e de gestão, unindo ‘mão e cérebro’, representando o esforço da cooperativa para com a formação omnilateral de seus trabalhadores, em consonância com a proposta politécnica.

Referências bibliográficas

- Caldart, R. S.. **Pedagogia do movimento sem-terra**. São Paulo: Expressão popular, 2007.
- Machado, L. R. S.. **Politecnia, escola unitária e trabalho**. São Paulo: Cortez, 1991.
- Manacorda, M. A.. **História da educação: da antiguidade aos nossos dias**. São Paulo: Cortez, 1989.
- Marx, K.. **Manuscritos economico-filosóficos**. São Paulo: ed. Martin Claret, 2006.
- Nogueira, M. A.. **Educação, saber, produção em Marx e Engels**. São Paulo: Cortez, 1993
- Saviani, D.. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1989.
- Silva, F. L. G.. **A fábrica como agência educativa**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2004.

GÊNERO E AUTONOMIA DAS MULHERES DO ASSENTAMENTO PAULO FREIRE III

Jáder Ferreira Leite (UFRN)
jaderfleite@gmail.com
Thiago Matias de Sousa Araújo (UFRN)
sousaaraujo@hotmail.com
David Emmanuel S. Souza (UFRN)
davidemmanuel9@hotmail.com
Débora Sá R. de Azevedo (UFRN)
debora_sa26@hotmail.com
Jéssika M. Silva. Rufino(UFRN)
jessika_rufino@hotmail.com
Maria da Graça S. G. Costa(UFRN)
mariaggomes@gmail.com
Vanessa C. M. da Silva Dias (UNI/RN)
christina_vanessa@hotmail.com
Financiamento: UFRN
GT 2 - Trabalho Rural

RESUMO

Apesar das notáveis conquistas de direitos para as mulheres, ainda vivemos em um regime patriarcalista que é ainda mais evidente dentro do contexto rural. Observamos esta tendência dentro das próprias lideranças dos movimentos sociais agrários que são majoritariamente compostas por homens. No entanto, um novo cenário de intenso protagonismo das mulheres vem se desenhando no meio rural brasileiro. Observando essas dinâmicas, o núcleo rural do projeto Motyrum de Educação Popular, ligado à UFRN, vem acompanhando, desde 2012, o processo de organização da associação e cooperativa de mulheres do assentamento rural Paulo Freire III, localizado no município de Pureza – RN. A partir do relato da experiência do grupo e das rodas de conversas com as assentadas, o presente trabalho tem como objetivo entender e problematizar quais as implicações que o processo de organização coletiva das mulheres vem trazendo à comunidade, principalmente no que diz respeito às questões de gênero. A experiência do projeto vem mostrando que, apesar das dificuldades, vemos que as mulheres, especialmente no contexto da Reforma Agrária, ganham cada vez mais direitos e se apropriam de espaços de liderança anteriormente identificados como masculinos, rearranjando relações de gênero e de trabalho reconhecidas como tradicionais no meio rural.

Palavras-chaves: gênero; organização coletiva; assentamento rural; trabalho.

1. Introdução

A grande concentração de terras e as desigualdades sociais entre o campo e a cidade mostram como o processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil se deu às custas da exclusão social da maior parte da população do país. A estrutura fundiária e agrícola brasileira é marcada, historicamente, pelo grande latifúndio e exploração do meio ambiente, em detrimento do incentivo à agricultura familiar e sustentável. Como efeito, na área rural brasileira são encontrados os maiores índices de insegurança alimentar, mortalidade infantil, de incidência de endemias, de insalubridade e analfabetismo (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2005).

De acordo com Heredia e Cintrão (2006), embora comprometa todos os moradores das áreas rurais, a pobreza, a carência de infraestrutura, de serviços básicos e de políticas públicas, atinge principalmente as mulheres, pois a esse conjunto de vulnerabilidades sociais somam-se as desigualdades específicas de gênero.

Um dos fenômenos que mais afeta as mulheres rurais é a falta de abastecimento e canalização de água, pois em geral cabe a elas essa tarefa no âmbito doméstico. Também sobre elas recai a responsabilidade do cuidado com os doentes na família (HEREDIA & CINTRÃO, 2006). Além disso, o trabalho agrícola exercido pelas mulheres é visto como uma “ajuda” já que é concebido como algo que está fora de suas atribuições próprias que seriam as atividades domésticas.

Ao pensar o trabalho rural sob uma ótica de gênero, Abramovay e Silva (2000) destacam que as mulheres desempenham importante função na produção agrícola, mas que tal esforço é invisibilizado por sua dupla função, produtiva e reprodutiva, sendo muitas de suas tarefas na unidade agrícola confundidas como domésticas.

No contexto da agricultura familiar, o tempo ou jornada de trabalho não tem o mesmo contorno de uma jornada de trabalho urbana – o tempo de produção e reprodução se confunde no trabalho rural. Portanto, o cotidiano dessas mulheres é marcado pelo trabalho constante, que é visto como um desígnio próprio ao sexo feminino e, portanto, não é aceito socialmente como atividade de produção e sim, de reprodução da força de trabalho às atividades produtivas propriamente ditas – a manutenção da família e tudo aquilo ligado a ela. Desse modo, há uma relação de gênero que define na figura do homem, o papel de “chefe de família” a quem cabe tomar as decisões sobre o patrimônio da casa.

Por outro lado, a participação das mulheres em movimentos sociais e sindicatos de trabalhadores rurais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), a Confederação Nacional do Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e a organização em torno de movimentos próprios têm crescido fortemente desde os anos 1980. Movimentos como a Marcha das Margaridas, Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE) e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) têm grande visibilidade e dialogam diretamente com movimentos campesinos e feministas mais amplos como a Marcha Mundial de Mulheres (MMM) e Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), por exemplo. Segundo Cintrão&Siliprandi (2011, p. 189):

A conquista de uma maior independência econômica para as mulheres rurais, assim como já alcançado em grande parte pelas mulheres urbanas, é uma das questões importantes que vem sendo colocada pelas organizações de mulheres e pela economia feminista. São muitas as dificuldades encontradas pelas mulheres rurais para participarem da decisão sobre os usos dos recursos ou sobre as prioridades de investimento das famílias, mesmo que contribuam com o seu trabalho para a geração desses resultados financeiros.

Por tal razão, os movimentos de mulheres rurais vêm reivindicando políticas de apoio à produção e à comercialização e têm estimulado a constituição de grupos produtivos como uma forma de se contrapor à realidade a que são submetidas no contexto rural.

De acordo com Costa & Schwade (2012), essa conquista de espaços vem acompanhada de uma série de conflitos, tanto dentro dos movimentos quanto da esfera familiar. Na medida em que a participação política e produtiva proporcionam o contato com outras dinâmicas de sociabilidades, abre-se espaço para a reflexão sobre os arranjos familiares e posicionamentos políticos no cotidiano dessas mulheres e, conseqüentemente, no cotidiano dos assentamentos rurais.

Seguindo essa linha de pensamento, Leite & Dimenstein (2012) em estudo sobre mulheres militantes do MST, identificaram que é notório um maior engajamento das mulheres em espaços de direção e militância no movimento e que, nesse processo, geralmente são atingidas pelos dilemas que envolvem modelos antigos e atuais de subjetivação feminina, “levando-as a experimentações diversas que tanto as convocam

para a esfera tradicionalmente definidora do lugar das mulheres e, por seu turno, para a possibilidade de configurar novos territórios existenciais” (LEITE & DIMENSTEIN, 2012, p. 194-195).

Observando essas dinâmicas, o núcleo rural do programa de extensão Motyrum de Educação Popular em Direitos Humanos, ligado à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), vem acompanhando, desde 2012, o processo de organização da associação e cooperativa de mulheres do assentamento rural Paulo Freire III, composto de 61 famílias e 147 moradores, localizado no município de Pureza, região agreste do Estado do Rio Grande do Norte. Desse modo, o presente trabalho tem como objetivo compreender e problematizar quais as implicações que o processo de organização coletiva dessas mulheres vem trazendo à comunidade, principalmente no que diz respeito às questões de trabalho e gênero.

2. O Programa de Educação Popular em Direitos Humanos Motyrum

Na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na cidade de Natal, encontramos uma experiência de extensão que, desde sua origem em 2006, tem se constituído como colaboradora no processo de reorganização do pensamento acerca da extensão e do fazer universitário naquela instituição e cidade.

Originalmente denominado Projeto Lições de Cidadania e com atuação focada em assentamentos rurais da reforma agrária, seu fazer se dava no contexto de afirmação do acesso à justiça às comunidades carentes, como compreendidas à época, através do desenvolvimento de ações que as permitisse conhecer quais os direitos que possuíam e como reivindicá-los. Hoje, o Programa de Educação Popular em Direitos Humanos Motyrum se apresenta enquanto uma proposta político-pedagógica vivenciada através do diálogo em comunidades e com sujeitos em situação de violação dos seus direitos mais básicos. Para tanto, o programa utiliza a educação popular em direitos humanos como ponto de partida de sua atuação.

Oriunda das experiências de alfabetização de adultos e de extensão universitária do educador Paulo Freire (2002, 1981), a Educação popular surge propondo um exame crítico das concepções dominantes de Educação - restrita ao ambiente escolar e dotada de uma verticalidade de saberes materializados nos papéis fixos de professor e aluno, como também responsável pela reprodução de estados de dominação cultural, social e político e

econômico - para pensá-la de modo mais amplo como parte componente de uma ação humana no âmbito da cultura.

Assim, Zitkoski (2007, p. 6) afirma que:

A Educação Popular, historicamente, tem sua origem teórica relacionada às análises que buscavam, além da crítica ao sistema capitalista, produzir alternativas concretas de superação às mazelas oriundas da sistemática exploração, exclusão e marginalização das classes populares pelo sistema sociopolítico e econômico dominante.

Seus princípios teórico-metodológicos foram amplamente difundidos em comunidades rurais, grupos populares, trabalhadores assalariados, de modo a possibilitar a alfabetização desses atores sociais aliado a um processo de tomada de consciência dos dilemas sociais e formas de exploração a quem se encontravam submetidos.

Diversos intelectuais e educadores de várias áreas passaram, e ainda hoje o fazem, a utilizar-se do legado da Educação Popular para fomentar e facilitar processos de organização comunitária, de mobilização de setores populares com vistas a lutar pela sua autonomia política e conquistar uma capacidade de visão crítica sobre a realidade e os mecanismos que a torna opressora. A ação e reflexão em torno desses estados de dominação tornam-se uma tarefa coletiva necessária e urgente, na medida em que tais estados não são vividos isoladamente pelos sujeitos, mas atravessa todo o grupo. Nesse sentido, estamos de acordo com Vasconcelos (2007, p. 21) ao destacar que a Educação popular:

(...)busca trabalhar pedagogicamente o homem e os grupos envolvidos no processo de participação popular, fomentando formas coletivas de aprendizado e investigação de modo a promover o crescimento da capacidade de análise crítica sobre a realidade e o aperfeiçoamento de estratégias de luta e enfrentamento. É uma estratégia de construção da participação popular no redirecionamento da vida social.”

Assim, o programa de extensão nas comunidades, problematizando as dificuldades encontradas no dia-a-dia dos moradores, procurando aprofundar as problemáticas e construir soluções em conjunto, desenvolvendo a capacidade de compreensão da realidade

que nos envolve, de todos os participantes, estudantes e moradores, entendidos como sujeitos históricos.

Nesse encontro de pessoas, docentes e estudantes universitários dos cursos de Direito, Serviço Social, Pedagogia, Psicologia, Ciências Sociais, Gestão de Políticas Públicas, História e os moradores daquele lugar, todas e todos educadores – educandas e educandos – educadores, investigavam e desvelavam a realidade, a fim de constituir com ela “uma unidade dinâmica e dialética com a prática da transformação” (FREIRE, 1981, p. 117).

Da sua concepção até o atual formato, foi decisivo o aprofundamento de leituras como Paulo Freire e das publicações do Direito Achado na Rua, além dos processos formativos internos geridos pelo próprio Programa bem como o repertório construído individualmente pelos seus membros, para que aflorasse uma diversidade de aptidões entre os partícipes acerca das realidades e sujeitos com quem se desejava dialogar. Assim, pouco a pouco, para além do núcleo focado em assentamentos rurais, se iniciaram outros contextos de atuação.

Deste modo, o Programa Motyrum se constitui em seis projetos autônomos, porém interligados, divididos em: núcleo Infantil, que configurou-se enquanto um trabalho de educação popular em direitos humanos especificamente voltado para esta etapa da vida; O Núcleo Prisional, concebido na intenção de acompanhamento, conscientização e luta pela garantia da dignidade da pessoa no ambiente desumano que é uma prisão; Núcleo Urbano, focado para além do processo de educação popular específico, em mediações com o poder público na tentativa de resolução dos problemas da comunidade, igualmente ao mais antigo dos projetos, qual seja, o núcleo Rural, que estabelece diálogo com os movimentos e sujeitos da reforma agrária; O Escritório Popular, que se propõe a avançar quando os diálogos já não são possíveis, atuando para além da Educação Popular, com a judicialização dos casos dos movimentos e comunidades em diálogo com o Programa; E, por fim, o mais novo Núcleo, o Indígena, que se organiza junto a estas comunidades tradicionais do Rio Grande do Norte no sentido de valorização de sua cultura e afirmação de sua identidade e direitos.

O Núcleo Rural, desde o ano de 2012, atua no assentamento Paulo Freire III, composto por 61 famílias e 147 moradores. Após processo de escolha da comunidade,

iniciou seus trabalhos pautados na perspectiva da Educação Popular, com foco em estratégias metodológicas participativas.

Assim, o grupo extensionista/pesquisador vem atuando junto ao assentamento rural na busca de gerar um espaço de construção coletiva de reflexão, de abertura para a participação dos integrantes da comunidade nos encontros por meio da exposição de suas ideias e pensamentos, experiências e saberes sobre as potencialidades e limites da comunidade, dos mecanismos que são tidos como restritivos ao desenvolvimento do assentamento.

3. O assentamento rural Paulo Freire III e as estratégias de intervenção junto às mulheres

Inicialmente, o grupo de extensionista procedeu com um levantamento de informações por meio da aplicação de um questionário socioambiental junto às famílias assentadas, bem como a realização de conversas informais e reuniões, visitas domiciliares, com a finalidade de compreender aquela realidade e conhecer o contexto no qual as pessoas estão inseridas.

Passamos a apresentar alguns desses dados:

Apesar do número oficial de 61 famílias cadastradas pelo INCRA no assentamento, muitas não vivem mais na comunidade e outras passam a maior parte da semana em outras cidades, sendo muito difícil precisar quantas pessoas moram, de fato, no local, diante da intensa dinâmica de “idas e vindas” na comunidade. Ainda assim, podemos, a partir dos questionários, traçar minimamente o perfil das famílias assentadas.

Ao todo foram 37 questionários aplicados, que correspondem a 147 moradores, sendo 66 mulheres e 81 homens. 69,4 % dos moradores se declararam pardos; 16,3% brancos e apenas 1,4% negros. Em relação ao estado civil, 52,4% dos assentados são solteiros; 23,1% casados; 17% vivem em união consensual; 4,1% divorciados e/ou separados; e 3,4% são viúvos. Quanto às práticas religiosas, 48,6% dos entrevistados se declararam católicos, 29,7% evangélicos, 5,4% católicos e evangélicos, 8,1% declararam não ter religião e 8,1% não responderam.

No que diz respeito ao trabalho, a maior parte dos assentados (99%) trabalha sem carteira assinada, em sua maioria, como agricultores e/ou na criação de animais. Quase a

metade das famílias da comunidade (49%) recebe Bolsa Família, enquanto apenas 6,8% das famílias acessam outros programas sociais do governo federal como o PETI (Programa de erradicação do trabalho infantil) e o PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável). 61,3% das famílias assentadas vivem com menos de um salário mínimo por mês, enquanto 35,5 % têm renda de um salário mínimo e apenas 3,2% têm renda de mais de um salário mínimo por mês. O sustento da maior parte das famílias é proveniente da agricultura familiar de subsistência, programas sociais do governo e aposentadoria. Os entrevistados declararam que as famílias são sustentadas, geralmente, pelo homem (32,4%), pelo casal (21,6) ou pela mulher (18,9%).

54,6% dos assentados chegaram ao ensino fundamental; 14,2% cursaram até o ensino médio e 31,2% dos adultos não tem escolaridade. Quanto às condições de manutenção das escolas que atendem à população assentada, 29,7% das famílias entrevistadas as consideram precárias; 29,7% adequadas; 27 % boas e 24,8% não responderam. A maior parte dos alunos utiliza o ônibus (56,8%) para ir à escola. A maioria das famílias (67,6%) reside na área do assentamento desde a época do acampamento e boa parte delas é oriunda de Bebida Velha (40,5%), uma comunidade rural próxima do assentamento. 64,9% já residiam em áreas rurais antes de serem assentadas.

As famílias chegaram ao assentamento por intermédio do MST (37,8%), por indicação de alguém do assentamento/acampamento (27%), do INCRA (10,8%) ou por conta própria (8,1%). 67,5% das famílias consideram a condição de manutenção de suas casas como satisfatória.

O abastecimento da água para as famílias é feito, quase em sua totalidade (83,8%), através de poço artesiano e o armazenamento é feito em caixa-d'água e tambor (89,2%). Quanto à água potável, 81,1% das famílias não fazem nenhum tipo de tratamento, 10,8% a filtram e 5,4% a fervem. O escoamento do esgoto é feito através de vala e/ou fossa comum (94,6%). O lixo das famílias é queimado e enterrado nos próprios lotes (94,5%). 94,6% das famílias declararam terem acesso a algum tipo de serviço de saúde e 83,8% são atendidas pelo agente de saúde da ESF. As famílias são atendidas, em sua maioria, no posto de saúde do assentamento e/ou nos postos das localidades mais próximas, como Pureza e Bebida Velha (89,2%). Diante da necessidade de atendimento em hospital, as famílias são quase sempre atendidas no hospital regional – 67,6%. Apenas duas famílias

disseram não utilizar chás, lambedores, garrafadas e soro caseiro como uma forma de medicina popular.

Em relação à participação política da comunidade, 97,3% das famílias declararam participar de algum tipo de organização política, em sua maioria, da associação de moradores do assentamento (75,7%).

De maneira geral, as mulheres apresentaram um perfil sociodemográfico semelhante entre si e a amostra global da comunidade. Em relação à cor da pele, 33,3% se consideram brancas, 61,9% se consideram pardas, 4,8% não souberam responder e nenhuma se declara negra. A maioria são jovens e adultas que se encontram na faixa etária dos 30 aos 49 anos de idade (40%), seguida da faixa dos 18 aos 29 (33,4%), dos 50 aos 69 (26,6%) e acima dos 70 anos (2,2%). Sobre a família e a situação conjugal, a maioria são casadas (65,2%) ou vivem em união consensual (26,1%), sendo 17,4% são solteiras, e 8,7% são viúvas – 80 % delas têm filhos.

Quanto à ocupação, quase todas são agricultoras/criadoras de animais e donas de casa (82,6%), 3,3% são aposentadas, 8,6% são comerciantes, 4,3% são estudantes e 4% não responderam. 68,2% recebem PBF, 9,1% recebem PAIS e 22,7% não estão inseridas em programas de assistência social. Em relação à escolaridade, 50% não têm estudo e, entre aquelas que estudaram a maioria só chegou a completar até 8ª série do ensino fundamental. Notamos ainda a baixa participação política em movimentos sociais e sindicatos, sendo que 30% participam de uma das associações do assentamento, 3,3% participam de do sindicato de trabalhadores rurais de Pureza e 36,7% não participam de nenhuma organização política.

A partir dos dados produzidos, foram identificados alguns problemas na comunidade que foram sistematizados em eixos de trabalho pelo grupo. Dentre tais problemas, observou-se que:

- 43,2% dos moradores da comunidade enterravam e queimavam o lixo, não recebendo este um tratamento adequado;
- A água armazenada em caixa d'água por 70% dos assentados, porém era considerada por muitos como insuficiente;
- Deficiência de transporte, tanto na precariedade do ônibus escolar, utilizado por 56,8% dos estudantes, quanto no deslocamento para a sede do município;

A partir desses dados elencados foi realizado um “encontro” com os/as assentados/as, no qual participaram unicamente mulheres, para apresentação e discussão desses dados e sistematização dos eixos de trabalho: iluminação, lixo, transporte e água.

Apesar das assentadas concordarem com os problemas observados pelos/as estudantes, a falta de capacitação das mulheres, bem como a necessidade de uma renda extra para a família foi colocada como prioridade. Passamos, então, a um trabalho direcionado com as mulheres do assentamento com vistas a construir possibilidades de enfrentamento dos problemas por elas elencados.

3.1.Trabalho com as mulheres

Nos encontros promovidos, inicialmente, uma vez por semana, e posteriormente a cada 15 dias no assentamento, foram utilizadas ferramentas pedagógicas de áudio e vídeo, como projeção de imagens e slides, produção de painéis preenchidos pela comunidade com texto e imagem. A forma de comunicação utilizada nos momentos de produção de conhecimento foram previamente adequada à situação de domínio da língua formal por parte da comunidade, característica a partir da qual se preza pela linguagem escrita ou oral, transmitida através de imagens, vídeos ou de textos. O objetivo era certificar-se de que a mensagem seria compreendida com qualidade pela comunidade

Nos primeiros contatos, desenvolvemos atividades de apresentação do programa de forma dinâmica e com a utilização de ferramentas pedagógicas, como vídeos e imagens de forma a proporcionar uma maior compreensão de nossa proposta.

Após os primeiros contatos, e com a aceitação da comunidade, os extensionistas aplicaram uma versão adaptada pelo Programa do questionário sócio-demográfico-ambiental elaborado pelo Departamento de Geologia – Laboratório de Análises Estratégicas da UFRN - 2009/2010. Esse questionário buscou identificar as condições sociais, econômicas, educativas, de moradia e saúde das famílias. O resultado do questionário foi tabulado e traduzido em dados estatísticos que foram estudados pelos extensionistas e nortearam em direção a que demandas seriam mais urgentes de atenção na comunidade.

A partir da análise das demandas, problemas e potencialidades do assentamento, tendo como base o levantamento inicial do questionário, convidamos todos os moradores

do assentamento para apresentamos os eixos problemáticos embasados nas respostas ao questionário aplicado. Nessa reunião, que contou apenas com mulheres da comunidade, apresentamos os seguintes eixos: iluminação pública e contas de luz; lazer; transporte; projetos; água; lixo. No entanto, fomos surpreendidos ao constatar que a maior demanda das assentadas não eram os eixos retirados dos questionários, mas sim a questão do trabalho, capacitação e geração de renda.

Elas relataram que sentiam falta de algum tipo de capacitação para produção, pois, especialmente em épocas de seca, era difícil desenvolver atividades agrícolas no assentamento. Ao levantarmos quais as potencialidades do grupo, algumas mulheres do assentamento disseram saber fazer doces, costura e artesanato. Como elas haviam dito que muitas frutas nativas da região, como o caju e a mangaba, estragam e são jogadas fora porque não eram usadas, fomos construindo coletivamente a possibilidade de exploração desses recursos existentes no assentamento.

Assim, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), foi promovido um curso de reaproveitamento e beneficiamento de frutas regionais para 13 mulheres da comunidade.

Após o curso, percebemos o início de um processo de auto-organização das mulheres. A experiência de convivência coletiva por uma semana de modo intensivo aproximou-as e animou-as para seguir investindo na possibilidade de criar alternativas de trabalho e geração de renda. Embora ainda de forma tímida e sem uma estrutura de beneficiamento dos doces, com as frutas existentes em Paulo Freire III, a produção vem garantindo uma renda extra familiar.

Surgiu, com isso, a ideia entre as mulheres, de criação de uma associação de mulheres no assentamento rural Paulo Freire III, com a finalidade específica de promover o desenvolvimento da atividade de produção e beneficiamento dos doces. Tal processo tem sido bastante mobilizador na comunidade, pois não só tem marcado certo protagonismo das mulheres em participar de instâncias políticas dentro e fora do assentamento com vistas a conquistar apoio para a associação, como tem gerado tensões internas na comunidade, especialmente com integrantes da associação que representa o projeto de assentamento.

Entendemos que as reuniões com o grupo de mulheres, aliadas à experiência do curso desencadearam um interesse conjunto que vem se revertendo na possibilidade de protagonizar conquistas econômicas e políticas, na medida em que se mobilizam e

pressionam órgãos públicos, a exemplo do INCRA e EMATER para a liberação de recursos e assistência técnica para os projetos de consolidação da produção e beneficiamento de doces caseiros. As mulheres que agora se organizam em uma associação passam a frequentar os fóruns que ocorrem mensalmente no município de Pureza envolvendo diversas comunidades que o compõe. O assentamento que antes tinham como organização única a Associação da comunidade, hoje é também composto pela Associação das Mulheres que ganham um espaço cada vez maior.

Nossas reuniões quinzenais passam a ganhar um cunho político maior, e nos aparece não só demandas ligadas a produção de doce, mas de participação de reuniões municipais e estaduais de mobilização e de decisões.

Com a entrada de algumas mulheres do assentamento em instâncias políticas municipais e estaduais, as mesmas passam a conhecer um conjunto de políticas voltadas para a agricultura familiar e reforma agrária, bem como para as mulheres trabalhadoras rurais, o que as impele a pressionar os operadores dessas políticas pela sua efetivação. Tal conhecimento adquirido vem sendo compartilhado no assentamento nas reuniões com o núcleo rural e tornado fator de mobilização para novas ações do grupo.

Assim, parte das mulheres está se vinculando a uma cooperativa de artesãos que engloba agricultores familiares e trabalhadores autônomos do município de Pureza, com a finalidade de fazer escoar, por meio das ações da cooperativa, os doces produzidos pelo grupo. Esse momento tem exigido processos de qualificação e de aquisição de conhecimentos tanto em torno do fenômeno do cooperativismo quanto de qualificação da atividade de produção artesanal dos doces.

Com isso, o grupo tem se mobilizado na tentativa de sistematizar um acompanhamento técnico de suas atividades, levantando a discussão sobre a política de assistência técnica e extensão rural junto ao fórum municipal.

4. Considerações finais

Tem sido notório o avanço do grupo de mulheres do assentamento Paulo Freire III na busca na construção de alternativas de enfrentamento das dificuldades que envolvem tanto as atividades produtivas quanto de sua inserção política em instâncias representativas do assentamento, como de entidades municipais.

Esse processo, embora desafiador, tem permitido um exercício de autonomia e protagonismo que implica tanto a construção de um posicionamento econômico quanto político e social do grupo diante de sua comunidade. Identificamos, assim, um movimento de reconfigurar lugares tradicionais de gênero dispostos no contexto rural brasileiro.

Com isso, a extensão universitária, na medida em que considera essas demandas e, junto com os sujeitos e grupos, constroem espaços de reflexão e ação participativos, cumpre sua função de mediar importantes conquistas sociais e políticas nos âmbitos em que se propõe atuar.

5. Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, Miriam & SILVA, Rocicleide. As relações de gênero na Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais (CONTAG). In: ROCHA, M. I. B. (Org.), *Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios*. São Paulo: Ed. 34, 2000, pp. 347-366.
- CINTRÃO, Rosângela & SILAPRANDI, Emma. O progresso das mulheres rurais. In: *O Progresso das mulheres no Brasil 2003 – 2010*. In: BARSTED, L. L. & PITANGUI, J. (Orgs.). Rio de Janeiro: CEPIA/Brasília: ONU Mulheres, 2011, pp. 186-230.
- COSTA, Maria da Graça Silveira Gomes & SCHWADE, Elisete. Discursos e feminismos em movimento entre a Marcha Mundial de Mulheres e o MST. *Sociais e Humanas*. 25(2), 221 – 230, 2012.
- HEREDIA, Beatriz Maria Alásia & CINTRÃO, Rosângela Pezza. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. *Revista NERA*, 9, n. 8, 1-28, 2006.
- LEITE, Jäder Ferreira & DIMENSTEIN, Magda. Relações de gênero e diversidade sexual da luta pela terra: a participação política de militantes mulheres e gays no MST. *Revista Bagoas*, 8, , 187-203, 2012.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria Executiva. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. *Plano Nacional de Saúde: um pacto pela saúde no Brasil*. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. Recuperado de http://dtr2001.saude.gov.br/editora/produtos/livros/pdf/05_0306_M.pdf.
- FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- VASCONCELOS, Eymard Mourão. Educação Popular: instrumento de gestão participativa os serviços de saúde. In: MINISTÉRIO DA SAÚDE (Org.), *Caderno de Educação Popular e saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2007, pp. 18-27.
- ZITKOSKI, Jaime José. Educação Popular e Pós-modernidade: um olhar em tempos de incerteza. *Cadernos IUH*, 5, (21). São Leopoldo: Unisinos, 2007.

O NOVO RURAL E O AGRONEGÓCIOS DE FLORES NO MUNICÍPIO DE PILÕES/PARAÍBA

Sueli Maria Pereira Leon-Universidade Salvador (UNIFACS)
suelileon@ig.com.br
GT2 - Trabalho Rural

Este artigo tem como escopo analisar o surgimento de uma atividade não-agropecuária no Município de Pilões no Estado da Paraíba a partir da década de 90 quando foi implantado o agronegócio de flores e que tem sido utilizado desde então como uma alternativa de trabalho rural para substituir o declínio da cana-de-açúcar. Nas últimas décadas, significativas transformações ocorreram nos espaços rurais em geral, apresentando novos cenários. Percebe-se o incremento de atividades não-agropecuárias, desta forma nota-se que o rural apresenta uma dimensão maior que o setor agropecuário. As mudanças que surgem têm sido chamadas por diversos autores como o “novo rural”. Em um determinado período da história a industrialização foi pensada e implantada como uma alternativa de geração de emprego para as diversas regiões do país inclusive para as áreas rurais, mas ao longo do tempo a implantação das indústrias não se mostrou uma alternativa eficaz para a geração de emprego, pois diversas indústrias faliram deixando muitas pessoas desempregadas. A partir daí, surge a necessidade de buscar alternativas de novas formas de trabalho no espaço rural. Na década de 80 a economia no município de Pilões era voltada para o plantio da cana-de-açúcar, mas com a falência da usina de Santa Maria ocasionou o desemprego de diversas famílias que tiveram que mudar da atividade canavieira para a cultura da banana, mas as famílias não conseguiram concorrer com os grandes produtores e continuaram desempregadas. Mulheres pertencentes a estas famílias desempregadas buscaram uma alternativa em conjunto. A ideia foi plantar flores já que era uma atividade relacionada à terra algo que elas sabiam trabalhar. Essa ideia floresceu e hoje as famílias colhem resultados positivos e emprega diversas famílias.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, significativas transformações ocorreram nos espaços rurais em geral, apresentando novos cenários. Percebe-se o incremento de atividades não-agropecuárias, desta forma nota-se que o rural apresenta uma dimensão maior que o setor agropecuário. As mudanças que surgem têm sido chamadas por diversos autores como o “novo rural”.

Percebe-se que o mundo contemporâneo tornou o meio rural mais do que agrícola, pois não apresenta tão somente às atividades tradicionais agropecuárias, mas atividades diversificadas de trabalho e renda, novas ocupações e oportunidades.

Em um determinado período da história a industrialização foi pensada e implantada como uma alternativa de geração de emprego para as diversas regiões do país inclusive para as áreas rurais, mas ao longo do tempo a implantação das indústrias não se mostrou uma alternativa eficaz para a geração de emprego, pois diversas indústrias faliram deixando muitas pessoas desempregadas.

Essa foi uma realidade enfrentada pelo Município de Pilões. Pilões faz parte da Microrregião do Brejo Paraibano. Com o fechamento da usina de açúcar na localidade muitas pessoas ficaram desempregadas e foram em busca de alternativa de emprego e renda para manter as suas famílias e primeiramente buscaram no cultivo da banana a alternativa para o desemprego, mas não se mantiveram a longo prazo, pois não podiam concorrer com grandes produtores. Na busca de outra alternativa de um trabalho rural, vislumbraram em uma atividade não-agropecuária uma nova oportunidade de emprego e renda, cujo, pano de fundo era o trabalho com a terra, algo que as famílias conheciam bem e foi através do plantio das flores que uma nova perspectiva de vida surgiu para essas famílias.

O escopo de artigo é analisar o surgimento dessa atividade não-agropecuária no Município de Pilões como alternativa de trabalho rural. A metodologia percorrida para o desenvolvimento deste artigo está pautada em uma pesquisa descritiva de caráter bibliográfica através do suporte de livros e artigos diversos e de dados extraídos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

2 BREVE DISCUSSÃO SOBRE A IMPLANTAÇÃO DAS INDÚSTRIAS E USINAS NO NORDESTE

2.1 IMPLANTAÇÃO DAS INDÚSTRIAS NO NORDESTE

Por muito tempo a região Nordeste foi encarada de forma assistencialista, ou seja, sempre recebendo do governo programas de emergências como: obras contra a seca, frentes de trabalho. Para Avena Filho (1986, p. 17) esse apoio "são típicos elementos paliativos, meros mantenedores das condições mínimas de sobrevivência, que cuidavam apenas da preservação do estigma nordestino".

Quando a industrialização atingiu o Brasil, a atividade industrial ficou concentrada no Sul e o Nordeste tornou-se dependente desta região. Apesar de ter conseguido um maior grau de industrialização, o problema do subdesenvolvimento não foi resolvido, pois a acumulação da riqueza ficou concentrada nas mãos da minoria e os problemas sociais e da pobreza não foram resolvidos.

2.2 A TRANSFORMAÇÃO DOS ENGENHOS EM USINAS

Com o processo de industrialização e na busca da concorrência internacional os engenhos de açúcar deram lugar as usinas. Depois da criação das usinas toda a atividade econômica das regiões ficaram centralizadas nelas, assim como a grande parte da mão de obra.

Neste sentido Araujo (2002, p. 38) declara que:

A usina, embora diferisse da tradicional economia açucareira pelo uso de avançada técnica e relações de trabalho assalariado, tinha, como ponto comum ao sistema empregado nos engenhos de cana-de-açúcar, o mecanismo da concentração de terras e capital nas mãos de pequeno grupo, que exercia sobre os trabalhadores engajados em seus domínios o mesmo tipo de exploração detectada nas relações de trabalho mantidas, quer nos engenhos tradicionais, quer no engenho central, porquanto os baixíssimos níveis de remuneração desses trabalhadores alcançavam, às vezes, limites intoleráveis, que não se distanciavam muito das condições de vida precária dos ex-escravos. Destacando-se dos trabalhadores ligados às usinas por vínculos empregatícios, estavam os antigos senhores de engenho transformados em fornecedores de cana, que também se organizavam em associação, com o objetivo de resguardar seus interesses em face da crescente capacidade de barganha dos usineiros.

Com a expansão do plantio da cana-de-açúcar na Região Nordeste, pequenos proprietários de terra perderam as suas terras para a ocupação do plantio da cana e tornaram se

assalariados. Depois do período áureo da cana veio à decadência com a crise do Proalcool e o fechamento das usinas em toda a Região Nordeste.

3 O NOVO RURAL

3.1 NOVAS ALTERNATIVAS DE TRABALHO RURAL

Com diversas transformações quem vem ocorrendo no meio rural no que tange o desenvolvimento das atividades econômicas, não é mais possível identificar esta área como apenas a prática de atividades ligadas a agricultura e a pecuária. Apesar de muitas propriedades e proprietários terem estas atividades como a principal fonte de renda e geração de emprego, é possível identificar diversas outras atividades que foram introduzidas como perspectivas para a sobrevivência das famílias.

Neste sentido, Silva e Grossi (s.d, p. 166) afirmam:

Uma nova onda de valorização do espaço rural, capitaneados por questões ecológicas, preservação da cultura "country", lazer, turismo ou para moradia. Observa-se em todo o mundo uma reocupação crescente com a preservação ambiental que estimulou novo filão do turismo: o ecológico. A nova forma de valorização do espaço vem a remodelar as atividades ali existentes, em função da preservação ambiental e do atendimento aos turistas. Na valorização da cultura "country" é simbólica o crescimento das festas de peões pelo interior brasileiro. A atividade de turismo rural também está se expandindo, o que se reflete no número ascendente de fazendas-hotéis e pousadas rurais. O espaço rural também está sendo cada vez mais demandado como espaço para lazer.

Outras atividades também podem ser citadas como: produção de ervas medicinais, produção de polpa de frutas e a floricultura.

Nessa perspectiva, a floricultura surge também como uma alternativa de atividade não agropecuária no espaço rural. Nas palavras de Candido, Borges e Santos (2010, p. 117), a floricultura faz parte das novas atividades que compõem o espaço rural e afirmam que:

A floricultura e mudas de plantas ornamentais também faz parte das novas atividades que compõem o rural brasileiro. A floricultura, além de propiciar melhor rendimento para os agricultores e seus familiares, é atividade muito intensiva e exige o emprego de muita mão-de-obra familiar e contratada.

4 A FLORICULTURA NO BRASIL

A floricultura é caracterizada de forma geral pelo cultivo de plantas ornamentais, e abrange flores de corte, plantas envasadas, floríferas ou não, até a produção de sementes, bulbos e mudas de árvores de grande porte. É um setor que apresenta grande competitividade e exige a utilização de tecnologias avançadas, profundo conhecimento técnico pelo produtor e um sistema eficiente de distribuição e comercialização.

A floricultura nacional faz parte da vida dos brasileiros desde o final do século passado, mas até a década de 50 era pouco expressiva nos aspectos: econômico e tecnológico, pois se caracterizava como uma atividade paralela a outros setores agrícolas. Os principais cultivos localizavam-se nas regiões próximas às capitais do sudeste e sul do país.

A floricultura brasileira é hoje uma atividade econômica importante no agronegócio do País e apresenta um significativo crescimento na produção de flores em diversos estados com destaque para a Região Nordeste.

O mercado brasileiro consome praticamente tudo que produz, pois conta com um grande mercado interno, mas apesar de cultivar uma grande área a geração de produtos para o mercado internacional ainda é pequeno. Apesar de exportar para quarenta países e tendo como consumidores países como: Holanda, Estados Unidos, Itália, Japão, Reino Unido e Alemanha outros consumidores internacionais vem ganhando importância nas exportações nos seguintes países: Bélgica, Portugal, Espanha, Canadá, Chile, Coreia do Sul, Venezuela e Rússia.

Segundo (BRASIL, 2007, p. 20) a floricultura no Brasil apresenta um cenário favorável para o seu crescimento e aponta que:

O agronegócio da floricultura no Brasil ganha qualidade, competitividade, ramifica-se nos estados e consolida-se como importante atividade econômica em todo País. A performance nas duas últimas décadas tem sido bastante satisfatória, com taxa de crescimento de 20% ao ano. Pela diversidade climática, é possível produzir internamente flores, folhagens e outros produtos derivados, todos os dias do ano, a custos relativamente baixos e, portanto competitivos.

A atividade é intensiva de mão-de-obra e gera um expressivo número de empregos diretos e indiretos no País. Ainda em (BRASIL, 2007, p. 20) a floricultura brasileira é marcada por diferenciações econômicas, políticas e sociais entre regiões, polos, produtores e empresas. Para a melhoria de sua governança e de suas metas será necessário a participação da câmara setorial.

3 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PILÕES

3.1 BREVE HISTÓRICO

O município de Pilões pertence ao Estado da Paraíba e está localizado na Mesorregião do Agreste e na Microrregião de Brejo Paraibano. O significado de brejo nas áreas brasileiras é diferente da atribuída na Região Semi-árida do Nordeste e nas palavras de Andrade (1988, p. 37) “a expressão brejo indica a existência de uma área de clima úmido ‘ilhada’ em áreas secas de caatinga”.

Pilões pertence a região metropolitana de Guarabira e tem como municípios limítrofes: Serraria, Areia, Alagoinha, Cuitegi e Pilõezinho e está a uma distância de 142,5 km da capital João Pessoa. Possui clima tropical chuvoso e uma área de 64,4 km².

Figura 2 - Localização do município de Pilões na Paraíba



Fonte: <http://www.google.com.br/imgres?q=mapa>

Segundo dados do IBGE (2010) Pilões possui uma população de 6.978 contra 7.731 em 2006 e tem uma estimativa para o ano de 2012 de 6.854 habitantes. A diminuição da população se justifica pela saída migratória para os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro em busca de alternativa de emprego.

O relevo é desenhado por vales profundos e estreitos dissecados, com montanhas (altitude média de 400m acima do nível do mar). A bacia hidrográfica é composta por rios,

cachoeiras e pequenos córregos. Possui vestígios remanescentes da Mata Atlântica, com vegetação formada por Florestas Subcaducifólicas¹ e Caducifólicas², próprias das áreas agrestes. Baseou sua economia, durante muito tempo, no plantio da cana-de-açúcar para a produção da rapadura e da cachaça e posteriormente o cultivo do café e do sisal. No apogeu do cultivo da cana, da década de 1980, alcançou 180 mil toneladas/ano, mas após a falência da Usina de Santa Maria o plantio da cana entrou em declínio e as famílias que trabalhavam direta ou indiretamente tiveram que mudar da atividade canavieira para outras atividades a exemplo da cultura da banana. A produção da banana, do urucum, da castanha de caju, da mandioca, e a criação de rebanhos bovinos e caprinos são as atuais fontes da economia local. Na pecuária, o destaque vai para a criação de galinhas, bovinos e ovinos respectivamente (IBGE, 2013). A produção de flores é o mais novo elemento da economia Pilonense.

3.2 QUADRO SÓCIO-ECONÔMICO

A economia que predomina em Pilões é uma economia rural e com pequenos comércios. Atualmente na lavoura permanente é cultivado: banana, urucu, maracujá, laranja e castanha-de-caju enquanto que na lavoura temporária cultiva-se: batata-doce, cana-de-açúcar, mandioca. (IBGE, 2010).

Na pecuária o destaque da criação são de: bovinos, frangos, frangas, galos e pintos. (IBGE, 2010).

O Município de Pilões ostenta um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,560 (IBGE, 2010), como verificado na Tabela a seguir:

Tabela 1 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)

Estado/Região/ Município	IDH-M	Classificação no ranking do Estado da Paraíba
Paraíba	0,783	-
Pilões	0,560	171º

Fonte: IBGE, 2010

¹ Floresta com árvores sempre verdes, folhas largas, troncos relativamente delgados, densa e implantada em solo recoberto por camada de húmus.

² Caducifolia significa folhas que caducam, ou seja, folhas que caem. Esse processo ocorre na estação do inverno e volta a brotar somente na primavera.

Segundo a classificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8). Em relação aos outros municípios da Paraíba, Pilões apresenta uma situação preocupante: ocupa a 171ª posição.

Na seção seguinte, descreve-se o Projeto Flores de Pilões.

4 CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO DAS FLORES DE PILÕES

Mulheres desempregadas e sem perspectiva de vida que se reuniam na beira do rio para comer jaca o único alimento que tinham como refeição. Com muitas dificuldades a união entre as mulheres fez do desejo de sobreviver e de melhorar a vida um motivo de transformação. Sem saber o que produzir, as mulheres pensaram em frabricar doces, fabricar rede, sandálias, mas nenhum desses elementos eram na área delas já que os trabalhos já prestados envolvia o manejo da terra, foi assim que surgiu a ideia de plantar flores, porém não tinham nenhum conhecimento técnico, então o segundo passo foi buscar conhecimento e conhecer o ramo que iriam investir.

Falta de recurso e de tradição na cultura de flores foram as primeiras dificuldades enfrentadas. Mas com muita persistência o projeto deu flores.

Segundo Duarte e Veras (2006, p. 5) a trajetória percorrida para a implantação do projeto contou primeiramente com a contratação de um consultor através do Programa de Apoio Tecnológico para Micro e Pequenas Empresas (PATME), com o objetivo de identificar se na terra, água ou no clima existia alguma substância desfavoral ao plantio de grande escala. A consultoria contribui muito para o desenvolvimento do plantio, pois form dadas informações pertinentes entre elas: as variedades de flores a cultivar, as condições climáticas ideiais, e o uso de plásticos de cobertura que permitiam o cultivo de flores de clima temperado. A partir daí foi criada a Cooperativa de Floricultores do Estado da Paraíba (COFEP) em setembro de 1999, com a participacao de 21 mulheres. Elas passaram por capacitação para o manejo das flores. Em busca de recurso financeiro, o primerio local procurado foi o Banco do Nordeste que recusou a proposta, pois a cooperativa nao tinha garantia real exigida pelo banco. Outra alternativa foi contar com o apoio da prefeitura do Municipio de Pilões e buscou também incentivos através do Projeto de Apoio as Cominidades Rurais de Baixa Renda (Projeto Cooperar), do governo do estado, apoiado

com recursos do Banco Mundial que apoia associações e cooperativas de pequenos produtores rurais.

O resultado foi que o projeto foi aprovado para recebimento de recursos financeiros e ficou definido que o Banco Mundial financiaria 75%, o Projeto Cooperar 15% e a COFEP arcaria com 10%. Uma das cooperadas componente do grupo doou um pequeno terreno para início das atividades. A produção inicial começou com duzentos pacotes de flores e hoje já são de dois mil e quinhentos com uma variedade de doze tipos de flores que tem crisântemo e rosas comercializadas nos estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Figura 2 – Crisântemos cultivados no Município de Pilões



Fonte: <http://www.paraibatotal.com.br/noticias/2012/10/29/26201-cooperativa-de-flores-de-piloes-recupera-producao-com-credito-do-empresario-pb>.

Antes do projeto todas as flores comercializadas na Paraíba era fornecida pelos estados de São Paulo e Recife. As agricultoras fundaram a Cooperativa de Floricultores do Estado da Paraíba (COFEP).

Com o sucesso do projeto as mulheres contam com o apoio do Serviço de Apoio as Médias e Pequenas Empresas (SEBRAE), Prefeitura de Pilões, o Banco Mundial e com o Governo do Estado da Paraíba e já contam com sessenta estufas e com recursos tecnológicos.

Iniciaram o plantio com alguns tipos de plantas e depois mudaram para uma mais popular que nas palavras de Lima e Mello (2009, p. 18) foram:

A produção inicial se resumia a flores de fácil cultivo como celsa, carinho-de-mãe e gladiolo, que não precisam de estufa. Depois se expandiu passando a produzir shena, calábria, margarida além do gladiolo. Mas a especialidade da cooperativa tornou-se o crisântemo que segundo a cooperativa é a segunda flor mais popular perdendo só para a rosa.

Hoje é uma atividade promissora não só para o município de Pilões, mas para outros municípios próximos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A usina da cana-de-açúcar que foi implantada no Município de Pilões por muitos anos foi a principal atividade econômica e consequentemente a principal geradora de emprego e renda para muitas famílias. Com a sua falência estas famílias ficaram sem perspectivas de sobrevivência.

O plantio da banana foi a tentativa das famílias buscarem uma nova atividade econômica, mas não conseguiram concorrer com grandes produtores e continuaram desempregadas. Sem alternativa de trabalho e preocupadas em praticar uma atividade econômica que tivesse o manuseio da terra inserido, a floricultura foi a saída encontrada para mudar a realidade de falta de renda e emprego que estava presente em diversas famílias Pilonese.

As 21 mulheres que tiveram a ideia e se reuniram para tocar o projeto das flores tiveram um papel preponderante para a mudança da triste realidade de diversas famílias em Pilões. Mesmo sem nenhum conhecimento técnico, de mercado e recurso financeiro para a produção de flores, não se deixaram de abater ou desistir da ideia. O Sebrae foi a primeira instituição na qual buscaram apoio para desenvolverem o projeto e consequentemente encontram em outras instituições o apoio financeiro que necessitavam para iniciar o projeto.

As mulheres criaram uma cooperativa denominada de Cooperativa dos Floricultores do Estado da Paraíba e estão comercializado para os estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte e para a própria Paraíba.

A floricultura de Pilões envolve hoje diversas famílias e é um caso de superação da pobreza e da falta de expectativa de emprego e renda no município.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **Nordeste**: alternativa de cultura. São Paulo: Papirus, 1988.

AVENA FILHO, Armando. **Nordeste Bahia**: os caminhos do desenvolvimento. Salvador: UCSAL, 1986.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Cadeia produtiva de flores e mel**. Brasília: IICA: mapa/SPA, 2007.

DUARTE, Renata Barbosa de Araujo; VERAS, Clarice. **Histórias de sucesso**: mulheres empreendedoras. Brasília: Sebrae, 2006.

GOOGLE. **Flores de Pilões**. Disponível em: <<http://www.paraibatotal.com.br/noticias/2012/10/29/26201-cooperativa-de-flores-de-piloes-recupera-producao-com-credito-do-empreender-pb>>. Acesso em: 14 maio 2013.

GOOGLE. **Localização do município de Pilões na Paraíba**. Disponível em: <<http://www.google.com.br/imgres?q=mapa>>. Acesso em: 12 maio 2013.

INSTITUTO GEOGRÁFICO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativa da população 2012**. Disponível em: <http://www.ibge.com.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 14 maio 2013.

_____. Índice de desenvolvimento humano por municípios. Disponível em: <http://WWW.ibge.gov.br/idh>. Acesso em: 10 maio de 2013.

LIMA, Fabiano Silva de, MELLO, Fabio da Silva. **Espaço agrário e pequena produção no brejo paraibano**: o caso da floricultura na Comunidade Avarzeado. Disponível em: http://www.geografia.ffe.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Lima_FS.pdf. Acesso em: 10 maio 2013.

OLIVEIRA, Alfredo Augusto Porto. **Floricultura**: caracterização e mercado. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

RURALIDADES EM PERSPECTIVAS: TRAJETÓRIAS DE FAMÍLIAS AGRICULTORAS E METAMORFOSES DO TRABALHO NO MUNDO RURAL – O CASO DO MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES-PE

Jeanne Mariel Brito de Moura / Cleiton Ferreira Maciel – UFSCar
maribrito21@yahoo.com.br – cleiton.keto@hotmail.com

CAPES

GT2 - Trabalho Rural

O presente trabalho tem como objetivo analisar os processos pelos quais as condições de existência no espaço rural tem se metamorfoseado diante das dinâmicas econômicas em curso no município de Jaboatão dos Guararapes - PE, para tanto percorro a trajetória de vida das famílias agricultoras descendentes da população do engenho Megaípe, sítio Cumbe e sítio Boa Vista, que ficam situados no entorno do município de Jaboatão dos Guararapes. O referido município, que se localiza no litoral sul da região metropolitana do Recife, teve seu surgimento vinculado tradicionalmente às atividades agrícolas, cuja principal cultura era a cana-de-açúcar. Desde meados da década de 1990, de maneira mais intensiva, o município vem passando por várias transformações na sua estrutura produtiva, vinculadas a um processo de desenvolvimento que visa dinamizar a economia local, impulsionando a industrialização e a logística, a qual tem como símbolo o Porto de Suape. Considerando que o contexto das trajetórias aqui analisadas caracteriza-se por uma relação espacial e social descontínua entre o campo e a cidade na qual as famílias buscam cada vez por atividades não agrícolas na cidade, mas que longe de confirmar o fim do rural legitima a existência de uma ruralidade contemporânea. Esse estudo segue uma perspectiva microsociológica e busca analisar as trajetórias de famílias agricultoras buscando evidenciar como o seu espaço de vida é marcado por lógicas de racionalidades que vinculam o rural e o urbano. Destarte, tomo como hipótese norteadora a tese de que há uma nova configuração na relação entre trabalho e trajetórias familiares dos grupos historicamente alijados da região, que possibilitam a reprodução social dessas famílias a partir de atividades pautadas, sobretudo, em estratégias pluriativas.

Jeanne Mariel Brito de Moura é mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande, e doutoranda em sociologia pela Universidade Federal de São Carlos;
Cleiton Ferreira Maciel é mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Amazonas, e doutorando em sociologia pela Universidade Federal de São Carlos.

INTRODUÇÃO

Até 1950 as atividades agrícolas, principalmente o cultivo da cana-de-açúcar, eram as responsáveis pelo desempenho econômico de Pernambuco e do município de Jaboatão dos Guararapes. Porém, o aparecimento de outras atividades produtivas, como a intensificação das atividades na indústria, comércio e serviços, começou a ganhar importância favorecendo o surgimento de uma nova conjuntura econômica. Contudo, o fenômeno mais recente que enfraqueceu a plantação da cana-de-açúcar e de outras culturas, foi a crise do setor sucroalcooleiro da década de 1990¹ (GARCIA; MUSSALEM, 2011).

Não obstante, essas mudanças não ocorreram de forma repentina, antes foram forjadas a partir de um interesse “oficial” em diversificar as atividades econômicas de todo o estado, tendo por objetivo industrializá-lo e não mais depender da instabilidade da atividade canavieira. Entretanto, tendo em vista que o setor sucroalcooleiro já foi a principal fonte econômica de Pernambuco, a “substituição”² dessa cultura jamais tencionou romper com a agroindústria e com a agricultura, mas apenas apresentar outras possibilidades de desenvolvimento.

A relação do rural com o urbano nas sociedades modernas muitas vezes são gestadas por estratégias hegemônicas da afirmação da cidade sobre o campo, favorecendo uma concepção errônea de que o rural seria um lugar atrasado e deslocado no mundo contemporâneo. A pesquisadora Nazareth Wanderley salienta justamente o contrário, para ela o rural e o urbano deveriam ser analisados enquanto espaços que se complementam, sem que isso implique numa homogeneização espacial e social ou no triunfo da cidade sobre o campo (WANDERLEY, 2009).

Destarte, a proposta desse artigo se insere numa perspectiva que contempla analisar, através das trajetórias de vida das famílias agricultoras, as diferentes formas de inserções produtivas acionadas pelas famílias agricultoras que objetivam a permanência em um espaço rural, que em decorrência das intensas transformações à sua volta tem se modificado. Nesse caso, nossa perspectiva parte da compreensão sobre as “novas” inserções produtivas das famílias agricultoras, que por não encontrarem na terra condições de sustento mesclam suas atividades agrícolas com as atividades não agrícolas.

¹Com a extinção do Instituto do açúcar e do álcool (IAA) na década de 1990, iniciou-se um processo de desregulamentação do setor sucroalcooleiro de pernambucano que favoreceu o enfraquecimento das usinas menos competitivas.

² “Substituição” foi escrita entre aspas para enfatizar que Pernambuco ainda é um grande produtor de cana-de-açúcar no Brasil, ocupando a segunda posição no ranking do Nordeste (SINDAÇUCAR, 2012).

O estudo de caso foi realizado com as famílias agricultoras oriundas do engenho Megaípe e dos sítios Cumbe e Boa Vista. O espaço analisado pertence ao bairro de Muribeca dos Guararapes, que por seu turno faz parte do município de Jaboatão dos Guararapes, localizado na Região Metropolitana do Recife. O recorte foi feito para viabilizar a pesquisa, e também por serem localidades de interesse para apreensão de nossa análise³.

Nesses termos, tanto o engenho Megaípe como os sítios Boa Vista e Cumbe possuem tradição nas atividades rurais. De um lado há o engenho Megaípe com um enfoque na produção de cana-de-açúcar e de outras atividades agrícolas, e, do outro lado há a presença dos sítios que desenvolvem uma agricultura familiar. A formação desses dois sítios é recente, datando do começo do século XX, já o engenho Megaípe, do período do século XIX, sempre pertenceu às famílias ricas de Jaboatão dos Guararapes, na qual seu atual dono é o ex-prefeito desse município, o senhor Humberto Barradas.

Nesse sentido, há duas maneiras com que essa população lida com o trabalho e a terra, quais sejam: a) as famílias agricultoras que não possuem terra própria para plantar, mas que mesmo assim possuem um roçado nas terras do engenho, além de acionarem o trabalho da usina e das empresas do entorno do bairro de Muribeca dos Guararapes (nesse caso estou falando dos moradores do engenho); e b) os que possuem terra própria para plantar, mas que por não conseguirem sobreviver apenas dos rendimentos rurais, diversificam as atividades agrícolas com as atividades não agrícolas (nesse caso me refiro aos sitiantes).

Os impactos sociais e econômicos ocasionados pelas mudanças que ocorreram no estado de Pernambuco e no município de Jaboatão dos Guararapes foram sentidos majoritariamente pela população do campo que por não conseguir encontrar na agricultura o seu sustento, buscou outros meios para se fixar no seu lugar de vida. No caso, intensificou-se a procura por trabalhos não agrícolas nas indústrias da região. Nesses termos, o artigo revela que essas mudanças produtivas influenciaram nos projetos de vida dos grupos diretamente afetados por esses processos. Aponto, assim, que essas novas dinâmicas exemplificam o que a sociologia rural vem denominando de ruralidades contemporâneas.

³ O interesse em pesquisar esse engenho e os sítios descritos ocorreu pela presença de dois fatores principais, quais sejam: a proximidade espacial e a similaridade dos processos que ambos têm vivenciado com relação às mudanças nas trajetórias produtivas.

Com base na problemática acerca das novas formas de ruralidades contemporâneas, considero que o rural não é estático, antes passa por transformações, ganhando, em face disso, novos significados através da atualização das trajetórias dos seus atores sociais e dos agentes externos que circundam seu espaço.

As metamorfozes do mundo moderno trouxeram consigo mudanças que também se perceberam no meio rural, proporcionando o surgimento de novos mecanismos explicativos na qual as velhas dualidades, que se baseava no entendimento de que o rural e o urbano eram mundos opostos, foram substituídas pela percepção da singularidade que cada um desses espaços agrega.

Procurando analisar as dimensões desse novo rural aponto, também, para as transformações que as famílias agricultoras vivenciam no percurso de suas trajetórias de vida. Em Jaboatão dos Guararapes, é notório que as mudanças que ocorreram na área urbana adentraram no seu espaço rural, de sorte que percebi uma modificação nos planos para o futuro dessas famílias, pautado cada vez mais numa abertura para as atividades não agrícolas e “desinteresse”, por parte dos filhos, das atividades agrícolas. Contudo, os mesmos jovens que vão trabalhar na indústria para ajudar na renda familiar, sinalizam não querer deixar o campo definitivamente.

1. METAMORFOSES DO MEIO RURAL: UM DEBATE CONTEMPORÂNEO

O mundo rural constantemente enfrentou situações adversas no decorrer de sua existência, de sorte que as trajetórias percorridas pelo homem do campo sempre teve por finalidade assegurar a sobrevivência de sua família. Nesses termos, é natural se esperar que mediante as dificuldades em que se encontrem as famílias recorram às atividades diferentes do habitual, mas que visam assegurar a sua reprodução social, tal como as migrações, arrendamento de terra e o trabalho sazonal da cana.

Partindo do pressuposto de que as mudanças que ocorrem no meio rural emergem como consequência das dinâmicas engendradas pelo próprio desenvolvimento das sociedades contemporâneas, propomos uma discussão que evidencia e caracteriza a atuação desses novos fenômenos a partir do enfoque conceitual denominado *ruralidades contemporâneas*.

A compreensão dessas “novas” dinâmicas intrínsecas ao mundo rural, bem como sua capacidade de adaptação aos processos de mudança, expande nosso entendimento para

a percepção do meio rural como um espaço que dialoga com as transformações que ocorrem ao seu redor. Um espaço que comporta diversas formas de ruralidades e que não tem apenas a agricultura como sua expressão.

É sob esta perspectiva que a pesquisadora Wanderley demonstra que embora as articulações entre o rural e o urbano sejam importantes, o rural tem suas singularidades/especificidades. Para ela o rural possui duas características consideradas fundamentais na sua definição: “por um lado, uma relação específica dos habitantes do campo com a natureza [...]; por outro lado, relações sociais, também diferenciadas, que Henri Mendras definiu como relações de interconhecimento” (WANDERLEY, 2009, p. 204).

Isso significa dizer, primordialmente, que para se compreender o rural deve-se levar em conta pelo menos três eixos analíticos que estão intimamente relacionados: a relação com a natureza, tendo por prerrogativa o espaço de trabalho e de vida; a relação social, levando em consideração as questões mais simbólicas desse meio; e, o território como elemento de referência nas práticas do homem do campo.

Com base nessas três questões propostas para definir o rural, entendemos que a percepção dessa categoria enquanto modo singular de viver em um determinado espaço, e ao mesmo tempo para além do espaço geográfico, configura-se como o *mecanismo* que direciona a ação do agricultor diante dos processos de transformações. Processos esses que reordenaram todo o seu espaço, instaurando em seu contexto o que Wanderley (2009) denomina de “*novas ruralidades*”.

Assim, as “*novas ruralidades*” se constitui como um termo que expressa os processos de transformações ocorridos no meio rural, bem como sua relação com as demais esferas da sociedade. De acordo com Wanderley (2009), além dos fatores externos houve alguns fatores internos que possibilitaram essas transformações no meio rural, como: descentralização econômica (atividades industriais passaram a se instalar nas áreas rurais, devido a incentivos fiscais e econômicos); encurtamento das distâncias entre os centros urbanos facilitando o acesso da população rural; a paridade econômica e social (com níveis de renda similares na cidade e no campo); e, o crescimento demográfico (impulsionado pela redução da migração do campo para a cidade). Todos esses elementos marcam a singularidade do rural na sociedade contemporânea.

Salete Cavalcanti (2004) compreende que a ruralidade entra em cena nos debates a partir da retomada da discussão sobre os processos atuantes no território e no espaço local. A ruralidade, ou melhor, ruralidades, contempla uma diversidade de combinações e situações que se apresentam no meio rural. O conceito pretende expandir o debate sobre as “novas” configurações encontradas no campo, como: trabalho, moradia, turismo, comércio, “urbanização” do campo, identidades e relação rural e urbano. A compreensão sobre as novas ruralidades é, na verdade, uma revisitação ao campo que atualiza e contempla as questões que envolvem as populações rurais. Dessa maneira:

No Brasil, a discussão alimentada pelos trabalhos de Wanderley (2001), que considera o rural como um espaço de vida, um modo de vida, e, numa outra perspectiva, os trabalhos de Graziano da Silva (1995), ressalta o esforço acadêmico para a compreensão desses processos, pondo em xeque o lugar do rural, do trabalho agrícola e das noções que se lhes associam no desenvolvimento nacional. (CAVALCANTI, 2004, p. 18)

Sob este aspecto, o meio rural desponta como um território em disputa aparecendo no cenário nacional e mundial com “novos” problemas e novas questões. A região, agora, se insere como lugar de produção de mercadorias, turismo, comércio, consumo e lucro, e não apenas de agricultura. As novas ruralidades revelam-se como uma amostra da capacidade adaptativa do meio rural frente às transformações externas. Ao absorver em seu território novas situações, o rural mostra à sociedade urbano-industrial seu potencial de continuar existindo.

Nesse sentido, Marsden compreende a ruralidade como uma diversidade de processos atuantes no meio rural e que modificam o seu território, “especialmente aqueles da provisão de bens e serviços que podem ser consumidos dentro e fora de fronteiras particulares” (MARSDEN, 1999 apud CAVALCANTI, 2004). Assim, ele entende o meio rural como um espaço que ganha destaque e projeção na sociedade por dinamizar a sua atuação, e atrair novos atores para seu espaço.

À medida que os processos da globalização se intensificam, todas as esferas da sociedade, do local ao global, passam por uma resignificação, em que a cidade e o campo deixam de ser caracterizados apenas pelo espaço que ocupam e passam assumir um valor mais subjetivo em sua definição. É nesse sentido que André Pires (2007) emprega o termo “des-espacialização da categoria rural”, ao referir-se às principais discussões sobre o meio

rural na sociologia. A categoria rural se desprende das limitações espaciais e passa a ser analisada como uma *construção social* que dialoga com as mudanças a sua volta.

Continuando a linha de reflexão que percebe o rural como uma construção social, Pires (2007) ressalta a importância dos estudos de Marc Mormont na construção dessa perspectiva de entendimento do meio rural. Para Mormont, o que caracteriza o rural está além das dimensões geográficas. Isso significa dizer que o rural assume dois sentidos: em um primeiro momento, ele se situa como um espaço físico que se legitima em virtude das identidades sociais que são construídas em seu território, e, em um segundo momento, ele se define “como um local de relações sociais” (MORMONT, 1990 apud PIRES, 2007, p. 47).

O rural é percebido por Mormont através da apropriação do espaço que são significadas pelas relações sociais nele estabelecido. É por meio das práticas sociais e interação de seus atores que a ruralidade se transforma, assumindo novas questões. Nesse sentido, a representação do rural em Marc Mormont é expressa por todas as diferenças que seu espaço carrega, e que se constrói através da relação estabelecida com a cidade.

A partir da compreensão do significado da ruralidade como uma categoria que ultrapassa um espaço físico determinado, Mormont (1990) assinala que compreende o rural como um lugar físico e, ao mesmo tempo, simbólico no qual os atores sociais constroem suas identidades. Assim, para ele, “ruralidades” é a expressão de todas as mudanças em curso nesse espaço (MORMONT, 1990 apud PIRES, p. 47, 2007).

É pautado nessa perspectiva que compreendo a construção da ruralidade em Jaboatão dos Guararapes-PE. O rural em Jaboatão não se trata de um espaço que ganha significado pelo seu posicionamento geográfico. A proximidade dos sítios e engenho de uma região de intensa urbanização não tem descaracterizado o seu rural, antes serve como um recurso de permanência no campo, do ponto de vista das diversas atividades rurais e urbanas que compõem as formas de renda das famílias. E como fenômeno das ruralidades, temos a pluriatividade como um exemplo maior desse processo de mudanças.

2. AS TRANSFORMAÇÕES NO MEIO RURAL DE JABOATÃO DOS GUARARAPES

Jaboatão dos Guararapes ocupa uma área de 259 km², com uma distância de 14 km de Recife, Pernambuco. O município é o segundo mais populoso de Pernambuco com uma

população total estimada pelo IBGE (2010) de 644.620 habitantes, dos quais 630.595 habitantes se distribuem majoritariamente sobre as áreas urbanas, e 14.025 habitantes moram nas áreas rurais.

Sua localização se encontra na parte centro-leste da Região Metropolitana do Recife, fazendo divisa ao norte com Recife e São Lourenço da Mata, a leste com o oceano Atlântico, a oeste com Moreno e ao sul com o Cabo de Santo Agostinho (MARCENA, 2002). Se no passado a localização do município foi de grande importância para o desenvolvimento da cana-de-açúcar, por causa da abundância do solo de Massapé típico da zona da mata; no presente, a sua localização próximo ao Recife e ao Complexo Industrial Portuário de Suape⁴, também tem se caracterizado como um fator crucial no seu desenvolvimento econômico.

Devido a sua localização no litoral pernambucano e por possuir condições naturais ideais para o cultivo da cana, Jaboatão dos Guararapes começou a se desenvolver a partir da monocultura canavieira através dos engenhos e posteriormente das usinas (ANDRADE, 2005).

Durante muito tempo as atividades canavieiras foram as responsáveis pelo emprego e renda no meio rural de Jaboatão dos Guararapes. A cana era, em grande parte, cultivada pelos donos de engenhos, pelas usinas que se instalaram na região entre o século XIX e XX e também pelos produtores de cana-de-açúcar independentes que plantavam e repassavam a produção para as usinas.

O processo de estagnação da monocultura da cana-de-açúcar, amparado na falta de mecanização e nas constantes crises do setor sucroalcooleiro, custou ao Nordeste a perda da liderança nacional para a região centro-sul⁵. Esse cenário de crise da economia canavieira também foi sentido em Jaboatão dos Guararapes, através da falência dos engenhos, do fechamento e da desativação de usinas. É nesse contexto que no final do século XX, entre 1970 e 1980, o município passa a diversificar suas atividades com o apoio, inicialmente, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

⁴ O Complexo Industrial Portuário de Suape é, na atualidade, o principal centro de desenvolvimento econômico de Pernambuco, sendo, muitas vezes, caracterizado pelos economistas locais como a “salvação” da economia pernambucana (GARCIA; MUSSALEM, 2011).

⁵ Nesse sentido, a crise do setor sucroalcooleiro que se desencadeou em Pernambuco na década de 1990 foi o ápice para o fechamento de usinas e engenhos de Jaboatão dos Guararapes.

Entretanto, foi a partir do pleno funcionamento do Complexo Industrial Portuário de Suape nas décadas de 1990 e 2000 que os municípios da Mata Sul e do Litoral Sul de Pernambuco passaram a contemplar no porto a oportunidade de solidificarem suas economias. O porto de Suape, sendo considerado um dos principais centros industrial e portuário do país, é o principal polo de crescimento de Pernambuco (GARCIA; MUSSALEM, 2011).

Nesse sentido, a proximidade de Jaboatão dos Guararapes do porto de Suape foi de grande proveito para o município, pois além de aumentar a sua participação nos investimentos de Suape, o município conseguiu atrair várias empresas para se instalar em seus dois distritos industriais, como também no seu polo logístico, que hoje é um dos mais importantes de Pernambuco.

Assim, de uma maneira geral, quando falamos das transformações no meio rural de Jaboatão dos Guararapes nos referimos a esses processos mais recentes que ocorrem, que se caracteriza pela instalação de empresas nas áreas rurais do município ou próxima a elas, e que conduzem cada vez mais a população rural a procurar diversificar suas atividades produtivas por meio de trabalhos não agrícolas.

Diante desse contexto de mudanças se encontra uma população rural que apesar de ver com desconfiança o avanço das indústrias em seu território, se beneficia dos empregos que elas oferecem. A procura pelas atividades não agrícolas, que se intensificou nos últimos anos, decorre da impossibilidade de se viver apenas da agricultura em um lugar que enfrenta vários problemas, dentre os quais posso citar a escassez de linhas créditos rurais⁶ e a falta de terras para plantar.

A combinação entre os tipos de atividades agrícolas e não agrícola, por mais que gere alguns conflitos no projeto de vida familiar são indispensáveis para a reprodução social das famílias. Por isso, cada vez mais esse tipo de combinação de atividades tem sido recorrente pelas famílias agricultoras do lugar da pesquisa, ancorado, sobretudo, no crescimento vertiginoso do porto de Suape e no surgimento das indústrias e empresas no entorno da área rural do município de Jaboatão dos Guararapes.

⁶ Por causa da inadimplência está cada vez mais difícil obter o PRONAF em Jaboatão dos Guararapes. As maiores dívidas dos agricultores são junto ao Banco do Brasil, o que fez com que o banco suspendesse temporariamente a concessão dos créditos. A única instituição que ainda trabalha com PRONAF no município é o Banco do Nordeste. No ano de 2012 dos cinco agricultores que deram entrada ao PRONAF B apenas um conseguiu. Fonte: IPA, 2012.

3. EXPRESSÕES DA RURALIDADE NO MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES: A PLURIATIVIDADE

A utilização das atividades não agrícolas pelos atores sociais do meio rural com o objetivo de assegurar a sua permanência no lugar de vida tem sido um fenômeno evidenciado no Brasil e no Mundo, e particularmente no Engenho Megaípe e nos seus sítios.

Essa pluralidade de situações presentes no meio rural parecem se mostrar de forma mais evidente em regiões na qual a agricultura não consegue ser competitiva o bastante para proporcionar a reprodução social das famílias. É nesse contexto que a pluriatividade emerge como um mecanismo que possibilita a fixação no mundo rural.

Nesse sentido, as atividades plurais se caracterizam, sobretudo, pelo entendimento do espaço rural para além da agricultura (SCHNEIDER, 2006; SILVA 1999). A ideia de um meio rural isolado e que depende apenas das atividades agropecuárias é, por certo, equivocada. Cada vez mais o meio rural tem se caracterizado por atividades agrícolas e não agrícolas.

Essas atividades podem ocorrer dentro do próprio espaço rural ou fora dele. No caso do Engenho Megaípe, do sítio Cumbe e do sítio Boa Vista as atividades implicam na procura por empregos fora do estabelecimento agrícola, no distrito industrial de Jaboatão dos Guararapes e no Complexo Industrial Portuário de Suape, conforme analisei no decorrer do capítulo.

É por isso que Silva (1997)⁷ aponta que não se pode mais identificar o mundo rural somente com as atividades agropecuárias, dadas às circunstâncias em vigor. O rural é um espaço que agrega atividades ligadas ao consumo, lazer, turismo, residência e preservação, atraindo, assim, diversos atores sociais.

No bojo dessas transformações Silva (1997) sinaliza para o surgimento de um tipo de agricultor que nos países desenvolvidos é denominado de *part-time farmer*, que em português é denominado de agricultor de tempo parcial. Assim, sobre esse ator social ele afirma que:

⁷ Não somente Graziano da Silva, mas uma quantidade significativa de autores tem contribuído para o entendimento da diversidade de situações presentes no meio rural, na qual as atividades agrícolas não respondem mais como as únicas fontes de renda das famílias agricultoras. Dentre esses autores, há o Schneider (2006), Mormont (1990), Carneiro (2006).

A sua característica fundamental é que ele não é mais somente um agricultor ou um pecuarista: ele combina atividades agropecuárias com outras atividades não-agrícolas, dentro ou fora de seu estabelecimento, tanto nos ramos tradicionais urbano- industriais, como nas novas atividades que vem se desenvolvendo no meio rural, como lazer, turismo, conservação da natureza, moradia e prestação de serviços pessoais. (SILVA, 1997, p. 46)

O agricultor de tempo parcial se ocupa das atividades agrícolas juntamente com as atividades não agrícolas configurando, assim, um exemplo da clássica pluriatividade. Essa mescla de atividades não implica na proletarização do campo, mas numa adaptação da população rural frente à retração da atividade agrícola e mudanças no campo, tendo em vista que o objetivo dessas famílias pluriativas é o funcionamento da unidade produtiva, e não o abandono do campo (SILVA, 1997).

Os processos em curso no meio rural tem direcionado uma busca mais intensa de sua população por atividades, além da agricultura, que assegurem a sua reprodução social no lugar em que vivem. Um desses mecanismos diz respeito àquilo que Sérgio Schneider denomina como pluriatividade, ou seja, a “expressão das transformações pós-fordistas sobre o mercado de trabalho rural, trazendo para este espaço um conjunto de novas relações de trabalho” (SCHNEIDER, 2006, p. 9).

No engenho Megaípe e nos sítios analisados ficou constatado que a pluriatividade é acionada como um complemento de renda, já que os ganhos com a lavoura são insuficientes para manter a sobrevivência da família. Nesses termos, as estratégias pluriativas também são encaradas como um mecanismo de escape à dura realidade enfrentada pelos agricultores no campo. A dureza da vida e a precariedade que envolve o meio rural faz com que as famílias busquem alternativas de mesclarem suas atividades para poder continuar existindo em seu espaço.

No meio rural de Jaboatão dos Guararapes, nos espaços (engenho e sítios) a pluriatividade é desenvolvida pela família. Assim, tanto os pais (chefes da unidade familiar) que trabalham na usina Bom Jesus e nas pedreiras da região, como os filhos que trabalham em Suape ou no distrito industrial do município, exercem algum tipo de atividade não agrícola. As mulheres se ocupam, sobretudo, do trabalho doméstico e do roçado.

Nesse contexto, fica evidente que as atividades não agrícolas são acionadas juntamente com as atividades agrícolas são acionadas pelas famílias como recurso para

complementação de renda, e se inserem como a principal fonte de sobrevivência das famílias.

4. TRAJETÓRIA DE VIDA DAS FAMÍLIAS AGRICULTORAS DESCENDENTES DA POPULAÇÃO DO ENGENHO MEGAÍPE, SÍTIO CUMBE E SÍTIO BOA VISTA

No presente artigo optamos por uma análise da trajetória de vida das famílias agricultoras com o objetivo de apreender as razões das escolhas por atividades não agrícolas, como também para captar os significados que seus atores atribuem às mudanças que ocorrem no município de Jaboatão dos Guararapes.

Contudo, tendo plena convicção de que a análise sobre o sujeito em si mesmo não é capaz de revelar toda a complexidade da situação, demonstramos no decorrer do artigo que o contexto de mudança em curso no município também foi responsável pelas transformações nas estratégias familiares. Nesse sentido me aproprio da fala do Bourdieu (1996, p.189) ao afirmar que:

Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um “sujeito” cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede (...).

Isso implica pensarmos que as trajetórias de vida percorridas por cada família não são imutáveis, nem pautadas numa unidade coerente, mas são influenciadas pelas circunstâncias ao seu redor e ressignificadas por meio das experiências vivenciadas por cada ator social. É nesses termos que lanço mão da concepção de trajetória adotada por Bourdieu para entender essas mudanças. Para Bourdieu (1996, p. 189), a trajetória é entendida como “uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações”. Assim, é a partir, também, das mudanças sociais que as trajetórias dos sujeitos, ou grupo sociais, vão se reordenando no espaço e no tempo.

Nesse sentido, por se tratar de um espaço que vivencia constantes transformações os atores sociais do meio rural procuram adaptar-se por meio de mecanismos que lhes proporcionem, ao mesmo tempo, a reprodução social de suas famílias e a permanência no seu lugar de vida.

A família foi escolhida como unidade de análise, pois é com base na família que os agricultores orientam suas trajetórias e procuram outros tipos de atividades produtivas, além da agricultura para se manterem no seu lugar de vida (CHAYANOV, 1985; WOLF, 1970; SHANIN, 1980).

A população do engenho Megaípe juntamente com o sítio Cumbe e sítio Boa Vista é composta por um total de 465⁸ pessoas distribuídas de forma dispersa por toda a extensão do território. Assim, analisamos 32 famílias, das quais 24 famílias eram do engenho Megaípe, 4 famílias do sítio Cumbe e 4 famílias do sítio Boa Vista. Com exceção de 1 família que vive apenas da agricultura, o restante, ou seja, 31 famílias, sobrevivem dos rendimentos advindos das atividades agrícolas e não agrícolas. A partir das narrativas obtidas nas entrevistas pudemos ir mapeando o perfil das famílias pesquisadas.

De uma forma geral, constatamos que os agricultores do engenho Megaípe e dos sítios estudados também têm vivenciado uma diversificação das atividades produtivas, a partir da busca por emprego na indústria. Durante as conversas que tivemos com os moradores era comum a afirmação de que quando não havia indústrias na região, todos tinham que trabalhar no campo mesmo, e tinham que trabalhar muito, já que sobreviviam dos rendimentos agrícolas e do trabalho no corte da cana-de-açúcar.

Quando conseguiam algum trabalho fora do contexto “agricultura-canavial”, geralmente era um trabalho temporário e sem direitos trabalhistas, como ajudante de pedreiro, diarista na roça, cobrador de lotação clandestina, empregada doméstica e ajudante de mercadinho no bairro de Muribeca dos Guararapes.

Foi somente com o fortalecimento do setor industrial de Jaboatão dos Guararapes e com as instalações dessas indústrias nos arredores do engenho que a realidade de algumas das famílias começou a mudar. Nesse sentido, o surgimento do complexo industrial portuário de Suape também foi fundamental para a diversificação do trabalho nessa região. Essa mudança se tornou bem atrativa para as famílias agrícolas, se tornando uma alternativa de renda familiar, que tirou muitas famílias do “vermelho”.

Contudo, fica evidente que o principal fator, até os dias de hoje, que tem contribuído nas mudanças das trajetórias de vida dessas famílias é a busca pela reprodução social. As incertezas de uma região como a Zona da Mata e de Jaboatão dos Guararapes fizeram com que essas famílias de engenho sempre buscassem novas estratégias de

⁸ O dado do quantitativo dos moradores foi obtido junto à escola Municipal Rural Menininha Batista, já que não existem dados oficiais sobre a população do engenho Megaípe, sítio Cumbe e sítio Boa Vista.

sobrevivência. Sob esta perspectiva, vale ressaltar que apenas os moradores dos sítios foram os que estiveram mais imunes às mudanças, por possuírem a posse da terra.

Destarte, as principais estratégias das famílias, do engenho e dos sítios, é cada vez mais pautada pela pluriatividade, sendo esta descrita pelas famílias como a única forma encontrada para elevar a renda familiar e possibilitar a autonomia financeira dos filhos.

Porém, o grande conflito que as famílias analisadas tem presenciado, por causa dessas mudanças nas estratégias econômicas, é a sucessão na unidade familiar agrícola. Ao trabalhar fora do “circuito” agrícola, os jovens, em sua maioria, acabam perdendo o interesse pelo trabalho no campo, ainda que não queiram deixar de morar no campo.

Isso posto, descreveremos abaixo um trecho de uma entrevista feita com a chefe de uma unidade familiar do engenho Megaípe acerca de sua percepção das mudanças que ocorreram na região em que sua família vive:

Entrevistadora: Como era a vida no engenho antes dessas empresas nos arredores?

Dona Dai: *A vida no engenho antes dessas empresas era melhor, mesmo a gente ganhando menos. Era mais calmo, tinha muita festa, era tão bom. Mas o ruim era que os filhos da gente tinha que trabalhar no pesado da cana. Aí quando essas empresas chegaram, meus filhos foram trabalhar nelas para me ajudar, melhorou bastante.*

Entrevistadora: O que a senhora acha da instalação dessas empresas na região?

Dona Dai: *Eu sou nascida e criada aqui, e tenho costume porque sempre vivi aqui. Mas acho que essas empresas vão prejudicar a gente, porque eles podem tirar a gente daqui, pois aqui não é da gente. A única coisa boa que elas dão são os empregos. Agora o ruim é se quiserem mexer com a gente (...).*

Entrevistadora: O que a senhora mais gosta no engenho?

Dona Dai: *Eu gosto de tudo no engenho, de tá pelo campo, de tá pela roça, de pescar, de ir pra igreja, tudo do engenho eu gosto. Eu aprendi com meus pais a ser moradora de engenho, eu nasci e me criei aqui, nunca me mudei.*

Entrevistadora: Mas os seus filhos se mudaram, alguns saíram daqui...

Dona Dai: *Meus meninos só se mudaram daqui porque foram trabalhar nas firmas, porque o serviço do engenho é muito duro e muito ruim, aí eles tiveram que sair. Mesmo eles gostando do campo tiveram que procurar suas melhoras porque aqui nada é próprio. Eu mesmo não saio daqui pra ir pra rua, só se for morta. Eu não me acostumo com a rua, eu só saio daqui se for para ter meu sítio, minha terra. (Dona Dai, 67 anos, engenho Megaípe)*

A entrevista com dona Dai mostra como as famílias do engenho sempre estiveram mais propensas às eventuais mudanças, tanto às mudanças que ocorrem na área urbana do município como as que ocorrem nos engenhos e, por não possuírem a posse da terra, cada vez mais a reprodução de suas famílias no campo se torna incerta. Planejar viver no campo parece ser um projeto incerto e cada vez mais distante, uma realidade que até agora só é segura para quem é sitiante, por este possuir a posse do seu sítio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste artigo foi fazer uma breve discussão sobre as metamorfoses do mundo rural, evidenciando o que tem se denominado de “novas ruralidades” ou “ruralidades contemporâneas”, tendo por expoente o fenômeno da pluriatividade. Para isso, percorremos as mudanças da trajetória de vida de famílias oriundas de um engenho, o engenho Megaípe, e de dois sítios, os sítios Cumbe e Boa Vista.

Nesse sentido, o artigo demonstrou que as mudanças que ocorreram no âmbito mais geral, no caso, no próprio estado de Pernambuco e em Jaboatão dos Guararapes, foram fulcrais para as transformações que se desencadearam na área escolhida para nossa análise.

A partir de um estudo de caso em uma localidade singular que comporta ao mesmo tempo a vida no engenho e a vida nos sítios, demonstramos que ambas as famílias se reproduzem socialmente por meio das atividades agrícolas e não agrícolas.

Diante das mudanças em curso no meio rural de Jaboatão dos Guararapes, as famílias que vivem no engenho Megaípe compreendem esses processos por um lado como algo positivo, por causa da oferta de empregos disponibilizadas aos jovens, e, por outro lado, como algo negativo por temerem uma expropriação do lugar em que vivem em decorrência do avanço das empresas. Contudo, esse temor não é sentido pelas famílias que vivem nos sítios, pois a noção de que são proprietários da terra, atua como um fator de segurança para os sitiantes.

Com isso, é possível perceber que os sitiantes são os únicos que realmente podem planejar a sucessão da família no campo e assegurar a reprodução de seus modos de vida. Assim, a posse da terra se constitui como uma ferramenta indispensável para a reprodução das famílias agricultoras (WOORTMANN, 1990).

Destarte, esperamos que o presente trabalho tenha cumprido os objetivos propostos, revelando que nas suas trajetórias as famílias agricultoras do engenho Megaípe, sítio Boa Vista e Sítio Cumbe, recorrem às atividades pluriativas como estratégia para assegurar a permanência e reprodução social no seu espaço de vida.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: **usos e abusos da história oral**. Ferreira, M. M. (orgs) Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

CAVALCANTI, J. S. B. Globalização e ruralidade. In: WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. (Org.). **Globalização e desenvolvimento sustentável**: dinâmicas sociais rurais no nordeste brasileiro. São Paulo: Polis, 2004. P. 17-32.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1985.

GARCIA, Carlos; MUSSALEM; Josué. **Suape**: muito mais que um porto, uma visão econômica. Recife: Comunigraf, 2011.

IBGE. **Censo Populacional (2010)**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=pe> Acesso em: 24 set. 2012.

IPA. **Instituto Agrônomo de Pernambuco**. Disponível em: www.ipa.br. Acesso em: 12 fev. 2012.

MARCENA, Adriano. **Jaboatão histórias e lutas**: Jaboatão dos Guararapes. 2. ed. Edição do Autor, 2002.

PIRES, André. **Ruralidades em transformação**: agricultores, caseiros e moradores de condomínio. São Paulo: Annablume, 2007.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade no meio rural brasileiro**: características e perspectivas para investigação. In: VII Congresso da ALASRU, Quito, Nov, 2006.

SHANIN, T. **A definição do camponês**: conceituações e desconceituações. Estudos CEBRAP 26, 1980.

SILVA, José Graziano da. O novo rural brasileiro. 2. ed. v. 1. Campinas/SP: Editora do Instituto de Economia da Unicamp, 1999.

SILVA, José Graziano da. O novo rural brasileiro. In. Revista Nova Economia: Belo Horizonte, p. 43-81, maio de 1997. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/O_novo_rural_brasileiro.pdf Acesso em: 28 jan. 2013.

SINDAÇÚCAR. **Sindicato da Indústria do açúcar e do Alcool de Pernambuco (2012)**. Disponível em: http://www.sindacucar.com.br/noticias_estatisticas.html Acesso em: 29 fev. 2012.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida:** reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WOLF, E. R. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

WOORTMANN, K. **Migração, família e campesinato**. Revista Brasileira de Estudos de População: Campinas, v.7, n.1, p.35-53, 1990. In: WELCH, C.A; MALAGODI, E; CAVALCANTI, J.S.B; WANDERLEY, M.N.B (Orgs.) Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas (História Social do Campesinato). Vol. I. São Paulo: Editora UNESP, NEAD, 2009.

TRABALHO DA MORTE, COZINHA DA VIDA: A MATANÇA DO GADO E A PREPARAÇÃO DAS COMIDAS NAS FESTAS DE FOLIA EM URUCUIA, MG¹

Luzimar Paulo Pereira (IFCS/UFRJ)
mazinhop@gmail.com
CNPq
GT 2 - Trabalho Rural

Uma das características centrais dos festejos de folia do município de Urucuia, norte de Minas Gerais, é a presença ostensiva da carne bovina, servida a todos os seus participantes durante os repastos oferecidos ao longo dos dias de sua realização e, principalmente, nas datas de seu encerramento. Preparada, geralmente cozida, junto a fartas porções de feijão, arroz, legumes e carnes de frango e de porco, a *carne de gado* se destaca como ingrediente indispensável às festividades e uma das marcas fundamentais de seu sucesso (quando em grande quantidade) ou fracasso (quando ausente ou em pouca quantidade). Verdadeiro dom religioso, o alimento está inscrito num amplo sistema de prestações totais, estabelecendo mediações importantes entre diversos domínios do mundo social e cosmológico (Mauss, 2003). Em seu entorno e por causa dele, homens e divindades, personagens cerimoniais e pessoas comuns, vivos e mortos, famílias e indivíduos, homens e mulheres, todos, enfim, se vêem presos a uma extensa rede por onde bens e serviços morais, religiosos, econômicos, estéticos etc., são trocados, dados, recebidos e retribuídos.

A *carne de gado* surge como um importante alimento em diversas outras festas religiosas do catolicismo popular (Cândido, 1964; Prado, 1977; Pereira, 2004; Gonçalves & Contins, 2008; entre outros). Nas folias de Urucuia, entretanto, não basta apenas que ela seja preparada e fartamente servida com pompas cerimoniais durante os repastos festivos. É necessário igualmente que a carne oferecida seja o resultado de um processo que tem

¹ Este texto é uma versão de um artigo publicado na Revista Religião e Sociedade (Pereira, 2012). Meu trabalho etnográfico foi realizado entre os anos de 2005 e 2008. Gostaria de agradecer a todos os promotores e participantes dos festejos urucuianos que me receberam com paciência e generosidade ao longo dos meus trabalhos de campo. Também quero agradecer aos professores José Reginaldo Santos Gonçalves, Maria Laura Viveiros de Castro, Marco Antonio Gonçalves, Marcia Contins e Renata de Castro Menezes pelos comentários estimulantes durante a defesa da minha tese de doutoramento. Em especial, agradeço aos colegas do GT "Religião e objetos", da 27ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA), pelas considerações ao trabalho que deu origem a este artigo. Minha pesquisa de campo contou com o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

início com a morte de um ou mais animais especialmente escolhidos para a ocasião. O ingrediente fundamental dos banquetes religiosos, noutros termos, precisa ser proveniente de uma “cabeça de gado” ofertada, consagrada e posteriormente abatida para os usos cerimoniais dos festejos. Interligadas, as atividades associadas à morte dos bois e à distribuição de suas partes comestíveis durante as refeições coletivas contribuem para moldar um autêntico processo de tipo sacrificial (Turner, 1977)².

Uma das características centrais do assassinato festivo do boi urucuiano reside no fato de todo o processo sacrificial se organizar em torno de um duplo movimento de sacralização. O animal ofertado pelos devotos é envolto por uma aura sagrada. Excluído permanentemente dos circuitos “profanos” das trocas comerciais, ele se torna o *gado do santo*, cujo destino final é sempre servir de alimento para as festas religiosas. Num sentido inverso, contudo, a *comida* oferecida durante os banquetes coletivos transmitem, de “cima para baixo”, a toda comunidade dos devotos, os poderes sagrados associados às entidades católicas. Não se trata aqui apenas de identificações. A passagem entre um pólo e outro do processo sacrificial se dá pela presença de um terceiro conjunto de ações, entendidas como os “trabalhos da carne”, quando os produtores das festas e seus auxiliares se esforçam para transformar do *gado do santo* em *comida* coletiva. Neste artigo, através de um material etnográfico recolhido ao longo das minhas pesquisas de campo no município de Urucuia/MG, pretendo descrever as atividades associadas aos “trabalhos da carne” nas folias urucuianas como uma forma de enquadramento ritual por meio da qual o alimento é transformado e colocado a serviço dos seus motivos religiosos (Valeri, 1994).

A dádiva bovina

Verdadeiros ritos de calendário, os festejos de *folia* são acontecimentos coletivos responsáveis por destacar e aprofundar os encontros e as trocas simbólicas entre os seres humanos e os seres divinizados (Pereira, 2011). Como em outros lugares do país, o vocábulo *folia* também evoca no município de Urucuia a realização de longas jornadas festivas, quando grupos de cantadores e instrumentistas visitam, durante um período de tempo determinado pelo calendário religioso, as casas, as fazendas, os cemitérios e as igrejas de um território previamente estabelecido. As jornadas são conhecidas como os *giros*. Nelas, os grupos se deslocam para coletar, em nome dos

² Nestes contextos de encontro com o sagrado, as sequências ordenadas do sacrifício bovino fazem parte, elas mesmas, de todo um conjunto maior e mais abrangente de ações, que engloba a própria festa e a sociedade na qual ela está inserida. “I have come to see sacrifice (...) as a *process* with several stages (one common sequence runs invocation-consecration-immolation-communion). The whole process, furthermore, may be itself a stage in a longer ritual process. That process, too, may be a phase in a protracted social drama or crisis, with secular as well as ritual moments. Or it may be fitted into calendrical process of the agricultural year” (Turner, 1977: 189).

imperadores (seus principais organizadores) e dos santos, as oferendas necessárias e obrigatórias ao custeio da festa religiosa. Em troca do que é recolhido - dinheiro, velas, fogos de artifício, sacas de arroz, feijão, animais de criação etc. -, os *foliões* distribuem bênçãos aos doadores, além de auxiliá-los no cumprimento de suas promessas e contribuir para que almoços, jantares e bailes sejam oferecidos em suas passagens.

O “tempo das folias” demarca assim um segmento específico do ciclo religioso anual dos urucuianos. Dedicado aos mais variados santos do panteão católico, ele se caracteriza por ser uma época de veneração e celebração da existência e da importância das entidades religiosas para o mundo dos homens³. Através da realização de cantos e danças, de peregrinações e banquetes, de mutirões e sacrifícios de animais domésticos, as festas estabelecem uma visão distinta acerca da vida das pessoas e das relações entre elas e os seus padroeiros. Em oposição ao tempo cotidiano, o tempo das festividades é marcado por um estado de exaltação religiosa contínua. A vida ganha um brilho diferente e as oposições entre o alto e o baixo, o passado e o presente, o nós e os outros, a casa e a rua, os homens e as mulheres, os santos e os homens, entre outras, são parcialmente desfeitas ou momentaneamente mediadas pela circulação incessante de bens de natureza estética, econômica, social e religiosa (Pereira, 2011).

Nestas ocasiões, o gado se destaca como uma dádiva de grande valor simbólico. Ele surge como um veículo privilegiado de comunicação com o mundo sobrenatural. Símbolo da riqueza e do prestígio do pecuarista, elemento fundamental para as distinções de sexo e idade na vida urucuiana (Pereira, 2011; ver também Cavalcanti, 2006), ele também incorpora a ideia maussiana do “quarto tema” do dom, segundo o qual as trocas entre seres humanos e seres espirituais são legitimadas pelo reconhecimento, por parte dos primeiros, de que os segundos são os autênticos e primordiais proprietários das coisas e dos bens do mundo (Mauss, 2003)⁴.

³ As folias urucuianas são dedicadas aos mais variados santos do panteão católico. Há as folias dos Santos Reis, as de São Sebastião, as de São José, de Bom Jesus da Lapa, de Nossa Senhora Aparecida e de Santa Luzia; só para citar as mais importantes. Todas elas se realizam em épocas precisas, de acordo com o calendário religioso que estabelece dias específicos para cada entidade: 06 de janeiro (Santos Reis), 20 de janeiro (São Sebastião), 19 de março (São José), 10 de agosto (Bom Jesus da Lapa), 12 de outubro (Nossa Senhora Aparecida) e 13 de dezembro (Santa Luzia). As datas marcadas pelo calendário religioso para a realização de cada um dos festejos formam, no entanto, apenas um ponto de referência para sua execução. Uma única folia pode durar de um a doze dias, antecedendo sua data oficial, a depender do santo para o qual ela é dedicada ou do conteúdo dos votos dos seus principais organizadores e patrocinadores.

⁴ A atividade pecuária atualiza uma espécie de “ética camponesa” segundo a qual a posse dos rebanhos só é plenamente efetivada através do esforço contínuo de transformação do mundo natural em social e cultural (Woortmann, 1987). As coisas da natureza seriam em si mesmas propriedades originais de deus, oferecidas

A morte do animal

O animal oferecido para os usos sacrificiais de uma festa de folia é simbolicamente apartado das demais cabeças de um rebanho. Para todos os efeitos, ele se torna, em alguma medida, sagrado⁵. Em geral, a transformação é visualmente destacada por uma pequena marca impressa com ferro quente no lombo direito do animal: uma cruz. A partir de então, o gado não possuirá mais donos humanos e passará a ser classificado definitivamente como o bezerro, o garrote, a vaca ou o boi de propriedade de um santo devocional. Ele se transforma, por assim dizer, no “gado de Santos Reis”, “de santa Luzia”, “de São Sebastião”, entre outros; cujo destino final é o de servir como alimento para os festejos dedicados a cada uma destas entidades. A rigor, isso não significa ser tratado de maneira distinta das demais cabeças de uma criação. Enquanto não é sacrificado, o animal santificado come os mesmos pastos, é objeto dos mesmos tratos cotidianos (vacinado, soltos de dia e recolhidos ao curral à noite) e sujeito aos mesmos xingamentos caso seja flagrado tentando quebrar uma cerca para invadir uma área de plantação⁶.

A matança propriamente dita dos animais é conhecida como a “carneação do boi”. *Carnear*, na linguagem dos urucuianos, significa literalmente “transformar em carne” ou,

como dons e dádivas para o usufruto de toda a humanidade (Brandão, 1999). Os seres celestiais do catolicismo urucuiano, por assim dizer, não residiriam nas coisas do mundo; mas, sendo exteriores a elas, são os principais responsáveis por sua constituição. O *trabalho* com o gado é o gesto positivo de complementar a dádiva original com o esforço individual e coletivo de domesticação dos animais (Pereira, 2004). As atividades não se restringiriam, obviamente, apenas aos tratos realizados junto ao boi individualizado. O plantio dos pastos que lhes servem de alimento; o controle das pestes que abalam sua saúde; o cuidado com certos predadores que ameaçam sua integridade; todas estas e outras ações apontam para o esforço constante de transformação da matéria-prima oferecida por deus em produto efetivo para uso e consumo dos homens. Dessa maneira, a pecuária se destacaria como todo um conjunto de atividades por meio do qual a “criação bovina” se torna o resultado inevitável da socialização dos animais frutos da Criação Divina.

⁵ O animal selecionado para o sacrifício é o *gado de corte*, criado para servir de alimento aos seus próprios criadores ou ser vendido aos açougues e casas de carne da região. Ele pode ser do sexo masculino (o “boi”, no sentido estrito) ou feminino (a “vaca”); pode ser um animal ainda jovem (“garrote”) ou adulto, pronto para o corte. São excluídas do sacrifício as cabeças consideradas muito velhas (sua carne é “dura”) ou excessivamente novas (têm “pouca carne”). Também não são abatidos o “gado reprodutor” e os “bois de carro”, de alguma maneira entendidos como impróprios para o consumo alimentar (Pereira, 2011). A distinção entre os animais considerados comestíveis e não-comestíveis não está necessariamente relacionada às suas supostas diferenças naturais ou biológicas. O que verdadeiramente os distingue, do ponto de vista dos criadores, são seus significados econômicos, sociais e cosmológicos particulares. Não pretendo trabalhar o tema neste artigo, mas é possível adiantar a ideia de que um dos elementos centrais a definir as criações que podem ou não ser abatidas para o consumo alimentar nos é dado pelo sistema de nomeações. O nome sugere uma maneira de humanizar certos animais de um rebanho. O gado nomeado participa da vida urucuiana numa condição de sujeito diferenciado, sendo assim permanentemente excluído do mundo culinário. Sua comestibilidade, em outros termos, está inversamente relacionada à sua humanidade (Sahlins, 2007).

⁶ Aliás, segundo contam alguns criadores, muitos bois “teimosos” ou “atentados” que gostam de cruzar os limites estabelecidos pelo produtor em sua propriedade acabam sendo escolhidos para serem doados ao santo; como uma espécie de punição imposta ao seu comportamento condenável.

especificamente, “retirar as carnes” da vítima sacrificada. As atividades, aparentemente, não são efetuadas através de recursos especialmente religiosos. Não há, em primeiro lugar, horários pré-determinados para sua realização. Efetuado na véspera dos repastos festivos, o abate pode ocorrer durante a manhã, à tarde ou à noite (com alguma preferência pelas duas primeiras partes do dia). Da mesma forma, os lugares da matança tampouco parecem requerer quaisquer tipos de consagrações espaciais. Os sacrifícios são realizados nas proximidades do curral, embora não seja incomum que possam ocorrer também nos pastos ou mesmo nas beiras de estradas vizinhas às propriedades rurais. Não são ainda observados rezas, preces e o uso de objetos mágicos ou religiosos. Durante os abates, os instrumentos do trabalho da morte – facas, machados e laços - são sempre os mesmos e utilizados da mesma maneira quando dos tratos cotidianos com o gado. Ao contrário das doações, que já vimos, e dos banquetes festivos, que encontraremos a seguir, as atividades não são marcadas por qualquer tipo de ênfase festiva, sendo realizadas, por assim dizer, nos bastidores da festa, longe dos olhos da maioria dos seus participantes.

Os matadores também não possuem atributos sagrados específicos e sequer precisam ser purificados ou previamente consagrados antes de adentrarem a arena sacrificial. Eles são escolhidos pelos promotores da festa (os *imperadores*) segundo seus conhecimentos nas artes do abate animal, podem ser pagos em dinheiro por seus serviços ou arregimentados por meio dos vínculos sociais que perpassam relações de parentesco, compadrio, vizinhança ou amizade. Alguns deles são trabalhadores especializados de grandes fazendas ou dos açougues do município. A grande maioria, no entanto, é composta por pequenos ou médios proprietários rurais que aprenderam as artes da matança na lida cotidiana com suas criações (nesse sentido, não há produtor urucuiano que não tenha participado, pelo menos uma vez, de um abate bovino ao longo de sua vida). Em geral, os *imperadores* preferem contar com a ajuda não-especializada em suas festas, na medida em que o mais importante para eles não é a especialização em si mesma, mas a confiança pessoal que depositam na figura do sacrificante, principalmente nos momentos da pesagem do animal morto – quando se define o preço a ser pago pela rês e/ou a quantidade de carne que servirá aos festejos.

O abate tem início quando o *boi do santo* é fisicamente apartado dos demais animais do rebanho. Como regra geral, os procedimentos básicos da matança tratam de estruturar um conjunto dramático de ações em torno do qual os homens, coletivamente, se

opõem a um boi momentaneamente individualizado. A luta aparentemente desigual é uma marca das operações. Separado definitivamente da companhia dos seus semelhantes, o animal deve morrer sempre sozinho, num canto da propriedade rural. O transporte ao local do sacrifício envolve o trabalho coordenado dos matadores, executado contra as resistências do boi. Os homens devem demonstrar perícia e força. Durante os deslocamentos, a vítima vai invariavelmente reagir, saltando, desferindo coices para todos os lados e ameaçando seus algozes com cabeçadas perigosas. Alguns dos participantes da matança podem ser derrubados durante o transporte e, caso o animal consiga escapar, todo o procedimento deve ser novamente realizado. Os homens supõem que o gado tem conhecimento prévio de seu destino. O boi, noutras palavras, “sabe que vai morrer” e por isso tenta, de todas as formas, lutar contra o destino imposto pelos matadores.

O animal, então, é amarrado a um suporte resistente (tronco de árvore, mourão de cerca etc.). Enquanto ele se debate, o matador que comanda todas as atividades se aproxima e o atinge na jugular com uma faca bem afiada. A operação precisa ser efetuada com a maior precisão possível; ela deve ser rápida e indolor, para evitar que o animal “sofra” durante sua execução. As preocupações com seu sofrimento explicam, em parte, o fato das mulheres nunca assistirem uma matança de bois. Em princípio, elas teriam *nojo* e *nervoso* do sangue produzido durante as atividades. Há ainda outra explicação. A ausência feminina muitas vezes é justificada porque se acredita que sua presença pode atrapalhar o andamento da matança. É que as mulheres sentem *dó*, o que pode transformar o processo de morte numa atividade mais lenta e até *sofrida* para o animal. A imagem sofrimento (o gado “berra”, “pula”, se “debate” contra a morte), de certa forma, é uma maneira de humanizá-lo (a *dó* é um sentimento que se tem prioritariamente por humanos) para torná-lo sujeito à compaixão; o oposto direto daquilo que o drama de seu sacrifício encena: a rivalidade entre o homem e o animal.

De fato, os sacrifícios se revelam constantemente permeados pelo espírito da luta e da competição dos seres humanos entre si e com os animais (Valeri, 1994). Neles, as partes se rivalizam e se esforçam para superar a outra, sem ser superada por ela. Depois de mortalmente atingido, o boi é deixado para sangrar. Em poucos minutos, ele perde sua rigidez e finalmente tomba com sua respiração ofegante. Os homens permanecem próximos e conversam assuntos diversos. Eventualmente, eles podem trocar provocações entre si, zombando do medo que porventura uns ou outros demonstraram durante a

imolação. O gado, por vezes, também é acompanhado em sua agonia por comentários relativos ao seu tamanho e, no entanto, imensa fragilidade (“desse tamanho e agora não vale nada”). Nos sacrifícios particularmente difíceis, os matadores podem até praguejar contra o animal, como se ele fosse um autêntico rival. Em certas ocasiões, o último gesto do drama termina com um desafio ao boi moribundo: “E agora, quem é você?”. Embora não seja objeto de compaixão, o animal teria, assim, um tratamento honroso durante as atividades da imolação.

O *sangue* desempenha um papel central nas operações. Nas matanças urucuianas, ele carregaria certas qualidades intrínsecas aos próprios bois sacrificados. Um costume “antigo”, segundo alguns relatos, indicava que a excreção corporal de animais especialmente difíceis de matar deveria ser consumida pelos matadores, que, dessa maneira, poderiam adquirir parte da sua “força” e da sua “coragem”. “Sangrar” (como a ação positiva de infligir ou provocar, e não como o resultado passivo de um ferimento acidental) não é, neste sentido, simplesmente o sinônimo de “matar” ou “tirar a vida”. No contexto do abate, o gesto pode se referir também ao apoderamento das qualidades do oponente derrotado. A atividade tem ao mesmo tempo uma conotação moral e cosmológica: “sangrar” pela honra é conquistar uma distinção para si mesmo suprimindo simbolicamente toda a singularidade do seu rival (Pitt-Rivers, 1988).

A fabricação da “comida”

No mesmo local onde foi abatido, o boi é imediatamente esfolado, aberto, estripado e separado em quatro partes iguais. A lógica das operações é claramente classificatória. O animal morto é decomposto em porções distintas, segundo seus usos alimentares e como matéria-prima para a produção de diversos artefatos cotidianos. Em geral, seus pedaços são quase todos aproveitados: algumas partes são vendidas, outras guardadas ou distribuídas como dom e dádiva entre os matadores⁷. Num primeiro momento, seu couro e órgãos internos são retirados. Num segundo momento, já destituído de todo o seu interior, o boi é separado em quatro partes com um machado. O primeiro corte é longitudinal,

⁷ O couro, por exemplo, é guardado e vendido para fabricação de chapéus, botas e selas. A cabeça, o bucho (estômago) e o fígado são separados como alimentos de pequeno ou grande valor simbólico. O ubre também é guardado, assim como o fel que, misturado no álcool, seria ótimo para cicatrizar e curar feridas. As vísceras, contudo, não parecem ser aproveitadas como alimento dos homens. Mas, deixadas nos matos próximos, elas serão a “comida” de animais selvagens ou domésticos que porventura estejam próximos do local da matança.

acompanhando todo seu “espinhaço”. O animal é, então, dividido em duas metades iguais: a “banda esquerda” e a “banda direita”. As metades são, em seguida, elas mesmas separadas através de um corte latitudinal, de modo a se estabelecer suas porções “dianteiras” e “traseiras”. Ao final do processo, os matadores já não falam mais em “gado”, mas se referem aos seus pedaços apenas como “quartos”, “quartos traseiros” e “dianteiros”, “direitos” e “esquerdos”⁸. O boi não existe mais: o animal vivo deu lugar à *carne* crua que servirá de matéria-prima à preparação da *comida* dos repastos coletivos.

A produção do alimento festivo ocorre na moradia dos seus patrocinadores, para onde são levados os pedaços do boi recém-esquartejado. Os “quartos” são deixados para descansar nos fundos dos terreiros ou na cozinha da casa. Ali, eles são mantidos de um dia para o outro, para que o sangue ainda impregnado às peças escorra totalmente para o chão (isso se chama “esfriar a carne”). São nestes espaços também que os homens realizam as operações conhecidas como “descer as carnes”: os “quartos” – dependurados em caibros – são “açougados”, isto é, divididos segundo cortes convencionalmente definidos, tais como a “alcatra”, o “contra-filé”, o “filé”, a “costela” etc. O trabalho é realizado preferencialmente pelos filhos e parentes mais próximos do promotor dos festejos. “Descer as carnes”, ao que parece, implica alguma proximidade afetiva e efetiva com o agrupamento doméstico. No final desta etapa do trabalho, alguns cortes selecionados ainda podem ser divididos, com “presentes” ou “pagamentos”, entre amigos e familiares que ajudaram na matança do gado.

As peças “açougadas” são levadas para uma bancada no terreiro da propriedade. Ali, elas precisam ser “limpas” e “picadas”. Os homens que participam dos trabalhos de limpeza já não são os mesmos da matança, à exceção de um ou outro parente do dono da residência. Em primeiro lugar, eles retiram, com uma faca, as impurezas da carne, como o “sebo” e as “pelancas”, considerados resquícios de baixa qualidade alimentar (não obstante, há quem goste e aprecie). Também é nessa etapa do processo que os seus participantes cuidam de retirar todos os vestígios do sangue coagulado dos cortes. As postas - que se acumulam próximas ao local onde a faca penetrou no corpo do animal - são consideradas inapropriadas ao consumo humano. Os pedaços são jogados fora ou podem ser “tratados” com pitadas de sal (“que mata o sangue que suja a carne”). Logo em seguida, as peças são finalmente “picadas”. Desse modo, os cortes convencionalmente definidos

⁸ O vocábulo “quarto” evoca literalmente a “quarta parte” do animal esquartejado.

(“alcatras”, “filé”, “contra-filé”, entre outras) perdem assim seu valor distintivo para se metamorfosearem numa porção homogênea de pequenos nacos de carne.

O cozimento é realizado por mulheres pertencentes a uma ampla rede de parentesco e vizinhança que circunda a figura do promotor dos festejos. Em Urucuia, também podemos encontrar algumas cozinheiras consideradas mais especialistas do que outras nos tratos com o fogão (um devoto pode facilmente levantar uma lista virtual mais ou menos consensual das “melhores” mulheres do ramo). Estas cozinheiras são contatadas pelos imperadores ao custo de poucos reais por dia. Na maioria dos casos, entretanto, entende-se que o seu pagamento é mais “simbólico” do que efetivamente importante. O que parece ser realmente relevante, em troca do trabalho das mulheres, é a distribuição de parte do que “sobra” da comida (principalmente das carnes), após o término dos festejos. Ao longo de diversas folias, os serviços da cozinha podem ainda estabelecer laços bastante perenes de reciprocidade entre seus participantes.

Em torno dos fogões e fogueiras espalhadas na casa e nos quintais, as cozinheiras começam seu trabalho temperando os pequenos nacos de carne. Os condimentos são amassados conjuntamente num pequeno recipiente, até formarem uma massa homogênea de sal e alho. Geralmente, o trabalho de temperar as carnes é realizado por uma filha da dona da casa ou alguém sob sua orientação; ao passo que o tempero propriamente dito é fabricado por mulheres mais experientes (um dos “segredos” mais importantes da cozinha passa pela fabricação dos condimentos, responsáveis por dar à carne um sabor distinto e, por vezes, memorável àqueles que vão consumi-la). Enquanto os condimentos são preparados e aplicados sobre o alimento, algumas cozinheiras (mulheres mais velhas, em sua maioria) iniciam o processo de “refogar a panela”, quando porções de cebola, alho e outros ingredientes são colocados em óleo quente. A água é fervida em separado, em grandes panelas de aço. Tão logo as carnes estejam refogadas, as cozinheiras jogam o conteúdo fervente sobre os pedaços. O cozimento estará “pronto” quando as peças são consideradas macias. As carnes são, então, colocadas em grandes tigelas e enviadas à mesa da refeição.

Os trabalhos de organização do banquete também estão a cargo das mulheres, que ainda se responsabilizam por garantir que os alimentos sejam constantemente servidos e que os pratos e talheres estejam limpos e à disposição dos convidados. A rigor, a refeição é consumida com todas as pompas rituais de um grande cerimonial religioso: a mesa é posta,

velas são acesas, rezas e cantos são realizados em sua direção. Ápice de todo o empreendimento festivo, os repastos do encerramento, em especial, podem ser realizados com a presença de centenas de convidados. Não há restrições à participação de qualquer indivíduo nos banquetes das festividades. Um velho devoto gostava de dizer que as folias se distinguem exatamente pelo consumo amplo e indiscriminado de alimentos: “nessa festa”, ele repetia, “até os cachorros passam bem”. Nestes contextos, a refeição nunca é a mesma coisa que simplesmente “comer” (Gonçalves, 2002). Se a alimentação cotidiana é, muitas vezes, um ato fragmentado e individualizado, o banquete religioso é sempre um ritual coletivo, parte integrante de uma totalidade cósmica, natural, social e histórica.

A qualidade extraordinária das refeições se expressa na conspicuidade com as quais elas são oferecidas aos seus participantes. A quantidade de alimentos preparados e servidos ao longo dos banquetes pode ser medida segundo as perspectivas da festa. Em geral, contudo, seus patrocinadores se programam para oferecer muito mais do que o estritamente necessário para atender o número esperado de convidados. O cálculo econômico é sempre o de que “sobrar é melhor do que se faltar”. Na cozinha cotidiana dos urucuianos, as mulheres têm que se preocupar com o orçamento doméstico, cuidando que durante a fabricação do alimento nada se perca e tudo seja maximizado (Woortmann, 1982). Durante os repastos festivos, ao contrário, o exagero alimentar é a tônica. As inversões estão relacionadas ao sentido básico da alimentação. Ao que parece, a comida do dia a dia liga o indivíduo a suas necessidades mais básicas. Nas festividades, a “fome” não é a falta de alimentação, mas a ausência de relações sociais (Gonçalves, 2002).

Os trabalhos da morte, a cozinha da vida

Nas folias urucuianas, os relacionamentos entre os seres humanos e os santos católicos não parecem se organizar num sentido único, de modo a operar uma passagem irreversível, de “cima para baixo” ou “de baixo para cima”, entre os domínios sagrados e profanos da existência social. Nelas, as consagrações são operacionalizadas em duas frentes distintas, associadas, cada uma delas, a duas noções centrais: a de *gado do santo*, de um lado, e a de *comida festiva*, de outro. Num primeiro momento, trata-se, então, do animal que se aproxima do mundo das divindades do “céu” como uma dádiva oferecida pelos seres humanos às entidades celestiais. Os bens espirituais, do lado dos santos, são assim intercambiados pelos bois, bens materiais que provém diretamente do mundo dos homens. O animal, nesta relação, é ainda destituído de seus valores cotidianos para se consolidar como uma propriedade divina, totalmente excluída do universo das trocas comerciais e

sociais. Consagrado, ele identifica uma relação quase pessoal entre um devoto (cercado pelos membros de sua família) e o seu santo devocional. Ao mesmo tempo, ele antecipa o caráter coletivo da festa do santo, como alimento em potencial dos seus repastos.

Num segundo momento, o boi deixa de existir para dar lugar à *comida* que deve encontrar nos homens, durante as refeições realizadas aqui “na terra”, o seu destino final. Nesse sentido, a relação se inverte e é o santo, através dos organizadores da festa e seus ajudantes, que se encarrega de oferecer os “benefícios” do seu animal (a *carne*) para o consumo coletivo dos homens. Em troca da dádiva material oferecida em nome das entidades sagradas, os seres humanos agradecem por meio de cantos e palavras de respeito e louvação. A consagração se daria de “cima para baixo” até alcançar o domínio mais recôndito da vida individual, no corpo; onde, de acordo com as idéias de Hubert & Mauss, estaria havendo uma “comunhão alimentar que leva ao mais alto grau de intimidade” (Hubert & Mauss, 1999: 183). A operação também instaura um momento de “fartura” em contraposição a uma época cotidiana de “escassez” social e alimentar. Nesse eixo de operações, a refeição cerimonial se destaca como o ápice de um processo por meio do qual ocorre a passagem entre uma relação quase íntima de um devoto e uma entidade católica para um acontecimento coletivo, no qual o santo se relaciona com toda uma comunidade através da *comida* sacralizada que assenta no meio dos convidados.

A passagem entre os movimentos iniciais e finais do processo sacrificial é garantida pela presença de um terceiro eixo horizontalizado de ações, vinculado à morte propriamente dita do animal e à sua transformação em alimento festivo. Realizado fora das imediações mais espetaculares da festa, o abate bovino opera a transmutação definitiva do boi vivo numa espécie de “quase-objeto” morto, uma coisa totalmente submetida à manipulação dos homens. A noção de *carne de gado* se destaca, neste contexto, como a categoria intermediária entre o animal recém-abatido e sua condição de alimento em potencial. Entidade de tipo liminar, nem *boi do santo*, tampouco *comida* pronta, a *carne* pode ser definida como uma realidade transicional e marginal que se sustenta sobre sua própria indefinição (Turner, 1974; 1980). Sua presença introduz a oposição entre o cru e o cozido, entre o não-elaborado em contraposição ao que é socialmente e culturalmente transformado (Lévi-Strauss, 2006: 431). A *carne*, muito mais do que apenas articular os estados pelos quais passam os alimentos, evoca conceitos que expressam certas

transformações sociais e cosmológicas importantes, propondo a classificação de pessoas, coisas e ações morais.

Nesta condição, o alimento abre caminho para a atividade positiva dos seres humanos, responsáveis diretos por operar suas transformações. A passagem entre o cru e o cozido é efetuada através da atuação mediadora dos “trabalhos da carne”. Mais do que apenas um conjunto de ações técnicas direcionadas à transformação do gado sacrificado em *comida* festiva, as atividades são verdadeiros dons religiosos. Aquele que se esforça para produzir uma festa, também se esforça para homenagear o seu santo devocional. Os “trabalhos da carne” são, antes de tudo, a contrapartida humana da obra divina (Pereira, 2004; 2011). Se o gado é uma oferta dos santos para o usufruto dos seres humanos das festas, as atividades produtivas relacionadas à alimentação recolocam e reafirmam, através da troca, a posição dos homens e das mulheres na sociedade e no cosmos (Contins & Gonçalves, 2008).

Os homens se destacam como os principais responsáveis pela transformação do animal vivo em alimento cru, através do qual eles abastecem a moradia para a produção dos festejos. Suas atividades estão relacionadas à matança e às rivalidades. As passagens comandadas pelo seu trabalho podem ser entendidas pelas práticas da dominação, da seleção e da distinção. Os homens submetem o animal, lutam contra a sua resistência, sangram para esvair sua vida, cortam-no em partes diferentes e selecionam o que é útil ou inútil para adentrar a residência da festa. A lógica do seu trabalho é ordenadora e classificatória; o sentido proposto por suas ações é o de dividir e discriminar. Evocando a honra associada à luta com os animais, o *sangue* distingue os domínios masculinos e femininos do sacrifício ao mesmo tempo em que opera a passagem da vida para a morte. Dentro do corpo, ele estabeleceria as ligações entre as partes (órgãos, vísceras, membros) do boi. Retirado, sugere a vida que se esvai, abrindo caminho para a atividade discriminatória do trabalho masculino.

As mulheres, por outro lado, atuam num sentido inverso, efetuando a passagem do cru ao cozido sagrado, que servirá de alimento nos banquetes religiosos. As atividades femininas regeneram a vida a partir do animal morto. Se a *carne do gado* aponta para o selvagem, para a natureza e para o mundo masculino, ela também nos leva em direção à *comida*, que se aproxima da sociedade e das elaborações da cultura: o cozido está associado ao mundo do lar, ao universo das relações entendidas como harmônicas e de

consideração (Lévi-Strauss, 2006)⁹. Neste processo de transformar o exterior no interior, de trazer a rua para dentro da casa, o homem realiza as distinções e as seleções, ao passo que as mulheres efetuam as agregações e fusões, montando novas combinações entre os elementos. A água, que dilui e amacia a carne, domina os seus trabalhos, enquanto o cozido expressa uma passagem entre coisas que são separadas e estanques – individualizadas umas das outras – a certos elementos nos quais as relações e agregações são tonificadas. A “carne macia”, a “mistura” dos temperos, os banquetes coletivos que prometem um tempo de “fartura”; todos são elementos de um código sempre relacional e intermediário, marcado pelo sentido de ligação (Da Matta, 1986)¹⁰.

O sistema de transformações associado aos “trabalhos da carne” também articula todos os personagens da festa segundo concepções espaciais da diferença. Do lado de fora, extremo, há a presença destacada de personagens masculinos, alheios à vida doméstica, que ajudam na matança dos animais. Na medida em que nos aproximamos da casa, entretanto, o imperador e seus representantes entram em cena: na hora de descer as carnes, no momento decisivo de se escolher os melhores pedaços, de se guardá-los e distribuí-los para aqueles próximos que ajudaram nos trabalhos. Note-se também que, “lá fora”, as relações são baseadas em acordos mais individualizados, muitas vezes mercantilizados e mediados pelo dinheiro (paga-se um matador, vende-se o couro do animal morto etc.). O sentimento que envolve seus participantes é de rivalidade e desconfiança, sendo este parcialmente controlado pela presença de pessoas da consideração do imperador durante o sacrifício e a pesagem. Dentro da casa, ao contrário, tudo é entendido de modo diferente: são as pessoas próximas que trabalham no lugar. As trocas não remuneradas são mais intensas e mesmo quando existe a possibilidade de pagamento (como no caso das cozinheiras) o uso do dinheiro e a noção de equivalência são subsumidos pela proeminência das dádivas. As próprias carnes, além de preparadas, são também distribuídas na forma de presentes aos que ajudaram no processo ou como *comida* durante os banquetes cerimoniais.

⁹ Segundo Lévi-Strauss (2006), enquanto o assado é submetido ao contato direto com o fogo (natureza), o cozido é produzido através de uma dupla mediação cultural: a da água e a do recipiente onde ela está colocada (panelas, tachos etc.).

¹⁰ Os contrastes são visíveis na própria organização das atividades masculinas e femininas. Os trabalhos das cozinheiras são complementares entre si: enquanto uma mulher acende o fogo, a outra prepara os temperos. Já na matança, tudo é, ao contrário, focado. Os homens estão todos voltados para o único e exclusivo gesto de sacrificar o boi.

O intervalo entre a morte do boi e a oferta do alimento corresponde à passagem do domínio da “honra” para o universo da “graça” (Pitt-Rivers, 1992)¹¹. Realizando suas obrigações nos limites da dominação e da seleção, os homens operam no sentido de prever e controlar as coisas naturais, estabelecer leis e ordenações, conquistando assim sua reputação por meio do trabalho no e sobre o mundo. As mulheres, por sua vez, indicam a dissolução das fronteiras. Elas misturam, agregam, transformam e fazem renascer sobre a morte, evocando o mistério da vida e exteriorizando a própria vontade impenetrável dos santos e das divindades: a “graça”. As atividades masculinas reforçam as distinções através da imolação dos animais e dos seus trabalhos com a carne. O polo feminino do sacrifício, ao contrário, aponta para o abandono das diferenças, onde misturas são produzidas em prol da constituição de uma coletividade festivo-religiosa.

Bibliografia

BITTER, Daniel. (2010). *A bandeira e a máscara: estudo sobre a circulação de objetos rituais nas folias de Reis*. Rio de Janeiro: 7Letras.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (1981). *Sacerdotes da Viola*. Petrópolis: Ed. Vozes.

_____. (1999). *O Afeto da Terras*. Campinas: Editora da Unicamp.

CANDIDO, Antonio. (1964). *Os Parceiros do Rio Bonito*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora.

CAVALCANTI, Maria Laura. (2006). “Temas e variantes do mito: sobre a morte e a ressurreição do boi”. *Mana*, n. 1: 69-104.

CONTINS, Márcia; GONÇALVES, José Reginaldo Santos. (2008). “A Escassez e a Fartura: categorias cosmológicas e subjetividade nas festas do divino espírito santo entre imigrantes açorianos no Rio de Janeiro”. In: Maria Laura V. C. Cavalcanti & José Reginaldo Santos Gonçalves (org.), *Ritos e Sociabilidades Festivas*. Rio de Janeiro: Ed. Contracapa.

DA MATTA, Roberto. (1986). *O que faz o Brasil, Brasil?*. Rio de Janeiro: Rocco Editores.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. (2002). “A fome e o paladar”. In: *Série Encontros e Estudos: seminário alimentação e cultura*. Rio de Janeiro: FUNARTE / CNFCP

¹¹ Trata-se, em certo sentido, como escreve Pitt-Rivers, de pensar que há, entre os domínios da “graça” e da “honra”, todo um conjunto de distinções entre as “antigas oposições” entre a “cabeça” e o “coração”, o que se “sente” e o que se “sabe”, a “visão subjetiva” e a “visão objetiva”, o “misterioso” e o “racionalismo”, o “sagrado” e o “profano” (Pitt-Rivers, 1992: 288).

HUBERT, Henri; MAUSS, Marcel. (1999). “Ensaio sobre a natureza e a função do sacrifício”. In: Marcel Mauss. *Ensaio de sociologia* (2ª ed.). São Paulo: Perspectiva.

LÉVI-STRAUSS, Claude. (2006). *A origem dos modos à mesa - Mitológicas 3*. São Paulo: Cosac Naify.

MAUSS, Marcel. (2003). *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naife.

PEREIRA, Luzimar Paulo. (2004). *Os Andarilhos dos Santos Reis: um estudo etnográfico sobre Folia de Reis, bairro rural e sistemas de prestações totais*. Rio de Janeiro: Dissertação em Agricultura e Sociedade, CPDA/UFRJ.

_____. (2011). *Os giros do sagrado: um estudo etnográfico sobre folias em Urucuia-MG*. Rio de Janeiro: Editora 7Letras.

_____. (2012). Os sacrifícios da carne: a morte do gado e a produção dos banquetes nas folias de Urucuia MG. *Religião & Sociedade* (Impresso), v. 32, p. 71-96.

PITT-RIVERS, Julian. (1988). “Honra e posição social”, in PERISTIANY, J. G. (org.), *Honra e Vergonha: valores das sociedades mediterrâneas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 12-59.

_____. (1992). “El lugar de la gracia en la antropologia”. In: Julian Pitt-Rivers & J.G. Peristiany (ed.), *Honor y gracia*. Madrid: Alianza editorial.

PRADO, Regina de Paula. (1977). *Todo Ano Tem: as festas na estrutura social camponesa*. Rio de Janeiro: Dissertação em Antropologia Social, PPGAS/UFRJ.

SAHLINS, Marshall. (2007). *Cultura na Prática*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

TURNER, Victor. (1974). *O Processo Ritual*. Petrópolis: Ed. Vozes.

_____. (1977). “Sacrifice as Quintessential Process Prophylaxis or Abandonment”. *History of Religions*, n. 3: 189-215.

VALERI, Valerio. (1994). “Wild Victims: Hunting as Sacrifice and Sacrifice as Hunting in Huailu”. *History of Religions*, n. 2: 101-131.

WOORTMANN, Klass. (1982). “Casa e família operária”. *Anuário Antropológico*. Brasília, Editora UNB/ Tempo Brasileiro, pp. 119-150.

_____. (1987). “Com parente não se negoceia: o campesinato como ordem moral”. *Anuário Antropológico*. Brasília: Editora UNB/ Tempo Brasileiro.

TRABALHO RURAL E VELHICE: UM MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA NO BANCO DE TESES DA CAPES (1987-2011)

Giovana Ilka Jacinto Salvaro (UNESC) – giovanailka@gmail.com

Dimas de Oliveira Estevam (UNESC) - doe@unesc.net

Diandra de Souza Jora (UNESC) - diandrajora@hotmail.com

Rossandra Oliveira Maciel (UFPR) - rossandra.maciel@yahoo.com.br

Agência Financiadora: Universidade do Extremo Sul Catarinense/CNPq

GT2 - Trabalho Rural

O presente texto apresenta resultados de pesquisa que teve como objetivo mapear a produção científica brasileira sobre trabalho rural e velhice, nas ciências sociais, humanas e agrárias, disponível no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, no período de 1987-2011. A pesquisa consiste em um estudo do “estado da arte” sobre o tema e o processo de análise aliou procedimentos quantitativos e qualitativos. Por meio dos descritores (assunto) “trabalho rural e velhice”, “rural e velhice”, “agricultura e velhice”, foram localizados 23 estudos e selecionados 17 para análise. As produções científicas estão distribuídas em 17 Programas de Pós-Graduação (três Programas de Doutorado e 14 Programas de Mestrado). Os resultados da pesquisa possibilitaram observar que se trata de um campo de investigação interdisciplinar, que mobiliza o interesse de pesquisadores (as) de diferentes instituições universitárias e programas de pós-graduação (mestrado e doutorado). Alguns dos estudos localizados tratam da interface temática velhice e benefício previdenciário rural e, entre outras questões, permitem observar a produção de velhices que desafiam concepções de improdutividade e inutilidade, na medida em que dizem da posição de provedores/as assumida por idosos/as, por conta de tal benefício. Em grande medida, evidenciam a centralidade do benefício da aposentadoria para a melhoria da qualidade de vida desses idosos, visto que passam a contar com uma renda fixa que antes não tinham. Contudo, tendo em vista o problema crescente do êxodo de parcelas significativas da população jovem e do envelhecimento populacional rural, é possível verificar ainda um número reduzido de trabalhos sobre o tema.

Palavras-chave: trabalho rural e velhice; produção científica brasileira; CAPES.

1 INTRODUÇÃO

O presente texto apresenta resultados de pesquisa que teve como objetivo mapear a produção científica brasileira sobre o tema trabalho rural e velhice, nas ciências sociais, humanas e agrárias, disponível no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES¹, no período de 1987-2011. Integra uma pesquisa mais ampla com o objetivo geral de mapear a produção científica brasileira sobre o tema trabalho rural e velhice nas ciências sociais, humanas e agrárias, no período de 1987-2012 (PIBIC/CNPq 2012-2013), disponível no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES (1987-2011) e Scientific Electronic Library Online - SciELO Brasil (2000-2012)². Além disso, a pesquisa se insere em uma rede de estudos do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Desenvolvimento Rural, Agricultura Familiar e Educação do Campo (GIDAFEC/UNESC/CNPq). O grupo tem por objetivo desenvolver pesquisas acerca de temáticas como: êxodo rural, envelhecimento, gerações, gênero e subjetividades; estratégias e potencialidades da agricultura familiar em relação aos processos de produção e comercialização, geração de emprego e renda; gestão do trabalho, da vida familiar e de organização (associativismo, cooperativismo, grupos informais, Economia Solidária), Educação do Campo (CEFFAs); assim como analisar as inter-relações entre essas estratégias e as políticas públicas de desenvolvimento do campo.

No contexto de interesses temáticos do referido grupo, as pesquisas desenvolvidas pelos/as pesquisadores/as e acadêmicos/as possibilitam a construção de problemáticas que requerem estudos continuados. Em tal processo, o tema e a problemática “trabalho rural e velhice” vêm impondo sua centralidade e a necessidade de produção de saberes interdisciplinares. A concepção de rural aqui mobilizada, a partir do que define Carneiro (2008, p.35), não opõe campo e cidade, mas, enquanto fenômeno cultural e histórico: um “conjunto de reflexões nos leva a pensar a ruralidade como um processo dinâmico em constante reestruturação dos elementos da cultura local, mediante a incorporação de novos valores, hábitos e técnicas.” Em tal contexto analítico, a autora citada ressalta que o trabalho rural não se restringe ao agrícola e questiona o uso genérico das categorias rural e

¹ O Banco de Teses da CAPES apresenta resumos de teses e dissertações defendidas a partir de 1987, em programas de pós-graduação do país, e integra o [Portal de Periódicos](http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses) da Capes/MEC. Disponível no endereço eletrônico <<http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>>.

² Biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros. Disponível no endereço eletrônico:<<http://www.scielo.br>>.

urbano, o que sugere, entre outros aspectos, o reconhecimento da diversidade de dinâmicas e atores sociais.

Do mesmo modo, a velhice, enquanto “etapa” diferenciada da vida, é historicamente construída. Conforme Silva (2008, p.158), por conta de mudanças específicas e da convergência de diferentes discursos sobre o curso da vida, as condições para o surgimento desta noção pode ser localizado no período de transição entre os séculos XIX e XX, envolvendo fatores de “formação de novos saberes médicos que investiam sobre o corpo envelhecido e a institucionalização das aposentadorias.” Ao explorar a trajetória dos estudos de velhice no Brasil, Barros (2006) identifica a velhice como um momento em que é possível a elaboração e execução de projetos de vida, desde que o indivíduo tenha vida social, autonomia e independência. Ressalta que, para tanto, o idoso precisa estar cercado de possibilidades sociais e culturais, e que a elaboração de projetos está atrelada às escolhas do indivíduo, quando este acredita ter o controle sobre sua trajetória. É neste contexto, portanto, frente às condições socialmente estabelecidas, que a velhice é percebida como questão social, uma vez que os valores são outros, a exemplo da própria independência que passa a ser muitas vezes um desejo do idoso.

Atrélado a essa questão social estabelecida, o envelhecimento rural se insere nesta problemática, ao passo que vai ganhando centralidade nos debates acadêmicos. Alguns dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) evidenciam essa realidade, sobretudo quando se faz um estudo a fim de analisar a população brasileira residente rural e urbana. Com relação a essa última, verifica-se um aumento de 30% no período de 1991 a 2000; entretanto, quando se estende essa observação para 2010, constata-se que o aumento populacional foi de 75%. Já com relação aos residentes rurais, verifica-se o contrário no período de 1991 a 2000, uma vez que houve uma redução populacional de 6%; e quando se estende até 2010, observa-se que o aumento populacional dentro desses 20 anos foi de 4%, muito inferior ao que se constata no meio urbano. Esses dados fornecidos pelo IBGE vêm ao encontro da problemática do êxodo rural, fenômeno bastante preocupante, que também tem se inserido nos debates acadêmicos.

Contudo, faz-se relevante ainda, derivar por faixa etária essa população que atualmente reside no meio rural, de modo a se obter um panorama nacional acerca do envelhecimento rural, ainda que esse fenômeno perpassasse o presente etarismo. Dessa forma,

segundo dados do IBGE, observa-se que no Brasil houve uma redução de 18% dos residentes rurais com até 39 anos de idade, tendo em vista que em 1991 havia 18.318.884 habitantes, e esse número caiu para 15.063.911 em 2010, o que evidencia novamente a questão do êxodo rural. Entretanto, quando se analisa a população rural com idade acima de 40 anos, verifica-se um aumento considerável, uma vez que os residentes entre 40 e 49 anos aumentaram 14% no período de 1991 a 2010; no mesmo período, a população rural com idade entre 50 e 59 anos aumentou 24%; e no período de 2000 a 2010, os residentes rurais acima de 60 anos aumentaram 22%. Assim, entre outros aspectos, em que se justifique a importância histórica de estudos sobre o tema velhice nas ciências biológicas e da saúde, de igual modo, considera-se a produção científica sobre o tema nas ciências sociais, humanas e agrárias. Além disso, a pesquisa se justifica na medida em que se busca indagar o interesse de pesquisadores/as brasileiros e organizar uma revisão bibliográfica a fim de analisar como se produzem determinados saberes sobre o tema.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa consiste em um estudo do “estado da arte” e se refere ao mapeamento realizado no Banco de Teses da CAPES, no período de 1987-2011³, sobre o tema trabalho rural e velhice nas ciências sociais, humanas e agrárias. De caráter bibliográfico, as pesquisas denominadas como “estado da arte” ou “estado do conhecimento”, conforme ressalta Ferreira (2002, p.258), “parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares”, e ainda, “de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários.”

A pesquisa em questão foi realizada a partir dos descritores (assuntos)⁴ “trabalho rural e velhice”, “rural e velhice”, “agricultura e velhice”. A ferramenta de busca da base de dados permite a pesquisa por autor, assunto e instituição. As buscas por estudos no Banco de Teses foram realizadas no decorrer do mês de agosto de 2012. Em um primeiro momento, os resultados apresentados (autor, título do estudo e ano) foram seguidos da leitura e análise dos resumos, de acordo com os critérios de inclusão/exclusão definidos a

³ Período disponível no Banco de Teses na ocasião da pesquisa, agosto de 2012.

⁴ Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>>

priori: a) estudos relacionados direta ou indiretamente às temáticas de estudo; b) estudos produzidos em campos de conhecimento das ciências sociais, humanas e agrárias; c) estudos publicados no período de 1987-2011. *Crítérios de exclusão*: a) estudos distantes da temática; b) estudos não produzidos em campos de conhecimento das ciências sociais e humanas; c) estudos publicados antes de 1987.

Foram localizados 23 estudos, sendo que, concomitantemente, 16 se apresentaram nas pesquisas pelos descritores - “rural e velhice”, “trabalho rural e velhice”. Conforme os critérios de inclusão/exclusão, 17 resumos foram selecionados para a possível localização dos textos completos. Os seis estudos excluídos foram produzidos em programas de pós-graduação em áreas da saúde. As buscas pelos textos completos foram feitas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) – Ministério da Ciência e Tecnologia⁵, bibliotecas virtuais das instituições originárias dos estudos e solicitados via Comutação Bibliográfica. Nove trabalhos completos foram localizados e lidos na íntegra (MUSSI, 2011; ALCÂNTARA, 2010; MOREIRA, 2010; SPANEVELLO, 2008; OLIVEIRA, 2008; LADENTHIN, 2007; BUAIS, 2005; SUGAMOSTO, 2003; SIQUEIRA, 2001). Oito trabalhos integram o estudo e foram analisados a partir dos resumos (AMARAL, 2011; ASSIS, 2009; SANTOS, 2007; PAIVA, 2005; MELO, 2002; MELO, 2001; GIGANTE, 1999; SELLANI, 1996). O processo de análise aliou procedimentos quantitativos e qualitativos. Após a seleção do *corpus* de análise, em um banco de dados específico da pesquisa, os estudos foram categorizados e analisados de acordo com os seguintes critérios: 1) título do estudo; 2) autores/as; 3) nome do programa de pós-graduação, natureza da pesquisa (mestrado e doutorado); 4) objetivos da pesquisa; 5) delineamentos metodológicos e teóricos; 6) principais resultados e conclusões.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em conformidade com os procedimentos metodológicos adotados, foi possível organizar a apresentação dos resultados e discussão a partir de três categorias centrais. A primeira, de forma mais ampla, trata das instituições, natureza dos estudos e campos do conhecimento. A segunda e terceira tratam dos objetivos, delineamentos metodológicos e teóricos, principais resultados e conclusões dos estudos.

⁵ Disponível em: <<http://bdtd.ibict.br/>>

3.1 Rural, trabalho rural e velhice no Banco de Teses da Capes: instituições, natureza dos estudos e campos do conhecimento

Os 17 estudos localizados no período de 1987-2011 estão distribuídos em 15 instituições universitárias, localizadas em diferentes regiões do país, conforme demonstra a tabela 1.

Tabela 1 – Estudos distribuídos por instituições universitárias (1987-2011)

Instituições	Nºde estudos
Centro Universitário de Araraquara	1
Centro Universitário de Caratinga	1
Fundação Universidade Federal de Sergipe	1
Pontifícia Universidade Católica de Goiás	1
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	1
Universidade de Brasília	1
Universidade do Vale do Itajaí	1
Universidade Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho/Franca	1
Universidade Estadual de Campinas	1
Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa	1
Universidade Federal de Pernambuco	1
Universidade Federal de Viçosa	2
Universidade Federal do Ceará	1
Universidade Federal do Paraná	1
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2
Total	17

Fonte: Banco de Teses da CAPES. Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>>. Acesso em: ago.2012.

A Universidade Federal de Viçosa e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul somam, respectivamente, dois estudos. Um total de 13 estudos está distribuído entre 13 instituições universitárias.

Tabela 2 - Estudos distribuídos por programas de pós-graduação - mestrado e doutorado (1987-2011).

Programa de Pós-Graduação	Mestrado	Doutorado	Mestrado Profissional	Total
Antropologia	1			1
Antropologia Social		1		1
Ciências Sociais	1			1
Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente	1			1
Desenvolvimento Rural		1		1
Direito	1			1
Direto - Relações Internacionais e Desenvolvimento	1			
Economia Aplicada	1			1
Educação	1	1		
Extensão Rural	1			1

Gestão de Políticas Públicas	1			1
História	1			1
Meio Ambiente e Sustentabilidade			1	
Psicologia	1			1
Psicologia Social	1			
Sociologia	1			1
Total	13	3	1	17

Fonte: Banco de Teses da CAPES. Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>>.
Acesso em: ago.2012.

As produções científicas estão distribuídas em 17 Programas de Pós-Graduação (três Programas de Doutorado e 14 Programas de Mestrado). Os Programas de Pós-Graduação identificados foram: Antropologia Social, Antropologia, Ciências Sociais, Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural, Direito, Direto - Relações Internacionais e Desenvolvimento, Economia Aplicada, Educação, Extensão Rural, Gestão de Políticas Públicas, História, Meio Ambiente e Sustentabilidade, Psicologia, Psicologia Social e Sociologia. No conjunto que se configura, verifica-se uma divisão igualitária entre os programas de pós-graduação originários dos estudos. Ainda que se considere uma produção limitada, o resultado evidencia o interesse de diferentes áreas do conhecimento pelo tema.

Nas tabelas 1 e 2, buscou-se apresentar o número de estudos localizados, distribuídos por instituições de origem dos/as autores/as e programa de pós-graduação, (mestrado e doutorado). Na tabela que se segue, são apresentados os estudos distribuídos por ano/período (1987-2011), título e autor/a.

Tabela 3 - Estudos distribuídos por ano/período (1987-2011), título e autor/a

Ano	Título
1996	Isso tudo os velhos sabiam: representações da velhice na comunidade rural negra de Rio das Rãs (SELLANI, 1996).
1999	Guerreiros sem armas: êxodo rural e memória de velhos trabalhadores (TARUMÃ, 1960-1980) (GIGANTE, 1999).
2001	- A experiência do envelhecimento no meio rural (SIQUEIRA, 2001). - Velhice e satisfação de vida em uma cidade rural (MELO, 2001).
2002	Análise da viabilidade da previdência privada para os produtores rurais (MELO, 2002).
2003	Significado da velhice para os agricultores familiares idosos do município de Colombo-PR (SUGAMOSTO, 2003).
2005	- Memórias de idosos analfabetos numa sociedade da escrita e da escola: táticas de sobrevivência no Sertão e em Fortaleza (PAIVA, 2005). - Aprender a ser viúva: Experiência de mulheres idosas no meio rural (BUAES, 2005).
2007	- A aposentadoria por idade no regime geral de previdência social (LADENTHIN, 2007). - As práticas e representações sociais acerca da velhice e do cuidar entre cuidadores de idosos

	dependentes residentes na zona rural do município de Santa Rita de Minas, MG (SANTOS, 2007).
2008	• A Dinâmica Sucessória na Agricultura Familiar (SPANVELLO, 2008). • O olhar do idoso sobre a finitude: um estudo sobre as representações sociais da morte em idosos de uma cidade do sertão pernambucano (OLIVEIRA, 2008).
2009	• Transposição do Rio Piumhi para o Rio São Francisco: Registro Histórico (ASSIS, 200
2010	• Da Velhice da praça à velhice da roça: revisitando mitos e certezas sobre velhos e famílias na cidade e no rural (ALCANTARA, 2010). • Políticas sociais, previdência e trabalhadores rurais: reflexões a partir de evidências recentes no estado de Sergipe (MOREIRA, 2010).
2011	• Qualidade de vida e políticas públicas: percepções e perspectivas dos idosos de Joinville (SC) (AMARAL, 2011). • A invisibilidade do idoso: direitos e preconceitos na superação da histórica desigualdade no espaço rural brasileiro (MUSSI, 2011).

Fonte: Banco de Teses da CAPES. Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>>. Acesso em: ago.2012.

Conforme os dados apresentados na tabela 3, no período de 1996-2011, foi localizado um estudo por ano, exceto nos anos de 2001, 2008 e 2010, que trazem dois estudos por ano. A pesquisa no Banco de Teses foi realizada em todo período disponível (1987-2011), contudo o primeiro estudo localizado por meio das palavras-chave em questão se refere ao ano base de 1996. Realizado este mapeamento acerca das instituições, natureza do estudo, campos do conhecimento, ano/período, títulos e autor/a, no próximo tópico, no sentido de buscar um detalhamento das produções, são apresentadas e discutidas algumas questões referentes aos objetivos, delineamentos metodológicos e teóricos, principais resultados e conclusões dos estudos.

3.2 A interface rural, trabalho rural e velhice: experiências plurais

O tópico que se apresenta agrega estudos que trazem o caráter plural e singular da temática em análise, o que implica centralmente considerar a historicidade social intrínseca ao rural e a populações rurais. Na direção então da diversidade social como regra e não como exceção, no processo da pesquisa, o primeiro estudo localizado sobre o tema em análise se refere ao ano 1996 e se trata da dissertação de mestrado de Sellani (1996), realizada junto ao Programa Pós-Graduação em Antropologia, da Universidade de Brasília. O estudo abordou a construção da noção de velhice em uma comunidade rural da BA, marcada por uma crise de terras. No contexto descrito pela autora, a visibilidade social e produtiva dos velhos ganha destaque e os significados da velhice se distanciam do critério cronológico. Além disso, a autora destaca a necessidade de análises que contemplem relações sociais e de produção específicas. No ano de 1999, tem-se a dissertação de mestrado de Gigante (1999), produzida no Programa de Pós-Graduação em História, da

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita/França. O autor relaciona memória, velhice e êxodo rural em contexto dos governos militares. Enfatiza a tensão entre sociedade do consumo e “tesouros do passado”.

No ano de 2001, foram localizados os estudos de Siqueira (2001) e Melo (2001). Siqueira (2001) teve seu estudo de mestrado produzido no Programa de Pós-Graduação de Extensão Rural, da Universidade Federal de Viçosa. Neste estudo, a velhice foi abordada em uma perspectiva transdisciplinar, envolvendo aspectos biológicos, econômicos, socioculturais. A autora partiu do pressuposto de que a velhice é uma categoria social sujeita a estereótipos que variam de acordo com a sociedade. A investigação proposta pela autora foi orientada pela “concepção teórica da velhice enquanto uma categoria irrealizável, conforme postulada por Sartre, e, como tal, apreendida em exterioridade e sujeita, portanto, a formulações de clichês estabelecidos pela ordem moral social” (SIQUEIRA, 2001, p.2). A referida pesquisa obteve e analisou histórias de vida de 16 idosos (com idades entre 60 a 88 anos). No processo de análise, Siqueira (2001) confrontou aspectos mais recorrentes dos idosos com as crenças de que no meio rural existe mais tranquilidade para os velhos, que a velhice possibilita desprendimento do corpo, engrandecimento da alma e a proposição de que o afastamento do trabalho proporcione tempo livre para projetos pessoais. Porém, a autora conclui que há incongruência entre a realidade e clichês formulados em relação à velhice.

Com riqueza de detalhes, são evidenciados e discutidos fatores estruturais, morais e afetivos, que “refletem transformações na organização familiar local, que diluem imagem de uma velhice serena assegurada pela possibilidade daqueles idosos verem suas obras, ou mais, suas vidas, se perpetuarem na de seus filhos” (SIQUEIRA, 2001, p.81). Outra questão ressaltada por Siqueira (2001, p.78), e que cabe fazer menção, envolve, de um lado, o impacto positivo da previdência social no meio rural; de outro, a insuficiência do valor monetário recebido para atender a todas as necessidades do idoso, o sustento da família e estimular “a permanência dos filhos junto à mesma.” Como poderão ser observadas em outros estudos citados no decorrer do artigo, questões relativas à previdência social rural, organização familiar e êxodo rural se colocam como temáticas investigadas na interface com a velhice.

Melo (2001) realizou seu estudo de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, da Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa. A autora relacionou as

repercussões psicossociais da velhice e satisfação de vida no contexto urbano e agrário, a partir de referenciais da Psicologia Social. O envelhecimento foi abordado sob o prisma psicossocial e histórico. A autora constata que em um contexto rural, os idosos apresentaram níveis de satisfação de vida diferenciados, confirmando a necessidade de se considerar a singularidade da velhice.

No ano de 2005, foram localizados os estudos de Paiva (2005) e Buaes (2005). Paiva (2005) realizou seu estudo no Programa de Pós-Graduação em Educação/doutorado, da Universidade Federal do Ceará. O estudo buscou reconstruir a memória social de idosos analfabetos do Sertão do Estado do Ceará que migraram para Fortaleza. Foi uma pesquisa de cunho qualitativo, utilizando-se de relatos orais dos idosos e de recursos metodológicos da História Social, Sociologia Rural e da Psicologia Social. Por resultado, a autora conclui que foi possível perceber o desejo de alfabetização para sair do estigma de analfabeto.

A dissertação e mestrado de Buaes (2005), produzida no Programa de Pós-Graduação de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, buscou compreender como a mulher idosa constrói sua viuvez no meio rural. O estudo foi qualitativo etnográfico, com uso de pesquisa biográfica; os dados foram coletados de 12 mulheres, através de história de vida e observações na comunidade de Bela Vista- RS. A pesquisadora identificou que a perda do parceiro exige das viúvas grandes adaptações em termos práticos e no que se refere à própria identidade. Tais adaptações envolvem assumir novos papéis na família, novas funções antes feitas pelo esposo, como ir ao banco. Além disso, tais mulheres aprendem a ser viúvas em um cenário de mudanças na produção rural, permeado pelo surgimento de novos discursos sobre o envelhecimento e velhice. O processo de análise evidencia que, no caso das mulheres “mais velhas”, o discurso de trabalho marcou suas velhice e viuvez. Já as velhas “mais jovens”, trazem elementos de diversão e prazer.

Santos (2007) desenvolveu sua pesquisa de mestrado no programa de Pós-Graduação de Meio Ambiente e Sustentabilidade, no Centro Universitário de Caratinga. A autora discute o envelhecimento e as modificações nos arranjos dos familiares que cuidam desses idosos. Analisou as representações sociais dos cuidadores dos idosos da zona rural e as relações estabelecidas entre os cuidadores, idosos, comunidade e Estado. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com a realização de entrevistas semiestruturadas e observações de campo. Entre outras questões, a autora observa o envelhecimento como um processo

heterogêneo e conclui que o cuidado para com o idoso necessita de políticas públicas que intervenham também na família cuidadora e comunidade.

No ano de 2008 foram localizados os trabalhos de Spanevello (2008) e Oliveira (2008). Spanevello (2008) realizou seu estudo de doutoramento no programa de Pós-Graduação de Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande Do Sul. A pesquisadora relaciona a reprodução social da agricultura familiar e a continuidade dos estabelecimentos diante das gerações. Especificamente, Spanevello (2008, p.25) estuda “o processo social da sucessão entre agricultores familiares sem e com sucessores”, nos municípios de Pinhal Grande e Dona Francisca, ambos na Quarta Colônia de Imigração Italiana, Rio Grande do Sul. Os sujeitos de pesquisa foram 43 agricultores (17 sem sucessão e 26 com sucessão), oriundos de 36 estabelecimentos. Foram aplicados questionários, com questões abertas e fechadas, aos agricultores e suas esposas. De forma íntegra, o processo de análise dos dados envolveu abordagens quantitativa e qualitativa. Nos dois grupos de agricultores – sem sucessão e com sucessão – a pesquisadora observou questões relativas à diversidade de condições produtivas, econômicas e sociais como definidoras da permanência ou não dos filhos na agricultura. Entre outras questões de grande relevância analítica, a pesquisadora observa que, quando a propriedade dispõe de melhores meios de produção e maior rentabilidade econômica, a sucessão é uma possibilidade. Em grande medida, de acordo com a autora, a sucessão é fundamental para a agricultura familiar, visto que quem fica na propriedade dará continuidade às atividades, caso contrário, a terra tem de ser vendida.

Oliveira (2008) produziu sua dissertação de mestrado no programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade Federal de Pernambuco. A pesquisa visou investigar qual é a representação construída socialmente por idosos a respeito da morte. A pesquisadora fez um estudo comparativo, em que descreve as representações que idosos de uma zona rural e urbana de Pernambuco tem em relação à morte e as implicações de tais representações em suas vidas. Para tal, utilizou a Teoria das Relações Sociais, realizou entrevistas semi estruturadas com 100 idosos de ambos os sexos, sendo que sua amostra maior foi com idosos do meio urbano, e, com o auxílio do software ALCESTE, realizou análises quantitativas e qualitativas dos dados. A autora constatou que a velhice está associada à morte e a sentimentos pejorativos. Pôde observar também que as religiões têm papel importante quanto à representação da morte para os velhos, visto que, na maioria das

vezes, não trazem a morte como o fim, mas que de acordo com as atitudes da pessoa agora, ela terá sua recompensa depois. E isso influi na maneira com que esses idosos encaram a vida.

Em 2009, verifica-se a dissertação de mestrado de Assis (2009), realizada no Programa de Pós-Graduação de Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, do Centro Universitário de Araraquara. O autor traz um registro histórico da transposição do Rio Piumhi, obtido por meio de documentos, registros, bem como pelas histórias de vida da comunidade local. Através das histórias de vida, os moradores descrevem seu nascimento e velhice, bem como a convivência com as mudanças na paisagem devida à transposição do rio.

O estudo de doutoramento de Alcântara (2010), desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, da Universidade Estadual de Campinas, buscou entender como as trocas geracionais se configuram em unidades domésticas no meio rural e urbano. Com base em etnografias, entre outras questões, a autora aponta as singularidades do envelhecimento em ambos os contextos, e a impossibilidade de padronizar a família ou velhice. Alcântara reflete sobre o viver e envelhecer na cidade e na roça, preservando as experiências em seus processos e heterogeneidade. Em tal direção, demonstra a impossibilidade de criar padrões no que se refere à família, velhice e espaços em que vivem. De acordo com a pesquisadora, a universalização do direito à aposentadoria apresenta uma configuração socioeconômica que modifica o atual lugar dos pais na família, incluindo, situações em que estes passam a amparar materialmente seus dependentes. Entre outras questões, no cenário rural, observa que, por conta do desemprego ou subemprego, sem a participação dos filhos, os pais assumiram o orçamento da casa. A autora se refere também ao “valor-trabalho” e sua ausência como representativa da “morte social”.

Em 2011, foram localizados os estudos de Amaral (2011) e Mussi (2011). A pesquisa de mestrado de Amaral (2011), realizada no Programa de Pós-Graduação de Gestão de Políticas Públicas, da Universidade do Vale do Itajaí, relaciona o envelhecimento com a qualidade de vida na velhice. Seu objetivo foi identificar o conceito de qualidade de vida na perspectiva dos idosos que faziam uso de centros de convivência. Para tal, analisou alguns indicadores de qualidade de vida e os associou às Políticas

Públicas. Dos 21 centros escolhidos para a pesquisa, 19 foram da região urbana e 02 da zona rural.

Mussi (2011) desenvolveu seu trabalho de mestrado no Programa de Pós-Graduação de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. A autora discute a condição sociopolítica da pessoa idosa no espaço rural, sua invisibilidade perante a sociedade e a escassez de políticas públicas adequadas. Aborda a velhice enquanto construção social e a violação dos direitos da pessoa idosa referente à distribuição de renda. Os procedimentos metodológicos aliaram o método analítico-dedutivo, pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo, envolvendo a aplicação de questionários junto a trabalhadores e aposentados rurais representantes e dirigentes de movimentos sociais (Confederação, Federação Goiana e Sindicatos Municipais). A autora traz para o foco de análise o contexto dos direitos humanos e questões centrais que dizem da invisibilidade social do idoso rural. De forma detalhada, Mussi (2011) trata de diferenças entre o idoso rural e idoso urbano, enfatizando que a superação de desdobramentos da idade (rural ou urbano) está relacionada ao acesso à saúde, educação, transporte, justiça, entre outros. Segundo a autora, por aspectos decorrentes de peculiaridades da vida rural, os camponeses se encontram a margem de cuidados da sociedade como um todo, de modo que necessitam da viabilização de instrumentos jurídicos para assegurar proteção e efetivação de direitos. No caso das mulheres, a situação se agrava tendo em vista sua invisibilidade histórica.

No panorama que apresenta, Mussi (2011, p.106) ressalta que o desafio da dissertação é “[...] dar visibilidade ao idoso rural, em toda a sua diversidade, como sujeito político que protagoniza a dinâmica social, econômica, política e cultural do campo.” Em tal contexto observa que a situação do camponês sofreu avanços após a Constituição Federal de 1988, com destaque ao campo previdenciário e trabalhista. Do ponto de vista socioeconômico, a aposentadoria rural e a regularidade de uma renda mensal possibilitam a mudança de posição dos idosos na família, demandando mudanças individuais e coletivas.

Segundo Mussi (2011), tem-se então a equivalência entre os trabalhadores rurais e urbanos, mas, ainda, não se trata de uma distribuição igualitária de rendimentos. A autora argumenta que o idoso rural e o idoso urbano estabelecem relações diferenciadas com o trabalho e com o mercado de trabalho. No caso do idoso rural, tem-se a difícil comprovação do trabalho no meio rural, ou seja, prova da atividade.

A temática da previdência social foi objeto central de outros estudos localizados, de modo a sugerir detalhamento e análise específica, conforme segue.

3.3 A previdência social rural como foco de análise: reflexões acerca das temáticas velhice e (in) visibilidade social

Nos anos de 2002, 2003, 2007 e 2010, foram localizados estudos que trataram da interface temática velhice e benefício previdenciário rural. O trabalho de mestrado de Melo (2002), elaborado no Programa de Pós- Graduação em Economia Aplicada, da Universidade Federal de Viçosa, relaciona os temas produtor rural, velhice e previdência social. O autor descreve o modelo previdenciário brasileiro e observa que a aposentadoria do produtor rural sempre esteve às margens das políticas de previdência social, em parte, pelo fato de o atual modelo ter sido criado para trabalhadores urbanos, assalariados e com rendimentos regulares. Segundo o autor, para a solução de tal problema seria necessário criar uma entidade de Previdência Privada Fechada, para a qual o produtor rural direcionaria parte de sua poupança, em períodos de comercialização de safra.

Questões relacionadas ao benefício previdenciário rural também foram objeto de estudo de mestrado de Sugamoto (2003), realizado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Paraná. O estudo foi caracterizado como um estudo de caso da porção rural de um município de Colombo/PR e a pesquisadora teve por objetivo “identificar entre os agricultores familiares idosos daquele município, os significados da velhice e o impacto do benefício previdenciário sobre essas elaborações” (SUGAMOSTO, 2003, p.3). Em tal processo de investigação, 12 pessoas idosas (seis do sexo feminino e seis do sexo masculino), com idades entre 55 e 79 anos, beneficiárias da previdência social rural responderam a um questionário. A pesquisadora fundamentou o estudo a partir de autores que trabalham com a noção de que experiência da velhice não pode ser homogeneizada, pois está relacionada a aspectos sociais (classe) e culturais. Entre outras questões, a pesquisa evidencia a convivência intensa dos idosos com os parentes, especificamente com os filhos. O tipo de atividade desenvolvida nas unidades familiares, a horticultura, de acordo com Sugamoto (2003, p.86), “possibilita o cultivo de áreas menores pelos filhos casados ou, ainda, a subdivisão dos terrenos dos pais. São criadas, dessa forma, famílias do tipo extensa, em que à família nuclear – pai, mãe e filhos – originária são agregadas outras famílias conjugais ligadas entre si por laços de parentesco.”

No contexto estudado, a aposentadoria é usada para a manutenção de vida da população idosa rural e de seus familiares e não se associa com a improdutividade, na medida em que o que transforma o agricultor em improdutivo, ou velho, não é a idade, mas a doença.

Ladenthin (2007) desenvolveu sua dissertação de mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação de Direito, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. A pesquisadora aborda o direito previdenciário no Brasil, apresentando um histórico da Proteção Social desde o século XV. Apresenta também um histórico da velhice e a importância da proteção aos idosos frente às mudanças demográficas. No estudo, Castro compara condições para se aposentar no ambiente urbano e no rural, evidenciando que só a partir de 1988 ocorreu a unificação dos sistemas urbano e rural quanto aos benefícios dos trabalhadores. Centralmente, faz referência à histórica importância da inclusão social da aposentadoria por idade para o trabalhador rural, igualando-os aos trabalhadores urbanos em um mesmo sistema previdenciário. Faz menção ainda ao fato de que, somente em 1991, o benefício previdenciário foi estendido à mulher.

A propósito da evolução do sistema de previdência rural no Brasil, cabe fazer referência ao que ressalta Brumer (2002) acerca da inclusão tardia dos trabalhadores rurais quando comparados a outras categorias profissionais. Segundo a autora, a inclusão das mulheres rurais trabalhadoras foi ainda mais tardia, “principalmente porque, para poder receber os benefícios da previdência social deviam, antes de mais nada, ser reconhecidas como trabalhadoras rurais” (BRUMER, 2002, p.52). Assim sendo, tal reconhecimento implicou e implica a difícil comprovação de atividades por elas realizadas, em contextos ainda marcados pela invisibilidade do trabalho feminino e pela invisibilidade do meio rural em termos de políticas públicas.

Moreira (2010) produziu seu trabalho de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Fundação Universidade Federal de Sergipe e busca demonstrar como se efetiva a Previdência Rural em Sergipe, seus efeitos na unidade familiar dos beneficiados, o papel do INSS e sindicatos rurais. De caráter qualitativo e quantitativo, o estudo aliou pesquisa bibliográfica e entrevistas com 12 trabalhadores rurais (sete homens e cinco mulheres), dentre os quais cinco estavam pleiteando o benefício juridicamente e sete estavam prestando depoimento como testemunhas. Além disso, foram entrevistados também dois representantes de sindicatos rurais e representante do INSS. Os sujeitos da pesquisa foram localizados no Juizado Especial de Aracaju – JEF/5ª Vara. Os dados

levantados pela pesquisa de Moreira (2010) expõem as dificuldades de trabalhadores rurais em receber seu benefício previdenciário, devido à necessidade de provas documentais de que trabalharam. Em tais situações, a pesquisadora observa a importância dos sindicatos rurais no auxílio aos trabalhadores, na coleta dos documentos necessários para provar sua condição de agricultores familiares. Evidencia, ainda, que a previdência rural garante o sustento e a qualidade de vida dos trabalhadores rurais e familiares. Com isso, conforme ressalta a pesquisadora, a vida do trabalhador rural antes do benefício é caracterizada por uma renda incerta, de modo que o recebimento do benefício, de uma renda fixa, possibilita mudanças positivas na família. Outra questão importante apresentada por Moreira (2010) é que após o aposento, em muitos casos, as mulheres passam a ser provedoras da família, papel que até então pertencia ao homem. Além disso, as mulheres estão envelhecendo mais e isso contribui para o que a autora chama de “feminização” da velhice. Na análise apresentada por Moreira, a previdência rural é uma política pública que protege a instituição família, e o afastamento do idoso, do trabalho na terra, pode possibilitar uma velhice mais saudável, convivência multigeracional na família e comunidade, atividades culturais, recreativas, de lazer e participação em grupos de idosos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os campos de produção de cada estudo permitem questionar a rigidez de fronteiras disciplinares, assim como apresentam diferentes olhares sobre a velhice e o envelhecimento. Com base nos estudos analisados, pode-se observar que a relação entre os temas “rural e velhice, trabalho rural e velhice” evidenciam aspectos socioeconômicos, culturais, históricos e subjetivos. Longe de figurar como homogênea, a velhice se apresenta em dimensões plurais e singulares. As pesquisas foram em sua maioria de caráter qualitativo. Os dados foram coletados através de histórias de vida, entrevistas semiestruturadas, observações e descrição da realidade observada. Alguns autores fizeram análise histórica, bibliográfica ou documental da velhice e previdência social.

A relação entre velhice e aposentadoria, com ênfase em questões relativas ao direito, previdência social rural e seus benefícios, dificuldades de comprovar e reunir documentos que confirmem uma vida dedicada ao trabalho rural, foi objeto central de pesquisa de alguns estudos localizados, demonstrando o crescente interesse dos pesquisadores/as. Os trabalhos denunciam que em grande medida tais dificuldades

acontecem em grande parte devido à invisibilidade imposta ao idoso proveniente do meio rural. Os estudos permitem observar a produção de velhices que desafiam concepções de improdutividade e inutilidade, na medida em que dizem da posição de provedores/as assumida por idosos/as, por conta do benefício previdenciário. Destacam também o papel do benefício da aposentadoria para a melhoria da qualidade de vida desses idosos, visto que passam a contar com uma renda fixa que antes não tinham. Ao mesmo tempo, há preocupação concernente às mudanças demográficas, visto que o sistema previdenciário precisa estar preparado para abranger taxas de vida maior. Por outro lado, o êxodo rural na interface com o envelhecimento da população rural se apresenta como um tema que sugere a necessidade de considerar a relação intrínseca entre juventude e velhice, as quais podem demandar problemáticas sucessórias, socioeconômicas e a (des) continuidade da própria agricultura familiar.

A ocupação seletiva de áreas rurais, as diferentes configurações geográficas, sociais, culturais e econômicas historicamente produzidas mostram a necessidade constante de pesquisas. A velhice como lugar de memória, como possibilidade de (re) construção de histórias e trajetórias sociais/subjetivas, também se apresentou como tema de estudo. Em grande medida, entre os temas apresentados e analisados, o estigma social da velhice, a relação entre velhice e morte foram visibilizados. No entanto, tendo em vista o problema crescente do êxodo de parcelas significativas da população jovem e do envelhecimento populacional rural, é possível verificar ainda um número reduzido de trabalhos sobre o tema. Por fim, é possível observar o interesse ainda limitado acerca da interface trabalho rural e velhice.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Astrogildo. **Qualidade de vida e políticas públicas**: percepções e perspectivas dos idosos de Joinville (SC). 2011. 123p. (Profissionalizante em Gestão de Políticas Públicas). Universidade do Vale do Itajaí –SC. Disponível em: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=20112041005015007P6>. Acesso em: 10 ago.2012.

ALCÂNTARA, Adriana de Oliveira. **Da Velhice da praça à velhice da roça**: revisitando mitos e certezas sobre velhos e famílias na cidade e no rural. 2010. 223 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas- SP. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000477493&fd=y>. Acesso em: 24 set.2012.

ASSIS, André Tomé de. **Transposição do Rio Piumhi para o Rio São Francisco: Registro Histórico**. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente). Centro Universitário de Araraquara- SP. Disponível em: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=2009533082014001P0>. Acesso em: 10 ago.2012.

BARROS, Myriam Moraes Lins de. Trajetória dos estudos de velhice no brasil. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 52, p.109-132, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n52/n52a06.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2012.

BRUMER, Anita. Previdência social rural e gênero. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, n. 7, p.50-81, jan/jun 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n7/a03n7.pdf>. Acesso em: 08 out.2012.

BUAES, Caroline Stumpf. **Aprender a ser viúva: experiências de mulheres idosas no meio rural**. 2005. 145p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande Do Sul –RS. Disponível em” <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/6691/000488624.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 ago.2012.

CARNEIRO, Maria J. “Rural” como categoria de pensamento. *Ruris*, v. 2, p. 09-88, mar. 2008. Disponível em: < http://www.ifch.unicamp.br/ceres/2008-maria_carneiro.pdf. Acesso em: 17 abr.2013.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas "estado da arte". **Educ. Soc.**, Campinas, v. 23, n. 79, ago. 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002000300013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 jul. 2012.

GIGANTE, Marcos Antônio. **Guerreiros sem armas: êxodo rural e memória de velhos trabalhadores (Tarumã, 1960-1980)**. 1999. 249p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho/Franca –SP. Disponível em: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=19999433004072013P0>. Acesso em: 10 ago.2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Banco de dados agregados-SIDRA, 2010**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 jan. 2012.

LADENTHIN, Adriane Bramante de Castro. **A aposentadoria por idade no regime geral de previdência social**. 2007. 157f. Dissertação (Mestrado em Direito)- Programa de Pós-Graduação em Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- SP. Disponível em: http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4797. Acesso em: 13 ago.2012.

MELO, José de. **Análise da viabilidade da previdência privada para os produtores rurais**. 2002. 63p. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) Universidade Federal

De Viçosa- MG. Disponível em:
<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=200217832002017009P4>.
 Acesso em: 10 ago.2012.

MELO, Silvana Cláudia de Figueiredo. **Velhice e satisfação de vida em uma cidade rural**. 2001.124p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa –PB. Disponível em:
<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=20015424001015006P6>. Acesso em: 10 ago.2012.

MOREIRA, Eliane Rezende. **Políticas Sociais, Previdência e trabalhadores rurais: reflexões a partir de evidências recentes no Estado de Sergipe**. 2010. 170p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Fundação Universidade Federal de Sergipe- SE. Disponível em: http://bdtd.ufs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=440. Acesso em: 13 ago.2012.

MUSSI, Claudia Inez Borges. **A invisibilidade do idoso: direitos e preconceitos na superação da histórica desigualdade no espaço rural brasileiro**. 2011. 201p. Dissertação (Mestrado em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento). Pontifícia Universidade Católica de Goiás – GO.

OLIVEIRA, Sandra Carolina Farias. **O olhar do idoso sobre a finitude: um estudo sobre as representações sociais da morte em idosos de uma cidade do sertão pernambucano**. 2008. 69p. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Pernambuco – PE. Disponível em:
<http://www.ufpe.br/pospsicologia/images/Dissertacoes/2008/oliveira%20sandra%20carolina%20farias%20de.pdf.pdf>. Acesso em: 13 ago.2012.

PAIVA,Vilma Maria Barreto.**Memórias de idosos analfabetos numa sociedade da escrita e da escola: táticas de sobrevivência no sertão e em fortaleza**. 2005.230p. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Ceará – CE. Disponível em:
<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=200542922001018001P9>.
 Acesso em: 10 ago. 2012.

SANTOS, Ivana de Cássia Baptista dos. **As práticas e representações sociais acerca da velhice e do cuidar entre cuidadores de idosos dependentes residentes na zona rural do município de Santa Rita de minas, MG**. 2007.120p. Dissertação (Profissionalizante em Meio Ambiente e Sustentabilidade) Centro Universitário de Caratinga – MG. Disponível em:
<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=2007232077017001P8>. Acesso em: 10 ago.2012.

SELLANI, Juliana. **Isso Tudo os Velhos Sabiam: Representações da Velhice na Comunidade Rural Negra de Rio das Rãs**. 1996. 159p. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Universidade de Brasília – DF. Disponível em:
<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=1996653001010010P9>. Acesso em: 10 ago.2012.

SILVA, Luna Rodrigues Freitas. Da velhice à terceira idade: o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento. **Hist. cienc. saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, mar. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702008000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 fev. 2012.

SIQUEIRA, Renata Lopes de. **A experiência do envelhecimento no meio rural**. 2001. 160p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa – MG.

SPANEVERELLO, Rosani Marisa. **A Dinâmica Sucessória na Agricultura Familiar**. 2008. 221p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande Do Sul –RS. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16024/000660556.pdf?sequence=1>. Acesso em: 13 ago.2012.

SUGAMOSTO, Marisa. **Significado da velhice para os agricultores familiares idosos do município de Colombo-PR**. 2003. 138p. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná – PR.

SESSÃO 2

A TERCEIRIZAÇÃO DO TRABALHO NAS LAVOURAS DE CANA-DE-AÇÚCAR DA REGIÃO DO PONTAL DO PARANAPANEMA-SP

Maria Joseli Barreto/Antonio Thomaz Junior – FCT – UNESP – Presidente Prudente
joselibarreto5@yahoo.com.br e thomazjr@gmail.com
GT2 - Trabalho Rural

O Pontal do Paranapanema, localizado no Oeste Paulista, recebeu suas primeiras lavouras de cana-de-açúcar no início da década de 1970, quando emergia no Brasil o Programa Nacional do Alcool. Mas, foi a partir do ano de 2005 que a lavoura canavieira se tornou expressiva na região, juntamente com a implantação de novas unidades agroprocessadoras, vinculadas a grandes grupos empresariais de capital nacional e internacional. Frente essa conjuntura de expansão do agronegócio na região em destaque buscamos nesse trabalho ponderar sobre o aumento da terceirização do trabalho, enfocando, sobretudo, as condições degradantes de trabalho enfrentadas por esses trabalhadores que atuam no setor de transporte (motoristas de ônibus que transportam trabalhadores e motoristas de caminhões que atuam no transporte da cana-de-açúcar). A fim de alcançar nossos objetivos, buscamos articular referencial teórico com entrevistas junto aos sujeitos envolvidos na dinâmica do agronegócio canavieiro, (representantes das unidades canavieiras e trabalhadores terceirizados – regionais e migrantes). Diante disso, constatamos que o processo de terceirização do trabalho no âmbito do capital canavieiro está cada vez mais intenso, e com condições de trabalho extremamente precárias, em que os trabalhadores são subjugados a extensas e intensas jornadas diárias fundamentadas em metas de produção. Trata-se na verdade de circunstâncias que não só precariza e degrada, mas também expõem a um risco constante a vida desses trabalhadores.

Introdução

A categoria flexibilidade do trabalho adquiriu múltiplas determinações, no âmbito do modo de produção capitalista, a partir da Terceira Revolução Tecnológica, sob a ofensiva neoliberal. Nessa conjuntura, ela se intensificou e expandiu-se a tal ponto de não se restringir somente a “[...] maior versatilidade do trabalhador”, mas de tornar-se, no sentido geral, “um atributo da própria organização social do processo de produção [...]” (ALVES, 2005, p 23-24).

Dessa forma, a flexibilização do trabalho, nada mais é que uma estratégia adicional do capital para se reproduzir, quando o trabalhador afastado de seus meios de produção tem seus direitos subtraídos. Nesse sentido, Alves (2005) salienta que

[...] é a flexibilidade da força de trabalho que expressa à necessidade imperiosa de o capital subsumir [...] submeter ou subordinar o trabalho assalariado à lógica da valorização, pela perpétua sublevação da produção e (reprodução) de mercadorias (até, e principalmente, da força de trabalho). (ALVES, 2005, p 25).

Para Vasapollo (2005, p. 27), “[...] a flexibilização é considerada uma das alternativas para combater o desemprego”. A título de exemplo, citem-se os contratos de trabalho temporários ou por tempo parcial. A despeito de se sustentar que a flexibilização é mais um elemento para reduzir o índice de desemprego, na verdade, esta tem-se revelado um instrumento de precarização do trabalho nas mãos do capital, além de se tornar uma imposição à força de trabalho para que sejam aceitos salários reais mais baixos e em piores condições (VASAPOLLO, 2005).

Nesse contexto, o desemprego estrutural que atinge o mundo do trabalho, em função da lógica destrutiva do metabolismo societal do capital, amplia o número de desempregados e intensifica a lógica do subemprego, além de fazer deste um dos maiores problemas enfrentados por trabalhadores em todo o mundo, que vivenciam diariamente o mercado de trabalho. Ou seja, o desemprego não procede de uma crise econômica simples ou passageira, passível de soluções pontuais, mas consiste em uma característica própria do sistema capitalista (ANTUNES, 2001).

Alves (2007) afirma que a problemática do desemprego é estabelecida por um contingente de trabalhadores excluídos, mas necessários à ordem burguesa. Para o autor, “[...] o crescimento do desemprego em massa e a ampliação de novas formas de precariedade salarial e da precarização do trabalho no capitalismo global não possui apenas uma função sistêmica para a acumulação do capital”. (ALVES, 2007, p. 105).

Sobre a realidade brasileira, Pochmann (2007) observa que a crise do desemprego não se restringe apenas ao problema de escassez de postos de trabalho, estando igualmente relacionada à falta de renda, que induz as classes mais desfavorecidas ao subemprego. Quer dizer, a lógica do desemprego estrutural é utilizada pelo capital para subjugar trabalhadores a formas irregulares de trabalho (subemprego).

Conforme Alves (2007), o exército de trabalhadores envolvidos em ocupações irregulares nada mais é que o exército de reserva de trabalhadores, que, para o capital, significa um reservatório inesgotável de força de trabalho disponível.

Dessa forma, quando transportamos as observações dos autores para a realidade do Pontal do Paranapanema, apreendemos que as promessas de geração de emprego, renda e o

fim do desemprego na região, intrínseco ao discurso do agronegócio canavieiro, configuram-se somente como estratégias adotadas pelo setor para a propagação de novas agroindústrias canavieiras, bem como para a reformulação das unidades já existentes. Amparado no fetiche do emprego e nas fragilidades empregatícias da região, o agronegócio canavieiro avança sobre o território do Pontal do Paranapanema, viabiliza seus negócios e ainda se beneficia do exército de trabalhadores do mercado informal de trabalho. Sendo assim, buscaremos, neste texto, abordar os rebatimentos que a expansão do agronegócio canavieiro tem acarretado para os trabalhadores da região do Pontal do Paranapanema, que se inserem no processo produtivo, a partir da terceirização do trabalho.

A territorialização do agronegócio canavieiro na região do Pontal do Paranapanema e o discurso do emprego

Nos últimos anos, a região do Pontal do Paranapanema, localizada no extremo Oeste do Estado de São Paulo tem vivenciado intenso processo de expansão do agronegócio canavieiro, protagonizado especialmente, por grandes grupos empresariais, que ambicionam disponibilidade de terras agricultáveis para a expansão da cana-de-açúcar, condições edafoclimática, acesso à água, e topografia favorável à mecanização. (THOMAZ JR., 2009). É relevante acrescentar que essa territorialização comparece consubstanciada numa série de estratégias, entre as quais se destaca o *fetiche* do emprego e discurso do desenvolvimento local/regional.

O discurso que a expansão da monocultura da cana-de-açúcar e das unidades agroprocessadoras produzirão novos postos de trabalho/emprego direto e indireto para trabalhadores e trabalhadoras tem assegurado a territorialização do capital em grande parte dos estados do país, assim como também tem garantido sua expansão para os municípios da região do Pontal do Paranapanema.

Todavia, quando voltamos nossas atenções para as promessas de novos postos de emprego/trabalho, renda e desenvolvimento regional/local, diariamente anunciado e negociado pelo capital canavieiro, nos deparamos com os desdobramentos que a expansão do monocultivo da cana-de-açúcar tem ocasionado para a região, e as contradições do discurso do emprego.

Dentre estes desdobramentos destacam-se especialmente o desemprego propagado pela ativação do processo de mecanização da colheita da cana, nos canaviais da região, a

intensificação do processo de terceirização no trabalho e a degradação do trabalho, descumprimento das Leis Trabalhistas e Normas Regulamentadoras e total desrespeito com o trabalhador.

Ou seja, na atual conjuntura o ambiente de trabalho promovido pelo agronegócio canavieiro regional comparece mesclado entre as *novas* e *velhas* formas de reprodução do capital. A flexibilização, a terceirização e a inserção da máquina, no processo de produção, produzem uma *nova* roupagem ao trabalho, da mesma forma que o descumprimento das Leis Trabalhistas e Normas Regulamentadoras evidencia sua essência, a lógica da reprodução do capital, a base da exploração e degradação do trabalho.

A superexploração a que são submetidos diariamente esses trabalhadores torna esses homens e mulheres, que vendem sua força de trabalho nos canaviais, vulneráveis – ao mesmo tempo em que são extremamente fortes, por enfrentarem diariamente jornadas exaustivas de trabalho. Contudo, a cada dia, esses trabalhadores e trabalhadoras têm suas vidas ceifadas pelo trabalho degradante.

Entretanto, quando estreitamos nossos olhares para o ambiente de trabalho do setor canavieiro, percebemos que sua precariedade e as jornadas exaustivas não atingem apenas os trabalhadores envolvidos na colheita manual da cana-de-açúcar, mas também abarcam o setor industrial e principalmente o setor de transporte, a partir da terceirização do trabalho.

Essas observações nos levam a refletir sobre o ambiente de trabalho proporcionado pelo agronegócio canavieiro regional, em que os trabalhadores vivenciam diariamente a superexploração. Embora tenhamos as informações a respeito dos inúmeros trabalhadores que se acidentaram e tiveram suas vidas ceifadas pelas jornadas exaustivas de trabalho, não há registros oficiais. As unidades canavieiras ocultam, camuflam essas informações – apagam os vestígios dos acidentes e, por fim, apontam os trabalhadores como negligentes, a fim de esconder as falhas e evitar o pagamento de indenizações às vítimas ou suas famílias. Assim, a maioria desses acidentes, quando eventualmente saem na mídia, comparecem como acidentes de trânsito, falha/distração/irresponsabilidade do trabalhador.

Paralelamente a essas dificuldades vivenciadas pelos trabalhadores inseridos na colheita manual da cana-de-açúcar, é oportuno pensar naqueles que são subjulgados ao processo de terceirização do trabalho no agronegócio canavieiro, sobretudo, os vinculados ao setor de transporte dessas unidades canavieiras, seja transportando trabalhadores através das empresas de ônibus terceirizadas, seja através do transporte da cana-de-açúcar.

Para Alves (2007), os novos empreendimentos capitalistas provocam a produção flexível em seus múltiplos aspectos, não apenas pela contratação salarial, perfil profissional ou inserção de máquinas informacional, mas também pela produção difusa, voltada para a terceirização e as redes de subcontratação.

A terceirização do trabalho nas lavouras canavieiras do Pontal do Paranapanema

Uma das principais características do novo complexo e sua reestruturação produtiva é sua capacidade de enfraquecer a sociabilidade do trabalho, quer através da captura da subjetividade do trabalhador, do desemprego estrutural, quer pela intensificação da exploração, com o aumento da jornada e, principalmente, pelas relações de trabalho, processo intrínseco à nova lógica da flexibilidade do trabalho. Desse modo, o novo processo de reestruturação produtiva não produz impacto exclusivamente sobre a quantidade de empregos, mas, sobretudo, sobre a qualidade dos postos de trabalho criados. Nesse contexto, surge uma série de trabalho precarizado, que inclui o trabalho autônomo, temporário, terceirizado, entre outros (ALVES, 2000).

Nesse sentido, conforme Antunes (2007), a reestruturação produtiva do capital, sob a vigência do neoliberalismo, acabou acarretando enormes implicações no interior da classe trabalhadora, entre as quais a ausência de regulamentação da força de trabalho, vasta flexibilização do mercado de trabalho e a consequente precarização dos trabalhadores, particularmente no que concerne aos seus direitos sociais¹.

A propósito, Druck e Thébaud-Mony (2006) assinalam que o processo de terceirização ou subcontratação comparece como um novo fenômeno, no mundo do trabalho, que tem ocupado lugar central nas chamadas novas formas de gestão e organização do trabalho, inspiradas no modelo japonês e implementadas no bojo da reestruturação produtiva.

No que se refere à inserção desse processo no Brasil, Druck e Thébaud-Mony (2006) enfatizam que, embora a processo de terceirização esteja aqui presente desde os primórdios da industrialização, sua gênese está no trabalho rural, através do sistema do “gato”, que se apoia no trabalho sazonal e que permanece na agricultura até os dias atuais. Todavia,

¹ Mais detalhes, ver ANTUNES, 2007.

tomou impulso a partir da era neoliberal, como artifício do capital voltado à desestruturação e desorganização da classe trabalhadora.

Para Alves (2000) a “[...] terceirização possui importante e estratégica dimensão política, na medida em que tende a fragmentar o coletivo operário, debilitando a organização da classe e, por conseguinte, seu poder de resistência às usurpações do capital”. (ALVES, 2000, p. 266).

Quando a discussão se dá sobre os efeitos da terceirização para os trabalhadores envolvidos nesse processo, Alves (2000) nos chama atenção para a degradação das condições de trabalho, as quais tendem a diminuir os benefícios sociais e os salários, que são relativamente mais baixos, ao lado da ausência de equipamentos de proteção e de segurança, insalubridade, trabalhos menos qualificados, trabalhos sem registro, perda da razão sindical e jornadas extensivas.

Com efeito, a terceirização passa a ser vista como a principal forma ou dimensão da flexibilização do trabalho, possibilitando ao capital a dominação e a precarização da força de trabalho. Assim sendo, além de instaurar um novo controle capitalista da produção e pulverizar o coletivo de trabalho, prejudicando a ação sindical, a mesma também surge como estratégia capitalista de redução dos custos de produção, frente à exploração e precarização da classe trabalhadora (ALVES, 2000). Dessa maneira, o autor completa, a inserção do processo de terceirização no âmbito industrial proporciona a descentralização geográfica das indústrias, conduzindo à degradação do mundo do trabalho e à consequente fragilização da atuação sindical².

No âmbito do agronegócio canavieiro não é diferente: objetivando a redução de custos no processo produtivo, o setor tem investido cada vez mais na terceirização do trabalho, sobretudo no setor de colheita e transporte. Nessa perspectiva, terceirizar comparece como mais uma estratégia usada pelo capital para geração de lucro e para desmobilizar os trabalhadores envolvidos no processo produtivo.

Representantes de empresas do setor canavieiro regional afirmaram que o processo de terceirização no setor canavieiro é uma realidade em todo o território nacional, assim sendo, é natural que ocorra na região do Pontal do Paranapanema, *“não é interessante para as grandes empresas ocupar recursos comprando implementos (colhedoras e transbordos)*

² Cf. ALVES, 2000, p. 202.

ou frotas de veículos se existe a possibilidade de terceirizar o serviço, além disso, a prestadora de serviços passa a ser responsável pelas questões trabalhistas”³.

Ainda acrescentou que as empresas canavieiras têm muitos prejuízos com desgastes de automóveis, por isso, tem-se tornado mais lucrativo terceirizar. Nesse sentido, Scheidl, Simon (2012) ressalta, que na verdade a terceirização propicia ao capital, mais facilidades, a partir da flexibilidade, questões trabalhistas, redução de custos, questões gerenciais e políticas, serviços especializados e constante atualização tecnológica.

De acordo com os autores, embora esse processo tenha sido inserido em várias etapas do processo agrícola de uma usina produtora de açúcar e álcool, a terceirização das etapas do corte mecanizado, carregamento e transporte (CCT) é a mais presente, apesar dos desafios. Argumenta-se que a intensificação do ritmo de produção agroindustrial tem sido suportada por vários fatores e, no caso específico do CCT da cana-de-açúcar, a mecanização do processo desempenha papel importantíssimo, a qual tende a elevar cada vez mais o patamar de investimentos das usinas (SCHEIDL; SIMON, 2012).

Na verdade, a terceirização tem possibilitado às empresas contratantes livrarem-se de suas incumbências sociais e legais, sem repassar as conquistas dos acordos coletivos aos trabalhadores das empresas contratadas. *“Ela surge como estratégia de redução dos custos de produção que atinge de modo irruptivo, o mundo do trabalho”*. Para Alves (2006, p. 269), a empresa terceira gera trabalho precário, com jornadas de trabalho extensas e ritmo de trabalho exaustivo.

Nesse contexto, quando nos voltamos para a terceirização do trabalho nas agroindústrias canavieiras da região do Pontal do Paranapanema, apreende-se que, mesmo o negócio da terceirização o CCT (corte, carregamento e transporte) esteja começando – afinal, apenas as agroindústrias do grupo ETH tem terceirizado todo o processo, enquanto que as demais têm terceirizado apenas o setor de transporte (cana-de-açúcar e trabalhadores), transportar a cana-de-açúcar do campo para a agroindústria na região do Pontal do Paranapanema tornou-se um grande negócio.

Os avanços da monocultura na região, seguidos pela construção de novas unidades canavieiras, mais a lógica da economia mundial voltada para a flexibilização da produção e do trabalho, instigaram esse processo. Diante disso, comerciantes, grandes e médios

³ Entrevista realizada no dia 22 de março de 2011, junto a representante do Grupo ETH.

latifundiários da região passaram a investir no setor, comprando um ou dois caminhões bitrens ou treminhões para transportar cana do campo para a indústria.

Os representantes do setor defendem o processo de mudança, e afirmam que contratar os prestadores de serviços “o terceiro”, que transporta a cana-de-açúcar tem sido um bom negócio para ambos os lados, setor canavieiro e para o prestador de serviço, que quando bem gerenciado e organizado, pode trazer muitos lucros. [...] *com dois treminhões e quatro funcionários, atuando em turno de 12 horas, um ‘terceiro’ tem lucrado em média 11.400,00 bruto por dia. Numa viagem, cada treminhão transporta aproximadamente 70 toneladas – que vale em média 950,00 – [950,00 X 4 = 3800,00] – cada trabalhador em seu turno faz 3.800,00. “Portanto, um prestador de serviço com dois treminhões e quatro funcionários, os quais trabalham em dois turnos de 12 horas (dia e noite), com metas de 3 viagens, tem lucro bruto diário de 11.400,00”* (informação verbal) ⁴.

Quer dizer, da mesma maneira que, para as unidades canavieiras, tem sido vantajoso terceirizar, porque têm eliminado gastos com a frota de caminhões/ônibus e encargos trabalhistas, também tem sido lucrativo para os prestadores de serviços, seja para aqueles que atuam no transporte de trabalhadores (indústria e agrícola), seja para os que atuam no transporte da cana-de-açúcar, que tem sua lucratividade a partir da exploração de trabalhadores.

Contudo, por trás dessa lucratividade dos prestadores de serviços, existem as contradições, com trabalhadores intensamente explorados, e extensas jornadas de trabalho, já que a lógica desses prestadores de serviços ou “microempresários” é inicialmente financiar os caminhões canavieiros/bitrens e treminhões, e pagá-los a partir da obtenção dos lucros, adquiridos por meio da exploração da mão de obra contratada.

Nesse contexto, quando estreitamos nossos olhares para rotina e as condições de trabalho vivenciadas por esses trabalhadores, é possível apreender a intensidades dos desgastes que as jornadas extensivas e degradantes ocasionam tanto na vida, quanto na saúde desses trabalhadores. Em seus relatos sobre as jornadas de trabalho, os trabalhadores revelam a intensidade dessa exploração.

⁴ Entrevista realizada no dia 29 de novembro de 2011.

Enquanto esperava carregar o treminhão o trabalhador S. P. S., de 36 anos, da cidade de Taciba/SP, que faz turno de 12 horas relatou brevemente sua jornada de trabalho. Destacou que sai de casa por volta de 5h: 00min da manhã carregando uma marmita com almoço, uma garrafa de café e uma garra d'água para assumir o turno por volta das 6h: 30min da manhã. Roda direto até às 18h: 30min, parando apenas enquanto aguarda o carregamento do caminhão nos canaviais entre uma viagem e outra, cerca de 10 a 15 minutos, momentos que aproveita para tomar água, almoçar ou tomar um café. Acrescentou que embora tenha direito à uma hora de almoço, não para almoçar, pois trabalha com a meta de no mínimo 3 viagens por turno, se parar para almoçar não consegue concluí-las. Após essa rotina diária o trabalhador retorna a sua casa por volta de 20h: 00, ou seja, 15 horas depois. Por fim, falou que o treminhão, é de propriedade da Casa Santos (loja de autopeças) da cidade de Paraguaçu Paulista. O proprietário investiu em dois treminhões e presta serviço às agroindústrias do Grupo Cocal, nos municípios de Paraguaçu Paulista/SP e Narandiba/SP.

Durante seu relato, o trabalhador ressaltou a intensidade do trabalho e especialmente a lucratividade dos prestadores de serviços e declarou que espera um dia também possuir um caminhão e trabalhar por conta própria. Ainda acrescentou que embora os empregadores determinem metas diárias, são as distâncias entre os canaviais e as agroindústrias que fixam o número de viagens, de maneira que, quando os canaviais estão muito longe das unidades processadoras, fica praticamente impossível atingir as metas, mesmo suprimindo o horário de almoço.

Quer dizer, esse trabalhador, além de atuar em turno de 12 horas, perde 3 horas viajando de casa para o trabalho, do trabalho para casa, pois leva em média 1 hora e meia de sua casa até o local onde troca de turno, mais 1 hora e meia de volta. Portanto, sua jornada de trabalho é de 15 horas diárias, sem horário de almoço e coagido pela necessidade do cumprimento das metas, arriscando sua vida e a vida de outros transeuntes pelas rodovias da região.

Na sequência apresentamos outro relato, de trabalhador terceirizado que atua no transporte de trabalhadores na região.

O senhor V. A., de 35 anos, trabalhador da empresa de ônibus Raça de Pirapozinho/SP, que presta serviços para as unidades canavieiras (Cocal II/Narandiba e Paranapanema II/Sandovalina), transportando trabalhadores, relatou brevemente sua jornada. Segundo este para transportar trabalhadores para a manutenção dos canaviais (carpa química, por exemplo), sai de sua casa (cidade de Narandiba/SP) às 3h20 da manhã e retorna por volta das 19h30 da noite. Em seu percurso, cruza cinco cidades onde recolhe os trabalhadores (Narandiba – Pirapozinho – Tarabai – Sandovalina - Estrela do Norte – campo), um trajeto de aproximadamente 130 km (dependendo da localização dos canaviais pode variar para mais ou para menos). Chega ao local de trabalho entre 7h e 7h20, e permanece no campo à disposição da empresa, para retornar às 15h20, quando acaba o turno. Assim, refaz o percurso de volta, chegando a sua casa por volta das 19h30. Ainda acrescentou que apesar de a jornada ser de 12 horas por 36 horas, nenhum motorista descansa mais de 24 horas, porque fazem rodízio das rotas de viagem – transporte dos trabalhadores da manutenção dos canaviais; dos trabalhadores da colheita mecanizada ou da indústria, com horários e turnos diferentes.

São inúmeros os relatos/depoimentos de trabalhadores que evidenciam os abusos dos empregadores com relação ao trabalhador, seja por meio da intensificação do trabalho, seja por jornadas extenuantes que põem em risco a vida desses trabalhadores e de outros transeuntes que circulam pelas rodovias da região.

Esses relatos revelam apenas parte das dificuldades que tais trabalhadores vivenciam diariamente, em suas jornadas de trabalho, a exploração por parte de seus empregadores – prestadores de serviços, mas também pelos contratantes – os usineiros, independentemente se atuam no transporte da cana-de-açúcar ou no transporte de trabalhadores. Na verdade, a precariedade, a intensidade, as cobranças se repetem.

Desde a contratação, tais trabalhadores são submetidos às mais absurdas jornadas de trabalho, em turnos de 12 horas e até de 24 horas. Nesses casos, os que atuam sob a jornada de 12 horas ficam fora de casa até 15 horas diárias, enquanto aqueles que cumprem os turnos de 24 horas retornam apenas depois de 27 horas, ou seja, os turnos extrapolam os absurdos da precarização/exploração.

Nesse universo de degradação e precarização do trabalho, é possível observar que essas jornadas extenuantes têm ceifado a vida de trabalhadores pelas rodovias da região, assim como a vida de outros transeuntes que circulam pelas vias, em acidentes de trânsito.

De acordo com o depoimento de trabalhadores, embora não sejam quotidianos, os acidentes acontecem, provocados especialmente pelo sono, cansaço e, muitas vezes, alta velocidade, afinal, trabalha-se por metas, circunstâncias que a sociedade e a opinião pública em geral caracterizam como irresponsabilidade do trabalhador. Foi constatado que, entre os anos de 2011 e 2012, cinco trabalhadores perderam suas vidas em acidentes automobilísticos nas estradas da região, sendo moradores nos municípios de Santo Anastácio/SP, Narandiba/SP e Marabá Paulista/SP. Nesses casos, os acidentes envolvendo caminhões canavieiros, quando expostos pela mídia local, sempre são exibidos como “imprudências” dos motoristas, no trânsito, e jamais retratam as jornadas extensivas, a exploração e a degradação do trabalho⁵.

Na perspectiva de Druck e Franco (2006), a terceirização/precarização se processa em múltiplas dimensões, entre as quais: a desestabilização do emprego, a precarização das condições de trabalho, trabalhos penosos, intensidade, jornadas exaustivas, pressão por tempo de trabalho, por metas, exposição dos trabalhadores a riscos de acidentes, adoecimento, pulverização do coletivo de trabalhadores etc.

Nessa conjuntura, o representante do sindicato dos condutores de Presidente Prudente enfatizou que a terceirização dos motoristas, no setor canavieiro, tem sido um grande problema. As formas e a realidade como esses trabalhadores têm sido inclusos no agronegócio canavieiro (via terceirização) dificultam a fiscalização. O fato de a maioria ser contratada e registrada por pessoa física, e não por uma empresa organizada com CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica), atrapalha o controle e a fiscalização, tanto por parte dos sindicatos, como pelo Ministério Público do Trabalho.

Em acréscimo, esses acordos estabelecidos entre prestadoras de serviços e unidades canavieiras são realizados sem a presença dos Sindicatos dos Condutores. Na verdade, os prestadores de serviços, excluem os sindicatos, devido às irregularidades que permeiam as

⁵ Esses depoimentos foram colhidos durante o desenvolvimento da pesquisa de campo, nos municípios da região, com trabalhadores envolvidos no setor e sindicatos da região. No caso do acidente com o trabalhador do Estado de Minas Gerais, em Sandovalina, após o acidente este ainda ficou hospitalizado, mas não resistiu aos ferimentos. Mesmo que tenhamos buscado maiores informações, observamos certa restrição em se falar sobre o caso, sendo que somente o representante do setor da saúde relatou brevemente o ocorrido.

cláusulas desses contratos: jornadas dobradas, estabelecimento de metas, salários mascarados por horas extras, contratos temporários/safristas, entre outras.

A falta de representação sindical, aliado ao medo do desemprego, desmobiliza os trabalhadores, enfraquece-os enquanto categoria, deixando-os mais vulneráveis e desestruturados, frente o poder de pressão sobre os empregadores (MARCELINO, 2008).

São inúmeras as consequências que a terceirização traz aos trabalhadores, desde o plano político sindical, a fragmentação da representatividade sindical em face da precarização do trabalho e dos direitos trabalhistas, questões que os tornam mais fragilizados.

A respeito das rotinas vivenciadas pelos trabalhadores envolvidos no setor de transporte das agroindústrias da região, apreende-se que, embora existam as normativas/legislação que prescrevem como estas devem ser organizadas e regularizadas, as jornadas de trabalho são determinadas e organizadas a partir de acordos entre prestadores de serviços e contratantes.

Portanto, quando o trabalhador é contratado, as jornadas de trabalho (turnos dobrados) já estão pré-determinadas, indo contra a legislação (6 horas/dia). Caso haja recusa, o trabalhador perde a oportunidade do emprego. Por isso, a necessidade do emprego agregada ao medo do desemprego sujeitam esses trabalhadores a qualquer forma de contratação e a qualquer jornada de trabalho, degradante e muitas vezes criminosa. Os resultados são trabalhadores/motoristas atuando por 12 horas e até 24 horas seguidas, transportando toneladas de cana pelas rodovias da região, sem almoço, sem descanso e sem dormir, numa verdadeira ameaça à integridade física de quem circula pelas rodovias da região.

No que tange a esse aspecto, Alves (2007) ressalta que a insegurança de emprego, de seguridade, de previdência social e de representação político sindical tem sido motivada pelo medo do desemprego:

É o medo dos “novos bárbaros” que alimenta as novas formas de consentimentos espúrios. É ela que produz a subjetividade-fetice do sócio-metabolismo do capitalismo flexível [...] o medo é o maior “combustível” da indústria dos novos consentimentos espúrios da vida social. Ela constitui a precariedade da subjetividade insubmissa. (ALVES, 2007, p. 127).

É esse medo do desemprego que leva os trabalhadores/motoristas terceirizados a conter-se frente às mais precárias formas de contratações. Os contratos temporários

pautados na ameaça constante do desemprego constituem fator determinante para induzir esses trabalhadores a se sujeitarem às mais diversas condições de trabalho, como as jornadas abusivas, e ainda migrar para outras regiões/Estado no final da safra, para prestar serviços a agroindústrias que ainda estejam processando a cana-de-açúcar.

Essa é a lógica dos prestadores de serviços no setor de transporte atuantes na região, independentemente da magnitude da empresa (se tem 10 ou apenas 1 treminhão), ao encerrar a safra da região, geralmente buscam outras empresas para concluir o ano. Ou seja, esses trabalhadores migram para outras regiões/Estados para transportar cana-de-açúcar para outras empresas, porém, sob a condição de migrante. Nesse contexto, os trabalhadores assinalam que pior do que trabalhar por 24 horas seguidas, é a imposição da viagem para trabalhar em outras regiões, viver/dormir em alojamentos precários nos últimos meses do ano.

Segundo relato de M. A. L., de 38 anos, do município de Teodoro Sampaio, o trabalhador não tem escolha, porque, se não migrar, na próxima safra o empregador não contrata, de maneira que, para assegurar o emprego, a grande maioria aceita trabalhar em outras regiões, na maior parte das vezes em agroindústrias no MS.

Esse é o cenário vivenciado pela mão de obra terceirizada contratada pelas agroindústrias canavieiras da região. Embora os sindicatos dos condutores e Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR's da região tenham denunciado as condições precárias desses trabalhadores contratados pelos prestadores de serviços (terceiros), seja para colheita mecanizada, seja para reboque ou transporte da cana-de-açúcar, e o Ministério Público do Trabalho tenha autuado as empresas que contratam trabalhadores ou serviços de terceiros de maneira irregular, as condições de trabalho ainda são degradantes, sobretudo porque as jornadas de trabalho extensivas, as quais põem em risco a vida dos trabalhadores, não foram eliminadas. Os trabalhadores permanecem prestando serviço entre canaviais e rodovias da região, transportando toneladas de cana-de-açúcar por mais de doze ou vinte quatro horas seguidas, sem descanso, sem almoço e ainda pressionados pela necessidade da produção e a constante ameaça do desemprego.

Considerações Finais

Esse discurso de que a implantação de novas unidades canavieiras na região vem para resolver a problemática do emprego, na região, aufere respaldo frente à necessidade

que o homem tem do trabalho. Ideologicamente, o trabalho é posto como fator que proporciona ao *ser trabalhador* sua subsistência, que lhe condiciona a vida e que o inclui na sociedade. Portanto, é essa importância e necessidade conferidas pelo homem ao trabalho que permitem ao capital não só expandir-se, determinando suas relações de poder, mas também apropriar-se da força de trabalho humana e, em consequência, dominar os meios de produção, subjugando tudo e todos.

No entanto, a pesquisa, realizada junto aos trabalhadores inseridos no processo de produção do agronegócio canavieiro via terceirização do trabalho, ajudou a perceber que trabalhar nas usinas canavieiras não é a melhor opção, uma vez que a maior parte dos empregos produzidos são temporários, embora nada conste no registro efetuado nas carteiras de trabalho. Quer dizer, trata-se de um modelo de emprego incerto, em que os trabalhadores doam a vida, para afiançar a vaga na entressafra e, quem sabe, na próxima safra.

E quando estreitamos nossos olhares para a rotina de trabalho vivenciada pelos trabalhadores, percebemos as contradições desse discurso. Não questionamos, aqui, a quantidade de empregos, porque sabe-se que muitos trabalhadores foram inseridos na cadeia produtiva da cana-de-açúcar, por meio da subcontratação, da informalidade, sendo contratados para experiência e dispensados com o fim do contrato, fato que explica a alta rotatividade no setor, lembrada entre os próprios trabalhadores, além do alto índice de terceirização da mão de obra.

Apesar de o MPT trabalhar em busca de solução para essa problemática, na região, exija das unidades canavieiras contratações diretas e dentro das normativas do trabalho, sabe-se que a terceirização, especialmente na colheita e transporte, permanece ativa e tem proporcionado condições de trabalho degradantes, cujas jornadas se tornam cada vez mais exaustivas, em face da necessidade da produção e das metas.

O cenário posto é desanimador – o desalento nas feições dos trabalhadores pela falta de perspectiva em receber direitos trabalhistas, a partir de decisões judiciais que normalmente se arrastam por anos a fio, trabalhadores atuando sob condições degradantes, com jornadas de trabalho extensivas e intensivas, em virtude da necessidade do cumprimento das metas de produção e, mesmo assim, constantemente ameaçados pelo fantasma do desemprego.

A superexploração a que são submetidos diariamente os trabalhadores envolvidos no processo de produção da cadeia produtiva da cana-de-açúcar faz esses homens e mulheres que vendem sua força de trabalho nos canaviais, vulneráveis – ao mesmo tempo em que carecem ser extremamente fortes, para enfrentarem as jornadas exaustivas de trabalho que gradativamente aniquilam suas forças e sua saúde, até destruir por completo sua vida.

Essas observações nos levam a refletir sobre os empregos propagandeados pelo agronegócio canavieiro regional, em que os trabalhadores têm como rotina de trabalho a superexploração de suas forças. Assim, questionamos: esse é o trabalho/emprego desejado pelos trabalhadores e trabalhadoras do Pontal do Paranapanema?

Referências bibliográficas

ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2005. [2000].

ALVES, G. **Dimensões da Reestruturação Produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2ª edição. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2007.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, R.; SILVA, M. A. M. [Org.] **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004. 416 p.

ANTUNES, R. (org). **A dialética do trabalho**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007, 195 p.

DAL ROSSO, Sadi. **Mais trabalho!** A intensidade do labor na Sociedade contemporânea. São Paulo. Editora Boitempo, 2008.

DRUCK, G; FRANCO. T (Org). **A perda da razão social do trabalho**: terceirização e precarização. São Paulo: Editora Boitempo. 2006.

DRUCK, G; FRANCO. T.; THÉBAUD-MONY; DRUCK. G. **Terceirização: a erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil**. In: DRUCK, G; FRANCO. T (Org). **A perda da razão social do trabalho**: terceirização e precarização. São Paulo: Editora Boitempo. 2007.

LEITE, J. F. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec/Fundação Unesp, 1998. [1981].

LUKÁCS. G. **O trabalho**. Tradução de Ivo Tonet: UFA, s.d.75p. Título Original: Il Lavoro. In: Per una ontologia dell'Essere Sociale. 1984.

MARCELINO, P. R. P. **Terceirização e ação sindical:** A singularidade da reestruturação do capital no Brasil. Campinas-SP. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/ Universidade Estadual de Campinas. Programa de Doutorado em Ciências Sociais. (Tese de Doutorado em Ciências Sociais), 2008.

POCHMANN, M. **O emprego na globalização.** São Paulo: Boitempo editorial. 2001. [2007].

SCHEIDL, H. A.; SIMON, A. T. Avaliação do processo de terceirização do corte mecanizado, carregamento e transporte de cana-de-açúcar. **Revista de Ciência & Tecnologia.** Vol. 17, n. 33, p. 103-118, jan./jun. 2012. Disponível em < <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/cienciatecnologia/issue/>. Acesso em 12 de agosto de 2012.

SILVA, M. A. M. Trabalho e trabalhadores na região do “mar de cana e rios de álcool”. **Agrária**, São Paulo, nº 2, pp. 2-39, (2005 a).

SOUZA, S. M. R. de. **A Emergência do Discurso do Agronegócio e a Expansão da Atividade Canavieira:** Estratégias Discursivas para Ação do Capital no Campo. Presidente Prudente. Faculdade de Ciências Tecnologia/Universidade Estadual Paulista. (Tese de Doutorado em Geografia), 2011.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI:** (Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos). 503p. Tese (livre-docência). Presidente Prudente - Faculdade de Ciências e Tecnologia / Universidade Estadual Paulista, 2009.

VASAPOLLO, L. **O trabalho atípico e a precariedade.** Tradução [de] Maria de Jesus Brito Leite. São Paulo. Editora Expressão Popular. 2005.

A GEOGRAFIA DO GÊNERO NA MECANIZAÇÃO DA LAVOURA CANAVIEIRA PAULISTA

Danton Leonel de Camargo Bini – Instituto de Economia Agrícola (IEA)
Email: danton@iea.sp.gov.br
GT2 - Trabalho Rural

Resumo: São Paulo é a província brasileira com a maior produção sucroalcooleira. As relações dos usineiros paulistas com os cortadores de cana são marcadas historicamente por conflitos. O corte manual da cana-de-açúcar é considerado bastante penoso mesmo quando antecedido pela queima da sua palha. Visando padronização internacional para tornar o etanol uma *commoditie*, os empresários vêm aumentando a introdução de colhedoras mecânicas de cana sem queimar, com conseqüente elevação de dispensa dos canavieiros. Nesse processo, dados quantitativos oficiais e qualitativos oriundos de trabalhos de campo demonstraram uma diminuição mais acentuada do desemprego feminino entre 2007 e 2009 nessa nova divisão técnica do trabalho da atividade da cana-de-açúcar no estado de São Paulo. Entre 2009 e 2011, com a alocação de mulheres no manuseio de máquinas, retoma-se o antigo equilíbrio de mão-de-obra masculina e feminina no setor.

Palavras-chave: mecanização; colheita; cana-de-açúcar; mulher; São Paulo (SP).

Abstract: Sao Paulo is the Brazilian province with the highest production of ethanol. The relations of the São Paulo mill owners with the cane cutters are marked historically by conflict. The manual harvesting of sugar cane is considered quite difficult, even when preceded by burning their straw. With the aim of international standards to make ethanol a commodity, employers have increased the introduction of sugar cane harvesters that dispense both straws burning as manual laborers. In this process, official data quantitative and data qualitative from fieldwork show a sharper drop in female unemployment rate between 2007 and 2009 in this new technical division of labor activity of sugarcane in São Paulo. Between 2009 and 2011, with the allocation of women in the handling of machines, take up the old balance of male and female labor in the sector.

Keywords: mechanization, harvesting, cane sugar, woman, São Paulo (SP).

Introdução

Entre os últimos anos da década de 1990 e os primeiros dos anos 2000, ocasionado pelas ações contestadoras dos grupos ambientalistas referentes às queimadas arcaicamente aplicadas nos canaviais na precedência da execução do corte, o conjunto de trabalhos científicos realizados a contar da década de 1960 sobre mecanização da colheita da cana-de-açúcar é aperfeiçoado (Veiga Filho, 1998). A aplicação destas novas técnicas na safra canavieira (consubstanciada pela introdução das colhedoras mecânicas) tem levado à substituição cada vez maior de trabalhadores por estas modernas máquinas (Bini, 2010).

A Lei Estadual nº. 11.241, de 19 de setembro de 2002 (que foi retocada pelos Decretos Estaduais nº. 42.056 de 06 de agosto de 1997 e nº 47.700, de 11 de março de 2003) e o Protocolo Agro-ambiental acordado pelo governo paulista e o setor sucroalcooleiro em 2007 legalizam uma rotina para a lavoura canavieira gradativamente sem a aplicação do fogo no período da colheita (Fredo, 2009). Restringe-se o corte manual via cana crua pelo baixo rendimento obtido tanto em Açúcar Total Recuperável (ATR) com a demora deste procedimento até a moagem *“como pelo trabalhador que, recebendo por tonelada cortada terá uma renda do corte muito pequena, com quase nenhum rendimento por produtividade”* (Bini, 2010, p. 02).

Desta forma, a aplicação destas novas normatizações direciona para o fim do corte manual na quase totalidade das áreas devido a sua inviabilidade econômica (Rodrigues, 2008). Subsiste a prática da colheita manual de cana crua somente em alguns casos devido a fatores técnicos que criam entraves operacionais à colheita mecanizada, tais como a declividade do terreno, a proximidade de áreas de matas ciliares ou nascentes de água. A operação mecanizada ou até mesmo a queima nestas áreas oferecem riscos ambientais (Andrade & Diniz, 2007).

Amarrando Geografia e Gênero: O Trabalho Humano

Compreende-se a geografia como a ciência que estuda o resultado permanente das materializações das ações humanas sobre a superfície terrestre (Santos, 1979). Iniciando a exposição pela definição do objeto da ciência geográfica, têm-se o espaço geográfico como a parte da natureza modificada pelo trabalho humano durante o processo histórico (Santos,

1994). No estágio das relações sociais atingidas atualmente, têm-se praticamente a totalidade da natureza modificada por esse trabalho (Santos, 1994; 1996). Dessa maneira, o espaço geográfico se caracteriza pelo trabalho humano materializado na superfície da Terra e em sua órbita. Temo-lo como a união do trabalho morto, realizado no passado histórico e fixado à superfície terrestre na forma de objetos geográficos (por todos os processos de produção precedentes, incluindo as antigas organizações do atual) com o trabalho vivo, esse último realizado no presente período histórico (pela específica organização do processo de produção vigente) (Santos, 1994). Dessa forma, o espaço geográfico é perceptível no cotidiano como um conjunto de sistemas de objetos¹ e sistemas de ações² (Santos, 1994; 1996).

Na materialização de seu trabalho no espaço geográfico, a humanidade sempre desenvolveu técnicas facilitadoras para a execução de seus objetivos.

“Técnicas agrícolas, industriais, comerciais, culturais, políticas, de difusão da informação, dos transportes, das comunicações, da distribuição, etc; técnicas aparentes ou não em uma paisagem, são uns dos dados explicativos do espaço geográfico” (SANTOS, 1994, p. 61).

Tendo a técnica como instrumento intermediário das relações entre os seres humanos em si e os seres humanos e a natureza, no começo da história se imagina que havia técnicas na mesma proporção que agrupamentos humanos³. Com a passagem do tempo, as relações entre os grupos possibilitaram a expansão de técnicas dominantes e a extinção (ou limitação) de técnicas “menos eficientes”. No presente período, denominado de período técnico-científico, com a expansão das empresas centrais do sistema capitalista a todos continentes do mundo, prenuncia-se com o atual processo de globalização, a unicidade das técnicas, em cada setor das atividades produtivas, em contexto mundial. Dessa maneira, sendo a Geografia a ciência que analisa a objetividade das relações sociais no espaço geográfico, vemos a técnica como o melhor instrumento analítico dessa relação (Santos, 1994; 1996). Os sistemas técnicos transportam uma história, cada uma

¹ Sistemas de objetos são infra-estruturas materializadas na superfície da terra e em sua órbita pelo trabalho humano.

² Sistemas de ações são os fluxos – as ações do presente - que dão vida aos sistemas de objetos.

³ Contudo se constata que agrupamentos que nunca tinham tido contatos entre si desenvolveram técnicas parecidas nos tempos primórdios da história da humanidade (SANTOS & SILVEIRA, 2001).

representando uma época. Em nossa época, o que é representativo do sistema de técnicas atuais é a técnica da informação, por meio da cibernética, da eletrônica. A técnica da informação vai permitir que as diversas técnicas existentes passem a se comunicar entre si. Ela passa a ter um papel determinante sobre o uso do tempo, permitindo em todos os lugares a convergência dos momentos e a simultaneidade das ações (Santos, 2000). Assim, os territórios do mundo passam a se informatizar muito depressa, no uso de um mesmo sistema de técnicas. Os objetos criados pelos seres humanos passam a se informatizar, estando ligados simultaneamente a qualquer outro similar na face da Terra. Esses objetos tendem a ser os mesmos em toda parte, formando sistemas de objetos hegemônicos, surgidos para atender as necessidades das ações hegemônicas.

Considerando assim que a construção do espaço geográfico se faz, desde então e cada vez mais, com conteúdo crescente de ciência, tecnologia e informação, o próprio espaço geográfico pode ser chamado de meio técnico-científico-informacional, que é a consequência espacial do processo de globalização (Santos, 1994; 1996).

Nos dias de hoje, o espaço se redefine como um conjunto indissociável no qual os sistemas de objetos são cada vez mais artificiais e os sistemas de ações são, cada vez mais, tendentes a fins estranhos ao lugar. Os objetos já não trabalham sem o comando da informação; eles passam a ser informação. (Santos, 1994; 1996).

Para Santos (1994), cada lugar, porém, é ponto de encontro de lógicas com escalas diversas, reveladoras de diferentes níveis, e às vezes, contrastantes, na busca da eficácia e do lucro, no uso das tecnologias do capital e do trabalho. Redefinem-se os lugares: como ponto de encontro de interesses longínquos e próximos, mundiais e locais, manifestados segundo uma gama de classificações que está se ampliando e mudando (Santos, 1994; 1996).

Resumindo, estamos num período em que a ciência, no desenvolvimento de novas tecnologias, aperfeiçoa as técnicas existentes, que com os meios-de-transportes e comunicações disseminam as informações necessárias para suas introduções ou não, em qualquer lugar que seja, segundo o interesse político das empresas e dos Estados, em conjunto ou separadamente.

Adepta em seus estudos da generalização masculinizadora que identifica os seres humanos enquanto Homem (André, 1990), a Geografia Humana até o momento realizou poucos esforços para introduzir a divisão sexual do trabalho em sua pauta de estudos

(Alves, 2009). Entendida taxativamente como uma bandeira dos novos tempos pós-modernos (Giddens, 1993), a questão de gênero adentrou na Geografia como uma subárea, ao invés de ser incorporada como uma das ferramentas teóricas e metodológicas para uma compreensão mais profunda da realidade sócio-espacial. Sendo assim, nos estudos geográficos há a predominância de abordagens que, retratando a divisão territorial e técnica do trabalho como instrumento para se compreender as diferenciações no território produzido e usado pelos seres humanos, não absorvem a divisão social e sexual do trabalho como constituintes primordiais da totalidade geográfica.

Nesse ínterim, vêem-se projetos que não conseguem às vezes identificar via dedução os variados encadeamentos que condicionam as posições divergentes de um mesmo evento. Fugindo dessa caracterização e incorporando à análise da divisão técnica e territorial do trabalho as questões sociais e de gênero, ao se definir o objeto de estudo da ciência geográfica como o resultado do trabalho humano no processo histórico, há que se considerarem diretamente do arcabouço teórico da disciplina, enquanto instrumentos intermediários das relações entre os seres humanos em si, as diferenciações de classe social dadas pelo trabalho dos homens e das mulheres⁴.

Modernização e Mudanças na Lavoura Canavieira

Particularmente na década de 1950 foi o impulso da mecanização na lavoura canavieira, inclinação que levou ao aumento de estudos comparativos dos custos do cultivo manual versus o cultivo mecânico (Veiga Filho, 1998).

No preparo do solo, na mesma época, já se tinham todas as operações realizadas com máquinas – aração, gradagem e sulcamento – exceto a adubação que era executada em parte por trator e carreta no transporte do adubo e a distribuição sendo feita por adubadeiras de tração animal. Na aração, na gradagem e no sulcamento utilizava tratores e equipamentos próprios a cada operação.

⁴ Não faltam estudos que apresentam a divisão social do trabalho como força impulsionante da constituição dos sistemas de ações. Elencando o domínio dos meios de produção como o ponto principal para a investigação científica da configuração sócio-espacial, chega-se ao entendimento das diferenças nas condições de uso e gestão do território. Dessa forma, as mudanças que ocorrem no tecido sócio-espacial através da ampliação e aumento da fluidez das mulheres na divisão sexual do trabalho passam pelo discernimento da classe social a que pertence cada uma delas.

O cultivo ou plantio - que passa pelas operações de enleiramento da palha, adubação e capinas - tinha a predominância do trabalho manual, com alguma utilização de adubadeira e cultivadores tracionados por animais. A colheita era totalmente manual.

Na década de 1970, época em que o governo militar implantou o Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-açúcar (PLANALSUCAR-1971), o Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira (1971) e o Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL-1975), ocorreram várias transformações técnicas no processo produtivo da cana-de-açúcar. Na região de Ribeirão Preto, na safra de 1975/1976, a transição da força motriz de animal para trator – no preparo do solo e no plantio – estava quase encerrada.

Os principais instrumentos técnicos que renovaram a estrutura produtiva da lavoura canavieira nos anos 70 foram (Veiga Filho, 1998): pulverizador e distribuidor de calcário; a aplicação de herbicida, que substitui a capina manual; sulcamento e adubação do sulco em uma só operação com adoção do sulcador/adubador; carregamento mecânico da cana, do corte para o caminhão que realiza o transporte lavoura – usina.

Nas décadas de 1980 e 1990, o progresso técnico na lavoura se acirrou ainda mais. Com a introdução de tratores com diferentes potências e mais fortes, adequados para utilização nas diversas operações, nessas décadas se propagou a técnica do terraceamento para maior proteção contra a erosão, anteriormente contida basicamente pelo tracejamento de curvas de nível. A partir daí a atividade de cultivo passou a ser quase totalmente mecanizada, com a difusão das práticas de carpa química e o uso dos equipamentos dessa etapa sendo utilizado também em outras operações.

A informatização cada vez maior de todo o processo produtivo passou a possibilitar uma integração da gestão empresarial nas usinas, com a aquisição de diversos softwares que ajudam na sistematização da produtividade e, consequentemente, na diminuição dos custos de produção. Na área de biotecnologia, vários projetos, como o Projeto Genoma Cana, desenvolveram novas variedades de plantas resistentes às pragas e possuidoras de mais sacarose. Outras inovações também ocorreram em áreas como do transportes e de prestação de serviços.

Mudanças na Entressafra da Lavoura Canavieira

Oficializa-se a entressafra entre os meses de novembro a abril. O mês de maio, período transitório, é o mês preparatório para o início da colheita, que se intensifica no mês de julho. Sendo o período da preparação e plantio da cultura de cana-de-açúcar, na entressafra se precisa, em sua atividade manual, de menos trabalhadores do que o período da safra (colheita). Assim, é nessa época do ano – na entressafra – que se intensifica o “desemprego sazonal” na lavoura canavieira. Muitos trabalhadores rurais e seus familiares sobrevivem do “bico” (trabalho informal), até chegar a nova safra.

Os processos de cultivo da cana-de-açúcar na entressafra são os seguintes: primeiro temos o tratamento do solo, com a erradicação da cana velha; a regularização do PH do solo com a aplicação de calcário. Têm áreas em que se faz uma sequência direta para o plantio, têm outras áreas em que se faz uma cultura intermediária, sendo as principais a do amendoim e a da soja, pois são colhidos a partir de março.

Após os cuidados com o solo começa a fase do plantio. De um caminhão alguns trabalhadores jogam a cana nos sulcos; aí vêm um outro, que está em uma fileira determinada e arruma a cana geometricamente nos sulcos; um terceiro pica a cana que logo após é coberta com terra `a espera das chuvas. Daí, em seguida, quando uma cana nova nasce (20 –30 cm) aplica-se o herbicida para se controlar o mato. Esse herbicida tem um efeito residual de 60 a 70 dias, perdendo após esse tempo o efeito. Contudo, com esse tempo a cana já cresceu suficientemente para abafar as ervas daninhas que não nascem mais.

Visando principalmente à colheita mecanizada, está se processando uma mudança de paradigma no plantio da cana-de-açúcar. Estudos realizados na Universidade Federal de São Carlos recomendam reajustes na organização espacial das lavouras. No que se refere à equidistância dos sulcos de plantio, sugere-se o uso de marcadores hidráulicos nos tratores da sulcação. Para facilitar o alinhamento dos sulcos em operações noturnas, propõe-se também a opção por marcadores de enxada para as rodas dos tratores. Esses marcadores aumentariam o espaçamento dos sulcos de 1.30 m – espaço direcionado para a colheita manual – para 1.50 m, com a finalidade de facilitar o tráfego de transbordos, caminhões e colheitadeiras.

Junto a isso, no final da década de 1990, o plantio mecanizado se expandiu como uma nova realidade em expansão na atividade canavieira. A Companhia Energética Santa Elisa, localizada no município de Sertãozinho (SP) – região de Ribeirão Preto – ao adquirir da empresa DMB Máquinas e Implementos Agrícolas – também de Sertãozinho – sua primeira plantadeira de cana picada, tomou a dianteira nesse processo de modernização do setor.

No mesmo processo de implementação da nova técnica de plantio, as agroindústrias da atividade canavieira reestruturaram o mercado de trabalho setorial organizando cursos de formação de trabalhadores especializados nas novas funções surgidas com a reestruturação produtiva do setor. Atualmente, em um hectare, um único trabalhador operando uma plantadeira realiza o mesmo serviço de 8 a 10 pessoas no plantio manual.

Na Usina São Francisco, de Sertãozinho, a utilização de plantadeiras ajudou a controlar a sazonalidade da mão-de-obra. A idéia dos administradores da usina é aumentar as escalas das áreas com plantio mecanizado para que possam manter o mesmo número de empregos durante todo o ano.

Mudanças na Safra da Lavoura Canavieira

A safra é o período da colheita na lavoura canavieira. De maio a novembro muitos municípios da região de Ribeirão Preto têm seus números de habitantes aumentado devido a migração de trabalhadores vindos do Brasil todo para o corte da cana, principalmente de Minas Gerais e do Nordeste. Os cortiços ficam lotados; nos bares a mobilidade de homens no fim da tarde é aumentada em relação à entressafra e nas manhãs o número de ônibus rurais em direção ao eito também é maior.

A mecanização da colheita da cana implicou em uma série de modificações ao longo de todo o processo de produção, tais como *"o plantio de variedades mais eretas em sulcos não muito profundos, caminhões adaptados para receber os toletes de cana picados, lavagem mais rigorosa na usina, etc"* (Rossini, 1988, p. 218).

Em 1967, por exemplo, no município de Serrana, a Usina da Pedra começou a colheita mecanizada em áreas planas, pois as áreas de topografia acidentada não possibilitavam o acesso das máquinas. Devido a problemas mecânicos de rendimento na colheita, a expansão da colheita mecanizada não se realizou com maior intensidade, só

sendo aplicada em caráter experimental nos momentos de falta de mão-de-obra. Em 1996 começa haver pressões ambientalistas no que se refere à queimada da cana. Devido a isso, as usinas mais modernas aumentaram suas frotas de colheitadeiras e passaram a financiar o melhoramento técnico de suas funções⁵.

Essa nova norma imposta ao cotidiano da lavoura canavieira, não trará só impactos sócio-ambientais. O que se configura na atualidade da lavoura canavieira são transformações que aceleram o processo de reestruturação produtiva do setor, tendo impactos mais acentuados no que se refere à divisão sócio-espacial do trabalho. Com a obrigatoriedade de não se praticar a queimada para a colheita da cana, o corte manual se torna inviabilizado economicamente.

Os Reflexos da Reestruturação Produtiva nas Relações de Gênero

Dentro dessa reestruturação produtiva nas atividades do setor canavieiro tem-se a problemática das relações de gênero. Analisando a divisão sexual do trabalho, a partir da introdução das novas técnicas de plantio e colheita, presencia-se uma transformação na oferta de empregos no campo para as mulheres. No momento de substituição do trabalho manual pelo mecanizado, as trabalhadoras têm sido atingidas mais do que os homens, pois quase não têm sido colocadas para trabalhar na operação das colheitadeiras (Tabela 1).

Segundo dados disponibilizados pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, entre as safras 2006/2007 e 2009/2010 a colheita da cana-de-açúcar passou de um índice de 34,2% para 55,6% de mecanização (Jornal da Cana, 2011). Neste processo de redução do corte manual, onde 1 colheitadeira mecânica substitui em torno de 100 trabalhadores, no estado de São Paulo a demanda de mão de obra no setor canavieiro foi reduzida em quase 27% entre 2007 e 2009: de 154.364 para 111.261 trabalhadores. De maneira desigual, a redução do trabalho masculino foi menor do que o feminino. Já majoritário em 2007 (representando um universo em torno de 88% do setor) com este aceleramento da mecanização, os homens tem sofrido menos com o desemprego setorial: diminuiu 25,13% o número de trabalhadores contra 40,54% de diminuição no número de

⁵ Para Fernando Freitas Tavares, engenheiro mecânico da Usina da Pedra, uma das maiores problemáticas existentes com o corte mecanizado é o nível de altura do corte da colheitadeira comparado com o corte manual. O corte mecanizado, cortando a cana acima do sulco, perde caldo. O sulco é a parte da cana que concentra mais açúcar. O cortador manual corta a cana até o sulco, possibilitando maiores rendimentos da cana cortada.

trabalhadoras no ano de 2009 (Quadro 1). Ou seja, no encaminhamento transitório do desemprego sazonal (localizado na entressafra) ao estrutural (que se manifesta o ano todo), aplicou-se inicialmente de forma predominante nas regiões canavieiras paulistas a técnica cultural de manter como arrimo familiar o homem em detrimento da mulher.

Trabalho menos penoso e mais delicado, não justificou a exclusão feminina representada pelos dados visualizados, que limitou a atuação das trabalhadoras no setor a menos do que 10% da força de trabalho. Daí que entre 2009 e 2011, fruto da abertura de vagas nos cursos profissionalizantes de manuseio de colheitadeiras também para as mulheres (Rossini, 2012), tornou a queda presente no setor menos abrangente, retomando o percentual de participação feminina aos níveis anteriores da mecanização do corte em 2007 (Quadro 1).

Quadro 1: Divisão Sexual do Trabalho na Atividade do Cultivo Canavieiro Paulista (2007-2011).

Ano/Sexo	Masculino	Feminino	Total
2007	134.198 (88,08%)	18.166 (11,92%)	152.364 (100%)
2008	119.193 (89,37%)	14.180 (10,63%)	133.373 (100%)
2009	100.461 (90,29%)	10.800 (9,71%)	111.261 (100%)
2010	82.363 (90,02%)	9.135 (9,98%)	91.498 (100%)
2011	68.563 (88,44%)	8.962 (11,56%)	77.525 (100%)

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), 2012.

Considerações Finais

Neste estudo faz-se a defesa do trabalho e da análise de sua divisão técnica como eixo fundamental para uma Geografia de Gênero. Apresenta-se um estudo de caso específico das mudanças recentes da lavoura canavieira e suas implicações na divisão sexual do trabalho. São exemplos como este que apresentam a maneira diferenciada de divisão da riqueza gerada pelo trabalho no quesito gênero, onde os espaços do homem e da mulher são bastante demarcados pela história cultural reproduzida neste estudo de caso. O protagonismo feminino na busca de capacitação retira a vacuidade do discurso e coloca em

prática a busca de igualdade de oportunidades neste processo de aprofundamento da base técnica na colheita da cana-de-açúcar.

Bibliografia:

ALVES, N. C. **Geografia e Gênero**: relatos de mulheres residentes em áreas de exclusão social. Caderno Prudentino de Geografia, n. 31, v. 2, p. 147-162, jul/dez, 2009.

ANDRADE, J. M. F; DINIZ, K. M. **Impactos Ambientais da Agroindústria da Cana-de-açúcar: Subsídios para a Gestão**. 2007, 131f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Curso de Especialização em Gerenciamento Ambiental, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” – USP, PIRACICABA-SP, 2007.

ANDRÉ, I. M. **O Gênero em Geografia**: Introdução de um Novo Tema. P. 331-348. Finis terra, XXV, 50. Lisboa, 1990.

BINI, D. L. C. **O emprego rural no cultivo da cana-de-açúcar**. In: Anais do 48º Congresso SOBER, 2010, Campo Grande. 48º Congresso SOBER - Tecnologias, Desenvolvimento e Integração Social, 2010.

GIDDENS, Anthony. **A Transformação da Intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. Editora UNESP, São Paulo, 1993.

RODRIGUES, E. B. Comparação técnico-econômica da colheita de cana-de-açúcar na região de Bandeirantes – PR. 2008. 130 f. Dissertação (**Mestrado em Agronomia**), Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2008.

ROSSINI, R. E. **Geografia e Gênero**: A mulher na lavoura canavieira paulista. Tese de livre-docência. FFLCH. USP. São Paulo, 1988.

_____. **Novas Perspectivas de trabalho para a mulher na agricultura canavieira**. Anais do XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Águas de Lindóia, 2012.

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. Hucitec, São Paulo, 1994.

_____. **Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. Hucitec. São Paulo, 1996.

_____. **Por uma outra globalização**. Record. São Paulo, 2000.

Referências Eletrônicas

JORNAL DA CANA. Volume da palha residual após a colheita ainda é desafio ambiental. Disponível em <<http://www.jornalcana.com.br/pdf/209/%5Cacaosocmeioamb.pdf>> Acesso em 17 jun. 2011.

O NOVO PROLETÁRIO RURAL NA FRONTEIRA COM O URBANO¹

Frederico Daia Firmiano*
fredericodaia@hotmail.com
CAPES
GT2 - Trabalho Rural

[...] a questão é como a maioria esmagadora dos indivíduos cai em uma condição na qual perde todas as possibilidades de controle sobre sua vida e, nesse sentido, torna-se proletarizada. Portanto, novamente, tudo cai na questão de ‘quem detém o controle’ do processo de reprodução social quando a maioria esmagadora dos indivíduos é proletarizada e degradada à condição de extrema impotência, assim como foram os membros mais vis da sociedade – os proletários – em uma fase anterior de desenvolvimento (Mészáros, 2007, p. 70).

Em março de 2012, cerca de vinte mil operários que trabalhavam nas obras da Usina Hidrelétrica de Jirau, no rio Madeira, em Rondônia, entraram em greve. Baixos salários, péssimas condições de alojamento (sem banheiros suficientes), epidemias, falta de atendimento médico eram alguns dos motivos da paralisação. O consórcio Energia Sustentável do Brasil S/A, responsável pelas obras, formado pelas empresas transnacionais GDF Suez, Eletrosul, Chesf e Camargo Correa, ameaçava, ainda, a demissão de 4.500 operários.

Uma semana após deflagrada a greve, em 15 de março, a Justiça do Trabalho a declarou ilegal, determinando que os trabalhadores retornassem imediatamente às suas atividades, sob pena de multa de R\$ 200 mil/dia. No entanto, em assembleia geral, os trabalhadores deliberaram pela manutenção da greve. Durante a paralisação, um operário foi agredido pelo motorista da empresa responsável pelo transporte dos trabalhadores, depois de ser impedido de embarcar no ônibus porque não tinha autorização para tanto. Houve revolta entre os operários e o saldo foi de dezenas de veículos incendiados e a destruição de 36 das 57 instalações da obra à margem do rio Madeira. Os trabalhadores,

¹ Agradeço à Silvia Beatriz Adoue e à Maria Orlanda Pinassi pelas discussões que fizemos sobre o tema em questão e que me permitiram fazer algumas das sínteses que ora apresento.

por seu turno, também tiveram um de seus alojamentos queimados. Trinta e cinco trabalhadores foram presos.

Alguns relatos, como o de irmã Maria Ozânia da Silva, coordenadora da pastoral do Migrante de Rondônia, dão conta de inúmeros desmaios de trabalhadores por dia, em função do sobre-esforço no desempenho de suas funções produtivas. Os ambulatórios montados nos canteiros de obra não possuem médicos; quando precisam ser encaminhados até o posto de saúde, os operários permanecem sob observação por cerca de 10 minutos e, em seguida, têm que retornar ao trabalho. Aqueles que chegam atrasados perdem o dia de serviço. E aqueles que perdem o horário de saída do transporte são obrigados a caminhar 7 quilômetros, a distância entre o local de trabalho e o alojamento².

A contratação de trabalhadores, em geral, é realizada por meio de empresas terceirizadas pelo Consórcio responsável pela obra. Fazem promessas de salários de cerca de R\$ 1.200,00. No ano de 2009, a Construtora BS aliciou trabalhadores de Parnarama, no Maranhão, para as obras de Jirau. Mais tarde, 38 operários foram resgatados pela Superintendência Regional de Trabalho e Emprego de Rondônia e pelo Ministério Público do Trabalho, em condições análogas à escravidão.

Esta é uma prática comum. No ano seguinte, empresas responsáveis pela arregimentação de trabalhadores para as obras da usina Santo Antônio, também no Rio Madeira, foram denunciados por cobrarem R\$ 150,00 dos operários para saírem de seu estado de origem só pela vaga de emprego. Ou seja, os trabalhadores já deixavam sua terra natal com dívidas³.

A construção das usinas de Jirau e Santo Antônio envolve cerca de 43 mil trabalhadores. São postos de emprego gerados pelo chamado “neodesenvolvimentismo” conduzido pelos governos do Partido dos Trabalhadores na última década. Trabalho precário, sem direitos, de alta rotatividade, ocupado por trabalhadores e trabalhadoras de norte a sul do País, da cidade e do campo. Muitos, oriundos de acampamentos formados por trabalhadores sem terra ou, ainda, de assentamentos da reforma agrária que, no quadro das transformações ocorridas no campo, desde a implementação do chamado “novo mundo rural”, tem engrossado o “novo proletariado rural na fronteira com o urbano”.

² Apud LIMA, Eduardo Sales de. *Revolta em Jirau reflete superexploração*. <http://zequinhabarreto.org.br/blog/?p=8995>

³ As informações até aqui prestadas me foram cedidas por Silvia Beatriz Adoue.

Neste trabalho busco refletir sobre a dinâmica que têm conduzido centenas de milhares de trabalhadores e trabalhadoras a precária condição imposta pela nova onda de proletarização, ou reproletarização, no quadro do chamado “neodesenvolvimentismo”. Entendo a proletarização no sentido exposto por Mészáros, como a “...condição na qual [o trabalhador] perde todas as possibilidades de controle sobre sua vida...” (Mészáros, 2007, p. 70).

O novo surto de “desenvolvimento”, ou “neodesenvolvimentismo”, como vem sendo chamado pelos ideólogos dos governos do PT, constitui-se sobre as bases de um “padrão exportador de especialização produtiva” (Osorio, 2012) que, ao lado da condição de “plataforma de valorização financeira” (Paulani, 2008) que o país assumiu nas últimas duas décadas, intensificou a produção de *commodities* e de produtos de baixa densidade tecnológica, conferindo extrema importância a setores como o dos agronegócios, da mineração, da construção civil, da indústria de produtos de baixa densidade tecnológica, entre outros.

Este programa, no entanto, longe de romper com o neoliberalismo e a reestruturação produtiva que marcaram a década de 1990, encontraram nesses as condições propícias para seu florescimento e desenvolvimento, aprofundando-os.

Assim, Lula da Silva e Dilma Rousseff induziram um ciclo de expansão de capital que elevou a produção do agronegócio, que já havia sido chamado para reequilibrar as contas externas do país ainda em 1999, à máxima potência. E, através dos volumosos recursos públicos destinados ao capital privado, o Estado passou a compô-lo organicamente, convertendo as empresas privadas desses setores em verdadeiros *players* globais, na esteira da abertura comercial, da financeirização da economia e da inserção do país na estrutura global do capital como fornecedor de *commodities* e plataforma de valorização financeira do capital transnacional especulativo, que Collor de Mello e, sobretudo, FHC já haviam operado.

A Política de Desenvolvimento Produtivo-PDP de Lula da Silva imprimiu, pois, a reestruturação patrimonial nos setores público e privado, reposicionando as empresas brasileiras. Entre 2008 e 2010, cerca de um terço do total dos recursos do Banco Nacional

de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES foram transferidos para apenas 10 grandes grupos econômicos em processos de concentração e fusão. (Pochmann, 2010, p. 41).

Segundo dados de Carrion & Paim, citados por Lima (2011, não paginado), em 2005, o BNDES desembolsou R\$ 47 bilhões para empreendimentos de infraestrutura na América Latina. E nos três primeiros anos do governo Lula da Silva foram destinados cerca de R\$ 122 bilhões para tanto. Em 2005, somente para o setor de infraestrutura que, vale registrar, é objeto da reivindicação de setores da indústria e do agronegócio, o Banco liberou R\$ 17 bilhões. Na área de insumos básicos para indústria de base, como siderurgia, petroquímica e papel e celulose, os investimentos foram da ordem de R\$ 1,7 bilhão, em 2004.

O Banco ainda criou programas de financiamento especiais para o agronegócio, a partir de 2003, tais como o Programa de Sustentação do Investimento-PSI, o Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro-PASS, o Programa Especial de Crédito-PEC, o Programa BNDES de Crédito Especial Rural-PROCER, entre outros. (Coutinho, 2009, p. 10).

A agropecuária, que em 2002 havia recebido R\$ 4,5 bilhões de reais do BNDES, chegou em 2008 com recursos da ordem de R\$ 5,6 bilhões, tendo recebido, em 2004, R\$ 6,9 bilhões. O setor de produtos alimentícios saiu da casa de R\$ 2,1 bilhões, em 2002, para R\$ 9,5 bilhões, em 2008, com algumas oscilações no período. (Coutinho, 2009, p. 11). O setor sucroalcooleiro, por sua vez, teve um aumento de 380% na participação dos desembolsos totais do BNDES, entre 2004 e 2008. No primeiro ano-base, o setor embolsou R\$ 600 milhões e, ao final do período analisado, havia recebido R\$ 6,5 bilhões. (Coutinho, 2009, p. 15).

Segundo a consultoria Fitch, o mercado de metais e mineração se tornou o mais proeminente para o Brasil. Empresas como Vale, CSN, Gerdau e Usiminas – além da Petrobrás que recebe 38% do total de empréstimos feitos pelo BNDES – passaram a auferir grandes aportes do Banco para a manutenção de suas atividades e de sua posição estratégica para o governo brasileiro. O Banco também atuou e atua fortemente no setor de papel e celulose, em companhias como Fíbria e Suzano. E no caso do setor de carnes, JBS teve cerca de R\$ 700 milhões em linhas de capital de giro do BNDES, que também destinou recursos para a Marfrig, o Banco detém 13,9% da companhia, além de empresas

como a Keystone Foods LLC, que é fornecedora da McDonald's Corporation. (Djmal, Bormann, et alli, 2011, p. 4-5).

Em 2011, a empresa que mais recebeu recursos do BNDES foi a Norte Energia (R\$ 3,6 bilhões), consórcio formado por empresas públicas e privadas, responsável pela implantação, construção, operação e manutenção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte⁴.

O Plano de Aceleração do Crescimento-PAC, por seu turno, em suas fases I e II, passou a recompor e ampliar infraestrutura econômica e social. Lançado no primeiro mês do segundo mandato de Lula da Silva (em 28 de janeiro de 2007), o Programa de Aceleração do Crescimento-PAC condensou um conjunto de políticas econômicas para os 4 anos seguintes de governo, prevendo um investimento da ordem de R\$ 503,9 bilhões, prioritariamente, em infraestrutura. Destes, R\$ 219,20 bilhões deveriam ser destinados a empresas estatais, entre as quais, a Petrobrás (de economia mista), que investiria, sozinha, R\$ 148,7 bilhões; R\$ 67,80 bilhões em recursos do orçamento fiscal e da seguridade; e R\$ 216,9 bilhões para a iniciativa privada. Do total, R\$ 58,3 bilhões seriam investidos em logística (R\$ 33,4 bilhões em rodovias; R\$ 7,9 bilhões em ferrovias; R\$ 2,7 bilhões em portos; R\$ 3 bilhões em aeroportos; R\$ 700 milhões em hidrovias; e R\$ 10,6 bilhões para a Marinha Mercante)⁵.

O último balanço (até o momento em que eu redigia este artigo) publicado pelo governo federal dava conta que, até dezembro de 2010, os empreendimentos concluídos alcançariam R\$ 444 bilhões ou 82% dos R\$ 541,8 bilhões previstos para serem concluídos entre 2007 e 2010. Afirmava, ainda, que o Programa concluiria, até aquele momento, 6.377 quilômetros de rodovias e 909 quilômetros de ferrovias; 12 novos campos de petróleo e 12

⁴ As demais empresas que mais receberam recursos do BNDES em 2011 foram: (a) Vivo (R\$ 3 bilhões), recursos destinados para a ampliação das telecomunicações da empresa e implantação da infraestrutura para o desenvolvimento de novas tecnologias; (b) Eldorado Celulose e Papel (R\$ 2,7 bilhões), pertencendo ao grupo JBS (que tem 30% do capital social sob controle do BNDESPar) para construção do que será a maior linha de produção de celulose do mundo, no Mato Grosso do Sul; (c) Brasken (R\$ 2,4 bilhões) para ampliação de máquinas e plantas na Bahia, Alagoas, Rio de Janeiro e Rio Grande Sul; (d) Usiminas (R\$ 2 bilhões) para ampliação da capacidade das usinas de Ipatinga e Cubatão e investimentos portuários no litoral fluminense; (e) Camargo Correa (R\$ 1,9 bilhão) para implantação de unidade de moagem de cimento na cidade de Cubatão; (f) Ambev (R\$ 1,9 bilhão) para plano de investimentos; (g) Logum Logística (R\$ 1,7 bilhão), para construção de duto para o transporte de etanol e instalação de centros coletores; (h) Fibria (R\$ 1,7 bilhão), para implantação, reforma e manutenção de florestas de eucalipto em São Paulo, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Minas Gerais e Bahia. As empresas que mais receberam recursos do BNDES. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/1000-fatos-2011/as-empresas-que-mais-receberam-recursos-do-bndes.shtml>. Acesso em 22 de Out 2012.

⁵ Em Busca do Crescimento. Economia e Negócios. O Estado de S. Paulo, pp. B1 - B10. 24 de Jan 2007.

plataformas de exploração, além de 3.776 quilômetros de gasodutos construídos⁶. (BRASIL, 2010, p. 3). Diante do “sucesso” do programa, em março de 2010, o governo lançou o PAC II, com recursos da ordem de R\$ 1,59 trilhão previsto para o aprofundamento do novo surto de expansão de capital.

Com esse programa, os agronegócios experimentaram seu *boom*. Entre 2000 e 2008, as exportações em produtos agrícolas saltaram de US\$ 13,2 bilhões para US\$ 58,4 bilhões, com uma taxa média anual de expansão de 20,43%. Os complexos da soja, de carnes e o setor sucroalcooleiro representaram 69,2% do total das exportações brasileiras (BRASIL, 2009, p. 9-15).

O campo, assim, passou a ocupar lugar estratégico no interior do chamado “programa neodesenvolvimentista”, sendo convertido, *definitivamente*, em espaço hegemônico do capital transnacionalizado.

Ao lado do crescimento da produção do agronegócio, os governos do Partido dos Trabalhadores passaram a destinar investimentos (volumosos se comparados aos governos anteriores) à chamada “agricultura familiar”, sobretudo através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF e para aqueles setores considerados mais “dinâmicos” e com capacidade de se integrar ao mercado, entre os quais se destacam alguns assentamentos rurais, algumas cooperativas e agroindústrias geridas por trabalhadores, principalmente, mas não exclusivamente, nas regiões Sul e Sudeste.

Segundo os dados levantados por Pedro Ivan Christoffoli, em 2002 o número de contratos de custeio do PRONAF era de 677 mil; em 2004, saltou para 1,02 milhão. E os contratos de investimento que contemplavam 275 mil famílias em 2002, chegaram a 551 mil famílias, em 2004. (Christoffoli, 2007, p. 125).

Porém, conforme mostram Christoffoli (2007) e Delgado (2012), estes recursos foram aplicados em regiões onde havia potencial de desenvolvimento da agricultura familiar moderna, segundo os critérios do agronegócio. Quase a metade dos recursos do PRONAF (cerca de 47,5%) foi aplicada na região Sul do país, seguida pela região

⁶ Para um detalhamento das obras realizadas Ver BRASIL. PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO. Balanço 4 anos. 2010. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/6c57986d15d0f160bc09ac0bfd602e74.pdf> acesso em: 22 out 2012.

Nordeste (com 18,5%); região Sudeste (17,4%); região Norte (com 12,1%) e Centro-Oeste (6,4%). (Christoffoli, 2007, p 126).

Nelson Delgado, com o benefício do tempo, pode comparar a evolução do programa ao longo de todo governo de Lula da Silva. Assim, observou um período de desconcentração da distribuição dos recursos, entre 2003 e 2006, mas de reconcentração, a partir de 2008, quando as regiões Sul e Sudeste tinham 72% na participação do total dos recursos do PRONAF e o Nordeste, apenas 16%. Enquanto esta última região concentrava metade dos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar de todo o país, a região Sul detinha apenas 20% do total. (Delgado, 2012, p.109).

Esses governos, não apenas reduziram sobremaneira os investimentos na criação de novos assentamentos - cujo orçamento, em 2010, apresentou um passivo de R\$ 800 milhões para obtenção de terras (IPEA, 2012) - como não fez esforços para reverter o quadro de abandono da maior parte dessas áreas, sem infraestrutura básica mínima.

Conforme os dados do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária-Sipra e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-Incra, elaborados pelo IPEA, dos 8.759 assentamentos rurais formados entre 1900 e 2011, 52,6% estão em fase inicial de execução. Se somados aos 29,5% dos assentamentos em fase de execução, temos 85,7% dos assentamentos geridos pelo Incra sem infraestrutura produtiva e social, ou seja, mais de 7.500 assentamentos em situação de precariedade, enquanto apenas 4,5% do total estavam consolidados. (IPEA, 2012, p. 268).

Não obstante, voltou à cena o programa de emancipação dos assentamentos que, no ano de 2000, foi uma política do governo de Fernando Henrique Cardoso, financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID. Esta medida, prevista pelo Estatuto da Terra, visava dar “autonomia” aos assentados rurais da reforma agrária, por meio da concessão do domínio da terra para as áreas já consolidadas, criadas há mais de 10 anos. Apesar de realizar algumas experiências, o programa não teve fôlego. Agora, segundo relatos de assentados em todo o país, os assentamentos com mais de 10 anos estão recebendo boletos bancários para pagarem pela terra e pelas benfeitorias feitas pelo Estado para se “emanciparem” compulsoriamente.

Esses outros assentamentos adentrarão a acirradíssima disputa por espaços no mercado agropecuário, antes mesmo de possuírem as condições estruturais mínimas necessárias para competir com os demais “agricultores familiares” modernos.

Se sobrepusermos as transformações ocorridas no campo no quadro de emergência do chamado “neodesenvolvimentismo” poderemos notar que o “novo mundo rural” não só atende às necessidades do capital transnacional no sentido de viabilizar sua reprodução ampliada, seja no grande agronegócio, seja na agricultura familiar que opera na lógica do primeiro, como também cumpre importante função na liberalização de mão de obra para outros setores, hoje dinâmicos da economia política do “neodesenvolvimentismo”.

À despeito dos setores da classe trabalhadora que outrora obtiveram conquistas substanciais por meio da organização e da luta, agora, se veem às voltas do que eu chamo de “reproletarização precarizada”, como é o caso de pequenos agricultores e assentados da reforma agrária.

A dinâmica do agronegócio no país, apesar de expandir sua produção a taxas 10 vezes maiores que o crescimento do conjunto da economia, não é acompanhada pela expansão do emprego. Ao contrário, tem promovido a liberalização de uma parte considerável do contingente de trabalhadores e trabalhadoras que o próprio agronegócio e outros setores da economia política neodesenvolvimentista só podem absorver parcialmente e de modo precário.

Ao longo dos anos 2000, a parcela dos trabalhadores ocupados com rendimentos de até 1,5 salário mínimo, voltou a crescer, alcançando a marca de 59% de todos os postos de trabalho do país. Logo, as demais faixas de remuneração reduziram sua posição relativa. Se é verdade que os governos do Partido dos Trabalhadores criaram cerca de 21 milhões de postos de trabalho, com seu programa “neodesenvolvimentista”, também é verdade que, destes, 94,8% foram com rendimentos de até 1,5 salário mínimo mensal. (Pochmann, 2012, p. 27).

Em grande medida, a forte expansão do conjunto das ocupações de salário de base, pertencentes ao setor terciário e da construção civil e indústria extrativa favoreceu a mais rápida incorporação dos trabalhadores na base da pirâmide social” (Pochmann, 2012, p. 20). O setor terciário é quem puxa a expansão do emprego: “dos 2,1 milhões de vagas abertas anualmente, em média 2 milhões encontram-se na faixa de até 1,5 salário mínimo mensal (Pochmann, 2012, p. 22).

Entre os trabalhadores com remuneração de até 1,5 salário mínimo, as profissões que mais se expandiram foram as de serviços (6,1 milhões de novos postos de trabalho ou 31% da ocupação total); depois, os trabalhadores do comércio (2,1 milhões); da construção civil (2 milhões); de escriturários (1,6 milhão); da indústria têxtil e vestuário (1,3 milhão) e do atendimento público (1,3 milhão). (Pochmann, 2012, p. 32).

O saldo líquido de ocupações geradas para trabalhadores de salário de base para “produtores na exploração agronegócio” registrou um decréscimo de -66.269 nos anos 2000. Enquanto isso, a categoria de “trabalhadores na exploração agropecuária” registrou um saldo líquido de 827.525. “Pescadores, caçadores e extrativistas florestais”, decresceram cerca de -90.668; e “trabalhadores da mecanização agropecuária e florestal”, um aumento de 18.238. Chama a atenção o saldo líquido dos “trabalhadores da indústria extrativa e da construção civil”. Foram 1.998.033 nos anos 2000, contra 18.016 da década anterior. (Pochmann, 2012, p. 33).

Em 2009, cerca de 15% do conjunto dos trabalhadores encontravam-se ocupados no setor primário. Eram cerca de 15,6 milhões de pessoas. Comparado com 1999, houve uma diminuição de 600 mil ocupações. (Pochmann, 2012, p. 70).

Em 2009, o meio urbano não metropolitano respondia por 28,1% do total do trabalho no setor primário – e o meio urbano metropolitano menos de 2%. Em 1970, cerca de 17% do trabalho do setor primário era realizado no meio urbano não metropolitano. (Pochmann, 2012, p. 75). Ou seja, além da redução substancial dos postos de trabalho do setor primário, houve – e está havendo – um deslocamento das atividades do campo para a cidade.

Se este movimento responde a modernização e a industrializado dessas atividades, também está relacionado com o tipo de produção que se desenvolve no campo, pois a monocultura, sobretudo aquela na qual o capital opera com alta composição orgânica, dispensa trabalho e transfere para a cidade grande parte das atividades de beneficiamento básico da produção.

Não à toa, “atualmente, a agropecuária destaca-se por ser o setor com a taxa mais elevada de rotatividade no emprego formal do país: em relação à indústria extrativa mineral, o setor agropecuário possui uma taxa de rotatividade 4,6 vezes superior”. Entre 1999 e 2009, saiu de 55,8% para 90,1%, com destaque para a região Centro-Oeste

(Pochamann, 2012, p. 96) que, como é sabido, concentra parte substantiva da produção do agronegócio e com alta tecnologia.

No setor sucroalcooleiro, por exemplo, a mecanização, até 2015, deve atingir um índice de 80%, que demandará apenas 47.000 trabalhadores rurais no corte manual da cana-de-açúcar. A indústria deverá gerar cerca de 171 mil novos postos de trabalho, no entanto, serão liberados algo em torno de 420 mil ocupações nas lavouras de cana. (Única citada por Liboni, 2009, p. 35). Com uma simples operação matemática, é fácil descobrir que cerca de 249 mil trabalhadores, em breve, estarão liberados, engrossando aquilo que Mézaros (2009) chama de desemprego estrutural. Aqueles que tiverem sorte encontrarão trabalho precarizado ora na extração de minérios, ora na construção civil, ora no próprio setor agropecuário, entre outros.

Aqueles trabalhadores e trabalhadoras que estão sendo incorporados pela modernização das cadeias produtivas do agronegócio também não estão livres de um intenso padrão de desgaste-reprodução, como Rosemeire Scopinho já demonstrou para o caso do setor sucroalcooleiro (Scopinho, et. alli., 1999), por exemplo.

Se confrontarmos suas pesquisas com aquelas que mostram a superexploração do trabalho do cortador manual de cana, veremos que a discussão que se centra na oposição entre a mecanização ou não do setor escamoteia o fato de que, hoje, o padrão de reprodução do capital imprime formas crescentemente destrutivas ao trabalho e aos trabalhadores, em praticamente todos os ramos de sua atividade e em distintos momentos da produção, com o capital operando com alta ou baixa composição orgânica, combinando trabalho assalariado e formas de extração de mais-trabalho não propriamente capitalistas, de acordo com suas necessidades de reprodução. E o faz ampliando o contingente de trabalhadores sem emprego fixo, carteira assina e direitos trabalhistas garantidos.

O Sindicato da Indústria da construção civil do Estado de São Paulo, SINDUSCON-SP, em julho de 2011, afirmava que, à época, eram 2,771 milhões de trabalhadores empregados na construção civil. A grande maioria, formada por trabalhadores e trabalhadoras egressos do corte da cana-de-açúcar. Duas grandes construtoras sediadas no município de Ribeirão Preto-SP, Copema e Pereira Alvim, tinham, naquele ano, respectivamente, 65% e 10% de seus trabalhadores contratados por

empreiteiras, oriundos do corte da cana-de-açúcar⁷. Atentemo-nos: são trabalhadores liberados da condição de “conta-própria” (na qual boa parte sequer esteve) e igualmente “liberados” da atividade agrícola, contratados por empreiteiras para trabalharem na construção civil, no mais das vezes, em regime temporário e sem os direitos que o contrato direto, feito pela construtora, poderia garantir. São trabalhadores sem emprego que, nesse momento – e enquanto durar o *boom* de expansão capitalista que o país experimenta há pouco mais de dez anos – encontram trabalho degradante e ocupações em condições precárias.

Agora, no atual estágio do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, a proletarianização precarizada alcança também aquela parcela dos trabalhadores e trabalhadoras que já se supunha haver conseguido garantir seus direitos trabalhistas e/ou obtido conquistas substanciais, como no caso dos assentados da reforma agrária. A orientação das políticas públicas destinadas a chamada agricultura familiar, uma vez que cria a falsa impressão de que este segmento tem sido largamente beneficiado pelo chamado “neodesenvolvimentismo” nubla a tendência acima mencionada da (re)proletarianização precarizada que vem se instituindo progressivamente no conjunto da própria agricultura familiar, mas sobretudo da agricultura camponesa, dos assentamentos rurais, dos povos indígenas, entre outros.

O impulso dado pelos governos do PT à agricultura familiar foi absolutamente seletivo, como resulta óbvio. Conforme Silvia Beatriz Adoue e eu escrevemos em artigo preparado para o jornal Brasil de Fato, o “novo mundo rural” que se estabeleceu a partir do governo de Lula da Silva, além do agronegócio, inclui apenas cerca de 2 milhões de produtores de alimentos, deixando de fora cerca de 14 milhões de trabalhadores do campo (Firmiano, Adoue, 2012, p. 8), que passam a engrossar o novo exército de trabalhadores precários exigido pelo programa “neodesenvolvimentista”.

Altamente precarizados e excluídos do processo produtivo mediado pelo capital, a maioria esmagadora dos assentados e também pequenos agricultores familiares, passam a buscar nas novas ocupações geradas pelo atual ciclo de expansão capitalista, as condições

⁷ “Construção civil recruta cortador de cana”. Disponível em: <http://www.sinduscondf.org.br/noticias.php?id=&mat=944>. Acesso em: 12 Fev 2012.

para a reprodução da existência. Condições que, conforme indicamos, são altamente precarizadas.

As pesquisas sobre o “novo mundo rural” e a “pluriatividade” que vieram à público ainda no final dos anos de 1990 revelaram que o campo brasileiro era marcado por um grande percentual de pessoas que residiam em áreas rurais mas que estavam ocupadas em atividades não agrícolas, cujos rendimentos eram maiores que aqueles provenientes das atividades agrícolas. (Silva, 2001, p. 39-40).

Pesquisas como a de José Graziano da Silva mostraram que as ocupações agrícolas geravam menor renda e os trabalhadores já não conseguiam mais sobreviver apenas com as rendas agrícolas. O empobrecimento no campo as obrigava a se tornarem “não agrícolas”. (Silva, 2001, p. 41).

Mas apesar de mostrarem aspectos do que, na realidade é a expressão do processo de desenvolvimento desigual e combinado que já empurrava crescentemente pequenos agricultores e assentados da reforma agrária para a reproletarização, José Graziano da Silva escamoteou a processualidade dinâmica do capital numa forma de raciocínio circular, segundo a qual “...o centro das atividades da família deixou de ser a agricultura porque a família deixou de ser agrícola e se tornou ‘pluriativa’ ou não-agrícola, embora permaneça residindo no campo” (Silva, 2001, p. 43). Ora, o que se constituía, na verdade, era exatamente o contrário: a família se tornava proletária, pois a dinâmica do capital no campo não permitia o desenvolvimento de uma agricultura de base familiar, senão em número reduzido e subordinada aos seus negócios.

Assim como ele, inúmeros autores dedicados ao vasto tema do “desenvolvimento rural” passaram a encontrar na “pluriatividade” a categoria explicativa para as modificações do padrão de reprodução social no campo e, ao mesmo tempo, a justificação das políticas orientadas para o campo que incentivavam atividades agrícolas e não agrícolas no campo, capazes de integrar alguns pequenos agricultores ao mercado hegemônico pelo capital transnacional.

Ao fazê-lo, a literatura dedicada ao tema nublou o fato de a “pluriatividade” não se tratava de uma “alternativa produtiva”, senão uma exigência do capital acionada pela opção política por um modelo de desenvolvimento centrado nos agronegócios e na sua lógica de reprodução, que passou a conformar uma espécie de “pequeno agronegócio”, acentuando a exploração capitalista, “...na medida em que faz parte do conjunto de

transformações em curso no mundo de hoje que apontam para a flexibilização e precarização das relações de trabalho e para a reestruturação produtiva...” (Alentejano citado por Machado e Casalinho, 2010, p. 69).

Se entre aqueles que podem ser considerados “integrados” ao mercado e às cadeias produtivas do agronegócio podemos observar a intensa extração de mais-trabalho no processo de valorização do capital – vide os produtores “integrados” na cadeia produtiva da carne de frango, produtores de fumo, cooperativas que operam como elo das cadeias de produção de grandes empresas de capital transnacional, entre muitos outros casos – os “não integrados” engrossam, agora, os contingentes de trabalhadores precários nas diversas atividades induzidas pelo “neodesenvolvimentismo”. Num caso e no outro, combinam-se formas de subsunção formal e real do trabalho no capital, evidenciando a proletarianização precarizada desses contingentes de trabalhadores do e no campo como fortíssima tendência para os próximos anos.

Assim, não será raro no futuro próximo encontrarmos trabalhadores rurais, pequenos agricultores, assentados da reforma agrária, indígenas, quilombolas etc., avassalados pelo “novo mundo rural”, vendendo a força de trabalho em canteiros de obras como Jirau e Santo Antônio.

Referências Bibliográficas.

BRASIL. PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO. Balanço 4 anos. 2010. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/6c57986d15d0f160bc09ac0bfd602e74.pdf>. acesso em: 22 out 2012.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Intercâmbio Comercial do Agronegócio : Principais mercados de destino / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio. – Brasília: Mapa/ACS, 2009.

COUTINHO, Luciano. Inovação, transparência e sustentabilidade no agronegócio. 11º Congresso de Agribusiness. Rio de Janeiro, nov 2009. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/download/apresentacoes/CongressodeAgribusiness_InovacaoSustentabilidade.pdf. Acesso em: 22 out 2012.

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. A evolução recente da questão agrária e os limites das políticas públicas do governo Lula para o meio rural. In.: GEDIEL, José Antônio Peres. (Org.). **Estudos de direito cooperativo e cidadania**. – Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, n. 1 (2007). Disponível em:

http://www.direitocooperativo.ufpr.br/arquivos/File/Revista_Direito_Cooperativo_.pdf#page=114. Acesso em: 6 out 2012.

DELGADO, Nelson Giordano. Agronegócio e agricultura familiar no Brasil: desafios para a transformação democrática do meio rural. In.: **Novos Cadernos NAEA**. v. 15, n. 1, p. 85-129, jun. 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/viewFile/936/1341#page=85>. Acesso em 3 out 2012.

DJMAL, Jay; BORMANN, Joe; CARVALHO, Ricardo et alli. BNDES: Fonte Positiva de Crédito. Papel Preponderante no Apoio à Estrutura de Capital das Empresas. Corporates Brasil Relatório Especial. FitchRatings. Junho de 2011. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Galeria_Arquivos/relatoriofitch.pdf. Acesso em: 22 Out 2012.

LIBONI, Lara Bartocci. Perfil da mão-de-obra no setor sucroalcooleiro: tendências e perspectivas. São Paulo: 2009. (Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, 2009).

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária. In.: Revista NERA, Ano 13. Nº 17. Presidente Prudente, jul-dez 2010. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/17/9_machado_e_casalinho.pdf. Acesso em 11 abr de 2012.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. [tradução: Paulo Cesar Castanheira; Sérgio Lessa]. 3ª reimpressão. – São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

MÉSZÁROS, István. O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI. [tradução Ana Cotrim, Vera Cotrim]. – São Paulo: Boitempo, 2007.

OSORIO, Jaime. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In.: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo. – Boitempo, 2012.

PAULANI, Leda. Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico.- São Paulo: Boitempo, 2008. (Estado de sítio).

POCHMANN, Marcio. Nova classe média?: o trabalho na base da pirâmide social brasileira. – São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. O Estado e seus desafios na construção do desenvolvimento brasileiro. In.: **Margem Esquerda – ensaios marxistas**, São Paulo, nº 15: novembro de 2010.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida et al . Novas tecnologias e saúde do trabalhador: a mecanização do corte da cana-de-açúcar. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, Jan. 1999 . Available from

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1999000100015&lng=en&nrm=iso>. access on 04 May 2013.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1999000100015>.

SILVA, José Graziano da. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estud. av.**, São Paulo, v. 15, n. 43, dez. 2001. Disponível em
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 27 dez. 2011.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000300005>.

*Professor-assistente da Fundação de Ensino Superior de Passos/Universidade do Estado de Minas Gerais-FESP/Uemg; doutorando em Ciências Sociais pela FCLar/UNESP; bolsista CAPES, desenvolvendo pesquisa intitulada “*A expansão do agronegócio e a atualidade da reforma agrária nas primeiras décadas do século XIX*”.

TRABALHO ASSALARIADO NO CORTE DA CANA: UM OLHAR SOBRE A ZONA DA CANA PARAIBANA

Edvaldo Carlos de Lima – Departamento de Geografia da UEPB

edvaldo.edvlima@gmail.com

Juliane Fernandes de Oliveira – Graduanda em Geografia pela UEPB

juliane.gba@gmail.com

GT2 – Trabalho Rural

As condições de trabalho e de vida do trabalhador rural brasileiro, historicamente, têm sido extremamente precárias. Partimos da ideia de que as condições de vida, incluindo a sua saúde, são fortemente influenciadas pela forma de organização da produção agrícola e, em consequência, do espaço agrário. Quando focamos para o trabalho e a vida no espaço agroindustrial da cana-de-açúcar, desde a perspectiva do trabalhador no corte da cana, a precariedade das condições de existência chegam a limites desumanos. Para Moreira; Leno *et alli* (1999), a modernização tecnológica da agricultura brasileira realizada no bojo do processo de subordinação real da agricultura ao capital, tem contribuído para:

(...) agravar as condições de vida da classe trabalhadora, como para multiplicar as situações de risco à saúde. Isto, seja através das novas situações criadas pelas mudanças levadas a efeito na organização e no processo de trabalho, seja pelos impactos promovidos sobre o meio ambiente que rebatem sobre a saúde do trabalhador (p. 3)

Na escala internacional, o debate sobre os impactos do monocultivo de cana-de-açúcar e/ou oleaginosas destinadas à produção de combustíveis, sobre o meio ambiente é uma constante. Na busca permanente de energia renovável, a comunidade internacional não omite denunciar situações, nos mais diversos lugares, de descumprimento de leis ambientais que afetam a humanidade como um todo. No caso brasileiro, a comunidade internacional colocou restrições comerciais aos seus agrocombustíveis caso estes fossem procedentes do uso irracional da terra, principalmente se atentasse para áreas de grande biodiversidade. Deputados europeus chegaram a denunciar no seu Parlamento que, devido à produção de etanol na região Nordeste do Brasil, escasseia a terra para produzir alimentos, o que levava aos agricultores a migrar e desmatar a Amazonas. O que queremos destacar com isso é que a degradação ambiental, que afeta à vida de trabalhadores e não

trabalhadores acaba ocupando um papel importante no combate ao modelo de desenvolvimento agrário pautado nas monoculturas, porém a exploração do trabalhador e a precarização das relações cada vez mais perversas acostumam a ser entendidas como “mazelas” próprias do *desenvolvimento*.

No Brasil, a Norma Reguladora do Trabalho no Campo (NR 31) agrega em seu conteúdo jurídico: as relações de trabalho no processo de assalariamento e saúde do trabalhador rural; a democratização do acesso à terra aos trabalhadores rurais; e a autonomia e fiscalização no processo de produção no corte da cana (principalmente no momento da pesagem); entre outros pontos. Teoricamente, a segurança na atividade laboral dos trabalhadores no campo é responsabilidade dos empregadores, no caso da cana-de-açúcar dos usineiros, todavia isso não acontece. Em trabalho de campo, constatamos na área de plantio da Usina São João, no município de Santa Rita no estado da Paraíba, trabalhadores no corte totalmente desprotegidos correndo riscos para a própria saúde e descumprindo a NR 31, como ilustra as Fotografias 01 e 02:



Fotografia 01 – Trabalhador no corte da cana sem as devidas proteções exigidas pela NR 31. Usina São João – Santa Rita/PB.

Fonte: Trabalho de campo.



Fotografia 02: Corte da cana na Usina São João. Santa Rita/PB

Fonte: Trabalho de campo, 2010.

O descaso da Usina com os seus trabalhadores é evidente. Cabe destacar que, em muitas ocasiões, são as usinas que descumprem a NR 31, não fornecendo os materiais e equipamentos de trabalho adequados para que seus funcionários possam desenvolver suas atividades com segurança, preservando a saúde no ambiente de trabalho. Os principais riscos que um cortador de cana corre no eito são os decorrentes da presença de animais peçonhentos, do manuseio de instrumentos de trabalho cortantes e do trato com agrotóxicos. Outro risco presente no dia a dia é a insegurança e improvisação dos transportes utilizados nos seus deslocamentos.

Durante as entrevistas realizadas nos nossos trabalhos de campo, tanto com os representantes das unidades produtoras, como com os próprios trabalhadores, constatamos que ambas as partes conhecem a legislação, mas no caso dos trabalhadores, por falta de equipamentos adequados, submetem-se à precarização e arriscam o seu corpo cortando a cana sem luvas, caneleiras e máscaras específicas após as queimadas.

Segundo a legislação é competência dos empregadores (usineiros) do campo garantir as condições de trabalho adequadas, a higiene e o conforto para todos os trabalhadores do campo e da base industrial da usina, sendo garantias específicas para cada atividade e cada setor da empresa. Além disso, é obrigado por lei que a própria empresa

realize avaliações permanentes de riscos para a segurança dos trabalhadores nas suas instalações. Caso seja necessário, a empresa deve tomar as medidas de prevenção e proteção cabíveis para garantir que todas as atividades, lugares de trabalho, máquinas, equipamentos, ferramentas e processos produtivos sejam seguros e estejam em conformidade com as normas de segurança e saúde. Dentro desse conjunto, subentende-se o uso de vestimentas e equipamentos de proteção pessoal, com a garantia de isenção de ônus para os trabalhadores. Entretanto, segundo depoimentos dos trabalhadores entrevistados, durante os nossos trabalhos de campo, as usinas e destilarias, de maneira geral, fornecem o primeiro facão. Caso este venha a se extraviar ou a se estragar pelo uso, a usina cobra o valor de R\$ 15,00 reais por um novo, que é descontado na “folha de pagamento”. Também é comum que cada trabalhador receba uma garrafa térmica de 5 a 9 litros para armazenar água, da mesma forma que o segundo facão esta garrafa é descontada do salário. O salário é quinzenal e depende da produção individual da cada trabalhador, no contra-cheque especifica-se o valor produzido cada dia.

De acordo com a pesquisa de campo, constatamos que os trabalhadores contratados pelas usinas da região têm suas carteiras assinadas apenas durante o período da safra, o que significa que tem um contrato de seis meses. Nas Usinas de São João e Miriri na Paraíba, o trabalho é realizado no regime de “5 por 1”, ou seja, trabalhasse cinco dias seguidos e se folga 1, de modo que o dia de folga varia a cada 5 dias.

É comum que os trabalhadores no corte sejam arregimentados pelos chamados recrutadores, todavia o contrato e o pagamento são feitos diretamente na usina. O salário do trabalhador possui um valor fixado por produção. De maneira geral, para receber um salário mínimo (R\$ 380,00) os trabalhadores têm que cortar 2,5 toneladas de cana por dia. Todavia, na mesma usina nos deflagramos com cortadores no eito sem cumprir as normas básicas de segurança no trabalho, a Usina São João, a meta diária estabelecida pelos empregadores, no período de realização desta pesquisa, era de 8 toneladas ao dia. Já no mesmo município, na Usina Japungu, a meta diária é de 6 toneladas. O que ficou claro nas entrevistas com os representantes das usinas foi que não estão interessados em trabalhadores que cortem menos cana do que a meta estipulada, independente de o limite assegurado ser de 2,5 toneladas.

Nessas usinas o pagamento dos trabalhadores é feito a partir da quantidade de cana cortada por dia de trabalho, portanto, é um pagamento por produção. Esta é uma das

formas de trabalho, já denunciada por Marx no século XIX, mais desumanas e perversas, pois o trabalhador tem o seu ganho atrelado à força de trabalho despendida por ele por dia. Todavia, no corte da cana a perversidade e desumanidade são mais intensas, pois, o trabalhador não controla o seu processo de trabalho e, ao final do dia, não tem conhecimento do valor ganho, ou seja, desconhece o valor do trabalho executado. O valor do preço da cana cortada varia com o grau de dificuldade no corte a depender do tipo de cana e do terreno, assim como outras variáveis como a fertilidade do solo, o sombreamento etc. No entanto, nas usinas visitadas em trabalho de campo: usina São João, Japungu e Miriri localizadas no município de Santa Rita na Paraíba (Mata Central do Estado), no período da nossa pesquisa, não se considerava a qualidade da cana que o trabalhador cortava, assim como também não se permitia que este cortador de cana acompanhasse e fiscalizasse o seu processo de trabalho completo, desde o corte até a pesagem da cana cortada. Esses trabalhadores, portanto, só sabem quantos metros de cana cortaram num dia, mas não sabem, *a priori*, o valor do metro de cana para aquele eito cortado. O desconhecimento se deve ao valor do metro de cana do eito que depende do peso da cana e varia em função da qualidade da cana, dependendo, pois, das variáveis já mencionadas. Nestas condições, as usinas pesam a cana cortada pelos trabalhadores e atribuem o valor do metro, através da relação entre peso da cana, valor da cana e metros que foram cortados. Tudo isto é feito nas usinas, onde estão localizadas as balanças, sem controle o controle dos trabalhadores. Mesmo cortando muitos metros, os trabalhadores podem ter um ganho pequeno, já que o valor do metro depende da conversão (peso da cana x valor da cana) que não é controlada por eles e sim pelos usineiros e os seus departamentos técnicos nas bases industriais.

Diante disto, podemos afirmar que, sem dúvidas, o pagamento por produção presente no século XXI no mundo do trabalho na cana, além de ser uma forma de salário perversa, desgasta os trabalhadores até a exaustão, já que a sua produção e salário dependem diretamente do seu esforço físico e destreza. Entretanto, se os trabalhadores adquirissem o controle do processo de trabalho e o controle do seu pagamento, as usinas perderiam o principal meio de pressão de que as empresas dispõem para aumentar a produtividade do trabalho. Isto porque o processo de trabalho no corte de cana depende única e exclusivamente da destreza do trabalhador, como colocamos. Depende de um

conjunto de atividades manuais, exercido pelos trabalhadores, independente da administração do processo.

Na *Zona da Cana*, o corte manual da cana é o majoritário nas usinas, e ele é um trabalho duro. Todavia, no corte manual, os trabalhadores têm o controle da atividade. Eles recebem o eito de cana definido pelo supervisor da turma e realizam as atividades exigidas: começam a cortar pela linha central, a linha na que será depositada a cana. Tem seguida, cortam as duas linhas laterais à central, de forma que todas as linhas do eito sejam cortadas simultaneamente, sem deixar linhas sem cortar. O corte é feito no nível do chão, as folhas verdes do topo são atiradas e depois os talos são amontoados. O procedimento no corte deve seguir algumas indicações: a cana deve ser cortada ao nível do solo sem deixar pedaços e a ponta da cana deve ser cortada tão próxima do ponto natural de quebra quanto possível. Isto porque é no pé da cana que se concentra a sacarose, mas corte rente ao chão não pode atingir a raiz para não prejudicar a rebrota. Dependendo da usina, o trabalhador pode amontoar as canas em feixes na fileira central, distando os montes um metro um do outro, ou pode fazer uma esteira de canas amontoadas sem necessidade dos montes. Esse procedimento evidencia, já no eito, que a quantidade de cana cortada por dia por trabalhador depende, para ganhar mais, da sua resistência física diante de uma atividade repetitiva, extenuante, realizada a céu aberto sob o sol, na presença de fuligem, poeira e fumaça e num período de trabalho que varia de 8 a 12 horas/dia. Resistência esta que leva a consequências dramáticas como as denunciadas no município de Ribeirão Preto, estado de São Paulo, nos anos de 2004 a 2008 quando faleceram por exaustão 21 trabalhadores rurais no corte da cana. 45

De acordo com pesquisas realizadas junto ao Ministério Público Federal “a vida útil de um cortador de cana é em média de 15 anos. Depois desse período, se ele estiver vivo, torna-se inválido nas suas atividades físicas” (2008, s/p)

É importante lembrar que, no espaço canavieiro, o processo de precarização e exploração do trabalho fundamenta-se nos baixos salários e no voraz processo de corrupção na contagem da produção do trabalhador.

Contudo, as ações promovidas pelo Estado para proibir aos usineiros continuar pagando aos seus trabalhadores por produção, inexistem. Em princípio, para os Sindicatos de Canavieiros (trabalhadores) e do Ministério Público Federal do Trabalho, o que está posto é a intensificação da fiscalização do trabalho no corte e na pesagem da cana.

Porém, para que isso se leve a efeito seria necessário o aumento significativo tanto do contingente efetivo dos Sindicatos Rurais como do MPFT.

Um grande aliado à *naturalização* desta forma de barbárie é a grande mídia. Concordamos com Gadotti (2003), quando afirma que ela é:

(...) hoje uma grande indústria de vendas associadas ao capital monopolista. Ao lado dessa função principal que é uma função econômica, a grande mídia por ser também uma indústria cultural, exerce a função de difundir, reproduzir e legitimar as idéias da cultura dominante. (...) É nessa ordem de coisas que é programada a educação, a cultura e o lazer para a classe trabalhadora. É por essa razão que o controle político da grande mídia é muito mais ostensivo do que o controle da escola. (...) A mídia ganha em atualidade e extensão geográfica (*principalmente a televisão*) e em quantidade de indivíduos atingidos ao mesmo tempo. (GADOTTI, 2003, p.140, grifo nosso).

Gadotti nos chama a atenção para a influência da televisão e da mídia impressa na formação política da classe trabalhadora. Nas pesquisas realizadas nos principais jornais do estado, pudemos observar a divulgação e propaganda do aumento da produção canavieira na região Nordeste e no Brasil. As notícias sobre geração de emprego nos estados da Paraíba, Pernambuco e Alagoas, a criação de cooperativas para o processamento de cana-de-açúcar; o aumento da produtividade nas áreas canavieiras no estado em questão e a mais nova proposta de produzir diesel com o caldo da cana, ofuscam as denúncias que movimentos sociais e comissões pastorais (da terra, do migrante) fazem cotidianamente das condições de trabalho que essas “benfeitorias” provocam.

Os Jornais e a televisão têm divulgado massivamente as metas que deverão ser atingidas pela indústria sucroalcooleira para o Brasil até 2012 com o montante de 1 bilhão de litros durante esse período. No caso do estado de Pernambuco é público para a sociedade que os programas relacionados ao processamento de biocombustíveis têm inclusive *ressuscitado* várias usinas e engenhos que foram à falência nas décadas de 1980 e 1990 com a crise do Pro-Álcool.

De maneira geral, o conteúdo midiático constrói a visão de grande parte da sociedade, até mesmo da classe trabalhadora, sobre as vantagens da produção exponencial de cana-de-açúcar no Brasil, apontando positivamente o papel das usinas nos estados do

Nordeste onde os índices de desenvolvimento humano (IDH) são os mais baixos do país. Todavia, como mostramos, pouco tem a ver os *rankings* de produção e exportação de produtos da cana-de-açúcar com a redução da miséria e o aumento da qualidade de vida dos trabalhadores na cana.

Conforme Soares (2010), a mídia reforça a importância do agronegócio: “pois ao divulgar os resultados das safras anuais, credita-os a este modelo” (p.54). O discurso frequente nas matérias sobre esse segmento produtivo, que são veiculadas na mídia televisiva, na mídia impressa ou em *sites* especializados, é sempre de valorização desse modelo: o agronegócio brasileiro é responsável por cerca de 1/3 de tudo que é produzido no país; o agronegócio é o setor mais importante da economia brasileira, e assim pela frente. Estrategicamente, o agronegócio se apropria dos resultados da agropecuária, como se o mérito da produção neste país fosse só seu, relegando à agricultura camponesa, que é responsável por grande parte da produção de alimentos básicos, o segundo plano. É importante dizer nesse sentido, que as lavouras temporárias (nas quais se inclui as de produção de alimentos básicos) apresentam maior volume de produção entre as pequenas e médias propriedades do que entre as grandes (CENSO Agropecuário, 2006).

Considerações Finais

As contradições apontadas nos levam a questionar as contradições existentes entre as relações de produção, as relações entre as classes, e as forças produtivas que configuram o mesmo espaço: da riqueza do Agronegócio Sucroalcooleiro e da miséria dos seus trabalhadores. As imagens e dados confirmam que não estamos diante de um “modelo” de desenvolvimento para todos, e sim, de um modelo de crescimento econômico de uma classe, que detém o capital, no caso o capital sucroalcooleiro. Além do mais, esse modelo submete a natureza às determinações das necessidades da sua ampliação continuada.

Essa perspectiva analítica nos leva a indagar de forma mais aprofundada os desdobramentos do modelo de desenvolvimento do capitalismo monocultor para a classe trabalhadora, especificamente para os trabalhadores rurais em luta por terra e acampados na *Zona da Cana*, que ao tempo são explorados e precarizados no trabalho do corte da cana nas usinas de açúcar e etanol. Os acampamentos de trabalhadores sem terra localizados às

margens das rodovias mostram a pluralidade de movimentos que organizam e mobilizam a classe trabalhadora hoje no campo.

Referências Bibliográficas

ALVES, Giovani. **O novo e precário mundo do trabalho. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo.** São Paulo, Boitempo, 2000.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Latifúndio e Reforma Agrária no Brasil.** Livraria Duas Cidades. Manuel Correia de Andrade 1980.

_____. **A terra e o homem no nordeste.** 4ª ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

_____. **Caminhos e descaminhos da geografia.** Campinas: Papirus Editora, 1989. 85 p.

_____. **O Brasil e a América latina.** São Paulo: Contexto, 1984.

_____. **Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho.** São Paulo: Boitempo Editorial, 6ª edição, 2002.

BALBO, L. **Colheita mecanizada da cana crua.** Sertãozinho, SP: Usina São Francisco, 1994. 46p.

GADOTTI, Moacyr. **Concepção Dialética da Educação: um estudo introdutório.** São Paulo: Cortez, 2003.

LIMA, Edvaldo Carlos de. **Os movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária no Pontal do Paranapanema (SP): dissidências e dinâmica territorial.** 120f. (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Ciências e Tecnologia/Universidade Estadual Paulista, 2006

MOREIRA, Emilia de Rodat. **Capítulos de geografia agrária da Paraíba.** Emilia Moreira, Ivan Targino. – João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.

_____; TARGINO, I. **A produção de cana-de-açúcar em áreas de reforma agrária na Paraíba.** Anais do IV SINGA, UFF, Niterói, 2009

OLIVEIRA, Ana Maria Soares. **Reordenamento territorial e produtivo do agronegócio canavieiro no Brasil e os desdobramentos para o trabalho.** FCT/UNESP. Presidente Prudente, 2009. (Tese de Doutorado).

THOMAZ JR., Antonio. **Por Trás dos Canaviais, os (Nós) da Cana. (uma contribuição ao entendimento da relação capital x trabalho e do movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista).** São Paulo: USP, 1996, 439 p. (Tese de Doutorado).

A MECANIZAÇÃO DA COLHEITA DE CANA NO ESTADO DE SÃO PAULO E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA OS TRABALHADORES MANUAIS

REIS, Leonardo Ferreira (UFSCar); ALVES, F. (UFSCar)
leofreis@gmail.com; chiquinho@dep.ufscar.br
Agência financiadora: CAPES
GT 2 - Trabalho Rural

Resumo:

O objetivo deste artigo é identificar a influência que os custos de operação da frente manual de corte de cana têm sobre o avanço da mecanização da colheita de cana no Estado de São Paulo. Os dados para a construção das tabelas de custos foram obtidos em entrevistas com diversos trabalhadores, desde os próprios cortadores de cana, até engenheiros do departamento agrícola da Usina 1, localizada na região de Araçatuba, SP, e em duas edições da Agrishow, em Ribeirão Preto, SP. O método utilizado para comparar estes custos foi o da composição orgânica do capital, que separa os custos totais em capital constante e variável. Através da análise da composição orgânica do capital pôde-se verificar que, com a intensificação do trabalho no corte manual de cana, os custos da frente manual decrescem (R\$6,60/ton), enquanto na frente mecanizada, os custos aumentam caso a produção dos canaviais diminua (R\$5,41/ton), aproximando os dois valores. Quando os talhões estão menos produtivos, o uso de máquinas para a colheita é menos interessante do que o uso de trabalhadores manuais. Como o pagamento dos cortadores é calculado pela produção individual, para conseguir manter os seus salários em talhões menos produtivos é preciso aumentar a energia despendida no trabalho, cortando mais cana por dia. Por sua vez, o avanço do processo de intensificação do trabalho no corte manual de cana, que reduz seu custo de operação, age como um freio à mecanização completa do corte de cana no Estado de São Paulo, que se torna menos viável economicamente que o trabalho manual em alguns casos.

Introdução

O Complexo Agroindustrial (CAI) Canavieiro do Estado de São Paulo tem dois produtos importantes: o açúcar, produzido para o mercado interno e principalmente para o mercado externo e o álcool (etanol), que é produzido fundamentalmente para o mercado interno, mas tem potencial de tornar-se uma commodity para exportação, como alternativa energética aos combustíveis fósseis. Mais recentemente, a produção de energia a partir da combustão do bagaço da cana tornou-se uma alternativa para esse complexo. Sendo capaz de produzir todas essas mercadorias, o CAI Canavieiro é de importância crucial para a economia paulista por produzir mais de 60% de toda a cana-de-açúcar, 70% do álcool e 60% do açúcar do país e ocupar mais de 4 milhões de hectares de terras nesse Estado (CONAB, 2011).

Esse complexo conta com forte apoio governamental, que pode ser mostrado pela atuação do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), banco estatal, que desembolsou cerca de R\$6,5 bilhões e R\$7,6 bilhões, em 2009 e em 2010, respectivamente (MDIC, 2011). A boa fase do complexo tem interessado o capital internacional, que vem investindo fortemente na compra e em fusões com usinas brasileiras tradicionais na produção canavieira.

As parcerias com o governo e com o capital estrangeiro têm feito o CAI Canavieiro brasileiro, e, principalmente, paulista, passar por um processo de expansão que não é observado desde a implantação do Proálcool, na década de 70. Estes dois períodos (1975/85 e pós 2003), apesar de apresentarem algumas características comuns, como o papel importante do Estado, têm diferenças peculiares, entre as quais destacam-se a importância atual dada às questões ambientais e sociais. Essas duas questões redundam em pressões políticas e econômicas sobre o complexo o que impulsiona mudanças tecnológicas e organizacionais de diversas atividades, principalmente, mas não exclusivamente, na fase de produção agrícola do CAI Canavieiro paulista. Dentre elas destaca-se a mecanização do corte de cana, que salta de 34% da colheita na safra 2006/2007 para mais de 65% na safra de 2011/2012.

O avanço do processo de mecanização vem para substituir o trabalho no corte manual de cana, ainda muito presente na colheita, e que empregava mais de 160 mil trabalhadores manuais no ano de 2009 (BACCARIN et al., 2011). Essa atividade é caracterizada por dois elementos principais: o alto desgaste físico dos trabalhadores, que

tem seu trabalho intensificado por vários mecanismos de controle da força-de-trabalho e de incentivo ao aumento da produtividade (ALVES, 2008, GUANAIS, 2008; SOUZA, 2011; REIS, 2012), e a necessidade da queima prévia dos canaviais, que elimina a palha da cana, principal barreira para a produtividade desses trabalhadores, mas que produz diversos problemas ambientais.

A primeira relação que se estabelece entre a colheita manual e mecanizada é o de atender demandas ambientais que exigem o fim da queima dos canaviais. Porém ainda não se estabeleceu uma relação satisfatória entre a colheita manual e mecanizada quanto aos objetivos econômicos das usinas de aumentar a produtividade do trabalho e diminuir os custos de produção.

Portanto, o objetivo deste trabalho é mostrar que a intensificação do trabalho na colheita manual influencia negativamente o avanço do processo de mecanização do corte de cana no Estado de São Paulo. O aprofundamento da discussão sobre a relação entre custos de operação de cada um desses sistemas se mostra importante e atual sobretudo após a assinatura do Protocolo Agroambiental em 2007. Segundo este documento, os usineiros deveriam atingir, até 2010, a taxa de 70% de mecanização do corte de cana, porém, em 2012, as máquinas operaram em apenas 65% da área colhida. Assim, esse trabalho permite ainda, compreender porque a mecanização total do corte de cana no Brasil esteja se efetuando em ritmo tão lento e mais atrasado do que os demais países produtores de açúcar de cana, como a Austrália, que na década de 70 já havia mecanizado praticamente toda a sua colheita (ABREU et al., 2008).

Metodologia

O método utilizado para verificação da intensificação do trabalho foi o de análise comparativa da composição orgânica do capital numa frente de corte manual de cana relativamente a uma frente de corte mecanizado. Essa análise permitiu verificar os fatores econômicos que influenciam a adoção da mecanização e como a intensificação do trabalho modifica os custos de operação da frente manual.

A abordagem utilizada no presente trabalho incluiu duas metodologias distintas, porém, complementares: a metodologia qualitativa e a quantitativa. Para o cálculo dos custos de operação das frentes manuais e mecanizadas optou-se pelo uso da metodologia quantitativa, aplicada durante o estudo de caso realizado em uma usina localizada na

cidade de Bento de Abreu, região de Araçatuba, SP (Usina 1). Durante este estudo de caso foram realizadas entrevistas com diferentes atores e observações do processo de trabalho no corte manual e mecanizado, possibilitando a descrição das tarefas, os equipamentos e profissionais necessários a essas atividades. De posse dessas informações: equipamentos, materiais e pessoal necessário a cada atividade, passou-se a determinação dos respectivos custos de aquisição de materiais e de cálculo dos custos de operação de cada atividade: colheita manual e colheita mecanizada.

Dessa forma, os dados coletados durante o estudo de caso podem ser separados em duas categorias: objetivos e subjetivos, conforme descrito a seguir.

- a) Objetivos - relacionados aos custos de aquisição de máquinas e equipamentos, média de salários e de produtividade dos trabalhadores das frentes manual e mecanizada e sobre como se dá o processo de trabalho no corte de cana manual e mecanizado no Estado de São Paulo.
- b) Subjetivos - referentes às descrições dos trabalhadores das atividades realizadas e sobre a percepção que eles tinham de suas condições de trabalho a que estão submetidos.

Para a obtenção desses dois tipos de dados, além das entrevistas, foram realizadas coletas de preços de materiais e equipamentos nos fornecedores regionais das usinas e foram realizadas entrevistas com diversos trabalhadores das usinas visitadas no Estado de São Paulo. Nessas visitas foram feitas observações sobre o ambiente e o processo de trabalho, às quais foram apoiadas por registros fotográficos e filmagens.

As entrevistas foram de caráter semi-estruturado, ou seja, variaram em forma de acordo com a dinâmica de cada ambiente e pessoa, mas mantiveram em conteúdo os pontos centrais de análise e as perguntas-chave, estabelecidas previamente ao trabalho de campo. As entrevistas objetivavam captar dos entrevistados os seguintes aspectos: o processo de trabalho no corte manual de cana; a produtividade e a remuneração obtida no processo de trabalho; as mudanças ocorridas no processo de trabalho e nos salários com o avanço da mecanização do corte; os motivos da migração, na medida em que grande parte dos trabalhadores entrevistados era de outros estados e regiões do país. Durante a pesquisa de campo foram entrevistados diferentes atores do CAI canavieiro, desde os cortadores de cana até os gerentes e engenheiros do departamento agrícola das usinas.

Os dados sobre custos da frente mecanizada e da frente manual foram adquiridos nos trabalhos de campo desenvolvidos na Usina 1, e em duas edições da Agrishow, em 2011 e 2012, realizadas em Ribeirão Preto, SP. Com esse intuito, também, foram visitadas concessionárias e *sites* de vendas de máquinas agrícolas e de materiais para as usinas. Para a determinação dos valores dos salários dos trabalhadores das frentes manuais e mecanizadas foram utilizadas as informações fornecidas pelos trabalhadores, nas entrevistas e pelas entidades sindicais, além de trabalhos acadêmicos.

Análise dos custos de corte manual da cana-de-açúcar

No caso do trabalho no corte manual de cana, o salário bruto de um cortador foi calculado usando-se como parâmetros produtividades do trabalho variando entre 10 e 12 toneladas de cana cortadas por homem, por dia de trabalho. O uso desses dois parâmetros se deve às entrevistas realizadas com os trabalhadores, na qual eles revelaram obter esses dois rendimentos quando cortam cana. Portanto 10 e 12 T/C/H/D foram valores indicados pelos trabalhadores entrevistados como representativo da média de produção diária.

O preço da tonelada de cana pago aos trabalhadores não é mais unificado. Cada usina estipula esse preço a partir de negociações diretas entre as usinas e os sindicatos representativos dos trabalhadores naquela região em que está situada a usina. Dessa forma os valores praticados diferem de usina para usina e de região para região. No caso do presente trabalho, o preço da tonelada de cana cortada pelos trabalhadores, na safra 2012/2013, foi de R\$3,36/T (três reais e trinta e seis centavos por tonelada de cana cortada), porque esse foi considerado, pelo sindicato da região de Araçatuba, SP, como mais representativo.

A produção da cana por hectare (quantidade de cana, medida em tonelada, existente em 1 Ha plantado com cana), também varia de talhão para talhão e depende, por sua vez, da variedade de cana plantada, da idade da cana (1º., 2º. 3º.,4º. ou 5º. Corte) e dos tratos culturais dispensados ao longo do ciclo de vida da planta. Dessa forma, utilizou-se, nesse trabalho, 80ton/ha como parâmetro representativo da produtividade média dos talhões de cana da região. Com base nesses dados, foi possível estimar o salário médio mensal dos

cortadores de cana em, respectivamente, R\$811,00 e R\$976,00, dado produtividades médias de 10 e 12 toneladas por dia¹.

Os salários dos fiscais de turma, como dependem da produtividade da turma a eles subordinadas, foram calculados como estando acima do menor salário da turma e igual ou superior ao salário do trabalhador mais oneroso. Dessa forma, arbitramos o valor desse salário como correspondente ao da remuneração obtida para os cortadores manuais. Na Usina 1, uma frente de corte manual é formada por quatro turmas de trabalhadores e cada turma tem 30 cortadores de cana. Toda turma possui fiscal, medidor e motorista de ônibus. Além disso, como é feita a queima prévia dos canaviais, acrescentamos o custo da queima ao custo de operação do corte manual. A queima prévia dos talhões é feita por uma turma de nove trabalhadores, composta por: um líder, dois trabalhadores que colocam fogo no talhão de cana em direções diferentes e dois outros que acompanham os fogueiros para fiscalizar a dispersão do fogo, evitando que outros talhões de cana, ou locais indesejáveis, sejam incendiados. Acompanha esse processo de queima dois caminhões pipa com um motorista e um controlador do jato d'água em cada caminhão.

Arbitrou-se o valor de todos os encargos trabalhistas como equivalente a 70% do salário pago aos empregados. Ao final da soma de todos os salários foi acrescida essa porcentagem, auferindo-se assim o valor do capital variável adiantado aos trabalhadores na frente manual (Tabela 1).

¹ O cálculo do pagamento dos cortadores de cana é feito utilizando a produção diária dos trabalhadores em toneladas, porém, a medida da produtividade do trabalho é feita pela medição do metro de cana cortado. Então, é necessário se fazer a conversão do valor da produção em metro para a produção em tonelada. Esta conversão é influenciada pela qualidade da cana cortada, cujas principais variáveis são o grau de dificuldade no corte da cana e o seu peso. Uma cana deitada pelo vento ou por má formação das soqueiras exige um esforço muito maior do que uma em pé, tornando-a menos produtiva e mais cara. O peso da cana é medido na balança para caminhões localizada na entrada das usinas. Este complexo sistema de cálculo e suas consequências para os trabalhadores é detalhado em Reis (2012).

TABELA 1 – Gastos com salários e número de trabalhadores de uma frente de corte manual de cana na Usina 1, localizada na região de Araçatuba, SP.

Ocupação	Salário Individual (R\$) ^a		No. de Trab.	Capital Variável (R\$)
Cortador de cana (10/T/D)	1.378,70	(811,00)	120	165.444,00
Cortador de cana (12/T/D)	1.659,20	(976,00)	120	199.104,00
Medidores	1.173,00	(690,00)	4	4.692,00
Motorista de ônibus rural	1.254,60	(738,00)	4	5.018,40
Operador de carregadeira e transbordo	1.254,60	(738,00)	6	7.527,60
Fiscal de turma	1.662,60	(978,00)	4	6.650,40
Trabalhadores da queima	1.594,60	(938,00)	8	12.756,80
Líder da queima	2.040,00	(1.200,00)	1	2.040,00
Total 1 (10/T/D)	10.358,10	(6.093,00)	147	204.129,20
Total 2 (12/T/D)	10.638,60	(6.258,00)	147	237.789,20

Fonte: Dados primários, Usina 1.

^a Os valores entre parênteses se referem aos salários individuais líquidos, ou seja, sem encargos trabalhistas.

Nesse ensaio não consideramos o gasto com combustível dos ônibus, caminhões pipa e caminhonete, que operam nas frentes de trabalho no corte manual. Adotou-se esse procedimento porque os ônibus de transporte de trabalhadores, assim como os caminhões pipa, não trafegam durante a operação de corte. Isso significa que eles não gastam combustível nesse período; o combustível que gastam é o relativo aos seus deslocamentos da usina, ou das cidades, até o local onde está se dando o corte manual. Segundo Reis (2012) os custos relativos ao capital constante da frente manual são da ordem de R\$ 50.911,00.

Nessa pesquisa encontramos uma frente de corte manual com quatro turmas de trabalhadores, perfazendo 120 cortadores de cana por dia. Considerou-se também que eles trabalham 30 dias por mês apenas cortando cana, não realizando outras atividades do ciclo de produção agrícola, que coincidem com a safra, como o plantio de determinadas variedades, eliminação de invasores e pragas, etc. Conforme já mencionado, trabalhamos com dois parâmetros de produtividade média do corte manual de cana: 10 e 12 toneladas homem/dia, isso devido às informações obtidas em campo e na literatura (ALVES, 2008). Com esses parâmetros apurou-se uma produção mensal de 36.000 e 43.200 toneladas, respectivamente. Somando-se os custos totais obtidos na tabela 1, gasto com capital

variável, com os custos da tabela 2, gastos com capital constante, obtém-se o custo total do corte manual em R\$251.844,00, com produtividade de 10/T/H/D, e R\$285.300,00, considerando-se a produtividade média do trabalho em 12/T/H/D. Assim, o custo da frente manual por tonelada de cana produzida é de R\$6,99/ton e R\$6,60/ton, respectivamente.

A partir desses resultados podemos perceber que quanto maior a produtividade do trabalho, menor o custo de operação no corte manual, mesmo que implique em maiores salários para os cortadores de cana.

Dessa forma, fica fácil perceber porque os usineiros mantêm o pagamento por produção no corte manual de cana. Na medida em que o pagamento por produção é o mecanismo que puxa a produtividade do trabalho e, na medida em que os custos de produção são inversamente proporcionais à produtividade, torna-se fundamental manter o corte manual de cana com elevada produtividade e garantir os meios que elevem a produtividade, como o pagamento por produção.

Análise dos custos de corte mecanizado da cana-de-açúcar

O trabalho na colheita de cana mecanizada, diferentemente do corte manual, se estende durante a noite, o que permite maior tempo de trabalho despendido pelas máquinas e seus operadores, e menor ociosidade do capital constante. Em algumas usinas, o turno de trabalho do operador é de 12 horas, sendo que, nesses casos, o seu salário é acrescido do valor das quatro horas excedentes pagas com um valor superior (valor da hora extra) às oito horas iniciais. (NARIMOTO, 2012). Na usina estudada, os operadores trabalham em três turnos de oito horas com três operadores mais um folguista. A frente de corte mecanizado conta com dois trabalhadores manuais, que são responsáveis por: recolher a cana, que eventualmente caia dos transbordos, no momento de passar para o treminhão; engatar as julietas² nos transbordos e anotar, em um pedaço de palha ou papel, de qual frente de corte e de qual talhão veio a cana do caminhão. Cada frente de colheita mecanizada também possui um líder por turno e um folguista. Considerou-se que o líder de uma frente mecanizada ganha, pelo menos, o maior salário percebido por seus subordinados. Segundo Reis (2012), os custos com o capital variável da frente mecanizada

² Cada transbordo é composto por um trator e duas julietas. As julietas são duas caçambas acopladas ao trator que possuem um sistema hidráulico para serem erguidas, facilitando, assim, a passagem da cana deste trator, que possui pneus adequados à movimentação pelos canaviais, para o treminhão. O trabalho de conectar as julietas e o trator é muito perigoso por ser feito em um local de baixa visibilidade para o operador do trator, que, de marcha a ré, deve colocar o trator na posição correta para o trabalhador manual conectá-los.

é de R\$ 105.187,60 considerando o pagamento de todos os 58 trabalhadores necessários à operação de todas as máquinas desse sistema de corte.

Para cada máquina colhedora, são necessários dois transbordos, pois, enquanto um está abastecendo o caminhão de transporte³, o outro está acompanhando a colheitadeira no campo e recebendo a cana por ela colhida. Este revezamento entre transbordos tem o mesmo objetivo do revezamento entre operadores: manter a colhedora operando sem pausas pelo maior número de horas possível.

Como todos os equipamentos da frente mecanizada trabalham 24 horas por dia e têm um alto grau de desgaste, considerou-se o prazo da depreciação de todos eles em cinco anos⁴. Dessa forma, o capital constante fixo mensal foi calculado levando-se em consideração esse prazo de depreciação e o número de meses no ano em que o equipamento opera. O corte de cana na frente mecanizada é contínuo, porém, existem algumas pausas, programadas ou não, para realizar pequenas manutenções, troca de turno dos operadores, almoço, dentre outros, de modo que o número de horas efetivas de colheita em cada frente mecanizada é, em média, de 18 horas diárias. Com o preço do diesel a R\$1,90/litro (Dez. 2012), o gasto mensal (30 dias) das três colhedoras, com combustível, é de R\$64.792,00. O consumo de combustível dos tratores, que puxam os transbordos, foi apurado, segundo os fornecedores de tratores e os operadores entrevistados, em 5 litros de óleo diesel por hora trabalhada, sendo o dispêndio com combustível para esse equipamento estimado em R\$5.130,00 (BANCHI et al. 2005). O gasto com combustível para caminhão pipa, caminhão mecânico, comboio e o carro do líder de frente não foram considerados neste estudo, pelos mesmos motivos já expostos para os carros pipas, caminhões oficinas e caminhonetes: são carros que não operam, ficam parados até o momento que são demandados (Tabela 2).

³ O caminhão de transporte, em geral um treminhão, caminhão de tração que puxa três reboques ou julietas carregadas de cana para as usinas, não pode entrar nos talhões, pois o seu peso excessivo comprime o solo, diminuindo sua capacidade produtiva, e ainda destrói a cana por onde passa. Portanto, é necessária a utilização de tratores transbordos com pneus adaptados para trafegar dentro dos talhões, enquanto os caminhões esperam nas estradas de rodagem.

⁴ Um agente bancário arguido durante a Agrishow de 2012 disse que seu banco financia a compra de tratores e colhedoras de cana em, no máximo, cinco anos, pois, segundo ele, é a duração máxima desses equipamentos.

TABELA 2 – Custo mensal com capital constante da frente mecanizada.

Máquinas/ Equipamentos	No. de equip.	Valor de aquisição (R\$)	Consumo de combustível (litros/h)	Capital constante/mês (R\$)	
				Fixo	Circulante ⁵
Colhedora mecânica	3	900.000,00	63,15 litros/h ¹	45.000,00	64.792,00
Trator transbordo	6	368.400,00	5,0 litros/h ²	36.840,00	5.130,00
Caminhão pipa	1	200.000,00	-	3.333,00	-
Caminhão oficina	1	250.000,00	-	4.166,00	-
Carro do líder	1	21.057,00 ⁶	-	351,00	-
Caminhão comboio	1	200.000,00	-	3.333,00	-
Total Parcial				93.023,00	69.922,00
TOTAL					162.945,00

Fonte: Dados primários, Usina 1.

¹ Segundo Schmidt Junior (2011), o consumo de combustível de uma colhedora pode variar, de acordo com a velocidade utilizada, entre 60,04 e 66,27 litros/h, portanto, a média de consumo é de 63,15 litros/h.

² BANCHI et al. (2005)

A produção média das colhedoras de cana na Usina 1, em uma frente com três colhedoras, foi apurada em 550 toneladas de cana por dia, ou 49.500 toneladas de cana por mês (30 dias)⁷. Com a soma do capital variável e constante (Tabela 4) da frente mecanizada, conclui-se que o custo mensal de operação dessa atividade é de R\$268.132,60. Ao dividir esse custo pela quantidade de cana cortada mensalmente, chega-se a um custo de R\$5,41 por tonelada de cana cortada mecanicamente.

Assim, verifica-se que o custo por tonelada da frente mecanizada, assim como na frente manual, é determinado pela produtividade da operação. Nos talhões com menor produção é possível aumentar a velocidade de operação das máquinas. Isso porque a cana

⁵ Nesse valor não foram considerados, por falta de dados, o óleo lubrificante e o óleo hidráulico. Esses itens também são importantes na composição dos custos posto que a força motriz da colhedora é hidráulica e o uso praticamente ininterrupto dessas máquinas durante a colheita tornam recorrente a necessidade de troca de óleo.

⁶ Preço de um Palio 1.0/Trofeo 1.0 Fire/ Fire Flex 2p, ano 2009. Segundo dados do site: <http://carros.uol.com.br/fipe/>, acessado em 09/05/2012

⁷ Entretanto, Banchi et al. (2008b) verificou na sua pesquisa que uma colhedora chega a cortar, em média, 860 toneladas de cana por dia, totalizando 77.400 toneladas de cana por mês (30 dias) em uma frente com três colhedoras. Essa diferença talvez possa ser explicada pela diferença de produtividade da cana, pela diferença das máquinas empregadas, ou ainda por diferenças das características de solo, de relevo e de talhão entre os dois estudos. Caso utilizemos os valores encontrados por Banchi et al, o custo por tonelada seria de R\$3,46 por Tonelada.

dos talhões de menor produtividade é mais fraca e permite ganho de velocidade, implicando em maior quantidade de cana cortada em unidade de tempo. Porém, esse ganho pode não compensar o aumento do gasto com combustível, nem o risco de quebra do equipamento, o desgaste do mesmo, e o aumento de custos correspondentes. Sendo assim, quando a produção dos talhões está comprometida, a produtividade da operação mecanizada também é comprometida e não pode ter as perdas divididas com os trabalhadores, como acontece no pagamento por produção dos cortadores manuais.

Conclusões

A produção de cana por hectare depende de um conjunto de fatores, que vai desde a variedade de cana selecionada para aquele tipo de solo, aos fatores edafo-climáticos do ano safra, passando pelos tratos culturais praticados adequadamente, ou não. Uma vez selecionada e plantada uma variedade de cana, à qual pode produzir por cinco safras, as usinas possuem controle somente do manejo dos talhões, atividade fundamental para a rentabilidade do negócio, principalmente, com o sistema de corte mecanizado. Contudo, os custos para manter a produtividade elevada são altos, portanto, é possível que haja uma política deliberada de diminuição do investimento nessa tarefa, o que pode acontecer por dois motivos principais: ou o capital disponível para a execução dessa tarefa (que acontece durante todo o ano) não é suficiente, ou é direcionado para outros investimentos mais rentáveis.

Quando cai a produção dos talhões torna-se necessária a realização de cálculos de custos comparativos entre manter o corte mecanizado em talhões de baixa produtividade, ou substituir máquinas pelo corte manual. Pois com baixa produção dos canaviais, o sistema de corte manual é economicamente mais vantajoso que o mecanizado. O trabalho manual consegue ter sua produtividade aumentada, em primeiro lugar pelo pagamento desses trabalhadores ser por produção, o que obriga o cortador a aumentar sua média de cana cortada para conseguir alcançar seu salário, em segundo lugar, devido ao enorme exército industrial de reserva proveniente de outras regiões do país, origem da maior parte desses trabalhadores. Se combinarmos a disponibilidade de trabalhadores, com os baixos salários da categoria, propiciados, dentre outros motivos, pelo baixo poder de barganha dos assalariados rurais, com a crescente produtividade do corte manual de cana, tem-se todos

os ingredientes necessários para fazer com que o interesse na manutenção do corte manual se sobreponha ao de mecanizar a colheita sempre que haja baixa produção dos talhões.

Referências bibliográficas

ABREU, D.; MORAES, L. A.; NASCIMENTO, E. N.; OLIVEIRA, R. A. Impacto social da mecanização da colheita de cana-de-açúcar. **Revista Medicina do Trabalho**, São Paulo, v. 4, 5 e 6, n. especial, p. 3-11, jul. 2009.

ALVES, F. **Trabalho e trabalhadores no corte de cana: ainda a polêmica sobre o pagamento por produção e as mortes por excesso de trabalho**. In: SILVA, M. A. M.; ALVES, F.; PEREIRA, J. C. A. **Agrocombustíveis Solução? : a vida por um fio no eito dos canaviais**. São Paulo: CCJ – Centro de Capacitação da Juventude, p. 22 – 48, 2008.

BACCARIN, J. G.; GEBARA, J. J.; BORGES JUNIOR, J. C., Expansão canavieira e ocupação formal em empresas sucroalcooleiras do centro-sul do Brasil, entre 2007 e 2009. **RESR**, Piracicaba, SP, v. 49, n. 2, p. 493-506, abr-jun. 2011.

BANCHI, A. D.; LOPES, J. R.; MATOS, M. A. Consumo de combustível em frotas agrícolas. **Revista Agrimotor**, v. 5, n. s/n, p. 8 e 9, 2005.

BANCHI, A. D.; LOPES, J. R.; ROCCO, G. C. Análise do custo operacional em carregadoras de cana. **Revista Agrimotor**, v. 36, p. n. s/n, p. 14 e 15, 2008.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Acompanhamento de safra brasileira: cana-de-açúcar**, Brasília, dez. 2011.

GUANAIS, J. B. Impasses do processo de trabalho da agroindústria canavieira: corte manual da cana e pagamento por produção. In: SILVA, M. A. M.; ALVES, F.; PEREIRA, J. C. A. **Agrocombustíveis Solução?: a vida por um fio no eito dos canaviais**. São Paulo: CCJ – Centro de Capacitação da Juventude, p. 49 – 57, 2008.

MDIC, **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**, 2011 <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2&menu=999> acessado em 30/09/11.

NARIMOTO, L. R. **O trabalho dos operadores de máquinas colhedoras de cana-de-açúcar: uma abordagem ergonômica**. Dissertação (Mestrado). PPGE/UFSCar. 2012.

REIS, L. F. **Mecanização e intensificação do trabalho no corte de cana do CAI Canavieiro do Estado de São Paulo**. Dissertação (mestrado), PPGE/UFSCar, 2012, p. 142.

SCHMIDT JUNIOR, J. C. **Avaliação de desempenho efetivo de colhedora de cana-de-açúcar (Saccharum spp)**. Dissertação (mestrado), ESALQ, 2011, p.107

SOUZA, M. Z. A. **Modernização sem mudanças: da contagem de cabeças à gestão estratégica de pessoas.** Tese (doutorado), PPGEP/UFSCar. 2011. P. 188.

A NÃO CONCESSÃO DE APOSENTADORIA PELO INSS FACE AO TEMPO DE SERVIÇO MISTO (RURAL E URBANO)

ROSSI, Vanberto José; PEDROLONGO, João Paulo.
GT2 – Trabalho Rural

Resumo: o presente artigo consiste em uma análise da concessão de aposentadorias por tempo de serviço misto, no qual constam tanto o período de trabalho tanto rural quanto urbano, a despeito dos trabalhadores comprovarem o tempo de trabalho rural. Historicamente, no Brasil, a concessão de aposentadoria para os trabalhadores rurais não passou pelas mesmas transformações legislativas que a dos trabalhadores urbanos, sendo marcada desde sempre por um caráter somente assistencialista, sendo, ainda hoje, assim entendida por uma parcela considerável dos integrantes do Poder Judiciário. A hipótese principal aqui tratada é a de que o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), enquanto agente do Estado, busca protelar, quando não inviabilizar, a concessão do benefício, agindo contra o texto constitucional e contra suas próprias diretrizes internas. O objetivo a que se propõe este estudo é observar e analisar as possíveis razões para que o INSS, especificamente no que concerne as aposentadorias por tempo de serviço misto (rural e urbano), assumia essa postura de protelação e como ela afeta o trânsito social do indivíduo que necessita do benefício da aposentadoria e os cofres públicos, uma vez que dificilmente é dado ganho de causa para o INSS e o pagamento do benefício deve ser corrigido, onerando os cofres públicos. Foi empreendida pesquisa documental, bibliográfica e realizado um estudo de caso de um ex-trabalhador rural da cidade de São Carlos (SP), o qual demandou processo judicial de quase dez anos para obter o benefício.

Palavras-chave: agenciamento; trabalho rural; tempo de serviço misto.

Introdução

Ao longo da nossa experiência de vida, nos interessamos pelo tema da previdência social. Em primeiro lugar, por sermos, nós mesmos, cidadãos, trabalhadores e estarmos, inevitavelmente, conectados a esse sistema, por intermédio da legislação. Em segundo lugar, porque tivemos contato com pessoas que poderiam ser chamadas de polos ou extremos da questão: de um lado, aquelas que obtiveram todos os benefícios passíveis de concessão legal; e, de outro, aquelas que tiveram seus direitos negados, seja por que motivo for, embora também estivessem aptas a gozar de seus direitos. Assim, entrando em contato com pessoas e bibliografia relacionadas ao tema deste artigo e observando as trajetórias que se apresentavam, gradualmente surgiu um maior interesse pela questão da

previdência social voltada para os trabalhadores rurais. Os principais motivos que nos levaram a estreitar a afinidade com o tema são bem explicitados por Berwanger (2011):

A Previdência Social, no Brasil, chega ao meio rural 48 anos após ser inaugurada na área urbana. E é implantada com caráter nitidamente assistencial, no período do regime militar, como uma concessão do Estado, ou seja, com um viés de esmola, o que Carvalho chama de cidadania outorgada. Reforça a concepção assistencialista, o fato de que o benefício era extremamente limitado, quanto ao valor (meio salário mínimo) e quanto ao público (somente o chefe de família, em geral, o homem). Na Constituição Federal de 1988 registram-se importantes avanços, com a inclusão praticamente total dos trabalhadores rurais. Como todos os direitos sociais conquistados na Constituição, esse também foi fruto de muita mobilização pelos trabalhadores rurais, que contou inclusive, com representante eleito para defender com prioridade a causa da aposentadoria rural. (BERWANGER, 2011, p. 174)

No que concerne a contextualização do desenvolvimento da legislação voltada ao trabalhador rural, a obra de Berwanger (2011) foi o fio condutor de toda a construção da argumentação deste artigo, juntamente aos escritos de Santos (2012) e Kertzman (2011), os quais tratam especificamente do Direito Previdenciário e serviram de base para os esclarecimentos, em termos de legislação, que se fizeram necessários. Do ponto de vista sociológico, as contribuições de Foulcault (1963) e Deleuze (1996) foram fundamentais para a análise e compreensão do estudo de caso que apresentaremos no item 3 deste artigo.

A maior dificuldade para a concessão de aposentadoria por tempo de serviço misto, a qual agrega tanto tempo de trabalho urbano quanto rural, é a comprovação do tempo de serviço rural o que permite ao INSS tomar uma postura de protela da concessão do benefício. Assim, o objetivo central deste artigo é observar as principais razões pelas quais o INSS procura protelar a concessão de benefícios para trabalhadores com tempo de serviço misto, a despeito destes comprovarem o tempo rural.

Para atingir esse objetivo, dividimos o artigo em três capítulos e considerações finais. No primeiro item, discorremos, sucintamente, sobre o desenvolvimento do conceito de seguridade social no Brasil. No segundo item, apresentamos o termo “previdência social rural” e os princípios legais que o norteiam. No terceiro item, analisamos um estudo de caso de um processo de aposentadoria por tempo de serviço de um trabalhador com tempo misto (rural e urbano), procurando observar em que medida os INSS argumenta, de forma não institucionalizada, a favor da protela. Finalmente, as considerações finais.

É importante ressaltar que o desenvolvimento da pesquisa de campo, na cidade de São Carlos (SP), apresentou grandes dificuldades na obtenção de dados estatísticos específicos à concessão de benefícios por tempo de serviço mistos e mesmo os de tempo rural apenas. Procurando os funcionários do posto do INSS e do JEF, a informação apresentada por ambos foi a de que esses órgãos não possuem um controle estatístico que seja especificamente direcionado a concessão de aposentadorias por tempo de serviço misto, o que impediu a obtenção de dados regionais confiáveis. Disso decorreu a necessidade do estudo de caso.

1. A seguridade social brasileira

O seguro social brasileiro iniciou-se com a organização privada, e, aos poucos, por meio de políticas intervencionistas, o Estado foi se apropriando desse sistema. As primeiras entidades a atuarem na seguridade social foram as Santas Casas de Misericórdia, como a da cidade de Santos (SP), que, em 1553, prestava serviços de assistência social. Em termos legais, a Constituição de 1891 estabeleceu a aposentadoria por invalidez para os servidores públicos, custeada pela nação. A Lei 3.724/1919 instituiu o seguro obrigatório de acidente de trabalho, além de uma indenização a ser paga, obrigatoriamente, pelos empregadores aos seus empregados acidentados. A Lei 4.682/1923 (Lei Eloy Chaves), criou as Caixas de Aposentadoria e Pensão para os empregados das empresas ferroviárias, mediante contribuição dos trabalhadores e do Estado, assegurando a aposentadoria aos empregados e pensão aos seus dependentes, o que é considerado o marco da previdência social brasileira.

As Caixas de Aposentadoria e Pensão eram organizadas por empresas, sendo que cada uma delas possuía sua caixa e eram organizadas por categorias profissionais. Na década de 1920 este sistema foi ampliado para diversas empresas de outros ramos, como dos portuários, dos marítimos, etc. Na década de 1930, as 183 Caixas de Aposentadoria e Pensão se transformaram em Instituto de Aposentadoria e Pensão (IAPs)¹. A Constituição de 1934 foi a primeira a estabelecer a tríplex forma de custeio, com contribuição do governo, empregadores e trabalhadores. A Constituição de 1937 utilizou, pela primeira vez, o termo “seguro social”, sem, no entanto, trazer grandes evoluções securitárias. Mas a expressão “previdência social” aparece de forma inovadora na Constituição de 1946,

¹ O processo de unificação das CAPs em institutos perdurou até a década de 1950.

garantindo os benefícios para doença, invalidez e morte. Foi a primeira tentativa de sistematizar as normas de proteção social.

Em 1960 foi criado o Ministério do Trabalho e da Previdência Social. Também foi aprovada a Lei Orgânica da Previdência Social, que unificou os critérios estabelecidos para a concessão de benefícios dos diversos IAPs até então existentes. Em 1967 ocorreu a incorporação de todos os IAPs, com a criação, pelo Decreto Lei 72/1966, do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), consolidando-se o sistema previdenciário brasileiro. Em 1977, foi instituído o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), responsável pela integração das áreas de assistência social, previdência social, assistência médica e gestão das entidades ligadas ao Ministério da Previdência e Assistência Social.

Com base na Constituição de 1988, a Lei 8.029/1990 criou o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), mediante fusão do INPS com o IAPAS. A medida provisória nº. 222 de outubro de 2004 criou a Secretaria da Receita Previdenciária no âmbito da administração direta com as atribuições relativas à arrecadação, as mesmas do antigo Iapas. Em 21 de junho de 2005 foi editada a Medida Provisória nº. 258, que uniu a Secretaria da Receita Federal com a Secretaria da Receita Previdenciária, criando a Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB), concentrando quase a totalidade da arrecadação de tributos federais. A MP 258/05 não foi aprovada, retornando a situação anterior à sua edição com a existência das duas secretarias. Em 16 de março de 2007 foi publicada a Lei nº. 11.457, que instituiu a Secretaria da Receita Federal do Brasil, que passou a existir de fato, em 02 de maio de 2007, por expressa disposição legal (art. 51, II, da Lei 11.457/07).

2. Previdência Social Rural

Embora o trabalhador rural seja, atualmente, segurado obrigatório do Regime Geral da Previdência Social, destacamos sua cobertura previdenciária em razão de suas peculiaridades. A cobertura previdenciária para os trabalhadores rurais não teve, no Brasil, a mesma evolução legislativa que teve para os trabalhadores urbanos. Sucessivas normas jurídicas cuidaram da proteção social do trabalhador rural, desembocando na legislação atual, que se constituiu num verdadeiro subsistema previdenciário que merece estudo destacado das demais normas previdenciárias (cf. KERTZMAN, 2011; BERWANGER, 2011; SANTOS, 2012).

Até 1963, não havia qualquer notícia da inserção dos trabalhadores rurais em nenhum dos sistemas previdenciários. A Lei 4.214 de 02 de março de 1963 que criou o Estatuto do Trabalhador Rural foi a primeira tentativa de inclusão dos trabalhadores rurais no sistema previdenciário e não passou de uma mera tentativa, já que a lei nunca foi regulamentada e o trabalhador rural continuou desprotegido mesmo existindo lei que o protegesse. Previsto no art. 158 dessa Lei, o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL) foi criado através do Decreto nº. 276 de 28 de fevereiro de 1967, porém mais voltado para a área da saúde e funcionou com a colaboração dos sindicatos dos trabalhadores rurais. A previdência social rural só foi incluída, parcialmente e restrita à agroindústria canavieira, com o Decreto nº. 564 de 1º de maio de 1969, protelando, novamente, a inclusão para toda categoria.

O marco inicial da implantação da Previdência no meio rural, ainda que mínima, foi a Lei Complementar nº. 11 de 25 de maio de 1971, que criou o Plano de Assistência ao Trabalhador Rural (Prorural), regulamentado pelo Decreto nº. 69.919 de 11 de janeiro de 1972. Diferentemente do FUNRURAL, o Prorural ampliou seu público alvo. Com a expressão “trabalhador rural”, não apenas o empregado, mas também os parceiros, arrendatários, posseiros e pequenos proprietários rurais, desde que trabalhassem em regime de economia familiar, passaram a ter direito à aposentadoria por velhice aos sessenta e cinco anos de idade, invalidez e pensão por morte e auxílio funeral. Comparados aos benefícios urbanos, os benefícios rurais ainda eram tucanos: 50% do salário mínimo para as aposentadorias e 30% do salário mínimo para as pensões, e ainda, somente podiam ser cedidas para um membro da família, geralmente o homem, por isso ficou conhecido como um direito do “chefe da família”. Às mulheres trabalhadoras rurais era garantida apenas a qualidade de dependentes.

O custeio do Prorural foi garantido pelo desconto de 2% da comercialização da produção rural, além de um percentual de 2,4% sobre a folha de pagamento das empresas urbanas. Durante a vigência da Lei Complementar nº. 11/71 não foi cobrada qualquer contribuição dos assalariados rurais. Começa aqui uma polêmica que perdura até hoje, em que há uma confusão entre ausência de contribuição e contribuição indireta. Nesse sentido, “não havia contribuição por parte do trabalhador, que tinha direito à aposentadoria por velhice, invalidez, pensão e auxílio funeral” (MARTINS *apud* BERWANGER, 2011, p. 76-77). Da mesma forma, recentemente se manifestou Rocha:

Tratava-se de um regime de caráter nitidamente assistencial (não contributivo), à medida em que os segurados não recolhiam contribuições, sendo o benefício financiado por uma contribuição de 2% sobre o valor dos produtores rurais e de uma outra contribuição estipulada em 2,6% sobre a folha de salários das empresas urbanas, sendo 2,4% destinadas ao Funrural (ROCHA *apud* BERWANGER, 2011, p. 77)

Essa visão parece equivocada, embora, de alguma forma, se mantenha até hoje. Se os trabalhadores rurais geravam a produção, o desconto sobre essa mesma produção era decorrência do trabalho deles, principalmente quando se tratava de pequenos proprietários, que vendiam a produção e recebiam o pagamento com o devido desconto previdenciário. A diferença é que não eram esses pequenos proprietários quem fazia o recolhimento, mas a empresa adquirente. Numa comparação com o trabalhador urbano seria o mesmo que dizer que este não contribui porque é a empresa quem recolhe para o sistema previdenciário. Essa era a forma de inclusão, tímida e parcial, dos trabalhadores rurais na seguridade social, especialmente na previdência social, antes da Constituição Federal de 1988.

A partir de então, com as novas garantias constitucionais, os benefícios concedidos aos rurícolas² com fundamento na Lei Complementar nº. 11/71 passaram a ter renda mensal igual a um salário mínimo (art. 201, § 2º, CF), e a mulher trabalhadora rural passou a ter os mesmos direitos que, anteriormente, eram concedidos apenas aos “chefes de família”. A inclusão de regras específicas para os agricultores familiares na Constituição Federal foi resultado de muita disputa na Assembleia Nacional Constituinte. A maioria dos constituintes entendia que o acesso à Previdência deveria ser condicionado à contribuição direta e que aqueles que não tivessem condições de contribuir deveriam ser atendidos pela assistência social. Outros defendiam que essa matéria deveria ser regulada por lei complementar ou ordinária. Dessa forma, criou-se uma regra própria de contribuição para os agricultores que trabalham em regime de economia familiar, através do art. 195, § 8º:

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

² Entendemos que este termo pode conter uma conotação pejorativa, uma vez que sua etimologia apresenta parentesco com o termo silvícola, o qual caracteriza primitividade, selvageria etc, embora ele seja utilizado largamente pela literatura jurídica como simples sinônimo de trabalhador rural.

[...]

§ 8º. O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei.

De acordo com Berwanger (2011, p. 80) “aqui está a base do conceito daquele que viria a ser chamado pela legislação ordinária de ‘segurado especial’, embora com algumas especificidades”. Assim, o trabalhador rural, para os efeitos legais, é considerado um segurado especial, dadas as suas condições de trabalho e a legislação a ele aplicada, de forma que não há a denominação “previdência rural” propriamente dita, uma vez que esta se encontra diluída na legislação que se refere ao segurado especial.

3. Estudo de caso: os dispositivos legais e sua relação paradoxal com os indivíduos

Como exemplo, apresentamos um caso de requerimento de aposentadoria por tempo de serviço no qual o requerente solicitava que fossem computados, cumulativamente, os períodos de trabalho rural e urbano. Por uma questão de privacidade e procurando resguardar a segurança e integridade do requerente, optamos, inclusive a pedido do próprio colaborador, por não denominá-lo, nos referindo a ele, durante esta análise, apenas como “X”, e também por não citar nomes de demais envolvidos, como chefes do INSS, advogados, magistrados etc. Também não serão explicitados números de processos ou quaisquer outros dados que possam identificar qualquer das partes envolvidas no processo.

Em 23 de abril de 1997, “X” procurou o posto do INSS de sua cidade fez um requerimento de aposentadoria por tempo de contribuição, no qual constava o total de anos trabalhados tanto como trabalhador rural quanto como trabalhador urbano. Pela contagem de “X”, somando-se ambos os períodos, seu tempo de contribuição à época de entrada da documentação excedia os trinta anos de contribuição exigidos pela Lei, levando em conta o artigo 52 da Lei nº. 8.213/91:

Art. 52. A aposentadoria por tempo de serviço será devida, cumprida a carência exigida nesta Lei, ao segurado que cumprir 25 (vinte e cinco) anos de serviço, se do sexo feminino, ou 30 (trinta) anos, se do sexo masculino.

Entretanto, após tramitação do referido processo no posto do INSS, o pedido foi indeferido em 27 de novembro de 1997 e comunicada a decisão em 09 de dezembro do mesmo ano, com a seguinte justificativa:

[...]

Descrição do motivo: falta de tempo de serviço

Comprovou 25 anos, 06 meses e 04 dias. Não ficou comprovado através de fiscalização os períodos trabalhados no Sítio “A” e Fazenda “B”.

Conforme explicitado no mesmo documento, “X” poderia interpor recurso da decisão junto a 14ª Junta de Recursos do Conselho de Recursos da Previdência Social (JR/CRPS), ação que tomou no dia 08 de janeiro de 1998. Após nova tramitação, foram executadas novas diligências e o INSS reiterou o indeferimento em 15 de setembro de 2000, portanto dois anos e oito meses após o recurso, sendo novamente negado o benefício e estipulado que seria possível novo recurso em instância superior. “X” foi comunicado da decisão em 02 de março de 2001, mais de três anos após o primeiro recurso e quase quatro anos após o requerimento do benefício. Em 16 de março do mesmo ano, o interessado entrou com recurso no CRPS/DF. Em 25 de fevereiro de 2002 foi enviado o recurso para o CRPS/DF, que estava parado desde a data de seu protocolo, o qual era composto de toda a documentação comprobatória pertinente.

Em 14 de agosto de 2002 a chefe do posto do INSS do município onde mora “X”, analisando o recurso e a documentação juntada, o despachou para que se fizesse uma nova instrução e reanálise, o que resultou em carta, datada de 20 de agosto de 2002, para “X” solicitando uma declaração expedida pelo Sindicato Rural do município em que exerceu as atividades rurais, a qual deveria vir acompanhada de originais dos documentos apresentados, a saber:

- Declaração de exercício de atividade rural expedida pelo Sindicato Rural;
- Carteira profissional (folhas que demonstram a atividade como trabalhador rural nas propriedades Fazenda “B” e Sítio “A”);
- Carteira de identidade;
- CIC;
- Título de eleitor, onde consta profissão lavrador e residência Fazenda “B”;

- Carteira de Reservista, onde consta profissão lavrador e residência Sítio “A”;
- Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) do Sítio “A”;
- Escritura da Fazenda “B”, os dois últimos comprovando a contemporaneidade da prestação de serviços e a propriedade do empregador.

Toda essa documentação foi protocolada no posto do INSS e encaminhada para a Junta de Julgamento do Conselho de Recursos da Previdência Social. Após emissão das contra-razões da Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos da Previdência Social em 29 de outubro de 2002, o recurso foi encaminhado para a 6ª Câmara de Julgamento do Distrito Federal (6ª CaJ/DF) em 14 de março de 2003 para julgamento em instância superior. Em 22 de outubro de 2003 foi comunicada a “X” a decisão da 6ª CaJ/DF negando-lhe, uma vez mais, o benefício.

Encerrado o trâmite administrativo sem sucesso, o último recurso foi o Poder Judiciário através do Juizado Especial Federal da 3ª Região, última tentativa para obtenção da concessão da aposentadoria, em 04 de novembro de 2003. Até aquele momento, o INSS vinha reiteradamente indeferindo o pedido do benefício de aposentadoria por tempo de serviço com base na sua decisão inicial, qual seja, a falta de documentos que comprovassem o período de trabalho rural. Não obstante, o requerente vinha comprovando sua argumentação com documentos reconhecidamente de fé pública, como Certidão de Reservista, título eleitoral e declaração oficial do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Com a nova petição, o requerente, além de solicitar a juntada de novos documentos que vinham corroborar a veracidade da sua solicitação, também apontou uma falha grave do INSS, o qual descumpria a legislação disposta no art. 129, §§ 1º e 2º, da Lei 3.048/99:

Art. 129. A declaração fornecida com a finalidade de comprovar o período de exercício de atividade rural e a qualificação do segurado, emitida por Sindicato de Trabalhadores Rurais, Sindicato Rural, Sindicato de Pescadores ou Colônia de Pescadores, FUNAI ou por autoridades mencionadas no artigo anterior, será submetida à análise, para emissão de parecer conclusivo afim de homologá-la ou não, conforme “Termo de Homologação” (anexo XIV).

§ 1º. Na hipótese de a declaração não ser homologada em razão de ausência de informações, o INSS devolvê-la-á ao sindicato que a emitiu, mediante recibo ou Aviso de Recebimento (AR), acompanhada da

relação das informações a serem complementadas, ficando o processo em exigência, por período pré-fixado, para regularização.

§ 2º. Em hipótese alguma, a declaração poderá deixar de ser homologada, quando o motivo for falta de convicção quanto ao período, à qualificação ou ao exercício da atividade rural, sem que tenham sido esgotadas todas as possibilidades de análise e realizadas entrevistas ou tomadas de declaração com parceiro ou comodatário ou arrendatário ou confrontantes ou empregados ou vizinhos ou outros, conforme o caso.

Como não constava nos autos nenhuma notificação para esclarecimentos e testemunhos, inclusive aqueles solicitados por “X” em seu recurso junto ao CRPS, deduz-se que a declaração emitida pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais apresentada havia sido emitida corretamente, o que evidencia o descumprimento do art. 129, § 2º, pelo INSS. Tal argumentação foi acatada pelo Magistrado do JEF em sua sentença, que transcrevemos abaixo:

Audiência de instrução e julgamento

[...]

Sentença:

Trata-se de pedido de averbação de tempo de serviço rural, bem como de conversão de tempo especial em comum e consequente concessão de aposentadoria por tempo de serviço. Citado, o INSS contestou, postulando a improcedência. Decido: o tempo rural que o autor sustenta deva ser reconhecido é referente ao período de 01/09/1962 a 30/09/1971. Ele nasceu em 1948. Assim, em 1962, quando teria iniciado trabalhos rurais, o autor contava 14 anos de idade. É verdade que não possui um documento para cada ano sustentado, mas também é certo que, quando se fala em “início razoável de prova material”, não se exige um documento por período, mas sim um conjunto que indique o exercício da atividade. O autor fez prova documental suficiente, pois seu Certificado de Reservista (de 1967), e seu Título de Eleitor (de 1968), referem-se a profissão lavrador. Anote-se que era comum nos Certificados de Reservista a anotação da profissão a lápis, sendo certo que o próprio documento deste Magistrado assim contém a profissão. Há também uma carteira de trabalhador rural do autor, com anotações da Fazenda “A” e da Fazenda “C”, do período de 1970/71. Tudo isso é suficiente para que se reconheça a totalidade dos anos que o autor alega ter trabalhado em lavoura especialmente porque ninguém iniciava tal tipo de atividade depois dos 18 anos; o contrário é que era verdadeiro, ou seja, os rapazes que residiam na zona rural (caso do autor) começavam a vida profissional na pré-adolescência e depois de maiores mudavam-se para a cidade, realizando o que as pesquisas mostravam como “êxodo rural”. O aproveitamento desse período rural independe de contribuição ou indenização, nos termos do art. 55, § 2º, da Lei 8.213/91. Trabalhando em serviço urbano, diante da documentação juntada, é possível e devido reconhecer como atividade em condições especiais, o período de 01/03/1991 a 28/04/1995, pois após essa data passou a ser obrigatório laudo pericial para comprovar a insalubridade. Reconhecido o tempo

rural e efetuada a conversão do tempo urbano especial em comum, o autor soma, na data do ajuizamento (04/11/2003), 39 anos e 2 dias de serviço. Tendo nascido em 1948, o autor contava, nessa data, 55 anos de idade. Com esses requisitos, o autor tem direito a se aposentar. Diante do exposto, julgo PROCEDENTE o pedido, condenando o INSS a conceder a aposentadoria por tempo de serviço.

[...]

Transitada em julgado, oficie-se para implantação e pagamento nos prazos legais. Publicada em audiência, saem os presentes intimados.

A partir dos dados colhidos neste estudo de caso é possível observar que o benefício acabou sendo concedido a “X”, na ótica do INSS, com “um viés de esmola” (BERWANGER, 2011, p. 174). Isto significa que, embora o trabalhador tivesse comprovado ao longo de todo o processo a veracidade e validade da documentação apresentada, o que ficou claro pela sentença do Magistrado, o INSS procurou protelar a concessão do benefício. Isto é evidenciado pelo fato de que o INSS, conforme demonstrado anteriormente, solicitou uma declaração do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o próprio órgão a ignorou, descumprindo o preceito legal do art. 129, § 2º, da Lei 3.048/99.

Se o ex-lavrador tivesse requerido aposentadoria apenas pelo tempo de serviço urbano, seu pedido teria sido concedido, embora com alguns descontos em virtude do tempo de contribuição ser inferior aos trinta anos e a idade ser, na época do pedido inicial, cinquenta e cinco anos. Como a solicitação pedia para incluir na somatória o período rural, tornando o pedido misto, e pelo fato desse tempo não constar registrado na Carteira de Trabalho do ex-lavrador, o pedido foi negado e foi preciso reunir uma quantidade incontável de documentos que comprovassem o período rural. Ainda assim, o último recurso junto ao INSS foi negado, mesmo não havendo divergência na documentação apresentada; no entanto, quando apresentada a mesma documentação a um magistrado da instância superior federal, o pedido foi reconhecido imediatamente.

Ao analisarmos o exemplo a partir dos dispositivos (DELEUZE, 1996) envolvidos, entendendo a particularidade do caso como algo que a estrutura burocrática brasileira não tem capacidade de assimilar, veremos que um acontecimento ou caso particular pode ser validado ou não conforme são entendidos pelos agentes envolvidos pelo simples arbítrio, sem que se leve em conta os princípios constitucionais mais elementares. Esses dispositivos, no limite, visam a limitar a subjetividade a uma série calculada e controlada de escolhas e, aparentemente, apenas é possível ao indivíduo se desvincular deles na

medida em que busca, nesses mesmos dispositivos, maneiras de resistência que façam com que, de alguma maneira, eles advoguem a seu favor. No caso, a maneira encontrada pelo ex-lavrador foi procurar uma instância judicial superior que, mesmo sendo um dispositivo do Estado, irá, paradoxalmente, condenar o próprio Estado a conceder o benefício que se negou a garantir. Isso corrobora a definição deleuziana de dispositivo:

[um dispositivo] é antes de mais nada, um conjunto multilinear, composto por linhas de natureza diferente. E, no dispositivo, as linhas não delimitam ou envolvem sistemas homogêneos por sua própria conta, como o objeto, o sujeito, a linguagem etc, mas seguem direções, traçam processos que estão sempre em desequilíbrio, e que ora se aproximam ora se afastam umas das outras (DELEUZE, 1996, p. 219).

Do ponto de vista social, considerando que o bem estar do cidadão é premissa fundamental da Constituição Federal, a impressão que se tem é a de que o Estado procura dificultar, quando não inviabilizar, o acesso do cidadão aos seus direitos mínimos. A parcialidade nas ações tomadas pelo INSS fica evidente quando o próprio órgão negligencia um documento que ele mesmo havia solicitado, o qual, é fundamental considerar, possui fé pública, no caso, uma declaração de um representante de classe de trabalhadores como é o caso do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. No caso estudado, o trâmite processual total levou em torno de sete anos para ser finalizado, gerando ao segurado a sensação de impotência, causando-lhe problemas que variam desde ordem burocrática até de saúde, uma vez que o cidadão se sente invisível diante do Estado que, além de procurar inúmeros mecanismos de impedimento para a concessão do benefício, em geral, não leva em consideração a condição de ser humano e, principalmente, a condição de cidadão, trabalhador, contribuinte e, portanto, sujeito de direito constitucionalmente reconhecido.

O fato de historicamente a seguridade social aparecer de alguma forma vinculada a saúde e ao bem estar do cidadão trabalhador não se deu em virtude de acaso. O bem estar e as condições de trabalho estão intimamente relacionados com o desenvolvimento social do cidadão, o que embasa a existência de medidas legais de proteção social. Dessa maneira, o Estado não deveria se pautar exclusivamente por questões somente econômicas ou somente sociais ou somente culturais, mas, ao contrário, levar todas essas questões em consideração ao mesmo tempo, uma vez que o conceito de cidadão, da forma como é entendido pela

Constituição Federal, engloba todas essas questões, conforme demonstram seus artigos 1º, 3º, 5º e 7º.

Considerações finais

Do ponto de vista individual, em meio a essa batalha simbólico-conceitual, a resistência nem sempre é uma opção se levarmos em consideração que o direito é a área do conhecimento que faz a ligação e as devidas adequações entre legislação, indivíduos e sociedade. É arbitrário fazer tal afirmação, uma vez que existem inúmeras maneiras de resistência, sendo que a própria aceitação de alguma condição ou imposição pode ser assim considerada. Contudo, é igualmente arbitrária a tarefa dos indivíduos que procuram formas de resistir as imposições sociais, devendo participar de um jogo de cooptação dos dispositivos de agenciamento para sua causa enquanto se deixam, também, por eles cooptar. Essa cooptação compartilhada, que faz parte de uma relação de performatividade existente na negociação das verdades, da visibilidade e das relações de poder, é constituída por simulacros e os indivíduos cada vez mais se dão conta de não existir a base sólida que o Ocidente insiste em anunciar.

Em termos econômicos, tal procedimento onera demasiadamente os cofres do Estado e aumenta consideravelmente o número de processos na Justiça que poderiam ser evitados, tendo em vista que a própria fragilidade da legislação previdenciária, especificamente no que concerne ao trabalhador rural, contribui para que esse ciclo vicioso se perpetue ad infinitum. Nesse sentido, não há embasamento legal consistente para a postura do INSS, uma vez que, comprovada a veracidade das informações e proferida a sentença em instância superior, será obrigado não apenas a conceder o benefício, mas, sobretudo, pagar o montante corrigido referente inclusive ao período de tramitação administrativa. A parcialidade nas ações tomadas pelo INSS fica evidente, como demonstrado no estudo de caso, quando o próprio órgão negligencia um documento que ele mesmo havia solicitado, o qual, é fundamental considerar, possui fé pública, no caso, uma declaração de um representante de classe de trabalhadores como é o caso do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Por outro lado, outro fator que contribui de forma exponencial para a oneração dos cofres do Estado é a morosidade das ações na tramitação processual. Este se constitui como um problema essencialmente histórico da previdência social brasileira. No caso

estudado anteriormente, o trâmite processual total levou em torno de sete anos para ser finalizado, gerando ao segurado a sensação de impotência, causando-lhe problemas que variam desde ordem burocrática até de saúde, uma vez que o cidadão se sente invisível diante do Estado que, além de procurar inúmeros mecanismos de impedimento para a concessão do benefício, em geral, não leva em consideração a condição de ser humano e, principalmente, a condição de cidadão, trabalhador, contribuinte e, portanto, sujeito de direito constitucionalmente reconhecido.

Ao se deparar com essa realidade, o indivíduo quase nunca consegue a ela se adequar de maneira eficiente e, enquanto não se deixa levar pela teatralidade exigida por determinadas relações sociais, sempre perde alguma coisa nas negociações simbólicas. Os dispositivos, por outro lado, não apenas determinam o campo dessas negociações, como apresentam diferentes perspectivas de acordo com as regras do jogo performativo e, na medida em que os indivíduos aceitam essas regras, mesmo que não as entendam, seu ganho pode aumentar ou diminuir, mas sempre será proferido um discurso de algum ganho. As palavras do ex-lavrador expressam melhor essa relação: “pra mim é melhor receber alguma coisa e saber que recebi os meus direitos, mesmo que não seja do jeito que eu queria, do que não receber nada e perder a vida a troco de nada”.

O ex-lavrador, nos disse, ainda, que sofreu um Ataque Vascular Cerebral (AVC), pouco antes de receber a sua aposentadoria. Segundo ele, somente depois de ter entrado com o pedido de auxílio doença junto ao INSS, em virtude das seqüelas do ataque, foi de fato liberado o benefício da aposentadoria, mesmo que o juiz da instancia superior federal tenha dado ganho de causa e não acatado o recurso do INSS contra a decisão. Hoje ele tem sessenta e quatro anos de idade e vive em sua pequena propriedade na região rural da sua cidade, da qual toma conta sozinho com grande alegria, sem se importar com as seqüelas ainda existentes do AVC.

Referências bibliográficas

BERWANGER, Jane Lucia Wilhelm. **Previdência rural: inclusão social**. Curitiba: Juruá Editora, 2011.

DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo. In: _____. **O mistério de Ariana**. Lisboa: Vega, 1996.

FOUCAULT, M. (1963). Prefácio à Transgressão. In: **Ditos e Escritos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1963.

KERTZMAN, Ivan. **Direito previdenciário**. São Paulo: Barros, Fischer e Associados, 2011.

SANTOS, Marisa F. **Direito previdenciário esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2012.
Vade Mecum. 9ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2010.

NO ENCALÇO DO TRABALHO: MIGRAÇÕES NO CORTE DA CANA EM SERGIPE

Jaime Santos Júnior. Universidade de São Paulo
jaimesjr@usp.br
Fapesp
GT 2 - Trabalho Rural

No bojo do aquecimento da produção canavieira nos últimos anos, presenciou-se em Sergipe o surgimento de novas usinas e destilarias. Como era de se esperar, o mercado de trabalho do setor canavieiro no estado voltou a movimentar amplo contingente de trabalhadores, com reflexos na economia dos municípios produtores. O estado de Sergipe, tradicional produtor de açúcar e álcool no Nordeste apesar da sua reduzida dimensão territorial, havia presenciado forte contração na área cultivada de cana-de-açúcar com o fechamento, ao longo da segunda metade do século XX, das suas principais unidades produtivas. No entanto, a partir do ano de 2000, o cenário é outro. A região do Vale do Cotinguiba, que abarca os principais municípios produtores de cana-de-açúcar no estado, deixou de ser “fogo morto”. Esse rearranjo da produção alterou significativamente a paisagem da Zona da Mata sergipana, que voltou a ser ocupada pela cana, bem como movimentou o mercado de trabalho, especialmente para a mão-de-obra volante que se dirige para a colheita. É sobre esse último aspecto que iremos tratar no presente artigo. A pergunta que nos guiará doravante é: qual o impacto, na perspectiva dos indivíduos, do ingresso de Sergipe como demandante de trabalhadores para o corte da cana sobre os circuitos regionais e nacionais de migração dessa população? Antes, porém, de adentrarmos no tema proposto, apresento-lhes uma breve retrospectiva histórica sobre o desenvolvimento da lavoura canavieira em Sergipe. Com isso, o nosso interesse não está meramente em recontar a história, mas sobretudo sublinhar o fato de que a presença da cana no estado possui longa tradição, o que implica dizer que ela deixou marcas no imaginário social das populações que se desenvolveram no entorno dos antigos engenhos. Como veremos, isso terá consequências nas estratégias de vida dos indivíduos entrevistados.

O Passado Canavieiro de Sergipe

A história do açúcar em Sergipe remonta ao século XVII, quando foram implantados os primeiros engenhos para a moagem da cana-de-açúcar. No entanto, até o final do século XVIII, quando ainda era uma província da Bahia, Sergipe tinha se dedicado a agricultura de abastecimento e a criação de gado possuindo poucos engenho de açúcar nesse período. Os motivos para o crescimento da produção canavieira na província a partir do século XVIII ainda comporta alguma divergência entre os historiadores¹, apesar disso, esse foi um momento marcante de ampliação no numero de engenhos existentes. Na segunda metade do Oitocentos, entre 1840 a 1860, Sergipe viu dobrar o número de engenhos em seu território. Tal ampliação decorre sobretudo do fracionamento das propriedades já existentes entre os filhos dos senhores de engenho na forma de herança (Almeida, 1976 e 1993). Deve-se destacar também que o número de engenhos não é indicativo de maior produção, assim, estados com menor número de engenhos, como Pernambuco e Alagoas, produziam mais açúcar do que Sergipe. Em meados do século XIX, Sergipe já possuía 445 engenhos (Dantas, 1944). Chegando ao século XX, em 1902, com 692 engenhos, sendo 334 a vapor, 15 a água e 353 a tração animal. Em 1944, Sergipe contava com 68 usinas e 122 engenhos (Dantas, 1944).

Para Subrinho (1983), no período que se estende do fim da abolição até 1930, Sergipe perderia a sua posição relativa no mercado nacional. Ele elenca as seguintes causas: debilidade dos grupos comerciais ligados à produção sergipana de açúcar, elevados custos de transporte e baixo poder de acumulação ao nível da unidade produtiva. Ainda de acordo com Subrinho (1983), em 1900 todo o açúcar produzido em Sergipe tinha o Rio de Janeiro como principal destino. Paulatinamente, e por diferentes razões, os grupos comerciais ligados a produção sergipana de açúcar foram perdendo a sua posição no mercado deslocados por outros concorrentes, principalmente os ligados a produção do açúcar em Pernambuco. Ainda assim, Sergipe chegou a ser o estado que mais possuía usinas em todo o território nacional (Subrinho, 1983). Em verdade, e como já destaquei anteriormente, isso não refletia a importância do volume da sua produção.

¹ A polêmica se dá em torno das teses que justificam tal crescimento, de modo que ele teria ocorrido em razão da expansão da cultura da cana no Recôncavo baiano em direção à Sergipe. Já outros, a exemplo de Subrinho (1983), sustentam que alguns sesmeiros foram capazes de autofinanciar a montagem de pequenos engenhos de cana.

De acordo com Subrinho (1983), as usinas sergipanas apresentavam grandeza aparente apenas no cenário local, todavia, quanto comparadas ao cenário nacional, eram meros “banguês enfeitados”, construídas com sucatas das usinas de Alagoas e Pernambuco; sendo assim, eram em sua maioria, “meia-usinas²”. Das 14 usinas existentes no estado em 1903, apenas uma seria propriamente usina, 5 em 1916 e 10 em 1927 (Subrinho, 1983).

A criação pelo governo Vargas do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e a política de controle da produção e fixação dos preços explica, em parte, a derrocada da indústria canavieira em Sergipe. Sobre esse aspecto, há uma interessante análise sobre os entraves em que se encontrava a produção sergipana de açúcar tendo em vista as restrições impostas pelo IAA ao estado. No livro *O Problema Açucareiro em Sergipe*, Orlando Dantas, famoso industrial sergipano e dono de Usina, revela que as cotas estabelecidas pelo IAA para o ano de 1944, de 848.825 sacos de 60kg, eram ignóbeis para as suas 80 usinas das quais 68 em atividade. Em contrapartida, São Paulo, com 34 usinas, teve uma produção autorizada de 2.807.852 sacos; Rio de Janeiro, com 28 usinas, de 2.745.070 sacos; Minas Gerais, com 28 usinas, de 2.747.655. No nordeste ele cita o caso de Alagoas, com 28 fábricas e um limite de 2.091.099 sacos e Pernambuco com 62 usinas e 5.777.000 sacos (Dantas, 1944). Isso mostra que existiam tensões internas nas decisões do IAA que refletiam no favorecimento de uns Estados em detrimento de outros. Além do mais, apesar de Sergipe não contar com um potencial produtivo elevado, em razão da própria limitação da área plantada disponível, a queixa do usineiro deixa perceber como a política de controle da produção poderia ter efeitos nocivos ao crescimento, mas estou longe de afirmar ser essa a principal razão da derrocada da produção canavieira sergipana no período.

Com efeito, o próprio Orlando Dantas também aponta o precário desenvolvimento tecnológico dos antigos engenhos e a ausência de uma organização patronal em prol da racionalização da produção. A seu modo, a passagem de antigo “senhor de engenho” a empresário do açúcar não se referia apenas a uma mudança na auto-representação das antigas oligarquias; face as exigências da moderna economia, tornava-se imperioso

² Há um jogo de palavras nas definições das unidades industriais produtoras de açúcar. Assim, “engenho” ou “engenho banguê” é a unidade primitiva, geralmente movido a tração humana, animal, ou a água. A inovação tecnológica com a utilização do vapor como força motriz na produção do açúcar, no final do século XIX, permitiu uma nova diferenciação, surgem as “usinas”. O termo “meia-usina”, como o próprio nome sugere, serviu para diferenciar aquelas unidades que ainda não tinham completado o ciclo de modernização tecnológica.

aumentar a eficiência da produção com a adoção de novas técnicas de produção e organização industrial. Isto explica porque muitos engenhos fecharam ou sobreviveram parcamente enquanto as benesses do IAA assegurava o lucro. Esse processo é válido para todo o Nordeste.

A despeito do fato de que o IAA possa ter gerado alguma instabilidade entre os estados produtores, como sugere Dantas (1944), o seu papel foi mais o de elemento estruturador do setor. Ademais, sua ação converge com o protagonismo do estado no desenvolvimento industrial brasileiro que ganha face no governo de Getúlio Vargas.

A partir da década de 1930 em diante, as informações coletadas até o momento não me permitem avançar sobre o comportamento da economia canavieira no Estado de Sergipe. É possível inferir a partir das entrevistas já realizadas com alguns representantes de usinas, ou pessoas ligadas ao setor, que ocorreu um intenso processo de concentração industrial. Em verdade, poucas usinas acabaram comprando os antigos engenhos aumentando com isso seu canavial. Entre essas usinas, destacam-se: a usina São José dos Pinheiros, A usina Vassouras, a usina Proveito e a usina Santa Clara.

O lento processo de definhamento da produção acucareira sergipana – que perpassou as décadas de 1950, 1960 e 1970 – atinge o seu ápice com o fechamento da Usina Vassouras (de propriedade de Orlando Dantas), em 1997, restando apenas a usina São José do Pinheiro, a destilaria Junco Novo (que acabava de iniciar a sua produção de álcool) e a usina Seragro. A desregulamentação do setor, ocorrida em 1990, causará impacto nas usinas sergipanas mas este fato ocorre em um cenário com poucas usinas ainda moendo cana. É então que em meados de 2000, após nova reviravolta do setor, surgem novas destilarias e usinas em Sergipe, são elas: Taquari, Campo Lindo, CBAA (antiga Seragro) e Iolando Leite. Todas motivadas pelo aquecimento do setor naquela ocasião.

A presença dessas unidades produtivas no cenário econômico sergipano alterou significativamente a paisagem. Não apenas em sua dimensão física, com a lavoura de cana ocupando longas extensões nos municípios produtores, mas sobretudo no aspecto social. Aqui, o nosso intuito é o de isolar uma variável sempre presente nas relações de trabalho nesse setor, a saber, as migrações sazonais para a colheita da cana. O suposto é o de que o aquecimento da produção canavieira em Sergipe teria alterado os circuitos migratórios, tanto para trabalhadores sergipanos, quanto para os que residem nos estados vizinhos

(Alagoas e Bahia). Ainda que este seja o aspecto mais evidente, mas não menos importante, que se poderia concluir, restava avançar no questionamento para saber: quem são esses trabalhadores? De onde vem e para onde vão em suas migrações em busca de emprego? Como equacionam suas estratégias de migração?

Circuitos Migratórios e Estratégias de Sobrevivência

Ainda como prelúdio dos resultados que serão apresentados a seguir, cumpre ressaltar dois aspectos. i) o lugar da lavoura canavieira em Sergipe. Com efeito, e como sublinhamos na breve retrospectiva histórica, apesar do interregno em que existiam poucas usinas operando, a retomada da produção ocorre em uma zona tradicionalmente produtora. Isso implica dizer, e como veremos com a análise das entrevistas, que a presença da cana deixou marcas na organização social das populações diretamente afetadas. Dizendo melhor, existe um *background* na memória coletiva (Halbwachs, 2006) dessas populações que remete a maneira como a vida se organizou em função dos antigos engenhos e usinas. ii) a conformação das relações de trabalho. O aquecimento do mercado de trabalho ocorre em um cenário onde a organização coletiva dos trabalhadores ainda é incipiente. Os sindicatos foram intimados a tomar parte em face do aumento exponencial de levas de trabalhadores assalariados rurais empregados nas usinas. Apenas para ilustrar, a última Convenção Coletiva de Trabalho em Sergipe tinha ocorrido em 1992. Foi então que, a partir de 2008 iniciaram-se as negociações para confeccionar uma nova convenção que só saiu em 2009, portanto, dezessete anos depois³.

Por via de consequência, a retomada e expansão da lavoura canavieira em Sergipe, no que tange ao modo de gestão e usos da força de trabalho, ainda opera em escala diferente quando comparamos com os principais estados produtores, mesmo os da região Nordeste. Temas como a mecanização do corte, o fim das queimadas, a forma de contabilizar o pagamento por produção, apenas para citar alguns exemplos, ainda não constituem a principal pauta das organizações sindicais. O que pudemos constatar com as entrevistas realizadas e pela observação de campo, é que o esforço está concentrado em estabelecer o patamar mínimo de conformação legal das relações de trabalho para, a partir daí, atuar em outras frentes. Entre as principais mudanças implementadas pela Convenção Coletiva de Trabalho podemos destacar:

³ Conforme entrevista realizada com representantes da FETASE-SE em janeiro de 2012.

- Redução da jornada de trabalho para 48 horas. Até então, o corte da cana era feito de domingo a domingo;
- Redução do número de ruas do eito: de oito para sete ruas;
- Implementação do recibo de produção: o empregador fica obrigado a fornecer um ticket, no dia seguinte ao dia trabalhado, com as informações sobre a quantidade de cana cortada pelo trabalhador;
- Cumprimento da Norma Regulamentadora 31, a NR31, que trata da segurança e saúde do trabalho;

Uma vez atentos para esses aspectos sublinhados anteriormente, passemos agora para a questão dos circuitos migratórios.

Como já indicara os achados de outros pesquisadores (Menezes, 2000 e 2002; Novaes, 2007), o escrutínio dos circuitos de migração para a colheita da cana-de-açúcar é carente de bases estatísticas confiáveis. Conquanto isso seja um fator de limitação que impossibilite dimensionar a escala e o modo como circula essa mão-de-obra, diversos estudos de casos disponíveis na literatura que trata do tema já oferecem achados confiáveis e que permitem compreender esse processo (Silva, 1999, 2005, 2008a e 2008b; Campos, 2007; Galindo, 2009). Ademais, o nosso intuito não se limita a indicar o lugar de origem e destino desses indivíduos, mas, ao fazê-lo, aclarar o modo como se dá a inserção de Sergipe enquanto um ofertante e demandante de trabalhadores. Importa saber como o crescimento da produção no estado se insere, como uma variável, nas estratégias de vida dos cortadores de cana.

No que pudemos constatar, São Paulo ainda exerce grande peso enquanto polo de atração de trabalhadores da cana. Sobre esse aspecto não há nada novo, outros achados já o indicavam. Via de regra, as usinas da região Centro/Sul buscam mão-de-obra barata, e potencialmente menos ofensiva, na região Norte/Nordeste. Ocorre que não é possível dizer que exista um padrão para essa migração no sentido de configurar uma rota perene. O que pudemos constatar para o caso de Sergipe é que existem uma miríade de circuitos migratórios sempre fluidos e instáveis. Mais das vezes, a ida de um indivíduo, ou grupo, conflagra uma rota de migração. Em outros momentos, é a empresa que atua, ela mesma, enquanto agenciadora de mão-de-obra nos locais de origem desses trabalhadores. O fluxo de entrada e saída pode ocorrer das duas formas. Isso explica a dificuldade que sindicatos e a justiça do trabalho encontram ao tentar mapear essas rotas.

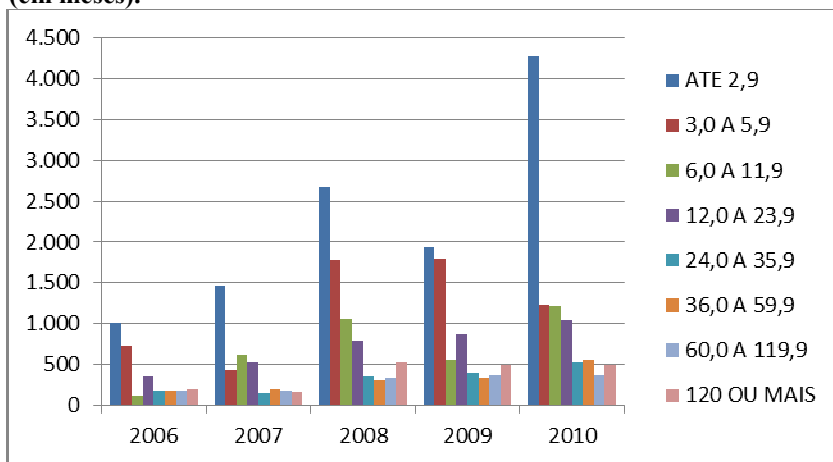
Existem migrantes em Sergipe? A história que a gente tinha aqui era que Sergipe era só rota, quem vinha de Pernambuco e Alagoas para ir para o norte do país. Depois descobrimos que passamos a ser, em pequena escala, também fornecedor, e em maior escala, especialmente para a cana de açúcar, nós temos trabalhadores que, ainda que não estejam na degradância(sic) ou no trabalho análogo ao escravo, estão em situação ruim, alojamentos precários... A migração de trabalhadores de Alagoas para cá ocorre sem que as formalidades legais sejam

adotadas. Agora, 22 de dezembro, nós fizemos uma inspeção em Neópolis nos alojamento de uma das usinas e a coisa era vergonhosa! (Procurador do Trabalho)

Portanto, o aumento repentino de trabalhadores assalariados da indústria canavieira no estado de Sergipe quase que “bateu às portas” dos órgãos públicos e entidades sindicais. O tema das migrações aparece quase que como uma consequência dessa nova inserção do estado na economia canavieira. Não à toa, os circuitos regionais de migração que envolvem os estados que fazem fronteira com Sergipe, Bahia e Alagoas foi ampliado. As novas usinas logo lançaram mão desse recurso. Acrescente-se a isso o fato de que o Sergipe viveu um período onde a oferta de ocupações no setor, especialmente na colheita, esteve reduzida. Com o aumento súbito da demanda por trabalhadores em um cenário carente de mão-de-obra já acostumada com a labuta na cana, não tardaria para que as usinas fossem buscar trabalhadores em outros estados.

Quando observamos os dados da RAIS para o caso do nordeste, agregando o total dos empregados no setor canavieiro nos diferentes estados, tem-se que quase 40 % da mão-de-obra empregada possui vínculo empregatício que dura em torno de 3 a 5,9 meses. Esse percentual chega a 50% quando somamos os que possuem vínculo com duração menor que 3 meses. Isso em nada difere dos achados de pesquisa da região Centro/Sul. Já em Sergipe, como indica o gráfico 1 abaixo, a relação é maior para os vínculos com duração de até 3 meses, excetuando-se o ano de 2009 onde a diferença foi menor. O que sugere esse período de adaptação de um mercado de trabalho ainda em formação.

Gráfico 5 – faixa do tempo de emprego do vínculo informado: Sergipe (em meses).



Fonte: elaborado a partir da RAIS, vários anos.

A profusão de vínculos feitos e refeitos ao longo da trajetória desses trabalhadores dá o tom à dinâmica desse mercado de trabalho, com impactos na maneira como se formam as estratégias de

manutenção dos vínculos, na forma como as famílias se estruturam, nos fluxos migratórios e nas formas de representação coletiva.

Os circuitos migratórios dos trabalhadores sergipanos que se dirigem para o corte da cana em São Paulo apresentam alguma semelhança com outros contextos de migração, em outros estados. Neles, assume grande importância as redes sociais. É por ela que irá passar as informações acerca das oportunidades de trabalho, do acolhimento e apresentação do trabalhador-migrante nas cidades de destino, configurando assim um circuito confiável que outros poderão fazer. Sim, porque a decisão de migrar é equacionada pelos indivíduos em razão das suas estratégias de vida. Ainda que no discurso, por vezes, ela assuma uma narrativa de “aventura” rumo ao desconhecido.

Você conversa com a família sobre onde vai trabalhar? Com quem você conversa? Eu conversava com meu pai e com minha mãe. Ainda hoje casado eu chego com meus pais. Eles falam: se você acha que é melhor para você, você vai. Quando eu fui para São Paulo eu falei para eles: olhe, surgiu uma vaga aí para São Paulo e o que é que você acha? Aí eles: não, quem sabe é você. É longe, agora se precisar você liga para nós que a gente manda uma ajuda para você para você vim embora.

Já migrou para outro estado? Sim, para São Paulo. Eu passei 10 meses em 2009, que foi na Moema (usina), em Orindiúva, e passei nove meses, que foi o ano passado, em Ibatê, na Zanin (usina). Duas safras. Que a safra lá é longa né?

E como foi a contratação? A primeira que eu fui em 2009 foi um rapaz que veio de lá para cá, enviado pela usina mesmo para aqui para Sergipe, Capela. Que ele era daqui de Capela. Ele foi daqui para lá, muito tempo, aí trabalhou na usina, virou cabo, de cabo foi para fiscal. Aí a usina enviou ele para aqui, para ele procurar o pessoal para ir para lá. Arrumar quatrocentas pessoas aqui. Aí ele arrumou, foi quatro ônibus que foi daqui para lá. Não chegou a quatrocentos não, foi trezentas e poucas pessoas daqui da região, entre Capela, Dolores, Siriri. Todo lugar aqui ele foi procurando gente, foi se juntando e foi. A usina mandou o ônibus. Assim que ele arrumou o pessoal, mandou o pessoal de lá para cá para fichar, para sair daqui já fichado. Mandou ticket alimentação para nós ir na viagem. **E descontaram no salário?** Não, não descontou nada não, foi por conta da usina mesmo. Aí a gente foi, chegou lá moremos em alojamento da usina mesmo (Josino⁴, 27 anos).

Já migrou para outro estado? Foi em 2008, fiz três safra lá. Eu vim agora em 2012 (perceba que na verdade são 4 safras). Assim, os amigos me falando que era bom, eu nunca viajei, eu vou. **Não veio gente da usina para Areia Branca?** Não, foi daqui mesmo. **Você pagou sua passagem?** Paguei minha passagem. **Foi uma turma?** foi eu e outro amigo (Batista, 25 anos).

No primeiro caso, a decisão de migrar foi equacionada em família, além de ocorrer por intermédio de uma pessoa da comunidade, portanto, já conhecida. Na sua segunda viagem, ele me contou que a intenção de casar, de construir sua própria casa e a necessidade de pagar uma moto que havia comprado levaram-no a fazer mais uma safra em

⁴ Os nomes doravante citados são fictícios.

São Paulo. No segundo caso, o informante era solteiro e partiu para São Paulo na companhia de outro amigo. Durante a entrevista ele apresentava a decisão de migrar como sendo uma aventura, mas que no fim das contas não compensava em razão dos elevados custos de manutenção lá em São Paulo. No entanto, ele fez quatro safras seguidas. Fica evidente, também, algo que se tornou corriqueiro com o passar das entrevistas: todo trabalhador é também um arregimentador de mão-de-obra. O processo ocorre em cascata, o cabo de turma seleciona alguns trabalhadores, esses levam outros e assim por diante. Sempre tensionada por relações pessoais e de confiança.

A primeira viagem que você foi para São Paulo, quem lhe chamou? Isso foi em 2002. Era uns cara que viajava para lá, tinha um cara certo aqui. Tinha uns cara aqui que já tinha viajado, aí falou assim: “cunhadinho é bom, tem um rapaz lá que nois trabalha, é gente boa”. Aí acertava a turma aqui. “rapaz, eu vou ligar para ele lá para ver quantos homens ele tá precisando lá”. Aí ele dizia: “traga tanto”. Aí as vezes, inclusive, ele mandava até o dinheiro. Tinha gente que tava sem o dinheiro para viajar, ele mandava. Para depois descontar lá. Começar a trabalhar e descontar. Esse menino hoje não viaja mais, mora aqui perto de Areia Branca, da rua. Ele adoeceu, trabalhava muito em cana, puxava muito. Eu acho que ele é mais velho do que eu, ou a mesma idade. Pronto, aí desse tempo aí, todo ano a gente queria viajar. **E você decidiu ir para lá porque viu que era melhor?** A gente viajava para lá, que nem eu falei ne, as vezes as condições aqui tava ruim ne. O negócio tava fraco aqui. Aí a gente era obrigado viajar para o lado de lá. Senão o bicho pegava (Eufrásio, 47 anos).

É certo que essa (i)mobilização da mão-de-obra expõe o caráter mais nefasto do capitalismo contemporâneo. Que se vale desse mercado de trabalho “ampliado” pela possibilidade de deslocamento quase sempre forçado, em virtude das precárias condições de vida, de trabalhadores migrantes. Como se depreende da narrativa acima, veja que Eufrásio relaciona a viagem a um período em que as opções de trabalho na região, na entressafra, eram incertas. O caráter compulsório da migração, que talvez constitua a característica mais saliente da precária condição de vida desses trabalhadores e que salta à vista nesses casos, de fato existe. Contudo, ainda que sem negar esse aspecto, por vezes ele não deixa entrever o modo como o indivíduo insere a decisão de migrar em seu campo de ação. Decerto que as opções disponíveis para garantir a sua sobrevivência são bastante reduzidas, todavia, ao subsumir a dimensão da agência afastamos também a possibilidade de perceber a tessitura das ações de resistência que se revelam no cotidiano da vida. Longe estamos em afirmar que as duas perspectivas, em termos sociológicos a dimensão da estrutura e a da agência, são excludentes. Contudo, e mais uma vez enfatizamos, descemos

ao nível do indivíduo que migra para entender como essa decisão é equacionada em suas estratégias de vida.

Em Sergipe, a oferta de emprego na colheita da cana atraiu muitos trabalhadores que até então desenvolviam outras atividades. Sobre esse aspecto, é preciso salientar que não apenas a possibilidade de auferir maior renda, na comparação com os outros empregos, orientam as escolhas. Também os símbolos de status informam sobre o universo simbólico da realidade em que vivem. Entre os que mais aparecem poderíamos citar a carteira assinada, com os benefícios dela decorrente, a moto.

Uma vez que não possuem o que eles consideram como “profissão”, e já socializados nas atividades rurais, a opção de “trabalhar na diária”, empregando-se em fazendas, ou realizando pequenos serviços como auxiliar de pedreiro, entre outros, aparece sempre como atividades cuja renda é baixa, o vínculo é precário e, portanto, que não “compensam”.

Já trabalhou em outra atividade diferente do corte da cana? Como você decidiu trabalhar no corte da cana? Já, numa firma. De ajudante de pedreiro, em São Paulo. **Na entressafra?** Foi. Porque aqui é meio devagar, negócio de emprego é mais pela cidade. Mas o que nois ganha para ir para Aracaju todo dia e voltar, no final do mês não compensa nada. Salário pouco. Pagar passagem não compensa (Batista, 25 anos).

Já trabalhou em outra atividade diferente do corte da cana? Como você decidiu trabalhar no corte da cana? Trabalhei com frutas, em Neópolis, colhedor de manga, mamão, essas coisas. **E por que saiu?** O serviço era bom... Assim, era um serviço maneiro, leve, mas em compensação não ganhava dinheiro. E o corte de cana é um negócio que ganha dinheiro. Aí eu saí, trabalhei um ano aqui nas usinas em Sergipe cortando cana e parti para São Paulo. Foi lá que eu consegui ter minhas coisas. É mais pesado, como todo mundo sabe que é, mas em compensação ganha mais dinheiro (Josino, 27 anos).

Existem outras atividades de trabalho na região? Quais são elas e o que você pensa delas? Rapaz, aqui em Areia Branca não tem viu. Tem em Itabaiana, serviço pesado de cerâmica, essas coisas. **Mas não tem outras coisas aqui?** Olha, eu vou te falar uma coisa, aqui para a gente que não tem estudo, eu e outros que tem por aqui, o mais fácil mesmo é cana. Porque a gente chega lá, entrega o documento e vai trabalhar. **Então para a pessoa arranjar emprego por aqui é difícil?** É difícil. Porque quem tem a profissão, de pedreiro essas coisas, trabalha tudo em Aracaju. Mas quem não tem fica difícil. Ou servente, trabalhar de servente de pedreiro, ou então a cana. **E trabalhar na diária?** É mais ruim. É melhor a pessoa ir para a usina, porque pelo menos quando sai, vamos supor, ela tá pejando agora, aí pega um seguro, tem a micharia do fundo de garantia, eles dá também um acertozinho para a gente. Aí a gente guarda aquele dinheiro e vai esperando arrumar outro serviço. Quando a gente arruma logo, eu mesmo não gosto de ficar parado, eu vou logo trabalhar (Eufrásio, 47 anos).

Por outro lado, ainda que para as empresas seja vantajoso a manutenção de um vínculo de trabalho intermitente em razão do ciclo biológico da cana, não ocorre o mesmo para os trabalhadores. No afã de manter o vínculo empregatício ele é obrigado a sujeitar-se a um processo de “desenraizamento” físico e social. A experiência do trabalho é construída sob o signo daquilo que não deve ser lembrado. Forja-se, por assim dizer, uma sorte de “identidade negativa”. O trabalho não aparece no imaginário dos indivíduos como algo para ser afirmado, mas para ser negado, escondido. No léxico dos indivíduos, “cortar cana” está sempre associado a um ideal de virilidade masculina, assim, surgem expressões como: “tem que ser macho”, “é serviço pesado”, “é coisa de doido”, apenas para citar alguns exemplos.

A socialização do trabalho mediada por esse discurso – internamente, nas turmas de trabalho, ou externamente, na esfera da família, da comunidade – altera a percepção da dor e do sofrimento. O que não implica que ela esteja ausente. Flagrar o aspecto subjetivo associado a dor e ao sofrimento decorrente da sua prática laboral requer que se observe não apenas a dimensão do dizível, mas sobretudo a dimensão do indizível (Bandini e Silva, 2011). Aqui, é preciso descer ao nível das interações sociais. Da sua ação enquanto um sujeito capaz de mobilizar recursos em razão de expectativas de comportamento. Por conseguinte, há uma intencionalidade no modo como ele veicula o seu discurso, como ele representa a si mesmo. Define o que Goffman (2011) denominou de “fachada”, que tem a ver com uma espécie de valor social positivo que uma pessoa reivindica para si mesma através da linha que os outros pressupõem que ela assumiu durante o contato. Assim, “fachada é uma imagem do eu delineada em termos de atributos sociais aprovados [...]” (Goffman, 2011, p.14). O “outro” da interação é sobretudo os membros que compõem o seu universo social no trabalho, na família e na comunidade. Mas é também o pesquisador no momento da entrevista. Veja como o trabalhador entrevistado situa problemas decorrentes de sua atividade laboral:

Você sente alguma dor/incômodo por causa do seu trabalho? Não. Só sinto uma caibrinha vez em quando na perna, assim, nas costela. **Mas já caiu ou já viu gente caindo?** Não, nunca vi também não. **E lá em São Paulo?** Lá já vi muitos passando mal, ia por hospital, soro... (Zerramo, 34 anos).

Com o passar das entrevistas, tornou-se comum a negação da dor em primeira pessoa e a afirmação aparece em terceira pessoa, o que acabou por criar um aparente paradoxo: “eu não passo mal, mas eles (os outros) passam”. A repetição desse tipo de

resposta dá a ligeira impressão de que você nunca alcança esse “outro” que sente dor. Como já o afirmara Goffman (2011), “quaisquer afirmações sobre o eu serão feitas com uma modéstia beirando o menosprezo, com fortes qualificações, ou com uma nota de deboche; garantindo-se desta forma, ela terá preparado um eu para si mesma que não será depreciado pela exposição, fracassos pessoais, ou os atos imprevistos de outros” (p.23). De igual modo, Dejours (2003) já havia salientado a negação do sofrimento como uma tática defensiva, que permite ao sujeito continuar trabalhando ainda que a sua atividade envolva sérios riscos a saúde.

A migração também pode ser vista sob esse prisma, ou seja, o impacto do desenraizamento físico e social se insere em suas estratégias de sobrevivência de modo a tentar minorar o sofrimento. Na ocasião de uma oportunidade de trabalho mais próxima do seu local de residência, onde ele pode retornar uma vez no mês, ainda que a renda auferida seja menor, ele tende a priorizar essa oportunidade ocupacional. Não à toa, os circuitos regionais de migração, políticas públicas de sedentarização da mão-de-obra, entre outros fatores, estão alterando o mapa das migrações para o Centro-Sul. A possibilidade do emprego a curta distância reduz os riscos da viagem, possibilita manter o vínculo com a família e, talvez esse seja o aspecto mais importante, abre espaço para o desenvolvimento de outras estratégia de sobrevivência fora da atividade do corte da cana. Seja um plano para a mudança de setor de atividade, seja a manutenção de pequena roça de onde provém o sustento.

Lá eu ganhava bem (**em referência a São Paulo**). A questão é que lá gasta mais. A diferença é essa, de gastar sabe. Mas aqui (**em referência a Sergipe**) nós tá mais perto de casa, nós gasta 25 reais. Mas lá não, lá você tem que mandar dinheiro para a família. Que nem agora que eu to com compromisso de mandar dinheiro para a mulher, se eu for para lá agora é duas dívidas todo mês. Me manter lá e manter a mulher em casa. Hoje eu to bontando na mente assim, se precisar eu vou para a usina de Goiás, de Minas Gerais, São Paulo, se precisar. Mas hoje mesmo eu penso em trabalhar só por aqui mesmo, Sergipe, Pernambuco, Alagoas. Quero aproveitar mais a minha vida de casado também (**Migrante de Alagoas que estava no corte da cana em Sergipe na safra 2012-2013**)

Porque em São Paulo você ganhava mais, mas só que o gasto é mais também. Você ficar indo e vindo para a Bahia final de ano, você paga transporte, é caro ne? E aqui leva todo mês, você acaba ganhando quase a mesma coisa. Porque lá você ganha na base de dois mil, dois mil e pouco por mês. Aqui você ganha mil e setecentos, mil e oitocentos. Lá você acaba gastando mais, tem que pagar aluguel, tem que levar a família porque é longe (**Migrante da Bahia que estava no corte da cana em Sergipe na safra 2012-2013**).

Em ambos os casos eram trabalhadores com ampla experiência de migração na região Centro/Sul. Depreende-se como a decisão de retorno a essa região é sempre tensionada em razão das novas oportunidades ocupacionais próximas de sua residência. Isso não implica dizer que se esgotou o fluxo migracional do Norte/Nordeste para o Centro/Sul, ele ainda existe. Todavia, com as novas oportunidades, abre-se espaço para que os indivíduos equacionem a sua decisão de deixar com o lugar em que vivem.

Ao fim e ao cabo, não constituiu nossa intenção apontar para o que poderia ser qualificado como um novo paradigma acerca dos circuitos migracionais para o corte de cana-de-açúcar. A esse respeito, o polo gravitacional ainda aponta para a região Centro/Sul como grande receptora de mão-de-obra em razão mesmo do seu lugar no cenário produtivo sucroalcooleiro nacional. Não obstante, ocorre que em razão do aumento da mecanização da colheita, do crescimento das áreas de cultivo da cana em outras regiões e da configuração particular que cada localidade provedora de trabalhadores possa assumir nesse processo, surgiram novos circuitos de migração. Um indicativo dessa mudança surge quando observamos que muitas usinas em São Paulo recorrem a trabalhadores vindos de regiões que não possuem tradição na lavoura da cana, a exemplo do Maranhão (Silva, 2008a).

O que procuramos sublinhar foi o modo como os indivíduos equacionam as suas estratégias de sobrevivência, e nela a decisão de migrar, a partir desse contexto. Trata-se de enfrentar o desafio de inquirir, a partir de uma perspectiva microssociologia, qual é a margem de negociação possível e quais são as variáveis que interferem na sua decisão de partir. Sem menosprezar os determinantes de ordem estrutural, que certamente condicionam os circuitos migratórios.

Se estivermos certos, essa é uma perspectiva de análise que nos permite compreender elementos que passariam despercebidos em outros métodos de pesquisa. De igual modo, recupera-se a dimensão subjetiva da experiência de migrar como o fizeram outros estudos (Silva, 1999; Menezes e Cover, 2011). O nosso intuito foi o de explorar o simbolismo presente em aspectos do modo de vida desses indivíduos tais como: a saudade, a família, a relação com a terra, apenas para citar alguns exemplos, que certamente influenciam nas suas ações. Algo que brilhantemente fora expresso na passagem do romance *Usina*, de José Lins do Rego:

Os Sertanejos davam conta da metade do serviço do campo. Batiam na usina, aos bandos, contratando tarefas. Só queriam receber dinheiro corrente, nada de vales. Metiam-se assim nos partidos, nas limpas e, enquanto o eito da fazenda se maxia devagar, os sertanejos raspavam terras com uma velocidade de máquina. Tiravam as tarefas em três tempos. Agora com a falta de braços o serviço deles era estimado por toda parte. Podiam contar com os corumbás até que, para as bandas do sertão, os relâmpagos aclarassem, porque só ficavam por ali esperando que as chuvas caíssem pelas suas caatingas. Não havia pedidos que os contivessem. Com chuva a terra deles era um presente do céu (Rego, 2012, p. 160).

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. *Nordeste Açucareiro: desafios num processo de vir-a-ser capitalista*. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe; Secretaria de Estado do Planejamento; Banco do Estado de Sergipe, 1993.

_____. Nota prévia sobre a propriedade canavieira em Sergipe (século XIX). In: *VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*. A propriedade rural. São Paulo: FFLCH-USP, 1976. v.2, p. 510a-510b.

BANDINI, Claudirene Aparecida de Paula; SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Revelando o Indizível na Oficina de Fuxico: uma experiência de pesquisa sobre gênero, religião e memória. In: *História Oral*, v. 2, n. 14, p. 255-284, jul.-dez. 2011.

CAMPOS, Luis Henrique Romani de; RAPOSO, Isabel; MAIA, André. Empregabilidade do Cortador de Cana-de-Açúcar da Zona da Mata Pernambucana no Período da Entressafra. In: *XII Encontro Regional de Economia*. Banco do Nordeste. Fortaleza, 2007.

DANTAS, Orlando Vieira. *O Problema Açucareiro de Sergipe*. Aracaju: s/ed., 1944. (não há informações sobre a editora).

DEJOURS, Christophe. *A Loucura do Trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2003.

GALINDO, Osmil (org.). *Desemprego Sazonal na Atividade Açucareira Pernambucana: zona da mata e região metropolitana do Recife*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco / Massangana, 2009.

GOFFMAN, Erving. *Ritual de Interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. – (Coleção Sociologia).

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

NOVAES, José Roberto Pereira. Idas e Vindas, Disparidades e Conexões Regionais: um estudo sobre o trabalho temporário de nordestinos na safra da cana paulista. In: NOVAES, José Roberto e ALVES, Francisco (orgs.). *Migrantes: trabalho e trabalhadores no*

complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos: EDUFSCAR, 2007.

MENEZES, Marilda Aparecida. *Redes e Enredos nas Trilhas dos Migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa, PB: EDUEPB, 2002.

_____. Experiência Social e Identidades: trabalhadores migrantes na plantation canavieira. In: *História Oral*, 3, 2000, p.49-68.

MENEZES, Marilda Aparecida de; COVER, Maciel; SILVA, Marcelo Saturnino da. Mecanização de Lavouras Canavieiras: eliminação ou um novo lugar para o trabalho manual? Comunicação apresentada no 35º Encontro Anual da ANPOCS, GT36 – Trabalho, Ação Coletiva e Identidades Sociais, Caxambu, 2011.

REGO, José Lins do. *Usina*. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 2012.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Errantes do Fim do Século*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

_____. A face oculta do trabalho: migrantes nas usinas canavieiras de São Paulo. In: *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*. Ano 10, n. 17. pp. 31-54, 2005.

_____. Expropriação da terra, violência e migração: camponeses maranhenses no corte da cana em São Paulo. *CADERNOS CERU*, série 2, v. 19, n. 1, junho 2008a.

_____. Mortes e Acidentes nas Profundezas do ‘Mar de Cana’ e dos Laranjais Paulistas. In: *INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente* - v.3, n.2, Artigo 1, abr./ agosto 2008b. Disponível em: http://www.interfacehs.sp.senac.br/br/artigos.asp?ed=8&cod_artigo=146

SUBRINHO, Josué Modesto dos Passos. História Econômica de Sergipe (1850-1930). Campinas/SP. *Dissertação de Mestrado*: Unicamp, 1983.

Sites consultados:

www.mte.gov.br

ESTADO E REGULAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NOS CANAVIAIS DO BRASIL

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Professora livre-docente aposentada da UNESP;
visitante do PPG/Sociologia/UFSCar e Pesquisadora do CNPq
maria_moraes@terra.com.br

MENEZES, Marilda Aparecida de. Professora Visitante (CAPES) na Universidade Federal
do ABC (PCHS), Professora do PPGCS-UFCG e Pesquisadora do CNPq,
menezesmarilda@gmail.com

RIBEIRO, Jadir Damião. *Bolsista de Apoio Técnico do CNPq (2010-2012)*. Pós-
Graduando em Direito pela Faculdade de Direito da USP-FDRP
jadiribeiroadvogado@aasp.org.br.
GT2 - Trabalho Rural

Muitos autores têm defendido a tese de que no Brasil, no contexto atual da mundialização do capital, vem ocorrendo o processo de *reprimarização* da economia por meio da produção em larga escala de produtos agrícolas destinados à exportação, tais como, minério de ferro, açúcar, soja, carnes, dentre outros. No que tange à regulamentação das relações de trabalho, tem sido observada a tendência de aplicar as normas internacionais caracterizadas pelas representações tripartites, ou seja, por meio da participação do estado, dos representantes do patronato e dos trabalhadores. Nesse sentido, destaca-se o Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Boas Condições de Trabalho na Cana de Açúcar, firmado em 2009. Das 300 usinas do país, 250 assinaram o Acordo e 169 receberam o Selo de “Empresa Compromissada” em 2012. Este arranjo institucional visa, sobretudo, à consolidação da ideologia, segundo a qual o etanol, extraído da cana, será a solução para os problemas ambientais do planeta, na medida em que seu uso permitirá a diminuição de gases poluentes na atmosfera, responsáveis pelo efeito estufa, garantindo, assim, a segurança energética. A análise dos principais pontos deste arranjo institucional, vis-à-vis os objetivos de escamotear os conflitos de classe e camuflar os altos índices de exploração da força de trabalho, revelará também os seus limites, quer seja, por meio do processo de resistência dos trabalhadores, quer seja, por meio da ação da Promotoria Pública, voltada para garantir os direitos trabalhistas. Desta sorte, objetiva-se à análise neste artigo dos desdobramentos deste arranjo institucional à luz do da ação pública da Promotoria revogando a premiação Selo de Responsabilidade “Empresa Compromissada” concedida pela Secretaria Geral da Presidência da República a várias empresas sucroalcooleiras do país.

O objetivo deste texto é analisar as condições de trabalho nos canaviais do estado de São Paulo, caracterizado pela intensificação do processo de mecanização do corte de cana, sob a ótica do papel desempenhado pelo Estado no sentido de garantir os padrões de acumulação dos capitais nacionais e internacionais aplicados neste setor da economia. Muitos autores têm defendido a tese de que no Brasil, no contexto atual da mundialização do capital, vem ocorrendo o processo de *reprimarização* da economia por meio da produção em larga escala de produtos agrícolas destinados à exportação, tais como, minério de ferro, açúcar, soja, carnes, dentre outros. No que tange à regulamentação das relações de trabalho, tem sido observada a tendência de aplicar as normas internacionais caracterizadas pelas representações tripartites, ou seja, por meio da participação do estado, dos representantes do patronato e dos trabalhadores. Nesse sentido, destaca-se o Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as boas Condições de Trabalho na Cana de Açúcar, firmado em 2009. Das 300 usinas do país, 250 assinaram o Acordo e 169 receberam o Selo de “Empresa Compromissada” em 2012. Este arranjo institucional visa, sobretudo, à consolidação da ideologia, segundo a qual o etanol, extraído da cana, será a solução para os problemas ambientais do planeta, na medida em que seu uso permitirá a diminuição de gases poluentes na atmosfera, responsáveis pelo efeito estufa, garantindo, assim, a segurança energética. A análise dos principais pontos deste arranjo institucional, vis-à-vis os objetivos de escamotear os conflitos de classe e camuflar os altos índices de exploração da força de trabalho, revelará também os seus limites, quer seja, por meio do processo de resistência dos trabalhadores, quer seja, por meio da ação da Promotoria Pública, voltada para garantir os direitos trabalhistas. Desta sorte, objetiva-se à análise neste artigo dos desdobramentos deste arranjo institucional à luz do da ação pública da Promotoria revogando a premiação Selo de Responsabilidade “Empresa Compromissada” concedida pela Secretaria Geral da Presidência da República a várias empresas sucroalcooleiras do país.

O contexto geral da produção canavieira

Atualmente, o Brasil constitui-se no maior exportador de açúcar do mundo e o maior produtor de etanol, proveniente da cana¹. Esta produção destina-se também ao mercado interno. As discussões ambientais em torno do aquecimento global e os efeitos dos Gases de Efeito (GEE's) fortaleceram não apenas a justificativa da produção do etanol, como também a construção da ideologia, ou da “fabricação da imagem” da energia limpa e, por consequência, capaz de salvar o planeta dos malefícios dos combustíveis fósseis.

Durante os dois governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), a diplomacia brasileira incluiu em sua agenda uma matriz discursiva em favor do etanol em todas as viagens do presidente ao exterior e em todos os contatos com visitantes estrangeiros. Entre 2004-2008, elenca 22 acordos de cooperação, todos eles protocolos de intenções ou memorandos de entendimento, sendo que somente quatro desses foram assinados no Brasil (JHONSON, 2010, p. 58. Apud SCHUTTE, 2012, p.6). Os objetivos desse discurso eram, além de vender o etanol, estender sua produção a outros países da América Latina e da África, visando à transformação do produto em *commodity*. A maior concentração das usinas do país acha-se na região centro-sul, compreendida pelos estados de São Paulo, norte do Paraná, Sul de Mato Grosso do Sul, sul de Minas Gerais e sul de Goiás. Esta região está “sobre” as águas dos principais aquíferos de água doce do mundo e ao lado de grandes bacias hidrográficas (Thomaz, 2009). Portanto, o avanço das plantações decorre da territorialização dos capitais em busca de melhores condições naturais para a produção, traduzidas pela apropriação da renda fundiária de localização e fertilidade. A gigantesca expansão da cultura canavieira tem sido feita em áreas de pastagens, de alimentos² ou, ainda, em áreas de reservas naturais, ou reservas destinadas aos povos

¹ Em 1997, foram exportadas 3.844.224 toneladas de açúcar. Dez anos depois, em 2007, este montante passou para 12.223.221, havendo um acréscimo de quase quatro vezes. Fonte: IEA (Instituto de Economia Agrícola), 2009. Segundo dados do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) em 2012, houve acréscimo de 57,5% da quantidade de etanol exportada, passando de 1,57 para 2,48 milhões de toneladas. No que tange à produção, na safra de 2005-2006, foram 15.808.184.000 de litros e em 2010-2011, este montante subiu para 25.780.404.000, portanto, havendo um acréscimo de quase 70%, num período de apenas cinco anos. Quanto à produtividade, segundo dados da ÚNICA (União da Indústria Canavieira), em 1976, era necessária uma tonelada de cana para produzir 45 litros de álcool. Em 2004, esse montante passa para 75 litros, havendo um aumento de 64%. WWW.unica.com.br. Acesso em 30/11/2012.

² Segundo o IEA (Instituto de Economia Agrícola), os dados para o estado de São Paulo apontam para a diminuição das áreas de 32 produtos agrícolas, dentre eles: arroz (10%), feijão (13%), milho (11%), batata (14%), mandioca (3%), algodão (40%), tomate (12%), sem contar a redução de mais de 1 milhão de bovinos e a queda da produção de leite, no período de 2006 a 2007. Na safra 2008-2009, segundo informações do MAPA (Ministério da Agricultura, pecuária e Abastecimento), no estado de São Paulo, a cana incorporou

indígenas. Portanto, não se trata do avanço em áreas degradadas - tal como mostra o discurso empresarial -. As formas de ocupação são por meio do arrendamento (pelo qual os proprietários recebem em dinheiro pelo aluguel da terra)³, pelo sistema de parceria (pelo qual o proprietário da terra cede o uso do imóvel com a participação nos lucros e prejuízos da atividade), pela compra⁴ ou ainda pela invasão de terras indígenas, tal como ocorre no sul de Mato Grosso do Sul, com o povo Guarani kaiowá⁵, configurando-se, assim o que HARVEY (2010) denomina de acumulação por espoliação. O autor mostra que esse processo não ocorre apenas na fase que antecede ao capitalismo, porém, dele fazendo parte em todas as épocas e fases históricas.

Nos últimos anos tem havido o processo de internacionalização das empresas neste setor da economia, atraídas, cada vez mais, pelas vantagens comparativas, advindas da apropriação da renda diferencial da terra, da superexploração da força de trabalho e dos subsídios estatais. Há uma crescente participação de capitais estrangeiros na compra de terras e de usinas (OLIVEIRA, 2012). Do ano 2000 para 2010, a participação estrangeira nas indústrias de cana cresceu 20%. De acordo com o grupo KPMG Corporate Finance, do ano 2000 para 2009, ocorreram 99 fusões e aquisições de usinas no Brasil. Em outubro de 2009, a empresa francesa Louis Dreyfus Commodities anunciou a compra de cinco usinas da Santelisa Vale de Ribeirão Preto. A fusão criou o grupo LDC-SEV Bionergia, tornando-se o segundo maior produtor mundial de açúcar e álcool, ficando o primeiro lugar com o Grupo Cosan que recentemente se uniu à Shell, criando a joint venture Raízen⁶. O grupo LDC-SEV tem participação acionária de grandes famílias de usineiros paulistas, Biaggi e Junqueira, além do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e

194.000 ha de áreas de milho, soja, café, laranja, pastagens e outros produtos. Para a região centro-sul, esse montante de incorporação foi de 414.605 ha e para a região nordeste foi de 33.830 ha. Para o conjunto do país, foram 448.443 ha. <http://www.agricultura.gov.br/vegetal/culturas/cana-de-acucar>

³ Ver a respeito: SILVA (2006). *Senhores da terra. Donos do mundo*, Vídeo (20'), acerca do arrendamento de uma fazenda com 1 milhão de cafeeiros que foram arrancados por máquinas para ceder à plantação de cana. Todas as benfeitorias dessa fazenda, situada no município de Batatais/SP, incluindo a sede, além de casas de colonos, foram destruídas pelas máquinas. Essa prática tem contribuído para a destruição do patrimônio arquitetônico das antigas fazendas cafeiras do estado de São Paulo.

⁴ A Compra de terras tem sido realizada por grandes empresas. A Raízen, resultante da COSAN e Shell, maior produtora de cana-de-açúcar do país, possui a empresa subsidiária – Radar Propriedades Agrícolas-responsável – encarregada dessa função, mormente nas áreas novas de expansão canavieira.

⁵ A violência praticada contra os indígenas foi objeto de muitas manifestações e reportagens nos meios de comunicação do país. Ver a respeito: <http://reporterbrasil.org.br/2012/10/estudo-denuncia-producao-de-soja-e-cana-em-terras-dos-guarani-kaiowa/>, Acesso em 18/01/2013. Para maiores informações sobre a apropriação de terras e exploração do trabalho dos índios pelas usinas em Mato Grosso do Sul, consultar: XAVIER et al. (2012), p. 37-49.

⁶ Para um estudo aprofundado sobre a criação da Raízen, consultar: XAVIER et al. (2012).

do Banco Sachs. Além da fusão entre os capitais investidos na produção canavieira, há a participação de empresas petroleiras (Petrobras, Shell, British Petroleum), automotivas, biotecnologia, mineração, infraestrutura e fundos de investimento. Em 2010 foi anunciada a fusão da ETH Bionergia, do Grupo Oldebrecht, com a Companhia Brasileira de Energia Renovável (Brenco), visando a produção de três bilhões de litros de etanol por ano.

As considerações precedentes compõem um dos retratos da produção sucroenergética brasileira e visam a desmistificar a imagem de energia limpa exportada para o mundo globalizado e também para os consumidores internos. Em seguida, propomo-nos a analisar outro retrato referente à regulação das relações de trabalho, a partir das normativas institucionais vigentes, esforçando-nos para trazer à luz alguns exemplos de outros países, sem a pretensão de dar conta de todos os estudos realizados, porém com o intuito de compreender a lógica da atual fase de acumulação capitalista, que, longe de negar o papel do Estado, como defendiam os neoliberais, reforça-o, como parte integrante desse processo.

A regulação tripartite das relações de trabalho

Segundo a OIT (Organização Internacional do Trabalho), o trabalho decente diz respeito ao trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna. Para isso haveria a necessidade de respeitar as normas internacionais do trabalho – liberdade sindical, reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; eliminação de todas as formas de trabalho forçado; abolição do trabalho infantil; eliminação de todas as formas de discriminação; promoção do emprego de qualidade; extensão da proteção social; diálogo social⁷.

O governo brasileiro discutiu com outros representantes de países do hemisfério americano a promoção do trabalho decente em 11 conferências e reuniões internacionais no período de setembro de 2003 a novembro de 2005. Na resolução final da Assembleia Geral da ONU, adotada em 2005, os chefes de estados e de Governo definiram o trabalho decente como nacional e internacional. Na Declaração de Mar del Plata, os chefes de Estados e de Governo solicitaram a OIT que trate:

⁷ Essas informações e as seguintes foram retiradas do site: Agenda Nacional de Trabalho Decente. Gerar trabalho decente para combater a pobreza e as desigualdades sociais. WWW.oitbrasil.org.br. Acesso em 15/03/2013.

“As pessoas e seu trabalho no centro da globalização”, com ênfase particular no trabalho decente, e considere ações governamentais e tripartites para fazer cumprir a Declaração e o Plano de Ação de Mar del Plata”⁸.

Dentre as prioridades da Agenda Nacional, destacam-se as seguintes: fortalecimento dos atores tripartites e o diálogo social como um instrumento de governabilidade por meio da cultura do diálogo social fortalecida; promoção de normativas internacionais; criação e consolidação do Conselho Nacional de Relações de Trabalho (CNRT), como mecanismo institucionalizado de diálogo social; Compromisso entre o governo brasileiro e a OIT por meio do incentivo do diálogo com as organizações de empregadores e trabalhadores. A partir desta Agenda, deveria ser elaborado um Programa Nacional de Trabalho decente, aí incluindo as normativas sobre monitoramento e avaliação periódicas.

Os desdobramentos dessas normativas internacionais, no que tange às relações de trabalho no *agribusiness* da cana-de-açúcar, podem ser analisados por meio do acordo tripartite (Governo, representantes dos empresários e dos trabalhadores) em 2009, que será objeto de nossa análise doravante.

O compromisso Nacional

No dia 25 de junho de 2009, no palácio do Buriti, em Brasília, foi assinado um pacto de “livre adesão” entre os representantes dos trabalhadores rurais FERAESP e CONTAG e empresas, produtores do etanol e do governo federal, denominado **Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições do Trabalho na Cana de Açúcar**⁹. O documento, instituído pelo presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva e coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da República objetivava estimular e garantir melhores práticas nas relações de trabalho e defender o denominado “trabalho decente”. A Mesa de Diálogo teve o duplo objetivo de propor soluções para tornar mais humano (sic) e seguro o trabalho na cana-de-açúcar e promover a reinserção dos trabalhadores desempregados pelo avanço da mecanização da colheita.

⁸ Agenda Nacional de Trabalho Decente. Gerar trabalho decente para combater a pobreza e as desigualdades sociais, p. 7. WWW.oitbrasil.org.br. (Acesso em 15/01/2013).

⁹ Consultar: www.secretariageral.gov.br/arquivos/publicacaocanadeacucar.pdf. Acesso em 30 de novembro de 2009.

1. Os principais pontos do referido documento abrangem os seguintes itens:

▪ **Contrato de trabalho**

Os trabalhadores serão contratados diretamente pelas empresas, evitando assim, a ação dos intermediários, ou seja, dos chamados “gatos”.

▪ **Transparência da aferição da produção.** Dispor de mecanismos de aferição da produção previamente acordados com os representantes a fim de evitar que os trabalhadores sejam lesados, dado que o sistema de pagamento é por produção.

▪ **Saúde e segurança do trabalho**

As empresas deverão fornecer gratuitamente os Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs) aos trabalhadores, implantar a prática da **ginástica laboral** antes do início da atividade, além de promover campanhas de conscientização acerca da necessidade de **reidratação**, devendo, para tanto, fornecer gratuitamente o soro hidratante aos cortadores.

▪ **Transportes**

As empresas deverão fornecê-los gratuitamente, bem como cuidar para que atendam às determinações da NR31¹⁰, relativas à segurança e habilitação dos condutores dos veículos etc.

▪ **Trabalhadores migrantes**

Os alojamentos dos migrantes deverão seguir os requisitos da **NR31**. Para estes trabalhadores, caso não retornem aos seus locais de origem após a jornada de trabalho, as empresas deverão solicitar às Gerências Regionais ou Superintendências Regionais do Trabalho a emissão de certidão liberatória, **comprovando a sua contratação regular e de retorno aos locais de origem no final da safra**. Ademais, as empresas proporcionarão acesso aos meios de comunicação nos alojamentos, para facilitar o contato com as famílias.

▪ **Remuneração e alimentação**

As empresas deverão complementar o pagamento das diárias, correspondentes ao piso salarial, para os trabalhadores que não lograrem a remuneração com sua respectiva produção. No que tange à alimentação, as empresas fornecerão **apenas a “marmita” térmica, sem os alimentos, portanto marmita vazia**.

¹⁰ NR31: Norma Reguladora das condições e ambiente de trabalho no meio rural.

▪ Organização sindical e negociações coletivas

Devem se empenhar para o estabelecimento da negociação coletiva de trabalho.

▪ Responsabilidade no desenvolvimento da comunidade

As empresas divulgarão e apoiarão ações relativas **à educação, saúde, cultura, esporte e lazer nas comunidades onde estão inseridos os trabalhadores.**

Pelas razões acima apontadas, torna-se evidente que esse acordo tripartite enquadra-se nas normativas internacionais firmadas pelo Governo brasileiro relativo ao trabalho decente. A pergunta que se põe é a seguinte: esse documento contribuiu efetivamente para tornar o trabalho mais humano (sic) nessa atividade ou mesmo, esse trabalho pode ser definido como decente?¹¹

Um dos itens do Documento previa o monitoramento e avaliação das normas. Isto foi feito por meio do Edital de Chamada Pública de n. 01/2011-SG/PR elaborado pelo Governo Federal para conceder às 169 usinas do país o Selo “Empresa Compromissada”. Nas últimas décadas tem-se verificado que o emprego de máquinas e de tecnologias avançadas caminha lado a lado com o aumento da exploração e do agravamento das condições de trabalho, caracterizadas por baixos salários, perda dos direitos, casos de escravidão por meio de dívidas, sem contar o registro de 23 mortes no período de 2004 a 2009 ocasionadas, supostamente, por "exaustão", pelo excesso de trabalho no corte manual (SILVA, 2010). Por ocasião do lançamento da Cartilha do Compromisso Nacional, 75% das empresas do setor canavieiro já tinham aderido ao “Compromisso”, dentre elas as que mais violam direitos trabalhistas e que já tinham sido flagradas submetendo trabalhadores a condições degradante e/ou análogos às de escravo.

Contudo, em razão das irregularidades no Edital de Chamada Pública, elaborado pelo Governo Federal, bem como das violações da legislação trabalhista no setor canavieiro, o Ministério Público do Trabalho ajuizou várias Ações Cíveis Públicas para que a Justiça do Trabalho proceda à cassação do Selo “Empresa Compromissada” concedido às usinas, e a determinação de que a União Federal abstenha-se de conceder às

¹¹ Para responder a esta questão, foram feitas (09) entrevistas com operadores de máquinas agrícolas, uma com o Procurador do Trabalho, em Araraquara. Foram, ainda, analisados sete processos (Ações Cíveis Públicas), de n. 0001888-92.2012.5.15.0049; 0001375-30.2012.5.15.0048; 0001203-86.2012.5.15.0081; 0001060-06.2012.5.15.0079; 0000517-69.2012.5.15.0154; 0001936-51.2012.5.15.0049; 0001736-70.2012.5.15.0008, em que o MPT pede a cassação do Selo de Responsabilidade "Empresa Compromissada" concedido às usinas desta região.

empresas canavieiras os selos de responsabilidade social sem prévia consideração e análise da atuação fiscalizatória pela Auditoria-Fiscal do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego e de processos judiciais findos ou em andamento.

O MPT, nas ações ajuizadas na Justiça do Trabalho de São Carlos, Araraquara, Itápolis, Porto Ferreira, Matão, todas no interior paulista, juntou vários documentos, dentre eles o Relatório de Verificação ao Cumprimento do Compromisso Nacional Para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-açúcar. Nas ações, afirma o MPT que o Termo de Adesão é firmado entre as usinas e as entidades que compõem a Comissão Nacional de Diálogo e Avaliação do Compromisso Nacional composta por oito Ministérios da União, quais sejam: Secretaria Geral da Presidência da República, Casa Civil, Ministério da Agricultura, Ministério do Trabalho, Ministério da Educação, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Desenvolvimento Social e Ministério da Saúde. O MPT insurge-se contra o procedimento adotado pela União ao conceder o selo em favor das usinas, alegando várias irregularidades em tal ato.

Nas irregularidades apontadas estão: trabalho além da jornada permitida de 8 horas diárias e 44 semanais; falta de treinamentos aos empregados em geral; falta de ginásticas laborais; os trabalhadores fazem as refeições na própria roça; falta de cadeiras e mesas; falta de ambulância nos locais de trabalho; falta de fiscalização adequada do uso de EPIs (Equipamentos de Proteção Individuais), contratação por empresas terceirizadas; trabalhadores recrutados por “gatos”; ausência de condições adequadas de conservação, asseio e higiene; falta de redes de alvenaria, madeira ou material equivalente; falta de piso cimentado, de madeira ou de material equivalente; falta de cobertura que proteja contra as intempéries; falta de iluminação e ventilação adequadas; falta de instalações sanitárias fixas ou móveis nas frentes de trabalho, etc.

Segundo denuncia o MPT, com a certificação, as usinas livram-se da imagem de serem por vezes vistas, tanto no Brasil como no exterior, como exploradoras do trabalho escravo, o que lhes criam dificuldades de inserção do açúcar e do etanol no mercado internacional. Ademais, as empresas desse setor, além de estarem envolvidas na exploração de trabalhadores em condições análogas às de escravos, são líderes no ranking de maiores empresas reclamadas com ações trabalhistas na Justiça do Trabalho, conforme revela a planilha de inúmeros processos ajuizados individualmente nos últimos anos. Outra denúncia se reporta às várias irregularidades na seleção das empresas credenciadas para

aplicar o questionário e na própria metodologia aplicada na condução dos trabalhos. Tal fato, segundo o MPT, é caracterizado de fraude, pelo que pede a cassação do “Selo de Reconhecimento”, não houve qualquer metodologia na aplicação do questionário para aferir a realidade no setor canavieiro; não houve participação da representação sindical; não houve participação da representação do próprio governo e seus órgãos fiscalizatórios; não houve participação da representação da sociedade civil organizada; os trabalhadores entrevistados nas frentes de trabalho foram previamente selecionados pelas próprias usinas denunciadas; os consultores são os próprios sócios das empresas de consultorias chamadas no edital; o pagamento das consultorias foi feito pelas usinas. De mais a mais, os questionários foram feitos com base em documentos apresentados pelas usinas, sendo que as próprias empresas de consultorias afirmaram em seus relatórios que: *“dessa forma, nosso relatório não proporciona asseguração limitada ou razoável sobre tais informações”*. Em outras palavras, das auditorias realizadas nas 169 usinas do país, as informações apresentadas pelas usinas não foram questionadas.

As condições degradantes denunciadas nos autos das Ações Cíveis Públicas se baseiam no não cumprimento das exigências concernentes aos sanitários e locais para refeição, contidos na Norma Regulamentadora de no. 31, instituída pela Portaria MTE n. 86/2005. Demais disso, devem ser disponibilizadas instalações sanitárias fixas ou móveis nas frentes de trabalho, compostas de vasos sanitários e lavatórios, na proporção de um conjunto para cada grupo de quarenta trabalhadores ou fração, atendidos os requisitos do item 31.23.3.2, sendo permitida a utilização de fossa seca (31.23.3.4). Quanto aos locais para refeição (item 31.23.4.1), devem atender aos seguintes requisitos: a) ter boas condições de higiene e conforto; b) capacidade para atender a todos os trabalhadores; c) água limpa para higienização; d) mesas com tampos lisos e laváveis; e) assentos em número suficiente; f) água potável, em condições higiênicas; g) depósitos de lixo, com tampas. Em todo estabelecimento rural deve haver local ou recipiente para a guarda e conservação de refeições, em condições higiênicas, independentemente do número de trabalhadores (31.23.4.2). E nas frentes de trabalho devem ser disponibilizados abrigos, fixos ou móveis, que protejam os trabalhadores contra as intempéries, durante as refeições (31.23.4.3). Compulsando os autos das Ações Cíveis Públicas, resta evidenciado que os empregadores do setor sucroalcooleiro submetem seus empregados às precárias condições de trabalho, moradia e alimentação, deixando de lhes oferecerem o mínimo de higiene e

segurança, o que não lhes confere o direito de um “Selo de Compromisso” concedido pelo Governo Federal, em razão da situação aviltante vivenciada pelos trabalhadores e que foi apontada pelo MPT.

Por tal razão, segundo o MPT, o “Selo”, se concedido em confronto com os fatos, e de forma a ocultar problemas trabalhistas reais, torna-se uma ameaça à efetivação dos direitos dos trabalhadores individualmente e coletivamente considerados. Ademais, denuncia que os ilícitos cometidos e as ofensas suportadas pelos trabalhadores correm o risco de se tornar invisíveis aos olhos da sociedade, com prejuízos à tutela dos interesses lesados, individuais e coletivos. Por fim, o MPT pede a cassação do Selo “Empresa Compromissada” e a determinação de que a União Federal abstenha-se de conceder às empresas canavieiras os selos de responsabilidade social sem prévia consideração e análise da atuação fiscalizatória pela Auditoria-Fiscal do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego e de processos judiciais findos ou em andamento¹². Ainda, segundo denuncia o MPT, as usinas da região excedem os limites legais atinentes à duração do trabalho, exigindo dos operadores de máquinas uma jornada de 12 x 12 horas diárias, inclusive sábados, domingos e feriados, privando-os totalmente do direito social ao lazer, bem como ofendendo direito à saúde e à dignidade.

A denúncia do MPT, assentada nos dispositivos jurídicos, constitui-se numa importante fissura nas normativas instituídas pelo Governo federal com apoio dos representantes dos trabalhadores e também dos empresários. A concessão do “Selo” às empresas, que continuam com suas práticas de superexploração, é uma tentativa de “fabricar outra imagem” dos produtores do etanol e do açúcar, garantindo, assim, a confiabilidade dos compradores e investidores externos. Por outro lado, a reação do MPT insurge-se contra o processo de construção das novas relações de trabalho fundamentadas em mesas de diálogo, negociações tripartite, ditadas pela OIT, com o intuito de anular os conflitos de classe, e, principalmente, imprimir ao Estado, a marca de defensor dos direitos humanos do trabalho no atual momento da acumulação capitalista, caracterizada pela precarização, flexibilidade, vulnerabilidade e intensa mobilidade dos trabalhadores. Vale ainda ressaltar que o gigantesco número de processos trabalhistas movidos contra as

¹² Os processos analisados estão em fase de conhecimento e julgamento de Recurso Ordinário pelo TRT 15ª/Campinas, vez que o juiz de 1ª instância declarou *ex officio* a incompetência absoluta da Justiça do Trabalho para julgar o presente feito e determinou a remessa dos autos a uma das Varas da Justiça Federal.

empresas, além das greves e outras formas de lutas revela que a desobediência às normas continua vigendo.

Vale a pena ainda tecer outras considerações sobre a atuação dos representantes sindicais. Pelo Compromisso, a fiscalização das relações de trabalho cabe às próprias empresas, retirando dos representantes dos trabalhadores essa função, haja vista que, sequer podem adentrar os locais de trabalho, sem credenciamento ou prévia autorização dos patrões buscando soluções conjuntas para possíveis problemas. Consubstancia-se, assim, o rearranjo das relações de força e dos conflitos, caracterizado não somente pelo enfraquecimento do poder dos sindicatos, mas pela desconstrução dos conflitos de classe, agora tratados em mesas de diálogos e de negociações tripartites. Ao invés da verticalização, observa-se a horizontalidade das relações de classe, por intermédio da fabricação de novas matrizes discursivas e novas práticas¹³. E mais ainda, esse “modelo” horizontal deveria servir de exemplo para outros países da América Latina produtores de açúcar e etanol, cujas primeiras discussões ocorreram em um evento internacional nos finais de 2012, ocasião em que compareceram representantes sindicais de Honduras, Equador e Colômbia, além do patronato e governo brasileiro¹⁴.

Durante a discussão do Compromisso Nacional o representante dos trabalhadores reiterou que o Compromisso Nacional não tinha a força da lei, mas era um instrumento moral e ético, um marco regulador nas relações de trabalho doravante, algo repetido pela representante das empresas, cujo discurso girou em torno da necessidade de negociação, diálogo, convergência e não mais divergência. Os representantes sindicais estrangeiros, ao final dos debates, mostraram-se confiantes no sentido de implantarem o mesmo modelo em seus respectivos países. Em obra instigante, BOLTANSKI, CHIAPELO (2011) retomam, à luz das mudanças ideológicas que acompanharam as transformações recentes do capitalismo, as ideias de Max Weber acerca do espírito do capitalismo.

¹³ Nota-se que tais práticas não dizem respeito apenas aos sindicatos dos trabalhadores rurais. Elas se inserem nas tendências gerais do sindicalismo brasileiro. Ver a respeito, COSTA (2005).

¹⁴ De 26 a 29 de novembro de 2012 ocorreu em Araraquara/SP o Intercâmbio Brasil-América Latina entre Sindicatos da Cana de açúcar e etanol, evento promovido pelo Centro Americano para Solidariedade Sindical Internacional, Federação dos trabalhadores das Indústrias Químicas e Farmacêuticas do estado de São Paulo e a Federação dos Empregados Assalariados do estado de São Paulo para promover trocas de experiências e informações entre lideranças de trabalhadores ligados a cana-de-açúcar e etanol na América Latina. A programação consta do site: www.feraesp.org.br. Acesso em 12/12/2013.

L'esprit du capitalisme est justement cet ensemble de croyances associées à l'ordre capitaliste qui contribuent à justifier cet ordre et à soutenir, en les légitimant, les modes d'action et les dispositions qui sont cohérents avec lui (p.45).

Mais adiante, os autores afirmam que esse “espírito” não está localizado na “superestrutura”, e que longe de ocupar somente o lugar de um “suplemento da alma”, desempenha um papel central no processo de acumulação capitalista. (p. 67). Assim sendo, esse espírito - a justificação do capitalismo - é interiorizado pelos atores sociais e, neste processo, o Estado desempenha um papel fundamental. No tocante ao trabalho, os autores defendem a tese da desconstrução e do enfraquecimento das defesas do mundo do trabalho. Embora a análise esteja assentada no caso francês, suas considerações são evidenciadas em vários países do mundo globalizado, inclusive no Brasil. O processo de desconstrução do mundo do trabalho é analisado a partir da nova realidade laboral, caracterizada pela flexibilidade, vulnerabilidade, precarização, redução da seguridade social, exclusão, intensificação da exploração, divisão interna do operariado, resultante das transformações do tecido produtivo. Ademais esse processo é acompanhado de outras divisões relativas à etnia – caso dos imigrantes – e ao gênero e à idade. (p. 317-376). Quanto ao processo de enfraquecimento da resistência do mundo do trabalho, os autores se reportam à (des) sindicalização além da repressão antissindical (p.377-413). Em seguida, defendem a tese das evidências do processo de desconstrução das classes sociais e, igualmente, dos conflitos de classes, onde o Estado é um ator importante, na medida em que as regulações das relações de trabalho são postas em prática, a partir de novas legislações e novas matrizes discursivas. Assim sendo, até os finais dos anos de 1970 predominava o discurso referente às desigualdades sociais, substituído pelo da exclusão. Esse deslocamento discursivo revela que no primeiro caso, havia lugar para os antagonismos de classes sociais, enquanto no segundo, há a imposição da ideia de um largo consenso, evitando todas as formas de enfrentamentos possíveis (p. 422). Para isso, a mudança de vocabulário foi fundamental. Os termos, patronato e operário, cada vez mais, ficaram em desuso: “operadores” ao invés de operários. Essa terminologia se enquadrava em novos modelos classificatórios de regulação das relações de trabalho, caracterizada pela *manipulação simbólica* (p. 424).

Acreditamos que essas reflexões são preciosas para a análise do “Compromisso Nacional” acima descrito. Como vimos, é um documento fruto de muitas discussões

prévias travadas com chefes de governo de vários países da América Latina, segundo as orientações da OIT. Portanto, não se trata de um caso particular da realidade brasileira e nem de um acontecimento conjuntural. Ao contrário, trata-se de uma normativa institucional necessária para o enquadramento das relações de trabalho na nova ordem capitalista mundial, cujo alcance deveria ser estendido a outros ramos da economia, *inter alia*, a construção civil, onde as denúncias de desrespeito às normas trabalhistas, inclusive as de condições análogas à escravidão, são sobejamente divulgadas.

À guisa de conclusão

Ao longo deste texto discutimos o papel do Estado no processo de produção e regulação das relações de trabalho do açúcar e etanol no Brasil no contexto do capitalismo contemporâneo. A descrição inicial pautou-se em dados acerca do panorama dessa produção, bem como os efeitos deletérios ao meio ambiente, e o apoio do Estado por meio dos subsídios, empréstimos e investimentos na “fabricação e exportação da imagem” do etanol como energia limpa, capaz de substituir os combustíveis fósseis no planeta.

Em seguida aprofundamos a análise das relações de trabalho e o papel do Estado a partir do chamado Compromisso Nacional para aperfeiçoar as condições de trabalho na cana-de-açúcar, que se constituiu numa normativa de cunho moral e ético segundo os parâmetros do “trabalho decente”, proposto pela OIT, com o intuito de diluir os conflitos de classes pela introdução de novas nomeações e práticas de negociações tripartite entre os representantes do patronato, Estado e trabalhadores. Em virtude do não cumprimento das regras desse Compromisso por muitas empresas signatárias e da emissão do “Selo de Empresa Compromissada” pela presidência do país, O MPT insurgiu-se na tentativa de mostrar à sociedade que as práticas relativas ao trabalho degradante nos canaviais não foram abolidas, iniciativa essa adotada por outros representantes do MPT do país. Apoiando-se em inúmeros dados resultantes de muitos estudos, provenientes de vários campos do conhecimento, concluímos que essas relações de trabalho continuam sendo caracterizadas pela precariedade, vulnerabilidade e superexploração. A menção à realidade de outros países mostrou vários pontos em comum, sobretudo no tocante à regulação do mercado de trabalho temporário, sobretudo, nos casos de imigrantes que se destinam às empresas agroalimentares. HARVEY (2011, p.56) arguiu que a presença do Estado é

necessária quando se trata de imigração e leis trabalhistas, fornecimentos de infraestruturas sociais e políticas destinadas a manter o exército de reserva. Fica evidente que um dos eixos do processo de acumulação dos capitais nessas produções do capitalismo globalizado é a regulação do mercado de trabalho temporário e, *pour cause*, o controle das relações de trabalho, por meio do enfraquecimento dos conflitos de classes. Contudo, sabemos que esse processo não é linear e sim contraditório. No Brasil, além da reação do MPT, poderíamos acrescentar inúmeras greves havidas após a assinatura desse Documento, bem como, outras tantas relativas às resistências cotidianas, ou miúdas nos canaviais do país como um todo. A “manipulação simbólica” efetuada pelos signatários do Compromisso Nacional, seguramente, não logrará dissimular todos os sinais da revolta, ainda que surda em alguns casos, nas profundezas dos canaviais.

Referências Bibliográficas

- ALVES, F. Por que morrem os cortadores de cana? *Saúde e Sociedade*. V. 15, p. 90-98, 2006.
- ALVES, F. Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte de cana em São Paulo: será esse um fenômeno casual ou recorrente da estratégia empresarial do Complexo Agroindustrial Canavieiro? In: NOVAES, Roberto e ALVES, Francisco (Orgs.). *Migrantes: trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (Os heróis do Agronegócio Brasileiro)*. São Paulo: Ed. UFSCar, 2007.
- ANDRADE, J. M. F. *Construção de um índice de sustentabilidade ambiental para a agroindústria da cana paulista da cana-de-açúcar (ISAAC)*. Dissertação de Mestrado. Escola de Economia de São Paulo, FGV, 2009.
- BARBOSA, C. M. G. *Avaliação cardiovascular e respiratória de trabalhadores cortadores de cana-de-açúcar no estado de S. Paulo*. Tese de doutorado em Pneumologia. Faculdade de Medicina, USP, 2010.
- BOLTANSKI, L. CHIAPELO, È, *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Galimard, 2011.
- BONANO, A.; CAVALCANTI, J. S. B. "Introduction." In: BONANO, A.; CAVALCANTI, J. S. B. (eds.). *Globalization and the Time-Space Reorganization*. UK: Bingley, Emerald Publishing, 2011, p. 1-31.
- BINFORD, L. et al. *Rumbo ao Canadá. La migración canadiense de trabajadores agrícolas tlaxcaltecas*. México: Ediciones Taller Abierto, 2004.
- BOSSO, R. M. V. ET AL. Effects of genetic polymorphisms CYP1A1, GSTM1 and GSTP1 on urinary 1-hydroxypyrene levels in sugarcane workers. *Science on the Total Environment*. V. 370, 2006, p. 382-390.
- BURKE, P. *A Fabricação do rei. A construção da imagem pública do rei Luís XIV*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

- BRUNO, R. *Movimento SOU AGRO: Marketing, habitus e estratégias de poder do agronegócio*. ANPOCS, 2012. Texto digitalizado.
- CARDOSO, A. A.; MACHADO, C. M. D.; PEREIRA, E. A. Biocombustível, o Ito do combustível limpo. Química Nova na escola, N. 28, p. 2008. Disponível em: <http://qnesc.sbq.org.br/online/qnesc28/03-QS-3207.pdf>. Acesso em 30/11/ 2008.
- CAVALCANTI, J. S. B. Trabalho e mobilidade no mundo globalizado. In: MENEZES, M. A.; GODÓI, E. P. *Mobilidades, redes sociais e trabalho*. São Paulo: Annablume, 2011, p. 133-155.
- COVER, M. *O “Tranco da Roça” e a “Vida no Barraco”: um estudo sobre trabalhadores migrantes no setor do agronegócio canavieiro*. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2011.
- DEGANS, A. *Le Brésil émergent, un géant du XXIe siècle? Révue géopolitique*, 21/04/2012. <http://www.diploweb.com/Le-Bresil-emergent-un-geant-du.html>. Acesso em 18/01/2013.
- DE LA GARZA, E. *“Conclusiones” en la formación socioeconómica neoliberal*. México: Plaza y Valdés, 2000.
- FLORES, S. M. L. Es posible hablar de um trabajo decente em La agricultura moderno-empresarial em México? *Cotidiano, México*, enero-febrero, año 23, n. 147, 2008, p. 25-33.
- FLORES, S. M. L. Los “encadenamientos migratórios” em regiones de agricultura intensiva de exportación em México. In: FLORES, S. M. L. (Org.). *Migraciones de trabajo y movilidad territorial*. México: Conacyt, Porrúa, 2010, p. 251-279.
- GUANAIS, J. B. *No eito da cana, a quadra é fechada: estratégias de dominação e resistência entre patrões e cortadores de cana em Cosmópolis/SP*. Dissertação de Mestrado. PPPG/Sociologia/UNICAMP, 2010.
- HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2010.
- HARVEY, D. *O enigma do capital*. São Paulo, Boitempo, 2011.
- JHONSON, Érica Cruz. *O etanol como alternativa energética e sua consolidação na política externa brasileira no governo Lula*. Instituto de Relações Internacionais. Universidade de Brasília, 2010. Texto digitalizado.
- LAAT, E. F. *Trabalho e risco do corte manual da cana-de-açúcar*. Tese de doutorado (Engenharia de Produção), Universidade Metodista de Piracicaba, 2010.
- MENEZES, M. A. ; COVER, M. ; SILVA, M. Os impactos da mecanização da colheita de cana-de-açúcar sobre os trabalhadores migrantes. *Idéias*. IFCH/UNICAMP, V. 1, p. 59-87, 2011.
- MENEZES, M. A.; SILVA, M. S.; COVER, M. Migrant Workers in Sugarcane Mills: A Study of Social Networks and Recruitment Intermediaries in Brazil. *Agrarian South: Journal of Political Economy* 1(2), 2012, p.161-180.
- MENEZES, M. A. Juventudes rurais do nordeste: trabalho, migração e movimentos sociais. Relatório Acadêmico Sintético. Campina Grande/PB. *Edital Universal MCT/CNPq 02/2006*, Fevereiro, 2009.
- MENEZES, M. A. *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes*. Rio de Janeiro: Relume Dará/João Pessoa: Editora da UFPB, 2002.
- NOISEUX, Y; NAVA, L, F. *Instrumentalización y control de los trabajadoresmigrantes latinoamericanos en los mercados periféricosdel trabajo: el caso de Quebec y Canadá*. Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho, Ano 17, N. 28, p. 73-110, 2012.

- NOVAES, J. R. P. Trabalho nos canaviais: os jovens entre a enxada e o facão. *RURIS*, V. 3, N.1, Campinas-SP, 2009.
- NOVAES, J. R. P. e ALVES, F. (Orgs.). *Migrantes: trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (Os heróis do Agronegócio Brasileiro)*. São Paulo: Editora UFSCar, 2007.
- OLIVEIRA, A. U. A Questão da Aquisição de Terras por Estrangeiros no Brasil - um retorno aos dossiês. *Agrária* (São Paulo. Online), v. 12, p. 3-113, 2011. http://www.geografia.fflch.usp.br/revistaagraria/revistas/12/2Oliveira_AU.pdf
- PLÁCIDO Jr; MELO, M. MENDONÇA, M. L. O mito dos agrocombustíveis, Comissão Pastoral da Terra e rede Social de Justiça e Direitos Humanos (Org.). *Agroenergia: mitos e impactos na América Latina*. São Paulo, 2007.
- QUINTANA, O. B. Relación de gênero, trabajo transnacional y migración temporal: trabajadores y trabajadoras agrícolas mexicanos em Canadá. *Primer Coloquio Internacional Migración y desarrollo: transnacionalismo y nuevas perspectivas de integración*. 23 a 25 de octubre, 2003, Zacatecas, Mexico. Disponível em pdf. <http://www.migracionydesarrollo.org>. Acesso em 15/01/2013.
- QUINTANA, O. B. Gênero, sexualidade e identidade. Transmigrantes mexicanos em Canadá. *II Coloquio internacional sobre Migración y desarrollo. Migración, transnacionalismo y transformación social*. 26- 28 octubre, 2006. México. Disponível em pdf: <http://www.migracionydesarrollo.org>. Acesso em 15/01/2013.
- RAMOS, P. *Financiamentos subsidiados e dívidas de usineiros no Brasil: uma história secular e ... atual*. Texto digitalizado, edição do autor, 2011.
- RIBEIRO, H. & PESQUERO, C. Queimadas de cana-de-açúcar: avaliação de efeitos na qualidade do ar e na saúde respiratória de crianças. *Estudos Avançados*, V. 24, N. 68, 2010, p. 255-271.
- REIGADA, A. Agricultura industrial em Andalucía y feminización del trabajo em las cadenas agrícolas globales. *Regiones*, n. 47, año 8, p. 22-26, 2012. <http://www.suplementoregiones.com/pdf/Regiones47.pdf>. Acesso 10/01/2013.
- RIBEIRO, H. Sugar cane burning in Brazil: respiration health effects. *Rev. Saúde Pública*, N. 42, V. 2, 2008, p. 370-376. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rsp/v42n2/en_6804.pdf. Acesso em 03/12/2009.
- RODRIGUEZ, O. A. La Unión de Pagesos y el reclutamiento de mano de obra extranjera em Cataluña. *Estudios. Centro de Documentación de las migraciones*. Madrid, n. 46, mayo, 2011, p. 1-24.
- SCHUTTE, G. R. Avaliação crítica da diplomacia do etanol. *Paper apresentado na mesa "Diplomacia e Energia". Primeiro Seminário Nacional de Pós-graduação em Relações Internacionais da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI)*. Brasília, 12/07/2012.
- SILVA, M. S. *Trabalhadores-migrantes nos canaviais paulistas: sociabilidades, condições de trabalho e formas de resistência Paulistas: Sociabilidades, Trabalho e Formas de Resistência*. Tese de Doutorado. PPGCS, UFCG, 2011.
- SILVA, M. A. M. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Edunesp, 1999.
- SILVA, M. A. M. A morte ronda os canaviais paulistas. *Abra*, v. 33, n. 2, ago/dez, 2006, p. 111-142.
- SILVA, M. A. M. Mortes e acidentes nas profundezas do “mar de cana” e dos laranjais paulistas. *InterfaceHES*, V. 3. N. 2, 2008, p. 1-10. Disponível em: www.interfacehs.sp.senac.br/
- SILVA, M. A. M. *Fragmentos*, Vídeo. 40'. FAPESP, CNPq, Secretaria das Mulheres, 2011.

- SILVA, M. A. M. Trabalho oculto nos canaviais paulistas. *Perspectivas*, São Paulo, v. 39, p. 11-46, jan./jun. 2012.
- SILVA, M. A. M.; MARTINS, R. C. A degradação social do trabalho e da natureza no contexto da cultura canvieira paulista. *Sociologias*. N. 24, mai/ago, 2010, p. 196-241.
- SILVA, M. S. *Trabalhadores Migrantes nos Canaviais Paulistas: Sociabilidades, Trabalho e Formas de Resistência*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFCG, 2011.
- SILVA, W. F. et al. Análise da expansão da área cultivada com cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil: safras 2005/2006 a 2008/2009 *Anais do IV Simpósio brasileiro de sensoriamento remoto*. Natal, Brasil, 25 de abril de 2009, INPE, p.467-474.
- THOMAS Jr. A. *Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI*".(Limites Explicativos, autocrítica e desafios teóricos). Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT). Tese de livre-docência UNESP/Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, SP, 2009. <http://www4.fct.unesp.br/ceget/>
- VERÇOZA, L. V. *Trabalhadores nos canaviais de Alagoas: um estudo sobre as condições de trabalho e resistência*. Dissertação de Mestrado. PPG/Sociologia/UFSCar, 2012.
- XAVIER, C. V. et al. *Monopólio na produção de etanol no Brasil. A fusão Cosan-Shell*. São Paulo, Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2012.
- ZMRECSÁNYI, T. Tecnologia e degradação ambiental: o caso da agroindústria canvieira no estado de São Paulo. *Informações econômicas*. São Paulo, v. 24, n. 10, out, p. 73-82, 1994.

(IN) SEGURANÇA ALIMENTAR DOS TRABALHADORES RURAIS DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL CANAVIEIRO

Cléber José VERGÍNIO¹

Luiz Manoel de Moraes Camargo ALMEIDA²

GT2 – Trabalho Rural

RESUMO

Esse trabalho traz um olhar diferenciado sobre as implicações das condições de trabalho na vida dos trabalhadores empregados na colheita da cana ao investigar as condições de vida dos trabalhadores por meio da lente da segurança alimentar. A hipótese desta pesquisa é de que as condições de trabalho e as condições de alimentação inerentes ao emprego na colheita da cana são determinantes para a (in) segurança alimentar dos trabalhadores. O objetivo deste trabalho é analisar as condições de segurança alimentar dos trabalhadores empregados na colheita da cana a partir das diferenciações de origem e das diferenciações de atividade de trabalho. A análise se guiou, em grande medida, por três categorias: o trabalhador “do lugar” empregado no corte manual; o migrante pendular empregado no corte manual; e, por fim, o trabalhador “do lugar” empregado na colheita mecanizada. A pesquisa de campo foi realizada por meio de entrevistas, as quais foram norteadas por um questionário formado por perguntas abertas e por questões fechadas e, também, pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). Por fim, pode-se concluir que o emprego na colheita da cana-de-açúcar não assegura condições de segurança alimentar aos trabalhadores, principalmente, aos migrantes.

Palavras-chave: Segurança alimentar. Corte manual da cana-de-açúcar. Colheita mecanizada. Migrante. Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA).

INTRODUÇÃO

A colheita dos canaviais do estado de São Paulo ainda é parcialmente realizada pelo corte manual. Fredo et al. (2008) demonstraram que menos de 50% dos canaviais do Estado de São Paulo foi colhido por meio do corte mecanizado. Entretanto, o relatório “Etanol Verde” publicado pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (2013) apontou que 72,6% da colheita dos canaviais paulista foi realizada com a cana crua. Neste relatório não está explícito que estes 72,6% foram colhidos pelo processo mecanizado, no entanto, é muito provável que sim, porque as empresas do setor canavieiro

¹ Economista com mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Docente na Faculdade Tecnológica de Jales/SP (FATEC – Jales) e nas Faculdades Integradas de Fernandópolis/Fundação Educacional de Fernandópolis/SP (FIFE/FEF). Brasil. - cleberverginio@yahoo.com.br;

² (UFSCar) – Universidade Federal de São Carlos. Campus Lagoa do Sino. Buri- SP – Brasil. 18290-000 – manoel77@yahoo.com.br;

têm optado pelo corte mecanizado para efetuar a colheita com a cana crua (GONÇALVES, 2005).

Portanto, mesmo os dados mais recentes apontam que o corte manual da cana-de-açúcar, marcado pelas péssimas condições de trabalho, ainda é responsável por parte da colheita dos canaviais paulista. E, as usinas, a fim de encontrar pessoas que se submetam à árdua atividade de cortar cana, recorrem principalmente à região nordeste do Brasil (SILVA, 1999). Silva (1999) apontou que as dificuldades econômicas e sociais em suas regiões de origem são as principais razões que levam, sobretudo, os migrantes nordestinos, a trabalharem no corte da cana no estado de São Paulo.

O corte manual da cana-de-açúcar, dentre outras características, é uma atividade que provoca um alto desgaste físico no trabalhador e, se não bastasse o desgaste físico inerente à natureza da atividade de cortar cana, o sujeito empregado no corte manual também é provocado a intensificar o ritmo de trabalho por meio do sistema de remuneração, pois o salário dos cortadores de cana é vinculado à produção individual (ALVES, 2006).

Nos últimos anos, porém, devido às cobranças do mercado externo, junto às exigências legislativas do estado de São Paulo sobre a redução do uso do fogo como método de pré-colheita, têm levado a agroindústria canavieira a mecanizar a colheita (ALVES, 2009). A colheita mecanizada além de diferir da colheita manual na quantidade de postos de trabalho, também se diferencia em outros aspectos, como por exemplo, é uma atividade exige mais esforço mental do que físico e o trabalho também é realizado em jornadas noturnas (SOCOPINHO, et al., 1999).

O trabalho no corte mecanizado, no entanto, também tem provocado danos a saúde dos trabalhadores. Conforme Scopinho et al. (1999) e Rocha (2007), o trabalho no corte mecanizado tem propiciado o agravamento e/ou surgimento de doenças psicossomáticas relacionadas à organização do trabalho, com destaque para a intensificação do ritmo de trabalho por meio das máquinas.

Diante dos apontamentos sobre condições de trabalho na colheita da cana-de-açúcar, essa pesquisa se propôs a investigar as implicações das condições de trabalho na vida das pessoas empregadas na colheita dos canaviais por meio da lente da segurança alimentar tratada de maneira ampla, ou seja, que contempla a problemática não apenas sob o olhar da disponibilidade de alimentos nem somente a partir do acesso, mas, também, com

atenção para as condições em que se consegue o acesso aos alimentos. Nesse sentido, hipótese de que as condições de trabalho e as condições de alimentação inerentes ao emprego na colheita da cana são determinantes para a insegurança alimentar dos trabalhadores norteou o desenvolvimento desta pesquisa.

METODOLOGIA

A proposta de analisar as condições de segurança alimentar dos trabalhadores empregados na colheita da cana exigiu a formação de três principais categorias de análise: os migrantes pendulares empregados no corte manual da cana, os cortadores de cana “do lugar” e os trabalhadores empregados na colheita mecanizada.

Cabe ressaltar que os recortes analíticos não foram desenvolvidos com o fim de estabelecer comparações entre eles, mas porque as diferenças nas condições de trabalho e nas condições de alimentação inerentes a cada categoria de análise se desdobram de maneira relevante sobre as condições de (in)segurança alimentar.

Na categoria dos migrantes pendulares foram considerados apenas os migrantes que moravam no alojamento oferecido pela Usina, os quais, de acordo com Silva (2008), podem ser considerados migrantes pendulares, porque assim que a safra termina, eles voltam para suas regiões de origem.

As pessoas “do lugar” empregadas no corte manual formaram outra categoria de análise. A expressão “do lugar” usada para se referir as pessoas da própria região foi retirada do trabalho de Silva (1999). Neste trabalho a autora usou a expressão “do lugar” para se referir as pessoas da região de Ribeirão Preto e “os de fora” para se referir aos migrantes. Ainda é importante ressaltar que a expressão “do lugar”, nesta pesquisa, refere-se aos trabalhadores que até podem ser considerados migrantes, porém, chegaram à região em outras veias migratórias, possivelmente, com seus pais.

Seguindo o critério de diferenciação por atividade de trabalho, formou-se a terceira categoria: a dos trabalhadores “do lugar” empregados no corte mecanizado. Observe que no corte mecanizado não se formou o que seria a quarta categoria de análise, a dos migrantes pendulares empregados na colheita mecanizada, pois não havia migrantes pendulares empregados no corte mecanizado.

A pesquisa foi realizada por meio de entrevistas com trabalhadores empregados na colheita da cana de uma usina produtora de açúcar e álcool localizada no município de

Ouroeste/SP. A empresa em questão correspondeu a um universo analítico adequado para esta pesquisa porque além da presença dos trabalhadores “do lugar” e do migrante pendular, também existiam as duas formas de colheita, a colheita manual e a colheita mecanizada.

Foram entrevistados 22 trabalhadores empregados na colheita mecanizada; 14 trabalhadores “do lugar” empregados no corte manual; e 16 migrantes cortadores de cana; no geral, foram entrevistados 52 trabalhadores. Os trabalhadores foram contactados sem a intermediação da Usina, os primeiros trabalhadores foram pessoas-chave para que outros possíveis sujeitos desta pesquisa fossem encontrados, pois na medida em que se localizava um trabalhador, este indicava outro leque de trabalhadores que poderiam ser entrevistados.

Com exceção das entrevistas com os migrantes, as demais foram realizadas nos domicílios dos trabalhadores. As entrevistas com os migrantes, devido à constante presença de guardas (contratados pela usina) no alojamento, foram realizadas em bares, calçadas e em bancos que ficavam à margem de um campo de futebol localizado de frente ao alojamento.

A entrevista foi norteadas por um questionário formado por perguntas abertas e por questões fechadas e, também, pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). A EBIA é instrumento objetiva captar distintas percepções de (in)segurança alimentar, as quais vão desde o receio de sofrer a privação alimentar no futuro, passando pelo comprometimento da qualidade da dieta, limitação da qualidade de alimentos consumidos, até o nível mais grave, sofrer fome devido a impossibilidade de acesso físico e/ou econômico aos alimentos (SEGALL-CORRÊA; MARÍN-LEÓN, 2009).

Conforme Segall-Corrêa (2007) observou que a EBIA é um instrumento que possibilita classificar as famílias em quatro níveis de (In) Segurança Alimentar: Segurança Alimentar (SA): quando não há restrição alimentar de qualquer natureza, nem mesmo a preocupação com a falta de alimentos no futuro; Insegurança Alimentar Leve (IAL): quando a qualidade da alimentação é afetada, juntamente com a preocupação de que possa faltar alimento num futuro próximo; Insegurança Alimentar Moderada (IAM): começa a haver restrição quantitativa na alimentação dos adultos da família; Insegurança Alimentar Grave (IAG): deficiência quantitativa e com alta possibilidade de fome entre adultos e crianças da família.

REFERENCIAL TEÓRICO

O Conceito de Segurança Alimentar e Nutricional: uma resposta à vulnerabilidade social

Até final da década de 80 do século XX a visão da FAO/ONU sobre segurança alimentar se norteara pelo enfoque malthusiano, pois compreendia que o problema da fome devia-se a inexistência de produtos alimentícios em quantidade suficiente para toda a população, portanto, as políticas da ONU eram no sentido de estimular a produção de alimentos por meio de políticas setoriais agrícolas e agroindustriais.

Contudo, em 1994, foi proposto pela FAO/ONU um conceito de segurança alimentar mais abrangente, que contempla não apenas a questão da disponibilidade de alimentos, mas também a capacidade física e/ou econômica das pessoas/famílias para terem acesso aos alimentos (FAO, 2010). Deste então, a segurança alimentar passou a ser tratada de maneira ampla, abarcando as condições de saúde das pessoas, de higiene dos alimentos, da qualidade da produção, da renda e do emprego (ALMEIDA, et al., 2008).

Nesse sentido, Takagi (2006) também ressaltou que a perspectiva de segurança alimentar tratada de maneira ampla deve contemplar a dimensão quantidade: é necessário um consumo mínimo de calorias, proteínas e vitaminas para uma vida ativa e saudável; a dimensão qualidade: a população deve ter acesso a alimentos nutritivos, seguros e de boa qualidade; a dimensão regularidade: comer pelo menos três vezes por dia, todos os dias da semana; E a dignidade: seriam condenadas práticas como o fornecimento de rações, preparados energéticos e outras misturas visando combater os efeitos da desnutrição.

As reflexões e as discussões sobre segurança alimentar avançaram no sentido de compreender o fenômeno, não apenas a partir da produção de alimentos, mas também a partir do acesso, da qualidade, da estabilidade e da sustentabilidade. No Brasil, o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) incorporado pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) (Lei nº 11.346 de 15 de julho de 2006) também pressupõe que a SAN deve ser compreendida como a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (KEPPLE; SEGALL-CORRÊA, 2011).

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Níveis de (In) Segurança Alimentar dos Trabalhadores Rurais da Colheita da Cana

Os resultados da pesquisa obtidos com a EBIA apontaram que 23,08% dos trabalhadores empregados na colheita da cana da usina percebem a condição de insegurança alimentar. A categoria que apresentou o maior percentual de insegurança alimentar foi a dos migrantes. Dentre os migrantes, 37,5% percebem que estão em condição de insegurança alimentar, sendo 25% na condição de Insegurança Alimentar Leve (IAL) e 12,5% em condição de Insegurança Alimentar Grave (IAG).

A condição de Insegurança Alimentar Leve (IAL) significa que os trabalhadores percebem que a qualidade da alimentação está sendo afetada e existe a preocupação de que possa faltar alimento num futuro próximo. Já a Insegurança Alimentar Grave (IAG) constitui deficiência quantitativa com alta possibilidade de fome entre adultos e crianças da família.

Portanto, conforme Silva (1999) apontou, os migrantes buscam o emprego no corte manual da cana do estado de São Paulo porque são tangidos pela fome em suas regiões de origem. Esta busca, no entanto, conforme demonstrou a EBIA, o medo de não ter condições financeiras para garantir sua alimentação e a alimentação de sua família acompanha parte dos migrantes mesmo que estejam empregados no corte manual dos canaviais paulistas.

Os trabalhadores da região também convivem com a angustiante expectativa de que possam sofrer com a falta de alimentos para a manutenção do grupo doméstico e, ao mesmo tempo, sofrem com a necessidade de restringir a base alimentícia. De acordo com os resultados obtidos pela EBIA 14,29% trabalhadores empregados no corte manual e 18,18% dos empregados na colheita mecanizada estão em condição de Insegurança Alimentar Leve.

A Família e a (In) Segurança Alimentar

A renda familiar dos trabalhadores, formada em sua grande maioria pelo salário, é um dos elementos que interage diretamente com a segurança alimentar, pois possibilita, dentre outras coisas, o acesso econômico aos alimentos. Nesse sentido, pode-se verificar que os trabalhadores da região gastam, em média, R\$ 577,34 por mês com alimentação; esta quantia corresponde a 28,43% da renda familiar. No caso dos migrantes, eles enviam

para suas famílias, em média, R\$ 375,00 por mês, valor que representa 23,42% da renda familiar.

Os trabalhadores “do lugar” ressaltam que, além dos gastos com a alimentação, também precisam pagar o consumo de água, a manutenção da rede de esgoto, o consumo de energia elétrica. Alguns trabalhadores ainda apontaram os gastos com remédios e aluguel. De acordo com os trabalhadores, o pagamento das contas de água e esgoto, energia elétrica, aluguel, assim como os gastos com alimentação são prioridades no orçamento familiar, no entanto, primeiro se pagam as contas de água e esgoto, energia elétrica, aluguel para, depois, fazerem a compra no mercado, o que exige restringir a quantidade e a variedade de alimentos comprados durante o mês.

A limitação orçamentária da família torna-se mais notável quando se refere aos estudos dos filhos. Os filhos dos trabalhadores empregados na colheita da cana, em sua grande maioria, estudaram ou estudam até o ensino médio em escolas públicas. Entretanto, os trabalhadores relatam que as condições financeiras não são suficientes para que o filho dê continuidade nos estudos, sobretudo, fazer um curso superior.

A renda familiar dos trabalhadores empregados na colheita da cana não dá condições aos pais de pagarem a mensalidade de uma faculdade privada, custear outras despesas ligadas aos estudos do filho e manterem, financeiramente, as mais diversas necessidades inerentes a manutenção do filho no ensino superior.

A renda familiar formada, em sua grande maioria, pelo salário dos trabalhadores empregados na colheita da cana lhes impõe claras limitações, o que se desdobra em insegurança alimentar, porque se pode verificar que, para conseguir a manutenção do grupo doméstico, não é possível garantir ao filho a possibilidade de se dedicar, integralmente, aos estudos em uma universidade.

A situação dos migrantes é ainda mais grave, porque eles moram distante da família e, de certa forma, não vivenciam as necessidades que as famílias passam durante o período em que se encontram no alojamento. Por exemplo, do salário que o migrante consegue no corte da cana, o máximo que ele consegue fazer é enviar uma parte desse dinheiro para a família.

No geral, os migrantes enviam as suas famílias em torno de R\$ 400,00 por mês, de modo que as famílias que dependem quase que exclusivamente do dinheiro enviado pelos migrantes têm de manter as necessidades alimentares com menos de um salário mínimo

por mês. Os migrantes ressaltam a quantia de dinheiro que enviam às famílias e a dificuldade das famílias para se manterem com o valor recebido.

De mês em mês eu envio dinheiro pra minha família, uns R\$ 400,00. Eu acho que dá, né, não dá pra comer bom, mas pra se manter dá. (OSSENEVALDO)

Lá não produz, porque não dá pra produzir não. Mas de vez em quando eu envio dinheiro pra minha família, uns R\$400,00 reais a cada dois meses. (MARCOS)

É com dificuldade, mas dá. (JOÃO)

Os migrantes sabem que a família passa por necessidades alimentares com a migração deles para trabalhar no corte da cana. No entanto, as dificuldades de sobrevivência na região forçam a migração, conforme pode ser observado no relato do João: “eu vim para cortar cana porque eu fiquei devendo um pouco lá, então, praticamente o que eu estou recebendo eu estou mandando para ir cobrindo as contas lá”.

Diferentemente da situação dos migrantes, a vida com família permite explorar outras atividades de trabalho e, inclusive, pescar ou plantar alimentos para o próprio consumo. É o que acontece com os trabalhadores “do lugar” que, apesar de morarem na zona urbana, o que reduz a possibilidade de cultivar alimentos, plantam algumas culturas para o consumo familiar.

O fato de o trabalhador estar junto com a família diminui a dependência da renda para se ter acesso aos alimentos, pois parte da alimentação advém da pesca, do plantio de legumes, frutas e verduras para o autoconsumo e da troca de alimentos entre os familiares e entre os vizinhos. Entretanto, apesar de reduzir a dependência do mercado, o principal meio para os trabalhadores terem acesso aos alimentos ainda é a renda, de modo que o trabalhador depende, fundamentalmente, do emprego na colheita da cana para tentar garantir sua alimentação e a alimentação de sua família.

Trabalhar na colheita da cana e morar com a família também significa poder escolher, dentre os alimentos disponíveis, o que comer, o quanto comer e como preparar a refeição, algo que não é possível para os migrantes pendulares que moram no alojamento da usina. A seletividade dos alimentos e o preparo adequado aos costumes alimentares dos trabalhadores da região minimizam o desgaste à saúde advindo com o trabalho no corte da cana.

Controles e Privações na Vida dos Migrantes

As dificuldades encontradas pelos migrantes no corte da cana vão desde a moradia até o trabalho no corte da cana. Por exemplo, neste estudo verificou-se que os migrantes foram mantidos no alojamento da própria usina, o que significa viver constantemente sob a vigília da usina, porque, no trabalho, há a presença do fiscal; nas viagens do alojamento para o campo e do campo para o alojamento, a presença do motorista que, além da função de dirigir o ônibus, também exerce a função de manter a ordem (da empresa) dentro do ônibus; e, no alojamento, há a presença do guarda, figura responsável por verificar se as normas do alojamento estão sendo cumpridas pelos migrantes

Quanto aos domingos e alguns feriados, os migrantes, na maioria das vezes, usavam esses dias para lavar as roupas e descansar, porque a jornada de trabalho que os esperavam, a qual se iniciava na segunda-feira e terminava no sábado, exigia descanso nos dias de folga, principalmente, no domingo.

O enclausuramento dos migrantes nos alojamentos faz com que eles fiquem quase que totalmente dependentes da empresa, inclusive a alimentação, a qual os trabalhadores não sabem se é fornecida pela própria usina ou se é terceirizada, mas o fato é que os trabalhadores reclamam da alimentação que é fornecida.

A principal reclamação dos migrantes corresponde à diferença do sabor dos alimentos. Segundo os migrantes, o tempero dos alimentos, os quais chegam a eles por meio de marmitas, é muito diferente do tempero a que são acostumados em suas regiões de origem; tamanha é a diferença, que acontece de eles começarem a comer, mas não conseguirem continuar comendo devido a diferença do sabor dos alimentos, o que se traduz em subalimentação.

Entretanto, apesar de os trabalhadores reivindicarem, pontualmente, melhorias nas refeições e, principalmente, no seu tempero, tais reivindicações não provocam mudanças na forma como as refeições são preparadas. Trata-se de uma imposição alimentar, cujos valores e costumes dos migrantes são submetidos à lógica da produção capitalista e, inclusive, banalizados, pois o saber dos migrantes, aos olhos da usina, torna-se desprezível.

Diante da insatisfação com as refeições que são vendidas, exclusivamente, por meio da usina, os migrantes compram, paralelamente, outros gêneros alimentícios para complementar as refeições. A primeira refeição dos migrantes acontece, pelo menos, até as sete horas da manhã, apesar de que, desde as cinco horas, os migrantes já estão prontos

para ir trabalhar, aguardando o café da manhã que deveria ser servido no alojamento e/ou o ônibus que os leva até o campo de trabalho, e a segunda refeição, o almoço, é entregue aos migrantes às onze horas da manhã. Essas duas refeições, apesar de complementadas por outros gêneros alimentícios comprados paralelamente pelos migrantes, não têm sido suficientes para a alimentação dos migrantes cortadores de cana.

Nas condições como as refeições são oferecidas junto à exaustiva jornada que significa cortar cana, os primeiros reflexos visíveis à saúde dos migrantes pendulares são o emagrecimento e as câimbras, estas últimas muito frequentes entre os cortadores de cana.

As condições de vida dos migrantes pendulares no alojamento da usina, com destaque para a alimentação e as condições de trabalho no corte manual da cana, se traduzem em um reflexo negativo na saúde dos cortadores de cana. Portanto, o migrante, expulso de sua região de origem devido às dificuldades de sobrevivência, chega ao estado de São Paulo com a expectativa de encontrar no emprego do corte manual dos canaviais paulistas condições de juntar dinheiro e voltar para sua terra, mas depara-se com uma armadilha, engendrada minuciosamente, que o leva ou pelo menos o mantém na condição de fome crônica.

O trabalho na colheita da cana

O corte manual

O corte manual, conforme Silva (1999) e Alves (2009), é uma atividade de trabalho, que devido a exposição à fuligem, o excessivo esforço físico, os movimentos repetitivos, tendem, inevitavelmente, a provocarem danos à saúde dos trabalhadores. Nesta pesquisa destacou-se os danos à coluna dos cortadores de cana:

A coluna, eu tenho um desvio na coluna. Então, não tem remédio pra ela, às vezes eu ignoro a dor, faço um exercício que o médico me passou, né, e o dia que eu tô bom, eu corto muita cana e o dia que eu não tô, eu corto menos. Eu tenho que acostumar com essa dor porque não é chegar lá no médico, dar um remédio e eu sarar, né, porque cada vez que eu corto mais afeta, já foi até proibido, o médico falou pra eu cortar só mais uns três anos, mais eu quero cortar mais. Mas 90% dos cortadores de cana têm a coluna machucada, é muito movimento repetitivo. (DANIEL, cortador de cana “do lugar”, 41 anos de idade)

As complicações na coluna é um reflexo notável na vida dos cortadores de cana e os trabalhadores sabem que se trata de um problema crônico, no entanto, evitam expor à usina essas complicações, porque temem a demissão. Dentre os migrantes pendulares, os reflexos negativos à saúde são mais notáveis, visto que é comum os trabalhadores

emagrecerem devido ao trabalho no corte da cana e sentirem câimbras em função da exaustão física propiciada pelo esforço para alcançar melhores índices de produtividade.

O trabalhador empregado no corte manual da cana, devido à remuneração por produtividade, à desvalorização real do preço do metro linear de cana cortada e às condições sociais e econômicas, é pressionado, constantemente, para intensificar o ritmo de trabalho; no entanto, mesmo que consiga ajustar o ritmo de trabalho às suas condições físicas, terá sua saúde, consideravelmente, prejudicada devido à natureza do trabalho no corte manual da cana.

Portanto, tendo em vista o inevitável prejuízo à saúde dos trabalhadores que a atividade de cortar cana manualmente representa e, sabendo-se que este trabalho se constitui um meio para buscar o acesso econômico aos alimentos, pode-se dizer que o trabalho no corte manual da cana, por si, é um fator determinante à insegurança alimentar dos trabalhadores.

A colheita mecanizada

Apesar da existência dos cargos que exigem esforço físico, na colheita mecanizada prevalecem os cargos em que a exigência maior corresponde ao esforço mental. É o caso do operador de máquina colhedora, o qual precisa ter muita atenção no manuseio da máquina, porque um pequeno deslize pode ser o suficiente para provocar um acidente. O risco de acidente, no entanto, se desdobra em uma constante tensão ao operador, conforme segue na citação:

Eu preferia trabalhar em qualquer outra coisa menos máquina, é muito perigoso, se passa muito medo, passa raiva demais. É um perigo muito grande, toda hora que vai virar no carreador se tem que saber pra onde se leva o elevador que joga cana no transbordo, porque se não, é fácil de tombar.
(APARECIDO, operador de colhedora)

A rotineira preocupação reflete em cansaço mental, entretanto o desgaste mental que tende a se desdobrar em estresse também está ligado ao sistema de controle do trabalho engendrado pela usina. Uma das características do controle sobre o trabalhador corresponde, mais uma vez, à relação direta do salário com a produção.

De acordo com os trabalhadores, uma parte do salário depende da produtividade, a qual, na colheita mecanizada, corresponde à quantidade de cana colhida e entregue na usina, à manutenção das máquinas, pontualidade e assiduidade do trabalhador. Os relatos abaixo apresentam as variáveis que formam o índice de produtividade.

A remuneração por produção, ela entra por não ter falta, não atrasar, a manutenção do caminhão. (LEANDRO, motorista de caminhão)

A remuneração varia. Por exemplo, esse mês nós tiramos R\$ 100,00 de produção; se mandou mais cana para usina, talvez quebrou muitas coisas, vai menos cana, vem menos dinheiro. (JÚLIO, tratorista)

Dessa maneira, com o propósito de monitorar a produtividade dos trabalhadores e, principalmente, de controlar o serviço dos trabalhadores, existem nos caminhões, nos tratores e nas máquinas colhedoras computadores que funcionam como fiscais eletrônicos. Por meio desses computadores a usina consegue impor o ritmo de trabalho e monitorar os trabalhadores, conforme pode ser notado no relato abaixo:

Muitos já têm computador de bordo e o resto eles vai pôr, inclusive, já mandaram até um papel pra mim ir estudando, aquilo ali é uma enjoeira, nossa senhora do céu, você não pode acelerar, não pode patinar, não pode passar da aceleração que está marcada. É só bom pra eles, né, porque eles fica sabendo tudo que você fez com o trator, se passou da aceleração, se patinou, se bateu, eles vai participar de tudo do trator. (JÚLIO, tratorista)

O não cumprimento dos padrões estabelecidos implica, no primeiro momento, redução do salário e, a continuidade do descumprimento pode levar à demissão do trabalhador. Os trabalhadores percebem que, com o avanço dos recursos tecnológicos, a tendência é aumentar o sistema de controle da empresa sobre o trabalho humano, o qual passa ser apenas uma extensão das máquinas.

Scopinho et al. (1999) realizaram um estudo sobre as implicações da organização do trabalho da colheita mecanizada na saúde dos operadores de colheitadeiras, pelo qual os autores constataram que a empresa da agroindústria canavieira, subsidiada pela tecnologia, monitora e controla o ritmo dos caminhões (bate-volta) e máquinas colheitadeiras, os quais são monitorados por meio de um computador de bordo.

Ainda sobre o ritmo de trabalho na colheita mecanizada, é importante destacar que a usina monitora os trabalhadores por meio de um sistema computadorizado e impõe aos trabalhadores um padronizado ritmo de trabalho sem levar em consideração que o organismo humano não é indiferente ao ciclo diário como se pressupõe que as máquinas sejam. Portanto, os trabalhadores, sobretudo os trabalhadores que cumprem jornadas noturnas, tem notado rápidas mudanças em seus respectivos peso.

Perdi uns sete quilos depois que eu comecei a trabalhar na usina, porque no começo não dormia quase, porque chegava em casa 1 hora da manhã depois 5 horas já estava acordado, não dormia mais, acostumado a levantar cedo toda vida né. Dormia muito pouco, emagreci pra caramba. (JÚLIO, tratorista)

Na nossa jornada de trabalho dentro dessas oito horas, nós tem direito de 20 a 25 minutos, mas como é oito horas que nós entra no serviço, é raro alguém almoçar, ou jantar, talvez belisca alguma coisinha, mas você tem direito de almoçar, não guardar uma hora. O horário é a hora que der fome ou uma hora que diminui o serviço um pouco. Isso me prejudica, por que a gente tinha um ritmo de almoçar ou jantar que nem o meu caso, né, eu tinha um ritmo de jantar sete e meia ou oito horas, né. Agora eu chego em casa meia noite, aí que eu vou beliscar alguma coisa, né, mas tem vez que não, porque se eu comer muito já é ruim até para dormir, então é nisso que está causando o problema de engordar, porque você acaba de comer alguma coisa e vai dormir.(ANDRÉ, tratorista)

Nota-se que a reação do organismo dos trabalhadores às bruscas mudanças na rotina alimentar é diferente e, o emagrecimento, assim como a obesidade, são avisos de que tais mudanças estão prejudicando a saúde dos trabalhadores. A ausência de horários pré-estabelecidos para fazer as refeições se constitui um dos agravantes à saúde dos trabalhadores.

Ainda com base em Scopinho et al. (1999, p.159), “as pausas para o descanso dos trabalhadores não estão previstas durante a jornada de trabalho, e as refeições são feitas nos momentos em que por motivo de falta de caçamba ou quebra da máquina, a operação paralisa-se”.

Os trabalhadores, para poderem almoçar durante a jornada de trabalho, precisam encontrar lacunas que não comprometam o fluxo da colheita para poderem almoçar, o que se desdobra em uma inadequada alimentação, porque, no geral, o trabalhador, quando faz sua refeição, faz sozinho e com pressa. Portanto, esta inadequada alimentação reflete para a maioria dos trabalhadores em sobrepeso/obesidade e, para outros, em emagrecimento.

A imposição das normas da usina sobre os trabalhadores torna-se explícita nas falas dos trabalhadores que, permeados pela concepção ideológica de produção capitalista, concordam com a forma como a empresa gere o trabalho, e mesmo os trabalhadores que discordam da gestão administrativa da empresa, reconhecem que os trabalhadores, no geral, têm medo de se organizar para reivindicar direitos básicos do ser humano, o direito de se alimentar adequadamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa abordou, a partir das diferenciações de origem e de atividade de trabalho, as condições de segurança alimentar dos trabalhadores empregados na colheita da cana-de-açúcar da usina e, os resultados da EBIA sinalizam que o maior percentual de trabalhadores que perceberam a condição de insegurança alimentar está entre os migrantes.

No entanto, a perspectiva de segurança alimentar, referenciada neste trabalho, contempla não apenas o acesso a alimentação, mas também as condições como as pessoas conseguem ter acesso aos alimentos. Portanto, conseguir acesso físico e/ou econômico aos alimentos e ter uma alimentação nutritivamente satisfatória é uma das condições para que uma família ou uma pessoa se encontre em situação de segurança alimentar, porém, não é suficiente, pois os meios para conseguir tal alimentação e, principalmente, para manter o acesso à alimentação nutritivamente adequada também são relevantes para a perspectiva de segurança alimentar que norteia este trabalho.

Destarte, o trabalho no corte manual da cana, devido a sua natureza e, principalmente, por estar submisso à lógica de produção da agroindústria canavieira, torna-se uma atividade de trabalho que, inevitavelmente, provoca danos à saúde do trabalhador, o que se caracteriza como insegurança alimentar.

O migrante pendular, entretanto, além de se submeter ao trabalho no corte manual da cana também precisa se submeter ao regime alimentar determinado pela usina. E, a alimentação oferecida pela usina, apesar de ser voltada para o abastecimento nutricional, é preparada e servida em condições que ignoram os costumes dos migrantes, o que se desdobra em subalimentação e por consequência em subnutrição. O reflexo imediato desta subnutrição junto ao excessivo esforço físico no corte da cana é a perda abrupta de peso e as constantes câimbras durante as jornadas de trabalho.

Na colheita mecanizada, assim como no corte manual, a usina também pressiona o trabalhador para que exerça sua atividade de forma intensa e ininterrupta durante sua jornada de trabalho. Contudo, subsidiada pela tecnologia, a pressão exercida pela usina para aumentar a produtividade ignora os direitos inerentes as vidas humanas que permeiam as máquinas empregadas na colheita dos canaviais.

Coagidos pela empresa para não deixar faltar cana no processo de moagem os trabalhadores não têm horários estabelecidos para fazer suas refeições, conseqüentemente, os trabalhadores precisam, ao longo da jornada, encontrar lacunas para fazerem as

refeições, as quais, além de esporádicas, podem não existir. Essa característica do trabalho no corte mecanizado, junto às jornadas noturnas e ao estresse provocado pelo rígido controle tecnológico tem provocado irregularidades na alimentação que, por consequência, prejudicam a saúde dos trabalhadores.

Assim, diante deste estudo, pode-se concluir que o emprego na colheita da cana não proporciona condições de segurança alimentar aos trabalhadores. A colheita manual da cana-de-açúcar, sobretudo a realizada pelos migrantes pendulares, é uma atividade inadmissível. Quanto ao trabalho no corte mecanizado, apesar de existir a possibilidade de proporcionar condições de trabalho que garantam aos trabalhadores segurança alimentar, a lógica da exploração do trabalho, sem qualquer pudor à vida dos trabalhadores, está tão enraizada na agroindústria canavieira brasileira, que não permite oferecer uma atividade de trabalho decente na colheita dos canaviais. As reflexões sobre saúde e alimentação dos trabalhadores da cana têm o intuito de contribuir para dar visibilidade a um problema regional que atinge proporções desumanas de exploração.

ANALYSIS OF CONDITIONS (IN) FOOD SECURITY WORKERS OF SUGAR CANE IN THE CITY OF OUROESTE-SP

ABSTRACT

This work provides an alternative look at the implications of working conditions of employees in the sugarcane harvest in relation to food security. The hypothesis of this research is that both working and feeding conditions inherent to the sugarcane harvest are determinant to the food (in) security of these workers. The goal of this work is to analyze the food security conditions of workers employed in sugarcane harvests based on differentiations between the origin and working activity. The analysis was guided largely by three categories: the “from the place” worker employed in manual cutting, the pendulum migrant employed in manual cutting; and finally, the “from the place” worker employed in the mechanized harvesting. The field research was conducted mainly through interviews guided by a questionnaire, including open and closed questions, as well as by the Brazilian Food Insecurity Scale (EBIA). Finally, we can conclude that employment in the sugarcane harvest does not insure food security conditions for workers, mainly for migrants.

Keywords: Food security. Manual cutting of cane sugar. Mechanized harvesting. Migrants. Brazilian Food Insecurity Scale (EBIA).

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Luiz Manoel de Moraes Camargo, et al. Public policies and food security and family farming networks: contributions to the construction of effectiveness indicators. Estudos da sociedade e agricultura, Scielo Social Science, vol.3 (versão online), p. 205-235, 2008. Disponível em: <http://socialsciences.scielo.org/scielo.php/script_sci_serial/pid_1413-0580/lng_en/nrm>.

ALVES, F. Políticas públicas compensatórias para a mecanização do corte de cana crua: indo direto ao ponto. Ruris, v. 3, n. 1, p. 153-178, mar. 2009.

ALVES, F. Por que morrem os cortadores de cana? Saúde e Sociedade, v. 15, n. 3, p. 90-98, set.-dez. 2006.

ESTADO DE SÃO PAULO, Secretaria do Meio Ambiente: Etanol Verde, 2013. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/2013/05/fechamento-safra-12.13-FINAL.pdf>. Acesso em: 14 de maio de 2013.

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. **El estado de La inseguridad alimentaria en el mundo 2009. Crisis económicas: repercusiones y enseñanzas extraídas.** 2009. Disponível em: <www.fao.org.br/download/SOFI09es.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2010.

FREDO, C. E. et al. Cana-de-açúcar: índice de mecanização em SP. Agroanalysis, RJ, v. 28, n. 3, p. 16-17, mar. 2008.

KEPPLE, A. W.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciênc. Saúde Coletiva** [on line], v. 16, n. 1, p. 187-199, 2011.

PAULILLO, L. F.; PESSANHA, L. Segurança alimentar, políticas públicas e regionalização: In. PAULILLO, L. F. et. alli. **Reestruturação agroindustrial, políticas públicas e segurança alimentar regional.** São Carlos: Edufscar, 2002.

PNAD - PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO. **Segurança alimentar**, 2004/2009, Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/seguranca_alimentar_2004_2009/pnadalimeantar.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2010.

RAMOS, Pedro. A agroindústria canavieira de São Paulo e do Brasil: heranças a serem abandonadas. Com ciência: revista eletrônica de jornalismo científico. 10 abr. 2007. Casa grande sem senzala? Disponível em: <www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=23>. Acesso em: 20 mar. 2010.

ROCHA, F. L. R. Análise dos fatores de risco do corte manual e mecanizado da cana-de-açúcar no Brasil segundo o referencial da promoção da saúde. 2007. 183 f. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Programa de Interunidades de Doutorado em Enfermagem, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007.

SCOPINHO R. A, et al. Novas tecnologias e saúde do trabalhador: a mecanização do corte da cana-de-açúcar. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, n. 15, p. 147-161, jan.-mar. 1999.

SEGALL-CORRÊA, A. M. Insegurança alimentar medida a partir da percepção das pessoas. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 60, p. 143-154, 2007.

SEGALL-CORRÊA, A. M; MARÍN-LEÓN, L. Segurança Alimentar no Brasil: Proposição e Usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, v.16, n.2, p. 1-19, 2009.

SILVA, M. A. de M. Errantes do fim do século. São Paulo: Unesp, 1999.

TAKAGI, M. A implantação da política de insegurança alimentar e nutricional no Brasil: seus limites e desafios. 2006. 208 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2006.

SESSÃO 3

A VIOLÊNCIA NO CAMPO E OS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

BEZERRA, Antonio Alves. SME/SP - EMEF. M'BOI MIRIM I – DRE - Campo Limpo
abezerra2008@professor.sp.gov.br
GT2 – Trabalho Rural

O presente texto tem a pretensão de trazer ao debate algumas interfaces que levaram o Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra a evidenciar a violência no campo no sentido de descortinar o “desenraizamento” da luta desses trabalhadores rurais organizados em torno do MST. Dessa maneira, assinala-se que tal repressão é oriunda, em maior parte, de setores representativos do Estado e de instituições representativas dos latifundiários, como procuraram desvelar as matérias do *JST* - periódico dos trabalhadores rurais sem terra e as publicações da Comissão Pastoral da Terra – CPT ao sinalizar com propriedade o “desenraizamento” dos trabalhadores rurais frente à luta contínua pela posse da terra em todo o país. Em face dessa questão, as reflexões de Simone Weil expressam de forma cristalina o sentimento do que seria o “desenraizamento” do ser humano em várias circunstâncias da vida, sendo esse conceito entendido como uma consequência da violência. Para tanto, é preciso compreender que “há desenraizamento todas as vezes que houver conquista militar, e, nesse sentido, a conquista é quase sempre um mal.”¹

Diante da violência anunciada no campo, o presente artigo busca descortinar a relação de determinados setores do Poder Judiciário com as ações conduzidas pelo MST, potencializando a problematização dos desdobramentos nas Unidades da Federação onde o Movimento esteve organizado. Nesse sentido, portanto, aborda-se a seguir dados sobre alguns índices de violência no campo e sua relação com o processo de ocupação dos espaços pelos integrantes do MST especialmente as fazendas, sem perder de vista a ocupação dos espaços sociais, sobretudo o espaço na política.

Para tanto, procura-se dialogar com os questionamentos elaborados por alguns intelectuais e autoridades religiosas que utilizaram as páginas do *JST* como um suporte político, disponibilizando aos integrantes do Movimento a possibilidade de se reconhecerem enquanto sujeitos históricos, motivando-os à luta e revelando a tensão

existente entre o discurso dos governos e o desejo latente dos trabalhadores rurais sem terra (representados pelo MST) em busca da Reforma Agrária no país.

É significativo entender que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra emerge como fruto de muitas outras lutas políticas oriundas do campo que antecederam a formação do Movimento na década de 1980 nos mais diversos estados do país. Dentre estes estados destaca-se São Paulo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Paraná. Ainda nessa linha, singular foi à atuação da Comissão Pastoral da Terra, entidade religiosa que esteve atenta aos movimentos sociais no campo e na cidade. Busca-se, nesse sentido, ajudar a organizar o Primeiro Encontro dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em 1984, na cidade de Cascavel, estado do Paraná. Apesar das estimativas serem passíveis de questionamentos, desde a organização do Movimento na década de 1980 há dados indicativos de que nesses 28 anos de existência enquanto Movimento Social politicamente organizado fez mais de “2500 ocupações de propriedades cujo percentual de integrantes envolvidos chegou a 370 mil famílias, conquistando-se, portanto, cerca de aproximadamente, 7,5 milhões de hectares.”²

A Visão do JST e da CPT Acerca da Violência no Campo

No editorial de junho de 1989, o *JST* denunciou que o “latifúndio gera violência” no campo em todo o país, contestando o discurso da União Democrática Ruralista - UDR que afirmou na Assembléia Constituinte que “a paz voltava a reinar no campo”, após a aprovação de sua lei de reforma agrária. Ao contrário do que havia sido propalado pela UDR, os registros da CPT e as matérias do *JST* apontavam as incursões de violência cometidas pelos latifundiários, sendo que em alguns momentos a documentação analisada sinalizou para a anuência do poder público frente às práticas de violência nos campos brasileiros, destacando que “a existência do latifúndio é a causa geradora dos conflitos, das perseguições, dos assassinatos, das expulsões de milhares de trabalhadores do campo”³ com destino às zonas periféricas das grandes cidades ou cidades de médio porte.

Os documentos analisados denunciavam o crescente aumento da repressão sobre os trabalhadores e suas organizações, assinalando o “arrombamento e roubo na sede do MST-SC; prisões de lideranças nos estados do ES, SE e PB e ameaças de morte contra os trabalhadores e trabalhadoras rurais”.

Na apresentação do *Caderno Conflitos no campo, Brasil/1991*, o presidente nacional da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB fez notar que, naquele ano, “os pobres do campo foram discriminadamente maltratados por falta de financiamentos para a agricultura e o país teve a pior safra dos últimos 10 anos”. Destacou também que “os latifundiários beiraram o terrorismo, sobretudo nos estados do Pará, Bahia, Maranhão e Paraná”. Dom Augusto Alves atenuou que “os pobres do campo estão na luta. Defendem os peixes e a mata na Amazônia; lutam pelos campos naturais no Maranhão; combatem a monocultura com agricultura diversificada; ocupam órgãos do Estado para exigir a terra, justiça, crédito, educação e saúde”⁴.

A reflexão do representante da CPT revela que a luta e a indignação dos trabalhadores rurais se manifestaram para além da aquisição de um lote de terras; pretendiam assegurar outros direitos fundamentais e coletivos natos ao exercício da cidadania, direitos estes conferidos na Carta Constitucional de 1988. Nesse sentido, o trecho expunha apoio do Bispo, representante da Igreja Católica, às ocupações de propriedades, sendo que essa postura nunca foi negada pela CPT.

A publicação dessas informações indica possíveis falhas do *Poder Judiciário* e sua omissão nos conflitos existentes no campo. Aliás, essa foi uma questão amplamente denunciada e polemizada nas edições dos *Cadernos Conflitos no Campo Brasil*, organizada pela CPT anualmente. Nesse sentido, a entidade destacou que

O Poder Judiciário atuou, em alguns estados, como fiel amigo dos grileiros, expulsando até comunidades centenárias de negros. Com alegria ressalvou a postura de alguns juízes que se esforçaram para vencer a impunidade: havendo sete julgamentos e cinco condenações de assassinos neste ano, o que foi um milagre! Pequeno, mais um milagre! Posto que a regra ainda fosse a impunidade.⁵

O excerto acima trás à luz a experiência de um Juiz com relação ao recebimento de uma solicitação de reintegração de posse, numa fazenda ocupada por trabalhadores rurais sem terra, no estado do Paraná. Ao contrário do que sempre ocorria quando os acontecimentos chegavam à Comarca local, com a emissão imediata de liminar concedendo a desocupação das propriedades, o magistrado Dr. Mário Sérgio

Ao invés de despachar uma liminar, encerrado entre quatro paredes de seu gabinete, mirando uma fria folha de papel denominada ‘Transcrição Imobiliária’, assumiu atitude coerente com sua consciência social. Foi ao encontro da realidade. Reuniu-se com os ocupantes e solicitou a vistoria prévia da fazenda. [...] Ao solicitar a vistoria prévia, o Magistrado preocupou-se em

verificar o cumprimento da função social da terra ocupada, antes de decidir sobre a emissão da liminar de reintegração de posse da propriedade.⁶

Na mesma edição do Jornal foi publicado um *Manifesto* de apoio aos trabalhadores assinado pelos Bispos participantes da XXIV Assembléia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Regional Norte II (Pará e Amapá), realizado na cidade de Belém, em setembro de 1991. Os integrantes presentes nesse evento consternavam-se com a situação da violência explícita, na qual estiveram presentes os “trabalhadores e trabalhadoras rurais, posseiros, lideranças religiosas e sindicalistas”, destacando que o quadro de repressão na região era extremamente desolador, em face de que “os mandantes e executores dos atos criminosos continuavam na impunidade”, conforme trechos da documentação em tela. Em face do exposto, pontua-se que

As autoridades judiciais tomaram aberta e decididamente posição em favor dos responsáveis pelos crimes e acobertaram aqueles que prenderam, queimaram casas e espancaram famílias pobres e indefesas. Pistoleiros conseguiram fugir das cadeias, enquanto posseiros tiveram seus pedidos de “*Hábeas Corpus*” recusados.⁷

O trecho do *Manifesto* ressoa na questão da “invisibilidade dos direitos coletivos evidenciados na Constituição, mas sem respaldo no Poder Judiciário”, ao optar por “garantir o cumprimento da lei, fazendo com que os direitos individuais fossem realizados e executados dentro dos parâmetros por ele estabelecidos”⁸, colaborando para que a violência se proliferasse e se perpetuasse na zona rural.

Articulando o discurso da violência às ações encampadas pelos integrantes do Movimento, assinalou-se naquele momento que tais atos passaram a ser observados como instrumentos de lutas, principalmente “as ocupações de terras e acampamentos”. Nesse sentido, portanto, destacava-se que “as ocupações são ações práticas baseadas em uma carência objetiva – a falta de terra, de trabalho e de comida.”⁹ Portanto, segundo COLETTI (2005), no processo de ocupações de terras encabeçadas pelos trabalhadores rurais emanavam algumas convicções subjetivas, demonstrando haver legitimidade em tais ações, mesmo indo contra ao tão propalado direito burguês que pregava, dentre outras coisas, a não-violação da propriedade alheia – estatal ou privada, produtiva ou improdutiva.

Isso posto, o autor observa que a subjetividade dessa convicção se traduz como um elemento *embrionário* de desafio à ideologia dominante que, enquanto tal, *pode* se desenvolver com base no papel das lideranças do movimento, no trabalho de formação

política dos trabalhadores, no confronto com Estado e latifundiários. Esta afirmação trouxe à luz possíveis definições acerca da “reconquista da terra” e os conflitos que desta se constituíram. Para a CPT essa explicação se pauta pela noção de que

A luta pela terra acontece de maneira muito diversa, porque diversa é a estrutura agrária, a cultura e a organização do povo. Diversa é também a situação dos que estão fora dela, dos que a possuem precariamente e dos pequenos que precisam lutar muito para, em cima dela, conseguir sobreviver. Para milhões de brasileiros entrarem nessa luta é condição de vida ou de morte, sobretudo para os jovens.¹⁰

Compreendendo que as ocupações de terras públicas ou privadas pelos trabalhadores rurais sem terra deram-se na maioria das vezes como atos pacíficos, inicialmente de cunho essencialmente político, a CPT utilizou-se da construção de um quadro comparativo do cenário do campo brasileiro, nos primeiros anos da década de 1990, descortinando a informação de que, conforme os trabalhadores rurais organizavam-se no sentido de promoverem as ocupações, imediatamente tais ações tornavam-se visíveis e as ocupações tendiam a aumentar de forma expressiva.

Ocupações de Terra no Brasil – 1987-1991¹¹

Anos	1987	1988	1989	1990	1991	Total
Ocupações	67	72	90	50	77	356
Famílias ocupantes	11.772	9.986	12.575	7.957	13.844	56.134

Os dados acima apurados e publicados pela CPT causaram apreensão, ao desvelar um significativo número de famílias que estiveram presentes nos processos de ocupações das fazendas em todo o país. Em face disso, indaga-se sobre a origem desses trabalhadores, sobre a motivação que os levou a organizarem-se a fim de ocuparem latifúndios improdutivos, terras devolutas expostas à grilagem, terras abandonadas e o que os moveu a correrem todos os riscos, inclusive os de cerceamento da vida na luta pela reforma agrária em todo o país.

Os dados apresentados no quadro acima pelo *Caderno Conflitos no Campo Brasil*, 91 da CPT, possibilita a compreensão da eminência da violência no campo, permitindo

afirmar que a saga dos trabalhadores rurais sem terra nos meandros dessa nova década sofreu pequena interrupção, sobretudo no ano de 1990, pois a intolerância com as ocupações de terras feitas pelos trabalhadores se fez presente e as sucessivas crises econômicas das quais o Brasil foi palco levaram os trabalhadores rurais a venderem seus pequenos lotes de terras por preços aviltantes para sobreviverem, migrando seguramente para as cidades circunvizinhas, sendo esta uma das possíveis razões para a anunciada evasão dos trabalhadores rurais do campo.

Noutra perspectiva, afirma-se que esses trabalhadores “foram pessoas que migraram do campo com destino às periferias das grandes cidades, sem trabalho e com precárias condições de vida, tornando-se bóias-frias e submetidos à situação de semi-escravidão”¹², em alguns casos.

O documento da CPT aponta que “das 80 famílias que ocuparam a fazenda *Itapemirim*, a maioria eram de bóias-frias. Também eram de bóias-frias, em sua maior parte, os ocupantes da fazenda *Guairaçá*, em Londrina, no Paraná”¹³, afirmação que dissolveu, ou pelo menos colocou em discussão, a prerrogativa de que os trabalhadores rurais em movimento não sabiam lidar com a terra ou não queriam permanecer na mesma.

Focalizando o discurso da violência nos atos de alguns representantes do Estado, assinala-se que, no ano de 1991, o então ministro da agricultura, Antonio Cabrera, “avisou pela imprensa nacional que não seriam desapropriadas áreas de conflitos para fins de reforma agrária”.¹⁴ No entanto, os dados da CPT revelavam uma resistência desses trabalhadores em continuarem ocupando as terras, na esperança de conseguirem sobreviver com suas famílias, totalizando “setenta e sete” ocupações e mobilizando um contingente de “treze mil, oitocentos e quarenta e quatro famílias”.

Nesse sentido, os momentos das ocupações de propriedades e de locais públicos por trabalhadores sem terra não podiam ser consideradas ações isoladas de um núcleo maior, e sim incursões feitas como resposta aos poderes opressores, sendo estas compreendidas como

Momentos de desafios em que uma nova ordem emergente confronta a ordem da representação. O questionamento da ordem de representação produz o caos epistemológico que permite às energias emancipatórias reconhecerem-se enquanto tais [...]. No momento da rebelião, a força do opressor só existe na medida em que a fraqueza da vítima o permite: a capacidade do opressor é uma função da incapacidade da vítima; a vontade de oprimir é uma função da vontade de ser oprimido.¹⁵

Diante desse quadro, desvelava-se a capacidade singular de resistência dos trabalhadores rurais, especialmente quando tiveram que enfrentar a violência física e psicológica, os massacres, as ameaças de mortes, “as expulsões de um lugar para outro e a coragem de ocupar inclusive terras produtivas, justificando só sair dali quando o governo tomasse providências em arranjar terras para se plantar noutra local”.¹⁶

A atuação dos trabalhadores sem terra, pelo menos nessa metade da década de 1990, revelou uma atmosfera de constante tensão social e política. Sem se calar diante dessa realidade, formalizavam denúncias a todo instante contra “as injustiças cometidas pela estrutura agrária, pelo Estado de Direito que não realizava a reforma agrária, largando à própria sorte a vida da maioria da população rural brasileira”.¹⁷

Dito de outra maneira, a atuação dos trabalhadores rurais sem terra rompia nesse momento com a “espera sem esperança”, entregando-se ao

“realismo desesperado de uma espera que se permite lutar pelo seu conteúdo, não em geral, mas em seu exato lugar e tempo em que se encontra [...]. A esperança residia antes na possibilidade de criar campos de experimentação social onde fosse possível resistir localmente às evidências da inevitabilidade, promovendo com êxito, alternativas que pareciam utópicas em todos os tempos e lugares”.¹⁸

O Jornal dos Sem Terra salienta que, às experiências de lutas destes trabalhadores, aliavam-se a possibilidade de recuperação da esperança, traduzindo-se no “chamado realismo utópico que preside as iniciativas dos grupos oprimidos que, num mundo onde parece ter desaparecido a alternativa, vão construindo, um pouco por toda parte, alternativas locais que tornam possível uma vida digna e decente”.¹⁹

Por essa razão, nos anos de 1990, o MST era considerado “a única entidade representativa que conseguia fazer política no Brasil”, ao enfrentar com veemência práticas latentes que se operavam sistematicamente visando promover a “destruição da fala, do discurso que reivindicava e que interpelava o outro”.²¹ Isso revela um inconformismo frente à situação de repressão, intolerância e falta de iniciativa do Estado no que tangia à resolução dos conflitos no campo e na cidade.

A arma da desmoralização da fala, do discurso, foi uma das tônicas que se fez presente nos dois governos de FHC. Sua arrogância em nomear como ignorantes, atrasados, burros, neo-bobos, todos aqueles que se opuseram a seus métodos, não teve outro objetivo: a não ser a anulação da fala e, através desta, a destruição da política, a fabricação de um consenso imposto, ao modo das ditaduras [...].²²

Essa afirmação dava-se em virtude da resistência demonstrada pelo MST contra as incursões do governo de Fernando Henrique Cardoso, pois se essa entidade aceitasse ou caísse nas armadilhas do governo, também estaria fadada ao descrédito político, “como aconteceu com os principais sindicatos de trabalhadores, que já não conseguiam veicular seus discursos, sendo reduzidos ao silêncio”. Portanto, frente à resistência declarada dos trabalhadores rurais sem terra contra o latifúndio no país, o relatório da CPT denunciou que, apesar de ter ocorrido redução nos conflitos pela terra em todo o Brasil, em 1991 o índice de violência seguida de óbitos foi relativamente alto, com “a morte de 40 camponeses (trabalhadores rurais), sete indígenas, cinco dirigentes sindicais e dois menores”, sendo que o maior índice de assassinatos deu-se “no estado do Pará com 14 vítimas e 13 no estado do Maranhão”.²³

O *Caderno Conflitos no Campo*, que nasceu com a dupla missão de anunciar e denunciar os confrontos no campo, especialmente à edição de 1992, que apresentava dados do ano anterior, fazendo notar que o “fato de se matar menos”, não representava uma inércia das forças repressivas no campo, e sim uma mudança na “pedagogia” traçada pelos latifundiários para promover a violência. Esses passavam a “selecionarem melhor suas vítimas, ou porque apostaram no terrorismo” e certamente, também, “pela melhor organização nas ações defensivas e preventivas dos trabalhadores sem terra”²⁴, buscando em outros espaços o acolhimento e a solidariedade, como revela o excerto a seguir:

Articulação na mídia; articulação com juízes democráticos; convidar juízes para visitar os acampamentos e assentamentos; prestar apoio aos juízes alternativos; estender a discussão da terra às faculdades de direito; trazer o PT e as Igrejas para a discussão; evitar o isolamento dos companheiros presos; acionar as entidades: OAB, CNBB etc. para que eles pudessem denunciar a articulação da direita e a violência premente no campo.²⁵

O trecho do documento elaborado pela CPT, em 1992, anunciava a redução no número de assassinatos no campo, mas também um aumento no que se refere ao crescente contingente de famílias expulsas e despejadas das terras, articulando, ainda, um aumento absoluto de vítimas de “ações terroristas: prática de intimidação através de disparos de armas, detonação de explosivos contra casas, acampamentos e reuniões de trabalhadores”, procedimento muito utilizado nos primórdios da constituição do MST no assentamento de Encruzilhada Natalino, no Rio Grande do Sul.

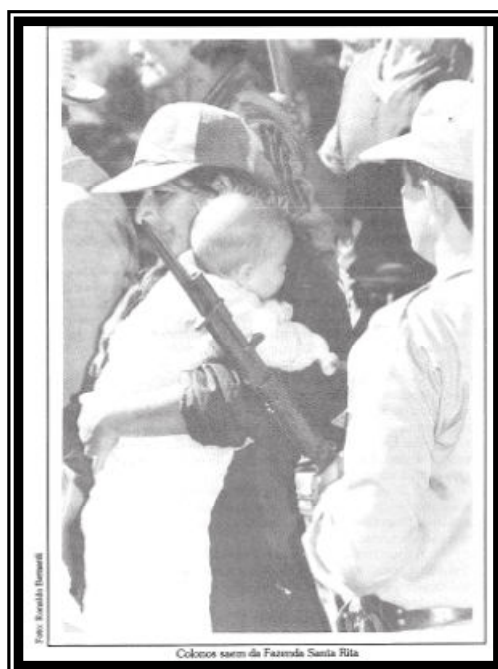
A rigor, tal procedimento de repressão foi e é uma das estratégias utilizadas no sentido de impedir qualquer articulação política que comprometesse a ordem instituída,

inclusive na primeira década de século XXI. Porém notou-se que a atuação dos “agentes do Estado” seguia em direção a “uma sinistra repetição de apropriação dos corpos, silenciando-os e vilipendiando-os na tentativa de anular a construção política das classes dominadas”²⁶, posto que “a violência que campeia na sociedade brasileira e, sobretudo, a violência que é produzida pelos aparelhos de Estado não é senão uma pálida sombra da exclusão da fala e da privatização do público, e, no seu rastro, a anulação da política”.²⁷

Em face dessa questão, buscou-se aqui trazer à luz alguns momentos em que a “justiça legitimou o mecanismo que produz desigualdades, violência e hierarquizações assimétricas” entre os trabalhadores, demonstrando visível articulação entre o “sistema jurídico e o poder disciplinador”²⁸ do Estado, no sentido de anular as experiências construídas na luta dos trabalhadores rurais sem terra, compreendidos como sujeitos sociais e históricos no presente texto.

A imagem a seguir, veiculada pelo *JST* buscou destacar o quadro de terror e violência perpetrado no campo, sob a presença marcante do Estado, infringindo leis internacionais e, sobretudo, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, de 1990.

“Colonos Saem da Fazenda Santa Rita, RS”.²⁹



O cenário apresentado nesta imagem é um exemplo da truculência da polícia do Rio Grande do Sul contra as 450 famílias de trabalhadores rurais que ocupavam a *Fazenda Santa Rita*, de propriedade do veterinário e pecuarista Agamenon Almeida. Para a CPT,

“os trabalhadores ocupantes da fazenda alegaram que as ocupações se deram pela falta de perspectivas de novos assentamentos e que a área ocupada era improdutiva e sem função social”.³⁰

Dessa forma, a decisão da justiça nesse episódio implicou na tentativa de restringir os anseios de determinado segmento da sociedade (os trabalhadores rurais sem terra), que buscava no assentamento condições básicas ao exercício da cidadania, entendendo esta como algo além do sentido de votar e de ser votado. Portanto, a intenção da Juíza não pode ser observada como “decisão irracional”. Pelo contrário! Esta procurou atender “os interesses dos agentes mais poderosos” em detrimento dos interesses coletivos dos trabalhadores rurais ali acampados.

Na esteira dessa discussão, dois dias após a ocupação, “a Juíza de Lagoa Vermelha concedeu liminar de reintegração de posse ao proprietário, dando-lhes um prazo de 72 horas para evacuar o local e determinou que a Brigada Militar (BM) vigiasse a área.”³¹ Além da presença marcante da BM, “os produtores rurais das imediações da área ocupada vigiavam suas propriedades, temerosos de novas ocupações”³² dos trabalhadores rurais, conforme destacou o documento.

No mesmo período, em manifesto público, a União Democrática Ruralista (UDR) acusou o MST de ser uma “organização guerrilheira que ameaçava os direitos básicos dos cidadãos e invadia propriedades privadas”, discurso que circulou fartamente em alguns meios de comunicação da “grande imprensa”. Na sequência, segue uma nota de repúdio da UDR ao MST: “a Associação Rural de Vacaria, a Prefeitura Municipal e a Associação Comercial e Industrial da mesma cidade divulgaram comunicado atacando os colonos”.

Porém observou-se que, no desenrolar da luta nesse local, o prazo determinado pela Juíza expiraria, “pois o Ministério Público pediu vistas ao processo, alegando o perigo que corriam as crianças”. Após essa trégua, o Governo Federal sinalizou que se os ocupantes deixassem a fazenda de forma pacífica, “em um mês lhes assentaria”.

Diante da promessa do Presidente da República, a indignação da UDR foi imediata, manifestando-se novamente em nota: “fomos agredidos e não houve respaldo à classe ruralista, os invasores saíram vitoriosos”, anunciando o prenúncio da retomada da luta pela terra no campo, recolocando o tema da reforma agrária na pauta do dia.

O relatório *Conflitos no Campo, Brasil, 1994*, atenuava que “inegavelmente, as ocupações se consolidaram como forma eficiente de luta pela reforma agrária, tornando-se

expediente extremo de que dispunham os trabalhadores rurais para conseguirem um pedaço de chão”.

O documento analisado deixou patente que não existia linearidade no que tange à localização das ocupações, pois estas se tornaram dinâmicas ao longo da luta, uma vez que “se distribuíram por todas as regiões do país, concentrando-se especialmente nos estados e áreas de maiores ofertas de terras improdutivas e/ou de maior contingente de lavradores excluídos dos processos produtivos de trabalho”.³³

Ao se reportar acerca da localização das ocupações no ano de 1994, percebe-se que estas haviam ocorrido em maior escala na região nordeste, somando 43 ocupações; já na região sul, houve 16 ocupações e, finalmente, na região sudeste totalizaram 22, sendo 16 apenas no estado de São Paulo³⁴, aponta o documento da CPT.

Pautando-se nos dados apurados por esta entidade, destaca-se que no período de “1991 a 1994, contabilizou-se 199 assassinatos em 1916 conflitos no campo, uma média de 479 conflitos por ano, 1,3 por dia e um para cada 9,6 conflitos, 50 por ano e um por semana”.

Na mesma perspectiva, o documento alertava “que estiveram envolvidos cerca de 900 mil pessoas, disputando 17,8 milhões de hectares de terras”³⁵ em todo o país, constituindo-se um cenário de contínua tensão social, desembocando na perpetuação da violência generalizada na área rural estendendo-se também às áreas urbanas.

Dentro dessa plataforma de discussão, a publicação do *Caderno Conflitos no Campo Brasil (1996)* buscou revelar o aumento crescente das tensões na área rural, pontuando particularmente que estas “passaram de 554 em 1995, para 750 em 1996; os números de famílias envolvidas subiram de 63.565 em 1995, para 96.298 em 1996. As ocupações foram de 146 para 398, e as mortes de 41 em 1995, para 54 em 1996”.³⁶ A parte introdutória do documento trouxe informações de que o cenário nos campos brasileiros estava em constante ebulição, carecendo, portanto, de intervenção rápida por parte do governo federal, o que não aconteceu, segundo leitura e análises dos documentos.

Focando o olhar para a violência no campo, particularmente no estado de São Paulo, a pesquisa revelou que esta esteve presente em virtude da posse da terra, pois já se fazia uma velha conhecida nas regiões oeste e noroeste do estado. Pleiteando a reforma agrária e a regularização de uma política agrária efetiva no estado voltada aos anseios dos trabalhadores, os conflitos com ações organizadas deram-se a partir da inserção dos

trabalhadores no MST, sujeitos que por meio de suas ações e capacidade organizativa, modificaram, aos poucos, a paisagem da área rural paulista.

Para a CPT, em 1996, São Paulo registrou cerca de quarenta e nove conflitos em vinte e quatro municípios, envolvendo duzentos e vinte e dois mil, oitocentos e nove hectares de terras, mobilizando um contingente de sete mil e noventa e uma famílias. Em seu relatório, a CPT informou, ainda, que uma dessas ocupações contou com um maior número de pessoas envolvidas, sendo superior a todas as demais realizadas no estado neste ano, somando-se um total de mil e quinhentas pessoas, reportando-se à ocupação da *Fazenda Santa Rita*, em Mirante do Paranapanema, destaca a entidade religiosa.³⁷

Quanto às ocupações de terras nesse estado, o documento revelou que, no total, ocorreram “trinta e oito, mobilizando o esforço e a coragem de seis mil e trezentas e vinte e seis famílias”³⁸ ao todo; era São Paulo em alerta contra a violência no campo.

A publicação do *Caderno Conflitos no Campo, Brasil (1997)* procurou mostrar que “a violência e os conflitos produzidos pelo latifúndio têm mudado de forma, mas na essência permaneceram os mesmos. Mudaram de forma, mas não diminuíram”.³⁹

Pelo endurecimento e intolerância do Governo Federal com relação aos anseios dos movimentos sociais, sobretudo, aqueles vinculados à questão da terra, despertava-se nos trabalhadores rurais um desejo latente de retomar as ocupações de terras em todo o país, particularmente no estado de São Paulo, elevando, sobremaneira, o número de conflitos e, conseqüentemente, o número de famílias envolvidas nos mesmos.

Em agosto do mesmo ano, o Governo Federal acelerou um crescente fluxo de programas e medidas nas áreas agrícolas e agrárias, traduzindo-se em “linhas rápidas de crédito para a agricultura familiar, descentralização da reforma agrária, leilão de terras e recadastramento fundiário”.⁴⁰ Essas ações que revelavam uma possível tentativa de se embotar os anseios das classes populares e trabalhadoras, ao enveredar políticas sem levar em consideração os anseios dos segmentos sociais envolvidos – os trabalhadores rurais.

Em resposta a postura adotada pelo governo da União, os trabalhadores rurais sem terra organizaram ocupações de propriedades em massa e repartições públicas, passeatas e manifestações, ações compreendidas pela pesquisa como a construção da luta no fazer-se social e político dos agentes sociais.⁴¹

Dessa maneira, recorro às reflexões de Thompson, particularmente aquelas que buscam tecer novos contornos históricos acerca da experiência social a partir de outras

referências, como a própria experiência da classe trabalhadora, por exemplo. Nesse processo de luta, a “consciência” política desses sujeitos sociais e históricos é construída a partir das experiências concretas de lutas por eles vividas e passível de ser observada no seu “efetivo acontecer”.⁴²

Assim, o clima de terror e violência se configurava no Pontal do Paranapanema, “quando trabalhadores rurais sem terra acampados eram atacados a tiros”.⁴³ Nesse aspecto, portanto, compartilha-se da idéia de que a violência na área rural estava intrinsecamente concatenada ao latifúndio, ao passo que este se tornava

Algo absolutamente anti-humano. Pois, algum dia alguém chegou e disse: isso aqui é meu e a partir daí começaram as desgraças todas, porque quem disse “isso aqui é meu”, pôs imediatamente para guardar aquilo que disse ser seu: a polícia. E alguém disse: mas não posso ter aí um bocado ou aquilo de que necessito só para viver? Não pode. E se teima, entra e insiste, é abatido a tiros ou sacrificado de qualquer outra maneira.⁴⁴

A título de exemplificação de como estava à área rural desse estado, evidenciou-se que, em 1997, a CPT registrou 42 conflitos, num total de oitenta mil, trezentos e dezoito hectares de terras, envolvendo sete mil, setecentos e noventa e três famílias.⁴⁵ Comparando essas informações com as do ano anterior, verificou-se ligeira queda nos números de conflitos e nas áreas ocupadas, notando-se, porém, o aumento crescente no contingente de famílias envolvidas.

Considerações Finais

A despeito da violência generalizada envolvendo os trabalhadores rurais sem terra, presume-se que o Estado configurou-se como um dos principais agentes da repressão no campo, representado, sobretudo, pelo *Poder Judiciário* em consonância com precipitadas decisões tomadas por alguns governadores. Tais políticos, ao concederem autorização às suas Secretarias de Segurança Pública de cumprirem as liminares de reintegração de posse chanceladas por alguns Magistrados, no que tange à desocupação de fazendas em conflitos, provocavam sangrentos combates entre trabalhadores, latifundiários, forças policiais e milícias paralelas a serviço dos grandes latifundiários.

Antes, porém, afirmava-se que as decisões encampadas pelo Estado e, sobretudo, por setores do Poder Judiciário estavam concatenadas à duas questões básicas: a

econômica e a política. Não obstante, fez-se notar “que o poder econômico dos latifundiários esteve associado ao poder político e jurídico”⁴⁶, pois, a prerrogativa das forças públicas tendia a anular as inquietações dos trabalhadores rurais, não considerando suas reclamações, seus medos e seus anseios. Portanto, na maioria das vezes, despejos seguidos de outros atos violentos e “expropriações” de pequenos trabalhadores e/ou sítiantes tiveram claras e evidentes a “chancela da Justiça.”⁴⁷

O poder judiciário atuou sistematicamente no sentido de garantir o direito de posse dos latifundiários. Não conheço nenhum caso de pedido de liminar de manutenção de posse que tenha sido negado pelos juízes. Os proprietários apresentam provas fajutas de posse e o juiz já lhes garante o processo.⁴⁸

Segundo o Procurador do estado do Paraná, isso se deu em virtude de que, quando um juiz recebia um pedido de reintegração de posse para fazer um despejo de famílias que ocupavam determinada área, baseava-se no Código Civil: mandava a polícia retirar o pessoal em poucas horas. Agora com a nova Lei ele poderá se perguntar: será que a propriedade cumpre a sua função social? Ele poderá inclusive investigar e fazer levantamentos, antes de tomar uma decisão. Se a propriedade não estiver cumprindo a sua função social, em vez de despejo, ela poderá ser passível de desapropriação.

Na esteira dessa reflexão, observa-se que outros agentes de repressão adentravam o campo de discussão da reforma agrária. Contratados pelos latifundiários surgiam os bandos de jagunços e matadores de alugueis, com a missão de eliminar trabalhadores rurais e líderes de entidades que lhes representavam, ao temerem o fracasso do Estado em não conseguir manter seus privilégios, acatando as pressões exercidas pelo MST e forças políticas progressistas. Essas reivindicações visavam possibilitar a correção do descompasso histórico existente entre aqueles com imensas glebas de terras (adquiridas às vezes de formas ilícitas, como as terras griladas) e os sem terra, já caracterizados ao longo desse texto.

A luta pela correção desse descompasso histórico por meio da reforma agrária levou esse último grupo social a reivindicar seu direito de propriedade, por meio do discurso de que “a terra deveria cumprir o seu papel social”. Essa postura induzia os latifundiários a agirem com sua própria lei, ou seja, apropriando-se do exercício da violência no campo, criando um constante estado de atenção, com conflitos seguidos de assassinatos em larga escala, dando destaque aos massacres de trabalhadores ocorridos na década de 1990, conhecidos nacional e internacionalmente.

Portanto, a análise dos documentos aqui mencionados possibilitou refletir acerca da existência de profícua articulação política, na maior parte das vezes não jurídicas, “na tentativa de criminalizar o Movimento dos Sem Terra com base no Poder Judiciário”. Outra questão que merece igual atenção é que ao longo da história e, em particular na década de 1990, quando os movimentos sociais buscavam se afirmar enquanto sujeitos históricos, descortina-se uma campanha de criminalização por parte de determinados setores da imprensa, que busca deslegitimar o significado de suas ações. Nesse contexto, as ações do MST, por alcançarem um alto nível de visibilidade e por ser o grupo social mais atuante em todo o país desde o seu surgimento, acaba sendo o mais perseguido e desqualificado nas páginas de alguns meios de comunicação, como atesta o *Jornal Contraponto*, do Departamento de Jornalismo da PUC/SP. Para tanto, os documentos analisados na construção desse artigo sinalizaram a necessidade

[...] de controle para o Poder Judiciário. E que o juiz seja um homem de seu tempo. Ele não pode utilizar-se do cargo que ocupa para ajudar na repressão social aos movimentos sociais. Ele não pode desconhecer a realidade social; além da reforma agrária precisamos fazer uma reforma profunda no Poder Judiciário, criando algum tipo de controle social, sobre ele e sobre a polícia.⁴⁹

Nesse sentido, assinala-se que a “institucionalização da violência em diversos níveis de autoridade do Estado”, sendo esta, às vezes, arbitrária, sua solução seria exclusivamente política. Pois, “tolhido como estava em uma estruturação burocratizada e subordinada ao Poder Executivo, o Judiciário seria incapaz, portanto, de ser um efetivo mediador dos conflitos da sociedade civil”.⁵⁰ Em face dessa questão, “o problema passa a ser, então, a necessidade de uma modificação da ordem jurídica, de modo a torná-la um poder atuante e próximo da defesa dos direitos da população”. A violência no campo seguida de mortes, as ocupações, as ordens de despejos, a resistência dos trabalhadores sem terra permanecendo na terra, a atuação da polícia e a formação de milícias particulares a serviço de latifundiários concretizam testemunhos oculares da incapacidade do Poder Judiciário, “seja pelo arbítrio policial que toma o seu lugar, seja pelas imperfeições legais que mais garantem impunidades e privilégios do que algo próximo a uma distribuição da justiça”.⁵¹

A leitura e interpretação dos materiais publicados pelo *JST* e pelos *Cadernos Conflitos no Campo Brasil* da CPT potencializaram a compreensão dos conflitos na área rural que circundaram a estrutura fundiária brasileira. Procuram revelar também que, ao

passo que a repressão no campo ia se proliferando, as ações do MST também se qualificavam na direção de enfrentá-la e, sobretudo, no sentido de construir mecanismos para combatê-la, atribuindo visibilidade a seus feitos por meio de passeatas, protestos, manifestações públicas e denúncias em órgãos de direitos humanos em âmbito nacional e internacional.

Por fim, todo esse cenário de tensão no campo assinalado e descrito ao longo do texto não foi fruto deste ou daquele governo. Isso seria simplificar a trajetória de luta dos trabalhadores a acontecimentos momentâneos e datados. Não se deve esquecer, porém, que a luta pela terra no Brasil é histórica, e que todas as tentativas de se fazer a sua redistribuição de forma equânime implicaram em massacres inesquecíveis ao olhar da história, como os já conhecidos pela produção historiográfica brasileira acerca do tema em tela.

Ademais, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e seus aliados buscou ao longo de sua trajetória, desde a sua constituição em 1981 até a presente data, construir e colocar em prática suas propostas de reforma agrária para o campo, fazendo notar que estas estiveram para além da aquisição de um lote de terra para se cultivar e plantar. Para os trabalhadores rurais engajados na luta pela terra, a reforma agrária que se almejava não era simplesmente a distribuição da terra entre aqueles que desejam retirar desta o seu sustento e daqueles que estão nas áreas urbanas cuidando de outras atividades. É necessário que existam linhas de créditos, programas de assistência aos trabalhadores rurais, caracterizados de pequenos agricultores e melhorias nas condições sociais no campo.

As preocupações dos integrantes do MST estão além da distribuição da terra, estes buscam, também, melhorias na educação, na saúde, preocupam-se com a produtividade nos assentamentos, preservação das instituições públicas e da natureza, somados a atenção à construção de um modelo econômico menos degradante ao ser humano e ao meio ambiente. Tornou-se assim um dos movimentos sociais mais significativos do Brasil, na passagem do século XX para o XXI. Destaca-se que, além da sua inquietação e inconformismo com as injustiças sociais no campo e na cidade, uma de suas maiores potencialidades encontra-se no sentimento de articular pessoas dos mais variados segmentos da sociedade - vítimas, mas também sujeitos do processo histórico num só objetivo: a redução da pobreza e das desigualdades sociais no eixo campo-cidade.

Portanto, há de se ressaltar que aqueles que fazem o MST são sujeitos, são pessoas que, na maioria das vezes, tiveram suas vozes cerceadas, assim como seus corpos e suas mentes anulados pelo olhar “policialesco” do Estado. Mas, sob a perspicácia e coragem de movimentos sociais como o MST, as entidades representativas como a CPT, o JST, a OAB, os Sindicatos Rurais e Associações, tornou-se possível a reconquista dos espaços públicos por estes e outros sujeitos históricos. Tais espaços são aqui compreendidos não como espaços físicos e geográficos, mas como espaços de luta, debate, reflexão e ação; espaço político, no qual a maioria dos trabalhadores e das trabalhadoras e entidades representativas jazia em silêncio, por estar cedendo às pressões do então modelo econômico *neo-liberal*.

A atuação do *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, enfim, devolveu aos “invisíveis” trabalhadores rurais sem terra a “visibilidade”, desnudando a miséria, a pobreza e a violência no campo que circundaram a vida de milhares de cidadãos brasileiros. Sua ação dinâmica e articulada se fez notar nas mais diferentes instâncias da sociedade, levando por meio do seu *Jornal* aos mais longínquos grotões desse país as falas e os anseios dos trabalhadores rurais sem terra. Sendo suas propostas de lutas concatenadas às exigências de seu tempo, demarca-se, assim, um lugar singular na política ao longo desse processo de enfrentamentos, diferente de outras organizações sociais no que tange à questão da democratização da terra em todo o Brasil.

Notas

1. WEIL, Simone. **A condição Operária e Outros Estudos Sobre a Opressão**. Org. BOSI, Ecléa. Tradução: Therezinha G. G. Langlada. Paz e Terra, 2ª Edição, Rio de Janeiro, 1996, p. 411. Apesar da questão militar ser posta como mola propulsora do “desenraizamento” humano, a autora nos orienta que há outros dois fatores sociais importantes que não devem ser ignorados nesse contexto, posto que o poder do dinheiro e a dominação econômica produzem o que ela chama de “doença do desenraizamento”, portanto, este é visto como algo negativo e violento. Sob a perspectiva de Weil (1996: p.412), “o dinheiro destrói as raízes por onde vai penetrando, substituindo todos os motivos pelo desejo de ganhar. Vence sem dificuldade os outros motivos porque pede um esforço de atenção muito menor”.
2. CONTRAPONTO. (Jornal Laboratório do Curso de Jornalismo da PUC/SP). nº 58, abril de 2009, p.4.
3. JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. nº84. MST, junho de 1989. p.3.
4. ROCHA, Dom Augusto Alves da. Apresentação. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo**, Brasil/1991 - Terra, Água e Paz: viver é um direito. Goiânia: CPT, 1992. p.5. Ver Também: SOUZA FILHO, Carlos Frederico M. de. Os direitos invisíveis. In: OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia (Orgs.). **Os sentidos da democracia**. Política do dissenso e hegemonia global. Petrópolis - RJ: Vozes, 1999. p.307.
5. Idem.
6. REQUIÃO, Roberto. A terra e a lei: os juízes e a questão agrária. **Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. n.122. São Paulo, janeiro de 1993. p.6.
7. *Manifesto* assinado pelos Bispos: D. José Elias Chaves, D. Luiz Soares Vieira, D. Ângelo Frosi, D. Vicente J. Zico, D. Ângelo Rivato, D. Patrício, D. Martinho Lammer, D. Miguel, D. Lino, D. José Luis, D.

- Capistrano, D. Erwin Krautler. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo**, Brasil/1991 - Terra, Água e Paz: viver é um direito. Goiânia: CPT, 1992. p.6.
8. SOUZA FILHO, Carlos Frederico M. de. Os direitos invisíveis. In: OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia (Orgs.). **Os sentidos da democracia**. Política do dissenso e hegemonia global. Petrópolis - RJ: Vozes, 1999. p.327.
9. COLETTI, Claudinei. **A trajetória política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal**. (Tese Doutorado). Unicamp, Campinas - SP, 2005. p.264-5.
10. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo**, Brasil/1991 - Terra, Água e Paz: viver é um direito. Goiânia: CPT, 1992. p.10.
11. Fonte: CPT Nacional, 1992. Tabela organizada pelo autor.
12. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo**, Brasil/1991 - Terra, Água e Paz: viver é um direito. Goiânia: CPT, 1992. p.14.
13. Idem.
14. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo**, Brasil/1991 - Terra, Água e Paz: viver é um direito. Goiânia: CPT, 1992. p.14.
15. SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática**. 2ªed. São Paulo: Cortez, 2000. p.379.
16. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo**, Brasil/1991 - Terra, Água e Paz: viver é um direito. Goiânia: CPT, 1992. p.5.
17. Idem.
18. SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática**. 2ªed. São Paulo: Cortez, 2000. p.36.
19. Idem.
20. OLIVEIRA, Francisco de. Privatização do Público, destituição da fala e anulação da política. In: Idem; PAOLI, Maria Célia (Orgs.). **Os sentidos da democracia**. Política do dissenso e hegemonia global. Petrópolis - RJ: Vozes, 1999. p.79.
21. Idem, p.79-81.
22. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo**, Brasil/1992. Goiânia: CPT, 1993. p.37.
23. Idem.
24. Estas foram algumas das ações defensivas pensadas e colocadas em prática pelos trabalhadores rurais sem terra na busca da superação das desigualdades sociais das quais eram vítimas e sujeitos. JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. n.120. Seção "Estudos" - A luta e o Judiciário. MST, 1992. p.13.
25. OLIVEIRA, Francisco de. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: Idem; PAOLI, Maria Célia (Orgs.). **Os sentidos da democracia**. Política do dissenso e hegemonia global. Petrópolis - RJ: Vozes, 1999. p.64.
26. Idem. p.81.
27. MARONI, Amnéris. **A Estratégia da Recusa: análise das greves de maio de 1978**. São Paulo: Brasiliense, 1982. p.39.
28. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo**, Brasil/1994. Goiânia: CPT, Edições Loyola, 1995. p.6.
29. CPT. **Conflitos no campo**, Brasil/1994. Goiânia: CPT, Edições Loyola, 1995. p.13.
30. Idem.
31. Ibidem.
32. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo**, Brasil/1994. Goiânia: CPT, Edições Loyola, 1995. p.6.
33. Ibidem.
34. Ibidem. p.12.
35. Palavras de D. Orlando Dotti, Bispo de Vacarias e Presidente da CPT - Nacional. Cf.: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo**, Brasil/1996. Goiânia: CPT, Edições Loyola, 1997. p.3.
36. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, p.26-7.
37. CPT. **Conflitos no campo**, Brasil/1996. Goiânia: CPT, Edições Loyola, 1997. p.41-2.
38. MOREYRA, Sérgio Paulo (Assessor da CPT). As novas Caras da Violência no Campo Brasileiro. In: CPT. **Conflitos no campo**, Brasil/1997. Goiânia: Edições Loyola, 1998. p.7.
39. Ibidem. p.8.
40. THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa I: A árvore da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p.10. Idem. **Tradicion, revuelta y conciencia de clase**. Barcelona: Grijalbo, 1976.

41. Ibidem.
42. MOREYRA, Sérgio Paulo (Assessor da CPT). As novas Caras da Violência no Campo Brasileiro. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo**, Brasil/1997. Goiânia: CPT, Edições Loyola, 1998. p.8.
43. Veredicto de José Saramago no Tribunal Internacional para julgar os massacres de Corumbiara e Eldorado dos Carajás. Trecho citado por D. Orlando Dotti. Cf.: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo**, Brasil/1996. Goiânia: CPT, Edições Loyola, 1997. p.3.
44. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo**, Brasil/1996. Goiânia: CPT, Edições Loyola, 1997. p.3.
45. SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **A luta pela terra**: experiência e memória. São Paulo: Ed. da Unesp, 2004. p.30.
46. Ibidem. Idem. **Errantes no Fim do Século**. São Paulo: Ed. da Unesp, 1999.
47. Trecho da palestra proferida pelo Dr. Luiz Fachin, Procurador Geral do Estado do Paraná, a respeito da Lei de Reforma Agrária ocorrida na Campanha Nacional de Reforma Agrária em junho de 1993. JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. n.129. MST, setembro de 1993. p.3.
48. Trecho de entrevista com o advogado do MST, Luiz Eduardo Greenhalgh. Cf.: JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. n.154. MST, dezembro de 1995. p.9.
49. PAOLI, Maria Célia P. M. Violência e Espaço Civil. In: Idem [et. al]. **Violência Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1982. p.49.
50. Idem.
51. Idem.

A EXPANSÃO DA MONOCULTURA DE *PINUS* E AS POPULAÇÕES TRADICIONAIS RURAIS DO VALE DO RIBEIRA PARANÁ: DILEMAS DO TRABALHO CAMPONES

Cristiane Coradin – Universidade Federal de Santa Maria
cristianecoradin@yahoo.com.br

CAPES

GT2 - Trabalho Rural

Há cerca de 40 anos tem ocorrido no território em questão uma ampla expansão do monocultivo de *pinus*. Tal operação tem sido viabilizada centralmente pela transformação de áreas de produção agrícola e de força de trabalho camponesa em áreas de monocultivo e assalariamento rural no *pinus*. Tal quadro tem gerado ao longo destes anos, profundas alterações nas relações de trabalho rurais neste território, impactando relações sociais tradicionais de produção e convívio com a terra das onze comunidades quilombolas que compõe atualmente o tecido social deste território. Com o objetivo de compreender estas transformações, este artigo visa analisar relação entre a expansão do monocultivo de *pinus* e as relações sociais de produção nas comunidades remanescentes de quilombolas situadas no Vale do Ribeira Paraná. A ênfase incide sobre a compreensão de como a expansão deste monocultivo tem influenciado na estrutura fundiária local, nas relações de trabalho do campo, da biodiversidade e na segurança alimentar e nutricional destes agricultores. Para tanto foi realizada uma pesquisa a campo com assalariados no cultivo e colheita de pinus e com agricultores históricos da região, situados no município de Adrianópolis – PR, entre o final do ano de 2010 e início de 2011. Os principais resultados obtidos evidenciam que a expansão do monocultivo de *pinus* neste território tem gerado concentração de terras, redução da base de produção camponesa, acompanhada de semi-assalariamento e assalariamento rural, bem como redução da biodiversidade local e da segurança alimentar e nutricional dos agricultores. Inicialmente o artigo contextualiza o tema, para posteriormente discutir cada um dos itens propostos, e por fim, apresenta algumas considerações finais.

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural da UFSM (2012 até os dias atuais); Especialista em Economia e Desenvolvimento Agrário pela UFES - convênio com Escola Nacional Florestan Fernandes (2011); Educadora Social da Rede de Educação Cidadã – Curitiba- PR (2011/2012); Agente local de ATER – UNICAFES - Adrianópolis – PR (2010/2011); Bolsista Recém Formada do Programa Universidade Sem Fronteiras-SETI – Curitiba - PR (2009/2010); Engenheira Agrônoma graduada pela UFPR (2009).

1 - Introdução

Desde meados dos anos 70, o Estado brasileiro tem incentivado a expansão da produção de *pinus* no país com vistas a atender as demandas crescentes de madeira tanto para o crescimento econômico interno como para exportação. Como monocultivo de árvores, o *pinus* tem se espalhado pelas zonas de expansão da fronteira agrícola, áreas em média, impróprias para a produção de grãos em larga escala, as quais muitas vezes, têm sido ocupadas há séculos por povos tradicionais do campo como quilombolas, indígenas, os quais têm sobrevivido principalmente do cultivo da agricultura camponesa.

Percebe-se que esse movimento de expansão do capital no campo, por intermédio do monocultivo do *pinus*, tem gerado como consequências principais: a ampliação da concentração de terras; favorecendo que parcela de camponeses acabe se assalariando no meio rural; a redução da biodiversidade local; provocando conseqüentemente, a redução e perda da segurança alimentar e nutricional desses povos.

Este fato de justifica na medida na medida em que, onde antes havia produção de alimentos pela agricultura camponesa, após a expansão da monocultura, passa a existir apenas grandes ‘desertos verdes’, incapazes de gerar a quantidade e a diversidade de alimentos necessários à nutrição alimentar de qualidade tanto dos povos do campo quanto das cidades.

Nesse ímpeto, este artigo tem como objetivo geral compreender algumas alterações sociais, econômicas e ambientais ocorridas nas comunidades rurais quilombolas do Vale do Ribeira – Paraná, impactadas pela expansão da monocultura do *pinus*. Como objetivos específicos, deseja-se compreender como a expansão dessa monocultura tem gerado concentração de terras neste território; analisar como tais transformações têm interferido nas relações de trabalho das comunidades tradicionais; e por fim, compreender como tais alterações têm interferido na biodiversidade local e na segurança alimentar e nutricional dos agricultores.

2 - Metodologia

Para concretização desse estudo foram utilizadas entrevistas estruturadas, constituídas de questionários com 11 trabalhadores assalariados do *pinus* e três entrevistas focalizadas com agricultores locais, que são atores sociais chaves e históricos situados no município de Adrianópolis – PR.

O universo total dos assalariados no *pinus* da empresa pesquisada – Berneck é de 460 assalariados rurais, e a população total do território do Vale do Ribeira Paraná possui 100.880 habitantes, dos quais, 43.131 vivem na área rural, o que corresponde a 42,75% do total. Possuindo cerca de 5.596 agricultores familiares, 0 famílias assentadas e 12 comunidades quilombolas(O VALE DO RIBEIRA. Acesso em 22 de abr. 2012).

As entrevistas tiveram caráter qualitativo, sendo que aquelas realizadas com os assalariados tiveram como foco apontar questionamentos sobre as relações de trabalho no *pinus* e as entrevistas concedidas pelos demais agricultores tiveram como foco analisar de forma geral como eles têm observado a expansão da monocultura do *pinus* nas comunidades tradicionais e como isso tem influenciado na vida deles e de suas comunidades.

3 - A expansão da monocultura de *pinus* no Brasil e no Vale do Ribeira – Paraná

Com o ciclo de expansão industrial brasileiro ocorrido a partir dos anos 1960, o chamado “milagre econômico”, ampliou-se a demanda tanto para consumo interno como externo de madeira, papel e celulose. Nesse período iniciou-se um ciclo de expansão da produção de monoculturas para reflorestamento. As terras que possuíam maiores custos de produção para implantação e manutenção das principais *commodities* e monoculturas produzidas naquele período (soja, milho, arroz, trigo, algodão, etc.) seja por condição de solo, declividade, água ou distância dos mercados consumidores e exportadores, bem como áreas de expansão da fronteira agrícola, foram tomadas pelas áreas de reflorestamento.

Segundo o Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais – IEPF (acesso em 20 mar. de 2011), atualmente há cerca de 2 milhões de hectares de *Pinus* plantados no Brasil, com produtividades médias variando de 18 a 28 m³/ha/ano. Também segundo esta fonte, a cultura do *pinus* vem se diversificando em termos de espécies, procedências e clones, e expandindo suas áreas de plantio, formas de manejo (preparo de solo, adubação, espaçamento e desbastes). Mais do que nunca, os plantios de *pinus* são efetivamente produtores de multiprodutos, como a produção de madeira para fibras (celulose, chapas e MDF), para serraria (diferentes bitolas), produtos sólidos, resina e resíduos, que vêm sendo utilizados como biomassa ou substratos orgânicos.

A via Campesina, organização social que aglutina diversos movimentos sociais camponeses no Brasil, na América Latina e no mundo, realizou em 2006, um estudo sobre

os impactos da produção dessa monocultura no Brasil. E de acordo com os resultados deste estudo, indicou-se que, nos últimos anos aumentaram as produções de monoculturas de árvores exóticas para uso industrial no Brasil, principalmente para abastecer a indústria de celulose, papel, móveis e carvão vegetal para geração de energia e calor para a indústria. A expansão inicial foi lenta e concentrada nos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia, se expandindo, posteriormente, para outros estados/regiões. (VIA CAMPESINA, 2006).

Também segundo a Via Campesina (2006), no município de Encruzilhada do Sul-RS, existem grandes áreas de plantação de eucaliptos, *pinus* e acácia há vários anos. Nessa região muitos pequenos agricultores foram obrigados a abandonar o campo porque foram sendo cercados e isolados pelas monoculturas de eucaliptos e *pinus*; as águas, nascentes e poços secaram. Restando-lhes as águas de baixadas que são de pior qualidade. Os agricultores sentem-se sozinhos, sem vizinhanças, suas comunidades desaparecem, fecham-se escolas, têm maiores dificuldades quando têm problemas de saúde e são pressionados a vender suas terras para as multinacionais dos eucaliptos.

No território em questão, a expansão da monocultura de *pinus* também tem gerado profundas alterações na composição da produção camponesa das comunidades tradicionais, nas relações de trabalho rurais, na biodiversidade local, e na segurança alimentar desses sujeitos sociais.

Atualmente, o Vale do Ribeira é classificado como um dos “Territórios de Cidadania”, apresentando um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano do Paraná e do Brasil - a média dos sete municípios do território é de 0.682, enquanto no país é de 0.772 e no estado 0.787 (IPARDES, 2000).

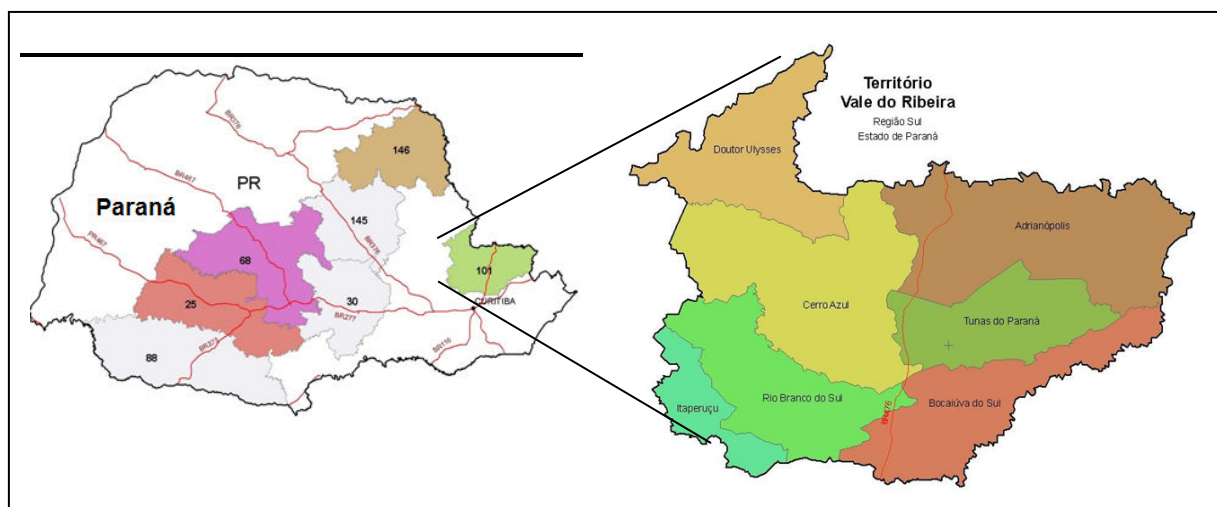


Figura 1 – Mapa do estado do Paraná (à esquerda) e dos municípios do Vale do Ribeira -PR – território 106 (à direita).

Fonte: SDT/MDA (2012).

Contraditoriamente, esse território possui vasta riqueza de recursos naturais que, durante séculos, sustentou diversos ciclos de exploração dos recursos naturais, como ouro, substrato para cimento, e atualmente com o reflorestamento de *pinus* (QUADROS *et al.*, 2009).

Paralelamente a estes ciclos históricos de exploração dos recursos naturais, este território tem abrigado uma massa de agricultores camponeses, que têm desenvolvido estratégias para suportar as diversas e profundas dificuldades vivenciadas ao longo dos anos, com a expansão da agricultura capitalista e empresarial na região, representando, tal como definido por Ploeg (2008) “[...] *uma luta constante por autonomia ou busca pela ‘liberdade’ dos agricultores, [...] livre e condições de submissão [...]*”.

Estima-se que no Vale do Ribeira Paraná exista hoje, onze comunidades remanescentes de quilombos reconhecidas de um total de 36 no estado do Paraná, vivendo em grande medida, sob uma condição camponesa de reprodução social. Além dos dados já oficializados, estima-se que existam pelo menos 100 comunidades desse segmento social no Estado - contrariando autores que sugeriam que no Paraná, a presença de comunidades quilombolas seria inexpressiva ou inexistente (RELATÓRIO DO GT CLOVIS MOURA, 2010).

Segundo Paula Souza (apud QUADROS, 2009), a partir da década de 1970, com a restrição do relevo, extremamente acidentado e montanhoso, o qual não propiciava a uso intensivo de mecanização agrícola, o Estado brasileiro fortaleceu e estimulou, por meio de incentivos governamentais, os plantios comerciais de madeira de *pinus* na região.

De acordo com esta autora, os quilombolas relatam que esta monocultura intensificou a disputa pelas terras da comunidade, contribuindo na desorganização das atividades coletivas e familiares, estimulando a saída das pessoas para trabalhar na produção de *pinus*, favorecendo que o quilombo fosse novamente lançado em um cenário de grande invisibilidade social.

Atualmente têm atuado nessa região empresas transnacionais, como a Vale do Corisco (Chilena) e a Arauco, e outras empresas de menor porte, como a Plenovale, Valorem e a Berneck, compondo, desse modo, um mosaico de reflorestamento de *pinus* em toda a região da Vale do Ribeira, o qual “desterritorializa” e pressiona os territórios quilombolas e as demais comunidades rurais, modificando as relações de produção no campo.

No Paraná, segundo dados da empresa Berneck (acesso em 10 de abr. de 2011), indica-se que esta empresa possui 54 mil hectares de terras, e que 50% da matéria-prima utilizada em sua unidade fabril localizada no município de Araucária, região metropolitana de Curitiba, provêm dessas áreas de reflorestamento. São 30 fazendas de reflorestamento no total, empregando 460 trabalhadores diretos. O que evidencia o baixo grau de empregabilidade que este monocultivo oferece como ‘alternativa’ aos agricultores.

4 - Resultados e Discussão

A expansão do monocultivo de *pinus* no Vale do Ribeira – Paraná tem gerado um conjunto de alterações na concentração de terras, nas relações de trabalho no campo, na biodiversidade e na segurança alimentar desses povos tradicionais. Ao longo deste item, buscar-se-á analisar de forma breve cada um destes elementos, para posteriormente realizarem-se as conclusões.

4.1 – Alterações na estrutura fundiária e nas relações de trabalho no campo

Segundo os relatos obtidos nas entrevistas, consta-se que nos anos 1970 o Instituto de Terras e Reforma Agrária do Brasil – INCRA construiu na região um processo de distribuição de terras a pequenos agricultores e migrantes de outras regiões (Minas Gerais, interior do Paraná, etc.), o que atraiu muitos migrantes para esta região. Segundo eles, o INCRA loteou diversas parcelas de terras devolutas em lotes de, em média, 24 ha, os quais foram vendidos a baixos preços parcelados e com poucos juros aos migrantes e pequenos agricultores, com a finalidade de propiciar acesso à terra a pessoas de baixa e média renda.

Paralelamente a esse processo, o governo federal, como já observamos anteriormente, incentivou a expansão de *pinus* na região. Segundo relatos dos agricultores *“o processo de legalização do INCRA veio de encontro com a expansão do pinus. Nos locais onde ainda não havia sido regularizada a terra, as empresas do pinus expulsaram famílias de posseiros e se apropriaram de suas terras. Às vezes elas expulsavam pela expansão pura e simples da monocultura sobre as terras dos agricultores, outras vezes compravam as terras deles por baixíssimos preços”* [fala de um dos entrevistados].

De acordo com as entrevistas, nesse conflito entre expansão do monocultivo e distribuição de terras, foi se constituindo nesta região um campesinato que até meados dos anos 1990, sobreviveu basicamente da agricultura camponesa. Essa agricultura era e ainda é hoje, executada primordialmente pela força de trabalho familiar, produzindo produtos para o auto-consumo (feijão, arroz, mandioca, milho, frutas, verduras e pequenas criações, galinhas, porcos, e em alguns casos gado) e mais alguma cultura com finalidade comercial, como o mamão em alguns períodos, o feijão em outros, a banana, etc.

Desde este período de loteamento do INCRA até os dias atuais, esses camponeses têm enfrentado problemas diversos, principalmente com o avanço da monocultura do *pinus* e com o avanço da pecuária em larga extensão; a desorganização das cadeias produtivas locais e regionais; dificuldades de escoamento da produção agrícola; além de problemas sociais relacionados principalmente à saúde e a educação.

De acordo com Schneider (*in* Froehlich, 2009), a partir dos anos 1980, e intensificando-se nos anos 1990, com o processo de mercantilização do campo [aqui indicado como a expansão do monocultivo de *pinus*], ocorrerá um processo transformações das formas de trabalho rurais. Para ele, neste período serão incrementadas ao trabalho agrícola, formas de trabalho rurais não agrícolas, as quais passaram a preencher parcelas significativas da renda das famílias rurais.

Esse movimento tem sido observado nas comunidades tradicionais em questão, com mais ênfase a partir dos anos 1990. Segundo relatos, a expansão da monocultura de *pinus* somada às dificuldades de produção e escoamento da produção familiar, como a falta de condições de transporte, desorganização das cadeias produtivas, baixos preços dos produtos produzidos, têm sido os agentes causais do grande êxodo rural, bem como pelo assalariamento e semi-assalariamento rural destes camponeses.

Pois o conjunto de tais dificuldades presentes na vida desses camponeses, segundo eles, tem acabado por lhes desestimular a continuar produzindo no campo, pressionando-os a buscarem fontes de renda extra-propriedade, na maioria das vezes se assalariando ou semi-assalariando nas fazendas de pecuária vizinhas ou na monocultura do *pinus*, ou até mesmo indo para os grandes centros mais próximos, como Curitiba, na esperança de conseguirem construir condições mais dignas de vida.

A maioria dos trabalhadores entrevistados trabalha na monocultura de *pinus* a cerca de seis a nove anos. Dos onze entrevistados, quatro afirmaram que antes de trabalhar no *pinus*, trabalhavam na lavoura, ou seja, sobreviviam somente da agricultura de subsistência; quatro trabalhavam de empregado em empresas da região, na mineração ou no corte de madeira; e três afirmaram que trabalhavam e ainda trabalham de empregado nos dias de semana e na lavoura própria nos finais de semana.

Quando questionados se preferem o trabalho atual ou o trabalho da lavoura, dez afirmaram que prefeririam trabalhar na sua própria lavoura, pois nesse espaço, segundo eles, “[...] *a gente mesmo planeja e faz as coisas, tem mais liberdade e o conforto de estar em casa, não precisa ficar recebendo ordens e sendo cobrado [...]*” [fala de um dos entrevistados]. Mas afirmam que somente voltariam para a lavoura se tivessem condições econômicas suficientes para extrair da lavoura uma renda capaz de garantir a reprodução da sua família com dignidade.

Todos eles afirmaram que pararam de produzir porque não tiveram mais condições econômicas de se manter somente com a renda extraída da sua atividade agrícola camponesa. Desde que se afastaram ou que permaneceram trabalhando somente nos fins de semana, a produtividade e a diversidade produtiva da propriedade reduziu. Na maioria dos casos as mulheres, esposas desses trabalhadores, permaneceram produzindo algumas culturas somente para subsistência, como hortas, pomares, mandioca e feijão, mas ainda assim a produção geral reduziu. Em alguns, casos os agricultores afirmaram que não podem deixar de produzir alguns produtos para subsistência na sua propriedade porque, “[...] *se depender de comprar tudo que necessitam do mercado o salário não dá para passar o mês [...]*” [fala de um dos entrevistados].

O movimento do capital no campo brasileiro, desde a colonização, tem buscado formas explorar e expropriar o trabalhador rural, desde os escravos até os trabalhadores rurais atuais, com vistas a adquirir melhores índices de produtividade e lucratividade. De

acordo com Siqueira (2009), “[...] o peso de herança escravocrata na cultura brasileira foi significativamente mais intenso na agricultura, onde houve grande dificuldade em se considerar trabalhador rural como sujeito social. Tradicionalmente, a atividade rural foi caracterizada por relações de trabalho à margem até mesmo das leis trabalhistas, envolvendo, frequentemente, crianças e adolescentes”.

Segundo Graziano da Silva (1981), a modernização no campo favorece a separação do agricultor da terra obrigando-o a vender a única mercadoria de que continua proprietário, a sua força de trabalho, para poder continuar vivo. Agora ele não mais se assalaria para completar a renda familiar. Ao contrário, é obrigado a fazê-lo como *única forma* de garantir a reprodução da família.

Tal qual ocorre no Vale do Ribeira Paraná. Pois, na grande maioria, estes trabalhadores são camponeses, porque não deixam de ter vínculos culturais, sociais e econômicos com a unidade familiar de produção (Wanderley, 2009), tal como descrito nas entrevistas, mas também assalariados e temporários rurais, que vendem a sua força de trabalho, pelo menos parte do tempo, em troca de salário, os quais frutos da falta de condições sociais, econômicas e culturais adequadas para se manterem reproduzindo como agricultores familiares, acabaram se assalariando na monocultura do *pinus*, como forma mais viável encontrada de continuar garantindo a sua sobrevivência, não a única, mas a principal e mais acessível fonte de postos de trabalho, consoante com os níveis de escolaridade e de perspectiva salarial da região.

5.2 - A expansão do monocultivo de *pinus* e as consequências para a segurança alimentar e nutricional dos povos tradicionais do campo.

Observou-se também, ao longo desta pesquisa que, este movimento de concentração de terras pelas empresas de *pinus*, tem promovido alterações na composição produtiva do solo, ocasionando, conseqüentemente, redução na biodiversidade e insegurança alimentar e nutricional para a população local. Pois na terra onde antes havia mandioca, feijão crioulo, frutas, verduras e animais silvestres, passa a existir somente *pinus*, abrigando em seu agroecossistema menos biodiversidade que em relação aos agroecossistemas camponeses de policultivos, pondo em risco a biodiversidade do território como um todo.

Isso interfere não somente na redução da biodiversidade, mas também está diretamente associado à redução da segurança alimentar e nutricional desses agricultores, já que com a redução da produção camponesa diversificada, intensifica-se a dependência alimentar destes na compra de gêneros alimentícios em mercados locais, o que na maioria das vezes é acompanhado de redução de diversidade e qualidade nutricional dos alimentos consumidos (como por exemplo, deixa-se de consumir suco de frutas naturais e passa-se a consumir sucos artificiais, refrigerantes, etc.).

Segundo Thomaz Jr. (2006), “enquanto modelo dominante, [o agronegócio], também denominado de agricultura industrial, está referenciado na monocultura, as grandes extensões de terras, nas práticas predatórias dos recursos naturais e de uso intensivo de substâncias químicas e sementes geneticamente modificadas; o modelo da soberania alimentar¹ contrapõe-se a esse modelo do agronegócio e defende uma mistura de práticas de conhecimento tradicional e agricultura sustentável de base agroecológica”.

No território em estudo, esse movimento do capital no campo tem se expandido sobre as áreas de produção camponesa de tal modo que hoje, o que se observa em grande parte das comunidades tradicionais quilombolas do Vale do Ribeira, é um processo de “cercamento territorial” das comunidades por fazendas de *pinus* e de gado. Nas comunidades quilombolas do João Surá, Sete Barras e Gramadinho, por exemplo, observa-se que apenas poucas famílias ainda sobrevivem especificamente da agricultura camponesa de subsistência, e que boa parte dos filhos e netos destes foram para as cidades trabalhar, ou que em alguns casos, se assalariaram nas empresas de *pinus*.

Segundo relatos das entrevistas “*esse processo de ‘cercamento’ do pinus sobre as comunidades quilombolas tem agredido o meio ambiente, provocando redução na quantidade de água dos rios e nascentes, gerando também desequilíbrios na fauna local*”. Segundo eles “*com o pinus as aves e outros animais ficaram sem comida e tem atacado as plantações, o que tem reduzindo a produtividade e desestimulado alguns agricultores a continuarem produzindo*”.

¹ Soberania alimentar é um conceito socialmente construído recentemente (últimos 10-15 anos) no bojo de diversas discussões políticas realizadas pelos movimentos sociais integrados à Via Campesina (brasileira e internacional) com o intuito de ser mais abrangente que o conceito de segurança alimentar. Este, de acordo com as definições do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA, prevê a produção e provimento de alimentos suficientes em quantidade e periodicidade aceitáveis para toda a população do país, enquanto que o conceito de soberania alimentar propõe a abrangência tanto o provimento de alimentos em quantidade e regularidade, mas também prevê que a população, principalmente os agricultores, tenham controle sobre os recursos naturais e uso destes, podendo decidirem sobre o quê, como e quanto produzirem.

Nesse movimento, percebe-se uma redução quantitativa da diversidade e das quantidades dos alimentos produzidos pelos camponeses, além de um processo de esvaziamento social das comunidades.

Isso evidencia um quadro de precarização da agricultura quilombola, que favorece e é acompanhada da expansão da monocultura do *pinus* sobre esses territórios, gerando maior desemprego e pobreza rural, redução da biodiversidade local, com desequilíbrios ambientais bem como ampliação da falta de segurança alimentar e nutricional desses povos.

Nesse sentido faz-se necessário a elaboração a implementação de estratégias de desenvolvimento rural includentes, que sejam capazes de articular a diversidade das dimensões da vida desse segmento social, incentivando a titulação e certificação das terras quilombolas, o desenvolvimento da produção camponesa de base agroecológica e pluriativa, assistência técnica qualificada, saúde, educação, lazer, moradia, etc.

Naquilo que Froehlich (2009), define, como “[...] a otimização das oportunidades de desenvolvimento humano em toda a extensão dos amplos territórios rurais brasileiros, tendo como foco mais interessante a diversificação das economias locais [...]”. Segundo ele, “[...] esta diversificação pode abarcar tanto a agropecuária quanto setores rurais não-agrícolas. A diversidade multissetorial é que seria a dinâmica rural desejável, enfocando possibilidades de ação complementares que poderiam gerar rendas aos mais desfavorecidos do meio rural, destacando-se aí as sinergias positivas do próprio crescimento do setor agrícola, dos usos sustentáveis e da conservação dos recursos naturais, e das atividades rurais não-agrícolas”.

Também de acordo com Froehlich (2009), “[...] a premissa para o desenvolvimento rural é que de um dado território será tanto mais dinâmico quanto maior for a capacidade de diversificação da economia local, impulsionada pelas características de sua agricultura.” “Territórios dominados por atividades primárias altamente especializadas são justamente aqueles que permanecem subdesenvolvidos. A produção ancorada exclusivamente em uma *commodity* pode até ser eficiente e gerar riqueza, mas não diversifica a economia local de modo a absorver força de trabalho que o aumento da produtividade tende a tornar redundante”.

Por isso que para Thomaz Jr. (2006), no centro das disputas de poder deve estar a crítica ao modelo de agricultura vigente, que é todo um empreendimento metabólico que

assegura os mecanismos de dominação e de controle da sociedade pelo capital. Nesse sentido o alvo da mobilização social é a mudança de modelo. Isso se deve à compreensão de que a Soberania Alimentar necessariamente tem de ser inserida junto aos significados mais amplos e estruturais das contradições vigentes, portanto não pode ser resumida ao mundo rural, mas sim ao universo das relações sociais de trabalho e de produção que alcançam a dimensão dos conflitos entre classes sociais, e dos enfrentamentos decorrentes das ações protagonizadas pelos movimentos sociais.

Para Thomaz Jr (2006), a soberania alimentar também tem em sua definição os desafios de viabilizar ações práticas desde as organizações dos agricultores até os consumidores, contando com mediações políticas com o Estado. Envolvendo prioritariamente a efetivação da Reforma Agrária e o desenvolvimento de uma agricultura camponesa agroecológica pautada na produção cooperada de alimentos saudáveis, realizadas principalmente para o autoconsumo e para o abastecimento das populações locais e regionais.

Essas medidas devem assegurar um contraponto seguro à lógica destrutiva do capital no campo, e tendo em vistas a construção de um modelo de agricultura e de vida centrados na sustentabilidade econômica, social, cultural e ambiental.

Considerações finais

Ainda que possamos ter observado dado grau de avanço nos incentivos do Estado brasileiro, principalmente nos últimos governos, na constituição e consolidação da agricultura camponesa de base agroecológica, hegemonicamente o projeto incorporado e sustentado pelo Estado brasileiro permanece sendo de manutenção e expansão da lógica lucrativa do capital, em seus amplos ramos produtivos agroindustriais.

A opção política estatal por esse modelo de agricultura continua a colocar em risco a segurança alimentar e nutricional dos povos tradicionais do campo, já há tantos séculos marginalizados diante das estratégias e ações de desenvolvimento rural de viés produtivista e excludente. Isto coloca na ordem do dia, a necessidade da construção de outro modelo de agricultura, capaz de se contrapor a esta lógica destrutiva do capital.

Nesse ímpeto cumprem papel relevante todas as formas de organização e mobilização social, institucionalizadas ou não, que tenham como objetivo assegurar o acesso e permanência dos camponeses na terra, através da realização de políticas de

Reforma Agrária, de titulação das terras quilombolas, indígenas; incentivos econômicos na promoção do desenvolvimento de cadeias curtas e descentralizadas de mercados agrícolas; políticas de extensão e assistência técnica rural; bem como ações de defesa e preservação dos recursos naturais, como a prática de agricultura agroecológica, etc.

Por fim, percebe-se, de modo geral, que somente com ações concretas que proponham a construção permanente de outro modelo de produção e de vida no campo e na cidade, é que poderemos dar os passos necessários para a conquista de condições dignas de produção e reprodução da vida camponesa, na busca por segurança alimentar e nutricional, tanto dos povos tradicionais do campo quanto para toda a população brasileira.

Referências Bibliográficas

BERNECK. <http://www.berneck.com.br>. Acesso em 10 abr. 2011.

FROEHLICH, M.; DIESEL, V (org). **Desenvolvimento Rural: tendências e debates contemporâneos**. Ijuí: Ed. Unijuí. 2ed. 2009.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.

O latifúndio dos Eucaliptos: informações básicas sobre as monoculturas de árvores e as indústrias de papel. Cartilha da Via Campesina. Rio Grande do Sul. 2006.

Produtividade potencial do Pinus no Brasil. <http://www.ipef.br/pppib/>. Acesso em 13/04/11

O Vale do Ribeira. <http://www.ovaedoribeira.com.br/2012/01/mapa-do-vale-do-ribeira-pelo-google.html>. Acesso em 22/04/12.

PLOEG, J.D.V. D. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Tradução Rita Pereira. Editora da UFRGS, Porto Alegre, 2008.

QUADROS, Diomar Augusto de .E OUTROS. **Efeitos da Produção Intensiva de Pinus Sobre a Comunidade Quilombola do Varzeão em Doutor Ulysses/PR**. Resumos do VI CBA e II CLAA. Rev. Bras. De Agroecologia/nov. 2009 Vol. 4 No. 2.

Relatório da Plenária da Via Campesina Brasil: síntese dos debates em encaminhamentos. 2011.

SIQUEIRA, Moema Miranda de. **Relações de trabalho no campo**. Revista Gestão e Tecnologia. Pedro Leopoldo, v.9 , nº2, ago/dez. 2009.

THOMAZ Jr. Antônio. **Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar: elementos para recolocar o debate de classes no Brasil.** Pegada. 2006. Vol. 07, nº 02

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida:** reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: editora da UFGRS. 2009.

PARAZINHO, TERRA DE CONTRASTES: DA EXTREMA POBREZA, LOCAL, À EXTREMA RIQUEZA, INTERNACIONAL

CARDOSO JR, Otomar Lopes, Universidade Potiguar. MEIRELES, Elisângela Cabral de,
IFRN
cardosojr@yahoo.com / elisangela.meireles@ifrn.edu.br
GT2 - Trabalho rural

Parazinho, cidade do Rio Grande do Norte (cerca 100km da Capital) é o novo paradigma no contraste entre realidade local e transformação esperada-prometida com o novo segmento econômico em franca expansão no Brasil, a energia eólica. A pequena cidade (menos de 5 mil habitantes, 1/4 em condições de extrema pobreza: renda per capita inferior a R\$ 70/mês) em que as oportunidades de renda limitavam-se aos empregos na Prefeitura e à aposentadoria, desde 2009, convive com condição inusitada que vem transformando sensivelmente a economia local: estão sendo implantados cerca de 20 projetos de geradoras em eólica que deverão estar operando em 2/3 anos. A cidade, que contava menos de uma centena de empregos formais (CAGED), em menos de um ano, praticamente quadruplicou seus empregos. Mas, os investimentos das eólicas, em centenas de milhões de Reais, padecem de duplo e contraditório impacto na dinâmica local: de um lado geração de novos empregos e renda da terra (arrendamento) impulsionando a (mico)economia local, do outro, elevados valores aplicados, mas com receita diretamente realizada distante de Parazinho (tecnologia, equipamentos industriais etc). A população local começa a ter benefícios, embora os melhores rendimentos estão nos empregos em que são contratadas pessoas de outras regiões/estados ou do exterior; empregos medianamente qualificados também não encontram mão de obra local Este trabalho está alicerçado em pesquisas sobre Parazinho e eólicas, contexto e dimensões projetadas, apoiado por entrevistas com atores locais ativos/passivos da mudança social ainda em evolução. Em conclusão, espera-se demonstrar o impacto na dinâmica sócio-econômica em Parazinho diante de novos contrastes em produção, de uma pobreza extrema local diante de uma extrema riqueza, esta externa.

Parazinho é uma pequena cidade do Rio Grande do Norte que fica a pouco mais de 100km da Capital, vizinha a cidade de João Câmara (antigamente denominada de Baixa Verde), de onde foi originária, com a edição da Lei nº 2.753, de 8 de maio de 1962, que promoveu o seu desmembramento, de acordo com IBGE.

Praticamente “esquecida” no cenário norte-riograndense e até mesmo local-regional, Parazinho surge recentemente como o centro de todas as atenções com a atração de novos – e elevados – investimentos em um dos segmentos produtivos que mais impulsiona a economia nacional nos últimos anos, a produção de energia renovável e, mais particularmente, a de energia eólica. Parazinho é, atualmente, a cidade brasileira com maior número de investimentos em parques eólicos em todo o Brasil e, a partir da efetiva produção em todas as torres, será a cidade brasileira com maior produção de energia elétrica.

Impressiona hoje a cidade, desde sua chegada, pela Rodovia RN-120 (que sai de João Câmara e corta seu centro urbano) pela quantidade de torres e eólicas instaladas às duas margens da Rodovia, numa mudança de paisagem e cenário inimagináveis há menos de uma década e praticamente imprevisível não somente em sua extensão como também em quantidade de parques eólicos ((o longo das faixas de terras vizinhas há uma grande distribuições de torres, parques eólicos e investidores).

A realidade econômica de Parazinho, no entanto, não reflete nem se aproxima, ainda que muito sutilmente, do volume de investimentos e projetos aplicados em seu território. Antes da “chegada” dos parques eólicos, a economia era essencialmente de subsistência, em uma região do semiárido castigada pela seca em que a concentração na agricultura era a única “concorrente” produtiva com as rendas e receitas (poucas) originárias da Prefeitura, dos programas de Bolsa Família ou ainda da aposentadoria.

A mudança/transformação da paisagem já ocorreu em Parazinho sem, no entanto, acompanhar a mudança de cenário sócio-econômico, apesar de algumas poucas modificações na estrutura da cidade: em pesquisa de campo, nos últimos dois anos, as efetivas alterações no segmento produtivo local estão assim resumidos: 4 empreendimentos especializados em refeições coletivas – sendo um deles inaugurado há menos de doze meses – e uma pousada (a única da cidade) também recém-inaugurada. É pouco quando compara-se ao volume de recursos que são anunciados nos investimentos naquele município que prospera em produção de energia elétrica, por meio das eólicas, mas ainda

em velocidade lenta na produção de riquezas.

Este impacto esperado em toda a região é algo recente na história econômica brasileira, influenciada que foi pelo contexto global intensamente debatido e midiaticizado com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio 92 (ou Eco 92). A referência a novas formas de produção e de consumo derivaram da ampliação do conceito de desenvolvimento sustentável que “surtiu pela primeira vez em 1987, com o relatório Brundtland, ‘Nosso Futuro Comum’, e foi amplamente adotado no contexto da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento a Rio 92” (CAMARGO). Na esteira dos debates travados à época, estava a proposta de que o desenvolvimento sustentável visava “suprir as necessidades da população mundial atual sem comprometer as necessidades das gerações futuras.” (CAMARGO).

Era, sem dúvida, a primeira proposta globalmente aceita diante da problemática do crescimento global, da expansão da economia e do temor quanto ao esgotamento dos recursos naturais, principalmente não renováveis. A partir da discussão da temática desenvolvimento sustentável inovava-se na proposta de continuar avançando no modo de vida existente, mas não na mesma velocidade nem nas mesmas proporções, sobretudo no tocante a distribuição da natureza e aos efeitos gerados pela poluição humana. Passava-se, pela primeira vez, a discutir maciçamente conceitos sobre a estrutura produtiva do Globo e a sua capacidade de atender às demandas humanas. Era, na esteira das ideias de Camargo, “A sustentabilidade supõe a habilidade para perdurar no tempo, evitando o colapso das civilizações, sociedades, economias e organizações, tornando-as capazes de sustentar-se.”

Naquele mesmo ano o Brasil dava seu primeiro passo para a produção de energia eólica. Incipiente, é bem verdade, e absolutamente experimental como pretendia a proposta mas, ao mesmo tempo, inovadora no conceito de produção de energia “limpa” através de pesquisa desenvolvida nacionalmente. De acordo com Pacheco, esta data histórica nacional está no ano de 1992 e localizada na ilha de Fernando de Noronha:

Caracterizada por ser uma energia limpa, renovável e disponível em todos os lugares, a utilização dessa fonte energética para a geração de energia, em escala comercial, iniciou-se em 1992, com a instalação de uma turbina de 75 kW, em Fernando de Noronha, através de iniciativa do Centro Brasileiro de Energia Eólica-CBEE.

Compartilha da mesma comemoração histórica Pinto quando afirma que:

Um ano importante para as energias renováveis e para o Brasil foi 1992. Esse ano é marcado pelo Eco-92 e também pela primeira turbina eólica instalada no país (e na América do Sul) em julho daquele ano, no arquipélago de Fernando de Noronha [...]. (PINTO, 2013, p. 272)

Na esteira do ambiente favorável da Rio 92 o Brasil passou a pesquisar sua primeira fonte de energia que, além de renovável e limpa (tal como as hidrelétricas, historicamente a principal fonte de energia elétrica no País), tem como característica dominante a possibilidade de instalação em diferentes pontos geográficos, não mais dependendo exclusivamente de uma fonte de água com um volume suficiente para viabilizar a construção de uma barragem e sua hidrelétrica: os parques eólicos, em tese, poderiam ser implantados em qualquer ponto do Brasil (a rigor, se tecnicamente possível, nem sempre é economicamente viável).

Recebidas no Brasil com maior rigor técnico e premissas de rigor econômico somente há pouco mais de duas décadas, “não é clara a data de origem de um dispositivo identificado como eólico, havendo especulações contraditórias sobre a origem histórica dos moinhos de vento.” (PINTO, 2013, p. 7) No entanto, como reforça o autor, “o primeiro moinho de vento para gerar eletricidade foi constituído em julho de 1887 na cidade escocesa de Glasgow pelo engenheiro eletricitista e professor James Blyth [...]” (Idem, p. 13)

Foi em outros países que o impulso da economia eólica narra sua história ao longo do tempo embora, seu desenvolvimento virá somente após a crise do petróleo:

O uso comercial da energia eólica para geração de energia começou na Dinamarca ao redor de 1980. No início havia cerca de 50 turbinas eólicas, com um potencial de aproximadamente 2MW, até que os subsídios públicos alavancaram o setor. (PINTO, 2013, p. 32)

A inovação econômica buscou no desenvolvimento científico interno a resposta ao problema de produção de energia renovável. Seguindo o mesmo autor,

Como nenhum outro, o nome do meteorologista e físico dinamarquês Poul la Cour (1846-1908) [...] marca o ponto de transição entre os moinhos de vento e a moderna tecnologia de geração eólica. [...] É dele o mérito de aperfeiçoar a tradicional tecnologia dos moinhos de vento e colocá-la em princípios científicos. Ele foi o pioneiro da geração de eletricidade por meio do vento, isso no século XIX. (p. 15)

Se a Rio 92 foi um marco para o Brasil enquanto início do primeiro projeto em

eólica, vinte anos depois, com a nova Conferência da ONU, na mesma cidade, a Rio+20, o tema sustentabilidade aparece integralmente, com o *slogan* oficial do evento: “Rio +20: The future we want”.

O vento ou, mais precisamente, o ar em movimento é transformado em turbinas eólicas, convertido em energia mecânica para, sem seguida, ser convertida em energia elétrica “através de um gerador elétrico acoplado.” (PINTO, 2013, p. 79) Além disto, constam contam com outra grande vantagem, principalmente quando comparadas às energias não renováveis, sobretudo o petróleo:

As energias renováveis são provenientes de ciclos naturais de conversão da radiação solar, fonte primária de quase toda energia disponível na Terra e, por isso, são praticamente inesgotáveis e não alteram o balanço térmico do planeta e se configuram como um conjunto de fontes de energia que podem ser chamadas de não-convencionais, ou seja, aquelas não baseadas nos combustíveis fósseis e grandes hidroelétricas. (PACHECO)

Apesar da informação disseminada sobre a energia eólica, o Brasil vai apenas tardiamente olhar para este segmento produtivo, ainda confortavelmente ausente da preocupação com o crescimento econômico e a demanda de energia necessária para atender não somente ao consumo industrial, mas também ao consumo doméstico. É apenas uma década do encerramento da Rio 92 que vamos nos deparar com um novo projeto nacional:

No ano de 2001 durante uma grande crise energética no Brasil, assistiu-se a uma verdadeira corrida de empreendedores interessados em investir na construção e operação de usinas eólica no Brasil. A região Nordeste, por todo o seu potencial de ventos, apresenta atrativos para o uso de energia eólica do litoral dos estados do Ceará e do Rio Grande do Norte, onde se concentrou a atenção dos investidores. (ALVES, 2010, p. 173)

Este “atraso” na corrida em favor de energia eólica faz com que o Brasil ainda esteja distante de outros países:

TABELA 1 – PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES DE ENERGIA EÓLICA
(POTÊNCIA INSTALADA – 2012)

OR-DEM	PAÍS	MW	OR-DEM	PAÍS	MW
1º	China	75.324	11º	Dinamarca	4.162
2º	Estados Unidos	60.007	12º	Suécia	3.745
3º	Alemanha	31.308	13º	Polônia	2.947
4º	Espanha	22.796	14º	Japão	2.614
5º	Índia	18.421	15º	Austrália	2.584
6º	Reino Unido	8.445	16º	Brasil	2.508
7º	Itália	8.144	17º	Holanda	2.391
8º	França	7.564	18º	Turquia	2.312
9º	Canadá	6.200	19º	Romênia	1.905
10º	Portugal	4.525	20º	Grécia	1.749

FONTE: CWC Global Wind Statistics, 2012

O Brasil, no entanto, saltou da 20ª posição no ranking global, em 2011, para já ocupar a 16ª posição e deverá, já nos próximos dois anos, quando entrarão em produção vários parques eólicos, situar-se entre os dez maiores *players* globais.

TABELA 2 – OS MAIORES PARQUES EÓLICOS DO MUNDO (2012)

OR-DEM	PAÍS	MW	OR-DEM	PAÍS	MW
1º	Índia	1.064,0	6º	Estados Unidos	662,5
2º	Estados Unidos	1.020,0	7º	Estados Unidos	615,0
3º	Estados Unidos	781,5	8º	Estados Unidos	599,8
4º	Estados Unidos	735,5	9º	Estados Unidos	585,3
5º	Estados Unidos	705,0	10º	Estados Unidos	576,0

FONTE: adaptado de PINTO, 2013, p. 118.

Atualmente, os grandes projetos em eólicas estão divididos essencialmente nos Estados Unidos, como vimos acima, embora o maior projeto individual esteja na Índia, que vem revelando-se um importante fornecedor de máquinas e equipamentos para a implantação de parques eólicos.

EÓLICAS: DESTINO PARAZINHO

A implantação de parques eólicos no interior do Rio Grande do Norte é fenômeno recente e absolutamente indissociável dos efeitos da crescente globalização em que, dentre outras características, as transferências de produção e a reprodução de suas condições

acontecem indistintamente da escala e indicação geográfica para alguns segmentos. O de eólica, “disponível em todos os lugares”, permite “a utilização dessa fonte energética para a geração de energia, em escala comercial” (*op. cit.*).

Se, por um lado, como afirma Brandão:

A crescente internacionalização dos circuitos econômicos, financeiros e tecnológicos do capital mundializado, de um modo geral, debilita os centros nacionais de decisão e comando sobre os destinos de qualquer espaço nacional. (2007, p. 35)

Por outro lado, devemos associar a perda sobre o “espaço nacional” se contemplada a lógica na definição da produção de energia eólica no Brasil, através dos leilões conduzidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL, quando podem habilitar-se as mais diferentes empresas em qualquer ponto do território brasileiro, desde que medições experimentais comprovem a viabilidade técnica de implantação de parques eólicos. Assim, ao propor o leilão de compra de energia, a ANEEL não tem o domínio da localização, seja do ponto de vista da unidade da federação, da cidade ou até mesmo da localidade. Se as empresas devem apresentar suas “candidaturas” com toda a documentação e a indicação clara do espaço físico a ser ocupado, não há como ter por antecipação o resultado dos melhores projetos, considerando a concorrência em função do preço ofertado. Em cada leilão repete-se a dinâmica e projetos cadastrados deixam de ser executados; esta indefinição, no entanto, é secundariamente geográfica, antecipada pela volatilidade dos preços concorrenciais do leilão que serão os grandes diferenciadores dos novos parques eólicos, de acordo com a legislação brasileira aplicada pela ANEEL.

A enxurrada de projetos vencedores em Parazinho destoa de qualquer realidade previsível há menos de uma década. E traz consigo uma expectativa de alteração da realidade local com os novos e milionários investimentos anunciados, como se a relação global-local fosse mais presente naquele município, não somente em função da importação de máquinas e equipamentos com tecnologia não-nacional, como também de empresas de capital estrangeiro, como denotam as diferentes placas ao lado das entradas dos parques eólicos (Wobben, Vestas ou CPFL por exemplo).

Em que progridem muito diversas as relações entre o mundial e o local. Alguns se dizem globais e renegam qualquer laço particular, enquanto outros de definem por sua inscrição territorial. Não se trata de modo algum de uma querela entre antigos e modernos. Todos agem e transformam efetivamente os espaços tradicionais da era industrial, instituindo redes de novas estrutura de circulação.” (MONIÊ, SILVA, 2003, p. 26)

Nasce desta imbricação global-local ou local-global a expectativa de alteração do território com seus efeitos positivos – em uma abordagem inicialmente econômica –, sobretudo em pequenas localidades em que a circulação de riquezas parece encontrar-se em datas previamente agendadas no calendário, entre a Bolsa Família, os repasses do Fundo de Participação dos Municípios para a Prefeitura (e pagamento dos fornecedores) e o calendário de pagamento local ou, ainda, dos valores a título de pensão e aposentadoria.

O debate social sobre as perspectivas desenvolvimentistas com ênfase no local não previram fatores exógenos, como é o caso dos parques eólicos. Até então, o localismo pautava sua contribuição na produção do agronegócio (no solo ou subsolo, mas nunca na parte áreas) ou nos incentivos fiscais que reforçam continuamente as guerras fiscais nas unidades da Federação. Parecia haver um congelamento de hipóteses em que fatores endógenos deveriam, a partir da realidade local, identificar potencialidades de eventual interesses de grupos econômicos; quando não, buscar no poder público e seu padrão de investimentos em áreas sociais as alternativas de redução do desempenho econômico local, muitas vezes limitado ao conceito de “ausência de diferencial”. Escapa-se à ideia:

O desenvolvimento local ‘localista’, resposta endógena às consequência da crise econômica, distingue-se, em primeiro lugar, do desenvolvimento territorial definido como processo de territorialização das políticas públicas que não têm obrigatoriamente o local como objeto. (MONIÊ, SILVA, 2003, p. 13)

Mais adiante em sua obra, Brandão também avança na mesma direção crítica ao afirmar que “nos últimos anos, ocorreu o retorno do território aos debates das ciências sociais. A concepção de que a escala local tem poder ilimitado invadiu o debate sobre o desenvolvimento urbano e regional, no Brasil e no mundo” (2007, p. 37). Ou, para ser mais frontal, “Essa ‘endogenia exagerada’ das localidades crê piamente na capacidade das vontades e iniciativas dos atores de uma comunidade empreendedora e solidária, que tem controle sobre seu destino e procura promover sua governança virtuosa lugareira.” (p. 38)

O papel do território alcançaria esta inestimável capacidade de produzir fenômenos socioeconômicos capazes de modificar o espaço local quase naturalmente, sem que vetores ou outros iguais fatores, regionais, nacional e até mesmo internacional, não pudessem intervir e alterar a dinâmica espacial localista, castrando a “vontade própria” do território. O poder atribuído ao localismo parece ter esquecido que a parceria local-global é cada vez mais presente, quase incansavelmente indissociável entre si; fenômenos globais afetam

características locais e tendem a ser geralmente mais dominadores do que dominados. No caso das eólicas, a perspectiva da realidade macro domina inteiramente qualquer proposta de localismo ou de endogenia vencedora; se restasse alguma dúvida ainda, devemos lembrar que os ventos antecederam às eólicas, tanto em outras escalas quanto na micro em questão, Parazinho.

O localismo salvador poderia transformar-se em “focos de prosperidade”:

Apesar de todos os esquemas de transmissão dos ‘saberes’ codificados e dos processos de extração e de apropriação de externalidades positivas do estorno e da vizinhança, exaltados nessa literatura, o exame de diversas experiências vai mostrar que, mesmo com a integração das cadeias produtivas e um ‘programa de cumulação comum’, muitas vezes não se logrou fortalecer as economias locais e regionais, em que progridem áreas restritas, simples focos de prosperidade, engendrando soluções parciais para aquela região. (BRANDÃO, 2007, p. 48)

Em que pese a articulação local e global, em Parazinho e as eólicas, há relativa ausência de efeitos desta dinâmica no município: “Estudar o global, então, acarreta um foco não apenas naquilo que é explicitamente global em escala, mas também em práticas e condições de escala local que são articuladas com a dinâmica global”. (SASSEN, 2010, p. 20)

Uma primeira dinâmica no sentido local-global, portanto, ausente de amplos benefícios em Parazinho, é descrita por Simas & Pacca:

Entre os principais benefícios socioeconômicos trazidos pelas energias renováveis podem ser citados: a inovação tecnológica e o desenvolvimento industrial; a geração distribuída e a universalização do acesso à energia; o desenvolvimento regional e local, especialmente em zonas rurais; e a criação de empregos.

Por outro lado, grande parte das estimativas de criação de empregos em tecnologias de energias renováveis concentra-se na América do Norte e na Europa, havendo poucos estudos referentes a mercados emergentes, nos quais a tecnologia e a produção apenas começam a se desenvolver, atribuindo-se pouca importância aos efeitos da importação e exportação de equipamentos sobre o nível de empregos.

As tecnologias de energia renovável são intensivas em capital, e a maior parte do investimento concentra-se na fase inicial do projeto - o custo dos equipamentos corresponde a até 75% do investimento total de um parque eólico. (2013)

De fato, no que se refere a eventuais investimentos em inovação tecnológica ou mesmo industriais, ou ainda, em prestação de serviços, não há esta compatibilidade com a realidade local em Parazinho ou seu entorno, tendo em vista a cidade ser o destino das torres, geradores e pás eólicas já construídas para apenas sua montagem e acoplagem local: as atividades que restam em impacto local limitam-se, quase sempre, à mão de obra necessária às instalações e montagem dos equipamentos; não há inovação alguma (ou quando se

apresenta, é móvel, no sentido de que os guindastes utilizados para erguer as pás são transferidas de cidade em cidade, de torre em torre e, portanto, carregam consigo o arsenal técnico e tecnológico).

Há de se mencionar a “criação de empregos”, como mencionam os autores. Esta é efetiva e real e mobiliza toda a cidade, como aconteceu em Parazinho.

No entanto, são essencialmente temporários, em função da própria lógica e gerenciamento na montagem e implantação dos parques. Para cada torre a ser instalada é adaptado um mini canteiro de obras que demandam atividades desde o nivelamento do solo, a fundação as ligações elétricas etc até sua aptidão para funcionamento; encerrado aquele canteiro, toda a sequência de atividades desloca-se para o seguinte e assim sucessivamente (senão individual, torre a torre, paralelamente, em grupo de torres, sempre seguindo o mesmo ritmo traçado pela engenharia da obra).

A grande inovação não está na geração de empregos. De fato, tais empregos – em quantidade – são meramente passageiros pois, quando da operacionalização das torres a manutenção é essencialmente de acompanhamento e os trabalhos técnicos qualitativos substituem a mão de obra braça, da obra.

A renda ou o rendimento da terra passa a ser o real diferencial na contribuição permanente com a implantação das eólicas. Esquecido, quando dos anúncios dos leilões vencedores, tendo em vista o foco nas cifras milionárias que seriam aplicadas nos projetos, a especulação imobiliária atualmente tomou conta das terras que tenham algum potencial eólico. Em entrevistas realizadas em Parazinho, inclusive com proprietária de área arrendada para uma das empresas, a Sra. Maria Auxiliadora (70 anos) foi taxativa: “a terra vai me dar agora o que eu nunca ganhei em toda a minha vida!”.

Os contratos de arrendamento tonaram-se o foco primordial dos investimentos e da expectativa de nova receita nos pequenos municípios e a especulação sobre o valor das terras e o rendimento dele percebido fez com que o incipiente mercado local de terras retornasse, após efervescência dos últimos 2-3 anos, ao mesmo patamar de antigamente, isto é, ausência de mercado. Mas, se anteriormente devia-se a inexistência de oferta e, sobretudo, de demanda, hoje a oferta é inexistente pois, como diz a Sra. Maria Auxiliadora, “agora ninguém vende mais nem um pedacinho de terra, só esperando o dinheiro das eólicas”.

Merece destaque a avaliação produzida por Simas & Pacca sobre este aspecto:

Além dos empregos diretos no local, porém, há outros benefícios percebidos pelos moradores locais e pelos empreendedores. Mais visível é o benefício dos proprietários das terras onde está instalado o parque eólico. Os proprietários, no geral, não são desalojados de suas terras, mas ao contrário, assinam contratos de locação com os investidores em energia eólica. Os contratos começam a valer a partir da instalação de torres anemométricas no local, o que pode durar até três anos para a elaboração do projeto e certificação das medições e das estimativas de geração de energia. Durante esse período, os proprietários recebem uma renda mensal ou anual pelo arrendamento da terra, e podem continuar exercendo suas atividades econômicas. (2013)

Apesar desta nova dinâmica que afeta, desde já, o nível de receita circulante na cidade, não há elementos definitivos que permitam uma avaliação do rendimento da terra com os contratos de arrendamento para as eólicas ou para as linhas de transmissão.

Já em relação a arrecadação de impostos, pressuposto da ideia de aumento em virtude de maior circulação de recursos no comércio local, não se observou significativa evolução, como indicam os dados da Secretaria Estadual de Planejamento do Rio Grande do Norte: em 2012 o ICMS repassado foi de R\$ 1.184.332,43, contra R\$ 962.650,81, no ano anterior e R\$ 705.743,98, em 2010. Esta variação, da ordem de 68% é extremamente significativa quando avaliada percentualmente (no mesmo período o ICMS repassado aos municípios, na totalidade, teve um incremento de 31%) mas, face aos investimentos anunciados, pouco é a parcela local.

A mais efetiva participação da riqueza realizada com os investimentos nos parques eólicos está na geração de empregos diretos. Esta é a medida exata da percepção por parte da população local em relação às eólicas, da oportunidade real de empregos, apesar de relativa oscilação entre uma e outra empresa, em função da atividade profissional de cada um e do avanço das obras de implantação. Em entrevista local com o Sr. Márcio Félix, 33 anos, que identificou-se como ex-agricultor, já está, em menos de três anos, em seu segundo emprego na cidade de Parazinho, desta vez na empresa Cortez Engenharia; o novo emprego foi obtido três meses somente após seu desligamento da Wobben Engenharia tendo em vista a conclusão do parque. Nas palavras de Márcio Felix, “mudou muita coisa, tem mais construção e ficou melhor para os comerciantes.”

Quando avaliado o impacto global de empregos na indústria da eólica, de acordo com Simas & Pacca (2013), o volume é expressivo, apesar da redução prevista já a partir deste ano, considerando o ritmo menor de leilões de eólicas promovidos pela ANEEL:

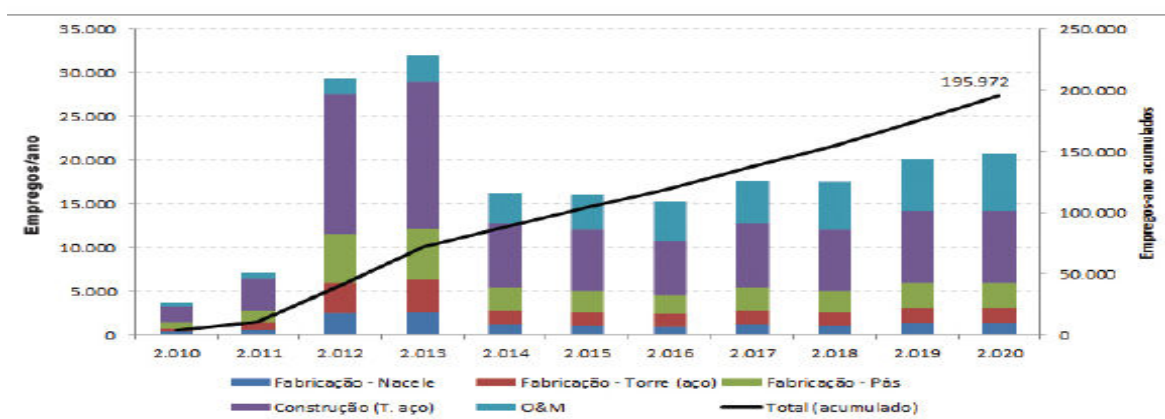


FIGURA 1 – Empregos/ano (acumulado 2010/2020)

Em Parazinho, evidentemente, a curva de empregos é menor mas já começa a dar sinais de relativo esgotamento com o avanço das empresas em fase intermediária e/ou final dos parques eólicos. Na Tabela a seguir temos a variação anual de empregos formais na cidade a partir de dados do Caged:

TABELA 3 – VARIAÇÃO EMPREGOS FORMAIS/CAGED EM PARAZINHO (Und)

ANO	VARIAÇÃO	ANO	VARIAÇÃO	ANO	VARIAÇÃO
2002	0	2006	- 19	2010	- 9
2003	+ 5	2007	- 37	2011	+ 348
2004	+ 86	2008	- 85	2012	- 344
2005	+ 162	2009	- 7	2013(*)	- 11

FONTE: MTE/CAGED (*) Janeiro a março

Elaboração própria

Observa-se que 2011 foi o ano do maior número de contratações, com um saldo positivo de 348 novos empregos; no entanto, logo no ano seguinte, temos números quase igual, mas com sinal invertido, um saldo de desligamento de 344 pessoas. Apesar desta forte variação em período de doze meses, ao longo desta série, há um saldo líquido de 84 novos empregos formais em Parazinho.

De acordo ainda com dados do Ministério do Trabalho e Emprego, em 1º de janeiro de 2013 o saldo formal de empregos contava em apenas 271 unidades. Se considerarmos as variações acima mencionadas podemos concluir que as eólicas não promovem o enraizamento de empregos na cidade mas tão somente um intenso fluxo entre admitidos e desligados. Ao final, mais do que empregos permanentes com impacto a médio-longo

prazo na renda derivada de salários, temos verdadeiro *boom* de nova receita, mas tão rapidamente desaparecido quanto ocorrido.

Na Tabela abaixo temos a evolução do “estoque de empregos formais”, de acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, para o primeiro dia de cada ano:

TABELA 4 – ESTOQUE DE EMPREGOS FORMAIS (Und)

ANO	2008	2009	2010	2011	2012	2013
EMPREGOS	371	286	284	275	615	271

FONTE: MTE/CAGED

Elaboração própria

Quanto ao impacto dos salários, podemos observar, na atualidade, valores pouco elevados: de acordo com o Ministério, em 2012, a ocupação com maior salário era a de “Motorista de ônibus urbano”, com R\$ 1.310,50. Na média anual de 2011, o setor com melhores salários era o da Indústria de transformação (R\$ 1.460,76) e o de menores salário, o de Serviços, com R\$ 698,65. De qualquer forma, verifica-se que a amplitude das faixas salariais não é muito elevada, concentradas as remunerações entre 1,5-2 salários mínimos.

CONCLUSÃO

O Governo brasileiro enalteceu a sua capacidade de atrair investidores nacionais e internacionais interessados nos parques eólicos em todo o território nacional, estimando média de atração em torno de R\$ 40 bilhões até o ano de 2020 (BRASIL). Atualmente, o quadro dos investimentos realizados, programados e previstos, resume-se assim:

TABELA 5 – INVESTIMENTOS EM PARQUES EÓLICOS NO BRASIL (Und)

EÓLICAS	UNIDADES			POTÊNCIA KW		
	BRASIL	RN	PARAZINHO	BRASIL	RN	PARAZINHO
Em operação	94	14	--	2.074.580	395.156	---
Em construção	85	44	13	2.101.096	1.143.800	374.000
Outorgas	202	65	9	5.365.125	2.001.107	265.985

FONTE: ANEEL

Elaboração própria

Com base nesta percepção, cerca de 37% dos parques eólicos já em operação ou em fase de construção estão no Rio Grande do Norte; e os novos projetos, as chamadas outorgas, a mesma proporção está indicada para realização de investimentos neste Estado.

Quando comparamos Parazinho, de acordo com os dados da ANEEL, temos que 32,7% dos parques em operação/construção no Rio Grande do Norte estão ali situados e que 13,3% das outorgas atualmente em vigor têm o mesmo município como destino. Ao final, se também considerarmos os novos projetos em fase de implantação, Parazinho representaria 18,1% da produção de eólica de seu Estado e – surpreendentes – 6,7% do total do Brasil. Considerando um pequeno município com menos de 5 mil habitantes, ao imaginarmos a produção de energia muito provavelmente teríamos um recorde global *per capita*.

Contrastando com os valores aplicados nestes mesmos projetos e com base em média de R\$ 100,00 (BRASIL) investido para produção de 1 Mwh, os 639.985 associados a Parazinho indicariam uma média em torno de R\$ 700 milhões em investimentos. No entanto, apenas parcela ínfima deste montante alcança a realidade local.

Considerando os valores apresentados e os indicadores coletados, denota-se um abissal contraste entre recursos aplicados nos projetos e aqueles efetivamente transferidos para o âmbito local, para a dimensão socioeconômica do município. Dos R\$ 700 milhões proporcionados pelas eólicas, soma substancial será aplicada na compra das turbinas e seus equipamentos, no transporte especial das torres e pás, na locação de guindastes especiais, na montagem das turbinas etc. Pouco, quase residual é o impacto do investimento no cenário local. Por enquanto, a realidade transformadora ainda não foi capaz de produzir rápido fenômeno de modificações substanciais. A ausência da riqueza global faz-se sentir no ambiente local, já os resultados dos projetos localizados em Parazinho logo tomarão outros destino, global.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA-ANEEL. **Atlas de energia elétrica do Brasil**. 2 ed., Brasília: ANEEL, 2005. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/atlas/>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

ALVES, José Jackson Amancio. Análise regional da energia eólica no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 6, n. 1, jan-abr/2010, p. 165-188. Universidade de Taubaté. Disponível em: <<http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/266/181>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

BRANDÃO, Carlos. **Território & desenvolvimento**. As múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Unicamp, 2007.

BRASIL. **Investimentos em energia eólica devem chegar a R\$ 40 bilhões até 2020**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2012/08/29/investimentos-em-energia-eolica-devem-chegar-a-r-40-bilhoes-ate-2020>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

CAMARGO, Arilde Sutil G. De *et al.* Proposta de definição de indicadores de sustentabilidade para geração de energia elétrica. Curitiba, n. 8, 2004. **Revista Educação & Tecnologia**. Disponível em: <<http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/revedutec/article/viewFile/1137/734>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

GWEC. **Global Wind report**. Annual Market update 2012. Disponível em: <http://www.gwec.net/wp-content/uploads/2012/06/Annual_report_2012_LowRes.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2013.

IBGE. **Parazinho**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/historicos_cidades/historico_conteudo.php?codmun=240880>. Acesso em 15 abr. 2013.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Caged**. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/caged_mensal/principal.htm>. Acesso em: 15 maio 2013.

MONIÉ, Frédéric. SILVA, Gerardo. **A mobilização produtiva dos territórios**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

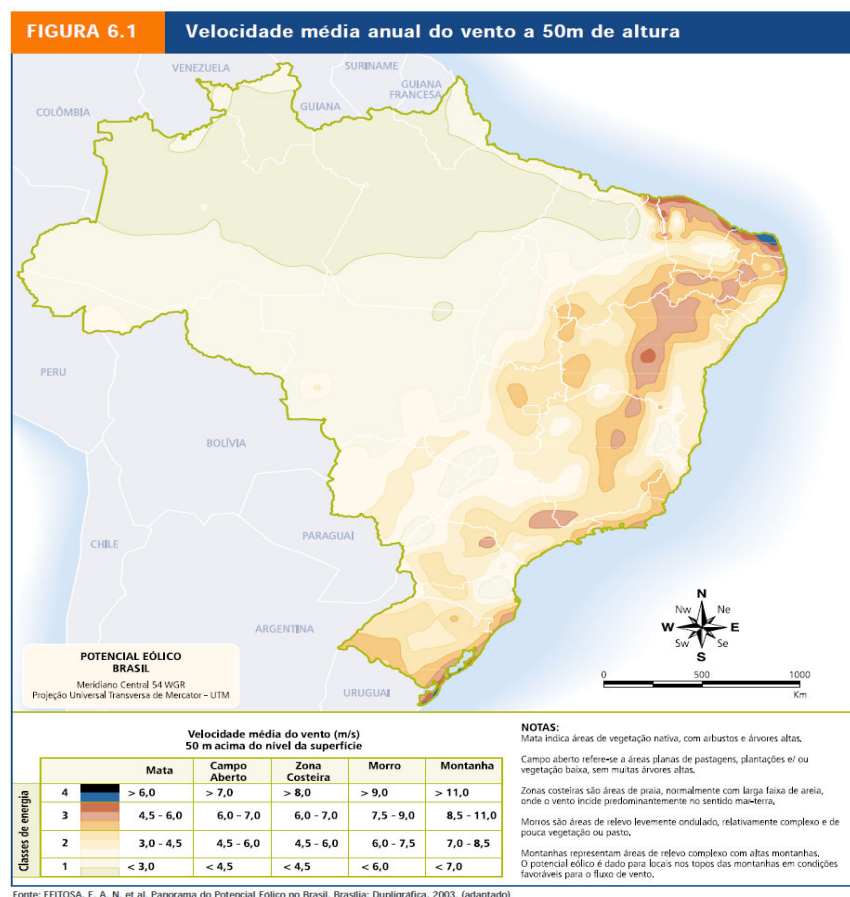
PACHECO, Fabiana. **Energias renováveis: breves conceitos**. Disponível em: <http://ieham.org/html/docs/Conceitos_Energias_renov%E1veis.pdf>. Acesso em 20 abr. 2013.

PINTO, Milton de Oliveira. **Fundamentos de energia eólica**. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

SASSEN, Saskia. **Sociologia da globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SEPLAN. SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO. **Contas públicas**. Disponível em: <<http://www.seplan.rn.gov.br/Paginas/ContasPublicas.aspx>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

SIMAS, Moana; PACCA, Sergio. Energia eólica, geração de empregos e desenvolvimento sustentável. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 27, n. 77, 2013.



FONTE: ANEEL, 2005, p. 96.

A MIGRAÇÃO SAZONAL DO VALE DO JEQUITINHONHA NO SÉC. XXI: UM ESTUDO A PARTIR DOS MEIOS DE VIDA E DOS FLUXOS DE MERCADORIAS

Rodrigo Dugulin de Castro – UFV; Maria Izabel Vieira Botelho – UFV
rodrigodugulin@hotmail.com; mbotelho@ufv.br
CNPq
GT2 - Trabalho rural

1. Introdução

O presente artigo apresenta o desenho teórico elaborado em projeto de pesquisa com o objetivo de orientar o olhar sobre a migração sazonal, buscando compreender quais são os fatores que levam à continuidade do fluxo migratório do Vale do Jequitinhonha no contexto do século XXI.

O Vale do Jequitinhonha, localizado no nordeste do estado de Minas Gerais, situa-se numa área de transição entre três grandes biomas brasileiros: cerrado, mata atlântica e caatinga. As condições climáticas, especificamente em relação ao regime de chuvas da região, o colocam como integrante do semiárido brasileiro, o que contribui para a construção da visão de “Vale da Miséria”. Grandes períodos de seca fazem parte da história das populações que ali vivem e ajudam a entender a organização e as dinâmicas sociais, constituintes dos *meios de vidas*¹. Especialmente, ajuda a entender o movimento de migração sazonal, presente ao longo da história de ocupação do Vale (BOTELHO, 1999; MAIA, 2004).

Podemos identificar dois momentos históricos que provocaram mudanças nas condições de vida das populações do Vale do Jequitinhonha. O primeiro nas décadas de 1960-70, momento em que o setor agropecuário brasileiro passou por profundas mudanças na base tecnológica, intenso processo de modernização, que integrava um plano de desenvolvimento adotado pelo país, que será aqui tratada como “modernização conservadora”. Tal modelo de desenvolvimento, no setor agropecuário, privilegiava os latifundiários e os grandes produtores em detrimento dos pequenos e médios agricultores, camponeses e populações tradicionais. Os altos custos de adoção do pacote tecnológico e a

¹ *Meios de Vida* pode ser entendido aqui como o conjunto das estratégias que os sujeitos sociais determinados utilizam, ou lançam mão, para que tenham garantida a sua subsistência, ou ainda, suas condições de reprodução social. Esta noção será discutida adiante.

exigência de uma racionalidade estritamente econômica para a implantação do modelo eram incompatíveis com as formas de vida de grande parte das populações rurais que acabaram sendo excluídas desse processo. No Vale do Jequitinhonha, esse momento se concretiza com o fomento ao plantio de eucalipto, realizado por grandes empresas, concomitante aos incentivos para o aumento da área de plantações de cana-de-açúcar no estado de São Paulo, principalmente para a produção de álcool combustível (Programa Pró-álcool), que demandava grande quantidade de mão de obra temporária nas épocas de safra. Os períodos de corte da cana coincidem² com os períodos de seca no Vale do Jequitinhonha.

Silva (1999) entende que o avanço e a consolidação dos dois setores (sucroalcooleiro e eucalipto) significou uma dupla expropriação dos camponeses do Vale do Jequitinhonha. Primeiro, o processo de ocupação das áreas de chapada com plantação de eucalipto pelas grandes empresas do setor (seja para produção de carvão para as siderúrgicas, ou para a produção de celulose destinada à indústria papelreira) constituiu-se num processo de expropriação das terras dos camponeses. Na maioria dos casos, os camponeses não tinham documentação de posse das terras (de uso comum ou de uso privado), sendo tais terras oficialmente devolutas. Diversos estudos mostram como o processo de aquisição de tais terras pelas empresas foi fraudulento e violento (MOURA, 1988; SILVA, 1999; BOTELHO, 1999; MAIA, 2004). A entrada do eucalipto no Vale significou, portanto, a expropriação de parte das terras e a quebra do *Complexo Grotas-Chapada* (GRAZIANO; GRAZIANO NETO, 1983)³, alterando os meios de vida daquela população.

Com a saída dos camponeses para o corte da cana, principalmente no estado de São Paulo, aparece outra face da dupla expropriação: trata-se da expropriação da própria identidade de camponês. Ao se proletarizarem no corte da cana, os camponeses do Vale inserem-se em outros tipos de relações sociais, completamente distintas das construídas em suas regiões de origem. Os camponeses deixam de ser donos do próprio trabalho e tornam-se

² Com o melhoramento das variedades de cana, a adoção de novas tecnologias e o aumento constante das áreas plantadas, o período de corte da cana deixou de coincidir com o período de seca no Vale do Jequitinhonha, passando a sobrepor-se o tempo de corte da cana em relação ao tempo de plantio e colheita dos camponeses no Vale.

³ Este termo surgiu a partir da identificação feita pelos autores da forma de organização social, do uso e da ocupação das terras, com o relevo da região, formado alternadamente por grotas e chapadas. Nestas, terras altas e menos férteis, a posse era comum entre os moradores de uma ou mais comunidades, sendo usadas como pastagens naturais e áreas de extrativismo (lenha, frutas e plantas medicinais). Enquanto as grotas eram apropriadas de forma privada, sendo terras baixas, mais férteis, utilizadas para plantio de culturas anuais e hortaliças.

proletários. Deixam de ser trabalhadores para tornarem-se força de trabalho. Como afirma Silva (1999), deixam a condição camponesa para se tornarem a “mineirada”, os “boias-frias”, os “migrantes”. As “usinas”, “São Paulo”, passam a ser o não-lugar. O sistema passa do Complexo Grota-Chapada para o Lugar e Trecho (MAIA, 2004), Lugar e Não-Lugar (CAVALIERI, 2010), espaço de “Experiência” e espaço de “Vivência” (BOTELHO, 2003). Cavalieri (2010) afirma que a modernização conservadora forjou os camponeses do Vale em camponeses-migrantes⁴.

O segundo momento que provocou mudanças nas condições de vida das populações do Vale do Jequitinhonha pode ser identificado com a criação, implantação e ampliação de diversas políticas públicas (federais e estaduais) e iniciativas de organizações da sociedade civil, a partir dos anos 2000, quando as populações do Vale tiveram acesso a diversos bens e serviços públicos. Pode-se destacar os Programas Territórios da Cidadania, Luz para Todos, Bolsa Família, Aposentadoria Rural e o Programa de Pavimentação de Ligações e Acessos Rodoviários aos Municípios (PROACESSO).

De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os dezessete municípios, com registro de migrantes sazonais⁵, possuem 67.197 famílias, das quais 34.539 receberam o Bolsa Família em 2012. O total de recursos repassados neste mesmo ano foi de R\$ 55.203.706,00. Dados sobre o PROACESSO, fornecidos pelo Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER-MG), mostram que desde 2003, ano de início do programa, na região que abrange os mesmos dezessete municípios, 161k já foram ou estão sendo pavimentados. Os trechos pavimentados ligam municípios que anteriormente só possuíam acesso por meio de estradas de terra.

Apesar dos poucos estudos avaliando os impactos dos diversos programas e políticas públicas na região, os dados citados acima, bem como dos demais programas, permitem inferir que mudanças nas condições de vida vêm ocorrendo na região, especialmente nos

⁴ Essa denominação foi utilizada por Cavalieri (2010), na busca desta por uma denominação que conseguisse sintetizar a dupla inserção social dos camponeses do Vale do Jequitinhonha que migram para o corte da cana. Ora são camponeses no Vale, ora estão proletários nos canaviais. Passam a maior parte do ano nos canaviais, mas se sentem ali como transitórios, como temporários, pois pertencem às suas comunidades de origem. Essa dupla inserção não permite que eles se realizem em nenhum dos dois espaços: não pertencem aos canaviais, mas estão ausentes do Vale. Trata-se de uma condição ambígua, não uma transição. Por isso, Cavalieri (2010: 17) utiliza a denominação de “camponeses-migrantes”. O uso do hífen visa demonstrar o quanto os dois termos estão ligados”. Por achar que este termo apreende satisfatoriamente a condição dos migrantes sazonais do Vale do Jequitinhonha, esse sujeito social será chamado aqui de camponeses-migrantes.

⁵ Estes municípios serão discriminados a seguir na Delimitação do Problema.

últimos 10 anos. Contudo, a migração sazonal continua sendo um fato social bastante relevante. De acordo com dados do Serviço Pastoral do Migrante – SPM (2009) e do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, cerca de um terço da população total do Vale migra para os trabalhos temporários.

Diante das considerações feitas até aqui fica a indagação: se as condições de vida no Vale mudaram, além das condições de trabalho nas usinas continuaram precárias, por que esses camponeses continuam migrando? As transformações ocorridas não conseguem garantir condições de reprodução social destes camponeses sem a dependência da migração? A partir desses questionamentos, esse trabalho se propõe o seguinte problema: Quais são os fatores que influenciam na migração dos camponeses do Vale do Jequitinhonha nestes primeiros anos do século XXI?

2. Marco Teórico

Há indícios de que a migração sazonal está presente entre os camponeses do Vale do Jequitinhonha desde o início do século XX. É possível ainda encontrar moradores mais velhos que contam histórias de migração, ocorridas em determinadas épocas do ano, em direção à “mata”, provavelmente referindo-se ao Vale do Mucuri (região vizinha ao Vale do Jequitinhonha e situada no bioma Mata Atlântica)⁶.

Contudo, está no modelo de desenvolvimento adotado durante as décadas de 1960-70, conhecido como “modernização conservadora”, a chave para a compreensão da origem, ou intensificação, do atual fluxo migratório para os canaviais paulistas e para as colheitas da laranja e do café, no interior de São Paulo e sul de Minas Gerais. Com o estabelecimento das empresas do setor de celulose e carvão vegetal, parte das terras dos camponeses é expropriada, provocando mudanças na forma de organização e utilização, social e historicamente constituídas, das terras. Tais mudanças, por sua vez, acarretam na necessidade de redefinição dos meios de vida, levando os camponeses a adotarem como principal estratégia a migração para o trabalho nos canaviais paulistas que, naquelas mesmas décadas, estavam em processo de expansão, demandando mão de obra barata e

⁶ Existe uma carência na literatura sobre o Vale do Jequitinhonha de estudos que se propusessem a estudar essas migrações anteriores ao estabelecimento do fluxo migratório para os canaviais paulistas nas décadas de 1960-70. Portanto só é possível inferir que tais migrações aconteciam para a região hoje conhecido como Vale do Mucuri, principalmente para trabalhar no desmatamento e abertura de novas áreas agrícolas.

pouco qualificada (GRAZIANO & GRAZIANO NETO, 1983; MOURA, 1988; BOTELHO, 1999; SILVA, 1999; MAIA, 2004; CAVALIERI, 2010).

Constatar os fatores que estão na origem é imprescindível para compreender o fluxo, mas não é suficiente, especialmente, para se entender um processo que se perpetua por quase 50 anos. Para compreender a continuidade do fluxo é necessário observar fatores além da dimensão econômica, considerando as transformações que a migração tem acarretado nas sociabilidades nos locais de origem, na *práxis* do camponês-migrante, de sua família e de sua comunidade, ou seja, como estes sujeitos tem apreendido e incorporado em sua *práxis* os valores de uma sociabilidade capitalista.

Os estudos de Abdelmalek Sayad sobre a migração argelina para a França trouxeram novas perspectivas para as análises desse campo, além de uma visão crítica sobre os estudos que vinham sendo feito dentro das diversas correntes existentes. Segundo Sayad (1998), os estudos sobre migração devem considerar três dimensões: a emigração, a imigração e o emigrante/imigrante. Apesar de óbvio, é importante destacar que toda a imigração começa com a emigração. É importante destacar, segundo o autor, porque a maior parte dos estudos sobre migração aborda somente o ponto de vista do local de imigração. No local de origem, na emigração, para Sayad (1998) é necessário o estudo das condições sociais que a engendraram, das transformações destas mesmas condições e das transformações na emigração, propriamente dita. Na segunda dimensão, é importante o estudo das condições de existência na imigração, ou seja, especialmente, das condições de vida e condições de trabalho. E, segundo o autor, a inclusão do migrante, o estudo do contato do migrante com a sociedade de destino contribui para ampliar em extensão e complexidade o tratamento científico acerca do tema (SAYAD, 1998).

Migração é, em primeiro plano, um deslocamento no espaço físico. Contudo, este espaço é também um espaço qualificado: socialmente, economicamente, politicamente e culturalmente. Portanto, reduzir as explicações e as análises sobre a migração somente ao plano econômico é separar as duas partes integrantes: só existe o imigrante na sociedade de destino porque existe o emigrante na sociedade de origem.

Para Sayad (1998), esse caminho permite, à medida que a definição e a representação da migração se afasta de uma visão ortodoxa, descobrir os “paradoxos que a constituem e as ilusões que são a própria condição do advento e da perpetuação da migração” (SAYAD, 1998). Para o autor, estas ilusões são compartilhadas pelos três parceiros que são a

sociedade de emigração, a sociedade de imigração e os próprios migrantes, sendo elas: a ilusão de uma presença necessariamente provisória; a ilusão de que essa presença é totalmente justificável pelo trabalho ao qual ela está, ou deveria estar, totalmente subordinada; e a ilusão da neutralidade política, tanto da neutralidade exigida do migrante, quanto em relação ao próprio fenômeno da migração, “cuja a natureza intrinsecamente política é mascarada, quando não é negada, em proveito de sua única função econômica” (SAYAD, 1998, p. 19).

Os estudos de Sayad contribuíram sobremaneira para que a migração pudesse ser compreendida em toda a sua complexidade. E principalmente contribuem para entender os fatores que atuam na perpetuação do fluxo migratório. Além disso, os estudos do autor lançam luz para as interações e transformações que ocorrem nas sociabilidades do local de origem, quando traz a ideia, ou a “ilusão”, do retorno (mesmo que este nunca aconteça).

Na migração sazonal, que tem o retorno como uma característica componente do processo migratório, as interações e transformações na sociabilidade no local de origem ficam ainda mais evidentes. Para Martins (1988, p. 45),

Sociologicamente falando, o migrante temporário, ao retornar, já não é o mesmo; e por ter que sair, nas condições em que sai, modifica as relações sociais do seu grupo de origem, altera a organização da família, a divisão do trabalho familiar, o lugar de cada um. Ele mesmo nem se reencontra porque já é outro, procurando ser o mesmo. Já não pode ver o mundo da mesma maneira que via antes.

Mostra-se aqui a duplicidade do tempo, da identidade, que vive o camponês-migrante. Por isso, o autor afirma que a migração temporária se define, sociologicamente, pela concepção de *ausência*, mais do que o tempo, ou duração.

É temporário, na verdade, aquele migrante que se considera a si mesmo “fora de casa”, “fora do lugar”, *ausente*, mesmo quando, em termos demográficos, tenha migrado definitivamente. É aquele que *se* considera fora do *seu* lugar, fora de “suas” relações sociais, e que, no limite, não se considera dentro mesmo quando está (MARTINS, 1988, p. 49).

Ao olhar para a migração sazonal como uma estratégia integrante dos meios de vida dos camponeses-migrantes, abre-se espaço para lançar luz sobre as transformações na sociabilidade camponesa e no processo migratório, propriamente dito, na medida em que os meios de vida são construídos para garantir manutenção, ou perpetuação, das condições de reprodução social. A noção de “meios de vida” tem sido bastante utilizada nos últimos anos, como uma tradução do termo, em inglês, *livelihoods*, especialmente após os estudos

de Robert Chambers e Gordon Conway sobre comunidades rurais da África do Sul, com o trabalho “*Sustainable rural livelihoods: practical concepts for the 21st century*”, de 1992.

No Brasil, o conhecido estudo feito por Antônio Cândido, que se tornou a sua tese de doutorado defendida em 1954 (sendo publicada pela primeira vez somente 10 anos depois, em 1964), “Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira brasileiro e a transformação dos seus meios de vida”, foi um dos primeiros a utilizar o termo. Embora possua, em diversos aspectos, aproximação com a conceituação desenvolvida a partir dos estudos ingleses acerca de *livelihoods*, ambos os conceitos, este último e o de *Meios de Vida* de Cândido, surgem a partir de bases teóricas diversas uma da outra (PEREIRA; SOUZA; SCHNEIDER, 2010).

Para Cândido (1964), *meios de vida* também é entendido como *capacidades, ativos e atividades requeridas*, embora o autor não utilize exatamente estas palavras; para o autor, *meios de vida* abarca o conjunto das estratégias que os sujeitos sociais determinados utilizam para que tenham garantida a subsistência, ou ainda, suas condições de reprodução social. Indo além do aspecto econômico, Cândido (1964) não separa os *meios de vida* da organização social (em todas as suas dimensões) desenvolvidas a partir, em torno e concomitante àqueles. Para construir esta abordagem dos *meios de vida*, parte de Marx, citando a seguinte passagem:

A maneira pela qual os homens produzem seus meios de subsistência depende, antes de mais nada, da natureza dos meios de subsistência que encontram prontos e que necessitam produzir. Este modo de produção não deve ser considerado apenas como reprodução da existência física dos indivíduos; ele já é uma espécie determinada da atividade destes indivíduos, uma determinada maneira de manifestar sua vida, uma determinada maneira de viver destes indivíduos (MARX *apud* CÂNDIDO, 1964, p. 10).

Dessa forma, a organização social é vista como componente dos *meios de subsistência* que os homens produzem, é algo que está intrinsecamente ligada à forma como estes são construídos, ou *produzidos*. E, complementando, a partir de Malinowsk, Cândido (1964) traz a ideia de que as necessidades básicas levam à construção e formas de organizações sociais para atendê-las, que, por sua vez, produzem novos comportamentos que derivam novas necessidades, ou modificam as já existentes, produzindo novas formas de organização social, ou modificando as anteriormente existentes (CÂNDIDO, 1964).

Esta abordagem de Cândido (1964) dá à noção de *meios de vida* uma capacidade de perceber, através da relação dialética entre a produção e a organização social, as

transformações na organização social a partir da transformação das formas de obtenção das condições de reprodução. Dito de outra forma, a compreensão das mudanças nas estratégias dos meios de vida de um grupo social abre espaço para a compreensão das mudanças em sua sociabilidade. Tais mudanças na sociabilidade, por sua vez, produzem novas necessidades (de produção e reprodução – objetivas e subjetivas), transformando ou resignificando as estratégias de meios de vida: modificam a *práxis* do grupo social determinado.

A migração, como principal estratégia componente dos meios de vida dos camponeses-migrantes, acarreta transformações nos meios de vida tanto com a ausência dos camponeses no local de origem, passando pela transformação do camponês-migrante no contato com uma sociabilidade moderna, quanto através dos fluxos de mercadorias que se constroem e que trazem consigo outros valores e outras relações sociais. Como foi constatado por Botelho (1999, 306):

Não é raro encontrá-los pelas ruas das pequenas cidades do Vale, paulisteiros⁷, portando roupas, tênis e outros adereços adquiridos em suas saídas. (...) Para os rapazes solteiros, parte significativa do dinheiro adquirido em São Paulo destina-se à compra de motocicletas, televisores e antenas parabólicas.

Neste sentido, parece coerente adotar a perspectiva da Vida Social das Coisas para apreender as mudanças na forma de vida e na sociabilidade através da inserção de novas mercadorias. É fato que as coisas só têm significados a partir das transações, atribuições e motivações humanas. Contudo, para Appadurai (2008), constatar tal fato não contribui para entender a circulação das coisas no mundo. “Para isto, temos que seguir as coisas em si mesmas, pois seus significados estão inscritos em suas formas, seus usos, suas trajetórias” (APPADURAI, 2008, p.17). O que o autor propõe é que se do ponto de vista teórico os atores humanos que dão significado às coisas, do ponto de vista metodológico, as coisas em movimento que elucidam seu contexto social.

Appadurai (2008) desenvolve suas ideias a partir do seguinte argumento:

a troca econômica cria o valor; o valor é concretizado nas mercadorias que são trocadas; concentrar-se nas coisas trocadas, em vez de apenas nas formas e funções da troca, possibilita a argumentação de que o que cria o vínculo entre a troca e o valor é a *política*, em seu sentido mais amplo. Este argumento [...]

⁷ Segundo a autora, esta é uma forma pela qual são chamados os migrantes que retornam com hábitos adquiridos fora, nos locais de assalariamento.

justifica a tese de que as mercadorias, como as pessoas, tem vida social (APPADURAI, 2008, p.15).

A mercadoria pode ser definida, a princípio, como qualquer objeto de valor econômico, sendo que este valor econômico é gerado a partir de relações sociais de troca. São, portanto as relações sociais que conferem uma dimensão social às coisas. De fato, Karl Marx (2011) já identificava que os objetos, como valor de uso, não possuem nada de “misterioso”, seja pelo ângulo do atendimento às necessidades, ou pelo ângulo de que a mercadoria alcança essas propriedades em consequência do trabalho humano. Ele identificou tal caráter misterioso à própria forma mercadoria dos objetos. Ao dissimular as características sociais do trabalho é que o produto do trabalho se torna mercadoria, *coisas sociais*. Em consequência desta dissimulação, a relação social estabelecida entre homens assume a forma “fantasmagórica” de uma relação entre coisas, o que o autor chama de fetichismo da mercadoria. O fetichismo é, portanto, inseparável da produção de mercadoria.

É possível estabelecer uma aproximação entre Marx (2011) e Appadurai (2008) quando ambos afirmam enfaticamente que a condição de mercadoria dos objetos surge a partir das relações de troca. Contudo, Appadurai (2008) coloca a troca no centro da questão no lugar de “produto”, “produção”, ou ainda da “intenção original do produtor”. No lugar da pergunta “O que é mercadoria?”, a questão passa a ser “Que tipo de troca é troca de mercadoria?”. Se para Marx a mercadoria é percebida a partir da produção, Appadurai (2008) propõe um olhar para toda a trajetória das coisas, desde a produção, passando pela troca/distribuição e o consumo, ou seja, em diferentes pontos da vida social das coisas.

Partindo desta forma de olhar para a mercadoria, o autor fala em termos de *situação mercantil* já que seu olhar se dirige para o potencial mercantil de todas as coisas, e propõe que “a situação mercantil na vida de qualquer ‘coisa’ seja definida como a situação em que sua trocabilidade (passada, presente ou futura) por alguma outra coisa constitui seu traço social relevante” (APPADURAI, 2008, p.27). Desta forma, pode-se dizer que qualquer coisa possui, possuiu, ou possuirá uma “fase mercantil”. Tal noção de ‘fase mercantil’ permite perceber o movimento de algumas coisas dentro e fora do estado de mercadoria.

Podemos, pois, falar do quadro cultural que determina a candidatura de coisas ao estado de mercadoria. [...] prefiro, usar o termo *regimes de valor*, por não implicar que todo ato de troca de mercadorias pressuponha um quadro cultural em que se compartilhe uma totalidade de crenças. [...]. Tais regimes de valor são o fator determinante na constante transcendência de fronteiras culturais por meio

do fluxo de mercadorias, entendendo-se cultura como um sistema de significados localizado e delimitado (APPADURAI, 2008, p.29).

A ideia de “quadro cultural”, ou “regimes de valor”, para utilizar os termos do autor, é importante dentro do marco da vida social das coisas, pois diferentes regimes de valor atribuirão a objetos diferentes o estado de mercadoria, valor e a demanda de diferentes formas. Nesta perspectiva, a mercadoria não é um tipo de coisas, mas uma fase na vida de algumas coisas. Isto é o que Appadurai (2008) chama de *perspectiva temporal* da mercadoria e da mercantilização.

Na perspectiva da vida social das coisas, portanto, as mercadorias são construídas culturalmente. A demanda está em função das práticas e das classificações sociais. O desejo por bens é visto como algo fundamentado e dependente da cultura. Existe, portanto uma regulamentação social da demanda (e, conseqüentemente, do consumo), “mesmo quando as condições técnicas e logísticas para uma revolução do consumo foram atendidas” (APPADURAI, 2008, p.47).

Por fim, a perspectiva da vida social das coisas possui mais um desdobramento que deve ser destacado: “[...] a história social das coisas, mesmo das mais comuns, como o tecido, reflete alterações extremamente complicadas na organização do conhecimento e dos modos de produção” (APPADURAI, 2008, p.67). Buscar compreender os fluxos de mercadorias que surgem com o processo de migração sazonal, com a perspectiva da história social das coisas, entendendo que as próprias coisas, ou ainda as coisas mercantilizadas, são portadoras de conhecimento e relações sociais, na medida em que demandam do consumidor novos conhecimentos e novas posturas e comportamentos, permite compreender as mudanças dos comportamentos e posturas sociais destes mesmos consumidores. Está claro, portanto, que se por um lado entendemos que as mercadorias e seu uso/consumo são ressignificados de diferentes formas em diferentes contextos, as mercadorias, por outro, de certa forma, ressignificam os conhecimentos, posturas e comportamentos sociais, ou seja, a sociabilidade.

As mercadorias que são levadas pelos migrantes e introduzidas na vida de suas famílias acarretam em mudanças nas relações sociais de diversas formas – desde a compra da motocicleta que facilita a mobilidade e o acesso à sede do município, ou mesmo a ida a outras comunidades da região, ou a televisão que permite o acesso à informação, valores, a uma nova forma de lazer, ou mesmo as roupas e tênis apontados por Botelho (1999), que trazem consigo o signo do moderno. Cavalieri (2010) destaca a análise feita por José de

Souza Martins, sobre os óculos escuros, entendendo estes como uma máscara que denota a transição desse sujeito migrante. “As falas dos migrantes sobre suas novas mercadorias revelam a perversidade do fetiche da mercadoria e também escondem tudo o que o migrante não expõe facilmente como o sofrimento vivido com as condições de trabalho, as perdas e as saudades” (CAVALIERI, 2010, 29).

[...] o signo do moderno, os óculos escuros, é engolido por uma lógica antimoderna, embora continue parecendo moderno. Este é o ponto: parecer moderno, mais do que ser moderno. A modernidade se apresenta, assim, como a máscara para ser vista. Está mais no âmbito do ser visto do que no do viver. Ora, de qualquer modo, mesmo que o tempo do mascaramento seja esse tempo pretérito, a máscara é a identidade superficial e fenomênica própria da modernidade (MARTINS *apud* CAVALIERI, 2010, 29).

Nessa relação, ou inserção, do camponês-migrante no mundo moderno se dá de forma precária, através do assalariamento no corte da cana; precário pelas condições de trabalho encontradas, pela própria natureza do trabalho a ser executado, pela remuneração recebida; precária pela inserção marginal e pela dupla exploração, como cortador de cana e como camponês no Vale. Contudo, Botelho (1999) e Cavalieri (2010) concordam que essa inserção deve ser vista com rigor, pois o “campesinato não participa integralmente da lógica de produção e consumo de mercadorias, dado que o valor de uso permeia ainda hoje sua vida e suas representações” (CAVALIERI, 2010: 29) e “ao mesmo tempo em que se evidencia a incorporação de novos valores e novos hábitos, salta aos olhos a permanência de práticas sociais seculares” (BOTELHO, 1999, 306-307).

3. Considerações finais

Diante dos conceitos discutidos até aqui, parte-se do pressuposto de que os fatores que influenciam atualmente no fluxo migratório do Vale do Jequitinhonha para os canaviais paulistas vão além da necessidade de conseguir recursos financeiros para a subsistência da família, fazendo com que a migração sazonal assuma novos significados dentro da sociabilidade camponesa, diante das mudanças acarretadas pela incorporação de valores da modernidade, a partir do constante contato dos migrantes com outras relações sociais e da inserção de mercadorias no cotidiano do local de origem.

A migração sazonal, como principal estratégia dos meios de vida dos camponeses-migrantes, que a princípio seria uma forma de garantir a condição camponesa, um “caminho do roçado” na expressão utilizada por Garcia Jr. (1989), possibilitou, ao longo

das décadas, a transformação desta condição. As “novas” relações sociais vividas no “trecho”, os conhecimentos e informações adquiridas e as mercadorias trazidas modificam as relações sociais no Vale do Jequitinhonha, bem como as percepções de tempo e de espaço; criam novas necessidades de consumo, interferem na organização da produção agrícola e demandam novos conhecimentos. Os valores da modernidade vão, ao longo dos anos, modificando os critérios de definição do *status* social estabelecido socialmente, especialmente entre os mais jovens. É preciso parecer moderno. A migração para o corte da cana passa a assumir o significado de possibilidade de ser moderno; a alternativa para que o jovem obtenha uma relativa autonomia econômica em relação ao pai; especialmente entre os mais jovens, assume a forma de uma espécie de rito de passagem para a vida adulta, uma representação de força, resistência física e de masculinidade.

É preciso destacar ainda que tal transformação do migrante e de suas sociabilidades não está sendo abordada aqui sob o ponto de vista “desestruturador”. Trata-se de compreender o movimento de transformação das sociabilidades a partir da contradição inerente à principal estratégia dos meios de vida dos camponeses-migrantes: para garantir as condições de reprodução da sua condição camponesa, os camponeses-migrantes deixam de ser camponeses para se tornarem proletários por um período do ano; mas ao se inserirem em dois espaços e tempos tão diversos, não se realizam plenamente em nenhum. Contudo, concomitantemente, há um lado “construtor”, ou recriador, no qual os camponeses apreendem novos valores e constroem novas relações sociais, ressignificando-as e, ao mesmo tempo, mantendo determinados valores e elementos constitutivos das relações sociais de sua própria sociabilidade.

Por último, é importante destacar a necessidade do trabalho de campo, ainda a ser feito, para comprovar a efetividade do marco teórico apresentado e do pressuposto apresentados acima, a partir de levantamento de dados diretamente com os camponeses-migrantes. É possível, até mesmo provável, que surjam novos temas que possam contribuir para qualificar o olhar e a compreensão dos processos de transformação da sociabilidade das regiões do Vale do Jequitinhonha.

4. Bibliografia

- APPADURAI, Arjun. Introdução: mercadorias e a política de valor. *In: _____. A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: Editora da UFF, 2008. p. 15-88
- BOTELHO, M. I. V. **O eterno reencontro entre o passado e o presente: um estudo de caso sobre as práticas culturais no Vale do Jequitinhonha**. 1999. 325 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, SP, 1999.
- BOTELHO, M. I. V. Experiências e vivências na migração sazonal. **UNIMONTES CIENTÍFICA**. Montes Claros, v.5, n.2, jul./dez. 2003.
- CAVALIERI, Lúcia. **Migração e reprodução social: tempos e espaços do cortador de cana e de sua família**. 2010. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade São Paulo. Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2010.
- GALIZONI, F. M. **A terra construída: família, trabalho, ambiente e migrações no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais**. 2000. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- GARCIA JR., Afrânio Raul. **O Sul: caminho do roçado**. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1989. – (Coleção Pensamento Antropológico).
- GRAZIANO, E. & GRAZIANO NETO, F. As condições da reprodução camponesa no Vale do Jequitinhonha. **Perspectivas**, São Paulo, n. 6, p. 85-100, 1983.
- MAIA, C. de. J. **“Lugar” e “Trecho”: migrações, gênero e reciprocidade em comunidades camponesas do Jequitinhonha**. Montes Claros, MG: Editora UNIMONTES, 2004.
- MARX, Karl. O fetichismo da mercadoria: seu segredo. *In: _____. O Capital: crítica da economia política*. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 92-105.
- MOURA, Margarida Maria. **Os deserdados da terra: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, 250p. (Coleção Corpo e Alma do Brasil).
- PEREIRA, Márcio de Araújo; SOUZA, Marcelino e SCHNEIDER, Sergio. Meios de vida e livelihoods: aproximações e diferenças conceituais. **Revista IDeAS**, v. 4, n. 1, p. 203-224, jun./jul. 2010.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração**. São Paulo: EdUSP, 1998.

SILVA, M. A. M. **Errantes do fim de século**. São Paulo: UNESP, 1999, 370p.

SERVIÇO PASTORAL DO MIGRANTE – SPM. Vozes do Eito. In: **Coletânea de depoimentos sobre a vivência cotidiana de migrantes temporários rurais**. Guarabira: eco.das.letras, 2009.

ENTRE MARGENS: A TRAJETÓRIA MIGRACIONAL DO TRABALHO DOS MORADORES DA COMUNIDADE SAGRADA FAMÍLIA, NORTE DE MINAS GERAIS

Pedro Henrique Mourthé de Araújo Costa (UFSCar); Thaís Dias Luz Borges Santos
(CPDA/UFRRJ)

pedrohmourthe@yahoo.com.br; tatadlbs@hotmail.com.

Fapemig/CNPq

GT2 - Trabalho Rural

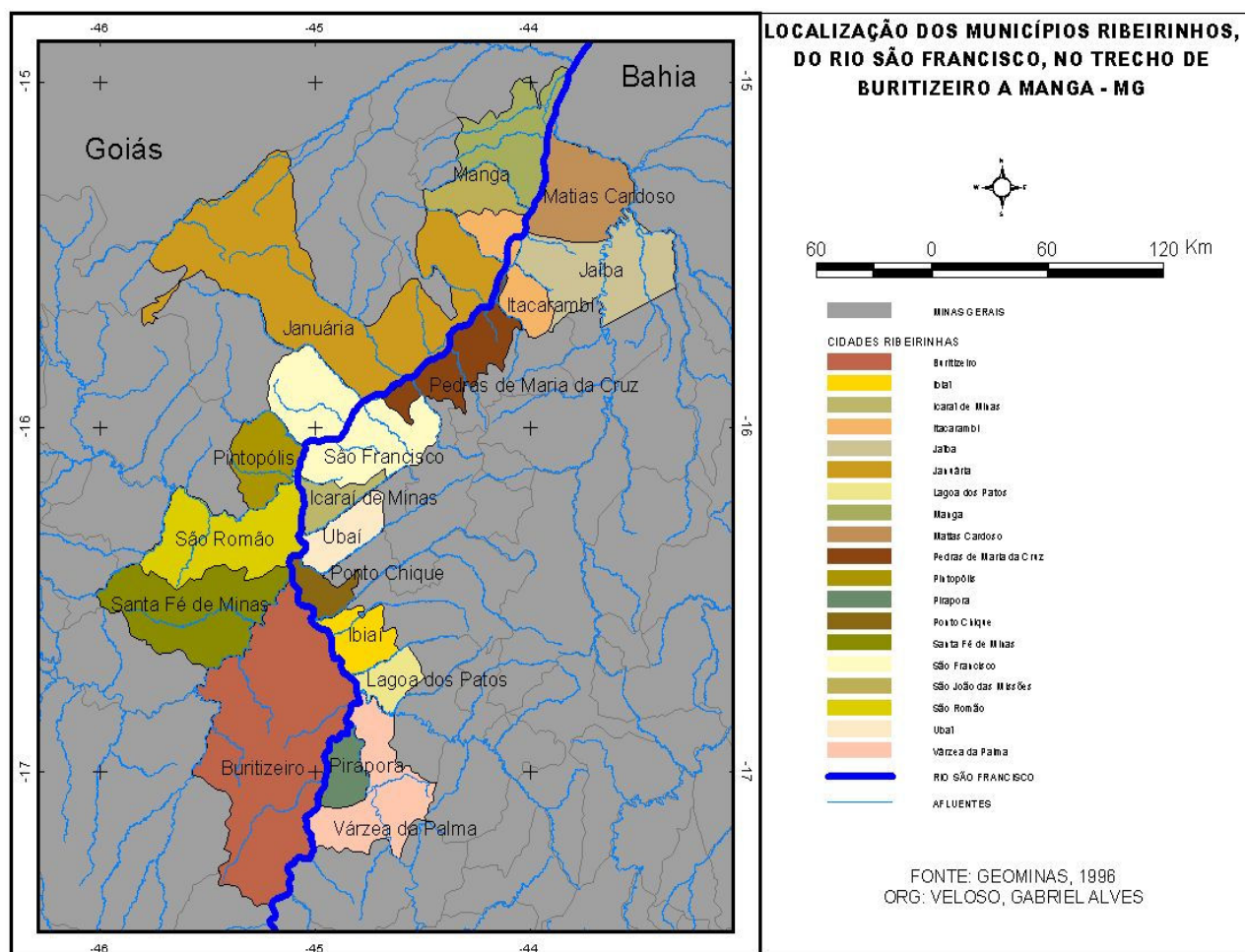
RESUMO: Este trabalho visa contribuir para o conhecimento das populações tradicionais banhadas pelo Rio São Francisco, localizadas no Sertão do Norte de Minas Gerais, bem como, suas transformações rurais recentes. O objetivo do trabalho é o ir e vir do Sertão: os processos sócio-culturais e políticos que envolvem a migração sazonal no Norte de Minas para o trabalho. Os conceitos de território, lugar, memória e representações sociais permitem a análise das representações da migração no Sertão do Rio São Francisco, buscando entender a mobilidade espacial decorrente dos sonhos dos sertanejos, os sentimentos de quem parte e quem chega e as diferenças para quem migra em busca de trabalho entre o lugar de origem e de destino. O universo de estudo é a comunidade Sagrada Família, às margens do Rio São Francisco, situada na cidade de São Francisco. O presente estudo, possibilita uma análise aprofundada das questões relativas às migrações temporárias a partir das vivências do sertanejo ribeirinho migrante, as relações familiares, aspectos geográficos, sociais e culturais do seu lugar de origem, e as percepções do destino migratório. A tradicionalidade foi o ponto de partida para a construção de uma interpretação sócio antropológica dos processos sociais de trabalho, seus efeitos no grupo social e familiar, levando em conta os efeitos produzidos pela sociedade regional e nacional englobante.

SERTÃO DO SÃO FRANCISCO

O Norte de Minas Gerais possui oitenta e nove municípios de áreas e densidade populacionais variáveis, existem municípios com menos de vinte mil habitantes, assim como, municípios com população rural superior à população urbana – de acordo com dados do IBGE, no Norte de Minas temos 52,80% de municípios assim – onde quem permanece no rural subsiste da agricultura tradicional (PEREIRA; SOARES, 2006). O sertão do Norte de Minas Gerais, também é conhecido como Região Mineira do Nordeste. Paula (2003) afirma a partir de dados da Fundação João Pinheiro que o Norte de Minas é composto de três regiões: “1-Bacia do São Francisco, que envolve sete unidades da

federação¹ (alguns municípios do Norte de Minas); 2-Vale do São Francisco, que abrange parte da região Nordeste, parte do Polígono das Secas e parte da região Sudeste; 3- Semi-árido Brasileiro, que compreende o Polígono das Secas.”. Segundo a autora a formação do Norte de Minas se deve “a expansão da pecuária bovina e a disponibilidade de terras livres”.

O mapa abaixo nos permite visualizar a região norte de Minas Gerais, onde o presente estudo foi desenvolvido. Nele estão destacados os municípios que compreendem a região mineira do Alto-Médio São Francisco.



MAPA 1 – Mapa dos municípios ribeirinhos do Rio São Francisco no norte de Minas Gerais.

FONTE: VELOSO, Gabriel Alves. Localização dos municípios ribeirinhos, do Rio São Francisco, no trecho de Buritizeiro a Manga-MG. Fonte: Geominas, 1996. Minas Gerais: 2010. 1 mapa, color. Escalas Variadas.

Na época da mineração, durante o séc. XVIII, o Norte do Estado era fornecedor de alimentos para a região das Minas. Entretanto foi com a instalação da Ferrovia na região,

¹ As sete unidades da Federação são: Minas Gerais, Bahia, Distrito Federal, Pernambuco, Goiás, Alagoas, Sergipe.

no séc. XX , que se possibilitou o contato com as demais partes do território brasileiro e o povoamento de novas terras.

No final dos anos 50², começou a intervenção efetiva do Estado, através do investimento no problema da seca. (...) Com a criação da SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste- e a implementação de planos diretores começou uma expansão capitalista impulsionada pelo Estado. (...) Os governos Municipais, estadual e federal foram parceiros nos incentivos de produção e reprodução do capital no Norte de Minas, expandindo as empresas rurais e urbanas e explorando a força de trabalho humano. Na década de 70³ o governo mineiro concedeu muitas áreas de propriedade estatal para empresas reflorestadoras, o que contribuiu para o êxodo rural. (PAULA et al, 2006, p.5)

De acordo com PAULA (2003), é a partir desse ponto que podemos relacionar a estrutura fundiária concentrada ao fluxo migratório rural regional. A pecuária trouxe riqueza e prosperidade para alguns e desigualdades sociais e econômicas para muitos. Com a industrialização tem-se um crescimento significativo da população urbana.

A industrialização proporcionou o processo de urbanização. Os migrantes buscam, além do Sul do País, também os municípios com mais indústrias na região, sempre em busca de emprego. Essa mobilidade espacial desorganiza os municípios que não dispõem de infra-estrutura para receber novos habitantes. (...) O desenraizamento do povo gera insegurança pelo rompimento dos vínculos sociais e perda de dignidade e identidade. (PAULA, 2003, p.72)

Entender o processo migratório nas duas comunidades, como proposta deste estudo, passa também pela compreensão do modo de vida estabelecido na relação com o Rio São Francisco. Os territórios são gestados na compreensão da simbiose com o rio, sendo este, um lugar de obtenção do alimento, o que provoca nos moradores a delimitação de normas e regras de utilização do mesmo, logo

estudar a vida das águas e dos homens do Rio São Francisco é entendê-los como correnteza, como fluxo, como movimento, como travessia... O rio é um lugar que se permite viajar, um lugar que viaja, um lugar em movimento. A sua natureza de correnteza possibilitou que os homens construíssem suas histórias de vidas em seus espaços, num encontro de homens e águas que seguem juntos. Em geografias híbridas, ziguezagueando entre uma margem e outra, cenários de vidas, pontilhavam o tempo e o espaço das águas em movimento. (OLIVEIRA, 2010, p.43)

Os relatos durante as entrevistas são de histórias e *estórias* que fazem parte da representação do sertão e servem para melhor exemplificar o homem sertanejo. A memória e as lembranças das representações e enfrentamentos cotidianos, são recorrentes nas

² A autora se refere ao ano de 1950.

³ A autora se refere ao ano de 1970.

narrativas dos ciclos da vida. A memória e a alma do lugar, se misturam e assentam nos vários caminhos e recantos.

O rio também era visto como trabalho. São vários os relatos de moradoras que lavavam suas roupas nas pedras e águas do Rio São Francisco, como fica claro no trecho da narrativa abaixo:

Eu ia pro rio com bacia de roupa pra lavar roupa, chegava lá no rio colocava pra quicar, lavava essa roupa, pegava essa roupa, e esperava secar pra poder vir pra casa. (...) Hoje eu tenho medo do rio, mas de primeiro o rio pra mim era uma maravilha, não tinha noção, como eu tenho hoje. Eu não tinha noção do perigo que ele tem né, porque a gente tinha uma colega maior e a gente segurava nela pra poder atravessar um pedaço de água pra poder ir pra croa do rio e brincar na croa. É tanto que se ela fosse a penca ia junto. Eu e minhas colegas não conseguia por o pé e ela ia caminhando, se ela vacilasse nos ia tudo embora, mas não tinha noção do perigo. (Izilda, 37 anos, moradora do Bairro Sagrada Família, entrevista para Thaís Dias Luz Borges Santos e Pedro Henrique Mourthé, em outubro de 2012)

O rio não era só lazer, estrada e trabalho, mas sustento também. Natalice, 36 anos, moradora do município de São Francisco-MG, morou durante mais de dez anos em São Paulo, buscando melhores condições na capital. Com o tempo a vida foi ficando insustentável na cidade grande e ela decide retornar para São Francisco.

Ai um dia eu falei assim, o que gente, eu não tenho precisão de ficar vivendo desse jeito não. Eu vou embora pra minha terra. Eu vou comer bem lá. Eu sei que lá não falta peixe, eu vou comer peixe e farinha, e beber água. Lá, eu pego água no rio, lá tem um rio enorme, e de fome eu não vou morrer. Não fico nesse sofrimento. (Natalice, 36 anos, moradora do município de São Francisco-MG, entrevista para Thaís Dias Luz Borges Santos e Pedro Henrique Mourthé, em julho de 2012)

Falar do presente possibilita, através da memória e oralidade, remeter a momentos vividos antes, dos tempos bons e ruins da vida. Os depoimentos orais, além de fonte documental, são formas de apreender os sentimentos e atitudes frente ao mundo e ao seu lugar de origem, e principalmente o sentimento de pertencimento com esse lugar. É através da oralidade que percebo a importância do rio para as pessoas que vivem às suas margens. O rio foi e é um ser que faz a vida dos ribeirinhos. Muitos são os depoimentos que relatam as modificações do rio, resultando nas partidas das pessoas dos seus lugares de origem. O rio e o sertão são portanto, os elementos que fazem a vida dessas famílias. O sertão molhado.

SÃO FRANCISCO: O BAIRRO SAGRADA FAMÍLIA

O município de São Francisco surge no século XIV, inicialmente incorporado ao Arraial das Formigas, hoje município de Montes Claros-MG, que foi emancipado via Paróquia de Contendas no ano de 1866. De vila a Colônia, somam-se mais que trezentos anos de formação. Terra de Antônio Dó, sertanejo que viveu grandes embates com a polícia local constantemente referenciado nas obras de Guimarães Rosa. A luta pela terra, sempre circundou a história de São Francisco, a região foi conquistada através de disputas entre bandeirantes e índios, já que era considerada favorável para o estabelecimento da pecuária extensiva e para o comércio e transporte fluvial. Nessas terras, a figura do jagunço, visto como uma espécie de guarda-costas - lutando e defendendo os interesses dos fazendeiros (RAMOS, 2005). Como afirma Rosa (1994, p.6) “quem de si de ser jagunço se entrete, já é por alguma competência entrante do demônio. Será não? Será?”.

Ainda sobre o contexto de formação sócio histórica vale ressaltar que

sua fundação esta ligada as dizimações de populações indígenas, camufladas eternamente pela historiografia e arraigada nos livros de história como "bandeiras" dos "desbravadores do sertão". Do início do século XVIII até meados do século XIX, a vila manteve-se num marasmo. Seu nome homenageia o rio da integração nacional, desde 1877, quando foi elevada a categoria de cidade. Antes dessa data, a cidade pertencia ao município de Vila Risonha de São Romão (atualmente apenas São Romão), também cidade histórica no Norte de Minas - onde existiu a primeira Casa da Moeda no Brasil - e, para nenhuma surpresa, menos conhecida ainda. Em 1873, transferiu-se o corpo administrativo de São Romão para São Francisco, pondo fim a uma discussão que vigorava desde 1871 sobre essa possível mudança da sede administrativa do município. Nesse período, São Francisco ainda levava o nome de Pedras dos Angicos, que começou a despontar e a servir de referencia as cidades as margens do rio São Francisco. Assim, o distrito passou a ser sede e vice-versa e somente na primeira metade do século XX, que São Romão recuperou os foros de cidade, dessa vez com sede própria em seu município. (SILVA, 2012)

Segundo Neves (1998) datam de fins do século XVII e início do século XVIII, o surgimento de aldeamentos cristãos, fundados por missionários ao longo do Rio São Francisco, orientados para o trabalho de catequizar os nativos. Nessa mesma época cresce também o número de criadores e vaqueiros na beira do Rio.

No século XVII, os paulistas encontraram densas matas no Alto Rio das Velhas, onde puderam explorar madeira para construções diversas. Um grupo de armadores passou a construir ‘grandes e boas canoas’, conforme o documento anônimo, Informações sobre as minas do Brasil, da primeira década do século XVIII. Esses barcos eram lançados naquele afluente percorrendo aproximadamente 600 km até alcançar o Rio São Francisco. (...) O São Francisco

era, assim, procurado por ter largueza de campo e água sempre manante de rios e lagoas. (NEVES, 1998, p.12)

São Francisco possui atualmente uma população de 53.828⁴ habitantes. É um lugar de intensa produção cultural, onde o artesanato, a pesca e a religiosidade, marcam profundamente as suas manifestações e festas, mas acima de tudo definem e constroem a identidade do sujeito que migra. Os esforços desse trabalho no município de São Francisco se concentram no bairro rural chamado Sagrada Família. Este não foi um bairro planejado, nos relatos dos moradores a ocupação desse território se deu por vários motivos: fuga das enchentes, despejos de outros bairros, conflitos fundiários com donos de fazendas circunvizinhas, etc.

Em meados da década de 1970 que surgiram as primeiras famílias no que viriam a formar o bairro Sagrada Família. No ano de 1979, marcado pelas maiores enchentes das beiras do Rio São Francisco, mais famílias se instalaram no bairro. Foi através do mutirão que as casas foram construídas.

A casa que a gente morava era simplesmente um quarto, uma sala e uma cozinha pequena. Era de tijolo mesmo, porque foi um padre que fez na época. Porque a gente morava no bairro bandeirante mas eles despejaram a gente porque precisava daquelas terras e despejou o povo de lá, lá chamava-se papelão, porque as casas eram realmente muito precárias. As que não eram de papelão, eram de enchimento. A nossa lá era de enchimento. Ai quando eles despejaram, despejaram a gente pra cá. A gente ficou morando aqui numas barracas que o exército trouxe, moramos bem um tempo. Ai um padre um santo padre, começou a fazer uns barracos pra gente. Eu lembro a gente tudo pequenininho tendo que ir lá no rio pegar água, e juntava todo mundo num mutirão: menino com tamborzinho gente com tamborção, enchia os tambor de uma casa, depois enchia o tambor de outra casa, era um mutirão ate encher tudo. (Izilda, 37 anos, moradora do Bairro Sagrada Família, entrevista para Thaís Dias Luz Borges Santos e Pedro Henrique Mourthé, em outubro de 2012)

O mutirão, nas palavras de Candido (1964) seria o ato ou a solução para a falta de mão-de-obra nos grupos isolados; consistindo essencialmente na reunião dos vizinhos, convocados para efetuar determinado trabalho: derrubada, roçada, plantio, limpa e colheita etc. Geralmente o beneficiário oferece alimento e uma festa após o encerramento do trabalho. Desse modo, o diferencial do mutirão, é que a forma de pagamento não é o dinheiro. O que move as pessoas é uma consciência moral em relação ao outro, é a troca de favores que é constante entre os camponeses que vivem da agricultura de subsistência e não dispõem de mão-de-obra suficiente para dar conta do plantio e demais atividades. As

⁴ Dados populacionais do IBGE.Censo 2010.

decisões fazem parte da coletividade do grupo, “a religião, política, lazer, tudo serve de ocasião para agrupamentos e reuniões, e as próprias questões familiares transbordam do núcleo para se tornar problemas que interessam à comunidade toda” (QUEIROZ, 1963, p.58).

À frente desses mutirões, estavam os religiosos da paróquia de São José. Estes auxiliavam nas construções das casas numa região fora do perímetro urbano: rodeadas de pequenas e médias fazendas e de um prédio das Indústrias Alimentícias Itacolomy – ITASA;

Logo, o bairro Sagrada Família é popularmente conhecido na cidade como ITASA, devido sua localização e encontrar nas redondezas do que um dia foi a indústria da Nestlé, ativa até a década de 1990. Nos dias de hoje, o prédio deu lugar a uma escola municipal. Com o passar dos anos, e com o crescimento do número de famílias naquele bairro, surgiram algumas ruas, que pouco a pouco foram sendo asfaltadas. O acesso ao bairro é difícil, sendo possível, através de duas avenidas que foram recentemente asfaltadas: a avenida Perimetral e a estrada da BR MG 161, que liga a cidade de Januária a cidade de São Francisco.

Agora que esse bairro cresceu, teve muitas doações de lotes aqui. Aqui cresceu muito. Aqui precisa de um posto policial, de um posto de saúde, de um hospital bom. Aqui pra mim, eu acho que precisava também de uma lotação porque fica muito longe do centro da cidade. São Francisco está ficando grande, mas não tem envolvimento de nada. (Domingos, 36 anos, morador do Bairro Sagrada Família, entrevista para Thaís Dias Luz Borges Santos e Pedro Henrique Mourthé, em Outubro de 2012)

A maioria das ruas são de terra solta, sendo pouco iluminadas. O transporte das pessoas, em sua grande maioria, é feito de bicicleta ou até, apenas uma minoria possui algum veículo automotivo. Domingos conta que

antes tudo era roça. Aqui era tudo roça nesse bairro. Tinha até onça aqui. Bicho de caça, tinha muito. Eu sempre morava aqui. Aqui tinha pau preto, pra lá você não via uma estrada, era só mato. A velha mais velha aqui do bairro tem mais de cem anos, e conversa numa boa pela idade. 103 anos ela tem. E tem seu Zé preto que é mais velho e conhece muitas coisas, mora ali pra lá de uma casenga. Tinha uma casenga aqui que era onde eu morava antes. Quando eles fez isso aqui tudo eu lembro. (Domingos, 36 anos, morador do Bairro Sagrada Família, entrevista para Thaís Dias Luz Borges Santos e Pedro Henrique Mourthé, em Outubro de 2012)

Os moradores relatam que a energia elétrica e iluminação, só chegaram depois do ano de 2002, o que resultou num crescimento do número de famílias. Como única opção de

lazer os moradores utilizam uma quadra poliesportiva, construída pela prefeitura, apesar das condições precárias para o seu uso e também pelos danos pelas chuvas. A quadra poliesportiva está localizada nas proximidades da Igreja Católica, do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, do Estratégia de Saúde da Família – ESF/Sagrada Família, implantando e gerenciado pela Secretaria Municipal da Saúde e também do Clube Campestre da Associação Atlética do Banco do Brasil, que tem acesso restrito aos seus sócios, ou seja, a comunidade no qual esta inserido não participa das suas atividades de lazer. Ao andar pelas ruas do bairro Sagrada Família encontramos casas simples, separadas em geral por cercas de arame ou em alguns casos, de muros baixos. Entender esse processo de ocupação faz-se necessário para a compreensão e construção da identidade das pessoas que dotaram de significados e significações o lugar em que moram. Isso é possível a partir do conceito proposto por Oliveira⁵ (1976, p. 4), onde a mesma é bidimensional: contempla o aspecto pessoal (individual) e o social (coletivo). Ambos os aspectos dialogam, o que nos permite tomá-los “como dimensões de um mesmo e inclusivo fenômeno, situado em diferentes níveis de realização”.

A identidade social aparece, pois, como uma atualização do processo de identificação e pressupõe a noção de grupo. É um reflexo da identidade pessoal, da qual não se descarta. Conferir identidade a grupos requer a eleição de aspectos que lhes concedam individualidade e os destaquem frente a outros grupos; consiste em ressaltar suas características. (WANDERLEY; MENEZES, 1997, p. 19).

O município de São Francisco-MG e a comunidade de Barra do Pacuí são reflexos desses processos. A migração sazonal tornou-se o meio dessas pessoas ganharem seu sustento sem abandonar o seu lugar de origem. Os símbolos, os discursos e as práticas sociais se consolidam na memória e nas representações sociais a partir do território e do lugar. Diegues (2001) cita Redfield para afirmar que a cultura das sociedades camponesas não é autônoma, pois para se manter como tal, a cultura camponesa requer contínua comunicação com outra cultura.

Os camponeses, segundo Firth (1950), ainda que dependam fundamentalmente do cultivo da terra, podem ser pescadores, artesãos, extrativistas, segundo as estações do ano e a necessidade de obtenção de dinheiro para suas compras na cidade. (...) Culturas tradicionais nessa perspectiva, são as que se desenvolvem dentro do modo de produção da pequena produção mercantil (Diegues, 1983). Essas culturas se distinguem das associadas ao modo de produção capitalista em que não só a força de trabalho, como a própria natureza, se transforma em objeto

⁵ OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Identidade, etnia e estrutura social. São Paulo: Pioneira, 1976.

de compra e venda (mercadoria). Nesse sentido, a concepção e representação do mundo natural e seus recursos são essencialmente diferentes. Um elemento importante na relação entre populações tradicionais e a natureza é a noção de território que pode ser definido como uma porção da natureza e espaço sobre o qual uma sociedade determinada reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, controle ou uso sobre a totalidade ou parte dos recursos naturais aí existentes que ela deseja ou é capaz de utilizar (Godelier, 1984). Essa porção da natureza fornece, em primeiro lugar, a natureza do homem como espécie, mas também: 1-Os meios de subsistência; 2- Os meios de trabalho e produção; 3- Os meios de produzir os aspectos materiais das relações sociais, os que compõem a estrutura determinada de uma sociedade (relações de parentesco etc). (DIEGUES, 2001)

São Francisco-MG tem características reconhecidas no dizer e no fazer dos moradores, de acordo com Brandão (2010) o que faz uma comunidade ser tradicional é ter criado padrões de cultura singulares e continuar a viver na reafirmação dos seus valores.

As condições de acesso a saúde, educação e lazer são difíceis nas duas comunidades, as precárias condições financeiras e dificuldades de emprego e renda aproximam ao grupos pesquisados e auxiliam a realização das migrações. Os modos de vida são diversos, mas os sonhos são os mesmos: a melhoria da renda para melhorar a vida da família.

É o trabalho enquanto valor de vida que move as famílias, é através das possibilidades de “arrumar serviço”, como dizem homens e mulheres nas duas comunidades pesquisadas, que muitos partem, retornam, e muitos ficam e vivem para esperar o retorno daqueles que saem para a “lida da vida”.

OS MODOS DE TRABALHO DOS MIGRANTES DO BAIRRO SAGRADA FAMÍLIA

E era ao pôr-do-sol que as aves apareciam. Indo ou voltando, para que paragens, bandos e bandos. Garças, araras, patos, papagaios, em grande algazarra, buscando agasalho para a noite. Pernaltas cor-de-rosa paravam em grupos, nas coroas de areia, e pareciam buquês de peônias. Pensei que fossem flamingos, depois soube que não. São os guarás, ou íbis vermelhos. E pelo rio abaixo, pássaros-pretos, tucanos, sanhaços, bem-te-vis. Sem falar nos canários, nos sabiás, nas perdizes, nos periquitos. E no nosso João-de-Barro, com sua casa caprichada, de delicada e sólida engenharia (CAVALCANTI, 1998, p.33)

Ao andar pelo Bairro Sagrada Família, é possível analisar a arquitetura das casas, sendo em sua maioria semelhantes: todas são simples, feitas de tijolos e telhas de amianto ou coloniais, em sua maioria rebocadas, separadas por cercas de arame ou em alguns casos por um muro baixo. Casas totalmente muradas e pintadas existem em minoria no bairro.

Nos relatos dos moradores em entrevistas e em conversas informais, é revelado que apenas nos últimos trinta anos alguns moradores puderam realizar pequenas mudanças nas casas, que em sua maioria eram de adobe. Alguns conseguiram a casa por doação da Igreja Católica, outros por doação de anônimos e até mesmo por mutirão realizado ao longo dos anos, pelos moradores do bairro. É muito comum nas casas visitadas, a ausência do marido e dos filhos jovens/adultos, que vão trabalhar nas chamadas “firmas”⁶.



FOTO 9 - Sr. Pedro Verde na varanda da sua casa e seu instrumento de trabalho com a pesca. Foto: Thaís Dias Luz Borges Santos, Trabalho de campo, 2012.

Nos depoimentos do senhor conhecido com Pedro Verde, de 60 anos, é contado que desde a sua época de solteiro, ele saía de São Francisco “às cegas” procurando trabalho nas fazendas que tinham grandes lavouras e que precisavam de mão de obra para o trabalho braçal: seja para colheita, plantio ou roçar a terra (processo de limpar o terreno em que acontecerá o plantio). Desde seu sogro, filhos, genros e sobrinhos, todos sobreviveram e alguns ainda sobrevivem principalmente do dinheiro arrecadado nos trabalhos com as “firmas”.

Apesar de dizer nas rodas de conversa e entrevistas, que o trabalho nas “firmas” “é sofrido”, Seu Pedro Verde reconhece que estas mantêm as esposas, filhos e velhos que ficam na cidade. O motivo das saídas é que a cidade não incorpora homens e mulheres com idade ativa (para o trabalho) ao setor de serviços, agropecuário ou industrial; essa

⁶ O termo é utilizado pelos moradores para designar as fazendas de grandes lavouras.

evidência é constatada nos estudos de Batista (2010) onde o setor de serviços em São Francisco contribui com mais de 70% no Produto Interno Bruto do Município, e representa expressiva prestação de serviços públicos na administração pública, seja nas esferas municipais, estaduais e federais.

Seu Pedro afirma que sua profissão é e sempre foi pescador, mas como hoje tem pouco peixe e muito pescador, e antigamente tinha-se muito peixe e pouco pescador, é necessário partir para outras '*labutas*' e outros serviços.

As rodas de conversa, onde homens e mulheres relataram as histórias de vidas das sua família, são comuns na comunidade. Estas história se cruzam e se coincidem com a de muitos outros que ali residem. Como é muito comum na maioria das casas, são os homens que mais fazem uso da palavra, e é com muita tranquilidade e firmeza nas palavras, que Sr. Pedro Verde narra sua infância:

A gente morava ali de agregado nas fazenda de um pessoal, trabalhamos surrado, tudo quanto e coisa lá era nos que fazia, rancando toco de enxadão, pegava hectare por hectare rancando toco, era roçando, era ganhando pregada de marimbondo, era bicho ferrando a gente, dormia em cima de um couro de boi, nos morava ali nas roça, já passei fome. Tinha um fazendeiro que tinha lá que nessa época eles não faziam conta do leite que tinha, assim a gente vivia passava lá pegava o leitinho fervia o leitinho ali e era na roça puxando enxada. Eu tenho minha profissão, que eu sou pescador, eu pesco aí, era trabalhando na roça e na beira do rio pegando o peixinho pra gente tomar o caldo, tinha vez que nem farinha tinha, ou assava o peixe, ou tomava o caldo. Onde nos dormia, oh Jesus, hoje tá até bom. Pra nos estudar nos chegava pra estudar lá, com um caderninho desse na época minha, meu pai chegava e comprava um caderno e chegava lá a professora tinha que dividir e tirava duas folhas pra cada um pra nós estudar, estudava até meio dia. Lá pras roça quando a gente chegava lá, mais de meio dia, não tinha era quase nada, tinha uma favinha sem gordura. Era lá um dia que gente comia bem, era tudo temperado com sebo de boi, comprava um quilo de sebo de boi pra durar uma semana, chegava ali comia aquela coisinha e já ia era pra roça mais pai, quando terminava nos ia pra lagoa... Teve um tempo que eu comecei a trabalhar nessas firmas pra lá pra fora. Nessa região de São Gotardo, hoje mesmo tem um bocado pra lá, outros pra lá de Brasília-DF, pra trabalhar em lavoura, e cortando alho, colhendo alho, colhendo batatinha. Depois que eu casei e no dia que a mulher ganhou meu filho mais velho eu estava no mundo mexendo com plantio de eucalipto pro lado de Montes Claros, levantava de manhã debaixo de chuva, e quanto mais estava chovendo eles levava nos pro campo. A outra minha menina mais velha quando Mira ganhou ela, porque nessa época não tinha negócio de telefone não, tinha nada disso, era só carta, eu estava socado dentro de Unai pra lá trabalhando que eu mais meu sogro, quando eu cheguei a mulher já tinha 35 dias que tinha ganhado a criança, sofrendo. Hoje e agora não: não tá bom mas não tá ruim. Hoje a coitadinha da minha mulher esta em cima de problema de diabete, em cima de remédio, só come coisa integral, pão integral, arroz integral, suco de couve, mas também já trabalhou demais, coitada, na roça, ela levava os menino na roça, forrava um pano numa moita lá e deitava eles lá e ia puxando enxada. (Sr. Pedro Verde, 60 anos, morador do Bairro Sagrada Família, entrevista para Thaís Dias Luz Borges Santos e Pedro Henrique Mourthé, em julho de 2012)

O filho do casal é encarregado do campo na empresa chamada ADF, localizada na região de Cristalina em Goiás. A empresa leva mais de cinco ônibus por ciclo da lavoura de batata. A partir de conversas com Izilda, esposa de outro morador, Darlan, que também é encarregado do campo junto com o filho de Sr. Pedro na ADF, que consigo compreender o que esse cargo de encarregado do campo significa na prática.

Segundo relatos de Izilda, que também foram confirmados pelos jovens que trabalhavam na ADF, durante nossas conversas, há pouco mais de dez anos atrás era chamado de “gato”, a pessoa que chegava até o município recrutando interessados para trabalhar nas firmas, sendo responsável pela organização dos trabalhadores e das viagens. Com as primeiras mudanças das empresas, há alguns anos atrás, o “gato” foi substituído pelo fiscal, que também recrutava os grupos de pessoas para trabalharem nas firmas e tinha como função fiscalizar o serviço dos mesmos nas lavouras. Após as últimas mudanças e com a modernização dessas empresas, o fiscal passou a ter carteira assinada e recebeu o nome, como assinado na carteira de trabalho, de “encarregado de campo”. Sua função é se deslocar até sua cidade ou lugares que conheça bem, para selecionar pessoas que vão trabalhar junto a ele e fiscalizar o trabalho realizado no campo para as firmas. As equipes que são recrutadas pelo encarregado são de 80 a 100 pessoas, e caso o trabalho não saia como o planejado é sua responsabilidade fazer com que o trabalhador volte e desempenhe sua atividade de acordo com as normas exigidas pela empresa.

Durante a realização do presente trabalho não fui recebido pelos encarregados de campo, as informações que tenho foram relatadas pelas suas esposas. No bairro Sagrada Família foram identificados, três encarregados do campo e uma mulher, que por sinal é da família de Sr. Pedro Verde, e que atua como “gato” para as firmas da plantação de alho dentro do bairro. Um jovem de 24 anos, que preferiu não se identificar, relatou que surpreendentemente no mês de agosto/setembro do corrente ano, eles tiveram que recrutar trabalhadores nas terras de quilombos pertencentes ao município de São Francisco porque quase todos do bairro já estavam no “trecho para outra firma”. Izilda nos relata que quando casou com seu marido Darlan, o mesmo já trabalha e garantia o sustento da família com o trabalho temporário nas firmas.

Eu casei com 21 anos. Foi tão interessante assim que meu marido, depois que a gente namorou bastante, ele foi embora e ficou fora daqui cinco anos, ele foi morar lá no estado de Goiás. Ficou cinco anos pra lá. Ai ele voltou pra cá e a gente reatou e com um ano de namoro nos casamos. Ai agora nesse mês dia 27 de outubro de 2012, a gente faz 15 anos de casado. E estamos juntos graças a

Deus. Quando nos casamos, foi meio complicado. A gente foi morar na casa de minha mãe, minhas coisinhas ficaram encaixotadas porque a gente foi morar na casa de minha mãe. A gente até conseguiu um barraco aqui, mas bem precário. As portas eram de caixote, tive que vender uma bicicleta que eu tinha de solteira pra colocar água e luz no barraco. Mas assim as portas de caixote, as telhas eram precárias, você não podia olhar pra cima que caia farelo dentro do seu olho. Eu já tinha uma menina e estava grávida do meu segundo filho. E meu esposo sempre nessa vida de viajar. Quando a gente reatou pra casar, ele já viajava a trabalho nas firmas. Mas antigamente não era assim confortável em ônibus não, era em pau de arara mesmo. Era viajar pra trabalhar nas firmas em colheita e plantação. Às vezes esses pau de arara vinha com um baú e quando você abria lá dentro estava as tábuas atravessadas que eles iam viajar lá sentado. Era tudo irregular. Mas graças a Deus lá melhorou bastante. (Izilda, 37 anos, moradora do Bairro Sagrada Família, entrevista para Thaís Dias Luz Borges Santos e Pedro Henrique Mourthé, em outubro de 2012)

Nos relatos das mulheres do bairro a manutenção e a melhoria da casa coincidem com a saída do encarregado/gato e com a melhoria das condições e valorização do trabalho dos seus maridos e pais.

Nos últimos vinte anos a saída para o trabalho temporário só acontece em grupo, nenhum dos moradores saem mais às cegas à procura de um emprego. Somente em meados da década passada, os trabalhos passaram a ter o conforto do ônibus regular, uniforme, calçado e boné apropriados para o trabalho, assim como roupa de cama e colchão instalados nos alojamentos construído para abrigar as centenas de trabalhadores que vão para essas empresas. Os migrantes do bairro já tem destino certo: ou vão para a colheita da batata na empresa ADF, ou vão para o plantio e colheita do alho em São Gotardo-MG.

Outra mudança nas condições de trabalho acontece na relação com a forma de negociação de trabalho: a maioria têm contrato de trabalho assinado que regulamenta as condições de trabalho e formas de pagamento, sem falar no seguro para acidentes que acontecem durante o trabalho.

Mesmo com essas modificações apenas uma minoria possui carteira assinada, que garante o salário até em períodos de pausa do trabalho na lavoura. Na visão daqueles que partem, a introdução das máquinas nas lavouras tem diminuído as opções de trabalho, e as formas de manipulação da terra e do alimento, tem causado alguns problemas de saúde:

Hoje a gente sai pra trabalhar nessas firmas ai oh, e tá tendo muita máquina, tem acabado o serviço braçal. Antes o povo ia arrancar feijão até pro rumo do chapadão, hoje ainda existe mas é bem menos, então tá tendo muita máquina. Já tá tendo máquina mesmo de amarrar o alho, só não tem a máquina ainda - que eles não inventaram - de cortar o alho e nem de plantar. Mas a de batata já tem a de plantar, tem a plantadeira. Hoje em dia tem o maquinário todo e antes não tinha era tudo no braço. E hoje ainda tem uma coisa, que antes, o povo antigamente era mais sadio que a gente, porque eles eram mais sadio que a

gente? Porque tudo hoje em dia é através da droga. O que você come hoje em dia, nunca é algo natural, é tudo através do veneno. Tem tanta química, tóxicos, que fazem mal pra gente, pra nossa própria saúde,... Igual mesmo a gente trabalha pra fora e a gente reclamou né, porque ali você tá trabalhando na roça e um filho de uma égua de um tratorista – que me perdoe – ele ia chegando já batendo o veneno, e você tá ali suspirando; o respiratório seu lá ... quando a gente ficava cortando, leirando eles vinham batendo... ai hoje que não tá fazendo isso mais porque a gente reclamou e eles pararam né. A gente reclamou, teve muita reclamação sobre esse assunto, porque isso faz mal pra gente, pro organismo da gente, eu mesmo já mexi muito com veneno. Batendo veneno assim oh. (Domingos, 36 anos, morador do Bairro Sagrada Família, entrevista para Thaís Dias Luz Borges Santos e Pedro Henrique Mourthé, em Outubro de 2012)

É a partir dos relatos dos moradores que consegui construir um calendário do plantio e colheita da batata e alho, que são os produtos alimentícios que mais empregam moradores do bairro Sagrada Família no trabalho temporário de lavouras.

O plantio do alho acontece nos meses de março e abril. A colheita do alho acontece do mês de junho ao mês de setembro. Geralmente entre os meses de outubro e novembro alguns trabalhadores voltam para as fazendas para cortar o alho que vai para a câmara fria e será utilizado no próximo plantio. O plantio da batata é feito pelas máquinas no mês de outubro ao mês de dezembro; os trabalhadores temporários vão para a colheita, que ocorre entre os meses de fevereiro à setembro. Em ambos os plantios os contratados tanto para plantio quanto para colheita trabalham quarenta e cinco dias diretos, aí o prazo vence e é acertado com cada um os valores referentes ao rendimento do seu trabalho. No plantio eles recebem por metro quadrado plantado, já na colheita, recebem por caixa coletada. Feito o acerto, os contratados voltam pra casa e descansam por uma semana; após o descanso eles retornam para a lavoura e trabalham mais quarenta e cinco dias, recebem o acerto salarial e descansam mais uma semana em casa. É sempre assim até vencerem todos os prazos de colheita e plantio.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A migração é uma estratégia de manutenção do território tradicional. E mesmo entre o ir e vir da cidade para o campo e do campo para cidade, os migrantes procuram se afirmarem como ‘tradicionais do lugar’. No município de São Francisco, no bairro Sagrada Família a luta dos moradores está na manutenção da casa e do sonho de que o município consiga incorporar os migrantes no seu mercado de trabalho. Os moradores estão à

margem da sociedade, isolados dos centros comerciais e urbanos. Entretanto, eles se unem em prol da resistência. O processo migratório continua sendo uma estratégia de manutenção da vida.

A vida, a luta, o estar e permanecer no lugar fazem parte da ‘estória’ desse lugar que como as águas dos rios que margeiam a comunidade seguem sendo símbolo de força, de correntença. O que permanece é o desejo de garantir que seu território abrigue e alimente as gerações futuras, sem que seus direitos sejam violados e sua tradição e cultura desrespeitada.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. G; MENDES, G. F. **Memória, símbolos e representações na configuração socioespacial do sertão da Ressaca – Bahia.** *Mercator* – Revista de Geografia da UFC, ano 07, número 13, 2008.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Repensando a pesquisa participante/** - São Paulo: Brasiliense, 1999

____. **A comunidade tradicional.** Relatório final Projeto Opará. Minas Gerais. 2010

CANDIDO, Antonio. As formas de solidariedade. In: **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.

CAVALCANTI, Dirce A. **(O Velho Chico, ou a vida é amável.** São Paulo, Ateliê. 1998.

CLEPS, J. **Migrações campo-cidade: os diferentes enfoques interpretativos.** Minas Gerais, 2008.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: Hucitec, 2001.

GODOI, Emília Pietrafesa de. **O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

LIMA, Natália Fernandes. OLIVEIRA, Manoel N. A. RESENDE, Aline de Jesus. **Estranhos (DES)Encontros: trabalhadores rurais migrantes e educação.** Goiás. 2008. I

MAZZETTO, Carlos E. Silva . **Territorialidade Camponesa e agronegócio: o sentido e a sustentabilidade dos territórios rurais em questão.** In: Amélia Cristina Alves Bezerra; Cláudio Ubiratan Gonçalves; Flávio Rodrigues do Nascimento; Tadeu Alencar Arrais. (Org.). *Itinerários Geográficos.* 1 ed. Niterói: Ed.UFF, 2007, v. , p. 215-242.

NEVES, Zanoni. **Navegantes da integração: os remeiros do rio São Francisco**. Belo Horizonte, UFMG. 1998.

OLIVEIRA, Joycelaine Aparecida de. **Margens Escritas: *per-cursos* de águas e vidas**. Montes Claros: Coletânea Opará, 2010. .

PAULA, Andrea Maria Narciso Rocha de. **Integração dos migrantes no mercado de trabalho em Montes Claros, Norte de Minas Gerais: “A Esperança de Melhoria de Vida”**. 2003. 151 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)– Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG. 2003.

_____, et al. **A região Mineira do Nordeste**. XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária. Rio de Janeiro. 2006.

PAULA, Andrea Maria Narciso Rocha de. **Travessias - movimentos migratórios em comunidades rurais no sertão do norte de Minas Gerais**. 2009. 350 f. Tese (Doutorado em Geografia)- Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG. 2009.

PAULA, Andrea M. N. R. **Viver Sertanejo, criar lugares: diásporas dos sujeitos rurais no Norte de Minas Gerais**. *Geografia* – UFU, Uberlândia, 2009. - INSTITUTO DE HISTORIA, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG. 2012

PEREIRA, A. M; SOARES, R. B. **O Rural e o Urbano no Norte de Minas (MG) : uma abordagem sob ótica da paisagem**. Trabalho apresentado no II ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA: 'AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS 20 A 22 JUNHO 2006.

PORTO-CONÇALVES, C. W. **As Minas e os Gerais – Breve ensaio sobre desenvolvimento e sustentabilidade a partir da Geografia do Norte de Minas**. In. LUZ, Cláudia e DAYRELL, Carlos (Org). *Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e Atualidade*. Goiânia: Agência Ambiental de Goiás, 2000.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço - Técnica e Tempo. Espaço e Emoção**. 4ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Expropriação da terra, violência e migração: camponeses maranhenses no corte da cana em São Paulo**. *Cad. CERU*, São Paulo, v. 19, n. 1, jun. 2008. Disponível em <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-45192008000100012&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 01 maio 2012.

SILVA, Valmiro Ferreira. MORADORES DO BAIRRO, MORADORES DA CIDADE: RECONSTRUINDO VIGÊNCIAS. BAIRRO SAGRADA FAMÍLIA. SÃO FRANCISCO-MG. 2012. 262 p. Dissertação (Mestrado em História)

MIGRAÇÃO, MEMÓRIA E MILITÂNCIA: A ESTRUTURAÇÃO DO MST NO CEARÁ (1989-1997)

Rose Elke Debiazi – UFPR
elkedebiazi@gmail.com
GT2 – Trabalho Rural

Apresentação

A chegada do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Ceará, através do envio de militantes das regiões sul e sudeste do país nas décadas de 80 e 90, inaugurou novas formas de mobilização e relação com a terra. A orientação do MST nesse período estava voltada para a construção de Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs) e visava à nacionalização do próprio movimento. Esse processo de expansão ocorreu através da realização de ocupações de terra, ação que figura como principal forma de aglutinação de militantes nas fileiras do movimento, bem como, estratégia central para obtenção de desapropriações¹.

Nosso intuito para os fins desse artigo é analisar as trajetórias individuais, em particular, de Fátima Ribeiro utilizando como recurso a memória dos "militantes-migrantes". Na documentação do MST não existe uma abordagem diferenciada no tratamento dispensado aos "militantes migrantes". A atuação e o percurso empreendido pelos mesmos não se diferenciam na narrativa do MST. Nosso objetivo não é cair em particularismos e tampouco contribuir na criação de personalismos no interior do MST. Pelo contrário, buscaremos a partir do entendimento dos processos de migração de militantes elucidar o conjunto de relações e disputas (internas e externas) que envolveram a chegada e a consolidação do MST no Ceará; o conjunto de articulações, apoios e alianças estabelecidas nos primeiros anos de atuação do MST e as adaptações, estranhamentos e modificações verificadas na forma de atuação dos camponeses na luta pela terra e na busca de condições dignas de vida e trabalho.

¹ Apresentamos um mapa do estado do Ceará, constando o conjunto de ocupações de terras ocorridas durante os anos de 1989-2009 (anexo).

Esses militantes possuíam uma função política específica. No caso, um migrante-militante com funções de liderança e de direção política, capaz de impulsionar e estimular os trabalhadores locais a adotarem as diretrizes organizativas e de produção propostas pela direção do MST. Segundo Lerrer (2008) a opção pela migração de militantes, principalmente do sul do país, parte do pressuposto de que existiria um “padrão de militância”, o qual deveria ser seguido. Queremos ainda saber de que forma ocorreu à aceitação e eventual aplicabilidade desses métodos de trabalho no contexto agrário cearense.

O MST no Ceará

Diferentes terminologias, variedade de contextos e distintos graus de autonomia delimitam a existência do campesinato na história do Brasil. A categoria campesinato adquire maior visibilidade na sua forma política e acadêmica a partir da década de 60, sendo importante ressaltar o seu caráter universal e sua capacidade de adaptação (MOTTA, 2009). Essa última só sendo possível pela constituição de um “patrimônio sócio-cultural” camponês, ou seja, um modo de vida que se apresenta como um valor de referência que se contrapõe as formas tradicionais de exploração e desqualificação (WANDERLEY, 2009). Dentro desse entendimento estão inseridos os trabalhadores rurais sem terra. Segundo o documento interno (1995) os mesmos são definidos como trabalhadores rurais que trabalham a terra nas seguintes condições: “parceiros, meeiros, arrendatários, agregados, chacreiros, posseiros, ocupantes, assalariados permanentes e temporários e os pequenos proprietários com menos de cinco hectares”.

O surgimento do MST no Ceará está intrinsecamente articulado com a expansão do movimento em âmbito nacional, num contexto marcado pela escassez de terra verificada nas décadas de 1970/80, cujos desdobramentos resultaram na expulsão de trabalhadores das grandes fazendas. Os dados do Censo Agropecuário referente ao ano de 1985 dão uma ideia das disparidades no que tange a concentração da terra no estado do Ceará:

“Os pequenos estabelecimentos, com até 10 hectares somavam cerca de 63% do total de estabelecimentos no Ceará, mas reuniam somente 6% das terras. Em contrapartida, os grandes estabelecimentos contando mais de mil hectares, somavam 0,3% do

total de estabelecimentos, mas concentravam 20% do total das terras” (ELIAS, Denise, 2003, p. 64).

Em linhas gerais, as relações de produção e organização do espaço agrário cearense (ainda) são marcadas por uma estrutura fundiária concentrada; pela presença de minifúndios; por uma base técnica rudimentar e pela presença de uma oligarquia agrária conservadora. Esse quadro resumidamente é responsável pelas limitações na estruturação da produção e, portanto, principal responsável pela “pobreza no campo” (ELIAS, 2003). Não negando, obviamente, as já conhecidas condições climáticas, geomorfológicas e as inerentes aos recursos hídricos vulneráveis a secas e estiagens. Também é característica da região a presença de minifúndios.

Durante a década de 80 um conjunto de impedimentos se coloca à permanência dos trabalhadores rurais: Os trabalhadores, em muitos casos, submetidos à sujeição coronelística de base agrária (residiam dentro das fazendas e eram obrigados a comprar os artigos alimentícios ou de vestuário no armazém ou no chamado “fornecimento” dentro das dependências da fazenda não recebendo o pagamento em papel-moeda) foram expulsos e não absorvidos pela agroindustrialização crescente (ELIAS, 2003). Mudanças realizadas na atividade agropecuária com incentivos do governo do estado, sobretudo, com investimentos na área de irrigação permitiram o cultivo de outros gêneros alimentícios, principalmente na área da fruticultura. Os investimentos visavam à competitividade para o agronegócio, uma agropecuária intensiva e o suporte tecnológico através de “manchas irrigáveis”, que devido ao seu caráter excludente e “especialmente concentrado contribuiu para acentuar ainda mais as históricas desigualdades sociais e fundiárias do Ceará” (ELIAS, 2003, *grifos meus*). São expulsos das grandes propriedades (de diferentes formas, inclusive, com o uso da força física) e dada a impossibilidade de se reproduzirem nas pequenas propriedades, acirram-se os conflitos no mundo agrário cearense. Soma-se a esses fatores o declínio da produção algodoeira nas décadas de 70/80 na região, contribuindo para o “alargamento da insegurança estrutural camponesa” e o enfraquecimento das relações coronelísticas na região.

Os conflitos fundiários foram decisivos para a emergência e a consolidação destes sujeitos (camponeses pobres que sofreram influência da igreja e dos movimentos sociais). Os conflitos estouraram em meio à crise do latifúndio como modo dominante da vida

produtiva no Ceará e, associados ao esgotamento da economia algodoeira dos anos 1970, provocaram um colapso na base de sustentação política dos grupos dominantes. Por outro lado, a crise modificou as possibilidades de sobrevivência no mundo rural, diante do “alargamento da insegurança estrutural camponesa” (SAVAGE, 2004), provocando uma fissura nas relações de dominação, até então baseadas na reciprocidade desigual entre moradores e proprietários. A modificação destas estruturas ocasionou alterações na experiência individual e coletiva desses indivíduos, exercendo pressões sobre as percepções culturais acerca dos conflitos vivenciados e dos lugares historicamente atribuídos aos sujeitos do campo (THOMPSON, 1981).

A chegada da jovem Fátima Ribeiro

A convergência de vários elementos contribuiu para estreitar as relações entre os militantes do Ceará e as demais lideranças do MST. O apoio de setores da Igreja na mediação com o poder instituído e na denúncia da violência a que estavam submetidos os trabalhadores rurais lhes forneceu maior visibilidade; a consolidação do MST em nível nacional; o apoio das populações locais nas ações que pressionavam o governo do estadoⁱ diante da grande seca de 1987/1988 marca esse período. Esse período também é caracterizado pela chegada dos militantes-migrantes no Ceará (1988).

Campos (2010) em “*A formação do MST e a luta pela terra no final dos anos de 1980 no Ceará*”ⁱⁱ, “recupera” o quadro imediatamente anterior a chegada dos militantes – onde os olhares alternavam entre a desconfiança e o sentimento de colaboração e unidade – e aspectos da vivência em coletividade anterior a formalização do MST, possível de ser verificada nos relatos sobre a existência de forte trabalho político na região de Sertão Central (CE); Itapiúna; Quixadá, entre outros. Campos (2010) e Lerrer (2008) possuem entendimentos distintos quanto à aceitação e a convivência inicial entre militantes-migrantes e os militantes locais ou de base. Enquanto àquele apresenta como central a reivindicação de auxílio qualificado externo. Lerrer (2008) pontua resistências e recusa ao modelo “importado” de organização da produção que “pouco privilegiaria” o contexto local.

A primeira militante deslocada para o Cearáⁱⁱⁱ foi Fátima Ribeiro no ano de 1988. Sua trajetória política teve início no estado do Espírito Santo (ES) onde atuou inicialmente

no movimento sindical, em seguida, na Pastoral da Terra. Já no ano de 1985 começou a aproximação com o MST, cujo critério para ingresso era a participação nas ocupações de terra. Um ano (1989) após iniciar o trabalho político no Ceará mais três militantes são encaminhadas para os municípios de Canindé, Quixeramobim e Quixadá^{iv} (ver mapa anexo), oportunizando a liberação de Fátima Ribeiro para acompanhar, assessorar e estabelecer contatos em outras regiões do estado do Ceará. Podemos perceber que nos municípios supracitados encontram-se as maiores concentrações de assentamentos.

Fátima fala da sua chegada ao Ceará. Chegou à rodoviária de Fortaleza, com fome e sem dinheiro, para começar o trabalho de articulação (inicialmente) no município de Quixadá. Sem conhecer ninguém, primeiramente, ficava na dependência dos dirigentes sindicais para as marcações das reuniões de base, mas segundo as suas palavras: *“as coisas não saiam, meio que estavam amarradas”*. Optou, então, por ela mesma estabelecer os contatos com os trabalhadores nos pontos de ônibus (local onde se pegava o pau de arara) e as reuniões passaram a ocorrer com maior periodicidade. Conheceu a realidade e o local de moradia dos trabalhadores, o que permitiu uma inserção “tranquila” no universo sertanejo. Fátima insinua, que as suas características pessoais também contribuíram para amenizar o “choque de cultura”. Ela teria chegado *“de forma humilde, sem atravessamento”*. Essa observação de Fátima contraria a tese de que o nordeste identificado “como uma coisa só”, não levando em consideração as especificidades do local e a experiência organizativa dos camponeses.

Segundo Fátima, o trabalho via Pastoral da Juventude (PJ) foi decisivo para a expansão do MST. Novas lideranças surgiram nesse processo. No entanto, a Igreja começou a avaliar que a situação escapava do seu controle. Ou seja, *“o negócio estava indo longe demais”* e passou a apresentar resistência à ocupação de terras. Defendia a tese da “não adesão” dos trabalhadores, pois possuíam uma tradição diferenciada de luta. Uma reunião, inclusive, foi convocada pela CPT para que Fátima declinasse na posição. Enfaticamente ela manteve a defesa das ocupações de terras, desafiando os religiosos a *“esperar para ver os resultados”*. Os “sem terras”, segundo Fátima, eram *“só animação”*. Ela mesma questionava-se: *“Como pode acreditar numa menininha?”*. Na ocasião, Fátima contava com aproximadamente 20 anos de idade. A Igreja nesse processo perdeu um pouco da sua base, pois muitos militantes aderiram à tática proposta pelo MST e participaram efetivamente das ocupações. O resultado positivo da primeira ocupação de terras no ano de

1989 somou-se para a aceitação e a expansão (estruturação) do MST na região, de acordo com Fátima^v.

A existência de vínculos sindicais também foi um dos elementos atribuído à resistência na realização das ocupações de terra. Ou seja, os trabalhadores preferiam atuar pela via institucional, sem um confronto direto com as elites agrárias. As Federações de Trabalhadores da Agricultura, a exemplo da FETRAECE, teriam “dificultado” a instalação e o trabalho de alguns quadros no Nordeste? Na ocasião, a FETRAECE^{vi} tratava-se da principal interlocutora com Estado. As informações são contraditórias e nos colocam a desafiante tarefa de compreender as disputas internas e externas nessa primeira fase de implantação do MST no Ceará.

No primeiro momento o MST contou com o apoio institucional e político da FETRAECE. Mantinham e ainda hoje mantém pautas conjuntas. No entanto, na medida em que o MST começou a se apresentar como uma alternativa organizativa real algumas lideranças sindicais começaram a ficar preocupadas com a influência nas suas bases de apoio, sobretudo, na região de Crateús. O MST começou a questionar algumas propostas da FETRAECE, como por exemplo, a luta pela ampliação da “Frente de Emergência”, partindo para um enfrentamento direto e mais radical com o governo do estado, exigindo reforma agrária, crédito e assistência técnica. Segundo Fátima, os trabalhadores começaram a “*seguir as lideranças que falavam e concretizavam as ações*”, referindo-se ao caráter pacífico e, por vezes, reformista das entidades de classe.

As lideranças sindicais, por sua vez, afirmavam que os “*trabalhadores não iriam participar das ocupações no INCRA*”, dizem que “*os sertanejos aqui não estão acostumados a fazer marchas, não aguentam ir a pé*”. No entanto, várias marchas foram organizadas, bem como ocupações e acampamentos na frente dos prédios públicos. A bandeira e a mística foram introduzidas nas manifestações. Nesse sentido é possível afirmar que a chegada dos militantes migrantes alterou a forma reivindicatória dos trabalhadores rurais sem terra do Ceará. Ao mesmo tempo inaugurou novas formas de mobilização e enfrentamento, contribuindo decisivamente para o “afrouxamento” e esgotamento de relações paternalistas entre os camponeses e as elites agrárias. Segundo Fátima esse conjunto de ações resultou em uma “*mudança cultural realmente, de forma, de linguagem, de atuação, (...) a organização altera. Não era mais aquelas assembleias*”. São adotados os núcleos de base (por locais de moradia) como funciona atualmente,

buscando viabilizar a democracia direta dos trabalhadores. Nos núcleos são discutidos os mais variados temas e depois as posições são levadas para as assembleias, caso seja necessário. Isso, segundo Fátima, resultou em outra forma de militância. O estranhamento foi verificado pelas lideranças e não pelos trabalhadores. A resistência às formas de mobilização propostas pelo MST teria ocorrido, sobretudo, por parte das entidades.

Fernandes (2000) aponta os conflitos surgidos entre os militantes enviados pelo MST e demais forças que apoiavam a luta tiveram uma raiz constante em vários estados. Segundo esse autor, se criticava o fato de “os trabalhadores”, e não os assessores, estarem dando a palavra final nas decisões. Também era visto com certo estranhamento a forma como estes militantes sulistas do MST procuravam promover um trabalho permanente com as bases, para “juntar pobre”, reuni-los em acampamentos e, sobretudo, organizar ocupações de terra de modo a pressionar o governo a desapropriá-las, passando depois a exigir políticas públicas para os assentamentos. Por outro lado, faz-se necessário registrar que o envio de militantes para o estado do Ceará resultou de um pedido formal por parte dos militantes locais, na ocasião do I Congresso Nacional da MST realizado na cidade de Curitiba (PR) no ano de 1985 (CAMPOS, 2010)^{vii}.

Cabe ainda não perder de vista que na natureza desses conflitos também se encerrava uma disputa de hierarquias entre as lideranças já estabelecidas e os militantes que estavam chegando e estruturando um novo movimento social. Nesse sentido, estudar a formação do MST sem contar com o relato dos militantes externos seria contar uma história fragmentada. Por intermédio desses testemunhos orais pretendemos problematizar as disputas, contradições, apropriações e transformações individuais e coletivas contribuindo na reflexão da história dos movimentos sociais, em particular, na história do MST.

Depois de 10 anos morando no CE, organizando a estrutura política e contribuindo na formação de novas lideranças, Fátima migra novamente. Dessa vez parte o Rio Grande do Norte (RN) e lá permanece por mais 11 anos contribuindo na organização e na resolução de problemas internos do MST. Assume a definição de militante migrante e afirma que os seus deslocamentos resultaram de decisões políticas e coletivas e não individuais. No ano passado retornou ao ES, dessa vez, por motivos particulares.

A sua avaliação desse processo é positiva. Ela diz que foi:

“uma experiência muito rica, quando eu volto lá agora (Ceará), no encontro de jovens, no encontro estadual você percebe o quanto foi

gratificante o trabalho (...) as pessoas fazendo parte de um grupo, com sonhos e buscando cada vez mais (...) nós fomos capazes de mudar a realidade, a realidade foi alterada (...) hoje as pessoas tem uma casa, tem um trabalho (...) e de certo modo contou com uma contribuição da gente (...). Você sair de um lugar para outro, sem saber o que vai ocorrer, sem conhecer ninguém, sem se dar conta do que iria encontrar, do que era a realidade do Ceará (...). A partir dessa inserção, devagar, (...) nós, coletivo conseguimos (...) não existia liderança entre nós. Isso foi o forte para poder alterar alguma coisa e para que os trabalhadores pudessem brilhar” (Fátima Ribeiro).

Diferentemente da afirmação de Fátima quanto a inexistência de lideranças constatamos diferentes níveis de decisão (pela existência de relatos afirmando o desconhecimento do local, dia e horário das ocupações de terra por parte da maioria dos militantes locais, obviamente, também por questões de segurança)^{viii} e de militância, de acordo com suas especializações. A própria Fátima é apresentada no Jornal “Sem Terra” como principal liderança no estado do Ceará por muitos anos. Inclusive, em um dos quadros do jornal chamado “*Lideranças*”, Fátima é entrevistada deixando evidente sua posição de destaque na organização. Haja vista, que esse instrumento (jornal) possuía um caráter formativo e informativo, sendo voltado principalmente para a militância

Interessam-nos nessa investigação, ainda incipiente, as lembranças desses indivíduos inseridos no conjunto das relações, dos posicionamentos, das disputas, ou seja, das lembranças permeadas pelas interferências coletivas. Assim, memórias individuais e coletivas se confundem na trama narrativa. Os posicionamentos do grupo político (MST) se mesclam, articulam e contrariam as posições individuais desses militantes. As questões que afloram no presente, “resgatadas” do passado exige um exercício de reflexão. Thomson (2002) ao tratar da história das migrações fala como os migrantes lidam com as consequências da sua migração e dela extraíram sentido. Segundo suas palavras:

As próprias histórias representam a constante evolução dos modos pelos quais os migrantes constroem suas vidas através de suas

histórias. Encaradas desta maneira, as histórias orais dos migrantes proporcionam evidências tanto sobre a experiência passada quanto sobre as histórias de vida que são uma parte importante e material da experiência dos migrantes (THOMSON, A., 2002, p. 355).

Ao coletar tais depoimentos, levamos em consideração que essas informações estão filtradas pela memória, para além da rememoração. Isso significa levar em conta "lugares", instituições, foros, interações, veículos e "quadros sociais" em que é estabelecida a significação de acontecimentos arranjados no tempo. Significa, para os propósitos dessa pesquisa, dar atenção nos depoimentos às referências feitas pelos entrevistados às circunstâncias nas quais as representações por eles comunicadas foram estabelecidas. Significa buscar interpretar quais relações interferiam nas trocas simbólicas envolvidas na gestação de determinadas representações e escolhas.

Por fim, consideramos as possibilidades de mediações sócio-culturais no trajeto dos sem-terra do Ceará, na medida em que recebiam influência dos militantes-migrantes e influenciavam simultaneamente a orientação nacional do MST e do setor de produção. Nosso intuito não é fazer um estudo comparativo com o exposto acima, mas perceber as influências, formulações e adaptações vivenciadas nas experiências organizativas no Ceará. Enfim, compreender como esses atores sociais contribuíram para estruturar as características organizativas deste movimento social, destacando aspectos particulares e coletivos dos percursos empreendidos pelos mesmos.

**Figura 01: Mapa do Estado do Ceará
Ocupações de terras organizadas pelo MST
1989- 2009**

Legenda
--- Número de ocupações de terras organizadas pelo MST-CE de 1989 - 2009

Fonte: CPT e pesquisa direta, 2009
Elaboração e sistematização: Francisco Amaro Gomes de Alencar/Aldiva Sales Diniz
Vetorização e edição gráfica: Welton Travassos

ESCALA 1 : 2700000

27 0 27 54 81 108

10

Referências bibliográficas e bibliografia

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de e DINIZ, Aldiva Sales (2010). **MST – Ceará: 20 anos de marchas**. In: Mercator – Revista de Geografia da UFC. Fortaleza: UFC, VOL 9, nº 20, p. 133-148.

ARAGÃO, Lúcia Maria Paixão (2002). **Análise da sustentabilidade do Programa Reforma Agrária Solidária – O caso do Ceará**. Fortaleza: Dissertação de Mestrado, UFC.

ALCÂNTARA, Selma Maria Peixoto e LEMOS, José de Jesus Sousa (2008). **Experiência de Reforma Agrária no Ceará: Os Casos dos Assentamentos de Recreio, Caldeirão, Redonda e Malacacheta – CE**. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/9/677.pdf>.

BATALHA, Cláudio H. M., SILVA, Fernando T. da e FORTES, Alexandre (2004). **Culturas de Classe**. Campinas: Editora da Unicamp.

BRUMER, Anita. 2009. Considerações sobre uma década de lutas sociais no campo no extremo sul do Brasil (1978-1988). In: FERNANDES, B. M; MEDEIROS, Leonilde S. de e PAULILO, Maria I. (Orgs). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas: a diversidade das formas das lutas no campo**. Vol. 2. São Paulo/Brasília: Ed. UNESP/NEAD.

CAMPOS, Marcos Paulo (2010). **A formação do MST e a luta pela terra no final dos anos de 1980 no Ceará**. Artigo publicado no VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural. Disponível no site: www.alasru.org/cdalasru2010/1trabalhoscompletos/ET-11/marcospaulocampos.pdf.

CARRARA, Ângelo (2000). “Camponês: uma controvérsia conceitual”. IN MOTTA, Márcia, OLINTO, Beatriz e OLIVEIRA, Oséias (orgs.). **História Agrária: Propriedade e conflito**. Guarapuava: UNICENTRO.

CHRISTOFFOLI, Pedro (2000). **O desenvolvimento de cooperativos de produção coletiva de trabalhadores rurais no capitalismo: Limites e possibilidades**. Curitiba: Dissertação de Mestrado, UFPR.

DALMAGRO, Sandra Luciana (2002). **Trabalho, coletividade, conflitos e sonhos: A formação humana no assentamento Conquista da Fronteira**. Florianópolis: dissertação de Mestrado em Educação, UFSC.

ELIAS, Denise (2003). Desigualdade e pobreza no espaço agrário cearense. In: **Mercator – Revista de Geografia da UFC**. Fortaleza: UFC, Ano 2, nº 03, p. 61-69.

FEITOSA, Maria das Dôres Ayres (2002). Participação: **Ainda uma trilha na Reforma Agrária do Ceará. Estudo de caso no assentamento Santa Bárbara**. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em Educação Brasileira, UFC.

FERNANDES, Bernardo (1999). **MST: Formação e territorialização**. 2º Edição. São Paulo: Hucitec.

JOUTARD, Philippe. (1998). História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: AMADO, J; FERREIRA, M. de M. **Usos e abusos da história oral**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1998.

LEITE, S. et all. (2004). **Impacto dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: IICA, NEAD; São Paulo: Editora Unesp (co-editora).

LERRER, Débora Franco (2008). **Trajetória de militantes sulistas: tradição e modernidade do MST**. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado, UFRRJ.

LITTLE, Paul (1994). **Espaço, memória e migração: Por uma teoria de reterritorialização**. In: Textos de História nº 04. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

MAESTRI, Mário (2005) A aldeia ausente: Índios, caboclos, cativos, moradores e imigrantes na formação da classe camponesa brasileira. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil 2**. São Paulo: Expressão Popular, 1ª edição.

MARTINS, José de Souza (1995). **Os camponeses e a política no Brasil**: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 5º edição.

MENDONÇA, Sonia Regina de (2006). **A questão Agrária no Brasil 5 - A classe dominante agrária: natureza e comportamento – (1964 – 1990)**. In: STEDILE, João Pedro (Org.). São Paulo: Expressão Popular, 1ª edição.

MOTTA, Márcia e ZARTH, Paulo (Orgs.). 2009. **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**. Vol. II – Concepções de justiça nas repúblicas do passado (1930-1960). São Paulo/Brasília: Ed. UNESP/NEAD.

MORISSAWA, Mitsue (2001). **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular.

NEVES, Frederico de Castro (2000). **A Multidão e a História: saques e outras ações de massa no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto.

OLIVEIRA, Bernadete Castro (2009). Terra, trabalho e crenças: Identidade e territorialidade camponesa. In: NEVES, Delma Pesanha (Org.). **Processos de Constituição e reprodução do campesinato no Brasil**. Vol. II – Formas dirigidas de constituição do campesinato. São Paulo/Brasília: Ed. UNESP/NEAD.

OSÓRIO, Helen (2008). Formas de vida e resistência dos lavradores-pastores do Rio Grande do Sul no período colonial. In: MOTTA, Márcia e ZARTH, Paulo (Orgs.). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**. Vol. I – Concepções de justiça e resistência nos Brasis. São Paulo/Brasília: Ed. UNESP/NEAD.

PEREIRA, Francisco Ruy Gondim (2008). **Os camponeses e a mobilização popular: Igreja Católica, saques e movimentos sociais em Itapiúna – CE (1980-1993)**. Fortaleza: Dissertação em História Social, UFC.

PORTELLI, Alessandro (1981). **Tentando aprender um pouquinho**. Algumas reflexões sobre ética na história oral. In: Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduandos em História e do Departamento de História da PUC (Pontifícia Universidade Católica). São Paulo, pp.13-50.

SALES, Celecina de Maria Veras (2003). **Criações coletivas da juventude no campo político: um olhar sobre os assentamentos do MST**. Fortaleza: Tese de Doutorado em Educação, UFC.

SAVAGE, Mike (2004). Classe e História do Trabalho. In: BATALHA, Cláudio H. M.,

SILVA, Fernando T. da e FORTES, Alexandre. **Culturas de Classe**. Campinas: Editora da Unicamp.

SOUZA, Enilce Lima Cavalcante de (2005). **Campo e Palavras: Dimensões da questão agrária no Ceará, 1954 – 1964**. Fortaleza: Dissertação em História, UFC.

THOMSON, A. **Histórias (co) movedoras: História Oral e Estudos de Imigração**. (2002) In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, nº 44.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel (2009). **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e propriedade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

_____ et al. (2009). (Orgs). **Camponeses Brasileiros: leituras e interpretações clássicas**, v.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural.

ⁱ Refiro-me a distribuição dos recursos da “Frente de Emergência”.

ⁱⁱ O autor também descreve resumidamente as articulações anteriores a primeira ocupação de terras realizadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) em conjunto com os militantes-migrantes.

ⁱⁱⁱ Entrevista concedida para a autora em 07/10/2011.

^{iv} Nos municípios mencionados é identificado um número considerável de assentamentos rurais, eventualmente, podendo ser atribuído como desdobramento do trabalho dos militantes-migrantes.

^v A primeira ocupação foi realizada no município de Madalena, na fazenda Reunidas São Joaquim, localizada a 180 km da capital, Fortaleza. Contou com aproximadamente 300 famílias oriundas dos municípios de Quixadá, Quixeramobim, Canindé, Boa Viagem e Madalena (CAMPOS, 2010, p. 5).

^{vi} Fetraece - Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Ceará.

^{vii} Esse dado relatado por Campos (2010) contraria a afirmação de Lerrer (2008) de que existiria uma eventual resistência na abordagem e no trabalho conjunto aos militantes-migrantes devido ao choque cultural.

^{viii} Informações repassadas para a autora em conversa com militantes do MST.

TRABALHO E SISTEMA AGRÍCOLA NA PARCERIA COM O SETOR AVÍCOLA: UM ESTUDO NO ASSENTAMENTO HORTO DE BUENO DE ANDRADA

César Giordano Gêmero¹
Oriowaldo Queda²
GT2 – Trabalho Rural

Introdução

As mudanças ocorridas no sistema produtivo da avicultura de corte, a partir da modernização da agricultura de avicultura industrial, modificaram totalmente as relações de produção e trabalho na atividade. No início da década de 1960, foram introduzidas no Brasil linhagens de aves melhoradas geneticamente, fábricas de rações especializadas, manejos, instalações e equipamentos voltados para produção intensiva, baseada no confinamento total das aves e na busca pelo máximo controle do sistema produtivo, dentre inúmeras outras modificações.

Este modelo, de certa forma, acompanhou o conceito de desenvolvimento proposto pela modernização da agricultura, buscando aproximar a produção agropecuária ao processamento/beneficiamento industrial. De acordo com Espíndola (2009), a expansão e a consolidação agroindustrial ocorreram pelo predomínio de empresas transnacionais, sobretudo de origem norte-americana, e pela subordinação da estrutura produtiva do setor agropecuário à lógica de transformação industrial. Diante deste processo, originaram-se monoculturas voltadas para o mercado externo e a criação de um padrão de consumo assentado no binômio carne-grãos.

O próprio governo brasileiro propôs uma série de políticas de incentivo para consolidar o moderno complexo agroindustrial avícola. Estas políticas se traduziram em créditos subsidiados à instalação de frigoríficos, difusão do modelo de padronização da

¹ Zootecnista, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, UNIARA.

² Professor titular aposentado da ESALQ/USP e docente do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, UNIARA.

produção e do consumo norte-americano e subsídios para que os produtores adotassem o modelo de integração. Ou seja, o governo teve papel fundamental para alavancar não só a instalação de aviários fornecedores de matérias-primas para os frigoríficos como a modernização da agricultura como um todo (RIZZI, 1993).

Em contrapartida, esforços para se por em prática políticas de reforma agrária no país aconteceram de maneira tímida e sempre atreladas à desapropriações para conter as intensas manifestações dos movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores rurais, dentre outros. Mesmo com todas as dificuldades enfrentadas, foram criados diversos projetos de assentamentos no país, os quais iniciaram sua trajetória realizando uma contraposição ao modelo de desenvolvimento preconizado pela modernização da agricultura. Tal segmento se depara com outra realidade tecnológica

Segundo Ferrante, Almeida (2009) os assentamentos rurais se apresentam como experiências inovadoras na gestão econômica do território, expressam tensões que são reveladoras das contradições e possibilidades da chamada agricultura familiar frente ao poder do capital agropecuário e agroindustrial. Mesmo com toda pressão sofrida pelas agroindústrias presentes em seu entorno, os assentamentos se mostram como alternativas de diversificação produtiva.

A adoção de sistemas produtivos diversificados é característica marcante dos assentamentos rurais da região de Araraquara/SP. Em paralelo com as produções voltadas para o autoconsumo, existe a busca pela inserção da produção nos circuitos agroindustriais regionais, visto por muitas famílias assentadas como uma opção viável de geração de renda. Este caminho se apresentou como opção atrativa para as famílias assentadas, na medida em que analisamos a trajetória de inserção e consolidação do assentamento pesquisado na dinâmica regional, destacando uma série de dificuldades enfrentadas, como: a deficiência de políticas públicas específicas para o desenvolvimento dos assentamentos, a ausência de um planejamento específico do assentamento pelo órgão gestor, assim como problemas de descontinuidade da assistência técnica, assédio das agroindústrias, dentre outros fatores. Ou seja, uma série de questões auxiliaram para que muitos assentados investissem na construção das granjas e buscassem como alternativa de consolidação econômica a integração com os frigoríficos da região.

Porém, de acordo com Ferrante, Santos (2003) o que poderia ser a solução dos bloqueios para o desenvolvimento econômico dos assentamentos tem se revelado cheio de

impasses, nos quais uma insegura melhora na renda monetária oculta a possibilidade de perda de autonomia na gestão do lote. A possível integração do assentado enquanto produtor nos circuitos econômicos que dinamizam o mercado local/regional apresenta-se problemática. Com isso, tais relações entre assentados e agroindústrias do setor avícola são permeadas pela noção de trama de tensões (FERRANTE, 2007). Pois são diversos fatores que influenciam nos caminhos do desenvolvimento dos assentados, havendo vários que os colocam enquanto produtores de matéria-prima para as agroindústrias da região.

A integração entre os assentados do PA Horto de Bueno de Andrada e as agroindústrias do setor avícola seguem o modelo amplamente difundido no Brasil para as criações de aves e suínos. Segundo dados do relatório anual de 2012 da União Brasileira de Avicultura (UBABEF), mais de 95% da produção de frango de corte do país é realizada pelo sistema de integração.

Este sistema se configura da seguinte forma: fica a cargo dos assentados (integrados) a construção dos aviários dentro das normas pré-estabelecidas (sentido do barracão, diâmetro da tela de proteção, cortinas internas e externas, etc.) a aquisição e instalação dos respectivos equipamentos (bebedouros, comedouros, ventiladores, aspersores, etc.). Também é responsabilidade do integrado, arcar com os custos que envolvem todo processo produtivo como energia elétrica, mão de obra, aquisição da cama de frango, sistema de aquecimento (lenha e/ou gás) e água. Já as agroindústrias, possuem o incubatório, a fábrica de ração, o abatedouro, a marca comercial, os pontos de venda (tanto mercado interno como externo) e se comprometem a fornecer para o integrado, a ave de um dia, a ração de todo ciclo produtivo, os medicamentos e a assistência técnica necessária. O transporte também fica a cargo da indústria integradora, sendo ela a responsável por toda logística de entrega dos pintinhos, fornecimento de ração e transporte das aves terminadas da granja até o frigorífico.

Na integração, a agroindústria tem a possibilidade de obter matéria-prima a um custo menor do que a produção própria, onde há investimentos em terras, instalações, máquinas, além dos custos de administração e de mão de obra. Sendo assim, as agroindústrias utilizam-se das instalações, equipamentos e mão de obra dos assentados, visando obter a matéria-prima (as aves) em quantidade, qualidade e tempo adequado ao ritmo do processo produtivo do frigorífico, subjulgando os assentados a este ritmo de produção.

Adotamos a perspectiva de análise desta relação a partir de uma rede de poder (PAULILLO, 2000). Esta é uma construção social definida a partir de conexões complexas entre organizações distintas e dependentes de recursos de poder – constitucionais, políticos, financeiros, tecnológicos, organizacionais e jurídicos. Tais recursos estão cada vez mais distribuídos desigualmente entre os membros de uma rede e, quando empregados com elevado grau de habilidade estratégica por algum ator, produzem ou reproduzem relações hierarquicamente estruturadas de autonomia e dependência (PAULILLO, 2000, p. 07).

Vale ressaltar que a integração entre os assentados e as agroindústrias do setor retrata uma das vertentes do complexo agroindustrial avícola, sendo que, o complexo como um todo possui relações entre diversos atores e corporações que também são permeadas pela noção de trama de tensões, na medida que cada corporação utiliza-se dos recursos de poder que possuem para buscar a relação fundamentada no conceito de autonomia e dependência. Quando analisamos o setor avícola brasileiro, que desde 2004 é o maior exportador deste tipo de carne do mundo, há uma série de interesses (públicos e privados) pelo controle de determinados segmentos do mercado. Isto porque, no caso específico das agroindústrias da região pesquisada³, estas, estão sujeitas a sofrer com as relações de poder das diferentes corporações do setor, tais como: as empresas de material genético, as empresas fornecedoras de matéria-prima para fabricação de ração, de equipamentos, empresas de exportações, de armazenagem de grãos, transporte, de serviços portuários, assistência técnica, etc. Ou seja, os contratos de produção responsáveis por formalizar a integração entre os assentados e a agroindústria, retratam estas relações mais amplas do complexo como um todo. As cláusulas presentes no contrato refletem toda dinâmica do complexo agroindustrial avícola, sendo que, tais relações, as quais as agroindústrias estão constantemente submetidas, são consequência dos recursos de poder que as corporações multinacionais possuem e, conseqüentemente, são repassadas aos contratos de produção com os assentados.

³As agroindústrias responsáveis pelos contratos de produção com os assentados do PA Horto de Bueno de Andrada possuem suas especificidades e características particulares, que nos permite realizar uma análise mais aprofundada sem extrapolar tais considerações para todos os complexos agroindustriais avícolas do país.

Caracterização do Universo Empírico

O projeto de assentamento Horto de Bueno de Andrada possui uma extensão total de 535,75 hectares, os quais estão divididos entre os lotes e as áreas de reserva legal e preservação permanente (ITESP, 2012). São 31 lotes com média de 12,9 hectares cada, destes, 11 lotes possuem granjas para integração com as agroindústrias avícolas (como pode ser visto na imagem abaixo). Como há famílias que construíram dois barracões, o total de granjas construídas chega a 14 em todo assentamento. A maioria das instalações tem capacidade para alojar entre 16.000 a 18.000 mil frangos, mas existem granjas com capacidade para alojar 25.000 mil aves. As granjas se distinguem não só pelo tamanho do barracão, mas também pelo grau de tecnificação dos equipamentos utilizados e pelo uso de mão de obra familiar. A pesquisa foi realizada através da aplicação de oito (8) entrevistas com os assentados integrados, com o representante do órgão gestor – ITESP e com o presidente da Associação dos Avicultores de Araraquara e Região, bem como a análise documental do contrato e do plano de recuperação judicial das agroindústrias estudadas.

Figura 1 – Vista aérea do PA Horto de Bueno de Andrada



Fonte: Google, 2012.

A região Central do estado de São Paulo possui um longo histórico relacionado ao sistema de integração avícola. Isto porque as primeiras agroindústrias a surgir neste

modelo, assim como as primeiras importações de linhagens específicas para corte, datam da década de 1960 e tiveram o município de Descalvado/SP como pioneiro na atividade. Esta característica fez com que a região se tornasse referência na avicultura de corte industrial⁴ na época.

A integração avícola com os assentados da região de Araraquara tem seu pioneirismo com a agroindústria Rei Frango ainda no final da década de 90. Todos os entrevistados iniciaram-se na atividade através dos contratos de produção com a agroindústria em questão. Porém, em 2009, diante de uma série de fatores, vinculados principalmente as consequências do surto de gripe aviária no rebanho avícola brasileiro, a agroindústria Rei Frango entrou em Recuperação Judicial⁵, fechou o frigorífico e a fábrica de ração da matriz em São Carlos/SP e rompeu a integração com os produtores da região - trazendo inúmeras consequências negativas aos assentados.

Com a chegada da crise que causou o pedido de recuperação judicial da agroindústria Rei Frango, ocorreu o que muitos denominaram de “férias forçadas” aos produtores integrados. Grande parte dos avicultores de Araraquara e região ficaram na inatividade por causa da crise no setor. As empresas da região foram aos poucos abandonando as granjas que se encontravam em localidades muito distantes dos abatedouros e fábricas de ração, ou que estavam apresentando resultados ruins de produtividade. A grande maioria dos integrados da Rei Frango ficaram sem previsão alguma de alojamento e muito menos de receber o pagamento dos lotes de aves que haviam sido entregues anteriormente. Os avicultores com melhores aviários e com melhores condições financeiras (ou nem tanto) realizaram algumas adequações e se integraram com a empresa A'doro⁶. Mas esta não tem capacidade de absorver todos os aviários que ficaram parados. Naquele momento, todas as outras empresas da região não se mostraram dispostas a contratar novos aviários. Porém, a maior preocupação, segundo os assentados, girava em torno dos lotes atrasados da Rei Frango, pois todos ficaram meses sem a menor previsão de quando e como seriam acertados os valores com os avicultores.

⁴Até os dias de hoje, o entorno da região concentra uma série de corporações do complexo agroindustrial avícola, empresas de material genético, de ingredientes para ração, equipamentos, etc. O que confere importância à avicultura de corte na região.

⁵ “A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.” (LEI 11.101/05).

⁶Agroindústria do setor avícola que também possui uma filial na cidade de São Carlos.

Logo após o pedido de recuperação judicial da Rei Frango, surge a agroindústria “RIGOR ALIMENTOS LTDA”. A empresa resgata todos os assentados que possuíam os contratos de produção anteriormente e toma as rédeas da integração no PA Horto de Bueno de Andrada. As famílias assentadas, com as granjas montadas e em muitos casos, com equipamentos novos financiados, ficam sem alternativa e se integram com a empresa Rigor. De acordo com informações da própria empresa, com um início promissor para a agroindústria, no que diz respeito à integração dos produtores da região de Araraquara, a Rigor começa um processo de expansão dos negócios. No ano de 2010, a empresa realiza importantes transações, como: o arrendamento de uma só vez, de um frigorífico, incubatório e uma fábrica de ração, todos na cidade de Descalvado. Assim como, no mesmo ano, a Rigor arrenda a fábrica de ração e o frigorífico da Rei Frango na cidade de São Carlos (PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL – RIGOR ALIMENTOS, 2012).

Porém, o planejamento traçado acabou sendo prejudicado por mais uma crise, desta vez não só do setor avícola, mas uma crise de credibilidade mundial, com vários países entrando em recessão e um temor exacerbado quanto ao risco de “calotes”. Aliado a isto, no ano de 2012 entra mais uma crise no setor da avicultura de corte brasileira. O meio-oeste dos Estados Unidos (principal região produtora de grãos) sofreu com uma das maiores estiagens já registrada na história do país, levando a perda da produção de grãos (principalmente milho e soja), o que fez com que a produção brasileira fosse destinada a exportação e consequentemente o mercado interno ficou desabastecido. Diante destes fatores, no ano de 2012 a agroindústria Rigor Alimentos também decreta recuperação judicial, mas percorre um caminho diferente da Rei Frango: ao invés de cessar as atividades e arrendar seus bens, permaneceu na atividade e hoje, mesmo com atrasos nos pagamentos, mantém a hegemonia dos contratos de produção nos assentamentos da região de Araraquara.

As relações de trabalho e a questão da mão de obra familiar

Para entendermos como se estabelece as relações entre agroindústria e assentado é importante ressaltar o objetivo dos contratos da produção avícola. Basicamente, a agroindústria é uma empresa dedicada à industrialização e comercialização de carne de aves e pretende utilizar-se das aves criadas pelo integrado como matéria-prima em sua

indústria. Esta relação traz uma série de consequências à dinâmica do assentamento e divide opiniões quanto às relações de trabalho que se estabelecem na produção de aves integrada. O assentado integrado é responsável por criar, engordar e terminar as aves para a agroindústria, que por sua vez fornece os insumos necessários.

Neste sentido, a relação configura-se na terceirização da engorda das aves com os assentados integrados. Apesar de todos os entrevistados utilizarem apenas a mão de obra familiar na atividade, os integrados despendem sua força de trabalho para produzir matéria-prima para a agroindústria. Os próprios assentados se julgam “engordadores” de frangos, pois o que eles fazem é fornecer os cuidados necessários para que a matéria-prima (as aves) adquira as características (tamanho, peso e qualidade) definidas pelas agroindústrias.

A terceirização da produção pode ser melhor fundamentada ao analisarmos o item 1.1 do contrato, que dispõe do objeto da relação: “criação e engorda até a terminação, pelo assentado, de aves de um dia, que serão fornecidas pela agroindústria, na quantidade adequada para obtenção de eficiência no processo produtivo, considerando a área e equipamentos disponibilizados pelo assentado para a criação e terminação”. Ou seja, a agroindústria fornece os insumos e terceiriza a granja do assentado para produção. Neste item, o contrato omite que além das instalações e equipamentos, a agroindústria necessita da utilização da mão de obra das famílias assentadas, que trabalham arduamente para criar e terminar as aves nos padrões pré-definidos.

Com isso, os assentados integrados são, ao mesmo tempo, uma espécie de trabalhadores assalariados precários da agroindústria⁷, relação que a agroindústria se recusa a assumir, com os pequenos produtores. Trabalhadores sim, porque realizam serviço terceirizado para a agroindústria, mas ser pequeno produtor é condição imposta por ela para que possam se integrar. Este fato cria contradições quando analisamos as propostas de formação dos projetos de assentamentos, que visam o desenvolvimento das famílias assentadas através de sua autonomia produtiva e condena o arrendamento de qualquer área do lote.

Aos olhos do órgão gestor, os contratos de produção avícola se mostravam uma forma viável de inserção do assentado ao circuito econômico regional. De acordo com o representante do ITESP, a integração com as agroindústrias avícolas foi fomentada, pois se

⁷ O que fica claro em algumas falas dos assentados, como por exemplo: “Somos na verdade, funcionários da agroindústria”. Porém assumem riscos muito maiores para obter remuneração.

configurava de forma diferente da relação com as usinas, pois estas são responsáveis pelo preparo do solo, plantio, e abatem estes custos nas remunerações posteriores aos assentados (primeira e segunda safra). Já na integração avícola, a mão de obra é estritamente fornecida pelo integrado, sem que haja participação da agroindústria. Porém, após anos de integração e com o surgimento de problemas nesta relação, como por exemplo, a falta de pagamento da indústria ao assentado, o discurso do órgão gestor começou a mudar, reconhecendo que esta relação em nada se distinguiu dos contratos com as usinas de açúcar e álcool. Embora não reconheçam como uma espécie de arrendamento, para o órgão gestor, a utilização da mão de obra familiar é um ponto fundamental na configuração desta relação.

Mas, um dos itens do contrato demonstra o controle da agroindústria sobre o processo produtivo e sobre o trabalho do assentado, configurando uma forma de arrendamento da produção, na qual é sua obrigação “zelar e cuidar das aves de um dia que lhe forem entregues para engorda, até que as mesmas atinjam o peso programado para devolução, estando impedidos de vendê-las, desviá-las ou cedê-las a terceiros, responsabilizando-se pelos lotes entregues, até a efetiva devolução, na condição de fiel depositário”. Isto demonstra que as aves são de propriedade da agroindústria e os assentados são meros “engordadores” da matéria-prima.

Antes mesmo de se iniciar a produção propriamente dita, é necessário o investimento na construção das instalações. Em muitos casos, os assentados recorreram a financiamentos bancários para se inserir na atividade⁸, ou mesmo venderam bens (como casas na cidade, carros, etc.) e investiram todo o dinheiro e mão de obra para construção do barracão e aquisição de equipamentos. A contratação de mão de obra externa para construção foi a principal alternativa na qual os assentados recorreram. Este grande volume de capital despendido para se integrar com a agroindústria avícola é o principal motivo que faz com que os assentados aceitem a relação que se estabelece entre eles e a Rigor, por exemplo.

De maneira geral, os assentados adotaram diferentes estratégias para construção das granjas. Em apenas dois casos, dos oito entrevistados, os assentados não recorreram a

⁸ Através da pesquisa de campo, foi possível constatar que a construção do barracão e a aquisição dos equipamentos foram na ordem de R\$120.000,00 a R\$250.000,00, dependendo do grau de modernização adotado na granja. Sem contar os gastos para adequação, como a construção de forro, troca da tela lateral, etc. dentre outras medidas adotadas recentemente.

financiamentos bancários. Assim, em um caso a maior parte do dinheiro investido foi proveniente da produção de leite do próprio lote, construindo a granja aos poucos, aumentando a área construída ao longo dos anos, até chegar a alojar 17.000 aves no barracão. No outro caso, o processo de construção também foi gradativo, mas o dinheiro investido, em sua maioria, foi proveniente do trabalho de fora do assentamento, de um dos membros que moram no lote. Com relação à busca por financiamento (comum entre a maioria) este, se deu através de diversas formas, sendo a situação mais citada a seguinte: existência de uma linha de crédito denominada Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP), que também é conhecido como banco do agronegócio familiar. É um fundo do governo do Estado de São Paulo, que através da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, presta apoio financeiro aos agricultores familiares. Esta linha de crédito não financia a construção das granjas, apenas a aquisição dos equipamentos. Como descrito abaixo:

Itens Financiáveis: - Construção ou reforma do galpão de produção, bem como aquisição de equipamentos destinados à modernização das operações e adequação do estabelecimento avícola comercial, para obtenção do registro da Coordenadoria de Defesa Agropecuária – CDA/SAA, conforme normas vigentes; - Segue relação de equipamentos: aquecedores, forro, cortinas, aspersores, ventiladores, silos, exaustores, comedouros, bebedouros, reservatórios de água, dispositivos para desinfecção de veículos, bombas motorizadas e outros itens necessários a serem definidos em projeto técnico;

Teto de Financiamento: até R\$100.000,00 por produtor; Prazo de Pagamento: até 5 anos, inclusa a carência de até 18 meses; Abrangência: todo o Estado de São Paulo (Secretaria de Agricultura e Abastecimento, 2012).

Porém, os assentados adotaram a seguinte estratégia: para aquisição dos materiais de construção das granjas, eles parcelaram o pagamento com as lojas de material de construção. Para aquisição dos equipamentos, eles buscaram financiamento da própria empresa, que permite este tipo de ação. Com isso, a maioria dos assentados utilizou o dinheiro proveniente do FEAP para pagar o parcelamento dos materiais de construção, e foram pagando os equipamentos com o dinheiro do financiamento da própria empresa. Após geralmente um ano de carência, os assentados iniciaram o pagamento do financiamento do FEAP com o dinheiro proveniente da própria integração. Ou seja, além do frigorífico se apropriar do seu trabalho, também o capital bancário abocanha parte dos seus rendimentos, já que os assentados em sua quase totalidade financiam os equipamentos. E mesmo quando os valores que recebem na atividade avícola não os

permitem saldar suas dívidas, de alguma forma o assentado acaba pagando o que deve, prorrogando as dívidas ou vendendo outros bens que possua.

Apareceram casos que o financiamento foi feito apenas com a própria empresa fornecedora dos equipamentos, no caso a CASP, empresa dedicada a fabricação e comercialização de equipamentos para avicultura industrial. As linhas de crédito do PRONAF, principalmente o Mais Alimento, também foram utilizadas para investimento na integração. A maioria dos entrevistados não entrou em maiores detalhes com relação à busca de financiamentos, relatando apenas recorrer ao Banco do Brasil para financiar os equipamentos, ficando subentendido nestes casos, a busca pelas linhas de crédito do PRONAF.

Apesar dos assentados identificarem que a manutenção das estruturas produtivas lhes onera significativamente, em geral, eles não realizam o controle destes custos. Ou seja, não sabem exatamente quanto gastam para manter os aviários funcionando. Em nenhum caso investigado o assentado realizava o controle mensal dos custos através de anotações e contas de viabilidade da atividade. As anotações realizadas por eles são destinadas semanalmente à agroindústria (através das fichas de controle), que esta sim, faz o controle econômico de cada produtor.

Como se não bastasse a assimetria no processo inicial da integração (ainda na instalação da granja) têm-se a questão da mão de obra utilizada para produzir a matéria-prima (o frango) para agroindústria. Neste sentido, podemos afirmar que através dos contratos de produção, as agroindústrias ditam o ritmo de trabalho dos assentados. Uma vez que impõem uma série de recomendações para se chegar ao “ideal”, e estabelecem os critérios de manejo através da visita semanal do técnico. Se os assentados não seguirem a risca as imposições da agroindústria, correm o risco de serem excluídos da integração. A fala comum do técnico recai sobre a produtividade da mão de obra familiar, à medida que, se eles acatarem todas as imposições de manejo propostas pela agroindústria, eles se manterão competitivos no sistema de integração.

A heterogeneidade de situações com relação ao trabalho dos diferentes membros da família foi marcante na presente pesquisa. De maneira geral, pôde-se constatar a presença de dois membros como os principais responsáveis pelos manejos com a granja, em sua maioria representada pela figura do homem (marido) e da mulher (esposa). Apareceram casos em que os filhos ajudam nos momentos em que a produção demanda mais mão de

obra (tanto filhos homens como mulheres), principalmente nos 10 primeiros dias, como também a figura da mulher como principal responsável pelo trabalho na integração. Como exemplo, uma assentada entrevistada, que mora apenas com o marido no lote e, neste caso, o marido trabalha fora, ela é a principal responsável pelo trabalho no lote⁹. Assim como há casos em que as mulheres não participam do trabalho na granja, apenas o marido, com ajuda do filho.

De qualquer forma, este trabalho é constante e exige muita dedicação dos assentados. A rotina de trabalho começa ainda de madrugada, sempre com 4 - 5 horas de antecedência do possível horário de chegada do caminhão (avisado por telefone pela agroindústria). Os manejos podem ser divididos em pré-alojamento e pós-alojamento das aves. Antes mesmo da chegada dos pintinhos, os assentados precisam preparar as instalações de acordo com as recomendações técnicas da agroindústria, como: queimar as penas do lote anterior, pois nas penas podem-se abrigar muitos vírus e bactérias transmissoras de sérias doenças para as aves. A queima das penas deve ser realizada mais vezes conforme a quantidade que reaparece e inclusive após o alojamento, a cada abertura de espaço; retirar os cascões e bater a cama¹⁰, cobrir com lona preta e deixar fermentar por pelo menos cinco dias; retirar a lona, bater a cama novamente e se necessário queimar as penas restantes; aplicar o Cal Hidratado na cama 5 a 7 dias antes do alojamento, que tem a finalidade de acidificar e descontaminar a cama, reduzir a umidade, diminuir a produção de gás amônia e facilitar o manejo inicial após o alojamento, com redução na produção de calo nos pés dos pintinhos; durante o período de fermentação da cama o assentado é obrigado pelo contrato a realizar os trabalhos de limpeza dos equipamentos, caixas d'água, e cortinados; o primeiro equipamento que deve ser limpo é o silo, varrendo-o com vassoura específica. Na limpeza do silo, deve-se fazer uma inspeção e consertar qualquer perfuração ou entrada de água que possa comprometer a qualidade da ração. Na ocasião de troca da cama e limpeza da granja, o silo poderá ser lavado também. Em seguida, é necessário varrer as telas, cortinados (cortina externa, cortina interna, forro, defletor) e o barracão como um todo, retirar restos de ração dos comedouros, lavar pratos de comedouro

⁹ Neste caso em específico, devido ao grande volume de trabalho no lote, a mulher realiza a contratação pontual de mão de obra do próprio assentamento para ajudar em alguns afazeres. Como foi possível observar através da pesquisa de campo, onde ela realizou o pagamento de R\$50,00 reais ao filho de um assentado vizinho para auxiliar na vacinação contra febre aftosa de seis bezerras do lote.

¹⁰ A cama é a "cobertura do piso do aviário, tem que ser feita com material absorvente de água e macio para acomodação das aves. O material mais utilizado no assentamento pesquisado é a maravalha de madeira.

automático, comedouro infantil e nipple. As moegas do comedouro automático devem ser raspadas e lavadas para retirar as crostas e aderência de gordura da ração. É necessário também, lavar os exaustores que possuem os motores blindados e principalmente as persianas dos exaustores. Com relação ao nebulizador, a caixa deve ser cuidadosamente limpa e os bicos revisados. O filtro deve ser limpo semanalmente. Por último, limpar as lâmpadas nos dias que antecedem o alojamento, para melhorar a luminosidade do aviário.

Com os equipamentos limpos e instalados, o manejo primário é alimentar os comedouros com ração e os bebedouros com água, assim como montar o círculo que irá alojar os pintinhos na primeira semana de vida e preparar o aquecimento da granja.

Todos os assentados relataram o trabalho árduo demandado pela granja, principalmente nos 10 primeiros dias após a chegada dos pintinhos, onde é necessário realizar os manejos descritos acima, além da abertura gradativa do círculo de proteção¹¹. Neste caso, alguns relatos chamaram a atenção, principalmente no início da atividade, onde os assentados não possuíam o conhecimento sobre a atividade e a maioria dos equipamentos eram manuais, necessitando maior comprometimento dos assentados com relação ao trabalho na granja. Por exemplo, há relato no sentido do casal levar o cochão e dormir dentro do barracão para acompanhar de perto a criação. Outro se referindo a distribuição de ração:

“Passava a manhã inteira distribuindo a ração pelos comedouros manuais, pois tinham capacidade para 10 quilos por vez, chegava distribuir 3000 kg de ração todo dia. O trabalho pesado na granja foi um dos motivos que levaram a romper com a integração, pois as dores no braço e nas costas não compensavam a remuneração paga pela agroindústria”.

Com relação à ração, o caminhão da agroindústria passa na noite anterior ao alojamento dos pintinhos e distribui as sacarias aos assentados. Estes são obrigados a passar a madrugada completando os comedouros manuais, para que na entrada das aves (pela manhã) a ração já esteja toda distribuída. Dependendo da época do ano e da temperatura dentro do barracão, é necessário realizar o manejo de aquecimento. Os assentados utilizam-se geralmente do aquecimento a gás, a lenha ou ambas. A gás onera os

¹¹ Quando os pintinhos chegam à granja não são soltos aleatoriamente por toda sua extensão, é obrigatório realizar o cerco de uma área menor dentro do galpão para alojá-los, até atingirem tamanho e peso ideal, para assim, ir aumentando aos poucos a área de alojamento, até retirar o cercado e as aves ocuparem toda granja.

custos, já que normalmente são utilizados 20 botijões por lote de frangos criados, dependendo do tamanho da granja, do número de animais alojados, etc.

A utilização de lenha é mais vantajosa do ponto de vista econômico, mas exige muita mão de obra. A lenha deve ser cortada, carregada e colocada nas caldeiras. O problema maior segundo os assentados é a necessidade de realizar este manejo no período da madrugada. O que traz um adoecimento constante, causado principalmente pelas mudanças bruscas de temperatura a qual se submetem.

A relação da mão de obra familiar na produção integrada de frango é um ponto fundamental da pesquisa. Questionados sobre esta questão, todos os entrevistados não contabilizam seu trabalho, pois reconhecem que se contabilizassem os custos de mão de obra, levando em consideração as horas trabalhadas, a atividade não geraria lucro. Ou seja, se fossem realmente contabilizar, os assentados estariam pagando para produzir matéria-prima para agroindústria (ainda mais no momento da pesquisa, em que todos os entrevistados estão com lotes de frangos atrasados para receber). Sem contar a penosidade do trabalho e os inúmeros manejos impostos aos assentados. Muitos itens do contrato colocam como obrigação dos assentados os diferentes manejos da atividade.

O item 3.1 refere-se a primeira cláusula de obrigações dos integrados, onde os assentados são orientados a dispensar todos os cuidados necessários e indispensáveis para a criação e terminação das aves. Em seguida, são colocados uma série de subitens neste sentido. Com relação às vacinas, estas são fornecidas pela agroindústria, porém, os assentados são obrigados a vacinar um por um. Este manejo já foi realizado no momento em que as aves saiam do incubatório, pela própria empresa, mas passou a ser obrigação dos assentados, que “possuem inteira responsabilidade sobre ônus com tais procedimentos” (subitem 3.2). Este é um manejo complexo, uma vez que em alguns casos são mais de 30.000 pintinhos para vacinar. Um trabalho que exige concentração da mão de obra, devido principalmente ao grande volume de animais, e o reduzido tamanho das aves no momento da aplicação da vacina. Geralmente, para este manejo, a presença da mão de obra de outros membros da família foi perceptível. Os filhos buscam auxiliar na vacinação, assim como genros, cunhados, sogros, dentre outros diferentes graus de parentesco, apenas em um dos casos estudados é feita a contratação de mão de obra de fora da família, mas esta se faz dentro do próprio assentamento.

Além dos manejos pontuais, há de se considerar os manejos diários, e alguns com alto grau de insalubridade, como o manejo de retirada das aves mortas da granja. Se considerarmos uma granja com capacidade de alojamento de 20.000 aves e uma mortalidade de 3% ao longo do ciclo produtivo, têm-se a morte de 600 aves em média, ao longo de 42 dias. Sendo assim, o assentado é obrigado a recolher cerca de 14 aves mortas por dia. Além da retirada das aves mortas, ele é obrigado a percorrer toda granja, identificar e retirar animais com atraso de desenvolvimento ou deformações matá-los e dar o destino apropriado, descrito abaixo.

Antes da instrução normativa imposta pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que regulamenta o destino dos animais mortos, os assentados adotavam diferentes estratégias de destinação, o mais comum era enterrá-los, mas apareceram casos na pesquisa em que os assentados colocavam-nos em valas e queimavam. Porém com as novas recomendações do MAPA, se faz necessário a construção e alocação dos animais mortos em uma composteira¹². A vantagem deste procedimento é que passado o período preconizado para fermentação (cerca de 20 dias) o material composto pode ser utilizado para adubar as culturas que o assentado possuir.

Outros manejos são essenciais para manutenção da atividade, como a refrigeração da granja após os 10 primeiros dias, através dos ventiladores e aspersores (sendo necessário ficar atento a temperatura interna do barracão, ligando e desligando os equipamentos quando necessário), a imposição de lavagem diária dos comedouros e bebedouros e por fim, deixar o aviário preparado para apanha das aves¹³, antes da chegada do caminhão, tudo de acordo com as instruções da agroindústria. Neste sentido, são impostas uma série de recomendações de manejo pela agroindústria, o que torna o trabalho na integração avícola extremamente pesado exigindo dedicação integral dos assentados, que por sua vez, dispõem intensa mão de obra familiar para criar e terminar as aves que serão utilizadas como matéria-prima para agroindústria.

¹² Da seguinte forma: o piso deve ser de alvenaria, é colocada uma camada de 30 cm do material que reveste a cama do aviário. Em seguida Adiciona-se uma camada de carcaças, deixando um espaço de 15 cm entre as aves e as paredes, sem amontoar as aves, e coloca-se água na proporção de um terço do peso das aves, repetindo o procedimento até alcançar no máximo 1,5 metros de altura.

¹³ O apanhe diz respeito à atividade de efetivamente apanhar, ou seja, recolher as aves, que são colocadas em caixas de plástico com aberturas grandes o suficiente para circulação de ar, que são empilhadas e ajustadas sobre o caminhão que faz o transporte. Esta tarefa é realizada pelos representantes da agroindústria, mas em todos os casos é necessária a utilização de mão de obra familiar para auxiliar no manejo.

Conclusões

O presente artigo buscou analisar como se dá a relação entre os assentados do PA Horto de Bueno de Andrada e as agroindústrias do setor avícola da região sob a perspectiva de trabalho e renda. Foi possível constatar que esta relação se apresenta de forma assimétrica, onde as agroindústrias se utilizam dos recursos de poder que lhe cabem para subordinar os assentados a seus interesses. A partir do momento que o assentado toma a iniciativa de se integrar a agroindústria e se torna produtor de matéria-prima para posterior abate e processamento dos frigoríficos, faz-se necessário uma série de investimentos em instalações e equipamentos, onde, na maioria dos casos investigados os assentados recorreram a financiamentos bancários e/ou com as próprias corporações fabricantes dos equipamentos.

Devido principalmente a falta de pagamento das agroindústrias, que acompanha a trajetória da integração no assentamento pesquisado há mais de cinco anos, os assentados acabam atrasando as parcelas, tornando-se inadimplentes, o que impossibilita recorrer a outras categorias de financiamento para realizarem outros tipos de investimentos no lote, como a compra de tratores, ou investimentos em outros sistemas produtivos, como para compra de sementes, vacas de leite, dentre outros.

A integração dos assentados com as agroindústrias do setor avícola não anula a diversidade produtiva encontrada no assentamento. Pelo contrário, quando a falta de pagamento atravessa grandes períodos de tempo (foram observados atrasos de seis meses) os recursos provenientes de outros sistemas produtivos são responsáveis por cobrir os custos variáveis da criação das aves (como energia elétrica, por exemplo). Isso demonstra a extrema importância dos assentados adotarem diferentes estratégias produtivas no lote e não se especializarem em apenas um sistema, como os próprios técnicos das agroindústrias preconizam. A produção para autoconsumo esteve presente em praticamente todos os lotes pesquisados, principalmente legumes e verduras, com vistas para ampliação e inserção da produção nos mercados institucionais. Neste sentido, e pelo momento vivido pela avicultura de corte na região, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) desponta aos olhos dos assentados como uma possibilidade de produção e comercialização sem que haja a necessidade de se integrar com grandes agroindústrias.

Referências

UBABEF – União Brasileira de Avicultura. **Relatório Anual 2012**. Disponível em: <http://www.abef.com.br/ubabefnovo/publicacoes_relatoriosanuais.php>. Acesso em 12/01/2013.

ESPÍNDOLA, C. J. A cadeia produtiva de frango de corte na América do Sul: considerações preliminares. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, 12, 2009, Montevideu – Uruguai, **Anais...** Disponível em: <<http://egal2009.easyplanners.info>> Acesso em: 13/05/2012.

FERRANTE, V. L. S. B. & ALMEIDA, L. M. C. Impactos e tensões da parceria dos assentamentos de Araraquara-SP com as agroindústrias canavieiras. **Revista Ceres**, Viçosa, v. 56, n.5, p. 562-571, set/out, 2009.

_____. Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena. **Revista Nera**, Presidente Prudente, n. 1, p.61-80, jul./dez. 2007.

_____. & SANTOS, M. P. dos. A cana nos assentamentos: novas roupagens, velhas questões. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 41, 2003, Juiz de Fora. **Comunicação...** SOBER, jul. 2003. Cd-rom.

PAULILLO, L. F. **Redes de poder & territórios produtivos: indústria, citricultura e políticas públicas no Brasil do Século XX**. 1. ed. São Carlos: RIMA/EDUFSCAR, 2000. 196 p.

REI FRANGO ABATEDOURO. **Plano de Recuperação Judicial**. Disponível em: <<http://www.carmonaefaria.com.br/processos.html>>. Acesso em: 02 de dezembro de 2011.

RIGOR ALIMENTOS. **Plano de Recuperação Judicial**. Disponível em: <<http://www.rigor.com.br/site/index.php/recuperacao-judicial/>>. Acesso em: 02 de dezembro de 2011.

RIZZI, Aldair. **Mudanças tecnológicas e reestruturação da indústria agroalimentar: o caso da indústria de frangos no Brasil**. 1993. 194f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SÃO PAULO. Secretaria de Agricultura e Abastecimento. **Fundo de expansão do agronegócio paulista: o banco do agronegócio familiar**, São Paulo. 2009. 9 p. Disponível em: <<http://www.agricultura.sp.gov.br/attachments/article/183/Linhas%20de%20Cr%C3%A9dito%20-%20FEAP-BANAGRO.doc>>. Acesso em: 20 de dezembro de 2012.

UBABEF – União Brasileira de Avicultura. **Relatório Anual 2012**. Disponível em: <http://www.abef.com.br/ubabefnovo/publicacoes_relatoriosanuais.php>. Acesso em 12/01/2013.

A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO NO ESPAÇO AGRÁRIO CANAVIEIRO A PARTIR DA DIVERSIFICAÇÃO DA SUBMISSÃO DO TRABALHADOR AO AGRONEGÓCIO

Maria Rita Ivo de Melo Machado (USP); Mariana Zerbone Alves de Albuquerque
(UFRPE); mariaritamachado@yahoo.com.br; mzerbone@hotmail.com
GT2 - Trabalho Rural

As relações de trabalho na contemporaneidade se configuram, nos centros urbanos e também nas áreas rurais, pela inserção das formas diversificadas de submissão do trabalhador aos representantes do capital. A terceirização e os trabalhadores autônomos são exemplos de formas de trabalho onde, mesmo não existindo um contrato que gere uma relação oficial de empregado e empregador, faz com que o trabalhador continue subordinando a sua força laboral aos capitalistas. No espaço rural, não raro, é possível perceber a devolução de parte dos meios de produção aos trabalhadores, em especial a terra, a fim de que determinadas áreas deixem de gerar encargos aos seus antigos donos. Além disso, os trabalhadores alocados nestas áreas acabam, por meio de políticas públicas, subordinando sua força de trabalho aos representantes do agronegócio local. Tal realidade finda por nortear as relações socioterritoriais no espaço rural, sendo o caso dos territórios dos assentados federais da Zona da Mata pernambucana, que em função de políticas públicas, produzem cana de açúcar para abastecer as usinas locais. Neste sentido, esta pesquisa busca esclarecer as possíveis formações territoriais ocorridas no espaço agrário em função das transformações na forma de subordinação do trabalhador, agora na condição de assentado da reforma agrária federal, ao agronegócio canavieiro. Visando esclarecer o objetivo da pesquisa, alguns questionamentos foram levantados, como: Em quais condições os assentados da reforma agrária passam a subordinar a sua força de trabalho e a renda da sua terra ao agronegócio da cana? Quais os agentes sociais viabilizadores desta estrutura socioterritorial? Desta forma, os esclarecimentos sobre os questionamentos rebatem diretamente na explicação da composição territorial do espaço agrário no território canavieiro de Pernambuco.

Maria Rita Ivo de Melo Machado

Possui graduação (2005) e mestrado (2007) em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco. Foi de 2007 a 2009 professora concursada do ensino médio do Estado de Pernambuco e durante o segundo semestre de 2008 até dezembro de 2009 professora substituta da Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente é doutoranda em geografia pela Universidade de São Paulo (Orientadora: Rosa Ester Rossini) e professora da Faculdade Joaquim Nabuco no município de Paulista.

Mariana Zerbone Alves de Albuquerque

Possui graduação em Licenciatura (2003) e Bacharelado (2004) em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (2004) e mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (2006) e doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (2009). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia

Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: dinâmica socioespacial, espaços livres públicos, organização do espaço urbano. Atualmente é professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

1. As relações de trabalho na contemporaneidade: novas das formas de submissão do trabalhador rural à lógica do capital

Ao analisar a lógica atual do modo de produção capitalista na contemporaneidade, observa-se a construção de novas relações de trabalho, dentre elas a do “contrato não padronizado de trabalho” (BEYNON, 1994). Tem havido o aumento das formas diversificadas da submissão do trabalhador como as terceirizações e os trabalhadores por conta própria. Estes modelos de relações de trabalho estão em expansão no mundo produtivo e de serviços (ANTUNES, 2011).

Este desenho, via de regra, amplia a vulnerabilidade do trabalhador, e finda por excluí-lo de direitos trabalhistas criados na mediação empregados – empregadores, precarizando as condições para a realização do trabalho propriamente dito. Esta configuração na relação trabalhista se baseia na forma de produção e acumulação flexíveis.

A palavra “flexível” designa, segundo FERREIRA (2010), aquilo que pode com facilidade se curvar ou dobrar, maleável e que não mantém a integridade. Assim se caracteriza também a acumulação flexível, que é uma das formas de apresentação do atual modo de produção capitalista. Entre suas características está a adequação da forma de produção, em que esta deve se realizar visando o melhor modo de acumulação do capital pelas corporações, transformando as relações já estabelecidas para atingir os seus fins. Melhor esclarecendo o conceito de acumulação flexível HARVEY diz:

A acumulação flexível [...] se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracterizam-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego do chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos

industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (HARVEY, 2002, p. 140)

No espaço rural, os casos dos trabalhadores que submetem a sua força de trabalho ao sistema capitalista na condição de proprietários dos seus meios de produção é recente. Essa lógica vai ao encontro com a fase inicial do modo de produção capitalista, como foi postulado por Marx. Diferentemente das observações feitas por ele, os meios de produção na lógica da acumulação flexível, pode, por vezes, se apresentar via devolução dos meios de produção aos trabalhadores. Esse procedimento se sistematiza com frequência através do apoio do Estado visando a diminuição das tensões sociais, mas sem libertar, efetivamente, este trabalhador da subordinação dos agentes reprodutores do capital no qual este estava originalmente submetido.

Analisar o que vem a ser renda da terra na concepção de Marx é imprescindível para fazer a análise das novas relações produtivas e de trabalho que se estabelecem no espaço rural. Desta forma, parte-se da premissa que a renda da terra, no modo de produção capitalista, é essencialmente fruto do trabalho não pago ao trabalhador, que para Marx, “a renda fundiária é sempre sobra acima do lucro, acima da fração do valor das mercadorias, a qual por sua vez consiste em mais-valia” (MARX, 2008, p. 846). Deste modo, a renda territorial é oriunda do trabalho não pago ao trabalhador e não da terra enquanto elemento físico da natureza. Complementando a compreensão do conceito de renda fundiária Marx afirma:

A renda territorial, o juro e o lucro industrial nada mais são que nomes diferentes para exprimir as diferentes partes da mais-valia de uma mercadoria ou do trabalho não remunerado, que nela se materializa, e todos provêm por igual dessa fonte e só dessa fonte. Não provêm do solo, como tal, nem como capital em si; mas o solo e o capital permitem a seus possuidores obter a sua parte correspondente de mais-valia, que o empregador capitalista extorque do operário. (MARX, 1996, p. 104)

Nesse sentido, considerando a análise marxista, a extração da renda da terra no modo de produção capitalista só pode ser extraída pelo seu proprietário. Para Marx,

“apropriar-se da renda é a forma econômica em que se realiza a propriedade fundiária, e a renda fundiária supõe propriedade fundiária” (MARX, 2008, p. 845).

Entretanto, ao analisar as relações socioeconômicas e territoriais da produção de cana de açúcar pelos assentados de reforma agrária, percebe-se que os assentados na condição de proprietários fundiários não são capazes de extrair estes. Esta afirmação não quer dizer que a terra dos assentados não é passível de ter a sua renda extraída, mas sim, de que os seus extratores não são os proprietários dela. Isso se dá em função do processo de sociometabolização do capital (MÉSZÁROS, 2006), em que se criam novas estratégias para extração do lucro do processo produtivo e reprodução do capital. Estes trabalhadores e detentores dos meios de produção subordinam a sua força de trabalho, de modo flexível, aos agentes capitalistas do agronegócio que por obterem a força de trabalho se beneficiam com a extração da renda. Ainda neste sentido, os representantes do agronegócio se beneficiam do lucro possibilitado pela produção agrícola da terra que não é sua juridicamente, em função de relações de poder baseadas no monopólio da cadeia produtiva. Sendo assim, os representantes do agronegócio se desoneram dos encargos tributários obrigatórios dos detentores fundiários e dos ônus da produção, sem deixar de extrair a renda da terra na produção canavieira.

Desta forma, percebe-se que a análise de Marx, em relação à extração da renda da terra feita apenas pelos seus proprietários, necessita ser ampliada frente as novas estratégias do capital para sua reprodução. Observa-se que a renda territorial não é necessariamente extraída exclusivamente pelo seu proprietário, mas sim por quem domina o processo produtivo e estabelece as relações de poder quem definem o território. Nesse viés, Tavares Santos afirma que, “a renda territorial gerada no processo de trabalho do camponês, incorporada ao sobretrabalho dos camponeses, tende a ser apropriada pelo capital industrial, mediante diversas modalidades de exploração” (TAVARES SANTOS, 1978, P.71).

O novo panorama que tem se estabelecido no espaço rural está baseado no monopólio da terra pelos agentes capitalistas, mas agora sem a necessidade de adquiri-la juridicamente por meio do processo de compra, e sim baseado nas relações de poder. São os representantes do agronegócio que determinam as regras de produção dos assentamentos, visto que a produção dessas parcelas é destinada a uma usina específica. A dominação territorial das áreas de assentamentos continua sendo gerida pelos representantes do

agronegócio, o que faz com que eles (sem que os assentados percebam) como vai ser produzida e a quem vai ser destinada a produção nas áreas dos assentamentos.

O que se observa é que os assentados, mesmo sendo proprietários de suas terras não tem autonomia de sua produção, e ficam subordinados à vontade e à necessidade do capital. Já os agentes capitalistas, através de relações de poder monopolizam o território mesmo sem a propriedade da terra, determinam o que vai ser produzido nela e a forma como a força de trabalho será subordinada para produzir as mercadorias. Desta maneira, são estabelecidas novas relações de trabalho neste processo produtivo, porém com o mesmo fim. Assim sendo, a renda da terra através do monopólio gera a mais-valia, vital para a reprodução do capital.

2. Transformações territoriais ocorridas no espaço agrário em função da subordinação do assentado da reforma agrária ao agronegócio canavieiro na microrregião de Vitória de Santo Antão

O padrão de subordinação da força laboral do trabalhador aos capitalistas modifica os padrões tradicionais rapidamente. No ano de 1994 foi publicada uma tese de título “Ação sindical no campo a partir da década de 70: o caso dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco”, nela a autora, Sandra Maria Correia de Andrade, que havia apenas três tipos de trabalhadores no setor canavieiro na região, eram eles: “o de situação trabalhista regular, permanente, declarados”, podendo ou não ser moradores do próprio engenho; os fichados que representavam e ainda representam a maioria dos trabalhadores da cana na região da Zona da Mata; e os clandestinos, que possuem uma situação de trabalho irregular e se empregam semanalmente ou diariamente. (ANDRADE, 1994).

Esta classificação também é utilizada na obra de DABAT e GUIMARÃES NETO (1993), que também não mencionam a existência da subordinação do trabalhador na condição de proprietários de suas terras.

A este caso agregam-se os assentados da reforma agrária federal da microrregião de Vitória de Santo Antão, os quais têm como principal atividade a produção de cana de açúcar para destinação das usinas. Do total de assentados desta microrregião, 70% produzem cana de açúcar visando destiná-la a usina mais próxima. Destaca-se ainda o fato dos assentados designarem no mínimo 50% da área das suas parcelas a esta cultura.

Esta constatação da produção da cana de açúcar, nos assentamentos de reforma agrária da microrregião de Vitória de Santo Antão, finda por gerar reconfigurações nas relações de subordinação da força de trabalho entre parte dos trabalhadores da cana de açúcar e os representantes das usinas, e como consequência, apresenta reorganização das relações socioterritoriais. A primeira percepção nas transformações socioterritoriais se apresenta através da divisão social do trabalho, onde, o agricultor familiar (no caso os assentados da reforma agrária) passa a se reinserir como força de trabalho para os moedores da cana de açúcar, mesmo sendo proprietários dos meios de produção, a terra. Apesar da subordinação, o trabalho laboral não acontece por meio de vínculos trabalhistas formais.

A participação dos assentados da reforma agrária no abastecimento das usinas de cana de açúcar se faz relevante, principalmente, no que se refere à subordinação do território da área dos assentamentos aos representantes do setor sucroalcooleiro. Há uma estimativa de que os assentados da reforma agrária são responsáveis por aproximadamente 20% do total da área cultivada de cana de açúcar do território da microrregião de Vitória de Santo Antão e aproximadamente 30% da cana produzida (informação obtida através de aplicação de questionário aplicado com os assentamentos de reforma agrária 2010 / 2011).

Diante desta percepção, a relevância dessa configuração está, não só, nas relações econômicas, mas também, nas relações socioterritoriais que findam por modificar o processo produtivo da cana, tendo um rebatimento direto nas relações de trabalho historicamente estabelecidas. Entre as modificações mais expressivas está a mudança das relações de trabalho contratual.

No panorama mencionado, as relações de trabalho se enquadram nos moldes da produção flexível. No caso da microrregião de Vitória de Santo Antão, os proprietários dos meios de produção subordinam não só a força de trabalho, como também, o uso das terras dos assentados da reforma agrária em benefício do capital do setor sucroalcooleiro. Sobre este processo aparentemente contraditório, permanência dos agricultores familiares no modo de produção capitalista, FÉLIX e SOUZA afirmam:

[...] o capital não precisa expropriar o camponês, mas fazer com que este produza de acordo com seus interesses. Com isso, capitalista do campo ou o proprietário fundiário, que são as classes detentoras dos meios de produção no campo (sendo o segundo dono da terra), não precisam

sequer assalariar o trabalhador, ou mesmo imobilizar parte de seu capital na compra da terra, basta sujeitar o camponês, levando-o a plantar ou criar produtos de seu interesse, apropriando-se dessa produção na esfera da circulação. (FÉLIX e SOUZA, 2010. p. 182)

Para conseguir a subordinação dos agricultores familiares e suas terras ao setor canavieiro, o Estado tem um papel de grande relevância. No caso dos assentados da microrregião de Vitória de Santo Antão, os Governos Federal e o Estadual aparecem proporcionando um valor mínimo por tonelada de cana de açúcar fornecida para as usinas. Essa política finda por estimular a subordinação dessa classe aos representantes das usinas. Neste sentido, as relações de trabalho deixam as características tradicionais entre empregado e empregador e ganham configurações pertinentes ao trabalho flexível. Esta sujeição informal do trabalho gera uma relação dialética entre as lógicas territoriais e capitalistas, onde uma se sobrepõe a outra. Assim sendo, o território dos assentados da reforma agrária federal da microrregião de Vitória de Santo Antão, sofre uma influência direta dos representantes das usinas e mesmo do poder público. Este último, apesar das mudanças no cerne do modo de produção capitalista, continua regulando as relações de trabalho formais, vinculado à questão salarial. Deste modo, mantém as proteções sociais pertinentes ao assalariamento, mas não avança na proteção social da submissão do trabalhador que não se enquadra neste padrão de produção.

Destarte, os representantes das usinas se fazem presentes como agentes norteadores do território dos assentados de várias formas, uma delas por meio da taxação do valor da cana. Outro ponto relevante a ser mencionado é o fato das usinas imporem os preços da cana de açúcar por se configurarem de maneira oligopsônica na região, ou seja, num mercado estruturado com o número de compradores bem reduzido.

Apesar das nítidas restrições das relações comerciais da produção de cana, durante as aplicações das entrevistas, os assentados afirmavam que poderiam destinar a sua produção a usina que desejasse na Zona da Mata. Nas entrevistas foi constatado que os assentados, desde que passaram a produzir cana de açúcar, destinam a sua produção sempre a mesma usina. As justificativas a essa colocação foram: a existência de um cadastro nas usinas receptoras e a questão da proximidade e facilidade do deslocamento entre a parcela e a usina.

A configuração da produção de cana pelos assentados finda por gerar inúmeros desdobramentos, entre eles a reestruturação na divisão social do trabalho através do processo de heterogeneização e complexificação da classe trabalhadora. Esta divisão, por ser implementada visando atender as demandas do setor sucroalcooleiro, faz com que, os agentes representantes deste capital, influenciem diretamente a produção do território dos assentados.

Na questão que tange a reestruturação na divisão social do trabalho, ficou a cargo de termos acrescentado parte dos antigos trabalhadores temporários à categoria de fornecedores de cana de açúcar às usinas, que são os assentados da reforma agrária. Apesar da modificação da sua condição de trabalhador, de empregado a proprietário dos seus meios de produção, o assentado produtor de cana de açúcar passou a exercer um papel duplo, pois ao mesmo tempo em que é dono da terra submete a sua força de trabalho ao capital sucroalcooleiro. Esta afirmação pauta-se na aplicação dos questionários que apontaram o seguinte perfil dentre as famílias entrevistadas: do total das famílias produtoras de cana de açúcar nas parcelas, mais da metade tem ao menos um membro da família que participa de alguma das etapas do processo de cultivo da cana na sua parcela e em outras parcelas. Ressalta-se também, que os assentados são detentores da terra que trabalham e que habitam. Diante desta condição podem realizar outros cultivos visando não só o consumo familiar, como também a comercialização.

Nesta divisão do trabalho cabem aos proprietários da terra não só a disponibilização da sua parcela para o cultivo da cana de açúcar, como também a sua força laboral direta para a realização do processo produtivo. A atividade desse grupo (assentados da reforma agrária) pode aparecer das seguintes formas.

Primeiro, o núcleo familiar realizando todas as etapas necessárias para produção da cultura da cana, como: o plantio, o corte, a limpa, a adubação, o transporte e a comercialização diretamente com a usina. Mesmo envolvendo todo o grupo familiar, faz-se necessário também, a utilização de trabalhadores de empreitada. Estes podem ser os vizinhos de parcela, vizinhos de assentamentos, ou mesmo trabalhadores urbanos que veem nesta atividade a possibilidade de uma renda extra.

A segunda forma é a do trabalho parcial da família assentada na produção da cana de açúcar na parcela. Elas realizam a limpa, o plantio e a adubação, mas vendem a sua produção ao atravessador, que realiza as demais etapas: corte, transporte e

comercialização. Neste caso, a produção geralmente é vendida por um preço fixo, que varia de acordo com a área cultivada e os gastos que o atravessador vai ter com a contratação dos empreiteiros e com o transporte até a usina. A comercialização realizada desta forma resulta no não recebimento do benefício concedido pelos governos federal e estadual. Apesar da maioria das famílias se enquadrarem nesta forma de comercialização da produção, foi possível perceber, através da fala de alguns entrevistados, que só pelo fato do Estado anunciar essa oferta, proporciona uma sensação de segurança ao investir a maior parte da parcela nesta cultura.

Já no caso dos trabalhadores de carteira assinada da cana de açúcar, as leis trabalhistas que os protegem ainda são bastante frágeis, uma vez que, nem sempre elas são cumpridas. Soma-se a tal fato, a questão deles se caracterizarem como trabalhadores temporários, o que os deixam submetidos a programas de transferência de renda, como o Bolsa Família (do governo federal) e o Programa Chapéu de Palha (de competência do governo estadual), durante quase metade do ano.

O que se percebe nestas relações entre trabalho e propriedade da terra é que os assentados se sentem beneficiados por terem uma carga horária flexível, assim como, uma condição de trabalho com um menor grau de exigências, contudo estes participam deste processo produtivo de forma alienada, na condição de proprietário de terra, porém não se enquadram como capitalistas. A submissão destes ao sistema é fruto do domínio totalizante que o capital busca impor as diversas esferas da sociedade através do seu processo de metabolização, incluindo de maneira excludente.

O trabalho dos assentados neste processo está subordinado às estratégias dos capitalistas do agronegócio, que impõem o preço da produção, sempre a menos que vale, obtendo a mais-valia, mesmo sem ser o proprietário da terra. Esses assentados são enquadrados, desta forma, como fornecedores da matéria prima aos grandes capitalistas do agronegócio.

A condição de fornecedor não faz dos assentados determinadores ou mesmo impositores do preço da sua mercadoria, quem realiza a taxaço são os representantes das usinas de acordo com as suas demandas, políticas públicas e a oscilação do mercado. Os assentados mostraram ter consciência dessa diferença em relação aos preços, mas alegam que a venda de sua mercadoria depende de “sorte”. Percebe-se então, que os assentados

não têm oportunidade de escolha de venda de sua produção, destinando-a sempre aos mesmos compradores.

Um papel importante neste processo é o do Estado, que se caracteriza como o agente facilitador da monopolização da renda da terra pelos capitalistas do agronegócio. As políticas públicas se apresentam como ferramentas de suma importância para viabilizar o monopólio e a permanência na forma de uso da terra. No caso dos assentados de Vitória de Santo Antão, identificou-se que o Estado disponibiliza, para aquele que destinar sua força de trabalho ao setor canavieiro, uma ajuda de custo que cobre parcialmente os insumos e instrumentos de trabalho.

Desta forma, observa-se uma articulação dos capitalistas e do Estado para perpetuação destes trabalhadores oriundos da cana na cultura da cana, onde a estrutura produtiva e as relações de trabalho foram modificadas, porém o monopólio da renda da terra permanece nas mãos dos capitalistas do agronegócio, que através de relações de poder definem e configuram os territórios e as ações.

Considerações Finais

A condição de subordinação dos assentados ao capital se realiza através de uma série de peculiaridades, entre elas, a ideia que o assentado tem de que não está tendo a sua força de trabalho explorada. Para eles os explorados são os trabalhadores do corte da cana na condição de empregado das usinas. Contudo, eles não percebem que não têm o domínio do que é produzido em suas propriedades.

O agente capitalista da cana de açúcar, consegue extrair a renda da terra dos assentados sem precisar possuir a sua propriedade, e sim através do monopólio da produção baseado em relações de poder que configuram este território, visto que esses assentados são, em percentual expressivo, ex trabalhadores assalariados do setor canavieiro.

Diante do relatado, constata-se que o trabalhador assentado, apesar de proprietário da sua terra, não é capaz de extrair a renda dela, visto que, sua condição de explorado e doador de horas de trabalho não pagos são facilmente constatadas através das suas condições de trabalho e vida. Mesmo os que possuem outras culturas comercializadas nas parcelas, têm casas pequenas, desconfortáveis e por vezes, até sem energia elétrica.

Sabe-se que assentado da microrregião de Vitória de Santo Antão subordina sua força de trabalho aos agentes capitalistas do agronegócio da cana de açúcar, por meio do trabalho flexível. Esta condição, no entanto, não é o suficiente para que a terra dos assentados seja apenas de trabalho. A terra dos assentados apresenta uma condição dual, ela é ao mesmo tempo terra de trabalho e vida para os assentados e terra de negócio para os representantes do agronegócio. Assim, o capital consegue adquirir o lucro extraordinário permanente, que é produto do trabalho excedente. Dentro desta nova lógica produtiva encontrada no território da microrregião de Vitória de Santo Antão, a terra do assentado, mesmo não sendo uma mercadoria, é apropriada pelos agentes representantes do agronegócio viabilizando e aumentando a lucratividade desta atividade econômica.

A análise da subordinação da força de trabalho é uma questão que vai além da forma de como o trabalhador é submetido ao agronegócio. Questões como a manutenção da estrutura fundiária latifundiária, bem como, as políticas públicas direcionadas visando o auxílio direto ao agronegócio canavieiro na região se mostraram de suma importância para compreender a reprodução do espaço agrário e as formações socioterritoriais.

Diante do exposto, fica evidente que o atual modo de produção capitalista cria novas formas de reificar os trabalhadores de modo a beneficiar os agentes representantes do capital. Esta nova dinâmica no espaço agrário finda por reconfigurar as relações socioterritoriais, mas não é capaz de fazer com que a posição do trabalhador não seja de subordinação e dependência ao agronegócio.

Referências

ANDRADE, Manuel Correia. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia de; SILVEIRA, Maria Laura. (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: EDITORA HUCITEC, 1994.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 15. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.
Huw Beynon em Conferência apresentada no XVIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, novembro de 1994.

DABAT, C. R. e GUIMARÃES NETO, L. **Zona da Mata: Emprego, Relações de trabalho e Condições de Vida**. Recife: SEPLAN – IICA, 1993.

FÉLIX, Ingrid Michelle Coelho Sampaio e SOUZA, Suzane Tosta. O processo de permanência do campesinato nas contradições do modo de produção capitalista. In: SANTOS, Roberto Diniz dos., MENEZES, Sócrates Oliveira. e SOUZA, Suzane Tosta. (Orgs). **Novas configurações do espaço agrário Nordestino**. Expansão do capital versus movimentos e organizações sociais de luta pela terra. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2010.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio**: o dicionário da língua portuguesa. 8.ed. Curitiba: Positivo, 2010.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural . 11.ed. São Paulo: Loyola, 2002.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Vol. 1. São Paulo, SP: Nova Cultura Ltda, 1996.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política, livro terceiro: o processo global de produção capitalista, Volume VI; tradução Reginaldo Sant'Anna. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução Paulo César Castanheira e Sergio Lessa – 1ª edição, São Paulo: Boitempo, 2006.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. **Colonos do vinho**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1978.

A MIGRAÇÃO DE FAMÍLIAS DE TIMBIRAS (MA) PARA O TRABALHO NA AGRICULTURA CANAVIEIRA NOS MUNICÍPIOS DE GUARIBA E PRADÓPOLIS (SP)

André Eduardo Ribeiro da Silva - USP
andreviterbo@yahoo.com.br
CAPES
GT2 - Trabalho Rural

Os deslocamentos massivos de maranhenses para o Centro-Sul do país, principalmente para as atividades da agricultura canavieira no estado de São Paulo, ao longo dos anos 2000, possibilitaram a construção de territorialidades migratórias em diversas cidades do interior paulista, tanto em áreas tradicionais de cultivo da gramínea, que foram implantadas há quase um século, como em regiões paulistas, que desde o final da década de 1970, passavam por experiências econômicas na cultura de cana-de-açúcar.

Dentre os municípios paulistas, nos primeiros anos do século XXI, dois chamavam a atenção pelo número de trabalhadores maranhenses abrigados em seu núcleo urbano, e que laboravam em várias usinas da região. Eles eram Pradópolis e Guariba, no nordeste do estado de São Paulo. Os maranhenses que para lá iam, partiam principalmente de três municípios do leste do Estado: Coroatá, Codó, e, sobretudo, Timbiras. É sobre o processo de construção de territórios de migração maranhense, em particular de Timbiras, nesses dois municípios do estado de São Paulo e a importância da cana-de-açúcar em várias esferas de sua vida política, econômica e social que debruçaremos neste trabalho.

Circunscrita pelos canaviais que rodeiam o perímetro urbano, Pradópolis tem, portanto, sua economia fortemente dependente da agroindústria canavieira, e em especial da Usina São Martinho (Observe a Figura 1).

A usina cuja denominação remete ao topônimo do município influenciou não somente no crescimento demográfico urbano. Sua vida política também sofreu influências do grupo econômico que controla a grande processadora canavieira, a família Ometto. A interação direta ou indireta de representantes da família na política local, ocupando cargos importantes na administração pública, principalmente na condição de vereador e prefeito, construiu a imagem de cidade-modelo, reproduzida pela grande imprensa no município e na região de Ribeirão Preto.

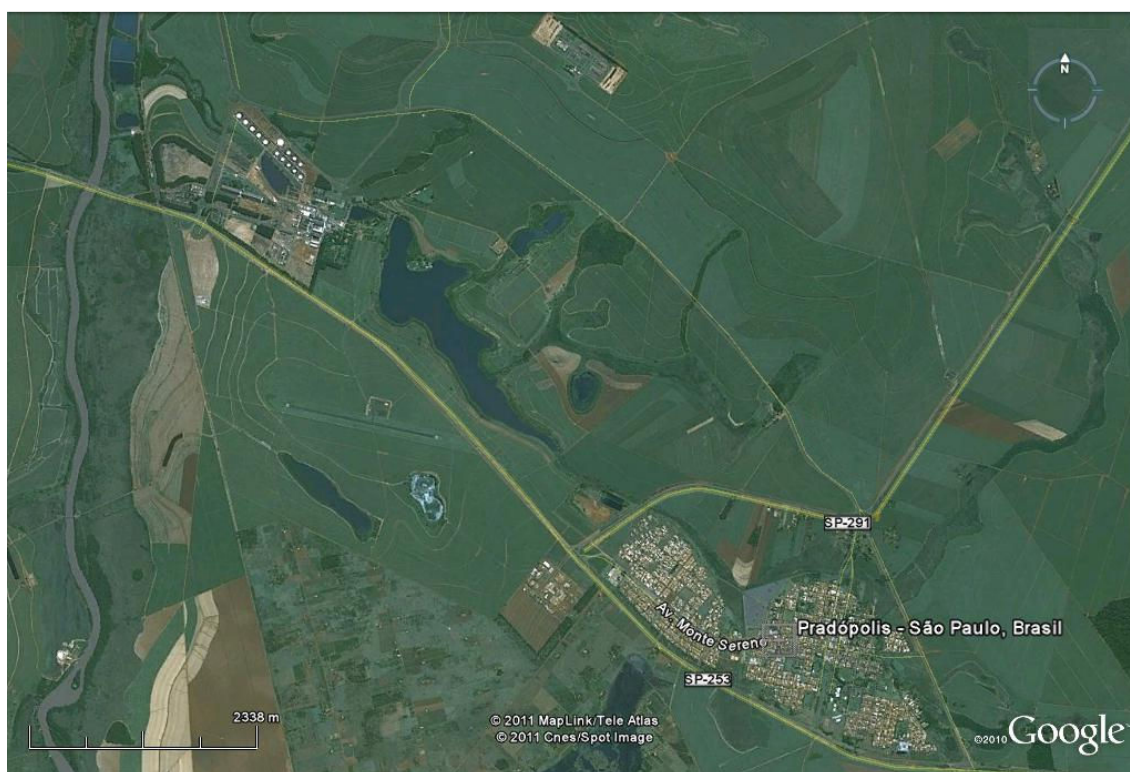


Figura 1. Representação aérea da cidade de Pradópolis/ SP.

Fonte: *Google Earth*.

Acesso em setembro de 2011.

Podemos pensar sobre as múltiplas influências do grupo usineiro no município de Pradópolis, a partir das considerações que Silva (1993, p. 32) traz a luz, em sua discussão sobre a neblina que se esconde por trás da idéia de cidade dormitório, ou cidade dos “bóias-frias”.

Pradópolis é conhecida na região, como sendo o quintal da Usina. Além do poder local ser controlado diretamente pelos usineiros, estes também limitam o crescimento da cidade, impedindo o estabelecimento de migrantes e controlando diretamente a reprodução dos trabalhadores e o mercado de trabalho.

Essas observações, percebidas durante a atividade de campo (agosto de 2011) levaram o pesquisador a refletir sobre as distintas, distantes e contraditórias territorialidades construídas no espaço urbano de Pradópolis, que conferem ritmos diferenciados na cidade. Territorialidades materialmente delimitadas, que circunscrevem os bairros que concentram os trabalhadores migrantes nas proximidades da entrada da cidade, do acesso às rodovias e dos canaviais. Veja a Figura 2:



Figura 2 - Rua e habitações do Conjunto Habitacional localizado no Jardim Maria Luisa II, periferia urbana de Pradópolis/SP.
Foto do autor, 8 de Agosto de 2011

Os migrantes, reduzidos a força de trabalho nos canaviais de várias usinas e concentrados nos conjuntos habitacionais da periferia urbana experimentam a cidade de forma distinta dos considerados “nativos”. Aproximando-se dos objetivos propostos em Vettorassi (2006) percebemos na cidade de Pradópolis que a origem europeia, e, sobretudo italiana, dos moradores há mais tempo estabelecidos no município, descendência que reporta ao ingresso dos colonos estrangeiros para a economia cafeeira do início do século conforma uma territorialidade urbana experimentada a partir dos bairros mais centralizados do núcleo urbano.

A criação de grandes conjuntos habitacionais, ora contínuos como o Jardim Maria Luisa I e Maria Luisa II, remete à necessidade de abrigo à força de trabalho migrante demandada pela atividade canavieira nos anos que acompanharam principalmente a implantação do Proálcool. No início, o predomínio de “mineiros”, deu lugar nos anos 2000, a prevalência de “maranhenses”. À gerência do espaço urbano capitaneada direta ou indiretamente por representantes dos usineiros, coube realizar estas intervenções na produção de uma cidade, voltada para os interesses do capital sucroenergético.

Por meio da configuração territorial desses cinturões periféricos, podemos questionar o conceito de cidade-dormitório, que produz um olhar homogeneizador do núcleo urbano, relacionando-o diretamente a uma atividade produtiva e convertendo todos os seus habitantes em força de trabalho, camuflando as desigualdades sociais, econômicas e as representações culturais e simbólicas multifacetadas que se territorializam na cidade. Assim Pradópolis, residência temporária, ou moradia fixa para àqueles que se estabeleceram na cidade, não se configura como uma cidade-dormitório, porque as experiências e representações da cidade são diferenciadas entre os considerados *estabelecidos*, e aqueles retratados como *outsiders*, como nos faz lembrar o estudo de Elias; Scotson (2000) em referência às diferenças internas entre os moradores e operários da cidade fictícia inglesa de Winston Parva, que serviu de referência para a pesquisa de Vettorassi (2006) focada na cidade de Guariba.

Ainda no tocante à concentração e territorialização de trabalhadores canavieiros, sobretudo migrantes, nas periferias da cidade, em Guariba, já na década de 1950, foi criado um loteamento próximo ao acesso à sede do município, por Guido Garavello, empreiteiro e proprietário local, que deu origem ao Bairro Alto, conhecido popularmente como João de Barro. Este bairro representou segundo Vettorassi (2006, p. 27) o primeiro espraiamento do perímetro urbano da “cidade do café”, e teve como primeiros residentes os migrantes nordestinos que foram atraídos para as atividades da lavoura canavieira na região.

Como pudemos verificar, a organização do bairro Alto aponta para a construção de distintas e afastadas territorialidades no interior da cidade: uma territorialidade construída, sobretudo, por trabalhadores rurais, migrantes, locais, que se ocupam na lavoura canavieira e de outras culturas agrícolas na região, e uma outra organizada em torno daqueles que se consideram “do local”, apoiada nas reminiscências da Guariba das fazendas de café, das primeiras décadas do século XX.

São nos bairros da periferia urbana que residem, principalmente, os trabalhadores canavieiros, sobretudo os migrantes, que laboram em diversas usinas sediadas nos municípios da região. Neles também encontramos a moradia de trabalhadores rurais que há muito tempo instaram-se na cidade de Guariba, seja com a família que deixou seus locais em seus Estados de origem, seja com aqueles que já moravam na cidade paulista.

Pradópolis e Guariba, desse modo, podem ser vislumbradas como cidades, que de acordo com Silva (1993, p. 30) reuniam simultaneamente os locais de reprodução da força

de trabalho, os locais de realização do mercado de trabalho, e se convertiam em locais controlados socialmente pelo poder da usina ou da grande fazenda, de forma direta ou indireta, além de abrigar espaços sociais diferenciados a partir da estrutura de classe e das diferenças entre os sexos. Territorialidades de migração para o labor nos canaviais convertem-se, outrossim, em territórios de resistência, de luta e do contra-poder, como foi experimentado no bairro Alto, em Guariba, na qual se materializou boa parte das assembleias do movimento grevista dos trabalhadores canavieiros, em maio de 1984 (DANCINI, 1989, p. 154).

O movimento de Guariba em maio de 1984, significou não apenas a luta pela conquista de direitos trabalhistas, mas a possibilidade de expor a dura vida e a dura lida de homens, mulheres e famílias abreviados na sua condição humana, que experimentaram de forma penosa a negação até de recomporem suas energias vitais para o açoitado cotidiano, principalmente durante a colheita nos canaviais.

As territorialidades contraditórias percebidas no interior do núcleo urbano se inventam também na região central da cidade de Pradópolis, a partir de alguns estabelecimentos comerciais administrados por ex- cortadores de cana maranhenses que se estabeleceram em Pradópolis. De acordo com Vale (2006, p. 258):

Deve-se analisar a produção do espaço levando em consideração as diferentes apropriações do solo que são justapostas entre si. Essa complexidade territorial é simultaneamente fragmentada e articulada, o que denota que esse espaço urbano é um reflexo de sua sociedade. São os agentes sociais que fazem e refazem a cidade. Esses agentes podem ser os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos.

No excerto acima, a autora traz à luz as diferentes territorialidades que se (re)produzem no núcleo urbano, fruto das contradições da sociedade, experimentadas temporalmente por distintos agentes sociais. Durante a realização da pesquisa de campo na cidade de Pradópolis, nos deparamos com importantes locais de sociabilidade dos migrantes maranhenses. Chamou- nos a atenção o “Bar do Codó” e o estabelecimento comercial Maranhão Biju. Observe as Figura :



Figura 3 - Bar do Codó, situado no centro de Pradópolis/SP.
Foto do autor, 8 de agosto de 2011.



Figura 4 - Estabelecimento comercial de ex-trabalhador canavieiro maranhense no centro de Pradópolis/SP.
Foto do autor, 8 de Agosto de 2011.

Estes dois estabelecimentos comerciais converteram-se em importantes referências da territorialidade de migrantes maranhenses na cidade de Pradópolis. Os contatos de familiares que residiam em Pradópolis a partir das entrevistas feitas em Timbiras (MA) foram rapidamente identificados por meio da busca de informações junto aos proprietários destas unidades de comércio.

A existência de casas comerciais e de serviços, em cuja denominação faz-se alusão ao espaço social de origem ou de estabelecimento do tronco familiar também foi percebido na pesquisa de Vale (2006) acerca da imigração nordestina, sobretudo maranhense, para o Estado de Roraima, que assim apresenta:

O nordestino é responsável pela mais recente territorialidade, ocorrida em Roraima; em particular o maranhense, que vem produzindo novas territorialidades e novas formas de concepção do uso e do processo de domínio do território de caráter econômico e social, com uma carga de influência absorvida pela população nativa expressa em nomes de estabelecimentos comerciais, nomes de bairros, grupos folclóricos, nomes de pessoas, etc., havendo, dessa forma, uma nova territorialização do espaço roraimense, que se modifica por meio da influência de um povo simples, que mantém valores tradicionais do lugar de origem (Vale, 2006, p. 257).

O proprietário dos dois estabelecimentos comerciais, originários do Maranhão, apresentam histórias semelhantes: vieram com os primeiros migrantes do leste maranhense, no início dos anos 2000 para o trabalho no corte de cana, trouxeram suas famílias, e lançaram mão de sua experiência no labor dos canaviais para tentarem uma guinada de profissão na cidade de Pradópolis.

Num outro movimento, a distância da terra natal e a permanência insistente num destino favorece a recriação material de esferas da vida, que mesmo com a ausência dos familiares, amigos e o meio físico de Timbiras, e do Maranhão, fortalecem uma territorialidade migratória, no sentido conferido por Silva (2008). Dentro deste contexto, entre os anos de 2005 e 2007, alguns migrantes maranhenses na cidade de Guariba, atuaram na organização da festa do Boi, com o apoio da Pastoral do Migrante, como pode ser observada por meio da Figura 5, na página seguinte. A festa foi incluída na programação anual da Secretaria Municipal de Cultura e contou com ampla participação da população de Guariba.



Figura 5 - Trabalhadores rurais maranhenses reproduzem a festa do Bumba meu Boi, em Guariba/SP, em 2008.

Foto cedida pelo Serviço Pastoral do Migrante. Pesquisa de campo realizada em 22 de Julho de 2011.

A territorialização dos migrantes maranhenses, materializada por meio da festa do Boi e de estabelecimentos comerciais são importantes pontos de apoio, sobretudo para os que sonham com o “retorno”, experiência híbrida, porque já não serão mais os mesmos do momento de partida.

A ausência de trabalhadores e famílias residentes em Timbiras durante a safra canavieira no Centro-Sul transforma as práticas cotidianas no município. O vai e vem constante dos ônibus que transportam pessoas e famílias de um lado para outro, a construção de uma territorialidade de migração maranhense nas cidades paulistas, e a incorporação de hábitos alimentares e elementos construtivos, são materializações do que Silva (2008) designa como cultura migratória.

A migração de trabalhadores e famílias do município de Timbiras, para o trabalho na cultura canavieira, a partir da residência na cidade de Pradópolis e Guariba, não pode ser compreendida a partir de um enfoque macroestrutural, que vislumbra apenas os elementos objetivos, sobretudo de natureza econômica, orquestrados pelas demandas do capital. Os

determinantes estruturais existem, mas não podem ser tomados como exclusivos na compreensão do processo migratório.

Não podemos ler os deslocamentos desses agentes sociais a partir das lentes de um recorte teórico que compreende a migração como uma estratégia de sobrevivência da unidade camponesa nos seus lugares de origem, sabendo que parcela importante dos trabalhadores que residem nos bairros de “ponta de rua” da periferia de Timbiras (SILVA, 2012), constituem a primeira ou a segunda geração de camponeses expropriados, que romperam seus vínculos diretos com o trabalho na terra e se deslocam em busca de emprego para manter minimamente a reprodução da unidade familiar e não mais a camponesa, de acordo com PONTES (2010).

A partir do exposto, compartilhamos as concepções de Silva (2005) acerca da migração e dos migrantes, como um acontecimento histórico, um processo social que atinge tanto os que partem quanto os que ficam, reunindo elementos objetivos e subjetivos. É dentro desta linha interpretativa que buscamos compreender a conformação de territorialidades precárias no município do Maranhão e nas cidades paulistas, e que tem continuidade e significado para a vida de famílias e pessoas. Um histórico processo de pobreza que impõe muitas vezes a migração sazonal como regra para toda uma vida.

A migração sazonal sucessiva e repetida ao longo de determinado período de vida, para diferentes destinos, é questionada por Silva (1997), que pretende a partir do conceito de permanência das migrações temporárias, compreender os múltiplos significados que este processo social implica na organização da vida familiar. Processo que não provoca de modo duro, uma ruptura sem volta, mas reproduz no plano simbólico um retorno material, embora experimentado e aproximado nos “destinos”, a partir das territorialidades migratórias, unindo no plano das representações o cá e o lá distantes geograficamente.

O período e a intensidade da migração para o trabalho nos canaviais de São Paulo têm duração e efeitos distintos para as pessoas e famílias. Segundo o testemunho oral:

Eu quero ficar mais um ano, e quero ir embora. O trabalho é pesado, já fiz cinco safras. Acho que os rapazes novos já vieram tudo, quem não veio são os mais velhos. Duas noites e dois dias são o tempo da viagem. Não chega a três dias. A gente quer comprar a casa e se sobrar, a moto. (Valdenir, 25, casado. Testemunho oral colhido em 23/10/2010, em Guariba/SP.)

Percebe-se que o jovem timbirense prioriza a compra da casa na cidade, projeto futuro da família de instalar-se na sede do município maranhense. Testemunhos de outra família mostram que migração para o trabalho na cana nutria conquistas econômicas que se distinguiram pelo estado civil dos irmãos.

Pesquisador: (...) Você pensou em ficar definitivamente lá [Pradópolis]? Qual que foi a maior intenção sua ao ir cortar cana lá em São Paulo?

Francisco: A minha intenção mesmo é fazer uma casa. Construir uma casa na rua e trabalhar, não é?

Pesquisador: E para você Joécio?

Joécio: Eu sou solteiro, eu vou comprar uma moto, um terreno também. (Francisco, 24, casado e Joécio, 22 solteiro. Testemunhos orais colhidos em 20/01/2011, no povoado Mil Braças em Timbiras/MA.)

Silva (2008) e Carneiro et al. (2007) apresentam os benefícios materiais advindos dos recursos economizados a duras penas à partir do trabalho extenuante na lavoura de cana. A concretização da aquisição desses objetos de consumo, que atingem os integrantes da família e também os jovens que nutrem planos para “viajar” no futuro, é representada por meio do registro oral abaixo:

Pesquisador: E aí, no caso, o que vocês conquistaram lá financeiramente com o corte da cana, deu para melhorar a vida da família aqui?

Domingos: Dá para segurar uns dois meses sossegado. Para segurar mesmo, não dá não. Não dá para segurar. E volta lá de novo, trabalhar um pouquinho, ajeitando devagarzinho, trazer mais um pouquinho, não é? (Domingos, 21, solteiro. Testemunho oral colhido em Timbiras/MA, em 19/01/2011).

Os dois meses, referidos por Domingos, relacionam-se ao período em que o trabalhador foi contemplado pelo seguro-desemprego, recurso necessário para manter as despesas do entrevistado durante a entressafra da cana, mas que não é suficiente para *segurar*, tendo que deslocar-se mais uma vez para *trazer mais um pouquinho*, para poder prover minimamente as suas necessidades pessoais e também da família. Em outros casos, as conquistas materiais obtidas a partir do trabalho na cana só tem significado a partir do estabelecimento da esposa e dos filhos na cidade do interior paulista, conforme podemos notar no testemunho oral de Randerson:

Pesquisador: Quatro anos. E aí compensou?

Randerson: Compensou. Já deu pra juntar uma porção de coisa, ajuda bastante, não é? E também tendo com a minha família aqui perto de mim,

o que mais importa pra mim é isto. Eles estando comigo, pra mim, é uma grande ajuda com eles. Eu ter eles na minha vida pra mim nada é impossível pra mim. Eu posso ter a coragem e força e a gente vai pra frente. (Randerson, 22, casado. Testemunho oral colhido em 22/07/2011, em Guariba/SP).

A presença da família na cidade do interior paulista sustenta a persistência e dá *coragem e força* para o trabalhador diante do sofrimento diário enfrentado nas lides dos canaviais, em busca de dias melhores. Também possibilita a opção de contar em casa com a mulher que realiza os serviços domésticos enquanto os que migraram sozinhos terão que depois do trabalho penoso no campo, executar as tarefas da residência.

O sofrimento decorrente da migração também se intensificou entre os dias 23 e 24 abril e 2 e 3 de maio de 2009, quando fortes chuvas provocariam uma elevação acentuada dos níveis d' água do rio Itapecuru e principais afluentes. Na área urbana, ruas do bairro São Sebastião, Centro, Olaria, Forquilha, Horta, Mutirão, São Raimundo, Santarém e Anjo da Guarda foram afetadas.

As perdas materiais decorrentes da inundação acentuaram a migração de Timbiras, de acordo com o registro oral de Domingos: “E depois da enchente, ônibus não teve paradeiro na rodoviária não! Era cheio de gente saindo para lá. Até medo!” (Domingos, 60, casado. Testemunho oral colhido em Timbiras/MA, em 19/01/2011).

O agravante natural somava-se à falta de emprego e condições que permitissem o trabalho da família na unidade camponesa. Planos foram refeitos por migrantes e suas famílias, conforme o testemunho de um trabalhador maranhense registrado em Serviço Pastoral do Migrante (2009, p. 57, 58) em maio de 2009: “Também fiquei sabendo que as enchentes atingiram minha roça. O que ganhei só deu para pagar a conta do mercado de R\$ 280,00. Estou voltando pra minha casa com ajuda dos outros”.

A ausência de tantos trabalhadores e famílias trouxeram elementos novos adquiridos nos territórios de circulação migratória, e ressignificaram outros, como o dia dos pais, os filhos criados pela avó, as festas na cidade.

Não só do ponto de vista material, a vida social na cidade se reconfigura com as migrações. Se as festas dos santos juninos e de São Raimundo Nonato, sentem a ausência dos homens e famílias que partiram, no Natal e no dia de São Sebastião, a reunião de familiares e amigos traz novos significados para as celebrações religiosas.

Durante os festejos de São Sebastião (comemorado em 20 de janeiro), feriado municipal, realizam-se batizados de filhos(as) nascidos no município maranhense, durante a safra da cana, longe do pai, e de filhos (as) nascidos nas cidades canavieiras do interior paulista, longe dos demais parentes e amigos que ficaram em Timbiras(MA).

Há famílias em que o nascimento dos filhos na cidade paulista, representa a oportunidade de apressar a volta da esposa para Timbiras, em razão do apoio ao cuidado maternal oferecida pelas mulheres do tronco familiar, sobretudo a mãe, e pelos custos acrescentados ao já reduzido orçamento do núcleo familiar dos trabalhadores migrantes.

As crianças que circulam por meio das experiências migratórias dos trabalhadores e famílias maranhenses representam o próprio sentido deste processo social. As demandas por força de trabalho com elevada produtividade do trabalho requerida pelos agentes do agronegócio canavieiro, consomem a força física dos canavieiros migrantes. As máquinas agrícolas que varrem os empregos e as oportunidades de melhor ganho, empurram os trabalhadores de Timbiras para novos e velhos destinos, conhecidos ou não, da insígnia do trabalho degradante.

A experiência de pobreza que acompanha a vida das famílias de trabalhadores migrantes intensifica com o sofrimento e a ausência prolongada de integrantes, que foram obrigados, pelas necessidades e dificuldades na região de origem a migrar para longe, a sujeitar-se a um *serviço pesado*.

A precariedade das condições de trabalho também se estende para a casa onde residem nas cidades paulistas. O alto preço pago pelo aluguel e as tarifas de água e energia consomem os poucos rendimentos, que também precisam ser poupados e/ou enviados aos integrantes da família que ficaram no município do leste maranhense.

As dificuldades em pagar o aluguel comprimem o ganho dos trabalhadores migrantes, e as despesas com outras necessidades básicas dos trabalhadores como a alimentação. Todavia, a economia com a compra de alimentos pode ser compensado por produtos e alimentos originários da produção familiar na unidade camponesa, trazidos na viagem para o interior paulista, ou remetido pela família no Maranhão, por meio dos deslocamentos sazonais dos ônibus clandestinos.

A precariedade, contudo não se restringe ao pagamento do aluguel e das conta de água energia elétrica. A superlotação de muitas casas alugadas, reunindo muitas vezes pessoas de uma localidade de origem, ou do mesmo grupo familiar e de amigos mostram as

estratégias usadas para minimizar os custos econômicos e também psicológicos do processo migratório. A precariedade das instalações e dos equipamentos na residência revelam a transitoriedade, mas também a pobreza compartilhada pelos trabalhadores, como podemos sinalizar por meio do seguinte testemunho oral:

Pesquisador: E lá você ficava em casa alugada?

Elinaldo: Alugada.

Pesquisador: Casa alugada. Com mais quantas pessoas?

Elinaldo: Nós era oito.

Pesquisador: Oito pessoas. Você tem uma ideia do preço do aluguel que você pagava lá?

Elinaldo: Nós pagava por mês, nós pagava trezentos e setenta.

(Elinaldo, 20, solteiro. Testemunho oral colhido no povoado Pedra Preta, Timbiras/MA, em 20/01/2011).

O preço do aluguel, em certas ocasiões cobrado individualmente, e é mencionado pelos trabalhadores como o principal obstáculo para a economia de recursos advindos pelo trabalho no corte de cana. Também indica a exploração praticada por meio de *turmeiros* e de agentes associados aos processos de aliciamento e deslocamento, os quais ampliam os seus rendimentos e os mecanismos de controle e dependência pessoal em relação aos trabalhadores migrantes.

O aluguel e a tarifa de energia são obstáculos que se adicionam ao trabalho fatigante na lavoura, ao sono acumulado durante a semana, a dieta alimentar deficiente, a ausência dos familiares que estão distantes. Quando os gastos na cidade de “destino” parecem corroer os poucos recursos economizados, a vinda da família, por mais custosa que seja para o trabalhador migrante, é ao menos desejada por muitos maranhenses que pensam em se estabelecer “definitivamente” ou passar um período mais longo labutando na lavoura de cana e residindo nas cidades do interior paulista.

Pradópolis e Guariba, na região administrativa de Ribeirão Preto, o epicentro do agronegócio canavieiro no país, estão próximas de uma grande quantidade de unidades processadoras, que exibem grande capacidade de produção agroindustrial e elevada produtividade do trabalho. Nelas residem centenas e milhares de trabalhadores migrantes, procedentes de outros Estados.

A territorialização do capital agroindustrial, o controle social, político e econômico exercido pelas usinas, não impingem marcas e contornos definitivos na história e na vida desses municípios paulistas. Guariba e Pradópolis não podem tampouco ser reduzidas à

produção de territorialidades precárias para os trabalhadores. Materializam de forma significativa a territorialização da resistência, imortalizada no movimento de maio de 1984, emblemático na história e luta dos assalariados rurais do país, e na territorialização camponesa - o assentamento Horto Guarani - na sombra da maior processadora de cana de açúcar do mundo: a Usina São Martinho. As cidades referenciadas para os usineiros também se tornaram modelo e converteram-se em espaços sociais de exercício do contrapoder (SILVA, 1999). A territorialização de trabalhadores maranhenses nas cidades paulistas traz novos nuances e incorporam outros, ressignificam suas experiências de vida e dos outros agentes sociais, revelam outras territorialidades libertas da volúpia do capital.

As representações das “viagens” dos trabalhadores “migrantes”, de sua moradia, de seu sentimento de pertença a realidade social do município maranhense revela a construção de múltiplas territorialidades migratórias em local(is) que se reproduz(em) continuamente como “destino”. Múltiplas idas e vindas que não apagam, mesmo que simbolicamente, o desejo da realização territorial da permanência no território que dá sentido a sua vida e também às suas experiências migratórias.

Referências

CARNEIRO, M. S.; SOUSA, A.; MARINHO, K. Migração, estrutura Agrária e Redes Sociais: Uma Análise do deslocamento de Trabalhadores Maranhenses Rumo à Lavoura da Cana em São Paulo. In: NOVAES, J. R.; ALVES, F. (Orgs.) *Migrantes. Trabalho e Trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro. (os heróis do agronegócio brasileiro)*. São Carlos: EdUFScar, 2007. P. 215 - 232.

DANCINI, E. A. *Tempo, Memórias e Utopias: Cortadores de Cana em Guariba e Barrinha*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). São Paulo: PUC, 1989.

ELIAS, N., SCOTSON, J. L. In: *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

PONTES, S. K. *Migrações de Trabalhadores Maranhenses para o Corte da Cana-de-Açúcar no Interior de São Paulo: o Percurso da “Precisão”*. Tese (Engenharia de Produção). São Carlos: UFSCar, 2010.

SERVIÇO PASTORAL DO MIGRANTES. *Vozes do Eito*. Guariba: Eco das Letras, 2009.

SILVA, A. E. R. *Territorialidades e Redes da Migração Maranhense nos Canaviais Paulistas*. Tese (Doutorado em Geografia Humana). São Paulo: FFLCH/USP, 2012.

SILVA, M. A. M. Expropriação da Terra, Violência e Migração: Camponeses Maranhenses no Corte da Cana em São Paulo. In: *Cadernos CERU*. Série 2 Vol. 19, Nº. 1. São Paulo: CERU/USP, Junho 2008. P. 165 - 180.

_____. Contribuições Metodológicas para a Análise das Migrações. In: DEMARTINI, Z. B. F.; TRUZZI, O.(Orgs.) *Estudos Migratórios: Perspectivas Metodológicas*. São Carlos: EdUFSCar, 2005. P.53 - 86.

_____. *Errantes do Fim do Século*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

_____. *Migrar É Preciso*. Caetité: Pastoral dos Migrantes de Caetité, 1997.

_____. As Cidades dos Bóias-Frias: o desdobramento do poder e controle da empresa. In: *Travessia*. Ano VI, Nº. 15 São Paulo: CEM, Jan - Jul. 2003, P. 30- 34.

VALE, A. L. F. Imigração de Nordestinos para Roraima. In: *Estudos Avançados* V. 20 Nº. 57. São Paulo: IEA/USP: Maio-Agosto 2006.

VETTORASSI, A. *Espaços Divididos e Silenciados*: Um estudo sobre as relações sociais entre nativos e os “de fora” de uma cidade do interior paulista. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). São Carlos: UFSCar, 2006.

RESISTENCIAS ORGANIZATIVAS DE INDÍGENAS MIGRANTES EN LA OCUPACIÓN DE LATIFUNDIOS EN BOLIVIA (2003-2005)

Wilbert Villca López (UFRGS)
villkalop@gmail.com
GT2 – Trabalho Rural

1. Introducción

Este artículo trata de prácticas de resistencias organizativas ingeniadas por indígenas migrantes en las ocupaciones de tierras ocurridos entre 2003-2005, periodo de mayor conflictividad y polarizaciones sociales acontecidas en Bolivia relacionada con el acceso a la tierra en la región de tierras bajas. El país es conocido generalmente como andino-altiplánico, empero, las tierras llanas presentan la mayor extensión territorial, con una compleja historia desde mediados del siglo XX. En ese sentido, son necesarias introducir a partir de cinco características de contexto.

Primero, la problemática de la tierra es uno de los asuntos más estructurales del país no resueltos pese a la insurrección nacional de 1952. La Reforma Agraria de 1953, dejó abiertas brechas de inequidad, pobreza y concentración de tierras en grandes latifundios, según el PNUD, (2005), 100 familias de latifundistas ocupaban $\frac{1}{4}$ del territorio nacional el 2005. El modelo nacionalista iniciado en 1952, pretendía “industrializar”, diversificar la producción, sustituir importaciones, eliminación servidumbre de las haciendas y poblamiento de tierras bajas “improductivas”. En la segunda mitad del siglo XX existen dos legislaciones agrarias, ambas debían transformar las estructuras agrarias asimétricas heredadas desde la creación republicana en 1825. A continuación se detalla en cifras sobre la tenencia de la tierra.

Tabla 1. Tenencia de la tierra en Bolivia en dos legislaciones agrarias, por hectareas.

Tipos de propiedad	1953 – 1993				1996 – 2006			
	Beneficiarios	Superficie	% (S)	Sup. promedio por B	Beneficiarios	Superficie	% (S)	S promedio por B
Solar Campesino	3.999	23.866	0,04	5,9	1.304	188	0	0,2
Pequeña	269.179	4.850.839	8,5	18,1	45.072	914.924	7,5	29,4
Mediana	123.567	16.231.729	28,3	131,3	724	345.039	2,8	746,8
Empresa	17.005	23.011.055	40,2	1.353,2	486	968.017	7,8	3.545,8
Propiedad Comunal	333.103	12.289.511	21,5	36,9	8.005	2.342.820	19,1	1.917,2
Sin Dato	12.283	898.322	1,6	73,1	126	*		
						7.712.983	62,7	63.221,10
Totales	759.136	57.305.322			55.717	12.283.971		

* A partir de la promulgación de la Ley N° 1715 (1996) se incorporó el reconocimiento de derechos a las Tierras Comunitarias de Origen (TCOs) a favor de a pueblos indígenas.

Fuente: Elaboración propia a partir de *Estadísticas Anuales*. Servicio Nacional de Reforma Agraria (SNRA), Instituto Nacional de Colonización (INC) y el Instituto Nacional de Reforma Agraria (INRA).

Conforme a la Tabla 1, con la primera legislación (1953-1993), se observa una notoria desigualdad en el acceso a la tierra, por ejemplo, entre la propiedad mediana y empresa ocupan el 68,98 % de total de superficie favoreciendo así sólo al 18,51% de los beneficiarios. La empresa agropecuaria obtiene un 40% de tierras a favor del 2% de los beneficiarios del país. Con la segunda legislación (1996 -2006) se continúa privilegiando a la empresa otorgándose 1.353,2 hectáreas (has), 3.545,6 has promedio por beneficiario.

Segundo, entre el 2004 a 2010, en el departamento de Santa Cruz, a diferencia de otros ocho departamentos, se ha registrado el mayor deterioro del bosque. Según la Autoridad de Fiscalización y Control Social de Bosques y Tierras (ABT) (INRA, 2012) de 1.659.133 has de desmontes ilegales detectados en todo el país, 1.289.025 has pertenecen a Santa Cruz, es decir, el 78 %. Sin embargo, en el mismo periodo, los Desmontes Autorizados por la ABT, alcanzan sólo a 289.094 has, de los cuales en Santa Cruz llegan a 243.063 has, o sea el 84%.

Tercero, la creciente frontera agrícola destinada a productos agroexportables, es otra peculiaridad de Santa Cruz. En 1990, existía 413.320 has de superficie cultivada de los cuales 172.334 has es para el cultivo de la soya, en tanto, para el 2009 creció a 1.821.631 has de los cuales 1.003.690 has continúa siendo destinada para la soya (URIESTE, 2011, p. 30). En 19 años, se registró un incremento de 1.408.311 has de frontera agrícola.

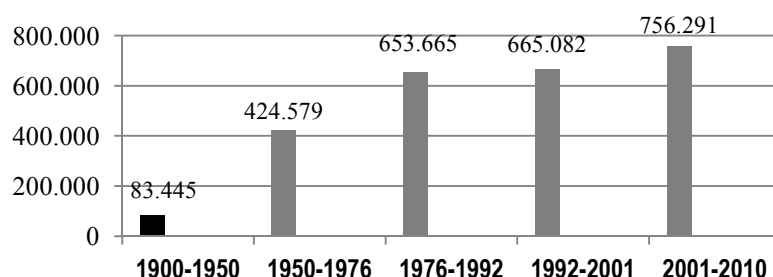
Cuarto, Santa Cruz es también un importante escenario para el mercado de la tierra principalmente en el norte cruceño. Allí oscilan entre 150.000 \$us el valor de una *parcela* de 50 has. Las ventas son directas sin intermediaciones de registros públicos. Conforme Urioste (2011), de 1960 ofertas hachas en los diarios entre 2004-2010, 1.399 son menores a 4.000 has. A medida que va propagándose la frontera agrícola, las nuevas ofertas de tierra van situándose en las regiones con menor densidad poblacional distantes a las vías de comunicación.

Quinto, a partir desde mediados del siglo XX fue más significativo el incremento demográfico. Su antecedente tiene relación con las políticas económicas impulsadas por los gobiernos desde la guerra del Chaco (1936), el Plan Bohan (1942), las regalías petroleras del 11%; así mismo, las políticas de colonización ejecutados desde los gobiernos conservadores (1880-1899), liberales (1899-1930), y nacionalistas en la segunda mitad del siglo XX (GARCIA, 2001); y los cambios estructurales generados por la producción agrícola e industrial. Según Jean-Pierre Lavaud:

Hasta los años 50, la economía regional se reducía a una agricultura extensiva en la periferia de Santa Cruz, un pueblo grande adormecido bajo el sol, aislado del resto del país por falta de vías de comunicación, en esos años las elites cruceñas (nuevos empresarios, políticos de derecha, intelectuales) agrupadas con el Comité Cívico pro-Santa Cruz (CCpSC), supieron movilizar a sus habitantes y, sólo así, lograron obtener conquistas, más aún, lograron apropiarse de la dirección de los asuntos locales. (LAVAUD, 1998, p. 273).

La caída de los precios mundiales de minerales en la década de los 80s ha provocado más aún la masiva migración interna hacia el oriente desde tierras altas denominadas “occidentales”. Según el INE, Gráfico 1. En 1950 el departamento contaba solamente con 83.445 habitantes mientras para el 2010 existía la proyección demográfica de 2.785.762 habitantes. Las diferencias y promedios de crecimientos están detallados en el siguiente grafico.

Gráfico 1. Crecimiento demográfico en el departamento de Santa Cruz



Fuente: Elaboración propia a partir de Anuarios y proyecciones de población, INE. Obtenido el 10 de agosto 2012. <<http://www.ine.gob.bo/indice/visualizador.aspx?ah=PC20411.HTM>>.

Descrita el contexto, este trabajo se circunscribe en las *sub-comunidades*, entendida como grupos de familias sin tierras que se organizaron en cada población urbana de la provincia Obispo Santiesvan, poblada por indígenas procedentes de las regiones altiplánicas¹. La mayoría son de habla quechua y aymaras hablantes, que llegaron en décadas anteriores tanto por lazos y/o contactos de parentesco como por contrataciones de reenganche para la cosecha de algodón, caña de azúcar, arroz y otros.

Estas poblaciones se encuentran en las proximidades y a lo largo del río Piráí, que confluye al Amazonas. Están vinculadas de una carretera que atraviesa cuatro municipios. Cuanto más están al norte estas poblaciones son también más pequeñas y alejadas con caminos precarios intransitables en épocas lluviosas. Pese a la degradación de suelos, la prodigiosa fertilidad aún da lugar a que estén ocupadas predominantemente por el monocultivo de la soya, operada en los últimos años por empresas ligadas a capitales transnacionales americanas, brasileñas, colombianas y argentinas (BALLERSTAEDT, 2008, p. 4). Con el auge del precio internacional de oleaginosas, los sectores tradicionales fueron paulatinamente sustituidas por otros actores empresariales, hoy tácticamente más cercanos al gobierno nacional.

En el trayecto de estas poblaciones, desde inicios del 2002 se han conformado organizaciones sin tierra integrada por trabajadores temporales en empresas agropecuarias; jornaleros en cosechas manuales de arroz, frejol, maíz y otros productos; y albañiles por cuenta propia, con distintas antigüedades de residencia en la zona. El Movimiento Sin Tierra (MST) fue la organización que catalizó aspiraciones de poseer la tierra mediante una

¹ También valles de los departamentos de Chuquisaca, Cochabamba, Potosí y La Paz.

secuencia de ocupaciones de tierra, a su vez, fueron objeto de violentos desalojos en los campamentos por fuerzas públicas y grupos de choque, denominado por ellos “sicarios”, organizados, adiestrados y financiados por los terratenientes, hechos que iniciaron desde 2003. Según el INRA, sólo en 2005 hubo 173 “avasallamientos ilegales de tierras” (INRA, 2006, p. 75), de los cuales, 167 eran en Santa Cruz.

Imagen 1. Primer amanecer de los ocupantes del MST

Fuente: ARISPE, Alejandro. **Amanecer de los sin tierras. Los Yuquises**, 15 junio, 2004. Fotografía a color, Formato JPG, Colección particular.

En el ámbito nacional, el modelo neoliberal entró en crisis, periodo que reaviva y desnuda viejas polaridades sociales de conflicto, centrados en dos “polos”: Por una parte a partir de los movimientos populares gestados por las “guerra del agua” (2000), la escalada de movilizaciones indígenas en el altiplano; y los levantamientos urbanos de “Febrero Negro” y la “Guerra del Gas” de octubre 2003 expulsan a las transnacionales y gobiernos formados por pactos de partidos que generaron la crisis neoliberal que dio paso al acceso de un gobierno indígena y la formación de un Estado Plurinacional (2006-2010). Por otra parte, o sea, en el “oriente”, en particular en Santa Cruz, defienden la continuidad del Estado en crisis limitándose a la demanda de mayores políticas descentralizadoras, autonomistas y separatistas liderizado primero por las fuerzas de choque de la Unión Juvenil Cruceñista (UJC) y la denominada “Nación Camba”, y segundo, por las fuerzas políticas de la “media luna” encabezados por el Comité Cívico Pro-Santa Cruz (CCpSC), bloque político cuya fuerza permitió coaligar a la “acción de terratenientes, las logias, las fraternidades dueñas de las llamadas cooperativas (casi empresas), los poseedores de las concesiones forestales, los beneficiarios consecutivos de las licitaciones públicas y los financistas” (FERREIRA, 2010, p. 124) que en contraofensiva, articulan una estructura organizativa regional empresarial-cívica, operativamente a grupos de choque para perpetrar desalojos violentos a los campamentos.

El ascendente crecimiento demográfico de Santa Cruz con predominancia de migrantes andinos, dio lugar en décadas anteriores a que el diferencial de acceso a beneficios públicos y la tierra fuese asimétrico de privilegios a partir de la antigüedad de residencia, diferencial que modeló a su vez las interacciones entre grupos denominados *cambas*, (nativos de tierras bajas y descendientes europeos); y los migrantes, denominados

collas, forasteros, aunque, con el auge del mercado internacional de productos agro-exportables, los nativos fueron paulatinamente desplazados de la tenencia de tierras.

En ese sentido, la antigüedad dotaba a los *cambas* los recursos de poder, sobre todo cohesión e identidad grupal y un sentido de superioridad ligado a una mayor autoestima, recursos de los que estaban privados casi por completo los habitantes recién llegados, asimismo, el carisma y prestigio grupal de los *cambas* (establecidos) se construía a partir de sus “mejores” miembros. De este modo se erigía la identidad de grupo alrededor de una minoría; en tanto, con los recién llegados, a partir de una minoría de individuos y familias “menos respetables” eran descalificados y presentadas como imagen representativa, “así de... son los *collas*”. Lo paradójico del caso es que los juicios estigmatizadores eran interiorizados e incorporados a su estructura de personalidad por los recién llegados con un aire de resignación, éstos simplemente interiorizaban esa “inferioridad” con respecto a los *cambas*. En ese sentido, en el norte cruceño, allí donde un grupo social dispone de los mecanismos necesarios para atribuir con éxito rasgos negativos a otro grupo de intrusos (avasalladores, inmigrantes) se ha sentando las bases para “establecer” a los primeros y mancillar a los segundos. Según María Silva:

La exclusión es también una forma de descompromiso político con el sufrimiento de otro, además esa exclusión abarca a lo moral cuando individuos o grupos son vistos y colocados fuera del límite, los agentes de la exclusión comparten características fundamentales, como la ausencia de compromiso moral y el distanciamiento psicológico. (SILVA, 2002, p. 26).

En tanto, para Teun Van Dik (2010) “el racismo se manifiesta en diversos fenómenos tales como ideologías, actitudes, textos, habla, comunicación, interacciones, relaciones de grupos, políticas oficiales, relaciones internacionales y la diversidad étnica”. A partir de estas características conceptuales existen elementos que pueden ayudar a contrastar la existencia del racismo como también de la exclusión al cual fueron víctimas los miembros del MST.

En el estudio de Norbert Elías (2000) hecha en Winston Parva (nombre ficticio) ocurre casi un similar escenario al boliviano, mientras allá:

Tan pronto como uno hablaba con sus habitantes, emergía el hecho de que los residentes del área donde estaban establecidas las ‘viejas familias’ se consideraban ‘mejores’, es decir, superiores en términos humanos a aquellos que vivían a su lado. Se negaban a mantener cualquier tipo de contacto social con ellos, excepción hecha de las exigencias ocupacionales; además, les tachaban. En suma, trataban a todos los recién llegados como desarraigados, como ‘forasteros’

(*outsiders*). Los mismos recién llegados, al poco de instalarse, parecían aceptar, con una resignación desconcertante, su pertenencia a un grupo de menor virtud y respetabilidad. (ELIAS, 2000, p. 24)²

Dado un marco de diferenciaciones, los recién llegados (*collas*) entran en un proceso de búsqueda de inclusión sea mediante la adopción de simbolismos como ser acentos (lenguaje), y el acceso a la tierra, no poseerlo, para muchos es aún como no tener “ciudadanía”. La tenencia de la tierra filtra posibilidades de ser dirigente, eleva autoestimas, horizontes de vida y ascenso social. Es todavía difícil entre los *collas* encontrar reflexiones de admisión que esa búsqueda de inclusión fue y es parte de una estrategia de *inclusión* y ascenso del *colla*. Según Silva (2002), el *blanqueamiento* “es frecuentemente considerado como un problema del negro que, descontento e incómodo con su condición de negro, busca identificarse como blanco, mezclarse con él para diluir sus características raciales, se trata, de las acciones de los individuos de color, con referencia a los blancos, se orientan en dos sentidos: integración y ascenso social”. Por lo tanto, no sólo se refiere al color de la piel, sino a los valores, a las prácticas culturales, al sistema económico y a las costumbres sociales.

2. Rutas y contra-rutas para la conquista de la tierra

Si bien a principios de los 90, aún había amplios espacios de tierras baldías, en circunstancias en donde quien desmontaba era dueño de las tierras. ¿Por qué los migrantes no habían ocupado esas tierras cercanas a las poblaciones donde vivían? En aquel momento, tenían una vegetación desechada por las paulatinas ocupaciones a largo de los últimos 40 años. Los denominados colonos buscaban tierras con monte alto, para rozar, chaquear y sembrar arroz; en tanto las tierras próximas estaban llenas de la “caña flecha”, *Gynerium sagittatum*³ comúnmente denominado “*chuchiu*”. El hábitat de esta vegetación coincide con zonas no inundables, mientras los migrantes apostaron (sin saberlo) a tierras próximas al río, por tanto proclives a la inundación. Las tierras presumiblemente baldías y aptas estaban ubicadas en lugares más inaccesibles ocupadas por los latifundistas situación que propició a la organización de familias sin tierra.

² Cita traducida del portugués por Wilbert Vilca.

³ Hierba gramínea erecta, cuyos tallos rectos y verticales crecen hasta 4 o 5 m, conocida como la “caña flecha” *Gynerium sagittatum*. En varios países el estado de biodiversidad genética está amenazada por la destrucción del hábitat debido a actividades ganaderas y agrícolas. (RIVERA, 2009).

a) El 2002 un grupo de universitarios acompañaron reuniones nocturnas en poblaciones del norte que se desarrollaban casi de manera “clandestina” en viviendas aún sin electricidad. Se socializaba sobre la organización del MST del Brasil. Se debatía, una vez conquistada la tierra, no solamente debía retomarse el respeto y vínculo con la *pachamama*⁴, sino también de adoptar las experiencias de prácticas horizontales de organización comunitaria y de modelos productivos desarrollados en Brasil.

Los actores de este emprendimiento, eran aquellos que en algunos casos, ni escriben, ni leen periódicos, peor libros, muchos de ellos por ser analfabetos, no son conocidos públicamente por sus nombres y quedan en el anonimato. Se trataba de hombres humildes, que no hablaban fluidamente el español, sino el quechua y aymara, ellos se convirtieron en protagonistas de los momentos más conflictivos sobre las ocupaciones de tierra. Estas familias que vivían en el lugar durante varios años, a un principio, la organización que formaron fue parte de las organizaciones sindicales. Dado que los sindicatos no tenían la atribución de organizar ni defender familias sin tierra, sino a quienes cuentan tierras, los organizados se independizan para constituir el MST regional del Norte de Santa Cruz. Según Ponciano Sullka, líder de la toma de tierras, encarcelado en Montero⁵ por más de seis meses sin sentencia judicial, “en cada localidad del norte, se organizo el MST” (SULLKA, E-1). Cada interesado firmaba un Acta de Compromiso condicionantes centrales que permiten analizar la naturaleza de la organización. En sus cláusulas señala:

No traicionar, ser militante activo, participar en los ampliados, congresos, reuniones, encuentros, seminarios, talleres y otros eventos; respetar los principios del MST, unidad, independencia, solidaridad y consecuencia; apoyar fielmente a la dotación de tierras colectivas para todos y no a la parcela individual; no mercantilizar la tierra, trabajar la tierra, producir alimentos para el consumo local y la exportación; los aportes que reciba la organización serán a fondo perdido con el informe económico; cumplir fielmente con los aportes mensuales y otros que se requieran; y, vivir en el asentamiento, todos juntos y participar en los trabajos comunales planificados y requeridos. (Libro de Actas, MST).

b) Las asambleas, delegan a un grupo reducido de hombres “más aptos” para tareas de: prospección y recorridos con el objeto de diagnosticar aéreas que no estén con presencia de intereses y/o de disputa de terratenientes, identificar accesos para

⁴ Término quechua, significa, “madre tierra”.

⁵ Ciudad intermedia más populosa de migrantes del norte de Santa Cruz, principal centro de confluencia para la provisión de insumos agropecuarios y financieros.

movilidades, localizar vertientes de agua y lugares provisionales de campamento, cuando se efectúe el ingreso a las tierras. En los recorridos, percataron fincas con cuidados policiales, además tanto de extranjeros presumiblemente colombianos (por el acento), y como de “sicarios armados” (VEDIA, E-4). En relación a esta actividad, según Sullka (E-1) “los que reguardaban las propiedades nos preguntaban hacia dónde nos dirigíamos, decíamos que íbamos a pescar”. Se trasladaban en bicicletas, estaban conformados por lo general entre ocho, se desplazaban vigilados hasta cierto tramo por los trabajadores de los terratenientes. En el trayecto vieron retenes en el camino, retornaban después de una semana de recorridos.

c) Los desalojos perpetrados tanto por la fuerza pública como por los grupos de *sicarios* motivaban al relanzamiento de nuevos planes. Cada organización define desplazar a sus miembros en “misiones encubiertos”, es decir, éstos acudían a los latifundios de la zona en condición de desempleados, con el “objetivo oculto” de espionaje para estudiar el medio, verificar aéreas excedentarias e improductivas, tierras baldías continuas, observación de posibles riesgos a los cuales afrontar, prever contingencias, y ver capacidades organizativas y logísticas del “enemigo” para efectuar la toma de tierras. Tres Marías, Maná, San Cayetano, Los Cornejos, Jihusa y entre otros latifundios tenían presencia de éstos actores encubiertos, el tiempo límite para estas tareas no debía exceder un mes. En su papel de empleados, debían demostrar cualidades de dedicación, disciplina y entrega “sincera” con los propietarios y capataces. Esta estrategia fue efectiva, los dirigentes de manera escueta sin dejar sospechas pasaban por las propiedades recogiendo informes preliminares y conclusivos.

d) De manera individual, un miembro del MST, a tiempo de partir a la toma de tierras y subir a un camión que les traslada debe portar en mano: un machete, hacha y hoz para rozar y cosechar arroz; un anzuelo para pescar en los riachuelos, una olla, azúcar, sal, arroz y aceite; y para pernoctar una colcha, mosquetero y linterna. Cada grupo organiza provisiones logísticas de: recursos económicos para actividades de emergencia, una radio comunicación monitoreada desde una población hasta el campamento, teléfonos celulares desde y hasta los lugares que alcance la señal, bicicletas, algunas escopetas para cazar en el monte.

e) Entre miembros del directorio y delegados, se movilizan en una “estrategia de cabildeo”, es decir, en el relacionamiento, contactos locales, regionales y nacionales

orientados a confluenciar aliados, redes de solidaridad, articular adherentes institucionales tanto de dirigentes sindicales, diputados nacionales, sacerdotes de la iglesia católica, organizaciones no gubernamentales (ONGs), Asamblea de Derechos Humanos (APDH), y otras entidades que se comprometen con pronunciamientos de solidaridad hacia la opinión pública frente a cualquier eventualidad de hechos de violencia. Estas entidades ayudan con víveres, asistencia jurídica formalizando demandas hacia las autoridades agrarias y denuncias públicas de violencias físicas que son cometidas por grupos de choque, llamado tíbicamente “grupos de seguridad privada” (MOLINA, 2003) por el ex Prefecto de Santa Cruz. Por ejemplo, en la plaza central de Santa Cruz, el líder del MST fue agredido físicamente por los miembros de la UJC mientras se retiraba del encuentro con la prensa, oportunidad en que la denunció sobre hallazgo de armas (FISCALIA, 2004). Este hecho de violencia despertó la solidaridad internacional de organismos como la Amnistía Internacional, intelectuales y organismos de derechos humanos quienes hicieron llegar en correspondencias su repudio a los despachos ministeriales y palacio de gobierno desde Francia, Reino Unido, Alemania, países asiáticos y otros. (CEJIS, 2005).

f) No existe datos numéricos, sobre el flujo de campesinos movilizados en las ocupaciones: uno por cuestiones estratégicas, no se brindaba la información para no dar lugar a una fácil intervención policial y/o de grupos de choque; otro, para cuidar de los medios de prensa. Entre 2003-2005, el MST Regional Norte, ha protagonizado la toma masiva de seis latifundios: La Pistola, San Cayetano, La Moneda, La Luna, España y Los Yuquises con aproximadamente 4.000 movilizados. ¿Cómo es organizado el ingreso a las tierras? Parten al inicio de la noche en caravanas de camiones desde un punto de concentración. Los cabecillas dan cuidadosamente recomendaciones, condiciones y reglas de juego que forman parte de una ocupación. Aquí se describe un testimonio:

Para ingresar a Los Yuquises, entramos hasta cierto punto en camiones, sabíamos que estaban los sicarios, debíamos entrar de noche y realizar la ocupación hasta el amanecer. En un principio, nadie quería entrar a ese campamento, entonces, comandamos “los punteros”, entre 12, por nuestro detrás veían otros 12 a cada 200 metros, pese al fuerte frío, cercamos vivienda donde dormían los *sicarios* embriagados, no dimos lugar a ninguna reacción. Mientras sacamos armas nuevas como leña entre salones, cacerinas, metralletas, ráfagas, granadas tipo limón, encajonados, en cero (FISCALIA, 2004), (ver imagen 2), otros tomamos de rehenes a los *sicarios*. Al amanecer todos nos pintamos el rostro con hollín. Los *sicarios* desconocieron sobre el stock de armamento. (VELARDE, E-2).

Los rehenes en el primer día no comieron, estaban retenidos en un *canchón* de palos, vigilados por guardias. La Prensa reportó que se trataba de trabajadores de la “supuesta propiedad del empresario Rafael Paz, que fueron tomados como rehenes. El campamento era un fortín del MST impenetrable” (HEREDIA, 2005). El cuidadoso hermetismo era la clave para el éxito de las ocupaciones. Peta Grande, es la comunidad próxima a Los Yuquises, sus habitantes no sabían del operativo. Al día siguiente, cuando se aproximaron, “los *peteños* lloraron de alegría, meses atrás una pareja había sido asesinada por los sicarios” (VELARDE, E-2). Después de tres días y largas negociaciones con la Fiscalía y delegados gubernamentales se entregaron las armas de guerra y la liberación de los rehenes. Esa noche, recuerda Velarde (E-2), alrededor de una fogata (Imagen 1), los campesinos preguntaron al Fiscal “¿Por qué ésta gente (sicarios) tiene armas, acaso no mata? Él dijo, no, ¿De verdad no mata? ¡A ver yo le disparo uno!, ‘ahí no mas’ dijo el coronel (fiscal)”.

Imagen 2. Armamento encontrado en campamento del latifundio Los Yuquises.



Fuente: ARISPE, Alejandro. **Armas de sicarios. Los Yuquises**, 15 mayo, 2004. Fotografía a color, Formato JPG, Colección particular.

Hoy los ocupantes de aquel entonces, consideran como error la entrega del armamento: “lo hemos *pelado*. Aquella noche, reventó una pausa en el momento menos esperado, los ocupantes con desesperación retomamos las armas, *¡todingos!* se agarraron sus armas, pese a la aclaración, *¡igualingo!* se armaron” (VELARDE, E-2). Días después se percataron que un “sicario espía” había sido miembro entre los ocupantes, éste que se

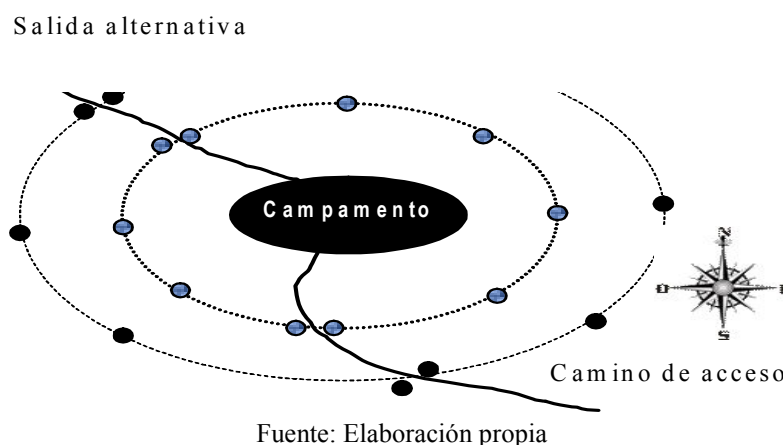
poseía una metralleta desapareció a las dos semanas, después finalmente repararon que fue contratado por UNAGRO.

g) Si bien en el marco jurídico son ilegales las tomas de tierras, por tanto, vulnerables a cualquier acción de desalojo, el MST diseñó y aplicó un sistema y “códigos” de seguridad propias, sincronizada tanto de prácticas y experiencias del servicio militar como también de experiencias de seguridad sindical, denominado “policía sindical” a la cabeza de un “comandante” nombrado rotatoriamente. La “policía sindical” tiene de refuerzo a grupos más “especializados” como “los lagartos” y los “punteros”, quienes encabezaban la operación de rescate de rehenes ocupantes y como también el asalto a los campamentos de grupos de choque. El comandante “era y tenía que ser estricto, portaba la lista de turnos, horarios, y ejecutaba sanciones con doble turno a los faltos a la guardia. Éste informaba sobre el desenvolvimiento de la actividad a los cabecillas del campamento” (VEDIA, E-4). Podían ser removidos en cualquier momento por razones de la dinámica de seguridad, los policías sindicales de confianza, sea por afinidades de larga amistad o por lealtad y buen desenvolvimiento escoltaban a los líderes.

Lucas Velarde, indígena quechua, migrante de Potosí, fue comandante, él señala que “las tareas de seguridad se cumplían cada uno por turnos de seis horas, dos guardias conformaban cada punto, cubrían dos barreras a la redonda, a cien metros cada uno” (VELARDE, E-2), (ver Gráfico 3). Los accesos, caminos, eran cubiertos por más guardias. Construyeron de madera una torre de control (mirador) elevado a doce metros, flanqueados por refuerzos camuflados en medio del bosque que cubrían la seguridad de los guardias expuestos en el mirador, ante la eventualidad de choque con los sicarios. Cuando se aproximaba un transeúnte alertaban con un petardo (luz amarilla), “toda persona es registrada antes de ingresar. Los periodistas no fueron la excepción” (HEREDIA, 2005). Al presentarse un mayor riesgo y/o emergencia lanzaban dos petardos (luz roja), esta señal movilizaba el campamento entero, sin importar la hora. Las mujeres debían agruparse en la sede de reuniones, los varones cubren a los alrededores, sólo el mensajero avisa del grado de peligrosidad de la alerta anunciada. Las “armas” que portan los y las guardias eran: “un palo puntiagudo; hojas de coca en la boca, llamado ‘bolo’, *aculliku* en quechua; algunos con una escopeta; flechas de goma, *waraq’as* (honda de lana de llama); hablan en voz baja y generalmente en quechua parapetados junto a un tronco y echados sobre tierra despejada” (VELARDE, E-2). Cuentan, cuando había un ruido menor, otros huían de sus

puestos, durante el día eran objetos de rizas, chistes y “apodos”, o cuando se dormían propinaban un tímido látigo.

Grafico 3. Sistemas de seguridad y puntos de cobertura en las ocupaciones de tierras



La alerta permanente también permitió una dinámica de invenciones y creaciones de lenguajes, porque, los terratenientes enviaban infiltrados hacia los campamentos con tareas de espionaje, éstos se presentaban como interesados de formar parte de la ocupación o en otros casos como potenciales aliados, decían, “yo soy empleado (de ellos) desde hace tiempo, éstos *cojudos* así no más son fregados, ni siquiera son dueños de estas tierras” (VELARDE, E-2). La familia de los cabecillas fueron hostigados, por esa razón, éstos salían a la ciudad por las noches y no transitaban solos. En el campamento había un riguroso cuidado a la integridad de ellos, sólo se los citaba por mote como: *tierra, papa, cuchillo, tomate, papaya*, por ejemplo, decían “llamen, avisen o busquen a *papaya*”. De igual forma, para detectar a los infiltrados y desconocidos “sospechosos” usaban este lenguaje. Asimismo ante la eventual presencia de infiltrados “en las asambleas se redoblaban los controles de lista a toda hora acordonados de policías sindicales” (VELARDE, E-2).

h) Otra dinámica de los campamentos fue la distribución de roles en Comisiones, cada uno con sus respectivos responsables removidos constantemente por rotación. Las Comisiones de: *Logística*, acopian donaciones, distribuyen y compran víveres de mayor consumo y otros abastecimientos. Hacen compras en los centros urbanos; y distribuyen encomiendas de esposas, generalmente recibían coca, arroz, sal y aceite. *Trabajo*, abren brechas al bosque y “*chaquean*”, desbosque manual sin retiro de raíces para la producción

de alimentos más necesarios. *Exploración*, inspeccionan el área, ven características del suelo, tipos de vegetación, niveles de suelos y puntos potenciales para el centro urbano. *Pesca*, aprovechan artesanalmente de los riachuelos peces como el dorado, surubí, pacú y otros. *Caza*, en el monte cazan animales, son repartidos por la comisión logística. *Vivienda*, construyen chozas (viviendas) de palmeras y palos extraídos del lugar. *Mensajería*, es la tarea cuidadosa delegada al miembro más responsable y confiable, es removido circunstancialmente, única persona de dar comunicación a cabecillas sobre llegada de comisiones de diálogo, visitas y autoridades públicas; no está autorizado de pronunciar los nombres sino sólo por seudónimos a los demás. *Cocina*, rol de mujeres que preparan la alimentación en ollas comunes; otro grupo reducido de varones aprovisionan agua y leña.

Imagen 3. Primera merienda familiar en el asentamiento dotada por el Estado



Fuente: VILLCA, L. W. **Merienda familiar**. Pueblos Unidos, 6 Sept., 2006. Fotografía a color, Formato JPG, Colección particular.

i) Los miembros del MST llevan dentro de sí sus paisajes, parte y/o conjunto de recuerdos de tierras altas y valles desde donde migraron, entonces, hoy esas memorias estaban relacionados entre el vínculo de las experiencias de la *indianidad* y el lazo con la naturaleza tropical de bosques desconocidos, ríos pasables a nado o en votes, tierras húmedas, enfermedades tropicales descocidas, frutas distintas, lógicas a las cuales ya habían estado relacionados como jornaleros, esta vez más cerca de ella, como futuros dueños de la tierra.

Sembrar en breve y cosechar el primer producto en “su propia tierra” era el mayor anhelo de los miembros del MST, cada uno trabajaba pequeños espacios tierra en los alrededores, “en La Moneda hemos estado casi un año, ya teníamos todo” (SULLKA, E-1). De igual manera en Los Yuquises, había sembradíos de arroz, vacas, gallinas y chanchos. Cuando fueron desalojados, perdieron todo, la familia Paz en concomitancia con los *sicarios*, cosecharon y comercializaron. Por otro lado, “cada uno se *cancheaba* trabajando en los alrededores, con eso, se compraban para sobrevivir en el campamento” (VÉDIA, E-4). Según la prensa, Los Yuquises ya contaba:

Con más de 80 chozas, una escuela, un matadero, un centro de comunicaciones, tres tiendas donde se abastecen de alimentos y una bomba para proveerse de agua. Participan familias enteras, los niños se encargan de llevar agua a sus hogares y ayudan en la atención de los más chicos, en la tarde pasan clases en una de las mejores chozas, en casos de emergencia la infraestructura también sirve para atender a los enfermos. (HEREDIA, 2005).

j) El Prefecto (gobernador) de Pando, opositor al gobierno de Evo Morales, ante la demanda de dotación de tierras del MST, ordenó descargar tierra en una volqueta en la puerta del domicilio del principal líder. De este hecho me percaté cuando cumplía funciones en el Ministerio de Tierras. Ésta era la respuesta abusiva e irónica del poder. Cuando los grupos de choque arremetían contra los ocupantes, también les obsequiaban tierra, en este caso, debían ingerirlo.

Las élites cruceñas apostaron por “declarar guerra” al gobierno de Carlos Mesa (2003-2004), en ese periodo, era política presidencial de “negociar con diálogo los conflictos antes de cualquier confrontación que pueda causar sangre” (LANZA, E-7). Las autoridades agrarias acudieron tímidamente a la fuerza pública; sin embargo, fueron los jueces quienes dieron las órdenes de desalojos. Ante esa tímida acción, los terratenientes recurrieron a la contratación de grupos de choque (PTJ, 2004), coyuntura sirvió para que los terratenientes recurriesen a estos grupos para la perpetración de desalojos. Isaac Védia, campesino de los valles de Chuquisaca, dice:

Los *sicarios* fueron contratados a 100 bs. (15 \$us.) diarios por Vicente Socompi financiado por UNAGRO y los Paz. Ellos confesaron de estar instruidos para matar, portaban armas, machetes (supuestamente para rozar). Entre cuñados y socios ponían una ‘polla’ (aporte) según el tamaño de terreno por el que peleaban y transitaban con guardaespaldas peruanos, colombianos y brasileños. (VÉDIA, E-4).

Este tipo de casos no es novedosa, desde décadas atrás los terratenientes contaron con éstos, “los matones de los Paz, quitaban su trago y sus pertenencias a cualquier (colla) sospechoso de *avasallador*. No soltaban su arma ni en la noche” (TORREZ, E-3). Por ejemplo:

Antes consiguieron recursos del Estado destinado a los pequeños cañeros de esta zona, pero, él se equipó con ese dinero. En ese tiempo, los sindicatos libraron batallas judiciales y enfrentamientos con los sicarios de Rafael Paz, desde la altura de las comunidades de Chané, Limoncitos, Sagrado Corazón. A Monte Grande enfrentó con Canandoa, a Miraflores con Guadalupe y a Peta Grande con Tercera Faja. (VÉDIA, E-4).

El modo operandi consistía, desmontar tierras baldías, venderlas en breve, y seguidamente ocupar más tierras hacia el norte a nombre individual o de empresas⁶ filiales del principal centro agroindustrial de la región, UNAGRO. Por ejemplo, un título agrario otorgado en los 70, podía servir simultáneamente para varias posesiones de tierra. Un Viceministro decía, “la mayor parte de los actuales terratenientes pretenden consolidar derechos tendenciosamente usando vacas turistas y expedientes voladores” (ALMARAZ, 2008).

Si bien la ocupación de tierras fue secuencial en los años 2003-2005 fue también porque era protagonizada por una “generación” más politizada homogénea de familias sin tierras nutridas de constantes debates político-ideológicos para la construcción de nuevas formas de comunidad, por eso rescatan métodos deliberativos, circulares y comunitarios propios de la sociedad indígena. Sus prácticas y estrategias planificadas con un tino riguroso para la resistencia, fueron tan efectivas cuanto están más ante un conflicto entre civiles. Sólo la fuerza policial logró romper estas formas de resistencias. Es posible sostener que estas resistencias organizativas no sólo fueron luchas por acceder a un recurso tierra y formas de inclusión, sino una resistencia y oposición a capitalismo agrario que mismo el avance vertiginoso en otros países, en Bolivia recién se sentía el interés del capital transnacional, por la mercantilización de la tierra, los productos agro-exportables, los transgénicos y la industria agroquímica. Ante estos contrastes vistos en ese periodo (2003-2005), todo puede prever que el gobierno de Evo Morales (2006-2014) con apoyo mayoritario de indígenas consiga recapturar y convertirlas en Políticas de Estado esos

⁶ El complejo agroindustrial corporación UNAGRO tuvo intereses mediante sus empresas filiales como Jihussa Agropecuaria y de Servicios S.A. con quienes el Sindicato Miraflores y Los Limos han tenido varios enfrentamientos con grupos de choque.

proyectos de comunidad y esas formas de producción agroecológica planteada por los sin tierra. Aquello, por lo visto, no es lo que ocurre, los actores empresariales son los principales aliados del actual gobierno. La Reconducción Comunitaria de la Reforma Agraria quedó sólo en discurso oficial. En el proceso de la investigación (en curso) se verificó que hasta agosto de 2012, el primer Asentamiento de Morales no contaba con una carretera, ni infraestructura en salud y educación.

3. Referencias

ALMARÁZ, Alejandro. **Declaraciones de prensa sobre la reversión de tierras, 2008.** Disponible en: <http://www.inra.gob.bo:8081/InraPb/upload/LaTierraVuelveManosIndigenas.pdf>. Acceso en: 15 mayo 2013.

ARISPE, Alejandro. **Amanecer de los sin tierras. Los Yuquises**, 15 junio, 2004. Fotografía a color, Formato JPG, Colección particular.

BALLERSTAEDT, Esther. Los barones del oriente ayer y hoy. In: Comentario en la presentación del libro: Los barones de oriente: El poder en Santa Cruz ayer y hoy. La Paz, 8 de abril, 2008, 6 p.

CENTRO DE ESTUDIOS JURÍDICOS Y SOCIALES. Documentos Representativos. In: **Programa Territorio**. Santa Cruz: CEJIS, 2005, 198 p. Corporación Unión Agroindustrial de Cañeros UNAGRO. **Directorio 2011**. Disponible en: http://www.corp-unagro.com/?page_id=21. Acceso en: 10 febrero 2013.

ELIAS, Norbert y John L, SCOTSON. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, 224 p.

FERREIRA, Reymi. **Las logias en Santa Cruz (1994-2010)**. Santa Cruz: Ind. Gráfica Unión, 2010, 240 p.

Fiscalía de Distrito. **Acta de Entrega de granadas y carabinas**. Montero: Cuadernos de Investigación, 15 de octubre 2004.

GARCÍA Jordán, Pilar. **Cruz y arado, fusiles y discursos: La construcción de los orientes en el Perú y Bolivia 1820-1940**. Lima: IFEA-IEP, 2001, 476 p.

HEREDIA, Hilton. Pueblos Unidos, un fortín del MST impenetrable. **El Deber**. Santa Cruz, 13 de mayo, 2005, p. A18.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACIÓN. **Estadísticas Anuales 1971-1992**. LaPaz: INRA, 2005, 97 p.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. Desmontes ilegales detectados. In: **Tierra y suelo**. 2012. Disponible en: <<http://www.ine.gob.bo/indice/EstadisticaSocial.aspx?codigo=80301>>. Acceso en: 15 agosto 2012.

_____. **Proyecciones de población**. Disponible en: <<http://www.ine.gob.bo/indice/visualizador.aspx?ah=PC20411.HTM>>. Acceso en: 10 agosto 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA. **Informe Anual 2005**. La Paz: INRA, 2006, p. 75.

_____. **Estadísticas Anuales 1996 – 2010**. La Paz: INRA 2011, 143 p.

LAVAUD, Jean-Pierre. **El embrollo boliviano: turbulencias sociales y desplazamientos políticos 1952-1982**. La Paz: CESU-IFEA-Hisbol, 1998, 416 p.

MOLINA, Carlos Hugo. El tema de la tierra en Bolivia. **El Día**, Santa Cruz, 5 julio 2003, p. A4.

PNUD-ONU. **Informe Temático sobre Desarrollo Humano La economía boliviana más allá del gas**. La Paz: Artes Gráficas SAGITARIO srl, 2005, 304 p.

Servicio Nacional de Reforma Agraria. **Estadísticas Anuales 1953-1970**. La Paz: INRA, 2005, 125 p.

SILVA BENTO, Maria Aparecida. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: (Org.). CARONE, I.; SILVA BENTO, M.A. **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. por Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 25-58.

RIVERA, Javier. et al. Análisis de la diversidad genética de 'caña flecha' *Gyntherium sagittatum* Aubl. utilizando la técnica de AFLP”. **Agric. Téc.** México DF, v.35 n.1, 2009, pp. 81-87. Disponible en: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0568-25172009000100008&lng=es&nrm=iso>. Acceso en: 20 feb. 2013.

Policía Técnica Judicial PTJ. **Formulario de información y denuncias**. Montero: Archivo Expediente, 12 de agosto 2004. Querella presentada por tentativa de homicidio por Silvestre Saisari.

PUEBLOS Unidos. **Libros de actas del campamento (2005)** rubricadas por miembros del MST, 200 p.

URIOSTE, Miguel. **Concentración y extranjerización de la tierra en Bolivia**. La Paz: Fundación Tierra, 2011, 86 p.

VAN DIJK, Teun. Análisis del discurso del racismo”. In: **Crítica y Emancipación**. Buenos Aires: Clacso, Año II N° 3, 2010, pp. 65-99.

VILLCA, L. W. **Merienda familiar**. Pueblos Unidos, 6 Sept., 2006. Fotografía a color, Formato JPG, Colección particular.

3.1. Testimonios recogidos en quechua y español por el autor

ALÍ, David. [Entrevista (E) -6]. **Testimonios sobre presencia de migrantes indígenas**, (Secretario de Tierra y Territorio del MST). Pueblos Unidos, 3 de agosto, 2012.

LANZA, Gregorio. [E-7]. **Análisis sobre el abordaje de conflictos 2003-2005**, (Director de Régimen Interior, 2003-2005). La Paz, 11 de septiembre, 2012.

SULLKA, Ponciano. [E-1]. **Testimonios de dirección de las ocupaciones de tierras**, (Dirigente del MST Regional Santa Cruz). San Pedro, 30 de junio, 2012. Traducción del quechua por: Wilbert Villca.

TORREZ Ferrufino, Wilfredo. [E-3]. **Testimonios de la toma de tierras**, (Comandante del grupo “los lagartos”). San Pedro, 4 de julio, 2012.

VÉDIA, Isaac. [E-4]. **Testimonios de la toma de tierras**, (Presidente del Comité de Movilización del MST). Hárdeman, 5 de julio, 2012.

VELARDE Delgadillo, Lucas. [E-2]. **Testimonio sistemas de seguridad de los campamentos de ocupación** (Comandante de la “policía sindical”). San Pedro, 30 de junio, 2012. Traducción del quechua por: Wilbert Villca.